

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Jeane Carla Oliveira de Melo

**ENTRE O MAGISTÉRIO FEMININO OITOCENTISTA E A ESCRITA
DA HISTÓRIA NA ESCOLA PRIMÁRIA: A trajetória letrada da
mestra Herculana Firmina Vieira de Sousa (1840-1880)**

Belo Horizonte

2023

Jeane Carla Oliveira de Melo

**ENTRE O MAGISTÉRIO FEMININO OITOCENTISTA E A
ESCRITA DA HISTÓRIA NA ESCOLA PRIMÁRIA: A trajetória
letrada da mestra Herculana Firmina Vieira de Sousa (1840-1880)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais,
para a obtenção do título de Doutora em História.

Linha de Pesquisa: História Social da Cultura

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Paula Sampaio
Caldeira

Belo Horizonte

2023

907.2 M528e 2023	<p>Melo, Jeane Carla Oliveira de.</p> <p>Entre o magistério feminino oitocentista e a escrita da história na escola primária [manuscrito] : a trajetória letrada da mestra Herculana Firmina Vieira de Sousa (1840-1880) / Jeane Carla Oliveira de Melo. - 2023.</p> <p>450 f. : il.</p> <p>Orientadora: Ana Paula Sampaio Caldeira.</p> <p>Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1. História - Teses. 2. Mulheres – História – Teses. 3. Historiografia. 4. Sousa, Herculana Firmina Vieira de. 5. Educadoras – Teses. I. Caldeira, Ana Paula Sampaio. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
------------------------	--



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

"Entre O Magistério Feminino Oitocentista e A Escrita da História na Escola Primária: A Trajetória Letrada da Mestra Herculana Firmina Vieira de Sousa (1840-1880)"

JEANE CARLA OLIVEIRA DE MELO

Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Profa. Dra. Ana Paula Sampaio Caldeira - Orientadora
UFMG

Profa. Dra. Alessandra Frota Martinez de Schueler
UFF

Prof. Dr. Deise Cristina Schell
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof. Dr. Daiane Vaiz Machado
UNESP Júlio de Mesquita

Profa. Dra. Juliana Miranda Filgueiras
UFMG

Belo Horizonte, 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Frota Martinez de Schueler, Usuário Externo**, em 18/05/2023, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Sampaio Caldeira, Professora do Magistério Superior**, em 18/05/2023, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Miranda Filgueiras, Coordenador(a) de curso**, em 18/05/2023, às 18:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Magno Moraes Mello, Professor do Magistério Superior**, em 19/05/2023, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Deise Cristina Schell, Usuária Externa**, em 24/05/2023, às 13:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daiane Vaiz Machado, Usuária Externa**, em 24/05/2023, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2296321** e o código CRC **F9751144**.

À Herculana Vieira.

Às mulheres da minha família, em especial, minhas avós Geraldina Batista e Elisa Barros.

Às corajosas pesquisadoras, de ontem e de hoje, da História das Mulheres.

E a todas aquelas, que lutam, do jeito que podem, sozinhas ou coletivamente, para que
sejamos vistas como seres humanos plenos.

AGRADECIMENTOS

A magistral intérprete Maria Bethânia, quando comemorou 50 anos de carreira, produziu um álbum intitulado *Agradecer e Abraçar*. Com a diferença de produzir uma tese e sem a pretensão de qualquer brilho cênico, a sensação que possuo é exatamente a mesma. Sinto uma vontade imensa de abraçar e agradecer todos e todas que estiveram comigo ao longo desses quatro turbulentos anos (2019-2023). Por isso, uma das minhas preocupações era de não esquecer ninguém que tivesse marcado presença nessa trajetória. E, uma das partes bonitas desse percurso, apesar do processo solitário e por vezes angustiantes da escrita, é o quanto se recebe de apoio, suporte e carinho, manifestado das mais diversas formas. Registrar aqueles e aquelas que contribuíram na caminhada é mais do que uma gentileza; é um dever prazeroso.

Primeiramente, agradeço à minha orientadora, a inteligentíssima e perspicaz Ana Paula Sampaio Caldeira, que, vindo de uma escola historiográfica carioca, levou para Belo Horizonte um trabalho pedagógico culto, potente e arrojado, lecionando e orientando alunos e alunas da UFMG, em aulas sempre tão inspiradoras quanto instigantes de assistir. Agradeço especialmente pelo nosso trabalho de bastidores, mas também por me estimular a ir além, pelas leituras firmes e interessadas, pelas trocas generosas, pelas indicações bibliográficas sempre tão precisas, pela ética e profissionalismo no trato e pelo apoio amigo, compreensivo e carinhoso que dispensou a mim durante esses quatro anos de parceria acadêmica. A sua presença como orientadora não apenas acrescentou competência, como foi crucial para mudar os rumos teóricos dessa tese, no que serei sempre grata.

Agradeço à minha mãe, Maria das Graças Oliveira, sempre tão orgulhosa das minhas conquistas e à minha irmã, Juliane Melo, parceira e amiga de todas as horas. Eu as amo muito e tenho um imenso carinho pela rede de mulheres potentes que formamos, sempre dispostas a ajudar umas às outras. Agradeço também à minha querida família pernambucana, nas pessoas do meu tio Roberto Oliveira, da minha tia Gilda Lima e do meu primo Walter Barros.

À Rita de Cássia Gomes, a minha doce irmã de alma, uma das pessoas mais fortes e amorosas que já conheci.

À Carolina Giovannetti, minha parceira mineira, minha melhor conexão feminista e aquela que demonstra, na prática, a beleza do amor político entre nós mulheres.

Às amigas Anna Mochel, Nayanna Abreu, Anna Carolina Sangiorgi, Talita Takayama, Fabiana Chaves, Alessandra Rates, Luana Fonseca, Lindevânia Martins e Rossana Jansen. Agradeço a elas por andarem de mãos dadas comigo na travessia da vida e por me presentearem cotidianamente com presença, doçura, fortaleza e sabedoria que me nutrem tanto.

À Cristiane Ribeiro e à Susana Veiga. Cada uma ao seu modo me inspira a ser uma pesquisadora mais arguta e a ser também uma feminista que atua no mundo com mais densidade e paixão.

À Pedro Henrique Miranda Fonseca, querido e cultíssimo amigo que, através dos nossos diálogos e trocas, tanto somou na construção desse texto. Também agradeço ao amigo Rodrigo Silva, pelas conversas sempre estimulantes e acalentadoras.

Aos amigos da UFMG, em especial, à Gisele Dias, Karol Siqueira, Simone Sumida, Sinval Espírito Santo, Carla Teixeira e Kellen Xavier. A experiência estudantil em Belo Horizonte não teria sido a mesma sem a presença carinhosa de vocês.

À Márcio Rodrigues, por ter acompanhado o início dessa trajetória, pela resignificação dos laços de carinho, de amizade e pelo afeto que permanece.

À Caroline Aranha, que, de aluna e bolsista se tornou uma amiga querida. Obrigada por estar comigo desde 2017, quando a pesquisa sobre Herculana Vieira estava ainda engatinhando.

À Alessandra Schueler, pela leitura atenciosa, pelas contribuições e pelo interesse genuíno e feminista por esta pesquisa. A Deise Schell, competente historiadora e uma das interlocutoras mais qualificadas que já tive. A Juliana Filgueiras e Daiane Machado, pelas considerações e apontamentos precisos e generosos.

Aos colegas queridos e queridas que “incomodei” e que foram extremamente generosos e valiosos, atendendo solícitamente às minhas demandas. Assim, agradeço à Amanda Haydn, à Carla Castro, à Luciana Vieira, à Helena Maria Moreira, à Salete Farias, à Fernando Gil, à Elomar Tambara, à Miriam Zanutti e à Marcela Penna.

À professora Marizete Barbosa (*in memoriam*) e à sua família, na pessoa de seu sobrinho, João Carlos Costa, pela imensa contribuição que deram a este estudo, fundamentais no caminho da descoberta dos vestígios e rastros acerca da vida da professora Herculana Vieira.

Às instituições que me atenderam tão profissional, quanto gentilmente, no decorrer da pesquisa, entre as quais destaco: Biblioteca Mário de Andrade/SP, Instituto de Estudos Brasileiros/ Brasileira/ USP, Arquivo Público do Estado do Maranhão e Biblioteca Pública Benedito Leite/MA.

Aos professores e professoras da UFMG, em especial, aqueles e aquelas integrantes do Programa de Pós-Graduação em História Social, a quem tenho uma imensa admiração, apreço e que foram essenciais para o meu crescimento como pesquisadora no desenrolar das disciplinas acadêmicas.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia /IFMA, em especial aos colegas do Campus Alcântara, que permitiram a liberação para o doutorado e à Fundação de Amparo à

Pesquisa do Estado do Maranhão /FAPEMA, pela bolsa de estudos concedida e por fortalecer a produção científica maranhense.

Portanto, peço lhes que escrevam todo o tipo de livros, não hesitando diante de nenhum assunto, por mais banal ou mais vasto que seja. Por bem ou por mal, espero que vocês se apoderem de dinheiro bastante para as viagens e o lazer, para contemplar o futuro ou passado do mundo, para sonhar com livros e vaguear pelas esquinas e mergulhar a linha do pensamento fundo na corrente. Pois de modo algum as restrinjo à ficção. Se quiserem agradar-me - e há milhares como eu -, podem escrever livros de viagem e aventura, e pesquisa e estudo e história e geografia, e crítica e filosofia e ciência.

Virgínia Woolf, Um teto todo seu, 1928.

RESUMO

A presente tese possui como objetivo principal examinar a trajetória profissional de Herculana Firmina Vieira de Sousa, mestra luso-brasileira de primeiras letras, e de proceder a uma análise do seu manual didático, *Resumo da História do Brasil*, publicado em 1868, na província do Maranhão, pela tipografia de Belarmino de Mattos e adotado pela Inspeção da Instrução Pública para uso do público discente das escolas primárias locais. O estudo possui um recorte temporal preferencialmente centrado entre as décadas de 1840 a 1880, período no qual se desenvolveu a docência da mestra Herculana, assim como privilegamos, em relação ao espaço, a capital São Luís e a vila de Cururupu. No entanto, atendendo a demandas investigativas, por vezes o estudo também menciona outras províncias, como Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e a Corte carioca. Paralelo a tais esforços, a pesquisa também objetivou realizar o duplo mergulho nas dimensões profissionais apresentadas no percurso da professora Herculana, a saber, o magistério e a escrita de um estudo histórico. Através disto, buscou aprofundar questões ligadas tanto à inserção feminina nos mundos do trabalho nos oitocentos, em especial, a atuação laboral de mulheres no campo da instrução maranhense como professoras e diretoras de colégios femininos, quanto apontar para a existência de um grupo de mulheres de letras, responsáveis por produzir bens culturais variados e pertencentes ao gênero histórico. Propomos, com isto, uma reflexão feita no interior do campo da historiografia brasileira, como forma de repensarmos a ideia de cânone, de modo que seja possível examinarmos os múltiplos e criativos modos pelos quais as mulheres de letras se aventuraram na produção escrita acerca do passado da nação, e, ao fazer isto, constatamos também a recorrência do apagamento intelectual acerca destas vozes femininas. O referencial teórico para dar conta de tais aspectos, se pautou em uma pesquisa interdisciplinar, conjugando os campos da História das Mulheres (PERROT, 2005, 2016; ABRANTES, 2012, 2014; DUARTE, 2017, 2018) da História Intelectual e História da Historiografia (SMITH, 2003; SMITH, 2007; EPPLE, 2006, 2009) e da História da Educação (SCHUELER; 2002, 2015; CASTRO, 2009; MUNHOZ, 2018). Em relação aos conceitos-chave, lançamos mão do uso do termo práticas e operações historiográficas (CERTEAU, 2002) para pensarmos como Herculana e outras mulheres de letras construíram, a partir de condições definidas pelas hierarquias de gênero, suas práticas de escrita e de pesquisa histórica. Outro conceito basilar foi pensar a questão de gênero (SCOTT; 1992, 1995), por meio de uma perspectiva feminista e relacionada à construção histórica de uma hierarquia de poder que atravessava fortemente a experiência de mulheres letradas oitocentistas. A metodologia da tese se encontra baseia em uma investigação indiciária (GINZBURG, 2007), na qual seguimos o fio

do nome de Herculana Vieira, assim como o de outras mestras e autoras de obras históricas. As fontes consultadas foram diversas, a saber: manuais didáticos, jornais oitocentistas, periódicos, almanaques, relatórios de presidentes da província maranhense, censos, passaportes, testamentos e dicionários biográficos. Como resultados, apontamos para a multiplicidade de experiências e movimentos femininos no magistério e uma intensa participação feminina na constituição do conhecimento histórico, no século XIX. A operação historiográfica da mestra Herculana Vieira esteve pautada no intenso diálogo com o compêndio escolar de Abreu e Lima e se baseou em práticas de compilação, algo relativamente comum na cultura escolar oitocentista. O manual didático *Resumo da História do Brasil* possuiu uma modesta circulação, mas demarcou o projeto intelectual de uma professora de Primeiras Letras, cujo intuito era, por meio do ensino da História do Brasil, configurar um panorama cívico, memorialístico e formativo junto aos alunos e alunas das escolas primárias brasileiras situadas na ordem imperial.

Palavras-chave: Magistério feminino oitocentista. Manuais didáticos de História do Brasil. Práticas historiográficas. História das Historiadoras. História da Historiografia.

ABSTRACT

The main objective of this thesis is to examine the professional trajectory of Herculana Firmina Vieira de Sousa, a Portuguese-Brazilian elementary school teacher, and to analyze her textbook, "Resumo da História do Brasil," published in 1868 in the province of Maranhão by the printing press of Belarmino de Mattos and adopted by the Inspectorate of Public Instruction for use by the students of local primary schools. The study focuses primarily on the period between the 1840s and 1880s, during which Herculana taught, and on the cities of São Luís and Cururupu. However, the study also mentions other provinces, such as Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, and the court in Rio de Janeiro, as needed. In parallel with these efforts, the research also aimed to undertake a double dive into the professional dimensions presented in the trajectory of teacher Herculana, namely, teaching and writing a historical study. Through this, it sought to deepen questions related to female insertion in the worlds of work in the nineteenth century, especially the labor performance of women in the field of Maranhense education as teachers and directors of girls' schools, as well as to point out the existence of a group of women of letters responsible for producing varied cultural goods belonging to the historical genre. We propose, with this, a reflection made within the field of Brazilian historiography, as a way of rethinking the idea of canon, so that it is possible to examine the multiple and creative ways in which women of letters ventured into the written production about the nation's past, and, in doing so, we also note the intellectual erasure concerning these female voices. The theoretical framework used to address these aspects was based on interdisciplinary research, combining the fields of Women's History (PERROT, 2005, 2016; ABRANTES, 2012, 2014; DUARTE, 2017, 2018), Intellectual History and History of Historiography (SMITH, 2003; SMITH, 2007; EPPLE, 2006, 2009), and History of Education (SCHUELER, 2002, 2015; CASTRO, 2009; MUNHOZ, 2018). In terms of key concepts, we used the term "historiographic practices and operations" (CERTEAU, 2002) to think about how Herculana and other women writers constructed their writing and historical research practices based on gender hierarchies. Another fundamental concept was to think about gender (SCOTT, 1992, 1995) through a feminist perspective related to the historical construction of power hierarchies that strongly influenced the experience of literate women in the 19th century. The thesis methodology is based on indicial investigation (GINZBURG, 2007), in which we followed the thread of Herculana Vieira's name, as well as those of other female teachers and authors of historical works. The sources consulted were diverse, including textbooks, 19th-century newspapers, periodicals,

almanacs, provincial presidential reports, censuses, passports, wills, and biographical dictionaries. As results, we pointed out the multiplicity of experiences and female movements in teaching and intense female participation in the constitution of historical knowledge in the 19th century. Herculana Vieira's historiographic operation was based on intensive dialogue with Abreu e Lima's school compendium and relied on compilation practices, something relatively common in 19th-century school culture. The textbook "Resumo da História do Brasil" had modest circulation, but marked the intellectual project of a First Letters teacher whose intention was to configure a civic, memorialistic, and formative panorama among students in Brazilian primary schools under the imperial order.

Keywords: Nineteenth-century female teaching. Brazilian History textbooks. Historiographic practices. History of women historians. History of Historiography.

LISTA DE FIGURAS

- Fig. 1 – Norte da Província do Maranhão
- Fig. 2 – Imagem de Sant'Anna Mestra
- Fig. 3 – Mapa da Ilha Terceira, Açores
- Fig. 4 – Açorianas trajando mantos
- Fig. 5 – Rua da Estrela (MA)
- Fig. 6 – Rua da Palma (MA)
- Fig. 7 – Vista do Porto de Cururupu (MA)
- Fig. 8 – Charge da Semana Illustrada (RJ)
- Fig. 9 – Charge da Semana Illustrada (RJ)
- Fig. 10 – Capa do Livro do Povo
- Fig. 11 – Imagem de Pedro V
- Fig. 12 – Alunas do Instituto Gentil Bittencourt (PA)
- Fig. 13 – Pietá
- Fig. 14 – Imagem de N. S. das Dores
- Fig. 15 - Imagem de N. S. das Dores
- Fig. 16 - Imagem de N. S. das Dores
- Fig. 17 – Fotografia de Achilles Lisboa
- Fig. 18 – Rua D. Herculana Vieira (MA)
- Fig. 19 – Rua D. Herculana (MA)
- Fig. 20 - Rua D. Herculana (MA)
- Fig. 21 - Rua D. Herculana (MA)
- Fig. 22 – Unidade Integrada Municipal Herculana Vieira
- Fig. 23 – Entrevista com a professora Marizete Barbosa
- Fig. 24 – Capa do Pequeno Catecismo Histórico
- Fig. 25 – Capa do livro Rudimentos da História Universal
- Fig. 26 – Fotografia de Eponina Condurú
- Fig. 27 – Frontispício do livro Resumo da História do Brasil
- Fig. 28 – Primeira página do livro Resumo da História do Brasil

Fig. 29 – Capa do livro O que se deve ler

Fog 30 – Referência à Herculana Vieira no livro O que se deve ler.

LISTA DE TABELAS

- Tab. 1 – Recenseamento da Freguesia de N. S. da Vitória
- Tab. 2 – Remuneração dos professores públicos de primeiras letras
- Tab. 3 – Regentes do Recolhimento de N.S. de Anunciação e Remédios
- Tab. 4 – Mestres e mestras do Colégio de N. S. de Anunciação e Remédios
- Tab. 5 – Professoras públicas da capital e demais vilas
- Tab. 6 – Quantitativo de matrículas femininas nas primeiras letras, 1841
- Tab. 7 – Quantitativo de alunas e professoras de primeiras letras (MA)
- Tab. 8 – Diretoras e colégios femininos
- Tab. 9 – Relação de professores particulares de primeiras letras
- Tab. 10 - Relação de professores particulares de primeiras letras
- Tab. 11 – Relação de professoras de primeiras letras, 1855
- Tab. 12 – Dados do Recenseamento de 1872
- Tab. 13 – Quantitativo discente da mestra Herculana Vieira
- Tab. 14 – Pedidos de melhoramentos da aposentadoria de Herculana Vieira
- Tab. 15 – Relação de autoras de obras históricas oitocentistas
- Tab. 16 – Lista de professoras e diretoras autoras de obras didáticas
- Tab. 17 – Relação de tipografias maranhenses
- Tab. 18 – Recorrências dos anúncios do livro Resumo da História do Brasil
- Tab. 19 – Tópicos abordados pelo livro Resumo da História do Brasil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
I PARTE - MULHERES PROFESSORAS NA ORDEM IMPERIAL: MAPEANDO OS RASTROS DAS TRAJETÓRIAS DOCENTES NA PROVÍNCIA DO MARANHÃO.....	31
1.1 Mulheres e os mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: a instrução e outros ofícios femininos.....	31
1.2 Instrução pública e particular na segunda metade do século XIX em São Luís: órgãos reguladores, instituições e educação feminina em um breve panorama do cenário local.....	46
1.3 Pensando o magistério oitocentista para além de Maria Firmina dos Reis.....	62
1.3.1 Instituições públicas femininas religiosas e civis: entre o ensino das prendas domésticas e a produção/reprodução artesanal da docência.....	65
1.3.2 Professoras públicas: invenção do magistério entre legislação, exames, aulas, ofícios e outras demandas.....	79
1.4 Diretoras e professoras particulares: a oferta das aulas nos jornais e o mercado da instrução feminina na província.....	110
1.4.1 Professoras-diretoras e seus colégios com nomes de santas católicas: um promissor mercado feminino?.....	121
II PARTE - HERCULANA VIEIRA E A SUA TRAJETÓRIA DOCENTE NO MARANHÃO OITOCENTISTA.....	142
2.1 “Operosa educadora” e “didata de bela cultura”: notas sobre a reconstrução do percurso docente da mestra Herculana.....	142
2.2 De professora particular em São Luís à mestra de primeiras letras concursada da vila de Cururupu.....	150
2.3 Esboços de uma vida funcionarizada nos liames da burocracia provincial.....	198
2.4 A aposentadoria, o colégio de Nossa Senhora das Dores e a monumentalização do nome de Herculana Vieira na cidade de Cururupu.....	244
III PARTE – MULHERES DE LETRAS E SUAS PRÁTICAS HISTORIOGRÁFICAS NO SÉCULO XIX: fontes, reflexões e contribuições para a historiografia brasileira.....	285
3.1 Práticas historiográficas, gênero e História Intelectual: relações de um silencioso conflito.....	300
3.1.1 A memória disciplinar, a historiografia brasileira e a cultura histórica oitocentista em uma perspectiva de gênero.....	323
3.2 Mulheres autoras de manuais didáticos no século XIX.....	337
3.2.1 Vozes historiadoras no magistério oitocentista – entre a escrita da história e tradução: os casos de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade e Maria Emília Leal.....	346
3.3 Uma professora luso-brasileira escreve sobre nação para as alunas da escola primária no Império: Herculana Vieira e o compêndio <i>Resumo da História do Brasil</i> (1868/1880).....	361
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	409

FONTES.....	421
REFERÊNCIAS.....	424

INTRODUÇÃO

(...) Mas se considerarmos que a história é uma investigação, e o historiador, um investigador, podemos tirar *consequências literárias de seu método*: empregar o “eu” para indicar de onde falamos, narrar a investigação, recorrer à obsessão de um questionamento, ir e vir entre o presente e os passados, inventar ficções de método para compreender melhor o real, situar o cursor no melhor lugar entre distância e empatia, buscar as palavras ideais, dar espaço à língua das pessoas (vivas ou mortas) que encontramos (JABLONKA, 2020, p. 12-13).

Antes de falar do tema que desenvolvo atualmente, gostaria de pontuar algumas questões sobre o meu envolvimento com a temática. A relação das mulheres, sejam elas, professoras ou intelectuais, com o conhecimento histórico sempre me intrigou. Na minha pesquisa do mestrado, realizada em 2012 e intitulada: *Lembranças, vozes e confissões de professoras: um estudo sobre as ressonâncias do vivido e da memória docente no ensino de História em séries iniciais* investiguei de que modo as professoras das séries iniciais mobilizavam conhecimentos históricos em sala de aula. Meu desejo era saber como elas se relacionavam com a disciplina ainda que não fossem formadas na área. Constatei, na ocasião que a história ensinada por elas possuía um forte componente de memória, isto é, elas ensinavam da forma como aprenderam, na juventude, perpetuando certas tradições historiográficas no ensino. E ter consciência disto foi importante para pensar questões ligadas à formação de professoras e para entender, na perspectiva do Marc Ferro (1983), como a história ensinada na infância tinha esse caráter marcante a ponto de permanecer na memória de um indivíduo adulto.

Apesar da dissertação, ou por causa dela, as inquietações não cessaram. E, em virtude disto, comecei a amadurecer a ideia de pesquisar a respeito de uma obra didática que desde 2010, mais precisamente, eu conhecia, porém ainda não me sentia apta para construir um projeto a respeito dela por conta da inexistência de estudos sobre este livro. Estou falando do meu encontro com o manual didático *Resumo de História do Brasil*, escrito em 1868 pela professora de primeiras letras de Cururupu, Maranhão, Herculana Firmina Vieira de Sousa.

E aqui gostaria de mencionar que este encontro só foi possível graças à pesquisa realizada pela professora Circe Bittencourt (2008), em sua tese de doutorado intitulada *Livro didático e o saber escolar*, na qual faz um impressionante levantamento de livros didáticos que circularam no Brasil entre os anos de 1810 a 1910. Além de mencionar o livro de Herculana, a professora Circe Bittencourt também apontou que no Brasil Imperial houve outra mulher a publicar uma obra histórica, no caso, a mineira Maria Guilhermina Loureiro de

Andrade, em 1888, também professora primária. Vale destacar que o livro *Resumo da História do Brasil*, de Herculana Vieira, está depositado na biblioteca do IEB/USP, constando também de uma versão digitalizada, disponível para download.

Então, de certo modo, os objetos do futuro projeto da tese, que desenvolvi no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFMG, estavam definidos. No entanto, a meu ver faltava um referencial teórico que pudesse dar conta da intrincada relação entre gênero e escrita da história. Calquei inicialmente o meu projeto em cima de discussões importantes, demarcando a História Cultural e a História da Educação como nortes possíveis, mas também tendo a preocupação de pensar em termos da operação historiográfica realizada por estas autoras – e, claro, pensar em como o fato de serem mulheres escrevendo história no Brasil do século XIX era uma condição que por si só chamava inúmeros problemas de ordem analítica. Por isso a busca pelo apoio na História das Mulheres e nos Estudos de Gênero para me ajudar nesta travessia de pesquisa.

Mas a adoção de um referencial teórico mais alinhado à História Intelectual foi feito a partir das sugestões de leitura da minha orientadora, a professora Dra. Ana Paula Sampaio Caldeira, através de uma disciplina ministrada por ela, a saber: Intelectuais, produção do conhecimento histórico e práticas de mediação cultural (séculos XIX-XXI). Eram reflexões que cruzavam mulheres e história intelectual a partir dos estudos empreendidos por Bonnie Smith, Hilda Smith e de Carmem Liblik, aqui no Brasil. Então creio que foi um importante divisor de águas, que abriu portas para pensar também a presença do sexismo da historiografia brasileira e os seus ruidosos silêncios de gênero.

Gostaria de demarcar também que o tema dessa tese só tem sido possível porque eu sou uma pesquisadora feminista que acredita firmemente no potencial político e epistêmico do campo da História das Mulheres, no sentido de não apenas deslocar narrativas androcêntricas, como também para pensar, a partir de uma epistemologia feminista, como as humanidades foram constituídas por pretensões de neutralidade e universalidade que apenas serviam para dar voz àqueles que tradicionalmente hegemonizaram o discurso científico. Ao comunicar tais perspectivas, não deixei de lançar mão do rigor, da objetividade e da crítica – muito pelo contrário; busquei realizar um exame minucioso das fontes levantadas e das questões elencadas neste estudo. As problemáticas que levanto foram postas constantemente sob suspeição e no próprio decorrer da tese, recebi também questionamentos que variaram entre argumentos válidos e outros tantos que não passaram de alegações meramente sexistas. Para Jablonka (2020), quando mais consciência o historiador tem da sua posição, mais a sua

pesquisa pode se revelar honesta, audaciosa e promotora de um debate crítico. E aqui, a confissão está feita.

Pesquisar sobre Herculana Vieira e perceber os silêncios da historiografia em relação à participação feminina na construção do conhecimento histórico nos oitocentos me fez ver o quanto a história da formação do nosso campo foi feita em cima do apagamento destas e de outras autoras que sequer conhecemos porque estão fora do cânone. Por conta de uma concepção hermética de história e historiografia, tais mulheres de letras acabaram sendo desconsideradas como praticantes da história, a despeito de suas obras. E isso é preocupante porque tem nos legado uma memória disciplinar fraturada e incompleta acerca da colaboração feminina na constituição do conhecimento histórico no Brasil. A ênfase no estudo das produções intelectuais oriundas do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, instituição criada em 1838, por mais importantes e seminais que sejam, acabaram privilegiando o onipresente homem de letras como detentor da memória e única voz a interpretar a nação. E depois de quase um século de fundação do IHGB, houve a criação dos cursos de História, a nível superior, gestados no país a partir de década de 1930. Mas a pergunta que importa é esta: de 1838 a 1930, onde estavam as obras históricas produzidos pelas mulheres em nosso país? Como lidar com a negligência em torno dessa memória intelectual?

São quase cem anos de uma produção considerada ainda pouco escrutinada pela nossa historiografia, em que pese as iniciativas localizadas em recuperar certas obras e autoras. Então, a pesquisa que apresento aqui tenta elucidar algumas dessas angustiantes perguntas, tendo como ponto de partida pensar a escrita da história de Herculana Vieira, buscando com isto, sair de uma “constatação resignada” (OLIVEIRA, 2018) para um diagnóstico operativo, intencionando reabilitar não apenas Herculana, mas outras autoras no quadro da historiografia brasileira. Contudo, tais esforços demandaram um trabalho analítico mais amplo, em que conjuguei a construção do magistério feminino na ordem imperial em diálogo com as possibilidades da constituição de um cenário letrado disputado também por uma intelectualidade feminina em formação, na segunda metade do XIX.

Quando menciono que Herculana é a ponta de um intrincado iceberg, isso diz respeito diretamente às perguntas que eu fazia quando me deparava com a sua trajetória e atividade profissional. Herculana foi uma educadora estrangeira. E me vinha a questão: Quantas mulheres estrangeiras trabalhavam com a instrução particular na província maranhense? Ela também foi uma professora pública. Dito isto, como se organizava o magistério feminino no Maranhão, sobretudo, nas primeiras décadas do XIX? Ela foi também uma mulher solteira e sem filhos. Quais significados uma sociedade patriarcal atribuía a essa mulher que não

casara? Herculana foi autora de obras didáticas. Quais outras professoras e escritoras se aventuraram nesse mister? Ela produziu uma obra histórica – quais outras autoras também se aventuraram, a partir de diferentes gêneros literários, na escrita sobre o passado brasileiro?

Tais perguntas, que começaram de um modo individual e seguiram caminhos mais amplos, se deram também pela necessidade de compreender os contextos pelos quais foram possíveis a emergência do trabalho da mestra luso-brasileira. E já no início desse percurso, percebia que esse estudo não era apenas sobre Herculana e sim como outras mulheres, professoras, escritoras e intelectuais se inseriram nas tessituras dos mundos do trabalho nos oitocentos. Construir um panorama mais vasto, com nomes próprios de mulheres esquecidas nos arquivos e presentes apenas em notas de rodapé, me forneceu mais segurança e capacidade para entender a ambiência social, política e cultural pela qual transcorreu a trajetória da autora do *Resumo da História do Brasil*. Decerto, a meu ver, a pesquisa ficaria fraturada se eu não buscasse responder a tais indagações – sobretudo, por entender que as mulheres constituem grupos premidos ou estimulados pelas condições concretas e porque, elas não são, de modo algum, pontos fora da curva ou excepcionalidades apartadas do seus tempos históricos.

Como me dispus a buscar tais respostas – e ora a historiografia me ajudava, ora o arquivo silenciava, ora a ausência de ambos me causava angústias – dividi a tese em três partes, para poder dar conta e organizar melhor, por meio das fontes que levantei, as aventuras femininas na seara do magistério e na escrita da história. Em alguns momentos, Herculana aparentemente some, e, em outros, toda atenção é dada a ela. Mas a mestra emerge nessa pesquisa como fio condutor mais amplo – ela é o começo, o meio e fim; a responsável por tantas bifurcações e apontamentos. Sem a descoberta do seu nome e o escrutínio de sua trajetória, dificilmente eu conseguiria conectar questões tão vastas como estas as quais me propus fazer. E fazendo isto, estou ciente dos riscos de um empreendimento que conta com uma temporalidade abrangente e com fontes tanto diversas quanto numerosas. As chances de imprecisões são maiores; pode haver divergências documentais; tanto quanto de informações e de datas. Em nome desse *baile* oitocentista feminino, amplo e coletivo, eu encarei o desafio.

Por vezes, ao escrever essa tese e coletar o maior número possível de mulheres envolvidas com a instrução, sentia que estava realizando algo que parecia ser um *baile das sobreviventes*. Eu queria registrá-las, marcá-las de algum modo, por meio de seus nomes próprios, pensando que alguma pesquisadora futura poderia se interessar por suas trajetórias e realizar estudos que avançassem para além de um pequeno vislumbre das experiências destas *vidas miúdas* (SCHUELER, 2015). O esforço em visibilizar autoras e intelectuais pouco

conhecidas, ocorre porque, no decorrer dos anos do doutorado, ter sido agraciada pela generosidade de pesquisadores e pesquisadoras que partilharam comigo tanto fontes quanto seus próprios estudos, a ponto de me sentir também imbuída do desejo de apontar fontes, problemas e temáticas, assim como autoras e obras que possam se tornar objetos de pesquisas futuras. Esse estudo também quis ser um mapa de fontes e referências para investigações outras.

Por estas razões acima postas, a tese se encontra dividida em partes. Foi uma estratégia metodológica e operacional para abordar a tríade que abarca o nascimento do magistério oitocentista feminino no Maranhão, a biografia de Herculana Vieira e um vislumbre acerca das possibilidades entre produção feminina e a escrita da história, na segunda metade do século XIX. As partes da tese se comunicam, tendo em vista o desenrolar da trajetória da mestra luso-brasileira – e eu sei mais sobre Herculana à medida que percebo como outras professoras e intelectuais se movimentavam em cena. A ideia, primeira e última, foi estabelecer um panorama conjuntural das mestras-autoras que povoaram a sociedade oitocentista no Maranhão e em outras províncias.

E aqui, recorrendo mais uma vez a Ivan Jablonka, apresento um *texto-pesquisa*, sobretudo, na medida em que a “história é menos um conteúdo e mais uma empreitada” (JABLONKA, 2020, p. 26), destacando, com isto, o caráter processual da construção do conhecimento. Assim, compreendo que o produto final deste estudo, que se traduziu em uma verdadeira *empreitada*, traz um registro de descobertas, um itinerário relatado da aventura da pesquisa, um compartilhar não só das fontes, mas dos olhares e hipóteses que atravessaram (e ainda atravessam) este percurso investigativo. A tese possui um recorte temporal preferencialmente centrado entre as décadas de 1840 a 1880, período no qual se desenvolveu a docência da mestra Herculana. Digo preferencialmente, porque em alguns momentos do texto, precisei recuar à década de 1820 para indicar a constituição do magistério feminino oitocentista no Maranhão. E, em relação ao espaço, grande parte das investigações estão pautadas na capital São Luís e na vila de Cururupu. No mais, conforme a necessidade do argumento, aponto também a existência de outras professoras-autoras e intelectuais situadas em outras províncias, porém, sem a ambição em examinar verticalmente tais escritoras.

Uma pesquisa interdisciplinar por vezes demanda um trabalho analítico com grande número de fontes; com esta, não foi diferente. Assim, busquei subsídios documentais em dicionários bibliográficos, em almanaques administrativos, em relatórios de presidentes da província, em livros de passaportes, nos censos realizados em 1855, em São Luís e no Recenseamento Geral do Brasil de 1872, na documentação referente à Instrução Pública

maranhense (atas de concursos públicos, ofícios, mapas de aula, dentre outros, localizados na Arquivo Público do Estado do Maranhão / APEM), em testamentos abrigados no Arquivo do Tribunal Judiciário do Estado do Maranhão e, sobretudo, nos jornais que circulavam amplamente na capital e vilas maranhenses. Também lancei mão de relatos e entrevistas para recompor os cenários de memória acerca da presença de Herculana no município de Cururupu. De modo secundário, mas não menos importante, não poderia deixar de destacar também a valorosa contribuição dos estudos que tematizaram o Maranhão oitocentista – sejam eles oriundos dos campos da História da Educação, da História Política e da História das Mulheres. Tais pesquisas me forneceram o amparo, tanto documental quanto analítico, para que eu pudesse caminhar com mais segurança por essa singular sociedade do dezenove.

A primeira parte foi direcionada para pensar nos múltiplos modos nos quais as mulheres se inseriram nas tramas dos mundos do trabalho no Maranhão do século XIX, em especial, de São Luís, a capital da província. É um olhar pequeno e episódico, mas que buscou lançar luzes aos diversos ofícios desempenhados pelo sexo feminino, em contexto agrário e escravista. Deste modo, levei em consideração as distintas condições jurídicas, de raça e de classe, que atravessavam o cotidiano do trabalho feminino e que contribuía para configurar diferentes experiências laborais vivenciadas por elas. Apesar de priorizar o desenvolvimento da docência, olhar para outros papéis desempenhados pelas mulheres trouxe à tona um universo rico de experiências sociais e de inserções de sujeitos pouco vistos pela historiografia e bem menos documentados nos arquivos; mulheres que engrossavam a gente do povo, pertencentes aos setores médios e que operavam a sua sobrevivência concreta a partir de distintas condições de possibilidades.

Nessa ambiência social em que viviam mulheres escravizadas, libertas e livres, se deu a constituição do magistério feminino no Maranhão, aos moldes do que preconizava a Lei de 1827, a qual autorizava a abertura de escolas de primeiras letras para o público feminino. Sobre isto, eu “fujo” um pouco do recorte temporal proposto e retrocedo algumas décadas – mais precisamente, para a década de 1820, em que estão apontadas as primeiras professoras públicas da província maranhense. Disciplinadas pelo Conselho Presidial (que atuou entre 1825 a 1834), essas mestras são raramente citadas em estudos históricos, tanto mais antigos quanto mais recentes. Em que pese as importantes contribuições da historiografia da educação maranhense, há um certo hiato em relação a estudos sistematizados acerca das primeiras décadas após a Independência, no que tange à instrução feminina. Ao citar nominalmente um significativo grupo de mestras, regentes e diretoras que atuaram na instrução pública e particular na província, quis contribuir para que se vejam os processos históricos relacionados

ao fenômeno da instrução, para além das burocracias, regimentos, normas e instituições vigentes – que são também fundamentais, mas parciais, se esquecermos os sujeitos envolvidos em tais dinâmicas.

Paralelo a tais questões, também quis demarcar que o magistério feminino no Maranhão oitocentista existiu para além de Maria Firmina dos Reis. Ao trazer essa pequena provocação, busquei chamar atenção para um significativo número de professoras e diretoras que povoaram o cenário da instrução e da cultura letrada, que hoje se encontram esquecidas. Por outro lado, graças ao interesse de uma comunidade de pesquisadores e pesquisadoras, conhecemos bastante acerca da trajetória da romancista Maria Firmina dos Reis; mas o que sabemos sobre Herculana Vieira, sobre e outras mestras que atuaram na instrução pública maranhense? Conhecemos um pouco mais da atuação de D. Martinha de Abranches, uma das primeiras mulheres a fundar um colégio em São Luís, o de Nossa Senhora da Glória. Mas quais conhecimentos temos sobre as outras mulheres professoras e diretoras de estabelecimentos particulares de ensino? O que sabemos sobre as professoras e diretoras da família Franco de Sá? Portanto, os esforços da primeira parte deste estudo se propuseram a examinar, de modo mais amplo, as mulheres professoras que atuaram no magistério público e privado da província, em especial, São Luís, promovendo o “mercado do saber” (LIMEIRA, 2010), anunciando suas aulas e programas de ensino nos numerosos jornais saídos das prolíficas tipografias maranhenses.

A segunda parte da tese foi pensada para aprofundar os aspectos biográficos em torno da trajetória mestra Herculana. E aqui, segui uma linha cronológica, buscando recompor os cenários possíveis que abarcaram a sua longeva vida (1815-1903); talvez, pela ausência de fontes mais seguras, tenha sido este o momento do estudo em que mais lanço mão da *imaginação histórica*, esforço que fiz cruzando com contexto sócio-político do XIX. As informações a respeito de suas origens familiares são residuais e nebulosas. Sabemos, por meio de dicionários bibliográficos e pela memória oral de seus alunos, que ela era portuguesa, muito provavelmente açoriana, da Ilha Terceira. A partir destes indícios, tentei refazer um quadro possível de uma família lusitana, envolvida com o pequeno comércio, proprietária de poucos escravos e residente na capital São Luís. Isto é, os Vieira de Sousa replicavam um tipo de núcleo familiar cujo arranjo era bastante usual nessa ambiência urbana, sobretudo, nas primeiras décadas do pós-Independência.

Após reconstruir fragmentos da possível chegada de sua família no Maranhão, centrei-me em entender os processos que a levaram a se tornar professora primária – primeiro, atuando na instrução particular, e, depois, na instrução pública. Em função disto, busquei

reconstituir os seus passos quando lecionava para meninas em São Luís, o que começou a fazer ainda na década de 1840, por meio dos anúncios que a mestra publicara, oferecendo as suas aulas. A permanência no projeto do magistério fez com que Herculana prestasse concurso público para a cadeira de primeiras letras de Cururupu, para o sexo feminino. Assim, ao ser aprovada em 1855, a mestra rumou para a vila localizada no litoral ocidental maranhense, desenhando, novas experiências profissionais, que agora passam a ter uma dimensão *funcionarizada*, ou seja, Herculana passou a operar laboralmente no âmbito de uma burocracia provincial. A mestra se tornava professora pública – profissão esta que legou às mulheres, a partir do final da década de 1820, uma inédita posição no interior dos quadros do recente Estado imperial.

Mas a sua trajetória foi perpassada pelo acionamento de táticas e estratégias (CERTEAU, 1998), em nome de um projeto de vida que relacionava tanto questões concretas de sobrevivência, quanto a um projeto intelectual de formação de um povo; tais perspectivas integraram fortemente vários aspectos da trajetória profissional da “operosa educadora”. Transformei cada informação miúda que encontrava para pensar as experiências sociais possíveis de serem vividas por uma professora oitocentista, situada em uma vila à periferia do Império. Deste modo, busquei apontar e refletir acerca de sua condição celibatária, sobre os seus vencimentos no magistério, suas reiteradas incursões no ensino particular, os convites que recebera para reger outros estabelecimentos de ensino, bailes e festas dados em sua homenagem, os exames públicos que organizou, a sua luta pela aposentadoria, a morte na pobreza e a memória legada em torno de seu nome que ainda persiste no atual município de Cururupu.

A terceira parte é o momento que reúno as reflexões que teci ao longo dos anos do doutorado; conjugando as possibilidades existentes na relação entre gênero e escrita da história, objetivei refletir acerca da participação feminina na produção do conhecimento histórico nos oitocentos. Em virtude deste propósito, fiz o duplo esforço de, tanto apontar a produção feminina que tematizou o passado brasileiro, desenvolvida na segunda metade do século XIX, quanto de indicar teóricas que abordam essa questão por meio de um viés da epistemologia feminista, quais sejam: Bonnie Smith, Natalie Zemon-Davis, Hilda Smith, Nicole Pellegrin, Angelika Epple, Sylvia Paletschek, entre outras. Ao categorizar as aventuras femininas pelo gênero histórico, busquei operar com critérios mais amplos de escrita histórica: memórias, biografias, autobiografias, obras didáticas, romances e dramas históricos integram o rol de gêneros literários que demarcavam práticas historiográficas possíveis às intelectuais que interpelavam, por meio de tais registros, o passado brasileiro. Procurei

também dar relevo aquelas que publicaram e/ou traduziram obras históricas no dezenove, com o intuito de apontar uma fenda investigativa que merecerá, certamente, uma atenção mais específica por parte da pesquisa histórica.

Ao colocar tais perspectivas em curso, na sequência, pretendi capturar a dimensão historiadora da atividade intelectual de Herculana, dimensão esta que estava umbilicalmente ligada ao exercício do magistério, considerando que a sua obra histórica possuía finalidades claramente didáticas e pedagógicas. Com isto, chamo atenção para a operação historiográfica (CERTEAU, 2002) que a mestra procedeu ao publicar em 1868, o *Resumo da História do Brasil*, manual aprovado pela Inspeção da Instrução para ser adotado pelas escolas públicas e particulares da província. Concomitante a isto, procurei, além de pensar a recepção crítica da obra, descrever e analisar os processos editoriais e comerciais que tornaram possível a produção do compêndio, que saiu a lume em um contexto de efervescência cultural no âmbito do circuito letrado maranhense.

Para finalizar, elenco algumas possíveis contribuições da tese. E aqui trago, o que a meu ver, são alguns contributos metodológicos ligados à uma concepção de história que busca inscrever e registrar mulheres anônimas em uma memória histórica, por meio da pesquisa. Os movimentos da metodologia, baseados em uma tarefa indiciária, se pautaram em entender as intrincadas dinâmicas dos universos laborais possíveis às mulheres oitocentistas; nesse sentido, o exame destas vidas miúdas pode revelar processos e dinâmicas sociais mais amplas. O projeto de formação de um povo, pretendido pela ordem imperial, via instrução primária, não seria levado a termo sem a participação dos sujeitos que têm nomes, trajetórias e, por vezes, contavam com registros documentais de seus feitos no cotidiano. Seguir mais argutamente os passos daqueles e daquelas que deram vida à instrução é um modo útil de compreendermos as questões mais vastas de um século tão complexo e nuançado quanto foi o dezenove.

Uma outra contribuição, de ordem teórica, foi pensar como a produção feminina oitocentista, através do uso de determinadas práticas historiográficas, buscou escrever e interpretar acerca do passado da nação. Isto é, diante das fontes disponíveis para serem testadas e analisadas, a tarefa que se impõe é de ordem epistemológica, a qual demanda uma conexão entre as relações sociais de gênero, a História Intelectual e a História da Historiografia, propriamente dita. Tendo em vista tais problemas analíticos e metodológicos, procurei recolocar Herculana como uma historiadora e escritora ativa do candente projeto intelectual vivenciado a partir do pós-Independência, ligado à busca pela identidade nacional via produção da história pátria. Com isto, quis integrá-la à História da Educação e a História

das Mulheres. Mas não só. A mestra luso-brasileira é uma personagem fronteira e desafiadora, que exigiu esforços interdisciplinares para dar conta de sua intensa e multifacetada trajetória. Que este estudo sirva para demarcar o quanto as mulheres oitocentistas, ainda que mergulhadas em uma ordem patriarcal, conseguiram ser estratégicas e protagonistas em seus tempos de ação.

A produção deste estudo se deu em tempos sombrios e pandêmicos. Tempos de ascensão da extrema-direita, que, desde o golpe perpetrado com a presidenta Dilma Rousseff, em 2016, tomou de assalto o Estado brasileiro, impactando fortemente nos investimentos em pesquisa e educação; além de todas as mazelas que provocou, deixando uma terra arrasada no país, em termos do desmonte de políticas públicas, acelerando a tragédia social sobretudo, para aqueles mais pobres e vulneráveis. Pesquisar no meio da pandemia e nesse contexto desolador, além de uma provação emocional, também teve impactos diretos nas possibilidades de ir ao campo – arquivos e instituições de pesquisa – que se mantiveram corretamente fechados durante o período que em vidas de brasileiros e brasileiras estava sendo negligenciada a ponto de termos 700 mil mortes advindas do Covid-19. No entanto, com a aplicação das vacinas e a mudança de governo, com a eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva novas esperanças se acendem rumo um futuro em que os tempos sejam melhores para o povo brasileiro. Estejamos atentas, atentos e fortes.

I PARTE - MULHERES PROFESSORAS NA ORDEM IMPERIAL: MAPEANDO OS RASTROS DAS TRAJETÓRIAS DOCENTES NA PROVÍNCIA DO MARANHÃO

Todos esses fatos estão em algum lugar, presumivelmente nos registros e livros contábeis paroquiais; a vida da mulher média elisabetana deve estar espalhada em algum lugar, se apenas alguém se dispuser a recolhê-la e dela fazer um livro. Uma ambição que ultrapassaria a minha audácia, pensei, procurando pelas prateleiras de livros que não estavam ali, seria sugerir às alunas dessas famosas universidades que elas reescrevessem a história, embora deva admitir que, muitas vezes, ela parece um tanto estranha tal como é – irreal, tendenciosa; mas por que não poderiam elas acrescentar um suplemento à história, dando-lhe, é claro, algum nome não conspícuo, de modo que as mulheres pudessem figurar ali sem impropriedade?

(WOOLF, 1928, p.60).

1.1 Mulheres e os mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: a instrução e outros ofícios femininos

Em uma perspectiva atenta à história social do trabalho e em suas relações com o gênero (PIRES, 2016), torna-se fundamental enumerar as práticas que permearam o fazer feminino nos espaços públicos e privados no século XIX. Longe de querer abarcar um universo tão amplo e multifacetado, o que interessa aqui é demonstrar que o magistério feminino oitocentista, desempenhado pela professora Herculana Vieira, também estava inserindo um em um cenário produtivo maior, que diz respeito aos mundos do trabalho pertencentes à ordem imperial. Isto significa pensar em quais ambientes as mulheres maranhenses, (forjadas pelo gênero, classe, raça, geografia e distintas condições jurídicas) se encontravam e quais atividades econômicas eram desempenhadas por elas, o que exige recuperar a ambiência social pelas quais essas atividades transcorriam. Ademais, nos parece um tanto parcial pensar os cenários do trabalho no dezenove ausentando os papéis desempenhados pelas mulheres – e a profissão docente, nesse contexto, certamente foi mais um espaço aberto para a atuação laboral feminina.

Para Popinigis & Terra (2019), apesar dos avanços e das novas temáticas propostas pelos estudos acerca dos mundos do trabalho na sociedade oitocentista, o trabalho feminino vem ainda sendo pouco abordado no conjunto de pesquisas, de modo que “a incorporação da

potencialidade analítica das reflexões feministas para as perspectivas de gênero ainda está por ser explorada” (POPINIGIS, TERRA 2019, p.320). Tais perspectivas tanto criticam a dicotomia¹ rígida entre “trabalho livre” e “não livre” quanto apontam que a mão de obra feminina, doméstica, não remunerada, considerada anônima e invisível - se configurou em um dos sustentáculos da economia capitalista. Portanto, uma análise sobre a organização social do trabalho na ordem imperial não deve prescindir dessa questão, extremamente atravessada pelas relações de gênero, considerando ser a mulher, sobretudo a escravizada, além das mulheres mestiças, pobres e livres, aquelas que desempenhavam grande parte das atividades domésticas nas fazendas, nas casas e nos pequenos comércios. Não obstante, a atuação das mulheres na vida laboral do Império também foi marcada pela diversidade de atribuições, em que pese as diferenças e demandas urbanas de cada província:

Enquanto grande número de escravas domésticas exerciam tarefas *inferiores*, tais como limpar, carregar água ou serviços auxiliares de cozinha, outras, mais bem treinadas e especializadas, serviam como cozinheiras, costureiras, lavadeiras, babás ou mesmo governantas e virtuais damas de honra das mulheres ricas. Entre as famílias mais pobres, as mulheres escravas faziam toda a tarefa da casa e, geralmente, ainda trabalhavam fora. Vendedoras de rua algumas vezes ofereciam os seus produtos durante a parte do dia em que não se ocupavam do serviço doméstico. As escravas pareciam monopolizar o mercado de frutas, vegetais e, como confeitarias, alimentos prontos, enquanto os escravos vendiam carne e peixe (HAHNER, 2003, p.53-54).

A classe social à qual a mulher pertencia também impactava diretamente nas atividades laborais exercidas por elas, resultando em diferentes papéis e experiências sociais distintas. Nesse sentido, é possível afirmar a presença de grandes clivagens sociais existentes entre aquelas que ocupavam o topo da hierarquia, isto é, as mulheres da elite e aquelas que ficavam abaixo desse ordenamento - as mulheres pobres e escravizadas. Diferentes papéis, diferentes vivências. Mas também é possível apontar para uma miríade de outras ocupações laborais entre aquelas que estavam situadas no contexto das camadas pequenas e médias urbanas. E o papel desempenhado pelas urbes oitocentistas, distribuídas pelas capitais do império, com seus notáveis incrementos populacionais e profusão de atividades comerciais e culturais, contribuiu para complexificar a atuação feminina para além das imagens que existem cristalizadas no imaginário social, as quais giram em torno apenas da existência da mulher de elite em contraposição à a mulher escravizada; em que pese a existência das experiências sociais desse par dicotômico, a atuação feminina no universo do trabalho foi bastante ampla e diversificada.

¹ No artigo intitulado “Classe, raça e a história social do trabalho no Brasil (2001-2016)”, Popinigis e Terra (2019) retomam a crítica acerca da “exclusão dos negros, escravos ou libertos, da história do trabalho no Brasil” (p.1).

Antes de partirmos para analisar aspectos do cenário maranhense oitocentista, cabe tecer aqui um rápido apontamento; é evidente que a história de São Luís não deve ser tomada como a história do Maranhão, que, por sua vez, possui uma dinâmica social e econômica por vezes distintas, presentes no percurso histórico de outras regiões da província, a exemplo da ocupação do leste e do sul maranhenses (COSTA, 2018). Estamos tratando, portanto, de um espaço geográfico específico e que diz respeito a realidade histórica da capital da província, São Luís, situada ao norte, bem como, ao longo do estudo, direcionaremos a análise para a vila de Cururupu, situada também ao norte, mas inserida no Litoral Ocidental maranhense; São Luís, como capital e principal centro urbano e portuário, exercia uma considerável influência sobre as vilas mais próximas. Cururupu, por distar relativamente perto da capital, é uma delas, conforme demonstra o mapa abaixo:

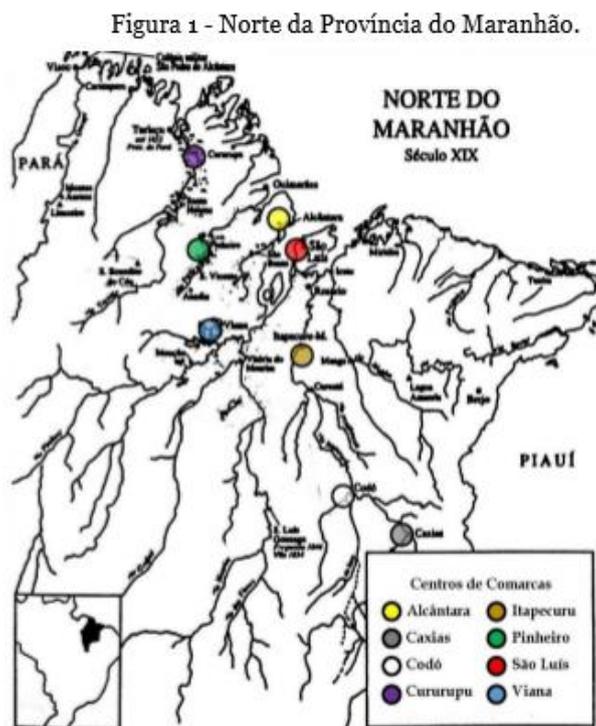


Fig (1). Fonte: REIS; GOMES, 1996, p. 435 *apud* COSTA, 2018.

Na segunda metade do século XIX, ocorreram diversos incrementos urbanos da cidade de São Luís², além da própria urbe experimentar um significativo crescimento demográfico³;

² Sobre a experiência social das pessoas negras em São Luís, de acordo com a geografia da cidade: “No espaço social de São Luís havia uma relação entre cor, condição social, circulação e moradia. Três freguesias constituíam o perímetro urbano da capital maranhense: 1ª Freguesia - Nossa Senhora da Vitória; 2ª Freguesia - Nossa Senhora da Conceição; 3ª Freguesia - São João Batista. A maioria da população classificada como branca

assim, a cidade, azeitada pelos lucros das atividades de agro-exportação, viu florescer casas comerciais, instalação de companhia de energia, melhoramento dos meios de transportes, tipografias, sociedades literárias e, para organizar uma capital em crescimento, também foram introduzidos códigos de postura a fim de ordenar o espaço social em que o trabalho escravo era a tônica dominante (LACROIX, 2012).

Tudo confluía para o redimensionamento da urbe que estava mais complexa e demandante de novos espaços de trabalho, sejam eles formais ou informais, atuando para diversificar as profissões e ofícios ocupados por mulheres. E assim como em outras províncias, o trabalho desempenhado pelo sexo feminino no Maranhão também assumiu uma feição majoritariamente cativa. É possível ver nos jornais anúncios de trabalhos domésticos desempenhados por escravas de ganho, geradoras de lucros e fontes de renda para seus senhores e senhoras. Eram comumente conhecidas como *ganhadeiras*. Também havia uma outra modalidade de exploração desse trabalho, que ficava a cargo das escravas de *aluguel*, contudo, cabe assinalar que

escravos de aluguel ou de ganho faziam parte do cenário ludovicense. Havia, porém, uma diferença sutil entre os dois modos de trabalho: no primeiro caso, o escravo proporcionava uma renda constante ao seu senhor, ao prestar serviços a terceiros durante um determinado período; o escravo de ganho, por sua vez, somava a algumas tarefas na casa de seu proprietário as atividades remuneradas que desenvolvia na rua (JACINTO, 2008, p. 51).

A imprensa periódica, através das sessões destinadas aos anúncios, contribuiu enormemente para que se compreendam quais ofícios eram os mais requisitados no universo das atividades das mulheres cativas e forras. E, sem sombra de dúvida, o da ama de leite foi um dos mais procurados na cidade de São Luís. O aumento populacional urbano favorecia a sua procura e aquecia o “comércio” baseado na oferta do leite materno. Mulheres escravizadas eram vendidas ou alugadas para amamentarem crianças de outras famílias, o que gerava, em contrapartida, um aumento de crianças negras abandonadas (PEREIRA &

no recenseamento geral do Império se concentrava na primeira freguesia da cidade, onde se localizava o principal bairro comercial da capital e as instituições políticas. Esse grupo também avulta na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, sendo bem menor na terceira freguesia, área ainda em expansão no começo da década de 1870. Os poucos caboclos que moravam na cidade também se concentravam na primeira freguesia, onde se localizava o porto da cidade, acesso fácil às praias licenciadas para venda de peixe. A população preta, composta majoritariamente por escravos, também se concentrava na primeira freguesia, ainda em números substantivos na Nossa Senhora da Conceição e, conforme todos os grupos analisados, tendo representação bem menor na terceira freguesia da cidade. Os pardos foram a única população a destoar do padrão de concentração dos demais grupos de cor, pois a maioria deles habitava a segunda freguesia da cidade. Eles eram encontrados numa quantidade significativamente menor que brancos e pretos na freguesia da Vitória e também eram poucos na terceira freguesia” (JESUS, 2019, p.10).

³ De acordo com Lacroix (2012, p.227), a partir da segunda metade do XIX, São Luís possuía entre 35 mil a 40 mil habitantes.

ABRANTES, 2013). Os anúncios destacavam, de um modo geral, que as amas não possuíssem vícios, que fossem saudáveis e que tivessem um “bom” leite, e, por vezes, que estivessem sem a “cria”. Não raro, elas ainda eram igualmente exploradas para os outros serviços domésticos – e as que os dominavam alcançavam melhores preços para os seus senhores ou para si mesmas (no caso das libertas e forras). No jornal maranhense *Correio d’Annuncios*, no ano de 1851 (edição 8)⁴, encontramos, em um só página, quatro pequenas chamadas relacionadas à oferta das mulheres negras como amas de leite. Vejamos:

- (1) **Boa, sem dúvida:** na casa nova de sobrado, n.12, Praça da Fonte das Pedras, tem uma bôa ama de leite molata, muito boa criadeira e, Amoroza; sem vícios alguns; e aluga-se em conta.
- (2) **Na rua** das Barrocas, casa n. 16 há para alugar uma ama de leite sadia e sem filho.
- (3) **Preciza-se alugar** ou comprar, uma ama de leite, na casa n. 22 da Rua da Cruz.
- (4) Nesta typ. se diz quem é a mulher forra que se aluga para ama de leite.

Paralelo ao aquecido (e cruel) mercado das amas de leite, havia também o dos serviços domésticos relacionados ao cozinhar, costurar, limpar, lavar e engomar. Os anúncios destes serviços, nos jornais, eram abundantes, corriqueiros e permeavam as páginas dos periódicos locais por boa parte do século XIX. O cuidado com as roupas ocupava um grande número de mulheres, pois o manejo de bastidores, linhas e agulhas atravessava o campo dos saberes e fazeres considerados femininos, exercidos no âmbito do espaço doméstico:

Ao longo de todo o século XIX, costurar em casa era muito comum. Esperava-se que as mulheres soubessem cuidar da roupa da casa, que incluía um sem-número de remendos, recosturas e transformações - além de inúmeras lavagens e do tempo dispendido passando as roupas todas. Todo esse trabalho significava um treinamento desde a infância, para as meninas. Nas famílias mais abastadas, não era incomum contratar-se, entre os diversos criados da casa, uma costureira para cuidar das roupas da família. Era um fenômeno que fazia parte da cultura ocidental e, no Brasil, costurar, lavar e cuidar das roupas era dos mais importantes afazeres domésticos, ao lado da cozinha. Geralmente, esses afazeres eram feitos por escravas domésticas (MONTELEONE, p. 1, 2019).

Nesse sentido, não foi pequena a procura por escravas de aluguel que dominassem o ofício da costura. Mas não só. Para além do domínio da habilidade de coser, de fazer rendas, bordados e reparos, havia a exigência, para que realizassem também atividades demandadas pela manutenção do vestuário familiar, tais como lavar e engomar as roupas. Portanto, esse trabalho específico com o vestuário envolvia etapas por vezes excruciantes, com roupas pesadas carregadas em formato de trouxa na cabeça, que exigia o deslocamento físico dessas

⁴ *Correio d’Annuncios: E Semanario Commercial do Maranhão, 1851, ed. 8.*

mulheres⁵, para fontes, chafarizes e cabeceiras de rios, a fim de lavar, ensaboar, enxaguar e secar as peças – e, a depender do tecido, diferentes técnicas deveriam ser empregadas de modo que o caro material não fosse afetado. No retorno às casas dos patrões, a última etapa desse custoso processo seria realizada, que consistia no ato de engomar por meio do uso de um pesado e aquecido ferro de passar, de modo que, finalmente se deixasse as roupas prontas para o uso. Seguem abaixo alguns anúncios⁶:

(1) **Pretende-se comprar** huma Escrava, que seja boa engomadeira, e costureira, quem a tiver e queira vender pode procurar em casa de Manoel Ferreira da Silva, defronte do Largo João do Valle.

(2) **Duchemin & C.** – Os mesmos alugão uma engomadeira que entenda alguma cousa de costura.

(2) **Na rua da Palma, n.41**, alugão-se duas escravas moças e pardas, sabendo cozinhar, lavar, engomar, coser liso e bordado, e tratar de cabelos de senhora; e outra costureira e engomadeira.

A manutenção da vida senhorial também dependia, fundamentalmente, da atividade exercida pela cozinheira, sendo essa bastante requisitada nos anúncios dos jornais – e não eram poucos aqueles que se dispunham a pagar para que essa função fosse desempenhada, separada das demais. Quanto mais abastada fosse a família, mais seria demandado que uma mulher cuidasse exclusivamente desse ofício, tão essencial à produção e reprodução da sobrevivência humana. Uma outra qualidade culinária destacada nos jornais, diz respeito às habilidades com a doçaria⁷, que se notabilizava por agregar valor ao conhecimento da cozinheira; geléias, frutas em calda, conservas e compotas se constituíam em desejadas iguarias que integravam a cultura alimentar imperial. Deste modo, fazer doces era uma atividade frequentemente divulgada⁸ como um predicado a mais da mulher cativa:

(1) **Vende-se hum casal de escravos** de boa conducta o marido para todo o serviço sem officio, a mulher de serviço de casa com algumas habilidades; também de vende huma mulata engomadeira, lavadeira, costureira, **doceira** e, para todo o mais serviço de huma casa de família, tratar com Cunha Sobrinho & Lamarão no Largo do Carmo, casa n.20.

⁵ Lacroix (2012, p.131), ao se referir aos poços de São Luís, espaços utilizados pelas lavadeiras, assim detalha: “vários poços com belos trabalhos em pedra e cal, água clara e sempre transbordante, fundo de areia branca, feitos pela escravaria, entre os séculos XVII e XIX, são testemunhos de nossa história. Foram espaços onde as comunidades se reuniam para lavar roupas, trocar ideias, contar ou saber das novidades, comentar escândalos familiares ou acontecimentos da cidade, desabafar as desditas, discutir, brigar pela disputa da água, namorar, recanto preferido pelos amantes a fiúza de dividirem o peso dos potes (...)”

⁶ Anúncio (1): Publicador Maranhense, 1834, ed.123. Anúncio (2): Publicador Maranhense, 1858, ed.281. Anúncio (3): Publicador Maranhense, 1862, ed.45.

⁷ Este ramo culinário se mostrava tão importante, que no século XIX, foram publicados alguns livros sobre a doçaria. E um deles possuía autoria feminina, intitulado *Doceira brasileira* (1856), de D. Constança Olívia Lima.

⁸ Anúncio (1): Publicador Maranhense, 1851, ed.1192. Anúncio (2): Publicador Maranhense, 1861, ed.15.

(2) **Venda de escrava** – Rua do Sol, n.90, vende-se uma escrava crioula de 30 a 31 annos pouco mais ou menos, própria para servir uma casa de família, cozinha bem, é **doceira**, cose liso, e lava, sem vício algum, quem a pretender, trate com o dono na mesma casa.

Um outro aspecto importante é como muitas dessas mulheres ocupavam a atividade de vender frutas, doces e outros alimentos, as quais ficaram conhecidas, desde a colônia, como “negras do tabuleiro”. Atuantes nos mercados e locais com boa circulação de transeuntes, elas “possuíam tão somente o seu tabuleiro onde expunham suas mercadorias” (ARAÚJO, 2014, p.370). Alforriadas ou não⁹, essas ganhadeiras transitavam mais livremente pela urbe e perambulavam pelas ruas e calçadas e por vezes se constituíam como uma preocupação do poder público provincial. Com seus tabuleiros de doces e outros quitutes, considerava-se que essas mulheres perturbavam a paz e a ordem de uma cidade que se queria *civilizada*:

(...) as atividades realizadas pelas ganhadeiras eram importantes para distribuição de bens essenciais a vida urbana, contudo, as autoridades tinham receio dessa livre circulação, já que elas faziam seu trabalho de maneira itinerante ou fixavam-se em pontos estratégicos da cidade, servindo de elementos de integração entre uma população considerada perigosa pelas elites. Este fator político, somado ao esforço do Estado para organizar e controlar a vida urbana no século XIX, levaria a muitos embates entre ganhadeiras e autoridades policiais (PEREIRA, 2016, p.51).

Outras atividades que eram costumeiramente exercidas por mulheres escravas ou libertas, também foram alvos de perseguição por parte das autoridades, e, nesse caso em questão, pelo saber médico. O ofício da parteira era marcado tanto pela condição cativa quanto desempenhado, sobretudo, por mulheres livres, negras e mestiças. Não obstante, os discursos médicos começavam a tecer críticas aos saberes destas mulheres, consideradas “ignorantes” que poderiam pôr em risco a vida das gestantes e das crianças (MOTT, 1999). Nos jornais maranhenses, encontramos algumas recorrências ao termo “parteiras” que nos chamaram atenção, e, sobre elas, iremos tecer alguns comentários. Em 1852, o jornal *A Marmotinha: jornal joco-sério, litterário e recreativo* (edição 4)¹⁰ publica um poema intitulado “Variedades”, de autor anônimo. Em um fragmento do poema, produzido em tom satírico, há um trecho no qual afirma jocosamente, que “mulata velha é parteira”. Mais adiante, em 1862, no jornal *Publicador Maranhense*¹¹ (edição 183), encontramos também um anúncio da venda do livro “Manual da Parteira ou pequena compilação de conselho na arte de partejar, escripta em linguagem familiar”, de autoria do médico Joaquim Antônio Alves

⁹ De acordo com Cristiane Jacinto (2008), essas escravas ganhadeiras tinham permissão para alugarem quartos, o que lhes dava também uma maior liberdade afetiva e familiar.

¹⁰ Ver poema completo no jornal *A Marmotinha*, 1852, ed. 4.

¹¹ Ver anúncio: em *Publicador Maranhense*, 1862, ed. 183.

Ribeiro. E em 1868, no jornal *O Artista* (edição 37)¹², foi divulgado um texto intitulado “Educação da mocidade artífice”, cujo objetivo era enumerar possíveis atividades de trabalhos manuais para as meninas do Asilo de Santa Tereza, de modo que, ao portarem alguma formação laboral e, estando elas imbuídas de sólidos princípios morais, evitariam, portanto, a entrada ao mundo da prostituição – esta última atividade era bastante temida pelos discursos vigentes que apelavam ao recato e à moralidade feminina de modo que suas *honras* estivessem resguardadas.

Mesmo consideradas o *sexo fraco*, com o aprendizado das virtudes domésticas e dos seus deveres sociais, elas poderiam contribuir com as despesas da casa e ajudarem a prover as suas subsistências. E uma das profissões que deveriam ser ensinadas no Asilo para as jovens, seria a de parteira, sendo esta devidamente habilitada em cursos específicos, como os que eram oferecidos em outros países, a exemplo da França. Por essa ótica, a parteira habilitada se tornaria uma solução tanto para superar a *ignorância das commadres*, quanto para mitigar o constrangimento das senhoras aos serem atendidas por médicos. As três ocorrências postas aqui acerca do termo “parteiras” entrelaçam, portanto, o desprezo racial e a desqualificação dos saberes das parteiras tradicionais, cujo ofício era considerado degradante, bem como a paulatina medicalização do ato do partejar, sendo este um domínio cujo a voz masculina se constituirá como autoridade científica.

Por outro lado, determinados ofícios poderiam render bons lucros, ainda mais se fossem executados por mulheres estrangeiras. Em ocasiões festivas, para as elites, o vestuário ordinário do dia a dia dava lugar a peças finamente elaboradas por alfaiates e modistas. Sobre estas últimas, duas delas, de distintas nacionalidades europeias, se tornaram conhecidas com seus ateliês na São Luís oitocentista: Madame Ballico e Madame Ory. Italiana e francesa, respectivamente, elas foram as responsáveis por trazerem o almejado estilo parisiense de se vestir para a capital da província maranhense:

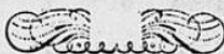
(...) as linhas diretas de navios entre a baía de São Marcos e a Europa facilitavam ou intercâmbio cultural e o acompanhamento da moda europeia. As senhoras dispunham de lojas para comprar os tecidos mais modernos e de costureiras, como a francesa Madame Ory, com ateliê na Rua Grande e da costureira italiana Teresa Viotti Balico, antes profissional na Corte de Turim, discípula da parisiense Mme Fornach, com atelier no Largo do Carmo. Eram anunciados nos jornais todos os modelos de vestidos, manteletes segundo os últimos figurinos e modas de Paris, compatíveis com a escolha e gosto das elegantes de bom tom, garantindo a qualidade do trabalho feito em suas oficinas. O fascínio por Paris, o deslumbramento

¹² Ver íntegra do texto em: *O Artista*, 1868, ed. 37. Interessante que esse texto menciona a importância das mulheres serem treinadas nas “artes”, devendo elas saberem mais do que costurar, bordar, cozinhar e fazer arranjos de flores. E uma prova disto, seria o comentário sobre uma confissão feita pelo tipógrafo José Maria Correia de Frias, que estava treinando a sua filha para assumir a tipografia da família, isto é, às mulheres também poderia ser preparadas para assumirem negócios considerados masculinos.

por tudo que vinha da Europa foi introjetado na elite maranhense (LACROIX, 2012, p. 212).

Assim, a moda enquanto símbolo de poder, tanto quanto construção social e estética de um vestuário que pudesse diferenciar as mulheres da elite do restante da sociedade, se tornou uma das fontes de renda mais promissoras para mulheres, sobretudo, as estrangeiras. Mas também essa ocupação liberal promoveu a subsistência de um significativo número de costureiras dos setores médios da sociedade, bem como utilizava a mão de obra das escravas de aluguel, contratadas temporariamente para dar conta das encomendas oriundas dos ateliês de luxo frequentados por senhoras da elite. Separamos alguns anúncios que demarcam a pluralidade do ofício de costureira, que arregimentava tanto mulheres de diferentes condições jurídicas, escravas de aluguel, quanto mulheres pobres e livres:

LARGO DO CARMO

N. 8.  N. 8.

M^{me} BALICCO

COSTUREIRA MODISTA

Despachou para a **13^a Quaresma** cortes de vestidos de seda pretos de varios preços, tanto de duas saias como de 3 folhos, bordados.

NOBREZA de Lion de varios preços—Chamalote preto—Toucados, e enfeites pretos para cabeça—Chapéos pretos para Senhoras, veos &.

FITAS de velludo, de seda, franjas, requiffes, guarnições, botões e laços de novidade, fillés, rendas, botinas e sapatos para meninas e Sras.—Pentes de tartaruga, collarinhos e manguitos—Luvas bordadas e intermeios finissimos—Barbas—baleias para vestidos—Retros e toda especie de aviamento para costureiras & &.

CHAPEOS, botinas e chinellos para homem, camizas, ceroulas, meias cruas sem costura, peitos de camisa de linho, e de algodão, bengalias, chicotes &&.

A preços fixos moderadissimos.

PERFUMARIAS SORTIDAS.

Publicador Maranhense, 1860, ed. 50.

E no ano anterior, Madame Thereza Balicco anunciava a sua busca para alugar costureiras para a sua oficina; entende-se que se tratava de uma escrava destinada para este fim; paralelo a esta busca, também almejava contratar uma cozinheira. E mais uma vez, entendemos se tratar de uma cativa para ocupar este ofício

—Madama Balicco precisa alugar umas costureiras que entendão do seu officio.
 —Assim uma rapariga para cosinhar, paga-se bem!
 LARGO DO CARMO N. 8.

Publicador Maranhense, 1859, ed. 210.

O ofício de costureira estava bastante capilarizado pela província e era uma das atividades domésticas e laborais mais exercidas pelas mulheres, tanto para o vestir-se no cotidiano, quanto para as ocasiões especiais e festivas. Uma *arte* ocupada tanto por estrangeiras, escravas de aluguel como também por mulheres brancas e pardas, pertencentes aos setores pequenos e médios. Abaixo um exemplo de uma costureira anônima divulgando o seu trabalho. Pela descrição do anúncio, depreende-se que se tratava de uma modista cujo serviço demonstrava-se ser mais acessível do que aquele oferecido nos ateliês de luxo. Chama atenção também que a costureira e modista divulga também seus serviços de professora dos trabalhos de agulha:

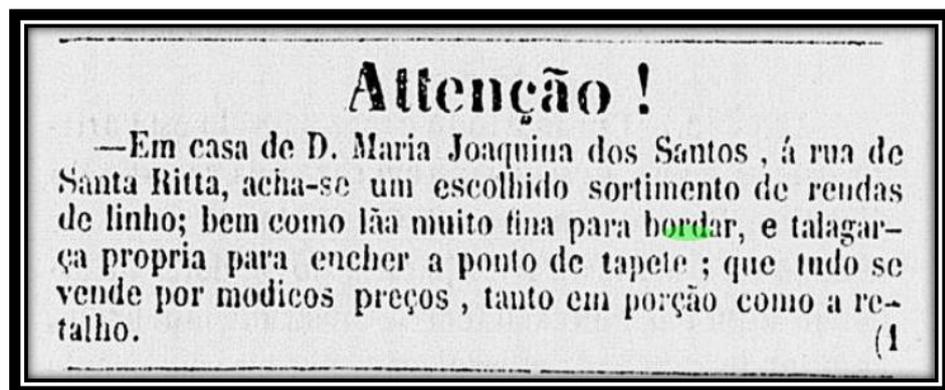
—Na rua da Palma, n. 9, ha pessoa perfeitamente habilitada e que se propõe a encarregar-se de fazer por muito modico preço e a contento dos freguezes os seguintes objectos, proprios da profissão de modista:
 Vestidos da ultima moda, Barquines, chapeos para senhoras, (encarregando-se tambem de concertar os que ja estiverem fora da moda), Manteletos, Quinzenas, Sapatinhos de lã para crianças, Fato para meninos, Meias abertas, Toucados de senhoras, Toucas para crianças, Redias de lã &c. Tambem ensina a bordar em seda, filô ou qualquer outro tecido.
 Promete-se presteza, perfeição e grande modicidade em preços. (2)

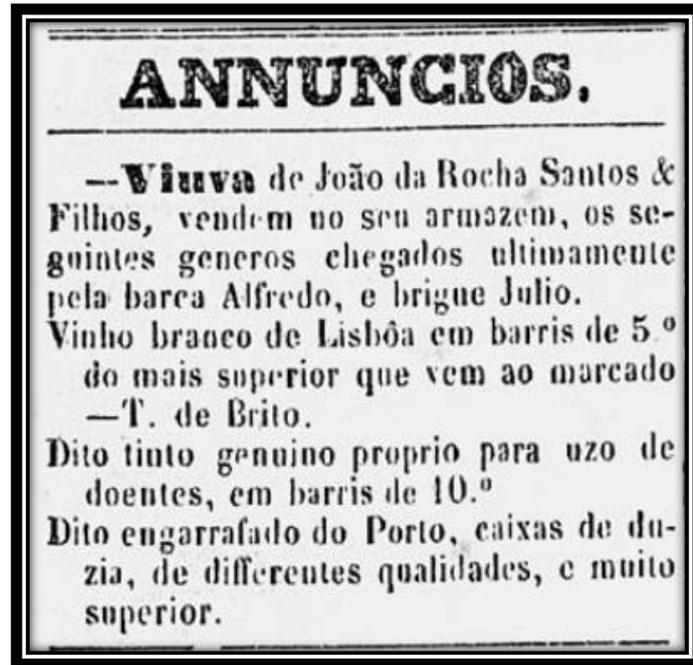
Diário do Maranhão, 1857, ed.149.

Mas nem só de ofícios ligados à vida doméstica que elas atuavam. As mulheres também se forjaram como pequenas comerciantes e proprietárias de lojas. Em São Luís, assim como em outras províncias, esse setor econômico era predominantemente masculino – desde grandes comerciantes a pequenos caixeiros, são os homens que desempenhavam tais atividades, marcadamente liberais. No entanto, encontramos alguns anúncios de mulheres donas de modestos estabelecimentos comerciais, ora na condição de viúvas ou em parceria com os filhos:

(...) o ingresso dessas mulheres no comércio e nas atividades agrícolas geralmente se dava quando herdavam tais empreendimentos de seus maridos ou pais. Nesse sentido, tornar-se viúva e/ou não possuir filhos adultos, permitia, ou obrigava, o ingresso feminino no comércio. O mesmo tendia a ocorrer no caso das órfãs solteiras, sem irmãos adultos ou parentes do sexo masculino (SOUSA, 2021, p. 5).

Todavia, cabe ressaltar que “o ofício do comércio dava certa liberdade e autonomia a essas mulheres e muitas foram bem-sucedidas na administração dos negócios” (SOUSA, 2021, p.5). De um modo ainda pouco conhecido na historiografia maranhense, determinadas mulheres, compelidas pela busca da sobrevivência, se impuseram como pequenas proprietárias e, de suas casas, operavam pequenos comércios formais, em um universo cujo as trocas mercantis eram bastante intensas. Vejamos esses dois anúncios de mulheres economicamente ativas no comércio da cidade de São Luís:





A Imprensa, 1860, ed.21.

Em uma lista de pagadores de impostos e seus respectivos estabelecimentos comerciais, publicada pelo jornal *O Paiz*, em 1879¹³ (edição 209), sobressaem-se nomes femininos. Para além das costureiras (Madame Ory, Esmeralda Maria da Conceição e Anna Jesuína de Lemos Fonseca) e diretoras de escolas (Rosa Laura Parga Nina, Antonia V. Franco de Sá e Felicidade Marques), que também continuam a ser bastante significativas, há nomes de mulheres à frente de pequenos negócios como a venda de cereais (Emília Rosa de Sá e Antonia Joaquina Serra), de carne seca (Filomena Barbosa Madureira e Maria Raimunda Rodrigues Martins), pequenos armazéns de depósito de cal (Francisca Thereza Martins de Almeida e a viúva de Francisco Antônio Franco de Sá) e padarias (Garcinda Rosa da Silva Botelho). Ademais, é provável que a maioria desses estabelecimentos lhes tenham sido herdados de um falecido pai ou marido, considerando que os impedimentos da própria condição jurídica feminina no tocante a uma atuação plenamente autônoma, por parte delas, como proprietárias de lojas comerciais:

Reafirmando práticas sociais e códigos morais do contexto social em que foi produzido, o **Código Comercial** de 1850 restringia e criava empecilhos legais para a plena participação das mulheres no comércio. As mulheres figuravam nessa legislação como se fossem sujeitos de segunda categoria; de fato não lhes era negado o direito de comerciar, no entanto, esse direito não era pleno, sobretudo se elas fossem casadas (SOUSA, 2021, p.8).

¹³ Ver lista completa no jornal *O Paiz*, 1879, ed.209.

Nacionalidades e Condição Jurídica	Profissão											
	Parteiras	Professoras	Empregada Pública	Artistas	Capitalistas e Proprietárias	Comerciantes, guarda-livros e caixeiros	Costureiras	Operárias do tecido	Lavradoras	Criadoras	Criadas e jornaleiras	Serviço doméstico
Brasileiras livres	3	16	1	4	30	21	65 7	1	26	1	222	577
Estrangeiras livres	-	4	-	2	6	4	22	1	2	-	42	29
Escravas	-	-	-	-	-	-	20 2	1	25	-	148	828

Fonte: Tabela (11) adaptada da Freguesia de N.S. da Vitória/ Recenseamento de 1872.

Ainda mais diversificado é o rol dos ofícios femininos catalogados pelo censo de 1872 nas freguesias de São Luís. Listamos apenas os dados referentes apenas à Freguesia de N.S. da Vitória, a mais populosa da capital. Assim, para aquele ano, foram identificadas a presença feminina (incluindo mulheres solteiras, casadas e viúvas, assim como brasileiras, estrangeiras e escravas) distribuída nas seguintes ocupações e profissões, como se depreende da tabela (1) acima

Concluimos, portanto, que a atuação das mulheres nas atividades econômicas desenvolvidas nos oitocentos foi bem diversificada¹⁴, em que pese a notória centralidade dos serviços domésticos e de costura ainda a absorver a maior parte do contingente feminino. Todavia, a partir dos dados de censo, é possível apreender que as inserções foram também plurais nos mundos do trabalho, as quais devem ser analisadas com mais atenção de modo a compor um cenário mais amplo do universo laboral possível às mulheres, atravessadas por distintas condições jurídicas, circunscritas a várias possibilidades em cena e condições materiais de existência.

¹⁴ Para além dos jornais, os almanaques administrativos também são fontes promissoras para entendermos a participação feminina no universo do trabalho, nos oitocentos.

Acerca das mulheres economicamente ativas no interior das classes abastadas, desponta o conhecido nome de D. Ana Jansen (1787-1868). *Donana*, como era alcunhada, é famosa no imaginário da sociedade maranhense até os tempos atuais, por suas ações cruéis com os seus escravos e seus opositores políticos. Essa senhora, dona de fazendas, pessoas escravizadas e imóveis, demonstrou ser bastante hábil em seus negócios, mantendo durante as décadas de 1830 a 1860, o seu próspero potentado local, cujo crescente patrimônio era administrado pelo pulso firme da *matrona*.

Ao tornar-se viúva pela segunda vez, Donana continuou a gerir pessoalmente seus bens com grande tino comercial aumentando o patrimônio que herdara: vendeu terras não cultivadas, conservou as fazendas de lavoura, ampliou suas atividades comerciais e comprou muitos imóveis em São Luís. Manteve controle absoluto sobre os negócios e a vida privada de sua família (JANOTTI, 1996, p.233).

De vantajosos acordos matrimoniais de familiares à participação na agitada vida política maranhense que separava bem-te-vis, cabanos, liberais e restauradores em lados opostos, nada escapou do controle exercido pela poderosa fazendeira. Tanto poder lhe custou também adjetivos desabonadores, sobretudo por se tratar de uma mulher que *pervertia* o lugar social que era reservado ao seu sexo. Considerada por seus detratores como alguém sem estirpe, sem cultura e sem refinamento, a figura de D. Anna Jansen foi habitualmente retratada pela historiografia e pela literatura através de uma intensa misoginia (ABRANTES, 2012). Prova disto, é que perdura até hoje no folclore local a lenda na qual a “Rainha do Maranhão¹⁵” desumana e sanguinária, reaparece para assombrar os incautos que vagueiam à noite pelas ruas escuras do centro histórico de São Luís.

Portanto, mulheres como D. Anna Jansen eram exceções em um cenário de pouca mobilidade e de grande desigualdade social, no qual começavam a se destacar algumas profissões intermediárias, possíveis às mulheres exercerem sem o peso do estigma social do trabalho braçal – que era um *thopos* fundante da sociedade brasileira e maranhense, assentada fundamentalmente na mão de obra escravizada.

Na São Luís oitocentista, é possível também falar das mulheres que trabalhavam no campo artístico? Sim, considerando a existência da atriz Apolônia Pinto¹⁶ (1854-1927), que, aos 12 anos fez a sua estreia profissional na peça “As ciganas de Paris”, encenada em 1866 no teatro São Luís, situado na capital da província (JANSEN, 1953). Nessa seara artística e

¹⁵ Epíteto utilizado por Jerônimo de Viveiros (1965) para intitular seu livro homônimo no qual reúne o anedotário popular sobre Anna Jansen.

¹⁶ Apolônia Pinto foi uma das maiores atrizes de seu tempo. Ver mais em Jansen (1953).

também musical, avulta o nome da pianista Estephania de Freitas Pastor (1843-1913)¹⁷, que também foi professora do instrumento. Outras mulheres que se aventuraram a ensinar piano para as suas discípulas, também tiveram destaque no universo laboral de São Luís. E alguns nomes se sobressaem, como os de Anna Amélia Godinho, Rosa Pereira dos Santos, Libânia dos Reis Carvalho, Amélia Leal Guimarães, Condessa de Maffei¹⁸, Raquel Ziegler, Margarida Pinelli da Costa¹⁹ e Anna Gertrudes Martins. Estas professoras de piano e canto anunciavam os seus serviços e préstimos nos almanaques e jornais locais (como o *Publicador Maranhense* e o *Diário do Maranhão*).

Deste modo, o piano, que fazia das moças de família tanto mais bem educadas aos olhos alheios quanto apresentáveis socialmente, se tornou também, para muitas, um meio de sobrevivência. A escritora maranhense Maria José de Bastos Ribeiro, em seu romance histórico publicado em 1942, *Maranhão de outrora: memórias de uma época (1819-1924)*, representa em uma passagem da sua obra, essa situação que entrelaça o ensino do piano pelas mulheres às demandas materiais da sobrevivência, citando o caso de uma senhora que se encontrava viúva e falida, nada mais lhe restando a não ser lecionar o instrumento que eximamente dominara:

É que ela professava a profunda ciência de não dar importância ao que diziam ou pensavam dela... Com que graça brejeira Mariquita tocava e cantava à guitarra! E que mestra era ao piano! E como, mais tarde, ele lhe proporcionou os meios de subsistência, com as lições que dava, ajudando-a a educar o filho quando perdeu a fortuna e o marido (RIBEIRO, 1942, p.130).

Portanto, em uma sociedade também hierarquizada pelo gênero, eram esses os ofícios tornados socialmente femininos: a professora primária e de piano, a modista, a dama de companhia, a diretora (que poderia ser estrangeira), a costureira e a florista. Educar, vestir, acompanhar, decorar e embelezar se tornariam profissões desempenhadas, em sua maioria, por mulheres, para outras mulheres, convertidas também em um mercado consumidor que, aos poucos, revelar-se-ia bastante próspero e lucrativo. Mas também

¹⁷ Em 1853, no jornal *Publicador Maranhense* (ed. 1451), Estephania já é citada como uma pianista e concertista talentosa. Sobre ela, trazemos a seguinte informação: “Ocasionalmente, capitalistas ligados à prolífica indústria têxtil de Caxias no final do século XIX promoviam concertos residenciais. Esse é o caso do português José Antonio Lopes Pastor, acionista majoritário da Companhia Industrial Caxiense. Sua cunhada, Estephania de Freitas Pastor (1843-1913), estudou no Conservatório de Paris, voltando a São Luís para participar de concertos e ensinar piano entre as décadas de 1860 e 1890, chegando a atuar ao lado de Arthur Napoleão (O Paiz, 1864b). Ao ficar viúva, mudou-se para Fortaleza, obtendo reconhecimento como musicista nessa cidade. Por fim, retornou à França, onde faleceu (Pacotilha, 1916c). Estephania é uma das mais antigas compositoras brasileiras, sendo registrado um *Salutaris* de sua autoria composto para a primeira comunhão da Igreja de Saint-Jean-Baptiste de Grenelle, em Paris” (CERQUEIRA, 2019, p.122-123).

¹⁸ Atriz e cantora italiana que aparece listada no Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial de 1859, como professora de música, ensinando às meninas piano e canto, em sua residência na rua do Sol.

¹⁹ Diretora do famoso clube de canto e dança *Sociedade Musical* (*Diário do Maranhão*, 1880, ed.3).

algumas se destacavam como artistas, comerciantes, acionistas – como apontaram os dados do censo de 1872.

O trabalho doméstico e as atividades de costura ainda recaíam com força entre as mulheres escravizadas e as pobres livres, absorvendo intensamente a mão de obra deste segmento em relações marcadas pela exploração econômica. Contudo, para outras mulheres trabalhadoras pertencentes às camadas pobres e médias, seus ofícios lhes permitiam amealhar uma certa renda e obter um lugar de prestígio junto à sociedade, sobretudo as modistas que possuíam seus ateliês para vestir as senhoras da elite com tecidos finos em suas ocasiões especiais, quanto às diretoras de colégios femininos e professoras, muitas estimadas por coronéis, jornalistas e políticos, como no caso de Herculana Vieira e, que se tornariam um dos esteios morais das localidades onde viviam.

1.2 Instrução pública e particular na segunda metade do século XIX em São Luís: órgãos reguladores, instituições e educação feminina em um breve panorama do cenário local

Torna-se impossível abordar sobre Herculana Vieira sem apontar as tramas nas quais ela estava situada. E aqui, temos uma *vida miúda* (SCHUELER, 2015) que, ao participar da história como agente, se comunica intensamente com as instâncias educacionais e culturais de seu tempo. Herculana, a partir do seu lugar social como professora-autora, se relacionou com variadas instituições de ensino, com tipografias, com os jornais impressos, isto é, ela experienciou, de modo intenso, a profissão do magistério ser tornada, cada vez, uma profissão relacionada ao Estado imperial, o que exigia, portanto, uma maior relação dos mestres e mestras com as burocracias de um cargo disciplinado e normatizado por regras, regulamentos e pareceres que buscavam, nesse sentido, organizar a instrução pública e particular na província do Maranhão.

A São Luís imperial da primeira e segunda metade do século XIX viu surgir novas escolas para meninos e meninas, edificadas de acordo com variadas finalidades educativas e interesses políticos; escolas estas que estavam relacionadas às demandas formativas e produtivas de uma sociedade em transformação, inserida na dinâmica de um capitalismo situado na periferia do Império:

É necessário compreender que século XIX assistiu ser protagonizada uma determinada vontade de verdade: tornar a formação do povo um problema. Sendo estabelecida como tal, seria mister investir na solução daquele problema, forjá-la, legitimá-la. É quando se vê nos documentos oficiais, nos impressos, nos livros e nos discursos, de uma maneira geral, pulularem propostas, debates e projetos, cuja intenção era tornar a instrução algo viável (LIMEIRA, 2010, p.82).

Propostas e projetos educativos que buscavam se viabilizar no contexto de uma sociedade juridicamente escravista e economicamente agro-exportadora, que, ao mesmo tempo que anunciava mudanças, também enunciava permanências e rígidos lugares sociais para os sexos. Considerando que Herculana viveu e trabalhou na ambiência social da cidade de São Luís e da vila de Cururupu no contexto da sua trajetória profissional, experienciada entre o final da década de 1840 e o início dos anos de 1880, torna-se necessário apontar as instituições e estabelecimentos de ensino, sobretudo aqueles voltados para o sexo feminino, de modo que seja possível compreender o lugar da mulher educada e letrada na sociedade maranhense.

Para o campo da História da Educação, a pesquisa em torno das instituições escolares tem se mostrado bastante promissora na medida que revela “as possibilidades de materialização de práticas, representações e possíveis experiências históricas dos agentes envolvidos no engendramento de *culturas escolares*” (SCHUELER, 2015, p.22). E, ao articular tais possibilidades às relações de gênero, podemos observar os projetos políticos que subsidiavam as iniciativas, sejam elas religiosas, estatais ou privadas, de organizar práticas de ensino voltadas para o sexo feminino. Nesse sentido, a educação das mulheres estava inicialmente inserida em discursos que visavam educar as meninas para que correspondessem aos ideais de obediência, maternidade e domesticidade, preconizados tanto pelas leis vigentes quanto pelos costumes sociais oitocentistas que apelavam à um recato moral feminino.

A Lei de 1827²⁰, ao estender e autorizar a educação primária para o sexo feminino, “inaugura” a professora *funcionária pública* – que não é pouco, levando em consideração que as mulheres não eram admitidas em cargos públicos. Portanto, nesse contexto, a invenção da docência feminina, aos moldes do Estado Imperial, contribuiu para ampliar os espaços de atuação laboral destinados às mulheres, haja vista que mobilizou alunas, professoras e diretoras para a aquisição e oferta da educação formal. Deste modo, reveste-se de grande importância a inserção da mulher nos domínios da instrução pública e privada, haja vista que esse fenômeno nos propiciou, ainda que em menor número em relação aos homens inscritos nos mundos do trabalho nos oitocentos, a produção de determinados registros femininos. Para Munhoz (2019, p.45)

(...) no caso das mulheres professoras, não foi possível saber muito sobre as suas trajetórias fora da escola, pois na cidade ou na vida privada, mestras e alunas “sumiam” dos registros. Na documentação, há uma diferença de gênero significativa para a população letrada. Os homens letrados ocupavam cargos em instituições públicas, no mundo do trabalho como autônomos, participavam dos processos

²⁰ Convém assinalar que a instrução vinha sendo debatida antes de 1827 e teve também seus marcos legais em 1823, e, sobretudo, pela Constituição de 1824.

eleitorais e suas atuações em associações, irmandades e sociedades foram mais documentadas, sendo possível rastrear muitos outros fragmentos das vidas desses sujeitos para além do magistério. Isso não ocorreu com professoras e alunas, contudo, não significa que elas não tivessem vidas públicas movimentadas, mas, sim, que suas trajetórias foram menos registradas nas fontes.

Se, em relação aos homens a quantidade de registros formais femininos é bem menor, é lícito supor que o esquecimento, presente na relação com a memória social que é igualmente política, possui também uma dimensão de gênero. Sem sombra de dúvida, o fato de estarem subrepresentadas na documentação oficial acabava por favorecer também um maior apagamento das mulheres e das suas trajetórias no campo da história da escolarização. Neste ponto específico, concordamos sobremaneira com a reflexão posta pela pesquisadora Fabiana Munhoz (2019) quando assinala que as mulheres, à revelia de suas ações, foram quantitativa e qualitativamente menos registradas na documentação. Boa parte do que sabemos a respeito das mulheres professoras da ordem imperial está ligado ao discurso dos periódicos e aos registros oficiais. Foram poucas as professoras que falaram de si na primeira pessoa e legaram as suas memórias²¹ em diários, jornais e missivas. Todavia, as mestras oitocentistas maranhenses não formavam uma massa amorfa, mas eram movidas por ambições distintas, propósitos variados e elas mesmas formavam uma camada social bastante heterogênea, no que diz respeito à geração, etnia e classe social.

Mapear as instituições e estabelecimentos de ensino pelos quais as mulheres circulavam, é um passo importante para compreender a dinâmica que propiciou ao sexo feminino o acesso e permanência no universo das letras e da instrução; também para recuperar sujeitos e instituições que merecem entre nós, um investimento analítico maior do que notas de rodapé ou parágrafos curtos. Dito de outra forma, devemos ir além do nome para entendermos quais foram as mulheres que participaram do processo de constituição da escola primária no Maranhão imperial. Nosso intuito não é constituir uma reflexão individual e fragmentada, mas pensar que, considerando que a profissão docente possui uma história (NÓVOA, 1999), quem eram os sujeitos que davam vida ao ato educativo e que contribuíram para a institucionalização das primeiras letras na província maranhense.

E, para além das fontes documentais, alguns trabalhos nos ajudam a pensar o lugar da mulher educada na sociedade maranhense. Embora não tenha sido voltado para pensar a condição feminina, o livro de Jerônimo de Viveiros, intitulado *Apontamentos para a história da instrução pública e particular do Maranhão*, produzido em 1937, se constitui um estudo clássico da história da educação local e como uma importante fonte para entender

²¹ Podemos citar nesse grupo de memorialistas, as escritoras Nísia Floresta, Inna von Binzer e até D. Emilia Blanco.

as ações da política educacional na província. Ao lado do estudo de Viveiros, também temos as importantes obras *A educação na Baixada Maranhense*, de Maria de Lourdes Lauande Lacroix (1983) e *Política e Educação no Maranhão (1834-1889)*, de Maria do Socorro Coelho Cabral (1984). Estudos que foram e são ainda relevantes na medida em que acenam para outras possibilidades de pesquisas, indicando a vitalidade da área. E dos anos 2000 para cá, houve a profusão de investigações acerca da temática, – o campo de reflexão acerca do Maranhão oitocentista também tem abarcado a instrução pública e privada, no qual se destacam os estudos de Cesar Castro (2009), de Samuel Vellasquez Castellanos (2012), de Elizabeth Abrantes (2014), de Raquel Tavares (2009), de Diomar Motta (2003), de Marileia Cruz (2008). São investigações que percorreram caminhos plurais de pesquisas mas que guardam afinidades temáticas que nos deixam mais próximos do objetivo deste capítulo que é pensar tanto a organização da instrução maranhense no período imperial, quanto refletir acerca do lugar da mulher professora nas instituições de ensino na São Luís entre as décadas de 1840 a 1880.

Todavia, a organização escolar no Maranhão adquiriu um contorno mais consistente após a transição política, com a constituição de um Estado Imperial. E alguns marcos contribuíram para delinear a *forma escolar*²² que se estabeleceu na província após 1822. A Constituição de 1824 preconizava o direito à instrução elementar para todos os cidadãos e indivíduos livres; a Lei de 15 de outubro de 1827, que almejava disciplinar a instrução pública em todo o país, incluía a oferta de educação para o sexo feminino. Deste modo, os dispositivos legais concorriam para uma paulatina inclusão das mulheres nos bancos escolares – nota-se que com bastantes ressalvas, uma vez que às meninas era ministrado um ensino distinto dos homens. A elas não era ensinado a geometria e a aritmética se limitava ao aprendizado das quatro operações. Assim, os saberes desejados para a educação feminina giravam em torno do ler, escrever e prover-lhes a educação moral e religiosa. Acrescido disto, havia o ensino das “prendas domésticas”, isto é, dos trabalhos com agulha que envolviam o bordar e o costurar – aprendizados estes nos quais possibilitariam algum incremento da renda familiar, sobretudo, para as meninas das classes menos favorecidas.

Contudo, nem todas as vozes públicas faziam coro ao discurso que as mulheres deveriam aprender apenas esses conhecimentos, e aqui ausentamos os seus detratores, isto é, aqueles contrários à escolarização feminina para destacar as ideias progressistas de José Antônio Cândido. Para o professor e editor do *Farol Maranhense*, havia a necessidade de

²² Utilizamos o termo utilizado por Alessandra Schueler (2002) para fazer referência à organização escolar da cidade do Rio de Janeiro.

avançar e aprofundar o caráter intelectual e científico do ensino direcionado às meninas, que deveriam ir além do aprendizado de bons modos e de lições de costura. Conhecido como o “tribuno ardente” e homenageado por Aluísio de Azevedo em *O Mulato*, Cândido foi, como liberal, um grande entusiasta da educação feminina e afirmava que se as maranhenses, que já eram dotadas de uma “viveza extraordinária” fossem bem instruídas, daqui brotariam Sevignés, Staels e Genlis – fazendo referência às famosas escritoras francesas, que eram bastante conhecidas nos círculos intelectuais afora

À vista da futilidade desta razão que alegram esses rançosos e velhos zeladores de suas famílias, vamos mostrar os danos, que acarreta à sociedade à falta de educação do bello sexo. As maranhenses conhecidas em todas as partes, por serem dotadas de uma viveza extraordinária: muitas até tem mostrado gênio; e de certo se as ciências fossem cultivadas na nossa província, e as mulheres recebessem uma educação de que são merecedoras, talvez contássemos para ou futuro outras Sevignés, Staels, Genlis e etc, que ilustrassem para sempre as páginas da história da nossa província!!! (Publicador Maranhense, 1828, ed. 2).

Contudo, a política da instrução imperial não se configuraria em uma proposta tão arrojada e ambiciosa quanto aquela aventada por José Candido. A tônica do ensino destinado às moças era bastante incipiente, mas representava, a julgar pelas décadas anteriores à Independência, um avanço em relação ao desenvolvimento intelectual da mulher. A ideia de uma moça educada como esteio de uma família alinhada aos novos valores sociais que floresciam de uma proposta assentada em valores burgueses e cristãos, passa a ganhar cada vez mais adeptos. Mais bem educadas, elas poderiam ser melhores mães e senhoras cultivadas na arte das letras – um ideal que permeava mais fortemente as mulheres da elite dos que aquelas pertencentes às classes populares, embora a circulação destes discursos por todas as classes sociais, pois era divulgado amplamente o ideário que as mulheres desempenhariam com mais diligência seus papéis familiares de mãe e esposa à medida que fossem retiradas da total ignorância.

O final da década de 1820 no Maranhão não trouxe muitas mudanças²³ em relação à instrução, sobretudo à feminina. Viveiros (1953) recupera dados estatísticos dos anos de 1828 e 1829 e aponta que o número de matrículas do sexo feminino, nas aulas de primeiras letras era de 124, enquanto o de meninos, era de 429, distribuídos em aulas avulsas:

São de 1828 os primeiros dados estatísticos que temos: a aula de latim, que funcionava no hospital da Misericórdia e era regida pelo professor Sotero dos Reis, tinha 46 estudantes; a de retórica, do padre José Pinto Teixeira, 3; a de filosofia, de Frederico Magno de Abranches, 3; a de geometria, de Manuel Pereira da Cunha, 10.

²³ No campo cultural, a maior novidade do período ficou por conta da inauguração da Biblioteca Pública, em 1831.

No ano seguinte, os dados são mais completos: as escolas da Província contavam 553 alunos, sendo 429 do sexo masculino e 124 do feminino (VIVEIROS, 1953, p.33-34).

Embora Viveiros não mencione quem seriam as mestras atuantes nessas aulas e nem quais outras vilas estavam passando pelo processo de implementação da escola de primeiras letras, podemos aventar que o autor tratava fundamentalmente da realidade histórica de São Luís, capital da província. Ressaltamos também que, no período acima, as atribuições da instrução pública e particular ficaram sob a responsabilidade do **Conselho Presidial**, que atuou de 1825 a 1834 (ALMEIDA, 2013). De caráter provincial, mas vinculado ao governo central, ao Conselho cabiam a deliberação acerca da instituição de cadeiras, da promoção de concursos e da definição dos ordenados dos professores e professoras. A atuação deste órgão na instrução local está diretamente relacionada à edificação mais ampla de um corpo administrativo e burocrático do recém-operado Estado Nacional brasileiro (CIRINO, 2015).

Com o Ato Adicional de 1834, estabelecem-se características fortemente descentralizadoras e liberais, que vão reverberar diretamente na política da instrução imperial. O ensino primário e secundário, nesse sentido passaram a ficar sob a tutela legislativa das Assembléias Provinciais. No Maranhão, os efeitos práticos desta descentralização se verificaram na criação de novas cadeiras e abertura de escolas de primeiras letras, no envio de jovens para estudarem na Europa com a promessa de, no retorno, aplicarem seus conhecimentos para o desenvolvimento da província; na fundação do Liceu²⁴ em 1838 – que buscava preparar os filhos das famílias abastadas para o ingresso nos cursos superiores, satisfazendo assim a necessidade da formação dos quadros bacharelescos para o exercício de cargos públicos e administrativos. E ainda no ano de 1838 se planejava o estabelecimento de uma Escola Normal, de modo que fosse possível aumentar o nível pedagógico dos professores e difundir o método lancasteriano.

Em 1840, Felipe Condurú²⁵ foi o primeiro regente da referida escola, que não logrou êxito por falta de matrículas dos alunos-mestres – sendo convertida, por esta razão, em aulas de primeiras letras da capital, em 1844 (VIVEIROS, 1953). Importante assinalar que esta escola não previa o ingresso de alunas-mestras em seus quadros. As mulheres que se tornaram professoras públicas ou particulares dependiam de saberes oriundos da transmissão doméstica ou dos poucos conhecimentos aprendidos durante a escolarização formal. E aqui a figura de

²⁴ À semelhança do Colégio Pedro II, que – situado na Corte carioca, era o principal núcleo educativo voltado para formar os futuros quadros da elite dirigente do país.

²⁵ Felipe Conduro (1818-1878), além de educador, também escreveu obras didáticas, como a Gramática Elementar da Língua Portuguesa, atuou como lente do Liceu e foi um viajante-intelectual.

Felipe Condurú, junto com a de Sotero dos Reis²⁶, também é bastante requisitada, uma vez que os educadores eram presenças constantes nas bancas examinadoras de opositores e opositoras, isto é, de rapazes e moças que pleiteavam ocupar os cargos do magistério primário por meio dos concursos públicos.

A década de 1840, além das tentativas de fundação de uma escola normal na capital, traz também outras novidades, que caminhavam no intuito de racionalizar a instrução pública na província, através da criação e modernização das suas instituições. Deste modo, em 1840, foram organizados novos estatutos para o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios²⁷ - considerada até aqui como a principal instituição responsável por prover a educação de meninas órfãs e das senhoras desamparadas (RODRIGUES, 2012). Em 1843 foi criada a **Inspetoria da Instrução Pública**; e dois anos antes, estabeleceu-se a Casa dos Educandos Artífices²⁸. E, por fim, em 1849, “teve a instrução pública a sua primeira reforma²⁹” (VIVEIROS, 1953, p.49), cujo texto girava em torno da ampliação dos métodos de ensino (individual, simultâneo e lancasteriano) que deveriam ser utilizados pelos mestres e mestras, disciplinando também os ordenados do magistério.

À medida que a instrução pública e particular se espalhava por outras regiões da província através da criação de aulas e cadeiras para o ensino primário e secundário, e se complexificava, tornava-se necessário criar um órgão capaz de fiscalizar, avaliar e estabelecer políticas de controle para acompanhar a ramificação da malha escolar, tanto pela capital, quanto pelos sertões³⁰. Nesse sentido, a Inspetoria apesar de criada em 1843³¹, passa a desempenhar seu papel de modo mais efetivo somente a partir do ano de 1844, após o arrefecimento das agitações da Balaiada ocorridas no interior maranhense. Organizada em torno de uma estrutura hierárquica que contava com uma rede de inspetores, delegados literários, professores, professoras e demais outros agentes envolvidos na instrução pública e privada, este órgão teve uma atuação normativa abrangente, regulando o cotidiano das aulas e escolas primárias e secundárias do Maranhão, até o final da década de 1880. Para Castro, Castellanos e Coelho (2015, p.67):

Cabia ao inspetor, juntamente com os delegados, a fiscalização e inspeção de todas as escolas públicas e particulares da província, no que se refere à regulação e à

²⁶ Sotero dos Reis (1800-1871) foi professor, crítico literário, poeta, jornalista e também autor de obras didáticas.

²⁷ Adiante abordaremos acerca da história do Recolhimento.

²⁸ Esta instituição de ensino funcionou entre 1841 a 1889.

²⁹ Lei n. 267, de 17 de dezembro de 1849 (CASTRO, 2009).

³⁰ Utilizamos este termo tal qual está posto no trabalho de Orlanda (2016), isto é, para designar as vilas mais distantes de São Luís, capital da província.

³¹ Criada pela lei n. 156 de 15 de outubro de 1843.

direção do sistema e do método prático do ensino. Entre as obrigações de dita instituição poderíamos citar: selecionar e organizar os livros didáticos e os utensílios para as escolas, no intuito de uniformizar os métodos de ensino e o material da cultura escolar; legitimar os regulamentos internos dos espaços escolares; orientar os professores sobre o desempenho de suas obrigações; observar os procedimentos utilizados pelos professores particulares; intermediar as negociações entre os professores e o governo, levando as solicitações, sugerindo representações, redigindo requerimentos e discutindo as exigências da classe docente, por meio da elaboração semestral de relatórios sobre o estado da Instrução Pública da Província; canal de mão dupla pelo qual professores, inspetoria e presidência da província pensavam, discutiam, denunciavam e negociavam as trilhas a serem tomadas na instrução da região.

A Inspetoria, nesse sentido, enquanto braço de uma burocracia estatal que cada vez mais se sedimentava, era uma verdadeira máquina de produção de documentos oficiais e extra-oficiais, pois todas as suas demandas deveriam ser registradas através de mapas, relatórios, representações, regulamentos, requerimentos e ofícios. E esta última documentação, os ofícios, foram uma forma preferencial de comunicação utilizada pelos professores e professoras para fazerem valer seus direitos por meio do apelo às prerrogativas das leis que os regiam.

Longe de tomar a classe professoral do Império enquanto categoria homogênea, o que os ofícios, enquanto artefatos da cultura escolar relatam são estratégias e necessidades diversas de homens e mulheres fustigados por condições inadequadas de trabalho; são inúmeros os pedidos de ressarcimentos de mais variadas naturezas (sobretudo, para custear-lhes o aluguel das casas que pagavam, onde funcionavam as suas aulas, quanto a itens básicos da rotina escolar, utensílios, materiais didáticos e mobiliário) de licenças médicas para tratamentos de saúde³², de queixas sobre a evasão escolar dos alunos, de pedidos de aposentadoria, de transferências de vilas e de melhorias nos ordenados, o que levava muitos a abandonarem o magistério ou complementarem os seus vencimentos com outras atividades profissionais (COELHO, 2017). Para se ter uma ideia melhor dos proventos docentes, trazemos a Lei n.282 de 28 de novembro de 1850, que fixou os valores dos vencimentos anuais dos professores e professoras de primeiras letras:

³² Tais pedidos eram analisados pela Junta Médica. Ver mais em CASTRO, CASTELLANOS, COELHO, 2015.

Professores de primeiras letras da capital	600\$000
Ditos de primeiras letras de Caxias e Alcântara	550\$000
Ditos de primeiras letras de Guimarães, Itapecuru-mirim, Brejo e Viana	450\$000
Professores das outras Cadeiras, inclusive o da dos Educandos Artífices	350\$000
Professoras de primeiras letras da capital	600\$000
Ditas de Alcântara, Caxias e Brejo	450\$000
Ditas de outras Cadeiras inclusive a do Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios	350\$000

Tabela (2). Fonte: Castro, 2009.

É possível apreender que as diferenças entre os valores dos ordenados refletiam o grau de importância que se dava a cada instituição e nível de ensino. Como as mulheres professoras públicas, devido ao baixo investimento na continuidade do ensino feminino para além das primeiras letras, elas acabavam atuando preferencialmente no 1º grau do ensino primário, e, na prática ganhavam menos que os homens (ABRANTES, 2014). Outra diferença apontada na tabela se refere aos valores dos vencimentos pagos àquelas professoras que lecionavam na capital, daquelas que atuavam nas vilas mais distantes e no Recolhimento, que, por sua vez, ganhavam menos.

Na província maranhense, o início da segunda metade do século XIX veio acompanhada por um exponencial aumento dos estabelecimentos escolares (CASTRO, 2009), o que, por sua vez, gerou um número maior de matrículas e contribuiu para expandir a escola elementar primária para variadas classes sociais; fenômeno este que guardava relações diretas com os propósitos das elites políticas em controlar e *civilizar* a população menos favorecida, constituída por indivíduos pobres e livres, através dos conhecimentos considerados socialmente relevantes para estes grupos, quais sejam: ler, escrever, contar e a instruírem-se nos princípios da doutrina cristã.

As décadas seguintes, a começar pela de 1850³³, trouxeram novos redimensionamentos para a instrução na província. Em 1854, a criação de dois dispositivos legais foram os responsáveis por introduzir mudanças significativas para nos níveis de ensino quanto para o ofício do magistério. Trata-se do **Regulamento da Instrução Pública** (voltado para reorganizar o ensino elementar e secundário) e do **Regulamento dos Professores da Província** (que visava, em sua maior parte, comunicar aos professores que as suas gratificações estariam atreladas ao número de alunos e alunas matriculados).

³³ Fundação em 1853 do Real Gabinete Português de Leitura (CASTRO e CASTELLANOS, 2015).

Após a implementação dos regulamentos mencionados acima, houve um aumento considerável de cadeiras de primeiras letras em outras vilas, situadas longe da capital, cadeiras estas que também ampliaram a oferta de aulas elementares para o sexo feminino. Se até 1850 as localidades que contavam com aulas em funcionamento para meninas eram São Luís, Alcântara, Caxias e Brejo, em 1854, a malha escolar destinada à educação do sexo feminino havia sido ampliada para as vilas de Viana, Guimarães, Turiaçu, São Bento, Mearim, Itapecuru-Mirim e Rosário. E novas cadeiras continuaram sendo criadas no período, provendo também as vilas de São João do Cururupu, Monção, Santa Elena, Codó, Pastos Bons, Carolina, Barra do Corda, Chapadinha, Anajatuba, Vargem Grande e Arary (CASTRO, 2009).
Todavia,

(...) em 1857, o número de escolas primárias para as meninas praticamente duplicou, mas o número de alunas não seguiu na mesma proporção, como se observa nesses dados apresentados pelo jornal *Publicador Maranhense*, de 29.04.1857: 50 escolas públicas de primeiras letras para os meninos, com 1775 alunos; 23 escolas públicas para meninas, com 304 alunas (ABRANTES, 2014, p.81-82).

De certo modo, a ampliação da educação ofertada às meninas pode ser vista como o atendimento da demanda escolar nas vilas mais populosas, condição esta preconizada pela lei de 1827; mas, também pode ser considerada como uma forma de inserção e maior controle da instrução ofertada pelo poder provincial nas vilas mais distantes da capital. Ademais, ainda que em circunstâncias por vezes incipientes e adversas, ampliava-se duplamente a presença de meninas nos bancos escolares quanto se aumentava os espaços de trabalho oferecidos pelo Estado às mulheres, que por meio dos concursos poderiam passar de professoras leigas a funcionárias públicas.

Também, nessa década, houve o surgimento de mais duas importantes instituições de ensino na capital São Luís: o Asilo de Santa Tereza (1855), escola de caráter civil para meninas pobres e a Escola Agrícola do Cutim (1859), estabelecimento direcionado para o sexo masculino, voltado para o ensino de técnicas agrícolas com o intuito de aprimorar a lavoura maranhense. Outras ações da Inspeção visavam aperfeiçoar as instituições de ensino já existentes, como o Liceu e a Casa dos Educandos Artífices, que recebem mais professores e têm o seu currículo diversificado com a inclusão de outras disciplinas (CASTRO, 2009).

Na década seguinte, a partir de 1860, a política da Inspeção da Instrução continuou criando cadeiras de primeiras letras para o sexo feminino em outras localidades da província; em contrapartida, fazia investimentos maiores e mais ambiciosos na educação direcionada aos rapazes, contando estes, tanto com a promoção do ensino profissional, quanto ao envio de estudantes para a Europa, a fim de se graduarem em cursos superiores nas áreas agrícolas,

médicas e tecnológicas. Tais práticas, de manterem jovens estudantes em instituições europeias, foram asseguradas aos jovens moços pela Inspetoria ao longo de toda a década de 1860, sendo essa despesa sempre mantida, à parte das crises financeiras dos períodos de recessão econômica da província (RODRIGUES, 2012).

Segundo Viveiros (1953), outro destaque desta década foi a ampliação dos estabelecimentos particulares de ensino. A instrução particular no Maranhão, portanto, recebe um notável incremento com a instalação de escolas privadas para ambos os sexos, denotando assim, um aumento quantitativo e qualitativo destas escolas na segunda metade do século XIX, conforme aponta Castelo Branco (2014). Outro ponto importante a destacar no período, se trata da eclosão da Guerra do Paraguai e o impacto que causara no ensino, uma vez que alguns professores primários pediram licença para atuarem como soldados no conflito, como foi o caso do professor de primeiras letras de Cururupu, Francisco Manoel Cunha Júnior, que atuou como voluntário das tropas brasileiras (ARAÚJO, 2005).

De um modo geral, as décadas de 1850 e 1860 foram as mais prolíficas em relação a investimentos na instrução pública por parte do poder provincial, verificado

pelo maior número de emissão de leis pelos presidentes da província. Acreditamos que isso se deu em função das condições favoráveis da economia devido a produção e exportação de produtos agrícolas como a cana de açúcar e algodão. Oportunizando aos cofres provinciais recursos para a criação de escolas de primeiras letras, contratação de professores, assistência às crianças pobres e desvalidas e a implementação de algumas políticas educacionais. Ao contrário, em outras décadas em que há uma recessão econômica, diminui os dispositivos legais em relação à educação (CASTRO, 2009, p.21).

A partir de 1870, importantes mudanças começaram a ser percebidas – mudanças estas vindas do cenário político da Corte, mas que tiveram impactos nas demais outras províncias. O discurso abolicionista começava a ganhar mais força e adeptos do norte ao sul, intensificando as críticas ao escravismo como força de trabalho desumanizadora e vista por alguns setores como sinais do “atraso” de um país. Paralelo a isto, a crise da flutuante lavoura maranhense estava a ser fortemente mais sentida e notória, gerando retração dos negócios dos fazendeiros e comerciantes, o que afetou, por sua vez, os investimentos na manutenção da instrução, que estavam ligados diretamente ao erário provincial.

Nesta década se presenciavam práticas ligadas ao associativismo na província³⁴; em 1870 é fundada a Sociedade Onze de Agosto, que estipulou aulas noturnas, com o objetivo de

³⁴ Outras associações e sociedades foram fundadas na década de 1870. No Maranhão, destacam-se a “Sociedade Maranhense Protetora dos Alunos Pobres, a Sociedade Onze de Agosto, a Sociedade Propagadora da Instrução Primária em Guimarães, a Sociedade Icatuense Protetora da Infância Desvalida, a Sociedade Beneficente Oito de Setembro, a Sociedade Protetora dos Artistas Caxienses, a Sociedade Beneficente União Brasileira, a Sociedade

instruir jovens e adultos operários, e também estabeleceu a segunda tentativa de instalação de uma Escola Normal – que mais uma vez não logra êxito, apesar das ações de grupos de intelectuais³⁵ esmerados em modernizar e promover o desenvolvimento da província por meio da oferta de uma formação pedagógica que qualificasse os professores e professoras para o exercício do magistério. Outras mudanças também se efetivam, do ponto de vista da legislação educacional. Assim, houve em 1874 uma outra reforma da instrução com a criação do **Regulamento da Instrução Pública e Conselho de Instrução**; ambos objetivavam estabelecer parâmetros normativos e de controle em relação ao funcionamento das aulas e ao comportamento dos professores, professoras e demais outros funcionários ligados à instrução, como os delegados literários e conselheiros. Também reforça a obrigatoriedade do ensino primário aos meninos maiores de 7 anos (o sexo feminino é excluído desse dispositivo) e arroga pela liberdade do ensino, facultando a abertura das escolas e colégios de instrução primária e secundária à particulares, desde que estes comunicassem seus propósitos à Inspetoria.

Viveiros (1953), para o ano de 1875 esboça dados brutos sobre a escolarização de meninos e meninas nas escolas públicas e particulares na província. As matrículas masculinas totais perfaziam o número de 5.128 alunos, enquanto que as femininas, alcançavam o número de 1.626 alunas. As disparidades da escolarização entre os sexos são gritantes; o único dado em que é possível estabelecer uma correspondência mais equânime diz respeito ao número de escolas particulares de instrução secundária: tanto para os rapazes, quanto para as moças, havia cinco escolas voltadas para este nível de ensino, englobando 376 matrículas do sexo masculino e 244 para o sexo feminino:

Mantinha a província, no ano de 1875, 136 escolas primárias, sendo 85 para o sexo masculino com 3.775 discípulos e 51 para o sexo feminino com 1.228. Total — 5.003. Particulares existiam 14 escolas — 10 masculinas com 504 alunos e 4 femininas com 154 alunas. Total — 658. Frequentavam, pois, as escolas primárias 5.671 indivíduos para uma população de 400.000 habitantes. O ensino secundário era dado no Liceu com 238 alunos, no seminário das Mercês com 235, em 5 colégios particulares para o sexo masculino com 376 e 5 ditos do sexo feminino com 244. Total: 1.093 indivíduos (VIVEIROS, 1953, p.80).

Pouco tempo depois, em 1877, foi instituído o **Regulamento paras as Escolas de Primeiras Letras da Província**, disciplinando questões relacionadas ao funcionamento das

Auxiliadora Maranhense, Sociedade Beneficente União e Tolerância, a Sociedade Beneficente dos Caixeiros, dentre outras” (RAMOS, 2017, p.54).

³⁵ De acordo com Castellanos e Castro (2015, p.86), “a criação da Sociedade Onze de Agosto foi uma iniciativa de vários intelectuais maranhenses, dentre eles, Antonio de Almeida Oliveira e João Antonio Coqueiro, os quais receberam apoio de Martiniano Mendes Pereira e de Manoel Jansen Pereira”.

escolas, aos deveres dos mestres e mestras, a organização das rotinas escolares e as funções desempenhadas pelos delegados literários (CASTRO, 2009). Assim, interpretamos que o aumento dos instrumentos e dispositivos regulatórios via legislação educativa era uma forma de estabelecer controle e reforçar o poder coercitivo provincial, contudo, tais propósitos esbarravam nas dificuldades e nas condições educativas incipientes que faziam a letra da lei não se transmutar em uma realidade satisfatória nas escolas maranhenses.

Deste modo, passaram a ser frequentes discursos salvacionistas que apelavam à figura do professor como o responsável pelo êxito do processo de escolarização, desconsiderando demais outras variáveis que diziam respeito às condições materiais de trabalho do magistério. E, entre os anos de 1877 e 1878, a imprensa pedagógica ganhou um periódico intitulado *Revista de Instrução e Educação*, cuja tônica reforçava os referidos ideais salvacionistas elencando a figura do professor e da professora como *sacerdotes* que atuavam em *templos leigos*, que seriam, por analogia, as escolas. A difusão da ideia de um professor-missionário estava afinada aos propósitos maiores relacionados ao discurso oficial do império que enxergava a profissão docente como “constituição de um lugar privilegiado para os professores na ação de civilizar o povo e construir a nação” (GONDRA & SCHUELER, 2008, p.173). A revista também promoveu discursos ligados à importância das famílias e da religião na educação das crianças e jovens de modo a garantir-lhes, de acordo com seus objetivos, o bom desenvolvimento moral e espiritual, necessários ao progresso da nação (RAMOS, 2017).

Do ponto de vista da instrução, o censo nacional feito em 1872 revelava, pela primeira vez em números e estatísticas, o quantitativo de pessoas instruídas e analfabetas, a parca escolarização da mocidade brasileira, as significativas clivagens entre livres e escravizados, entre pobres e remediados e entre homens e mulheres. Sensível a este ponto, o professor e advogado maranhense Antônio de Almeida Oliveira queixava-se que a freguesia de Nossa Senhora da Vitória, uma das mais populosas e instruídas de São Luís, contava com uma taxa de analfabetismo que girava em torno de 39% de uma população livre e adulta ³⁶ “situada em uma das cidades mais cultas do Império” (ABRANTES, 2014, p.95).

Uma das formas de superação deste quadro incipiente escolarização seria de expandir a instrução elementar às massas através do estabelecimento das escolas mistas. E, na

³⁶ De acordo com o censo de 1872, esta freguesia possuía 9.012 habitantes, sendo que 5.176 eram analfabetos (parcela composta por 2623 escravos e de 2553 indivíduos livres). Como a população cativa não era contabilizada para tais fins, os cálculos foram realizados apenas entre os livres. Deste modo, no universo de 6.389 homens, 2.553 eram analfabetos. Caso a estatística contabilizasse os escravos, o analfabetismo nesta localidade atingiria mais de 50% da população total.

província maranhense, um dos entusiastas da aplicação da co-educação era também Antônio de Almeida Oliveira. Favorável à ideia das escolas mistas e que as mulheres assumissem os primeiros anos da escola primária, também destacava a importância das professoras se formarem em cursos normais, porém, afirmava que as mulheres não podiam ocupar posições de liderança nessas instituições em virtude do seu “sexo fraco” (ALMEIDA, 1874 *apud* ABRANTES, 2014). Os debates ocorridos em várias regiões do país resultaram na lei de 1879³⁷, permitindo o ensino misto na escola primária:

A necessidade de professoras para o cuidado de crianças, exigida pelo Estado, acompanhada da visão da maternidade e do lar como ponto de partida para uma educação de qualidade, fez com que a educação feminina passasse a ser mais valorizada. Afinal, agora a política educacional assim o exigia e à antiga imagética de mulheres incultas, dedicadas exclusivamente aos misteres cotidianos do mundo doméstico, *locus* para o qual não eram necessário letras, nem conhecimentos científicos e se contrapõe à visão de mulher educada se conhecedora de métodos e conteúdos de ensino para desempenhar uma função pública intimamente associada às funções domésticas (ALMEIDA e BOSCHETTI, 2018, p.).

Todavia, no Maranhão as escolas públicas primárias até o fim da ordem imperial continuavam distintas para alunos e alunas, ainda que na prática e no cotidiano escolar, meninos e meninas tenham dividido a sala de aula em vários momentos³⁸ durante a segunda metade do século XIX. Contudo, a julgar pelo que as leis e regulamentos da instrução pública preconizavam, ao continuar editando concursos docentes separados por sexo para a escola de primeiras letras, o fenômeno da *feminização do magistério* na província maranhense foi algo ocorrido com mais intensidade após o advento republicano, reforçado pelo estabelecimento regular das Escolas Normais (SALDANHA, 2008).

Acenando grandes desigualdades entre a instrução ofertada à meninos e meninas, o fim do período imperial assinalava que, por mais que a malha escolar tenha sido ampliada, sobretudo nas décadas de 1850 e 1860, aumentando também o número de homens e mulheres trabalhando na docência, ainda era grande o número de crianças e jovens ausentes das escolas;

³⁷ 1879 também foi o ano em que se permitiu o acesso das mulheres ao ensino superior: “embora o ensino superior estivesse presente no Brasil desde 1808, com a vinda da família real, somente com a Reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte e o Superior em todo o Império – instituída pelo Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879, e que ficou conhecida como Reforma Leôncio de Carvalho – a mulher passou a ter esse direito citado” [...]. A primeira mulher brasileira a possuir um diploma de ensino superior foi Maria Augusta Generoso Estrela, que se graduou em Medicina no ano de 1882, porém nos Estados Unidos, não no Brasil. Desta forma, em 1887, Rita Lobato Velho Lopes (1867-1954) se torna a primeira mulher a se graduar no País na Faculdade de Medicina da Bahia, embora tenha iniciado seus estudos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e depois, por motivos familiares, se transferido para a faculdade em que se formou” (via <http://www.faperj.br/?id=2748.2.6>).

³⁸ Um dos exemplos foram as aulas mistas ofertadas por Maria Firmina dos Reis, em 1880 (CRUZ, MATOS; SILVA 2018).

além disso, a lacuna deixada por uma Escola Normal que não conseguiu ser duradoura afetou a formação de quadros mais habilitados para o magistério. De acordo com ABRANTES (2012, p.2),

Às vésperas da República, em 1888, o quadro oficial da instrução pública na província do Maranhão era de 90 cadeiras de instrução primária para o sexo masculino e 59 para o feminino, freqüentadas por 3.181 alunos e 1.547 alunas. Para os homens funcionavam também as aulas noturnas na capital, oferecendo instrução primária para cerca de 50 alunos, e 10 cadeiras do ensino secundário do Liceu, com um total de 191 alunos.

Isto é, numericamente, a incidência de meninos nos bancos escolares é o dobro do quantitativo de meninas. Do ponto de vista da oferta da instrução secundária, as alunas só poderiam cursar esse nível mais elevado em estabelecimentos particulares, o que elitizava as chances de alcançarem tal nível de ensino. Inexistiam, no contexto maranhense da ordem imperial, escolas públicas secundárias voltadas para meninas. Deste modo, as mulheres professoras públicas acabavam confinadas à atuação docente apenas nos primeiros anos da escola primária³⁹ (a escola de 1º grau), o que incidia em vencimentos menores, enquanto que as séries do 2º grau eram etapas mais direcionadas aos jovens moços. Por esse motivo, não foi o pequeno o número de estabelecimentos particulares destinados a oferecer o secundário para as meninas que pudessem pagar suas matrículas. E ainda assim, o secundário ofertado às moças diferia do ofertado aos rapazes: para eles, representava a possibilidade de ingresso em cursos superiores e o emprego em cargos públicos; para elas, aspirações intelectuais que seriam interrompidas tão logo o curso fosse completado, ainda que, para um pequeno número de jovens, sobretudo as mulheres solteiras, pudesse representar também possibilidades de inserção na profissão docente.

No Maranhão, o Liceu – escola secundarista, considerada de excelência - registrou a presença feminina somente a partir de 1890, com a implementação republicana da Escola Normal, que em São Luís funcionava em um prédio anexo ao Liceu (SALDANHA, 2008). Cabe assinalar também que a política educacional do Império estabeleceu diferenças curriculares para as meninas e meninos, tanto para o primário e o secundário; a intenção pedagógica foi baseada na oferta de educação para elas e instrução propedêutica para eles, em que pese as diferentes formas e experiências de escolarização presentes entre as décadas de

³⁹ Em outras regiões do país, como no Rio de Janeiro, havia também a atuação docente feminina nos kindergarten, jardins de infância (CHAMON, 2005). Contudo, o Maranhão não ficou alheio à estas discussões sobre a educação infantil – em 1887, na fala do então presidente da província, José Bento, ele ressaltava a necessidade de se estabelecerem jardins de infância e destacava experiências bem-sucedidas em torno do mesmo (ABRANTES, 2014).

1840 a 1880. Para Antonio de Almeida Oliveira, a educação feminina era um mister benéfico e os pais de família não deveriam impedir que suas filhas frequentassem as aulas primárias.

Assim o autor adverte-os:

Não, não temais cultivar o espírito desse sexo feito para espalhar o conforto e a doçura pela vida dos homens. Interdizer o estudo à mulher é obrar como Maomé, que para torná-la mais voluptuosa julgou conveniente negar-lhe a alma! Os conhecimentos úteis nunca prejudicarão as suas graças. Assim cuide ela tanto da inteligência como do coração, que a natureza lhe deu suscetível de aninhar as mais altas virtudes! (OLIVEIRA, 2003, p.346).

Falas como a do advogado e professor ajudam a pensar nas percepções populares acerca da presença feminina nas escolas imperiais; o intelectual alerta que o conhecimento adquirido por elas não afastará a “graça” de seu sexo, antes as farão caminhar pela estrada das “altas virtudes”. Apesar do flagrante sexismo do autor, resta claro que o seu apelo é para sensibilizar familiares para que enviem suas meninas aos bancos escolares, pois as mulheres necessitavam ser educadas – ainda que fosse para o “conforto dos homens”.

A mudança de sensibilidade operada em relação à instrução feminina ao longo do século XIX não deixa também de ser ambígua e perpassada pelos ideais de culto familiar e domesticidade. Tal preocupação, se por um lado, contribuiu para uma ampliação da escolarização do sexo feminino, por outro construiu acomodações de gênero para as mulheres, pensadas ainda como suporte de outrem, seja da família, seja da nação. Por sorte, o movimento feminista brasileiro, que ensaiava os seus primeiros passos, encampava questões mais ambiciosas e lutava através da imprensa e da literatura pelo direito à instrução e à plena participação da mulher nos processos políticos (DUARTE, 2017).

No contexto oitocentista maranhense, ainda que as mulheres tenham se tornado professoras e alunas, decerto que a maior preocupação era direcionada para o aprimoramento da educação dos meninos, que contavam com um corpo escolar mais abrangente e diversificado, com escolas técnicas quanto com escolas primárias e secundárias, capazes de prepará-los (os filhos das classes médias e abastadas) para o ensino superior e para que ocupassem altos cargos públicos. Todavia, mesmo com nítidas diferenças de políticas e de intencionalidades em relação à instrução masculina, a educação feminina passa cada vez mais a se consolidar como uma realidade na província, contribuindo para ampliar os espaços de atuação das mulheres e suas inserções nos mundos do trabalho.

1.3 Pensando o magistério oitocentista para além de Maria Firmina dos Reis

O interesse pelo cotidiano de trabalho do magistério feminino situado na ordem imperial não é, necessariamente, um tema inédito na historiografia da educação e dos estudos de gênero, contudo, pesquisas mais recentes⁴⁰ têm buscado responder a questionamentos e interrogações no sentido de aprofundar a compreensão sobre quais eram as mulheres e as estratégias utilizadas por elas para se produzirem, a partir de condições históricas concretas, como professoras públicas e particulares em um momento crítico de construção do Estado Nacional, a saber, na primeira e segunda metade do século XIX.

Das investigações de caráter mais amplo e generalistas (que possuem a sua importância para a pesquisa acadêmica), passamos para contribuições igualmente afinadas com os pressupostos da História Social e da História Cultural; entender o magistério feminino como invenção cultural articulada à demanda das transformações nos mundos do trabalho da modernidade capitalista ajuda a examinar os modos pelos quais as mulheres, com suas *vidas miúdas* se inseriram como trabalhadoras urbanas e rurais em contextos sociais específicos. Investigações pautadas metodologicamente na micro-história, na pesquisa indiciária, em jogos de escalas, na produção de biografias e trajetórias docentes, dentre outros, têm sido capazes de nos aproximar do cotidiano destas trabalhadoras para buscar as suas singularidades e superar generalizações imprecisas que são feitas em torno desses sujeitos (MUNHOZ e BORGES, 2018).

Uma outra novidade trazida no bojo destes estudos é que, longe de pensar as mulheres professoras de modo isolado e descontínuo, são pesquisas que compreendem a força relacional dos estudos de gênero e examinam os sujeitos históricos em mediação direta com seus tempos próprios de ação, atuando no coletivo, com as instituições às quais se formaram e trabalharam, com as demandas das políticas da instrução na medida em que desenvolvem estratégias e táticas possíveis de ação individual.

Para Michele Perrot (2016), a relação entre as mulheres e as fontes históricas é, estruturalmente, uma relação de tensão pautada por obstáculos e silêncios, os quais demarcam um intenso questionamento acerca das formas como (in)visibilizamos os sujeitos históricos na construção das narrativas, sobretudo, aquelas consideradas *oficiais*. Nesse sentido, quando analisamos a presença feminina na história dos intelectuais e na história da educação oitocentista, estamos quase sempre diante de mulheres que, deixaram fontes mais exíguas e

⁴⁰ Nessa seara, destacamos os estudos de Munhoz (2018), Alvarenga (2018), Chamon (2005), Muniz (2003) e Nascimento (2011).

que atuaram em um número menor em relação aos homens, comparando às suas ações na instrução pública e privada. Estes homens poderiam ser, além de professores, legisladores de políticas públicas, inspetores da instrução, diretores de colégios de prestígio e foram eles também, no contexto maranhense, os primeiros a receber formação pedagógica levada a termo pela Escola Normal. Isto é, a hierarquia dos cargos na burocracia da instrução é também um modo de expressão das relações de poder em que predomina a dominação masculina. A história da educação, portanto, vista tanto na perspectiva micro ou macro por meio da trajetória dos seus projetos de nação, se configura em um testemunho das intensas clivagens de gênero e das desigualdades sociais entre homens e mulheres. Portanto, é sempre um desafio ir além dos discursos hegemônicos e examinar os processos de constituição do magistério feminino oitocentista – estamos diante de um campo cujo foco de análise se deu em torno da instrução das meninas e da formação de um professorado composto por mulheres livres, em sua maioria, pertencentes dos setores sociais médios.

No Maranhão, desde o final da década de 1990 e início dos anos 2000, o campo historiográfico tem registrado importantes contribuições acerca da presença feminina na história da educação⁴¹, resultado, certamente, da mudança da sensibilidade oriunda das emergências, vivenciada nas últimas décadas, dos estudos feministas, de gênero e da História das Mulheres. Desta seara, destacamos, no conjunto das pesquisadoras da *mulher*, duas autoras que têm se debruçado especificamente acerca desta temática: Elizabeth Abrantes e Diomar Motta, cujo os esforços investigativos foram responsáveis pelo levantamento e análise das fontes educacionais em torno das meninas e mulheres educadas, nos contextos situados da segunda metade do século XIX até as primeiras décadas republicanas. Interessadas em examinar/denunciar o impacto do sexismo da sociedade brasileira e maranhense na escolarização feminina, quanto em recuperar trajetórias de professoras esquecidas pela memória educacional, Elizabeth e Diomar ampliaram caminhos e compuseram importantes repertórios de pesquisas que deram grande impulso a outros estudos, dos quais esta tese

⁴¹ Necessário citar que décadas antes, uma das primeiras obras, no estudo acerca das mulheres na história da educação e na historiografia brasileira é o trabalho da Madre Leda Maria Rodrigues (1962), *A instrução feminina em São Paulo*. A tese figurou como um estudo pioneiro e teve como recorte temporal a educação feminina nos períodos colonial e imperial. De certo modo, é possível aventar a hipótese do qual o “ineditismo” da autora em abordar as mulheres educadas em na história de São Paulo possuía ligações com a construção historiográfica e literária de imagens da mulher paulista que vinham se efetuando desde o modernismo e após a Revolução Federalista; Adalzira Bittencourt é uma das principais divulgadoras dessas representações que buscavam tanto enaltecerem-se como civicamente quanto heroicizar as ações das mulheres de São Paulo frente às demais outras brasileiras. Ver mais no artigo de Barbara Weinstein (2006), intitulado *Inventing the “Mulher Paulista” Politics, Rebellion, and the Gendering of Brazilian Regional Identities*.

certamente é tributária. Revisitar tais trabalhos é importante na medida em que podemos estabelecer com eles uma relação de crítica e de diálogo.

Também há que se dar destaque aos estudos firminianos (ZIN, 2018), que – ultrapassam o contexto maranhense e ganham abrangência nacional, considerando a importância da professora e escritora Maria Firmina dos Reis, que, com sua original produção literária de cunho abolicionista, tem reunido uma ampla gama de pesquisadores e pesquisadoras interessados no debate acerca do gênero, raça e literatura, ampliando, assim, a fortuna crítica em torno da escritora (ZIN, 2018). Mas é importante dizer que nem só de Maria Firmina dos Reis vive o magistério feminino oitocentista no Maranhão. Apesar da importância, Maria Firmina integra o conjunto de muitas outras mulheres que se aventuraram pelos caminhos da regência das primeiras letras na província maranhense. Logo, é necessário avançar e lançar luzes para outras trajetórias de professoras primárias que, além do magistério, se afirmaram também como diretoras de colégios, escritoras, tradutoras e jornalistas. São mulheres que operaram seus ofícios em uma relação dialética, pois inventam e são inventadas pela docência enquanto atividade que, se por um lado aloca a mulher no contexto de uma carreira profissional, por outro contribuiu também para conformar papéis sociais ligados à domesticidade e maternidade (LOURO, 2009).

Estudos mais verticalizados são úteis na medida em que conseguem examinar as especificidades relacionadas tanto às questões de gênero quanto ao processo de estatização da docência, ocorrido com mais intensidade a partir da segunda metade século XIX. Com a descentralização das políticas da instrução primária e secundária, a partir de 1834, é lícito supor que as províncias, ainda que visando à uniformização das suas políticas, também constituíram dinâmicas próprias de atuação em relação à organização dos seus sistemas escolares quanto a normatização das atividades desempenhadas pelo magistério. Sobre este último, Munhoz e Borges (p.1, 2018) apontam que:

Ao longo do Oitocentos, o ofício foi significativamente regulado por leis e por costumes oficiosos marcados pelas diversidades regionais, imperativos e urgências que, somados às experiências docentes (Schueler, 2001; Munhoz, 2012), conferem diferentes matizes aos processos de constituição da profissão. Também sinalizam os problemas e os efeitos do processo de inculcação de valores, de conformação e de adesão da população, via educação, a um projeto de governamentalidade, em que pesem os recorrentes movimentos insurgentes ao longo do Império.

A constituição histórica do magistério, portanto, se deu através de um conjunto de imposições legais que buscavam controlar e homogeneizar a atividade docente em seus variados níveis, imposições estas que possuíam dispositivos igualmente atravessados pelas

relações sociais de gênero, aos quais determinavam às professoras lugares profissionalmente distintos dos seus pares masculinos. Assim, a atuação das mestras na ordem imperial caminhou tanto entre possibilidades abertas de uma profissão que sinalizava para a constituição de uma carreira inédita ao sexo feminino quanto por limites acenados pelos dispositivos legais situados no interior de uma cultura assentada em bases sociais patriarcais.

Em que pese a centralidade das diretrizes legais oriundas da Corte, construir uma história mais ampla do magistério feminino na ordem oitocentista requer também olhar com atenção para a inserção da mulher professora nos diversos contextos provinciais – marcados por diferentes arranjos econômicos, condições urbanas e rurais, disputas de poderes políticos e partidários, bem como a circulação dos ideais formativos provenientes dos discursos científicos e religiosos que constituíram conflitos inerentes aos diferentes projetos de nação no interior de um mesmo território.

Por isto que aqui, pretendemos, sem intenção de fazer um exame exaustivo, apontar a diversidade das práticas do magistério feminino maranhense oitocentista a partir do conteúdo dos ofícios docentes enviados à Inspetoria, das legislações em curso, das publicações oficiais dos periódicos e do mercado docente veiculado pelos jornais, os quais as mulheres professoras ofertavam serviços da instrução através de colégios particulares ou aulas avulsas e isoladas. Seguimos, em alguns casos, o *fio do nome* (MUNHOZ, 2018) para buscar mais informações a respeito das mestras, das suas atividades desempenhadas e das instituições as quais dirigiam e ensinavam. Deste modo, partimos do pressuposto no qual os mundos do trabalho do Maranhão oitocentista são plurais e também atravessados pelas relações sociais do gênero; além disso, entendemos a mulher professora a partir das suas vivências em um universo laboral ambíguo e contraditório, situado nas fronteiras de muitos outros lugares “entre o sacerdócio, a burocracia, a militância política e o comércio” (GONDRA e SCHUELER, 2008, p.77-78). Assim, Herculana Vieira e Maria Firmina dos Reis são a ponta de lança um complexo iceberg povoado de muitas outras histórias de vida e de profissão que testemunharam a constituição social da docência primária na província maranhense.

1.3.1 Instituições públicas femininas religiosas e civis: entre o ensino das prendas domésticas e a produção/reprodução artesanal da docência

De um modo distinto, mas ao mesmo tempo semelhante às outras províncias, a educação feminina no Maranhão oitocentista ficou a cargo de recolhimentos, asilos, colégios, aulas públicas e particulares – reproduzindo, com efeito, um modelo de instrução feminina

que se consolidou através destas instituições durante a vigência do Império (SCHUELER, 2015). Outras práticas educativas não só antecederam como também coexistiram com esses estabelecimentos; estamos nos referindo aos processos de alfabetização do sexo feminino ministrados por algum membro da família ou desenvolvidos mediante a contratação de uma preceptora (para aquelas mais amparadas materialmente). Aprendizagens que ocorriam no ambiente doméstico e que estavam sujeitas, portanto, à vigilância familiar; sobre tais ações formativas reproduzidas nos espaços privados e parcamente registradas, delas pouco sabemos a respeito.

Um dos pontos de partida para pensar a educação formal ofertada às meninas e mulheres na província reside na construção do Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios⁴². Erguido em 1753⁴³ como fruto das ações do padre jesuíta Gabriel Malagrida⁴⁴ (NUNES, 2009), essa instituição foi responsável por aglutinar, desde o período colonial, meninas e mulheres⁴⁵ de diversos perfis étnicos e de variadas classes sociais (desde moças pobres e desvalidas até aquelas de origem abastada), que viveriam reclusas e que receberiam, no interior da instituição, uma educação moral religiosa, bem como aprenderiam os rudimentos da leitura e da escrita. Estes locais de reclusão eram úteis para a manutenção da ordem pública, pois “configuravam-se como espaços domesticadores e homogeneizadores da conduta feminina (...) por meio de uma poderosa ação disciplinar que incluiu conformismo e resistência, submissão e rebeldia, transigência e transgressão” (RODRIGUES, 2012, p.48).

O Recolhimento de N. S. da Anunciação e Remédios também arregimentava outras mulheres como trabalhadoras, as quais, por sua vez, integravam a hierarquia funcional desta instituição tutelada pela Igreja Católica⁴⁶. Deste modo, Rodrigues (2012) nos aponta que as atividades laborais da aludida casa estavam distribuídas entre a superiora, a regente, a vigária do côro, a mestra de ler, a mestra de costura, a sacristã, a porteira, a enfermeira, a despenseira, a refeitoreira e as serventes – e todas elas ocupavam distintas funções dentro da administração interna. Os homens que circulavam nesses espaços rigidamente controlados eram o Bispo, o

⁴² A instituição perdurou durante 142 anos (RODRIGUES, 2012).

⁴³ Autorizada a sua criação através do Alvará data de 1751.

⁴⁴ “Durante o período colonial, foram muitos os recolhimentos fundados por iniciativa dos padres: um dos mais famosos foi o jesuíta Gabriel Malagrida, que viveu no século XVIII. O primeiro recolhimento erigido pela ação de uma mulher de que se tem notícia data de 1576. Trata-se da Ordem Terceira Franciscana, dirigido por irmã Maria Rosa, em Olinda” (NUNES, 2009, p.485).

⁴⁵ De acordo com a classe social, a permanência no estabelecimento poderia ser gratuita, sobretudo às meninas pobres e órfãs; no caso das meninas de famílias mais abastadas, estas pagavam uma determinada quantia à Casa. O financiamento da instituição, ao longo de tempo, se deu através de esmolas, doações, mensalidades, rendimentos bancários e patrimoniais e dos proventos oriundos do erário da Coroa, e, após 1822, da província (RODRIGUES, 2012).

⁴⁶ Primeiro pela Ordem das Ursulinas e depois pelas Doroteias.

capelão, o procurador e o médico, bem como os escravos pertencentes a essa instituição, que estavam mais voltados para o trabalho nas partes externas da casa. Excetuando o topo da hierarquia em que se encontrava o Bispo, praticamente todo o funcionamento da casa estava em mãos femininas – mãos que eram remuneradas para assumirem tais ofícios e se constituíam como um pequeno microcosmos privado em que as mulheres poderiam exercer alguma voz de autoridade. Abaixo uma tabela (3) com os nomes das sete regentes que administraram a casa durante a sua existência:

Regentes	Período de administração da casa
Maria Josefa de Jesus Sacramento	1752-1793
Apolônia Maria do Sacramento	1800-1831
Ana Francisca do Coração de Jesus	1831-1859
Mariana Azevedo	1860-1863
Francisca Romana de Siqueira	1863-1879
Maria Madalena da Anunciação	1879-1881
Maria José Cascais de Abreu	1881-1886

Tabela (3). Fonte: Rodrigues (2012).

Portanto, durante os períodos colonial e imperial, o Recolhimento se configurou como um espaço privilegiado para a atuação laboral feminina as quais se dava em várias frentes, de acordo com as demandas e necessidades do local - que não eram poucas devido ao significativo número de egressas distribuídas em celas e aposentos. Além disso, a casa foi também palco para a atuação do magistério feminino através da oferta da instrução direcionada às recolhidas, sendo essa uma das funções mais intrínsecas da instituição, uma vez que a administração interna era composta também pelo cargo de professora: à *mestra de ler* caberia a responsabilidade do ensino das primeiras letras e à *mestra de costura*, o ensino das habilidades relacionadas a costurar, a dominar o ofício do artesanato e a executar trabalhos de bordado. Ocupar as recolhidas com essas atividades intelectuais e manuais (acrescida das religiosas) era uma forma de tirar-lhes da ociosidade na medida em que “a imersão em uma rotina extenuante visava à disciplinarização do seu corpo e de sua mente” (RODRIGUES, 2012, p.75).

A partir de 1841, com a implementação do Estatuto do Recolhimento⁴⁷, novas mudanças⁴⁸ passam a ocorrer no interior da casa, que ampliará a sua clientela à medida que o poder público provincial passava a ser um dos principais mantenedores da instituição. Como vimos anteriormente, as décadas situadas entre 1840 a 1860 demarcam uma temporalidade de avanços no campo da instrução pública maranhense – e a educação feminina também é contemplada por essa expansão. Contudo, o alcance continua a ser bastante limitado no que diz respeito ao um atendimento adequado às demandas educativas da população feminina, que extrapolavam o único espaço próprio existente para essa finalidade. Nesse sentido, o Estado se utilizava dos recursos humanos e da estrutura física do Recolhimento para fazer cumprir dois de seus propósitos, quais sejam: o assistencialista e o educativo.

Para Rodrigues (2012), a presença do poder público na manutenção financeira do Recolhimento fará com que haja uma redefinição dos propósitos da casa, que passarão a enfatizar mais a dimensão da instrução e menos a sua antiga função social que consistia na prática de recolher meninas e mulheres. A província pagará de seu próprio erário os ordenados das professoras primárias, que, por sua vez, serão profissionais inseridas nas tessituras de uma instituição mista, em que o aspecto religioso e moral predominava. Assim, a educação das recolhidas deveria primar por um ensino intelectual e manual que ocupasse todo o tempo as alunas, de modo a retirá-las da *perniciosa* ociosidade – uma prática cuja finalidade era torná-las boas esposas, mães esmeradas e habilidosas trabalhadoras que pudessem ser capazes de gerar uma renda para si mesmas ou para incremento do lar:

(...) o ambiente de aprendizagem, por sua vez, era o que mais oferecia a oportunidade de socialização entre as recolhidas. Como o objetivo das aulas de primeiras letras e das oficinas de corte e costura não se limitava a apenas oferecer instrução, mas prevenir a ociosidade com alguma atividade proveitosa, boa parte do tempo das educandas era ocupado com essas atividades, devendo haver aulas todos os dias, exceto domingos e feriados (ESTATUTO DO RECOLHIMENTO, 2009, p.361 *apud* RODRIGUES, 2012).

E dar aulas no Recolhimento representava para as professoras um chamariz importante, pois, considerando a função educativa da casa, a qual se configurava como um dos principais palcos para o exercício do magistério feminino – e um magistério que se comunicava intensamente com a sociedade à sua volta. O Recolhimento utilizava os jornais para divulgar as suas atividades, e, podemos apreender, a partir do anúncio escrito pela regente Marianna d’Azevedo Sacramento, que se tratava dos produtos e serviços feitos pelas

⁴⁷ Sobre os aspectos legais do Estatuto, ver Rodrigues (2012, p.61).

⁴⁸ Seriam aceitas meninas órfãs da Santa Casa de Misericórdia e aquelas outras oriundas de famílias abastadas, deveriam pagar uma determinada quantia mensal à instituição (ABRANTES, 2012).

recolhidas, constituindo, assim, um pequeno comércio interno que contribuía para a manutenção das despesas da instituição:

—A regente superiora do Reco-

lhecimento de Nossa Senhora d'Annunciação e Remédios de esta cidade, de accordo com a commissão permanente dos M. Rvms. Srs. Conegos Mestre Escola Luiz Raymundo da Costa Leite, Dr. Magistral Manoel Tavares da Silva, e Chantre Manoel Pedro Soares, e encarregada da inspecção e melhoramento do mesmo recolhimento, avisa que neste estabelecimento se recebem pensioistas, mezin pensionistas, e alumnas externas para instruil-as no ensino primario, bem como em todo trabalho de agulha, rendas, inclusive bordados de todas as formas, e feitos.

No mesmo estabelecimento promptifica-se toda a sorte de costuras, flores artificiaes, de penna e papel, hostias, doces de todas as qualidades, seccaõ ou de caldas; e tambem gomma-se roupa, para fóra; e tudo isto por preço razoavel, conforme a tabella existente neste estabelecimento.

A annunciante espera merecer a protecção dos Srs. pais de familias e do publico em geral.

Recolhimento, em San'Luiz do Maranhão, 6 de Junho de 1862.

D. Marianna d'Azevedo Sacramento.

Publicador Maranhense, 1862, ed. 171.

No contexto da expansão da educação feminina, mais uma mudança interna ocorre. Em 7 de janeiro em 1865, é fundado um colégio para meninas no interior das dependências do Recolhimento, acentuando a tendência cada vez mais educativa da instituição. Sob a denominação de Colégio de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios, era voltado para a instrução primárias e suas alunas poderiam ser pensionistas ou meio-pensionistas. Nesse momento, já não estamos mais falando de reclusas e sim de alunas inseridas em um colégio do tipo internato (ABRANTES, 2014). O quadro docente era formado por professoras e professores reconhecidos e contratados pelo estabelecimento devido as suas atuações no campo do magistério, de modo a “aumentar a credibilidade da sociedade ludovicense acerca do ensino intelectual das colegiais” (RODRIGUES, 2012, p.107).

Tabela docente do Colégio de Nossa Senhora de Anunciação e Remédios – década de 1860.

Professoras Titulares	Professoras Adjuntas	Professora de piano	Professor de Francês
- Maria José Pinheiro - Maria Joaquina Fernandes - Maria Joaquina Abreu	- Florentina Maria Paiva - Francisca Rosa de Souza Guimarães	- Rachel Elisa Rocha Ziegler	- Dr. Gentil Homem de Almeida Braga
Professor de Gramática Geral	Professor de Geografia	Professor de Desenho	Professor de Música Vocal
- Dr. Gentil Homem de Almeida Braga	- Dr. Gentil Homem de Almeida Braga	- Domingos Tribuzzy	- Cônego Raimundo Alves dos Santos

Tabela (4). Fonte: Rodrigues, 2012.

Interessante observar três distintos aspectos que chamam atenção na tabela acima. O primeiro deles, diz respeito à diferença de níveis hierárquicos entre as professoras, divididas entre titulares e adjuntas; isto é, trata-se de denominações utilizadas para distinguir aquela que já era considerada professora habilitada há mais de três anos (a titular), por vezes egressa de concurso público, daquela que ainda estava aprendendo (a adjunta), no sentido de adquirir os saberes necessários ao ofício a partir da própria experiência docente, na qual lhe habilitaria para lecionar na escola primária e ingressar em futuras cadeiras e aulas. Pertencer à classe adjunta significava também receber uma remuneração menor, uma vez que enquanto aprendiz, os vencimentos se limitavam a uma pequena gratificação⁴⁹.

A referida categoria foi disciplinada pelo Regulamento da Instrução Pública de 1854 através de oito artigos que visavam, resumidamente, estabelecer diretrizes e exigências relacionadas às pessoas, rapazes e moças que poderiam atuar como adjuntos e adjuntas. Caberia à Inspeção organizar as classes desses e dessas alunas, que fossem maiores de 12 anos de idade e oriundos da escola pública primária. Após a aprovação nos exames das primeiras letras, aqueles e aquelas alunas que demonstrassem o desejo de seguir a carreira docente, seriam submetidos a um novo exame promovido pela Inspeção através dos seus

⁴⁹ Ver tabela das gratificações em CASTRO, 2009, p.388.

delegados literários. Se fossem aprovados nesta etapa, iriam atuar como adjuntos por três anos seguintes, recebendo a cada ano, uma pequena gratificação que aumentava à medida que se “graduassem”.

Assim, a formação pedagógica destes candidatos e candidatas ao magistério, se dava por meio da atuação como adidos (ajudantes) nas escolas – os que tivessem mais de 18 anos poderiam atuar como substitutos dos professores e professoras, cobrindo-lhes em qualquer tipo de impedimento. Ao final desse período de três anos, a Inspeção realizava um último exame para finalmente habilitar profissionalmente o adjunto – que agora poderia ser nomeado como titular para as cadeiras primárias, sem a necessidade de participar de concursos ou de novos exames. Para Schueler (2002), ao analisar semelhante quadro na Corte, afirma que esse sistema de *reprodução do magistério* propiciou que muitos docentes constituíssem um certo monopólio da transmissão dos saberes do ofício os quais, por vezes, eram compartilhados com seus grupos mais próximos; não sendo raro, um dos resultados dessa prática acabavam por favorecer os familiares dos mestres e mestras em detrimento de outros candidatos.

Na ausência da Escola Normal, essas classes formativas que produziam o *professor-adjunto*, calcada no “aprender-fazendo” foram bastante frequentes em outras províncias do Império, tais como Ceará, Goiás, Paraná, Minas Gerais – incluindo também a Corte carioca (FRANÇA e SOUZA, 2018):

Tratada na literatura especializada como *formação artesanal* de professores, esse tipo de formação, segundo Heloisa Villela (2011), foi utilizado como um mecanismo de substituição quando “os orçamentos públicos tendiam para outras prioridades em detrimento dos investimentos para a escola normal (VILLELA, 2011, p. 113 *apud* FRANÇA e SOUZA, 2018, p.4-5).

No contexto maranhense do século XIX, este é um ponto da história da profissão docente que carece de mais estudos, considerando quão pouco sabemos acerca desse processo em torno da *formação artesanal* de professores e professoras, para além do discurso hermético da legislação. Temos investigações que documentaram a história da instalação da Escola Normal no Estado (SALDANHA, 2008), iniciada ainda no período imperial, mas efetivada a partir de 1890, no início do período republicano. Todavia, em relação à história dos processos de formação de professores anteriores à fase republicana, ainda existem muitas lacunas da pesquisa acadêmica; necessário perquirir as fontes e ampliar a massa documental produzida pela oficialidade e pelos periódicos oitocentistas para que seja possível obter mais respostas acerca deste fenômeno da formação docente, um tanto desconhecido entre nós:

A formação de professores pela prática apoiava-se, portanto, mais na educação dos sentidos, dos hábitos, das condutas e regras (os “segredos”) do ofício do que, propriamente, em um suporte de textos, livros ou manuais. Razão pela qual, aliás, a história da reprodução artesanal do ofício é tão obscura, desconhecida, silenciada. O próprio conhecimento das práticas e das experiências docentes se constitui, para os historiadores, um desafio, no sentido de que é necessário um esforço significativo de “imaginação histórica” para interpretar os fragmentos, os sinais deixados por escassos documentos, em busca de reconstruir possibilidades históricas, histórias verossímeis da reprodução do ofício (SCHUELER, 2007, p.70-71).

Retornamos, agora, ao segundo aspecto destacado na tabela, que se refere às matérias lecionadas no colégio. É possível perceber que as disciplinas ofertadas iam além do currículo básico das primeiras letras, com o acréscimo de matérias como piano, francês, desenho e música vocal (canto). Tais saberes ajudavam a delinear a formação de uma moça bem-educada e afeita às regras correntes da civilidade, pelo qual estaria mais apta a representar o marido e o sobrenome da família no espaço público (ABRANTES, 2014).

O terceiro e último ponto a destacar é a presença de professores, entre escritores como Gentil Braga e religiosos, como o Cônego Raimundo Alves dos Santos, no corpo docente. Se o ensino não era misto, tornava-se possível, dentro daquela realidade, diversificar o professorado contratando homens letrados reconhecidos nos círculos intelectuais da capital São Luís para atuarem em um estabelecimento, que por atender a um público exclusivamente feminino, tinha de ser rigidamente controlado por normas e regras assentadas em uma disciplina severa – característica essa que angariava a simpatia das famílias maranhenses às quais confiavam as suas filhas, matriculando-as no referido colégio (PACHECO, 1969 *apud* RODRIGUES, 2012). Com o passar do tempo, essa instituição acabou por elitizar-se ainda mais, voltando-se para atender meninas oriundas de famílias abastadas.

Se o Recolhimento possuía intervenção da Igreja Católica, outra instituição direcionada à educação e amparo de meninas pobres terá um caráter civil. O surgimento do Asilo de Santa Teresa está atrelado à Lei Provincial nº 376, de 24 de julho de 1854, sancionada pelo então presidente da província do Maranhão, Eduardo Olímpio Machado (RODRIGUES, 2016). Com finalidades caritativas, voltada para atender o público feminino, em especial às órfãs e expostas, a casa estava dentro dos esforços da província e de grupos políticos⁵⁰ interessados em ampliar a rede de estabelecimentos⁵¹ voltados para o amparo social das camadas oriundas das classes menos favorecidas, que deveriam ser integradas em

⁵⁰ A Liga Maranhense esteve por trás da criação do Asilo, conforme aponta Rodrigues (2016).

⁵¹ Houve também uma outra iniciativa de organizar um espaço de acolhimento e educação das meninas desvalidas. Fundada em 1850, a experiência das Educandas de Vera Cruz, criada pela Mesa da Irmandade da Santa Cruz do Senhor Bom Jesus dos Passos, é bem menos conhecida pela historiografia maranhense (CASTRO e CASTELLANOS, 2021).

projetos de cunho civilizatórios. O modelo asilar, na história da educação brasileira, esteve envolto em

(...) projetos e iniciativas distintas [que] trouxeram à baila discussões sobre a pertinência, ou não, de intervenção pedagógica sobre corpos de crianças, adultos, pobres, negros, índios e mulheres, num momento em que a forma escolar de educação ainda não tinha se afirmado na sociedade (SCHUELER, 2009, p.1).

Esta instituição nascia para ser uma espécie de contrapartida feminina à Casa de Educandos Artífices. Nesse sentido, para Castro e Castellanos (2021), o Asilo teve uma função laboral importante no sentido de oferecer mão de obra qualificada de acordo com os ofícios considerados adequados ao sexo feminino – fornecendo artesãs, doceiras, costureiras, lavadeiras, engomadeiras e criadas qualificadas para atuarem nas casas das famílias abastadas.

No contexto da hierarquia profissional da instituição⁵², as mulheres ocupavam os cargos de Regente e de mestras das primeiras letras; recebiam 600\$000 e 400\$000 anuais em ordenados, respectivamente. As mestras eram ligadas diretamente à figura da Regente; durante a ausência desta, alguma das professoras seriam escolhidas de modo que fossem incumbidas de substituí-la em seus impedimentos. Era exigido que a Regente, dominasse os saberes ensinados no Asilo (leitura, escrita, cálculo, doutrina cristã e trabalhos manuais), que possuísse mais de 35 anos, que fosse uma senhora viúva ou solteira de “boa moral” e que gozasse de boa saúde. Em relação às mestras, as exigências eram semelhantes: estavam divididas em mestras de primeiras letras e de costura, deveriam ser pessoas instruídas, de boa índole e que contassem com mais de trinta anos (CASTRO, 2009).

Como vimos, o critério etário era condição indispensável para o trabalho feminino na casa, que exigia administradoras e docentes experientes. A primeira regente do Asilo foi D. Maria Joaquina Lisboa Bacellar, da qual não sabemos a idade quando assumiu a direção da casa. Contudo, podemos aventar que a preferência pela idade um pouco mais avançada do que a idade mínima para início oficial da docência (25 anos) estaria relacionada, aos olhos da sociedade, com a construção pública de uma conduta ilibada por parte dessas mestras e regentes. Mais velhas, portanto, seriam mais confiáveis para gerir a vida de dezenas de meninas e moças que deveriam ser conservadas “puras” para o casamento, o que coincidia, muitas vezes, com o fim da etapa asilar. Em 1860, as professoras do Asilo eram: de primeiras letras, D. Marcellina Rosa Correa Lobão e de bordados e costura, D. Emília Rosa de Araújo Gomes, sendo sucedida por D. Augusta Arsênia Carneiro Belfort (Almanack Administrativo,

⁵² O topo da hierarquia era ocupado pelo Diretor da casa e abaixo dele, os demais profissionais (vice-diretor, médicos, mestres de música, capelães, almoxarifes e empregados) estavam subordinados ao dirigente do local.

Mercantil e Comercial, 1860; 1865). No mesmo Almanack, mas para o ano de 1870, encontramos os nomes das educandas do Asilo atuando como adjuntas no próprio estabelecimento. São elas: D. Anna Rosa da Silva (primeiras letras) e D. Maria Victoria da Costa (costura e bordados). Com isto, depreendemos que o Asilo, portanto, também foi um dos locais de transmissão artesanal do magistério.

O trabalho pedagógico das mestras se dividia pelas quatro classes, planejadas com o intuito de tanto de instruir as meninas nos saberes básicos da escola primária, quanto lhes ensinar trabalhos domésticos, os quais deveriam ser executados com maestria pelas alunas. Na prática, a primeira classe era voltada para o ensino das primeiras letras, em seriam lecionadas as seguintes matérias: doutrina cristã, deveres morais e religiosos, aritmética, gramática nacional, história e geografia e prática de desenho. Na segunda classe, predominavam os exercícios de agulha de todo o gênero; na terceira, havia a prática dos trabalhos de economia doméstica, como engomar, lavar, cozinhar, produzir doces e adquirir os saberes da confeitaria de todas as espécies. A quarta e última classe era voltada para o ensino das noções gerais de música (CASTRO, 2009). Como se pode depreender, o trabalho das mestras de letras e de costura, assim como aquelas que ensinavam os conhecimentos culinários, eram bem diversificados e voltados para manter as meninas ocupadas com atividades matutinas e vespertinas, divididas em uma liturgia disciplinar que abarcava as horas distribuídas de trabalho, oração, refeição e descanso.

Em relação ao público recebido⁵³, era composto de meninas órfãs, provenientes da Santa Casa de Misericórdia e da roda dos expostos. Nunes (2009) sugere ainda que, de modo mais abrangente em relação à outras províncias, dentre as diversas origens sociais das asiladas⁵⁴, algumas delas poderiam ser filhas de mulheres prostituídas. Aliás, o *thopos* da prostituição será recorrente nos discursos que afirmavam a relevância social do Asilo, posto que seria esse espaço capaz de regenerar de tais práticas consideradas imorais e socialmente degradantes. Sob essa perspectiva, a aprendizagem de um ofício – *próprio do sexo feminino* – poderia se constituir no meio mais eficiente de fazer com que uma moça não buscasse a sua sobrevivência material *caindo* no meretrício. Por isto, a preocupação em encaminhá-las

⁵³ Rodrigues (2016) nos informa que entre os anos de 1855 a 1869, o Asilo de Santa Teresa contou com um total de 127 menores desvalidas que foram atendidas pelo estabelecimento.

⁵⁴ A preferência era por meninas oriundas da Casa dos Expostos (mantidas pelo Tesouro Provincial), embora elas pudessem ter origens sociais diversas, pertencendo, a maioria delas às classes populares; no entanto, algumas famílias com mais poder aquisitivo também buscavam o Asilo para matricular as suas filhas (RODRIGUES, 2012; ABRANTES, 2014). Algumas delas eram mantidas pelos próprios rendimentos da casa, o que sugere também, para além das doações, que havia a arrecadação financeira mediante a prestação de serviços e venda dos produtos feitos pelas asiladas.

através do casamento e da proteção das suas famílias e responsáveis legais se revelava como um dos maiores objetivos de controle social do local para com as suas asiladas.

Sobre os diferentes perfis étnicos e raciais⁵⁵ atendidos pela casa, meninas negras livres poderiam ser admitidas no Asilo, contanto que apresentassem, de antemão, recursos financeiros que pudessem mantê-las na instituição, o que poderia ser garantido por tutores e benfeitores interessados em prover alguma instrução às suas protegidas (CRUZ, 2008). No que tange à permanência das asiladas, estas permaneceriam no espaço da instituição dos sete anos até os 17 anos; após a Lei de 1864, ficou determinado o aumento dessa idade limite, ampliando-a para os 20 anos. Após isto, elas poderiam, com a permissão do Presidente da Província, contrair o matrimônio⁵⁶ com algum pretendente comprovadamente trabalhador; o outro destino possível para elas era serem entregues à familiares ou tutores. Mas havia também um *terceiro* destino, este caracterizado pelo desenvolvimento de uma carreira profissional – o magistério. Aqui elencamos, baseado nos estudos de Castro e Castellanos (2021), os nomes de oito ex-educandas do Asilo que, no momento do encerramento da instituição, já estavam constituídas como professoras públicas e particulares:

1. Filomena Augusta Bandeira, **professora pública**, casou-se com Luiz Pinto Ferreira de Almeida, professor público, em 5 de abril de 1862;
2. Maria Luisa Farias, **professora pública** de Santa Helena, casou-se com Thomás Augusto Ferreira Cabral, empregado público, no dia 1º de abril de 1866;
3. Francisca Ferreira, **professora pública** de Barreirinhas, casou com Felipe Pires Siabra, profissão ignorada;
4. Antônia Virgínia Franco de Sá, **professora** do Colégio de Santa Isabel;
5. Filomena de Jesus Franco de Sá, **professora** do Colégio de Santa Isabel;
6. Joaquina Filomena Franco de Sá, **professora** do Colégio de Santa Isabel;
7. Anna Joaquina Franco de Sá, **professora** do Colégio de Santa Isabel;
8. Filomena Rosa de Freiras, **professora** de primeiras letras na Cidade de Turiaçu (RELATÓRIO, 1870 *apud* CASTRO e CASTELLANOS, 2021).

Deste modo, chama atenção também os casos de ex-asiladas que se converteriam em futuras professoras públicas e particulares. Poderiam atuar na capital da província ou nas vilas mais distantes, tanto na instrução pública, quanto particular; o aprendizado das primeiras letras e das prendas domésticas possibilitariam, para aquelas que se mostrassem mais vocacionadas, a entrada no magistério que se expandia pela província; e para algumas delas, o casamento não as fez abandonar o magistério, indicativo também da situação econômica da família; e, por último, as origens sociais das mulheres professoras da ordem imperial eram

⁵⁵ Houve também o ingresso de uma asilada de origem indígena e, de oito meninas negras, identificadas na documentação do Asilo, de acordo com os estudos de Cruz (2008).

⁵⁶ E havia estímulo para essas uniões de casais pobres e trabalhadores, com a doação de um dote ao marido por parte do erário provincial – algo que nem sempre se concretizava, haja vista os poucos recursos que o Tesouro aplicava para este fim (Castro e Castellanos, 2021).

diversas; podemos aventar que algumas delas fossem filhas ilegítimas ou bastardas, que tiveram no Asilo um esteio de apoio que lhes possibilitou o desenvolvimento físico e intelectual, aos moldes do que se entendia por uma moça educada – também o ingresso no professorado maranhense aponta que o mesmo era formado por mulheres pobres, brancas e mestiças de origens modestas que se forjaram como trabalhadoras urbanas dos setores médios.

Assim, aventamos também que uma das possíveis práticas de recrutamento dessas futuras mestras ocorressem durante os momentos destinados aos exames finais e as exposições públicas de seus trabalhos artesanais; essas ocasiões festivas, bastante comuns e previstas no Regulamento da casa, eram voltadas para premiar as três melhores alunas e demonstrar à sociedade os bons produtos da instrução ofertada pela Asilo. O momento era também solene, pois envolvia a presença do presidente da província, do diretor e demais peritos constituídos para avaliar os trabalhos das alunas.

[...] As exposições maranhenses da festa popular do trabalho (realizadas anualmente) eram uma espécie de vitrine para a divulgação das artes manuais e artísticas das mulheres e dos homens da província de diferentes classes sociais e, principalmente, das instituições escolares públicas, particulares e dos estabelecimentos de caridade, como o Asilo de Santa Teresa, o Recolhimento, a Casa dos Educandos Artífices e a Escola Agrícola do Cutim. [...] A repercussão na imprensa local da exposição desses trabalhos (elogios e críticas) servia aos estabelecimentos de atendimento à infância pobre e desvalida como uma prestação de contas dos recursos públicos gastos com a sua manutenção (CASTRO e CASTELLANOS, 2021, p.21-22).

E uma vitrine capaz de inserir as mulheres nas tessituras dos mundos do trabalho nos oitocentos, ocupando diferentes funções – todas elas forjadas pelas relações sociais do gênero, considerando que os saberes aprendidos eram voltados para uma certa profissionalização das tarefas realizadas no ambiente doméstico, como cozinhar, lavar e engomar. Nesse sentido, o magistério, mesmo sendo destoante das demais atividades ensinadas pela casa, se configurava como uma das oportunidades laborais que se apresentavam mais estáveis às formandas, haja vista que elas poderiam ingressar em algum concurso público ou abrirem escolas, como de fato ocorreu em alguns casos. Observamos também que nem todas as mulheres professoras oriundas do Asilo se casavam – permanecendo algumas solteiras, como é o caso das mulheres da família Franco de Sá, que atuaram no ramo particular fundando o Colégio Santa Isabel – e delas falaremos mais adiante. O Asilo, foi, portanto, na ausência da escola normal, mais um dos espaços responsáveis por produzir professoras através de uma formação artesanal (VILLELA, 2003), que, se não era totalmente deliberada e intencional, estava dentro dos propósitos dos projetos formativos mais amplos ambicionados pelos diretores do

estabelecimento, como Sotero dos Reis, que esteve à frente da instituição em seus últimos anos:

A educação das pobres e desvalidas do Asilo de Santa Teresa proposta por Sotero dos Reis pode refletir as mudanças que estavam ocorrendo na Província no século XIX, na tentativa de implantação uma sociedade progressista e civilizada. Se, quando da sua criação, o objetivo da instituição era formar mulheres para o matrimônio, quando do seu término, há uma forte evidência de que era preciso uma formação mais ampla e que envolvesse um conjunto de saberes e práticas capazes de capacitá-las para exercer diversas atividades, dentre as quais a docência (CASTRO e CASTELLANOS, 2021, p.26).

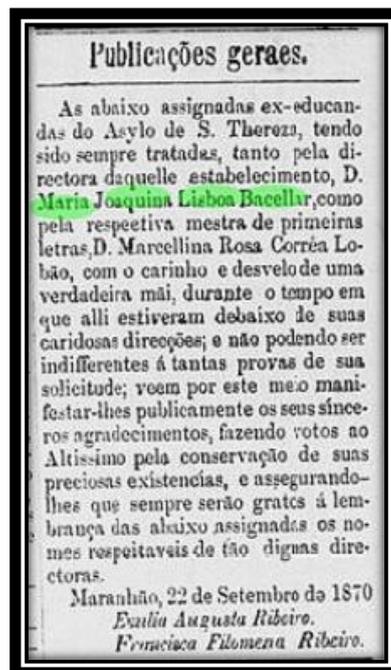
Sotero dos Reis era, de fato, um entusiasta da instituição das classes adjuntas, sobretudo nas escolas que possuíssem um considerável número de alunos em contraste com um pequeno número de professores, como era o caso do Asilo e da Casa dos Educandos Artífices. Em 1865, o gramático e professor não deixava dúvidas no quanto acreditava nesse sistema de formação na prática para o aprimoramento da instrução pública maranhense. Destacamos alguns trechos de sua fala, quando participara de uma reunião da Assembleia Provincial em 10 de junho de 1865:

Senhores, a instituição dos professores adjuntos tem por fim, não só aperfeiçoar o ensino nas aulas muito numerosas, mas criar bons professores futuros, que reúnam a teoria à prática do ensino. Esta instituição que tem feito progressos na Europa, foi adotada pelo regulamento de 2 fevereiro de 1855, que rege entre nós a instrução pública. Ora, se há aulas na província que necessitem de professores e professoras adjuntos, são das duas casas de que trata o projeto porque são aulas muito frequentadas. A da Casa dos Educandos Artífices é frequentada por cem ou mais alunos, e cada uma das aulas do Asylo de Santa Teresa é frequentada por cerca de setenta alunas, porque as alunas revezam-se nas aulas depois de receberem as lições da professora de primeiras letras, vão para a aula de costuras. Já vedes que um só professor, ou uma só professora, não poderá, por mais desejos que tenha, satisfazer bem os encargos do ensino em escolas tão numerosas. Por isso entendo que é muito conveniente dar-lhes professores e professoras adjuntos, que funcionem sob a sua respectiva direção, auxiliando-os. Nos dois estabelecimentos há educandos e educandas que estão no caso de bem desempenhar os lugares de professores e professoras adjuntos (Publicador Maranhense, 1865, ed.136).

Apesar de ter se instalado na sociedade maranhense com algum êxito, o Asilo de Santa Teresa teve duração relativamente efêmera, perfazendo um período em torno de quinze anos de funcionamento (1855-1870). Como aludido anteriormente, a década de 1870 foi marcada pela emergência da *crise* da lavoura maranhense de agroexportação, o que afetou tanto a continuidade das melhorias urbanas, fazendo diminuir os investimentos na instrução, já que circulação de capitais pela província e a arrecadação dos impostos tiveram quedas

significativas. O Asilo de Santa Teresa, enquanto estabelecimento híbrido que reunia tanto a instrução quanto a assistência social foi duramente atingido, já que, diante do recrudescimento financeiro, o Tesouro Provincial havia sido desobrigado de subvencionar a casa (RODRIGUES, 2016).

A “solução” encontrada foi bastante abrupta, pois resultou no encerramento das atividades e extinção da instituição; as últimas alunas existentes foram deslocadas para o Recolhimento de Nossa Senhora e Anunciação, mas ainda mantidas pelo erário público até as suas maioridades. Portanto, concluímos que a manutenção das redes de educação feminina não era a prioridade da província naquele momento, pois estas estavam atreladas às condições conjunturais e não ligadas a uma política pública perene. O desmonte foi veloz, pois rapidamente a estrutura física do Asilo foi desfeita, com a venda tanto de parte do prédio, quanto o terreno no qual estava instalada a casa. Os cargos do magistério foram também extintos, ocasionando assim, a abertura de uma lacuna no atendimento pedagógico de uma clientela particularmente vulnerável (as meninas pobres e órfãs desvalidas), quanto resultando na retração dos postos de trabalho voltados para a classe de mulheres professoras, que contavam agora com mais um revés institucional. Encontramos uma publicação oriunda de um abaixo-assinado de autoria de ex-alunas da casa, lamentando pelo seu encerramento e desejando bons votos à regente, D. Maria Joaquina Lisboa Bacellar, e à professora de primeiras letras, D. Marcellina Rosa Correa Lobão:



Publicador Maranhense, 1870, ed.209.

Apesar da vida breve, essas instituições plantaram algumas *sementes*. Em um período de ausência da Escola Normal disponível para o público feminino, instituições como o Recolhimento (mais duradouro) e o Asilo (mais efêmero) foram também espaços responsáveis pela formação artesanal de uma docência feminina através das adjuntas, que por sua vez, atuaram na instrução pública e privada da província – e essa dimensão deve ser analisada pela historiografia como fundamental na constituição de um lugar social e profissional ligado à invenção do magistério feminino oitocentista.

1.3.2 **Professoras públicas:** invenção do magistério entre legislação, exames, aulas, ofícios e outras demandas

Para Michele Perrot (2016), no mundo ocidental, as professoras primárias são as nossas primeiras intelectuais; no Brasil, além de acumular essa singular condição letrada, elas são também as nossas primeiras funcionárias públicas. A lei de 15 de outubro de 1827 surge como um marco laboral que permitiu tanto o ingresso de mulheres como professoras públicas pertencentes ao corpo burocrático do Estado Nacional, em vias de consolidação, quanto favoreceu o ingresso de meninas de variadas classes sociais e perfis étnicos⁵⁷ como alunas integrantes de um projeto nacional ora liberal, ora conservador na medida em que “procuravam ser semelhantes às nações que se apresentavam como portadoras de uma civilização” (MATTOS, 2004, p.13). Antes do advento da lei de 1827, podemos pensar na educação feminina através de um conjunto de variadas práticas culturais ligadas às redes domésticas de alfabetização (FARIA FILHO, 2000), que permitiu a existência de professoras as quais estavam condicionadas aos espaços privados e religiosos; uma outra característica marcante deste momento era a baixa presença estatal para regular a atividade:

(...) existiam professoras, religiosas e instrutoras, cuja atividade se desenvolveu em casas particulares, orfanatos, conventos e escolas de sociedade de beneficência. Mas sua atividade docente não estava generalizada nem pautada, como tampouco existiam requisitos de formação para o exercício da profissão. As escolas normais ou outro tipo de instituição para a formação docente nela estavam difundidas, sendo impossível, portanto, a noção de corpo docente (feminizado ou não) (YANNOULAS, 1994, p. 70 *apud* FERREIRA, 2017).

⁵⁷ O estudo de Orlanda (2016) nos informa, a partir do mapa elaborado pela professora de Viana, Anna Clara Pereira, que havia alunas pardas e negras frequentando a aula de primeiras letras da localidade. Outros estudos como o de Marileia Cruz (2008) também buscaram mapear as práticas de escolarização formal e informal da infância negra no Maranhão.

No Brasil, o “nascimento” (ou *invenção*) da professora de primeiras letras, se deu a partir de processos ligados ao fenômeno da estatização da docência – termo este utilizado por António Nóvoa (1999) ao analisar a história da profissão docente em Portugal. É possível afirmar que quadro semelhante se reproduziu também no território brasileiro, em que é o Estado visando à se modernizar, que seculariza a profissão (antes dominada pelos clérigos), e se responsabiliza por atribuir-lhe estatutos e regulamentos, contribuindo assim para uniformizar e delinear politicamente a identidade profissional de um professorado civil inserido na ordem imperial e capilarizado por entre as demais vilas e capitais das províncias. Em função disto, os professores e professoras acabaram se constituindo em protagonistas “no terreno da grande operação histórica da escolarização, assumindo a tarefa de promover o valor da educação” (NÓVOA, 1999, p.18). Esse novo corpo docente estatal se manterá como um importante agente social e político, responsável tanto pela adesão a um projeto cultural civilizatório *massificado*, quanto pela expansão das aulas e escolas pelo vasto território nacional:

Os professores aderem a este projecto, que lhes assegura um estatuto de autonomia e de independência em relação aos párcos, aos notáveis locais e às populações: a funcionarização deve ser encarada como uma vontade partilhada do Estado e do corpo docente. E, no entanto, o modelo ideal dos professores situa-se a meio caminho entre o funcionalismo e a profissão liberal: ao longo da sua história sempre procuraram conjugar os privilégios de ambos os estatutos (NÓVOA, 1999, p.17).

Nesse contexto histórico de produção de identidades docentes, é válido perguntar: como se davam os processos de constituição de um *ethos* profissional envolvidos no *tornar-se professora*? É oportuno também lembrar que, neste momento das primeiras décadas após a independência política, a Escola Normal⁵⁸ como opção formativa às mulheres que desejavam ingressar no magistério, não se apresentava como alternativa viável no cenário da primeira metade do século XIX – sendo, portanto, uma realidade mais concreta, em algumas províncias, somente nas últimas décadas do dezenove (RABELO, 2019).

A *funcionarização* da carreira do magistério se deu através das ações do Estado que, por sua vez, selecionava as professoras, antes mesmo delas conseguirem adentrar nos Cursos Normais, que à época não estavam estabelecidos de forma duradoura. Nesse sentido, as estratégias de recrutamento docente se assentavam nos dispositivos oficiais, como leis, regulamentos, classes de adjuntos e adjuntas e concursos públicos, os quais perfaziam, em

⁵⁸ O funcionamento da Escola Normal foi bastante inconsistente e irregular em várias províncias ao longo do XIX – e, por conta desses fatores, a sua institucionalização, a nível nacional, foi um processo perpassado de altos e baixos (VILLELA, 2003)

termos legais, o corpo de saberes necessários à produção e reprodução da docência feminina. No entanto, ao longo do século XIX, mesmos sujeitos à disciplina do Estado através de seus sistemas normativos, a experiência que homens e mulheres vivenciaram no labor dessa profissão foi socialmente distinta. Para os homens, o ingresso na cena pública não era uma novidade premente - o que será totalmente oposto no caso das mulheres professoras, que conquistavam uma experiência profissional inédita na cena pública. O exercício do magistério lhes permitia partilhar vivências em comum elaboradas no cotidiano escolar, constituindo-se, portanto, em uma categoria profissional em vias de formação. No entanto, concursos, ordenados e currículos anunciavam lugares marcados pelas diferentes relações sociais de gênero, localizando as mulheres professoras em uma hierarquia intelectual e salarial inferiorizada. Para o Estado brasileiro em formação, mesmo que se buscasse uniformizar as ações políticas, o homem professor e a mulher professora deveriam receber tratamentos distintos.

Para a educação primária, a Lei de 1827 representou um marco importante na medida em que buscou equiparar os vencimentos de homens e mulheres; mas na prática, isto não ocorria, devido a três importantes fatores atuantes por boa parte do século XIX: as mulheres não ensinavam geometria (esta disciplina não integrava o currículo feminino); em certos casos, possuíam, em relação aos professores, menos alunos matriculados em suas aulas, o que lhes diminuía as gratificações atreladas ao número de matrículas, sobretudo nas regiões mais distantes da capital (e alguns concursos para o sexo feminino sequer conseguiam ser preenchidos) e estavam também postas uma série de dificuldades para que elas se constituíssem professoras do 2^a grau, ocupando também os anos finais da escolarização primária.

Apesar da lei estabelecer a igualdade no salário dos professores/as aprovados, havia brechas para diferenciações salariais, pois caso não houvesse nenhum aprovado, autorizava-se contratar candidatos não aprovados à condição de pagá-los com salários menores. A diferenciação curricular justifica também uma diferenciação salarial entre professores e professoras, pois só os primeiros lecionavam geometria e recebiam mais por lecionar esta disciplina. Assim, as dificuldades somavam-se: como encontrar estas mestras se a mulher era mantida com pouca ou nenhuma instrução? Quantas passaram ou não no concurso de mestres? (RABELO, 2019, p.23-24)

Na prática, diante de tais impedimentos cotidianos demarcados pelas desigualdades de gênero, as mulheres professoras ficavam mais atreladas à instrução elementar, o que

resultaria, por sua vez, em ordenados mais exíguos⁵⁹ e ambições profissionais mais modestas, fato este que obstaculizou, mas não impediu a muitas de se destacarem pela atuação docente em suas localidades, tal como Herculana Vieira em São Luís e Cururupu e Maria Firmina dos Reis, em Guimarães, dentre outras mestras menos conhecidas pela historiografia da educação. Atuar no ensino secundário era uma aspiração intelectual e profissional ainda mais remota, embora algumas professoras maranhenses e/ou estrangeiras tenham conseguido lecionar neste nível de ensino – a bem dizer, nos colégios particulares e não pela instrução pública.

O outro aspecto a ser destacado, diz respeito às diferenciações entre mestres e mestras no que compete aos atestados de moralidade e *boa conduta*. Estes eram exigidos apenas da mulher que almejava ser provida em alguma cadeira primária. Vejamos o que assinala, sobre essa questão, tanto a Lei de 15 de Outubro de 1827, quanto o Regulamento da Instrução Pública do Maranhão, de 1854, respectivamente:

Art. 12. As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de **reconhecida honestidade**, se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos na forma do Art. 7º (BRASIL, LEI DE 15 DE OUTUBRO DE 1827).

Art.8º. As professoras devem exhibir, de mais, se forem casadas, a certidão do seu casamento; se viúvas, a do óbito de seus maridos; e se viverem separadas destes, a pública forma da sentença que julgou a separação para se **avaliar o motivo que a originou** (REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1854 *apud* CASTRO, 2009, p.387).

O que estava em causa, no caso das candidatas, não era apenas o domínio dos conhecimentos necessários para o exercício do magistério primário – e ia além – recaindo diretamente em sistemas de vigilância cujas prerrogativas eram exigidas somente das mulheres, uma vez que aos homens, ainda que deles fossem cobrados um bom comportamento civil, não havia nada no dispositivo legal que atinasse à sua moral sexual, como estava frontalmente posto no caso das mulheres professoras.

Elas deveriam possuir um impecável zelo público de sua imagem para poderem gozar da “reconhecida honestidade” – exigência bastante subjetiva e que dizia respeito aos preceitos sociais relacionados a como uma mulher deveria se comportar no espaço público e privado: com discrição, pudor e recato, sem violar as normas postas ao seu sexo. Mulheres docilizadas,

⁵⁹ Curioso que no caso da província de São Paulo, analisada por Munhoz (2018), justamente por não serem obrigadas a cursarem a Escola Normal, as professoras acabavam tendo ordenados maiores para atuarem nas escolas primárias. Aqui temos o oposto, o que aponta a necessidade de analisar mais detidamente as contingências de cada província na implementação da escola primária. A realidade de uma província não necessariamente espelhará uma outra.

cristãs, exemplares e obedientes ao Estado, maridos e pais – sua postura deveria emanar os ecos de uma domesticidade que se traduzisse também em capacidade para ensinar a uma menina a ser “bem prendada”. A entrada das mulheres no espaço público foi cingida de cautela. Para Muniz (2003, p.284), “dada a sua condição de periculosidade, as mulheres deveriam ter seu acesso ao magistério cercado de garantias e sob controle social e institucional, já que lhes seriam entregues crianças ‘puras e inocentes’ para serem educadas”.

E a quem caberia definir e reconhecer a sua *honestidade*? A quem caberia “avaliar o motivo que originou” a separação de uma mulher? Claro, a eles, os homens ocupantes de postos de poder, que, através de um aparato legal *gendrado* davam a última palavra acerca do que seria considerado socialmente aceitável no comportamento individual de uma aspirante ao magistério público. E quanto à candidata que estivesse solteira? Não era incomum que várias professoras às quais se candidatavam aos postos abertos pelas províncias, destoassem dos critérios estabelecidos, pois, muitas delas não eram casadas, nem viúvas ou separadas – sendo celibatárias, estavam, portanto, fora da lógica do matrimônio (MUNIZ, 2003). Nestes casos específicos, os pais (se houvessem), familiares e párocos se tornavam encarregados de aferir-lhes atestados de boa conduta de modo que sua *honestidade* pudesse ser legitimamente validada por alguma autoridade, de preferência, masculina.

Estudos que examinem os processos de invenção e institucionalização do magistério feminino oitocentista são importantes na medida em que contribuem para lançar um olhar mais apurado em relação à inserção da mulher professora nos mundos do trabalho e no campo docente imperial, sobretudo na primeira metade do século XIX. Em que pese as investigações já realizadas, ainda carecemos de mais contributos acerca dessa arqueologia docente feminina, que parta de uma perspectiva centrada nas relações de gênero, para podermos analisar de modo mais amplo, como se deram tais processos de fabricação de uma profissão cultural e historicamente tornada *feminizada*⁶⁰, que por seu turno, demandam análises de cunho tanto quantitativo como qualitativo. E mais uma vez, são novos desafios epistemológicos que se impõem para entendermos a complexa passagem da mulher *leiga* para a professora pública no cenário imperial.

Um dos estudos que se propuseram a pensar como se deu a inserção das primeiras professoras na província de São Paulo foi a tese de doutorado de Fabiana Munhoz (2018),

⁶⁰ Convém assinalar que o fenômeno social da feminização do magistério, ocorrido nas últimas décadas do século XIX e início do XX, vem sendo bastante analisado, porém, chamamos atenção para estudos que abranjam a temporalidade relativa às primeiras décadas após 1822 – em que o Estado brasileiro consolida as suas estruturas burocráticas. Pensamos ser imprescindível, dentro da realidade de cada província, saber como as mulheres se inseriram como professoras públicas, neste momento crítico de formação do Estado Nacional, formando os primeiros conjuntos de funcionárias estatizadas em torno de um projeto civilizatório.

intitulada *A invenção do magistério público feminino paulista: Mestra Benedita Trindade do Lado de Cristo na trama das experiências docentes (1820-1860)*. A partir desta tese, focada nas múltiplas experiências laborais femininas situadas em uma sociedade escravista, ficamos sabendo que a primeira mestra concursada da Freguesia da Sé, a professora Benedita (batizada em 1800 e falecida em 1875), era possivelmente uma mulher bastarda e solteira, que viu na docência possibilidades concretas de ascensão social por meio do magistério público.

A trajetória da mestra foi perpassada pelo uso de táticas e estratégias que testemunharam o seu protagonismo docente, levando em consideração que ela teve uma vida profissional bastante movimentada: participou de bancas examinadoras, teve filiações políticas publicizadas, manifestou o desejo de trabalhar em um asilo para meninas, o Seminário de Educandas e se ofereceu para ensinar seus saberes docentes aprendidos na prática, para senhoras que quisessem seguir a carreira professoral. E em alguns momentos, a sua trajetória foi considerada também controversa, já que Benedita se recusava a lecionar as prendas domésticas – recusa esta que causou uma localizada, mas significativa e reveladora querela⁶¹ entre a Inspeção da província paulista e as motivações políticas da professora para não ter que ensinar os trabalhos de agulha às suas alunas. E talvez a mestra tenha vencido essa queda de braço, pois, à parte das admoestações oficiais, os indícios apontam que ela realmente saiu da cena pública, se aposentando sem ensinar tais prendas.

A tese de Munhoz (2018) é também importante por fornecer um mapa investigativo e metodológico para se analisar as mulheres professoras e o público escolar feminino inseridos na ordem imperial. As lições possíveis de extrair do aludido estudo são várias: ainda que se recorra a perspectivas da micro-história, as mulheres devem ser preferencialmente examinadas em conjunto e de um modo plural, no que se refere às suas experiências e contingências; perscrutar e perquirir a presença desses sujeitos históricos na documentação oficial é um imperativo, mas também é necessário buscá-las nos relatos de viagens, na literatura memorialista, na memória oral e afins; isto é, na miríade de outras expressões literárias e orais onde elas estão registradas e representadas.

E além disto, a *vida miúda* da professora Benedita da Trindade do Lado de Cristo, que atuou como fio condutor da narrativa é um rico e multifacetado testemunho das relações de gênero nos oitocentos e que aponta, sobretudo, para a força do protagonismo da professora, que, atuando de um modo astuto e audacioso, ocupou “um lugar de autoridade e referência na instrução da cidade” (MUNHOZ, 2018, p. 277). Circunscrevendo a sua própria história na

⁶¹ Munhoz (2018) atribui como um dos aspectos responsáveis dessa querela, os posicionamentos políticos da mestra Benedita, que, em última análise, contestavam o poder central.

historiografia da educação brasileira, Mestra Benedita teve, portanto, um papel ativo na constituição da docência feminina na província de São Paulo, abrindo caminho para muitas outras professoras que integraram, em suas localidades, “grupos de trabalhadoras em processos de formação” (MUNHOZ, 2018, p. 284).

Embora o nosso estudo enfoque a trajetória docente e a atividade letrada de Herculana Firmina Vieira de Sousa (1840-1880), pensamos ser importante comentar alguns casos que nos chamaram atenção nas fontes e em estudos que exploraram essa temática e que dizem respeito ao primeiro conjunto de mulheres que integraram o magistério público na província maranhense, por entendermos que as experiências individuais são também, experiências que formam o coletivo e o cenário social mais amplo; ademais, Herculana não existiu sozinha como única professora em cena; é necessário olhar o seu entorno para compreendermos melhor as tessituras abertas do magistério local ao observamos também as vidas das outras gerações de educadoras, anteriores e contemporâneas à professora açoriana. Aqui, nosso olhar não primará tão somente pela estatística e dados brutos oficiais, mas possuirá um cunho casuístico e qualitativo; buscaremos seguir o *fio do nome* daquelas professoras que experimentaram um protagonismo docente em seus tempos de ação e que se tornaram as primeiras funcionárias públicas da província maranhense.

De acordo com Jerônimo de Viveiros (1953), uma mestra pode ser considerada se não a primeira, como uma das primeiras professoras públicas “fabricadas” após a Lei de 1827: foi D. Justiniana Joaquina Amada – que atuava no ensino das primeiras letras da capital (na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição) anos antes da independência política. É importante ressaltar que seu nome já constava no Livro de Ordens do Conselho Presidencial no ano de 1826 (ALMEIDA, 2016), arrolada em uma lista de “professores régios” (e ela própria denominada “professora régia”), que deveriam remeter ao Conselho, listas e mapas detalhados e informativos a respeito do seu alunado.

Ao que tudo indica, a professora Justiniana era a mestra mais antiga em atuação na província, atravessando a alteração dos sistemas políticos e se reposicionando diante dos novos tempos para permanecer na docência. Para tanto, submeteu-se a um concurso para ter a sua atividade profissional validada pelos conformes do que preconizava a Lei de 1827. O jornal *Farol Maranhense* (1830, ed. 228) publicou uma interessante notícia de suas aulas, que nos faz pensar que ela se reinventou enquanto professora ao se submeter às novas exigências em curso:

—D. Justiniana Joaquina Amada, Professôra da Cadeira de primeiras Letras da Freguesia de N. S. da Conceição, desta Cidade, fáz publico, que se ácha mudada para as Casas N.º 80 na rua do Sol, que foraõ do falecido Cardozo, ensinando na forma da Ley de 15 de Outubro de 1827 por ter sido provida nesta mesma Cadeira, que já exercia, á vista do exame que publicamente fez, perante o Conselho Presidial, aviza por tanto aos Pays de familias, que pertenderem educar suas filhas em primeiras letras, Grammatica da Língua Nacional, as quatro especies principais d'Arithmetica, e economia domestica, dir.jão-se á mesma Casa.

Farol Maranhense, 1830, ed. 228.

As informações descritas nesse anúncio são bastante representativas das mudanças efetuadas no cenário da instrução pública; são também ilustrativas no que se refere aos primeiros movimentos rumo à funcionarização da docência feminina na província maranhense. Com este reclame impresso, Justiniana não pretendeu divulgar apenas a sua mudança de endereço; além disso ela almejou, junto ao público leitor de um jornal entusiasta da instrução feminina, o *Farol Maranhense*, aproximar-se dos pais das alunas, tornando-se conhecida e solicitando para que matriculassem as suas filhas na aula de primeiras letras. Mas não uma aula qualquer, e sim na classe de uma experiente mestra que, mesmo já atuando no magistério, foi examinada publicamente perante o Conselho Presidial, obtendo a sua aprovação. Com isto, Justiniana buscava a sua legitimação institucional como docente integrante dos quadros da burocracia provincial. Adiante, os pais também são avisados que a professora cumpria a Lei de 1827 e ensinava as disciplinas previstas no aludido ordenamento legal, como gramática da língua nacional, aritmética e economia doméstica.

A esfera pública, portanto, deve ser vista como um espaço propício para que os pais pudessem confiar as suas filhas, antes restritas aos aprendizados domésticos e aos pequenos ofícios familiares, para obterem a escolarização formal nas casas das mestras. Novos tempos se anunciavam em que ler, escrever e contar se tornavam conhecimentos os quais deveriam ser também acessados como um direito, pelas meninas e moças. A mesma lei que cria o alunado feminino, também cria a professora pública; mestras e discípulas estavam atreladas existencialmente umas às outras. São, portanto, faces de uma mesma e indissociável dimensão intimamente articulada entre si:

Todavia, como vemos pela legislação, o magistério, tornava-se um dos espaços sociais de caráter público, atrativo para as mulheres que dependiam de trabalho para o sustento pessoal ou familiar, como podia ser o caso de muitas jovens mulheres viúvas, filhas bastardas sem direito à herança paterna, mulheres solteiras e sem família próxima (SANTOS, 2016, p.26).

Viveiros (1953) não menciona os nomes de outras professoras, mas assinala que na capital, no ano de 1828⁶², existiam 124 meninas matriculadas nas aulas de primeiras letras – número este que demandava certamente mais de uma mestra para dar conta de um pouco mais de uma centena de alunas. Mas onde estariam as outras professoras? São as pesquisas acerca do Conselho Presidencial e os periódicos que nos ajudam a responder essa pergunta.

A segunda mestra do qual tivemos notícia, ocupante da cadeira de primeiras letras da Freguesia da Sé foi D. Prudencia Mathilda Siqueira. Sabemos mais a seu respeito através do estudo de Almeida (2016), que encontrou e transcreveu o primeiro registro de nomeação de uma professora de primeiras letras na capital, datado de 29 de outubro de 1828:

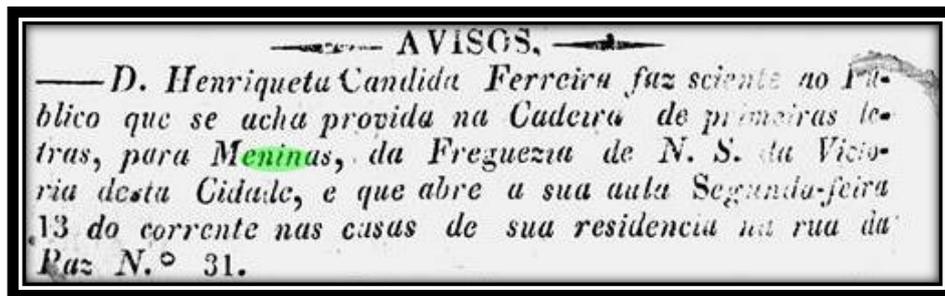
Dona Prudencia Mathilda Siqueira. Achando se presentes na Salla do Governo os Exmos Concelheiros, foi aberta | a Sessão pelo Exmo Sr Prezidente, e sendo presentes os votos dos Examinadores | Francisco Sotero dos Reis, e Pedro Joze Pinto Teixeira relativamente a D. Prudencia | Mathilda, de Siqueira examinada no dia 25 em presença do Concelho no Recolhimento de NS. da Annuniação, a qual requer a Cadeira de Mestra das Me=linas da Freguezia da Sé: O Concelho a vista dos votos dos Examinadores, e attento | a [sic] da supplicante resolveo, que fosse provido na dita Cadeira com | o ordenado para ella estabelecido, conformado com o regulamento que lhe for | dado pelo Exmo [sic] [sic] (10/1828 *apud* ALMEIDA, 2016, p. 70 verso 1).

Importante pontuar que, a partir da transcrição da nomeação presente nas atas do Conselho Presidencial, reproduzida no importante livro *O Império do Brasil e o Conselho de Presidência do Maranhão (1825-1834)* (GALVES; CIRINO, 2021), tomamos conhecimento que o referido concurso foi realizado nas imediações do Recolhimento de Nossa Senhora dos Remédios e Anuniação; os saberes da opositora foram examinados pelos professores Francisco Sotero dos Reis, que se tornará uma presença constante nas bancas examinadoras de candidatos e candidatas e por Pedro José Pinto Teixeira. Nesta ocasião não houve ou não foi constituída, como seria de praxe, uma docente examinadora para avaliar os saberes da candidata nos trabalhos de agulha. Outra informação que o documento nos traz é que o exame se deu a partir de uma única candidata, o que poderia revelar, portanto, dificuldade em encontrar outras aspirantes ao ingresso do magistério. Assim, outra dúvida que surge é se a dita professora Prudencia atuou em uma aula fora do Recolhimento ou se foi provida para ser

⁶² Para efeitos de comparação neste mesmo ano (1828), o número de meninos matriculados era de 429, sendo quase quatro vezes maior que o número de meninas em sala de aula (VIVEIROS, 1953).

a mestra de meninas na referida casa, considerando ser esta, à época, a única instituição voltada para o acolhimento e educação do sexo feminino.

É através, mais uma vez, do *Farol Maranhense* (1830, ed. 227) que tomamos conhecimento da existência de uma terceira mestra, contemporânea à D. Justiniana e D. Prudencia. Ocupando a cadeira de primeiras letras da freguesia mais populosa do Maranhão, a de Nossa Senhora da Vitória, estava a professora D. Henriqueta Candida Ferreira. Com um anúncio informativamente mais modesto do que o da professora Justiniana, a mestra Henriqueta também pretendeu comunicar a abertura da sua aula na rua da Paz, acrescentando que se achava “provida” na cadeira em referência. O termo *provimento* também serve como uma nova terminologia profissional para diferenciar nos anúncios, as professoras públicas das professoras particulares.



Farol Maranhense, 1830, ed 227.

No contexto maranhense, assistimos, portanto, entre o final da década de 1820 e início de 1830, através dos ingressos das mestras Justiniana, Prudencia e Henriqueta, os primeiros movimentos da invenção de magistério público feminino como braço integrante de um Estado Nacional em formação: as professoras primárias, mesmo estando em número menor que os professores, também se forjam enquanto uma docência estatizada, assentada em seus pressupostos pela Lei de 15 de Outubro de 1827; as meninas de variadas classes sociais surgem como alunas e integrantes de um projeto de nação, em que estava delineado o que elas deveriam aprender na escola elementar e como aprenderiam tais saberes, através do método mútuo e lancasteriano. Um processo baseado na unificação dos métodos de ensino e dos conhecimentos escolares umbilicalmente ligado aos interesses estatais, que por sua vez, visavam controlar tanto às condutas do professorado, quanto aos conteúdos ensinados nas escolas primárias e secundárias:

Os “antigos” docentes serão confrontados com um projeto de laicização, mas este, se por um lado subordina à autoridade do Estado, por outro lhes assegura um novo

estatuto sócio-profissional. Dessa forma, vão aderir a esse projeto porque, ao se tornarem “funcionários”, também estão garantindo uma independência e uma autonomia, por exemplo, frente às influências locais. A “funcionarização” pode ser entendida, pois, como um projeto sustentado ao mesmo tempo pelos docentes e pelo Estado, em que aqueles anseiam por se constituir num corpo administrativo autônomo enquanto este busca garantir o controle da instituição escolar (VILLELA, 2003, p.100).

No Maranhão, os agitados anos 1820 a 1830 foram marcados pelo antilusitanismo, que culminou em um dos conflitos denominado *Setembrada*⁶³ e pela explosão de revoltas populares nas décadas seguintes, como a Balaiada – em que pese as diferenças, ambos foram movimentos que punham o mandonismo local e central em xeque, acirrando animosidades, facções e partidos políticos rivais. Para a instrução, que não ficava imune às aludidas insurgências, a instabilidade política da província afetava a “formação do povo” (MATTOS, 2004). Discursos feitos pelos presidentes da província, marcados pelo *thopos* da ausência e precariedade de condições de implementação da instrução primária e secundária pela província se tornavam frequentes. Uma das queixas mais recorrentes se traduzia na preocupação com os baixos ordenados e a falta de formação do professorado – que, diante de condições por vezes incipientes, poderiam abandonar a docência rumo à outras atividades mais recompensadoras, do ponto de vista dos vencimentos. Abaixo se reproduz um trecho do discurso do presidente Manoel Felisardo de Souza e Mello – e o seu tom era politicamente desolador:

A instrução pública primaria em todo o território da minha Administração tem descido ao maior abatimento, à mais completa nulidade, que se possa imaginar: triste conseqüência das disposições mal calculadas da Lei de 15 de Outubro de 1827, que não assentando o ensino elementar nas largas bases, que o devem sustentar, e não acomodando as nossas circunstâncias, o ferio de esterilidade.” (MARANHÃO, 1839 *apud* SANTOS, 2016, p.16).

O acento desolador deste discurso sinalizava que os intentos da Lei de 1827 eram por demais ambiciosos frente aos modestos avanços obtidos pela instrução pública. E, de fato, a educação do sexo feminino, entre as décadas de 1820 e 1830, caminhava a passos lentos. As primeiras cadeiras a serem providas através de exames públicos foram aquelas localizadas nas

⁶³ Ocorrido em 1831, durante o período regencial e motivada pelo acirramento de conflitos entre os nacionais e os lusitanos, “a Setembrada foi crucial para consolidar e evidenciar esse “liberalismo popular”. Além disso, assumiu uma linha muito mais radical e universal do que o liberalismo vigente entre a elite política. De modo singular, o aprendizado possibilitado por essas experiências entre os anos de 1831 e 1832 continuaria germinando, até despontar avidamente com a Balaiada (1838-1841). Assim, trazer à tona os conflitos e as negociações que permearam a busca pelo “império da lei” defendido pela Regência se torna imprescindível para validar as diferentes experiências no tempo, assim como para inseri-las no complexo e moroso processo de constituição do Estado e da nação brasileiros, bem como das disputas em torno das concepções de cidadania e direitos sociais” (CIRINO, 2021, p.426).

freguesias mais populosas da capital, como a de N.S. da Vitória (com D. Henriqueta Candida Ferreira), a de N.S. da Conceição (com D. Justiniana Joaquina Amada) e a Freguesia da Sé (com D. Prudencia Mathilda Siqueira). Ainda que paulatina, a expansão das aulas públicas para o sexo feminino para fora dos arredores da capital ocorre ainda na década de 1830, quando a instrução maranhense estava, em parte, submetida ao Conselho Presidial (que atuou entre 1825 a 1834). Portanto, a implementação da escola primária feminina, em um primeiro momento, estava tutelada por esse órgão provincial que acumulava uma série de atribuições oficiais – sendo a instrução uma delas, mas não a única.

Do ano inaugural da implementação da Lei de 15 de Outubro de 1827 até o Ato Adicional de 1834, é bastante tímido o avanço escolar na província, para ambos os sexos. Viveiros (1953) afirma que neste intervalo, apenas 7 escolas públicas foram criadas em toda a região, perfazendo um total de 19 escolas (existiam 12 aulas antes de 1827). A prioridade era a abertura de aulas e cadeiras para meninos. De acordo com que o sinaliza a tese de Castelo Branco (2019), as aulas para o sexo feminino fora da capital começaram a ser criadas somente após o Ato Adicional de 1834, mais precisamente no ano de 1835, quando as províncias começaram a legislar diretamente sobre a instrução pública:

Com fins de cruzamento de dados, adiantamos que, de acordo com o mapeamento que realizamos com base na legislação educacional da província do Maranhão no período em tela, concluímos que após o Ato Adicional de 1834, entre 1835 e 1859, foram sancionadas 27 leis que criaram aulas de primeiras letras em diferentes localidades. Essas 27 leis que foram registradas originaram 45 escolas primárias, 22 delas para meninas e as outras 23 para meninos (CASTELO BRANCO, 2019, p.119).

Diante desse cenário, é possível vislumbrar que a expansão da educação feminina para fora das freguesias de São Luís só tomará fôlego a partir de 1835, com a autorização, através da Lei n.3 de 30 de março de 1835 (CASTRO, 2009), para a criação da cadeira de primeiras letras para meninas na vila de Caxias - importante localidade situada no leste maranhense. Com o ordenado fixado em 400\$000 réis anuais, a criação dessa vaga pode ser considerada o segundo grande esforço do poder público para institucionalizar a educação do sexo feminino na província⁶⁴.

E os dados responsáveis por contabilizar os números da instrução maranhense dependiam dos docentes; convém lembrar que cabiam às professoras e professores

⁶⁴ De acordo com Galves e Cirino (2021), existem documentos relativos à instrução pública, após o ano de 1835, que precisam ser melhor perquiridos para problematizar o hiato no que tange à documentação da instrução pública entre os anos de 1835 até o ano de criação em 1841, da Inspeção da Instrução Pública.

produzirem, eles mesmos toda a escrituração educativa, isto é, tanto os mapas de frequência escolar, assim como os relatórios que atestassem o rendimento e desempenho do alunado; tais documentos deveriam também ser remetidos à inspeção para subsidiar a elaboração de mapas maiores cuja finalidade era criar um panorama geral da instrução pública. Além disto, estava sob a responsabilidade do professorado, o aluguel das casas em que as aulas funcionariam (que também se configuravam nas moradias dos e das docentes) e a compra do mobiliário escolar – nem sempre os órgãos provinciais abasteciam as residências escolares com esse material necessário para o funcionamento das aulas. Não foram poucos os casos em que as professoras enviavam ofícios pedindo que fossem ressarcidas pelos gastos com esses itens, como esse enviado pela professora de primeiras letras da vila de Viana, D. Anna Clara Pereira:

Em cumprimento do que V. Excelência me determinou, quando estive nesta vila; tenho a honra de requisitar a V. Excelência a prestação de uma casa própria para a escola para a escola que exerço a função de professora pública e os mais utensílios seguintes. Quatro pares de lousas, seis estrados de dez palmos de comprimento e quatro de largura, quatro banquetas para as meninas escreverem em cima. Deixo de expor a V. Excelência a necessidade de casa e mais objetos acima declarados porque V. Excelência mesmo observou a carência deles. Levo a respeitável presença o mapa das alunas que frequentam a aula de que sou professora a vista do qual vossa excelentíssima dará suas sábias determinações. Rogo a V. Excelência que mande fornecer destes utensílios pelas custas desta vila. Deus guarde V. Excelência por muitos anos Vila de Viana, 16 de outubro de 1840. Anna Clara Pereira. (APEM. Setor de Avulsos. Série ofícios de diversos professores para o presidente da Província 1827-1837, 16/10/1840 *apud* ORLANDA, 2016).

Avançando pelo início da referida década, no mapa da instrução pública contido no Relatório do Presidente da Província divulgado em 1841, as professoras públicas estavam distribuídas pela capital e interior da seguinte forma:

Local	Número de alunas	Professoras
Freguesia de N.S. da Conceição	23	D. Esther Leopoldina Pinheiro
Freguesia de N. S. da Vitória	53	D. Henriqueta Candida Ferreira
Alcântara	-	D. Anna Joaquina de Seixas Correia
Caxias	-	D. Maria Belem Sabino
Itapecurú-mirim	-	Vaga
Rosário	8	D. Josephina Amalia de Moraes Silveira
São Bernardo	-	D. Rosa Maria de Castro

Viana	-	D. Anna Clara Pereira
São Bento	-	D. Theodolina Maria Alves de Mello
Guimarães	-	Vaga

Tabela (5). Fonte: Relatório do presidente da Província, 1841

São estas profissionais do magistério que demarcaram, após a expansão da instrução primária, a primeira geração de mulheres professoras públicas no Maranhão. Das dez localidades, duas (Itapecuru-mirim e Guimarães) encontravam-se com vagas ainda não preenchidas, perfazendo o total de oito freguesias e vilas nas quais efetivamente funcionavam as aulas de primeiras letras para as meninas. E sobre o número de alunas matriculadas, o relatório traz poucas informações para o aludido ano. Sabemos apenas do contingente matriculado nas freguesias da capital e na vila do Rosário – que, aliás, informa um número bastante baixo de matrículas. Muito provavelmente os mapas das outras vilas, com as frequências de alunas não tenham sido enviados para a Inspeção. Portanto, na ausência de números brutos, não podemos aferir acerca das condições concretas que permitiram ou dificultaram as matrículas das meninas nas aulas públicas de suas localidades.

Na lista acima, também “somem” dos registros os nomes das mestras de outrora, Justiniana e Prudencia, permanecendo apenas o de Henriqueta; a ausência das outras professoras pode ter vários motivos: aposentadas, terem abandonado a docência⁶⁵, ou até mesmo falecido. “Morrer em serviço” era uma situação que ocasionalmente ocorria; por exemplo, o Recolhimento, no ano de 1844, anunciou à Inspeção através de ofício, o falecimento da sua professora de primeiras letras, D. Roza Maria do Coração de Jesus⁶⁶. A Inspeção, ao saber do acontecido, afirmara que ia pôr a cadeira da falecida professora em concurso “na forma da Lei”⁶⁷. Mortes, licenças médicas, viagens, remoções, abandono do cargo, jubileamentos e aposentadorias demandavam que a Inspeção mantivesse a sua máquina burocrática funcionando no sentido de repor os quadros docentes entre aquelas que se ausentavam por um breve período ou se afastavam totalmente das atividades de ensino. Uma máquina estatal, portanto, capaz de gerar novas funcionárias públicas através da convocação de concursos e da nomeação de substitutas e adjuntas.

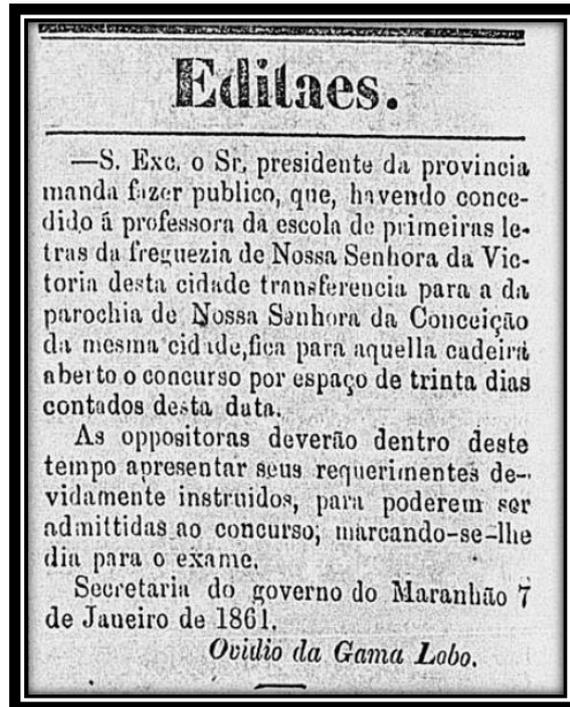
⁶⁵ Consta nas atas do Conselho Presidencial que professora Prudencia, nomeada como Prudenciana, pediu demissão por doença, em 1829 (GALVES; CIRINO, 2021).

⁶⁶ Era esse um nome que indicava bastardia? De acordo com o estudo de Fabiana Munhoz (2018), a ausência de um sobrenome e a substituição por codinomes religiosos, poderia indicar que sim, que poderia se tratar de uma criança bastarda.

⁶⁷ Publicador Maranhense, 1844, ed.240.

Como dissemos anteriormente, as professoras atuantes na capital, além de um ordenado maior, acabavam ganhando mais espaços de atuação na vida pública, na medida em que eram convidadas a integrar as bancas examinadoras das candidatas ao magistério. Um nome bastante frequente dessas bancas foi o de D. Esther Leopoldina Pinheiro⁶⁸, professora da Freguesia de N.S. da Conceição, assim como eram costumeiras as convocações das professoras do Recolhimento de N.S. de Anunciação e Remédios. Os concursos ocorriam mediante a publicação de editais na imprensa oficial e eram compostos, geralmente, de uma comissão composta por dois examinadores (para avaliar os conhecimentos em gramática, aritmética e doutrina cristã) e uma examinadora (para julgar o domínio acerca dos trabalhos de agulha). O palco habitual desses momentos solenes de recrutamento docente era o prédio do Liceu, situado na capital; o que significa também dizer que as opositoras, ainda que almejassem uma vaga nos “sertões”, deveriam antes, serem examinadas em São Luís. Abaixo, um dos editais publicados para provimento de vaga na capital:

⁶⁸ Sem dúvida, a maranhense D. Esther Leopoldina Pinheiro (1811-1880) foi uma das mestras mais importantes com atuação destacada entre as décadas de 1830 a 1860. Suas ações foram mais bem documentadas do que a média, em relação às outras professoras maranhenses no mesmo período. Ingressou em 1834 no magistério público da capital, sendo avaliada por uma banca de examinadores, todos eles homens. Constrói uma autoridade docente junto à sociedade maranhense e passa a ser convidada para integrar bancas de concursos, na qualidade de examinadora. Usava do conhecimento legal para solicitar o aumento das suas gratificações, pois devia possuir um número considerável de alunas. Foi uma das primeiras professoras aposentadas da província. Após a sua aposentadoria, em 1860, volta a pedir melhoramentos de seus ordenados – e os obtém. Contribui em 1865 para um fundo que ajudava famílias de militares envolvidos na Guerra do Paraguai (Sociedade de Socorro às famílias dos militares em campanha). Seu nome também surge em uma longa lista de acionistas do Banco do Maranhão, em 1870 (tinha modestos títulos públicos?). E em 1865 escreve e publica um pequeno soneto (“Dor de coração e amizade”) em homenagem à sua falecida sobrinha. Esther também foi proprietária de escravos. Em 1880 (ed. 65), *O Paiz* noticia o falecimento por pneumonia de uma escravizada chamada Alexandrina, de sua propriedade. No mesmo ano, o *Publicador Maranhense* (1880, ed.59) noticia a sua morte, aos 69 anos, por gastroenterite aguda. Não sabemos quantos filhos e filhas teve, mas após a sua morte, D. Galdina Rosa Pinheiro Pinto, na qualidade de herdeira, reivindica ao Tesouro Público, pagamentos atrasados da falecida professora (*Publicador Maranhense*, 1881, ed.165).



Fonte: Publicador Maranhense, 1861, ed.7

Constituir-se como examinadora e estar em condições de “igualdade” e importância diante de homens ilustres e notáveis da sociedade ludovicense, como o professor e escritor Sotero dos Reis e outros, certamente fez com que muitas professoras experimentassem um maior protagonismo docente e desfrutassem de um pequeno poder que consistia em personificar nelas mesmas, a competência de aprovar ou não as candidatas às vagas oferecidas pela Inspetoria (MUNHOZ, 2018).

E aqui abaixo temos um caso curioso: em 1846, a professora Esther Leopoldina havia sido convocada para compor mais uma banca examinadora, no que ela declina de participar por estar doente; em seu lugar foi nomeado o professor Felipe Condurú. Se um professor foi posto para substituir a mulher professora, temos duas hipóteses: ou Esther Leopoldina estaria na banca para avaliar saberes como gramática e aritmética, sendo prontamente substituída desse lugar pelo professor Condurú, ou, a opositora deste concurso ficou sem ser avaliada por uma mestra, nos trabalhos de agulha – considerando que os homens não avaliavam esses misteres. É possível aventar que as mulheres, nesses concursos não seriam apenas examinadoras dos trabalhos domésticos das candidatas. D. Esther Leopoldina figurou como uma presença frequente nas bancas examinadoras, tendo participado dos concursos para a provimento das cadeiras de N.S. da Vitória, de Anajatuba e São João Batista.

— Ao Inspector da Instrução Publica.—Sciute do que Vmc. me participa em seu officio de hoje, tenho a dizer-lhe, que approvo a nomeação de Felippe Binicio de Oliveira Condurú para examinar a oppositora á Cadeira de L.^{as} letras do Recolhimento d'esta Cidade, em lugar da Professora Publica Esther Leopoldina Pinheiro que se achã doente.

Publicador Maranhense, 1846, ed.350

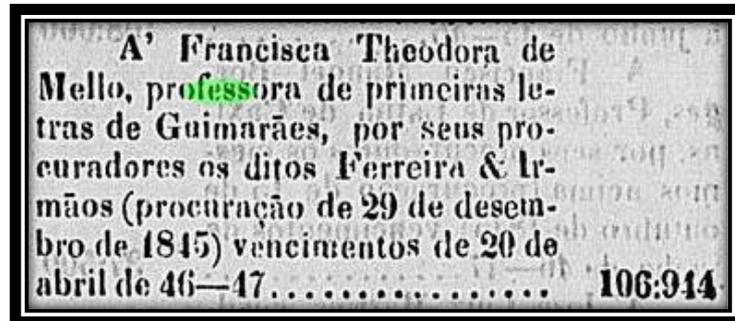
Conformando-me com a sua proposta resolvi nomear os professores Alexandre José Rodrigues, Sebastião Pedro Nolasco e D. Esther Leopoldina Pinheiro para examinadores das pretendentes da cadeira de primeiras letras e costura da villa de Anajatuba. O que lhe comunico para sua intelligencia, e afim de que o faça constar aos nomeados.
Deus guarde a Vmc.—Antonio Candido da Cruz Machado.—Sr. Dr. inspector da instrução publica.
2.^a secção.—Palacio da presidencia da provincia do Maranhão, 7 de novembro de 1856.

Publicador Maranhense, 1856, ed.258.

Um dos concursos mais bem documentados pela historiografia seguramente foi aquele realizado por Maria Firmina dos Reis, em 1847. Embora circule a afirmação, preconizada por certo senso comum historiográfico, no qual aponta que Firmina foi a primeira professora concursada da província maranhense, sabemos que, pelo que atestam as fontes, que tal ideia é bastante equivocada, pois, como vimos, concursos públicos passaram a ser realizados desde o fim da década de 1820, primeiramente organizados pelo Conselho Presidial e depois pela Inspeção da Instrução Pública, prosseguindo pelas décadas posteriores à medida que o poder público autorizava a abertura de aulas para o sexo feminino nas outras localidades da província. De todo modo, é oportuno esclarecer que “Maria Firmina dos Reis não foi a primeira e nem seria a última professora maranhense a ocupar uma cadeira de instrução pública” (SOUZA, 2020, p.73).

O que as fontes apontam é que antes da escritora e romancista se estabelecer como professora em Guimarães, outra docente atuou por um breve período como professora pública de primeiras letras da referida vila - a mestra Francisca Theodora de Mello. Na tabela anterior, em que estão arroladas as professoras públicas, no ano de 1841, é possível ver que a aula feminina para Guimarães (que havia sido criada desde 1837), ainda não possuía uma mestra

que assumisse a cadeira. No relatório⁶⁹ de 1843, a situação se repete, indicando haver dificuldade para o provimento da vaga.



Publicador Maranhense, 1848, ed. 624.

Apesar de não ter sido possível localizar o ano de ingresso da professora Francisca Theodora de Mello, sabemos que ele se deu após em 1844⁷⁰ e que a mestra se demitiu em 1847 (DIOGO, 2016), o que fez a vaga para vila de Guimarães, ainda no presente ano, ser novamente colocada para concurso. Interessadas em ingressar no magistério público, são examinadas três opositoras: Maria Firmina dos Reis, Úrsula da Graça de Araújo e Antonia Barbara Nunes Barreto – e a única aprovada nos exames foi Maria Firmina, que ainda teve que entrar, junto à Inspetoria com um pedido de requerimento, denominado *Autos da Justificação de Nascimento*, para provar que possuía a maioria requerida para o cargo público, isto é, que à época tinha mais de 25 anos e não menos, já que a idade, de fato, era um dos critérios de admissão para o magistério (SOUZA, 2020).

Como mencionamos anteriormente, as décadas de 1850 e 1860 experimentaram uma notável expansão da malha escolar – fenômeno este diretamente ligado a uma maior arrecadação de impostos, oriundos de um momento em que a economia estava sendo azeitada pela exportação de produtos agrícolas, como o arroz, o algodão e, agora, o açúcar, que despontava sendo cultivado, através de canaviais, no vale dos rios Itapecuru e Pindaré. Uma parte destes capitais em circulação foram utilizados para o incremento da instrução pública por meio da criação de aulas, de concursos docentes, de contratação de professores e de políticas assistenciais à infância mais pobre e desvalida (CASTRO, 2009). É oportuno destacar que, no período em referência, foram autorizadas a criação de mais cadeiras de primeiras letras para o sexo feminino em outras vilas, ampliando assim o público docente e discente, conforme a tabela abaixo:

⁶⁹ Relatório do Presidente da Província (MA), 1843.

⁷⁰ No relatório do presidente da província deste ano de 1844, a vaga de Guimarães ainda se encontrava aberta.

QUADRO DAS ALUMNAS DE PRIMEIRAS LETRAS				
DA PROVINCIA NOS ANOS DE 1849 e 1850.				
CADEIRAS.	LUGARES.	PROFESSORAS.	ALUMNOS.	
			1849.	1850.
Capital . .	Friguezia de N. S. da Victoria	D. Henriqueta Candida Ferreira . .	30	49
»	Dita de N. S. da Conceição.	D. Esther Leopoldina Pinheiro . .	49	63
»	Recolhimento	D. Maria Joaquina Ramos Villar . .	12	14
Guimarães.	Guimarães	D. Maria Firmina dos Reis	12	15
Alcantara .	Alcantara	D. Anna Joaquina Seixas Correa . .	17	20
»	San Bento	D. Theodolina Maria Alves Mello . .	11	11
Vianna . .	Vianna	D. Anna Clara Pereira	18	20
»	Mearim	D. Francisca Evarista Maciel	16	14
Itapucurú .	Itapucurú.	D. Carolina Maria Ribeiro	12	10
»	Rosario	D. Josefina Amalia de Moraes Silvr. ^a	2	1
Brejo . . .	Brejo	D. Roza Maria de Castro	25	27
Caxias . . .	Caxias.	D. Guilhermina Roza Alcovia	24	21

Secretaria da Instrução Publica do Maranhão 20 de Julho de 1850.
João Izidoro Xavier de Brito
Secretario da I. Publica.

Tabela (6). Relatório do Presidente da Província, 1850 (Maranhão).

Uma década após a primeira tabela produzida em 1841, temos nesta segunda um maior incremento da educação feminina, que agora passa a contar com aulas efetivas em doze freguesias e vilas, ao contrário do número anterior, que girava em torno de oito aulas; apesar de relativamente tímido, ainda pode ser contabilizado como um pequeno avanço. Alguns nomes de professoras se repetem, enquanto outros são de novas ingressantes ao magistério público provincial. Outro ponto a destacar diz respeito à criação das cadeiras; nem sempre eram providas imediatamente após a autorização pelo poder público; algumas cadeiras, mesmo já criadas encontravam uma certa dificuldade de provimento, como foi o caso da vila de Guimarães (DIOGO, 2016). E em relação ao número de alunas, temos aqui um quadro, que, se por um lado mostra que o quantitativo das discentes se ampliou, por outro, demonstra que, em relação à população em idade a ser escolarizada, a efetiva cobertura populacional a ser abrangida pela escola primária permanecia incipiente.

Também é na década de 1850 que as primeiras aposentadorias de professoras públicas também começam a ser solicitadas, cumprindo assim o rito final da funcionalização docente, que se iniciava mediante a admissão via concurso ou nomeação, caminhava por entre pedidos de gratificação e melhoria dos ordenados no desenrolar da carreira e culminava com o pedido

de aposentadoria, que poderia ser integral ou equivalente ao tempo de serviço prestados à província. Uma burocracia, portanto, que não é nada ingênua, mas permeada por intencionalidades políticas, posto que também contribui para delinear a identidade profissional do professorado. Tais práticas integravam um conjunto político maior cujo

(...) processo de transformação dos professores em “funcionários” do Estado se coaduna com a tentativa de configurar um sistema educacional. Tal tentativa era muito frágil, porém, para a profissionalização docente, elas significaram um passo decisivo à medida em que o magistério deixa de ser uma ocupação secundária e os professores passam a se constituir um corpo profissional como resultado da ação controladora do estado e não de uma conscientização e mobilização dos mesmos enquanto classe profissional (GOMES, 2008, p.106).

Conhecer as normas legais construídas no decorrer da carreira e que regem a profissão garantiu à classe docente saber estrategicamente operar com a letra da lei, através de ofícios, petições e requerimentos diversos, para obtenção dos seus direitos. Se a Inspetoria enquanto órgão de inspeção da província vivia constantemente admoestando os professores e professoras para o cumprimento de seus *deveres*, os e as docentes, em contrapartida, buscavam brechas na lei para fazer com que seus *direitos* fossem validados e usufruídos. A funcionarização demarca também tensões, conflitos e disputas entre as *vidas miúdas* e o aparato organizado do estado monárquico. Todavia, cabe assinalar que a burocracia estatal, severa para uns e mais amenas para outros, também convivia com práticas de apadrinhamento e clientelismo⁷¹.

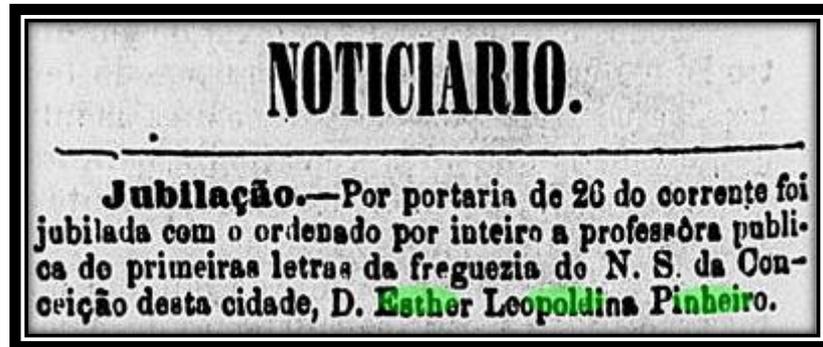
No que tange à aposentadoria, o critério para requerê-la integralmente, isto é, recebendo os ordenados inteiros, era contar com 25 anos de trabalho no magistério. Deste modo, três mestras que começaram a atuar ainda na década de 1830, solicitaram da Inspetoria suas aposentadorias, pois cumpriram os critérios temporais estabelecidos pela norma legal. Em 1859, a professora da vila de Rosário, D. Josephina Amália de Moraes Silveira tem a sua aposentadoria⁷² (correspondente ao tempo de serviço) autorizada pelo vice-presidente da província, João Pedro Dias Vieira. O segundo pedido foi feito também em 1859 pela professora de Alcântara, Anna Joaquina Seixas⁷³, que além de contar com 25 anos de magistério, se encontrava em idade avançada e bastante debilitada – informou-se que ela conseguiu o ordenado por inteiro. O terceiro pedido foi feito pela professora de N.S. da

⁷¹ No estudo de Sampaio (2016), há um apontamento sobre a prática de apadrinhamentos em concursos do magistério, no Maranhão: “Ainda sobre este relatório (1847, p.43), o inspetor de ensino, ao falar dos professores alude sobre as “abusivas condescendências”. Isto é, a prática de favorecimento por parte dos examinadores na aprovação de professores sendo, para ele, uns dos procedentes para falta de preparo dos mestres no exercício de seus deveres (SAMPAIO, 2016, pp. 62-63)”.

⁷² Lei N. 518 de 30 de Julho de 1858 (CASTRO, 2009).

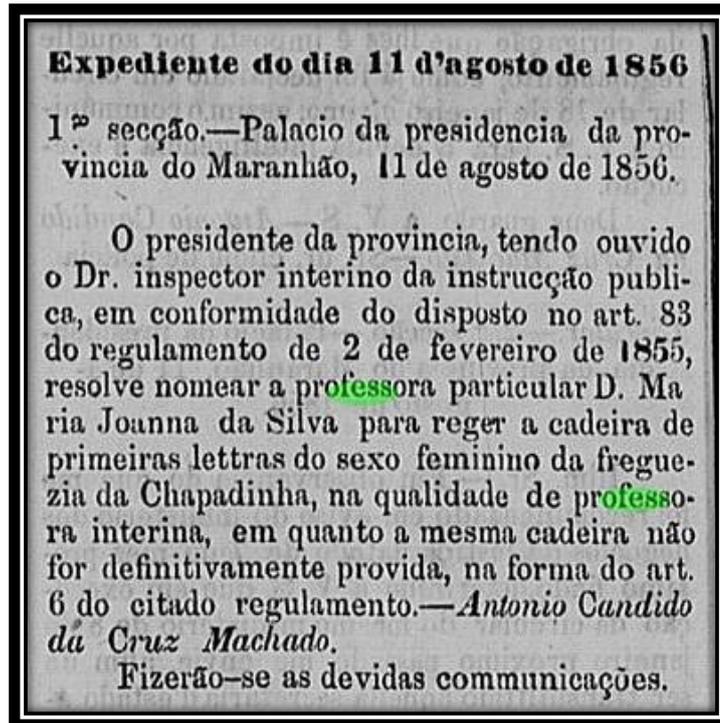
⁷³ Publicador Maranhense, 1859, ed.202.

Conceição, D. Esther Leopoldina Pinheiro, que a requereu em 1860. Desta forma, ela consegue ser jubilada pela Inspetoria, obtendo o seu ordenado por integral:



Publicador Maranhense, 1860, ed. 295.

Além dos concursos, também foi bastante utilizada a figura da professora interina – um outro nome para designar a mestra contratada, que atuava, sobretudo para cobrir as professoras em suas licenças e impedimentos. Constituíam-se em relações mais frágeis de trabalho, posto que elas não haviam sido admitidas via concursos, por esta razão, possuíam menos garantias legais que as professoras devidamente concursadas. O trecho abaixo, publicado do expediente do dia 11 de agosto de 1856, fornece indícios para compreender em quais contextos específicos havia a necessidade de contratação de uma professora interina. Como a vila de Chapadinha não havia ainda conseguido prover para a sua aula de primeiras letras uma professora concursada, abriu-se espaço para a contratação da mestra particular, D. Maria Joanna da Silva: a vacância das cadeiras era a oportunidade para muitas outras professoras que experimentaram temporariamente o exercício de um magistério *funcionarizado*.



Publicador Maranhense, 1856, ed. 186.

Contudo, uma parte das professoras que experimentavam essa modalidade de trabalho acabava tendo dissabores futuros e um amparo social menor, mesmo que tivessem desempenhado por décadas o exercício docente. Em 1871, a professora Marcelina Rosa Correa Lobão, entrou com petição para requerer a sua aposentadoria, no que foi de pronto negada. Mesmo que a docente tivesse atuado no Asilo de Santa Tereza ao longo de toda a existência do estabelecimento (quinze anos), a comissão de Instrução Pública invalidou o seu pedido por ter ela ocupado o cargo interinamente e não como “empregada efetiva”, isto é, concursada. Este episódio demarca nitidamente como as professoras contratadas restavam vulneráveis acerca das relações de trabalho desenvolvidas – e os contratos docentes, por mais longevos que fossem, não serviram para amparar a dita professora quando esta reivindicou a aposentadoria. Vejamos abaixo o conteúdo da negativa da sua solicitação:

A commissão de instrucção publica, lendo maduramente a petição da professora interina do extinto Asylo de Santa Thereza D. Marcellina Rosa Correia Lobão, que pede a sua aposentadoria, fundando-se no art. 5º da lei n. 918 de 20 de Julho de 1870, é de parecer que a supplicante não tem direito a ser aposentada; porque as aposentadorias só se concedem aos empregados effectivos, e não aos interinos como era a supplicante; portanto entende que deve ser indeferida a sua petição.

Sala das commissões, 5 de Junho de 1871.

Fernando Alves de Carvalho.
Francisco Domingue da S. Junior.
Antonio Bernardino J. Sobrinho—
vencido em parte.

Publicador Maranhense, 1871, ed. 127.

Havia também os casos em que as famílias das professoras aposentadas, já falecidas, requeriam ao Thesouro Provincial os pagamentos das gratificações pendentes. Em 1882, Luiz Pinto Ferreira d'Almeida solicitava do órgão financeiro da província o pagamento dos vencimentos de sua falecida esposa, a professora D. Filomena Pinto d'Almeida, que atuava na vila de Pinheiro.⁷⁴ Em 1885, Maria Rita Guilhon entrava com o mesmo pedido para receber os vencimentos de sua falecida mãe, a professora da freguesia de N.S. da Vitória, Henriqueta Ferreira Guilhon.⁷⁵ São situações que nos levam a pensar que o “dote” de uma professora aposentada, sem sombra de dúvida, são os seus vencimentos represados pelo tesouro público, valores que as famílias não tardavam em reivindicar após as suas mortes.

Em relação aos processos que configuraram um *ethos* profissional docente, um caso curioso chama atenção. Na vila de Viana, em 1859, o professor de primeiras letras João Marcelino Luz e Sousa, se configurou no preceptor de sua filha, Julianna Adelaide de Luz e Souza, junto com a sua esposa - que foi a responsável em preparar a filha nos trabalhos domésticos, ensinando os conhecimentos necessários ao magistério primário. Em 1859, no jornal *Publicador Maranhense* (ed.32), o docente pede para que a filha seja examinada por uma banca; seu pedido foi acatado e a jovem aspirante ao magistério também aprovada nesta

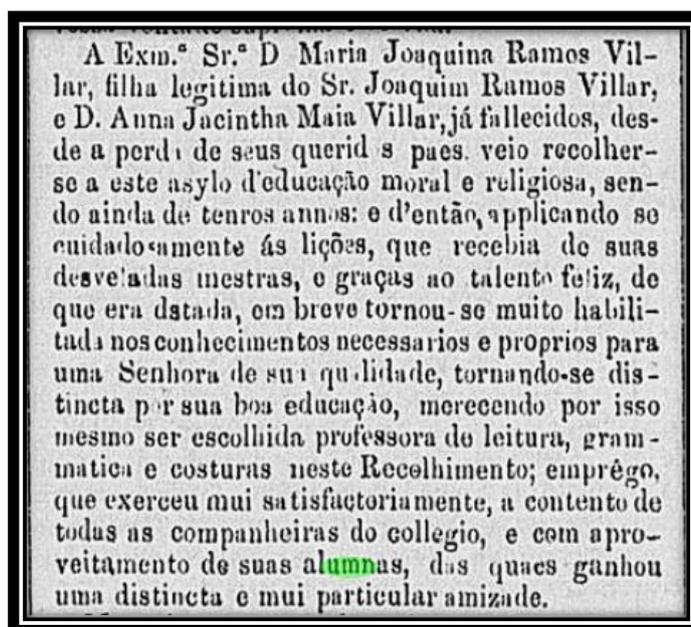
⁷⁴ *Publicador Maranhense*, 1882, ed. 56.

⁷⁵ *Publicador Maranhense*, 1885, ed 158.

ocasião. A aprovação da jovem moça não foi desperdiçada, pois alguns anos depois, em 1863, Julianna Adelaide Luz já surge como professora pública de Vianna⁷⁶. Esse caso indica muito fortemente a transmissão familiar do magistério, com o próprio pai providenciando exames para a sua filha e preparando-a para a regência das aulas primárias em sua vila.

E na mesma vila também se registra⁷⁷, em 1860, outro exame público de uma aluna, protegida do farmacêutico do local, José Antônio Ferreira de Moraes; Joanna Travassos, que fora aluna da professora de primeiras letras D. Anna Clara Pereira. O relato presente no texto jornalístico nos informa que a discípula se destacou especialmente nas arguições feitas, fazendo que o seu êxito fosse comemorado esfuziantemente com fogos de artifício e saudado como um exemplo da grandeza da instrução pública e particular da vila de Viana. Mais uma vez, se reforça a perspectiva que esses momentos solenes eram chamarizes de práticas artesanais de recrutamento e formação docente assim como funcionavam como passaportes funcionais para o ingresso na carreira do magistério.

Vimos também que Recolhimentos e Asilos também poderiam ser espaços para a construção artesanal da docência. Em 1862, encontramos um necrológio⁷⁸ da professora Maria Joaquina Vilar Ramos; nele há descrição de como a menina órfã, antes aluna interna da instituição, se tornara professora do local por ter se destacado em seus estudos, aprendendo o ofício observando outras mestras:



Fonte: Publicador Maranhense, 1862, ed. 267.

⁷⁶ *Publicador Maranhense*, 1863, ed.29.

⁷⁷ *Publicador Maranhense*, 1860, ed.174.

⁷⁸ *Publicador Maranhense*, 1862, ed.267.

Ritos funcionais de entrada e saída de mulheres professoras da arena profissional eram característicos de uma máquina pública que se tornava cada vez maior, abrigo uma quantidade crescente de funcionários públicos e que complexificava os seus fazeres burocráticos. E com o passar das décadas, sobretudo aquelas concentradas na segunda metade do século XIX, o próprio estado provincial, buscando racionalizar e homogeneizar as suas ações educativas através da Inspetoria da Instrução Pública, cuidava cada vez mais de produzir legislações e ampliar o seu aparato burocrático, que a partir da década de 1870 passa a contar também com o Conselho de Instrução e a Junta Médica – esta última a qual teria mais condições técnicas de deferir ou não os pedidos de licença e afastamentos (COELHO, 2017). O aparato burocrático da Inspetoria também cresce à medida em que se complexificam as demandas pessoais e profissionais dos professores e professoras.

Na documentação pesquisada em periódicos oficiais como o *Publicador Maranhense* e estudos acerca do funcionamento da Inspetoria da Instrução Pública, nos defrontamos com vozes de professoras em situações singulares tanto quanto em casos mais recorrentes e corriqueiros. De casais de professores⁷⁹ buscando alugar espaços para suas aulas a professoras pedindo remoções, de mestras solicitando ressarcimentos e gratificações⁸⁰ (reivindicações estas que eram bem frequentes na documentação oficial); quanto àquelas que se engajavam nas sociedades criadas para arrecadar fundos e doações para os voluntários da pátria na Guerra do Paraguai⁸¹, havia uma miríade de situações diversas vivenciadas no decorrer da carreira das docentes.

Mas um controverso acontecimento ocorrido em 1860 nos chamou bastante atenção, tratando-se do caso da professora Joana Maria da Conceição, de Barra do Corda, afastada do cargo por estar grávida sem ter um *marido*. Os planos originais da mestra consistiam em esconder a gravidez dos olhos do público e se retirar para um local afastado para a concepção da criança, voltando a abrir as suas aulas, tão logo o bebê nascesse. Diria a professora, para justificar a sua ausência, que estaria apenas doente. Contudo, antes de conseguir executar o seu plano, a mestra fora delatada e, tendo se retirado para o parto, deixara de abrir a aula na data estipulada, dia 7 de janeiro de 1860.

O singular episódio consta na dissertação de mestrado de Coelho (2017), intitulada “A Inspetoria da Instrução Pública maranhense (1843-1889)”. O fato possuía ares de escândalo, o

⁷⁹ Casal de professores da vila de Brejo: ele, professor de latim e ela, de primeiras letras (*Publicador Maranhense*, 1849, ed. 774)

⁸⁰ Pedido da professora D. Esther Leopoldina Pinheiro (*Publicador Maranhense*, 1874, ed.147).

⁸¹ Doação de 10% do ordenado da professora pública Guilhermina Pereira de Macedo Sousa Ferraz (junto com seu esposo) para reforçar os fundos para a Guerra do Paraguai (*Publicador Maranhense*, 1863, ed.34).

que gerou esse ofício da Inspetoria, que buscava relatar a *ultrajante* situação para o Presidente da Província, Silva Maia:

(...) Não sendo casada acha-se presentemente grávida, como é público naquela Vila, e tendo a mesma para ocultar o adiantado estado de gravidez deixado de abrir aula no dia 7 de janeiro passado, retirando-se para um sítio em pequena distância da Vila. (OFÍCIO, 10 de fevereiro de 1860 *apud* COELHO, 2017).

De posse da informação acerca da gravidez da professora Joana Maria da Conceição, o Presidente da Província achou por bem suspendê-la do exercício do cargo, mas não sem antes responsabilizá-la criminalmente. Aqui o conteúdo do despacho feito por Silva Maia, exibindo, portanto, o teor da punição a essa professora *desviante* e de *conduta irregular*, devendo a mestra ser encaminhada para prestar contas ao juiz de direito da comarca de Barra do Corda:

—O presidente da provincia, tendo em vista a informação do Dr. inspector da instrucção publica sobre a irregularidade da conducta da professora de primeiras letras da villa da Barra do Corda Joana Maria da Conceição, que deu lugar a deixar a mesma de abrir aula no dia 7 de janeiro, retirando-se para um sítio em pequena distancia da villa, donde participou achar-se doente; resolve suspendel-a do exercicio do emprego, e ordena que pe'o juiz de direito da comarca seja immediatamente responsabilizada, na forma do cap. 13 do reg. de 31 de janeiro de 1842, pelo crime definido no art. 166 do codigo criminal.
Communicou-se ao Dr. inspector da instrucção publica.

Fonte: Publicador Maranhense, 1860, ed. 45.

O preço a se pagar pelo desvio das normas de gênero em uma sociedade com rígidos padrões sexuais para as mulheres, era bastante alto. Deste modo, uma das acusações que se lhe abatia era o abandono do cargo; mas não só. A mestra Joana também fora enquadrada no regimento do Código Criminal do Império, mais especificamente, pelo art. 166, que tipificava a irregularidade de conduta dos funcionários públicos e disciplinava quanto às possíveis punições para eles. Seu caso era inadvertidamente de conduta *escandalosa*:

Irregularidade de conducta:

Art. 166. O empregado publico que fôr convencido de incontinencia publica e escandalosa ou de vicio de jogos prohibidos, ou de embriaguez repetida, ou de haver-se com inaptidão notória ou desidia habitual no desempenho de suas funcções.

Penas: Perda do emprego com inhabilidade para obter outro enquanto não fizer constar a sua completa emenda (CÓDIGO CRIMINAL DO IMPÉRIO BRASILEIRO, 1842).

Ademais, vale destacar que a Inspeção não possuía essa postura inquisitória quando se tratasse da maternidade de professoras que estavam dentro de arranjos matrimoniais. Coelho (2017) apontou que em 1863, a professora Guilhermina Rosalina Rodrigues, da vila de Alcântara, casada e que se achava gestante, teve autorizada uma licença médica para que pudesse cuidar de si nos meses finais de sua gravidez. Por outro lado, fora do casamento, uma gestação seria considerada clandestina sendo, portanto, tratada como caso de polícia. Segundo consta na imprensa oficial, a mestra de Barra do Corda deve ter sido absolvida pelo juiz de sua comarca, pois Joana Maria da Conceição aparece ainda como professora pública em 1865⁸²; em 1868, ocorre uma outra situação disciplinar envolvendo o seu nome: a professora fora suspensa de seu exercício pela Inspeção, por *máo procedimento* e, ao que tudo indica, por novamente estar grávida sem ser casada.⁸³ Seu nome ressurge em 1880, como professora pública da vila de Mirador⁸⁴, sugerindo que a mestra foi transferida do seu anterior local de trabalho.

Passemos agora da maternidade para a tentativa de acumular ordenados na docência. Ainda de acordo com Coelho (2017), algumas professoras mantinham, além da sua aula pública, modestas escolas particulares também voltadas para o sexo feminino. Esses casos não eram exatamente raros e atestavam o quanto a remuneração oriunda da docência era por vezes insuficiente para a manutenção material das vidas dessas mulheres, que poderiam tanto sustentarem-se somente a elas mesmas ou proverem arranjos familiares mais numerosos. Herculana em 1860 também lançou mão deste expediente de dupla jornada como funcionária pública em um turno e professora particular no outro, como veremos no próximo capítulo.

No esteio da expansão da escolarização feminina, em 1867, o jornal *Publicador Maranhense* (ed. 103) arrolou todas as professoras públicas que estavam em atividade, identificadas de acordo com a comarca de atuação a seguir informando o número de alunas matriculadas em suas aulas. Vejamos a tabela abaixo que nos permite estabelecer comparações com as décadas anteriores, no que tange à ao crescimento da malha escolar feminina e ampliação dos concursos e contratos docentes:

⁸² *Publicador Maranhense*, ed. 181.

⁸³ *Publicador Maranhense*, ed.210 e 218.

⁸⁴ *Publicador Maranhense*, ed.58.

Local	Número de alunas	Professoras
1ª Comarca – 1ª Freguesia da cidade	70	D. Francisca Petronilha Rodrigues
Idem - 2ª Freguesia da cidade	48	D. Thereza de Jesus Cabral
Idem – 3ª Freguesia da cidade	80	D. Mariana Augusta da Serra Carneiro
Recolhimento da cidade	19	D. Antônia Senhorinha Belfort Rego
Interior	Número de alunas	Professoras
1ª Comarca - Alcântara	18	D. Guilhermina Rosalina de Carvalho
Idem – São Bento	44	D. Antonina Conrada de Carvalho Leal
2ª Comarca – Tury-assú	28	D. Maria dos Santos da Motta Azevedo
Idem – Santa Helena	37	D. Henriqueta Pereira de Jesus Smith (interina)
3ª Comarca - Guimarães	8 (ilegível)?	D. Maria Firmina dos Reis
Idem - Cururupu	29	D. Herculana Firmina Vieira de Sousa
Idem - Pinheiro	30	D. Filomena Bandeira Pinto d'Almeida
4ª Comarca - Vianna	61	D. Juliana Adelaide da Luz e Sousa
Idem - Monção	17	D. Eleutéria Rosa Cardoso
Idem – São Vicente Ferrer	21	D. Militina Rosa da Silva
Idem - Arary	23	D. Hemirene Joaquina Maciel
5ª Comarca – Itapecuru-mirim	15	D. Carolina Maria Ribeiro
Idem - Chapadinha	18	D. Maria Joanna de Carvalho e Souza
Idem – Vargem Grande	12	D. Raymunda Joaquina Lopes
6ª Comarca - Rosário	18	D. Rosa Cesarina de Amorim Silveira
Idem - Icatú	12	D. Angela Pereira de Macedo Lima Marques
Idem - Miritiba	11	D. Maria Joaquina de Moraes Santos
7ª Comarca – Codó	21	D. Angela Miricia de Lima Bastos

8ª Comarca – Brejo	32	D. Rosa Maria de Castro
9ª Comarca - Caxias	20	D. Guilhermina Rosa d'Alcovia Lopes (já falecida)
10ª Comarca – Pastos Bons	22	D. Roberta Joaquina de Macedo (interina)
11ª Comarca - Chapada	17	D. Rosa de Fernandes Macedo Castelo-Branco
Idem – Barra do Corda	10	D. Joana Maria da Conceição
12ª Comarca - Carolina	14	D. Maria Vitória da Costa

Tabela (7). Fonte: Publicador Maranhense, 1867, ed 103.

Observamos, portanto, uma notável ampliação da malha escolar, fruto dos investimentos crescentes iniciados na década anterior; também a maioria das professoras eram concursadas (somente duas interinas). É possível perceber também a divergência no número de matrículas: enquanto algumas professoras contavam com 80 alunas, outra professora contava com 10; as maiores turmas de meninas estavam nas freguesias da capital – e aqui se leva em consideração a população maior e com acesso mais viável às aulas do que em outras localidades em que a frequência escolar fosse mais difícil e/ou as meninas trabalhassem nos afazeres domésticos e pequenas lavouras. Por outro lado, não se pode depreender nessa tabela o número da evasão escolar das educandas. Também não é possível saber as condições as quais essas aulas funcionavam. Nota-se também o registro de uma professora falecida – vemos que a vaga permanecia aberta e ainda não havia sido preenchida por concurso ou nomeação de uma interina. A existência de poucas professoras interinas indica também que os concursos estavam conseguindo obter aprovações, o que fornece indícios para pensar que os concursos docentes estavam também ficando mais procurados e concorridos.

No Maranhão, ao pensarmos nestes grupos específicos de mulheres atuantes entre a primeira e segunda metade do século XIX, estamos falando muitas vezes das primeiras gerações que se tornaram professoras públicas; uma parte delas não chegou sequer a ser escolarizada formalmente durante a infância e juventude, o que abre brechas para pensar os processos de aquisição de saberes – variando entre aulas particulares dadas no ambiente familiar a mulheres educadas pelas mães e pais; mulheres autodidatas, inseridas em um contexto em que havia a presença de uma modesta circulação de livros – como será a relação desenvolvida por elas nos espaços letrados como a Biblioteca Pública e o Gabinete Português

de Leitura? Eram leitoras de livros que se vendiam em São Luís, nas livrarias existentes? Liam jornais, consumiam os folhetins e escreviam para os periódicos? Quais eram as suas práticas de leitura no espaço privado? Conheciam as obras de Madame de Stael, da Marquesa de Sevigné e de Madame de Genlis, isto é, das escritoras apontadas pelo jornalista Jose Cândido de Moraes, que dizia que se as maranhenses fossem (bem) educadas poderiam um dia chegar ao nível intelectual das eminentes letradas francesas?

Se não conseguimos responder a essas perguntas, pelo menos foi possível lançar uma mirada às atividades leitoras de uma dessas professoras. E o nível cultural de uma delas, notadamente D. Emília Branco chamara a atenção do escritor Dunshee de Abranches, que assim nos resumiu em sua obra, *O Captiveiro*, a atividade intelectual da culta educadora portuguesa, amiga das mulheres da família Abranches:

Muito lida, havendo mesmo quem dissesse haver esgotado todos os tomos do Gabinete Portuguez de Leitura, representado por alguns milheiros de obras, assignando revistas estrangeiras de renome e recebendo de um dos seus filhos, residente no Rio de Janeiro, todas as publicações interessantes que vinham á luz no Brasil, era natural que se tornasse uma figura singular no mundo feminino maranhense (ABRANCHES, 1941, p. 108).

No entanto, é bom lembrar que D. Emília Branco possuía essa livre circulação pelo acervo da biblioteca do Gabinete Português por ser “casada”⁸⁵ com David Azevedo, que foi presidente da instituição. Logo, ela se tratava de uma exceção à regra em um universo cultural por vezes árido às mulheres. Para além dessas questões, é possível pensar que os modestos ordenados recebidos no magistério, pusesse à maior parte das professoras alguns demarcados limites no sentido de poderem consumir amplamente, para além dos jornais, as obras literárias e científicas em circulação. Os pertencimentos de classe desse professorado feminino estavam, por sua vez, ligados às camadas menos abastadas da sociedade e se constituíam em um segmento assalariado que necessitava prover o sustento individual e/ou familiar. Nesse ponto, mais uma vez, a análise de Nóvoa (1999) é procedente também para examinarmos a realidade da docência brasileira da segunda metade dos oitocentos:

A segunda metade do século XIX é um momento importante para compreender a ambiguidade do estatuto dos professores. Fixa-se neste período uma imagem intermédia dos professores, que são vistos como indivíduos entre várias situações: não são burgueses, mas também não são povo; não devem ser intelectuais, mas têm de possuir um bom acervo de conhecimentos; não são notáveis locais, mas têm uma

⁸⁵ D. Emília Branco (1818-1888), mulher culta de origem portuguesa, abandonou o seu marido, o comerciante lusitano Antônio Joaquim Branco, por ser vítima de maus-tratos, fato tomado como escandaloso pela sociedade local. Vivendo de modo mais recluso, ela manteve um relacionamento com o cônsul David Azevedo, com quem teve cinco filhos, dentre eles, os romancistas Artur, Aluísio e Américo Azevedo.

influência importante nas comunidades; devem manter relações com todos os grupos sociais, mas sem privilegiar nenhum deles; não podem ter uma vida miserável, mas devem evitar toda a ostentação; não exercem o seu trabalho com independência, mas é útil que usufruam de alguma autonomia; etc. Estas perplexidades acentuam-se com a feminização do professorado, fenómeno que se toma bem visível na viragem do século e que introduz um novo dilema entre as imagens masculinas e femininas da profissão (NÓVOA, 1999, p.18).

Nos últimos anos do Império, mais precisamente em 1887, havia 59 escolas para meninas, distribuídas em todo o território da província maranhense (CASTELO BRANCO, 2019). Em dados brutos, esse quantitativo de aulas indica uma considerável capilaridade dessa malha escolar, se formos considerar que no início de 1860, o número era de 24 escolas voltadas para atender o sexo feminino. Com isto, mais mulheres docentes ingressavam nos quadros da docência estatal, de modo mais abundante. Nesse ínterim de criação de aulas, também algumas delas foram extintas e outras removidas. Concursos eram providos, enquanto outros, não, dando lugar à figura da mestra interina. No contexto oitocentista, professoras leigas puderam, a partir da entrada nas tessituras da funcionarização levada a termo pela burocracia provincial através de concursos e contratos, se constituir em titulares, adjuntas, interinas, substitutas, jubiladas e aposentadas, delineando novas identidades e diferentes condições profissionais assumidas pelo trabalho no magistério público em formação.

E ao final da década de 1880, já era bastante forte a presença da escolarização feminina, sobretudo na capital, São Luís, com a oferta de aulas públicas e de colégios particulares para o sexo feminino, em que pese o fato desta cobertura educativa não alcançar de modo satisfatório as meninas em idade escolar. Na obra *O Mulato*, publicada em 1881, é possível perceber o quanto as instituições de educação para meninas e jovens moças faziam parte do cotidiano da cidade àquela altura do campeonato. O escritor Aluísio de Azevedo, ao registrá-las, também as tornou alvo de apreciações bem pouco indulgentes; com a sua pena arguta e mordaz, desferiu críticas ao Recolhimento que, para o autor, sequer conseguia cumprir a função de resguardar as recolhidas, sendo a própria instituição palco de encontros furtivos e libidinosos.

E assim Azevedo descreve os acontecimentos anteriores ocorridos com a viúva Maria do Carmo, uma das personagens secundárias da aludida obra: “passara a mocidade no *Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios*, onde concebera o seu primeiro filho do homem com quem depois veio a casar” (AZEVEDO, 2010, p. 4). Em outras passagens do livro, Azevedo acentua (de modo jocoso?) os aprendizados que as meninas

obtinham nos colégios, voltados para a doutrina cristã, bordados e tapeçaria. Sobre a personagem principal da obra, Ana Rosa, o autor assim descreve a sua educação:

Ana Rosa cresceu pois, como se vê, entre os desvelos insuficientes do pai e o mau gênio da avó. Ainda assim aprendera de cor a gramática do Sotero dos Reis; lera alguma coisa; sabia rudimentos de francês e tocava modinhas sentimentais ao violão e ao piano. Não era estúpida; tinha a intuição perfeita da virtude, um modo bonito, e por vezes lamentara não ser mais instruída. Conhecia muitos trabalhos de agulha: bordava como poucas, e dispunha de uma gargantazinha de contralto que fazia gosto ouvir (AZEVEDO, 2010, p. 4).

Em que pese a promoção da escolarização feminina, que arregimentava alunas e professoras, as primeiras letras ofertadas pela escola pública primária careciam, de fato, de um maior aprofundamento intelectual – algo que desde a década de 1820 já era observado pelo jornalista José Cândido de Moraes e Silva, em seus escritos publicados no jornal *Farol Maranhense*. Não é à toa que o próprio Aluísio de Azevedo o considerava, por suas ideias avançadas, uma “fenomenal criatura” – e era perceptível o quanto ambos criticavam, em diferentes tempos, a limitada instrução dispensada às meninas na província maranhense. No entanto, para aquelas que poderiam pagar, havia a alternativa de continuar os estudos nos colégios particulares de São Luís, responsáveis pela implementação de currículos mais diversificados e arrojados, formando, deste modo, um novo “comércio” da instrução que não tardou em absorver outras mulheres na condição de professoras e diretoras, como veremos adiante.

1.4 Diretoras e professoras particulares: a oferta das aulas nos jornais e o mercado da instrução feminina na província

A instrução particular no Maranhão oitocentista é um capítulo que merece ser analisado com atenção. Ao mesmo tempo em que conforma um vasto território de análises, que extrapolam os propósitos deste estudo, tomamos dela parte no que diz respeito às condições de oferta deste “serviço” para o público feminino; além disto, é importante também na medida em que se configura como mais um espaço de atuação para outras mulheres professoras. Assim, nos interessa entender essa atmosfera educativa para examinar aspectos da instrução privada maranhense, fundamentalmente, pelo fato de Herculana ter iniciado suas atividades na docência, em 1848 oferecendo, de sua casa, situada na rua da Estrela, Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, aulas particulares para meninas. E ela não foi a única a se utilizar deste usual expediente, considerando o significativo número de propagandas voltadas

para divulgar tais serviços. Nesse sentido, iremos analisar alguns anúncios divulgados pelas professoras, anúncios estes que integravam um determinado circuito comercial da instrução do qual a própria Herculana buscou se inserir para oferecer os seus serviços como professora particular. Mas antes, almejamos pensar nas teias sociais e culturais que permitiram a emergência da escola particular no norte oitocentista.

Destacamos aqui dois estudos que examinaram essa seara: E aqui mais uma vez, se destaca o pioneirismo de Jerônimo de Viveiros, que ainda na década de 1950 escreveu a respeito da instrução particular na província, considerando a sua centralidade na composição das relações entre política e educação no Maranhão oitocentista. Já o recente estudo realizado através da dissertação de Joseilma Castelo Branco (2014), buscou analisar as formas de implementação das instituições particulares de ensino em São Luís, que ocorreu *pari passu* à implementação da instrução pública.

A instrução particular, ao longo do Império, também foi amparada por distintas leis relacionadas diretamente à organização e funcionamento dos estabelecimentos privados. Isto posto, em 1854 fica a aprovada a Lei da Liberdade de Ensino, a qual complementa o Ato Adicional de 1834, que assegurava tal prerrogativa. Sobre a forma particular do ensino, esta foi marcada pela heterogeneidade de práticas:

Investigando as especificidades do ensino particular dadas a ver por esta legislação, é possível identificar as categorias que a mesma compreendia e representava nos artigos. (...) Entre os modelos existentes, foi privilegiada uma lista de práticas heterogêneas para fazer parte deste discurso oficial que regula, legitima, autoriza e marca desvios. Em primeiro lugar, observa-se que o fato de estarem ou não restritas ao espaço da casa serve como justificativa para classificar algumas daquelas formas educativas. Entre modelos de ensino particular do espaço doméstico daquele tempo havia preceptorado (mestres contratados para morar nas residências das famílias e ministrar educação aos jovens da casa), professores particulares (mestres pagos pela própria família, atuavam nas suas casas ou nas dos alunos particulares) e aulas domésticas (ministradas no espaço da casa por membros da própria família, ou por religiosos como padres, clérigos). As aulas que se davam fora do espaço domiciliar do aluno (mas, que poderiam acontecer na casa do professor), na maioria das vezes, eram coletivas. Como os colégios particulares, que recebiam alunos externos, meio-pensionistas ou pensionistas (LIMEIRA, 2010, p.89-90).

Tais prerrogativas legais atuaram de modo favorável para que se conseguisse uma licença para atuar no ramo particular de ensino. Assim, os capitais aplicados à educação, oriundos de grupos particulares ou indivíduos, eram vistos com um sinal de liberdade pedagógica. Para o maranhense Antonio de Almeida Oliveira, “o ensino particular não era só poderoso corretivo para o ensino público, era uma fonte de economia para o estado, uma das maiores conquistas da civilização moderna” (ALMEIDA, 2003, p.89 *apud* LIMEIRA, 2010).

A educação privada, por essa ótica, foi defendida por entusiastas liberais como uma forma de aprimorar a instrução de um modo geral com fins tão pragmáticos quanto civilizatórios:

Diante de uma necessidade forjada, de uma solução proposta para combater o atraso do país, o Estado Imperial lançou mão de mecanismos para tornar crível a tarefa de promover a instrução. Já que o fardo era caro e pesado, pareceria mais oportuno dividi-lo. Foi então que se declararam liberadas as práticas de ensino, o que serviu como incentivo à iniciativa particular. Tratou-se de prescrever uma liberdade sem restrições que foi garantida pelo poder público em legislação, desde a Constituição do Império de 1824. Nela, ao contemplar, genericamente, a questão da atividade privada, estava **declarava livre qualquer gênero de trabalho, indústria ou comércio** (LIMEIRA, 2010, p.101)

Antes de tudo, é importante destacar que a instrução particular, enquanto atividade que possuía uma dimensão também comercial, só pôde ser anunciada na imprensa periódica porque os jornais se tornaram, ao longo do século XIX, eficientes veículos publicitários em que eram divulgados uma série de produtos e serviços, o qual por si só já contribui para se constituir uma parte importante do panorama do comércio e economia locais. Sendo assim, as propagandas da instrução dividiam espaço, nos jornais maranhenses, com uma miríade de outros anúncios que iam desde produtos fármacos a venda de propriedades. Todavia, é oportuno lembrar que as propagandas, vistas a partir de uma perspectiva histórica, são representações simbólicas dos gostos e “preferências” (sempre culturais e contingentes) de um público consumidor em formação.

Em que pese as representações contidas na publicidade oitocentista, nosso foco se pautará nos anúncios de aulas particulares e colégios femininos situados em São Luís, por se configurar no maior núcleo urbano capital da província. É importante também destacar que outras vilas, sobretudo aquelas mais populosas e com uma vida urbana mais intensa, certamente contavam também com a oferta de aulas e colégios particulares, no entanto, nos centraremos em São Luís também pela concentração destes estabelecimentos de ensino voltados para o público feminino e por Herculana ter iniciado na década de 1840, a sua docência na capital, utilizando de anúncios para divulgar os seus serviços do magistério.

Importante assinalar também que a publicidade enquanto fonte histórica, chama a si mesma inúmeras interrogações:

Aqueles registros publicitários, porém, embora deixem ver aspectos correspondentes à organização e funcionamento das instituições particulares de ensino, não traduzem uma realidade, não são os reflexos daquela cultura escolar do século XIX. Não são fontes que dão a ver a vida ou o cotidiano daquelas experiências. É preciso pensá-los como representações de uma realidade, como formas particulares (comerciais) de retratar aquelas instituições e serviços. Certamente, privilegiavam-se determinados

ângulos para expor da maneira mais adequada aqueles colégios, seus serviços, profissionais, ao mesmo tempo em que se ocultavam ou mascaravam outros menos favoráveis àqueles comerciantes da instrução (LIMEIRA, 2010, p.80).

Os professores particulares, assim como os públicos, homens e mulheres, estavam também submetidos aos critérios ligados ao domínio dos conteúdos exigidos para que pudessem lecionar no ensino elementar e no secundário; como também deles e delas era cobrada a dita moralidade e bom comportamento - embora, como vimos anteriormente, essa cobrança possuísse nuances de gênero nada sutis entre mestres e mestras. De todo modo, o campo da instrução particular surgia como mais uma oportunidade de trabalho para as mulheres que desejassem atuar instruindo meninas, seja através de aulas avulsas ou de colégios.

E aqui, mais uma vez, questões de classe podem ser pensadas. Se, para uma Martinha de Abranches, mulher estrangeira de origem espanhola, fidalga de classe abastada, considerada uma das primeiras diretoras de colégios femininos em São Luís, fundar um estabelecimento de ensino se aproximava mais de cumprir um objetivo pessoal e profissional de educar senhoras provincianas, retirando-as do ignorância, para muitas outras, o magistério privado se constituirá em único meio de sobrevivência, posto que as suas origens sociais modestas, não permitiam que o ensino fosse visto apenas como *missão*; era ele, enquanto atividade liberal, um ofício marcado pela possibilidade cumulativa de ganho e de renda, voltado para o sustento individual ou familiar. Eram, assim, mulheres diversas, com os mais diferentes propósitos, que atuaram por toda a sua vida laboral ou parte dela, no ensino particular da cidade.

Em relação aos conteúdos lecionados, cabe assinalar que as escolas privadas femininas comumente ofereciam, um currículo mais diversificado do que aquele ministrado pela instrução elementar pública. Sendo assim, às meninas cujas famílias poderiam pagar mensalidades cobradas nessas instituições, teriam o direito de aprender dança, francês, piano, desenho, canto, história, geografia e ginástica – isto é, conhecimentos que extrapolavam o ensino primário e poderiam agregar aspirações intelectuais mais ambiciosas por parte delas (ABRANTES, 2014). A título de exemplo, Amélia Bevilaqua, escritora e advogada com atuação destacada na primeira República, educou-se no famoso colégio das Abranches, o N.S. da Glória, quando o seu pai assumia um cargo político em São Luís. Como se pode depreender, uma parcela das moças instruídas nas escolas imperiais desenvolveu, posteriormente, um notável protagonismo na cena intelectual de seus tempos.

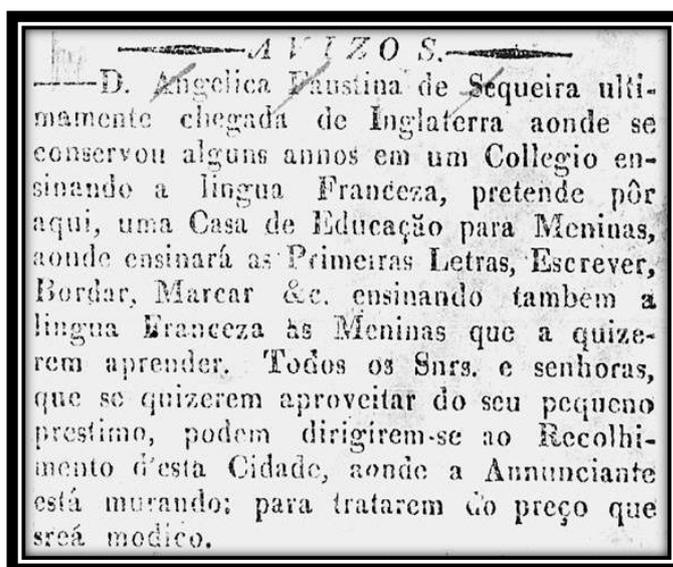
Foram também os colégios femininos particulares que tiveram mais liberdade de experimentar implementarem currículos considerados ousados e arrojados, como aquele proposto por Nísia Floresta, em seu Colégio Augusto⁸⁶, no Rio de Janeiro. No Maranhão, D. Martinha de Abranches se preocupava menos com a educação religiosa e mais com a formação artística e literária das suas alunas. E tanto Nísia quanto Martinha, souberam usar dos reclames da imprensa periódica para divulgar as suas atividades junto ao “respeitável público” das suas capitais, no afã de amealhar tanto matrículas quanto obterem prestígio e reconhecimento social.

Como afirmamos anteriormente, as redes domésticas de alfabetização estão ligadas aos processos educativos mais amplos que se desenvolveram ao longo do século XIX. Nem sempre é possível compreender como tais práticas se davam, sobretudo porque frequentemente não eram bem documentadas e registradas. Decerto, esse lócus também abrigava a possibilidade da educação feminina, em que tanto as famílias, quanto mestras e mestres particulares ensinavam as primeiras letras àquelas que poderiam ser mantidas nesse sistema privado de aprendizagem. “Fora” do âmbito familiar, havia a possibilidade das aulas serem ministradas tanto nas residências das alunas quanto nas casas de ensino regidas pelas professoras, as quais também eram as suas moradias.

Da década de 1830 em diante, as mestras particulares começavam então, a pulular pela capital da província, oferecendo vagas para suas discípulas por meio da imprensa. Um anúncio chama bastante atenção – e não sabemos dizer se se trata do primeiro a ser veiculado nos impressos locais. Se no final da década de 1820 a instrução pública para o sexo feminino começava a ser estruturada em passos lentos, na década seguinte se presenciavam, com mais frequência, outras mestras disputando o campo particular – que configurava em um promissor comércio com francas possibilidades abertas às senhoras que possuíssem alguma instrução, e que desejavam, portanto, mercantilizar os seus saberes. Em 1836, o jornal *Investigador Maranhense*⁸⁷ (do qual só resta um exemplar digitalizado na Hemeroteca) publica o seguinte anúncio:

⁸⁶ De acordo com Lonza (2019, p.6): “Floresta fundou o Colégio Augusto para meninas em 1838 na então capital do Império, Rio de Janeiro, e aplicou uma pedagogia inovadora para a época, que tinha como meta inaugurar uma nova maneira de educar as mulheres brasileiras. No Colégio, algumas disciplinas que eram ministradas apenas em colégios masculinos entraram para o currículo feminino”, dentre elas, o latim.

⁸⁷ Publicado pela Typographia Constitucional, Castelo Branco (2014) nos informa que a sua periodicidade era bissemanal; sua orientação política era de oposição ao então presidente da província, Joaquim Franco de Sá.



Investigador Maranhense, 1836, ed. 25.

D. Angélica Faustina de Sequeira – não sabemos a origem dessa senhora. Se estrangeira ou brasileira, o certo é que seus objetivos não eram modestos – abrir o que seria o primeiro colégio particular para a educação do sexo feminino da província, começando a ensaiar os passos para esta empreitada exercendo a docência a partir do Recolhimento, que lhe serviu também de residência. É bastante possível que Angélica estivesse instalada no referido espaço por não possuir ainda recursos para alugar uma residência própria e assim poder organizar a sua “Casa de Educação para Meninas”. Atuar a partir do Recolhimento também lhe dava respaldo e legitimidade. No anúncio, tem destaque especial a sua experiência como professora na Inglaterra ensinando francês para o seu alunado. Estando no Brasil, obedeceria à Lei e lecionaria as disciplinas obrigatórias do currículo da escola primária: as primeiras letras e os trabalhos de agulha, com o acréscimo da língua francesa, para aquelas que quizerem e puderem acessar a esse conhecimento. Aos interessados pelo “pequeno préstimo”, ela avisa que o preço será “módico”, adjetivo este utilizado de modo bastante usual na linguagem publicitária da época, feita para atrair pais de famílias interessados nos serviços.

O que as entrelinhas do reclame sugerem, é que por trás do anúncio, havia uma mulher viajada, possivelmente solteira, talvez nômade, cuja força de trabalho residia no magistério e que estava em busca de um local para se instalar e se estabelecer profissionalmente. O domínio dos conhecimentos do magistério, para a mulher viajante, lhe permitia trabalhar em diferentes contextos de ensino, como foi o caso de Nísia Floresta, que continuou atuando no ramo da instrução, mesmo fora do Brasil.

Uma outra (e última) referência encontrada em seu nome ainda em jornais locais, a partir de notas da *Chronica Maranhense* (ed.1) nos informa que D. Angélica, em 1839, partiu de São Luís, no vapor Bahiana, rumo aos portos do sul. É bastante provável aventar a possibilidade que o breve período de sua estadia na capital maranhense (1836-1839) tivesse sido realmente marcado pelo exercício da docência no interior do Recolhimento (educando quais meninas?), considerando que a professora, ao anunciar seus serviços, necessitava trabalhar para prover a sua subsistência. As causas da sua partida, no entanto, são ainda incertas. Em 1843, o nome de D. Angélica ressurgiu nos jornais pernambucanos⁸⁸ – porém, agora ela aparece com mais um sobrenome - Wyatt, dirigindo em Recife, o Colégio da Boa Vista.

A professora, com esse acréscimo em seu sobrenome, nos dá indícios de que se casou com algum homem estrangeiro (seria inglês ou americano?). Todavia, o casamento, neste caso específico, não foi fator de abandono da carreira do magistério, o que também era um indicativo no qual a mestra continuava necessitando buscar a sua sobrevivência no ramo da instrução particular. E foi na capital da província pernambucana que D. Angélica finalmente conseguira fundar o seu estabelecimento, coisa que não conseguiu concretizar em São Luís – ainda que a sua passagem pelo Maranhão tenha contribuído para diversificar o seu currículo profissional, ampliando as suas vivências docentes – algo o que no caso das mestras particulares, contavam muito, pois ao divulgarem suas experiências pregressas em instituições respeitáveis tais passagens lhes conferiam credibilidade junto ao público:

Diante da concorrência no comércio da instrução, as propagandas serviam de instrumento de disputa entre os estabelecimentos, a partir do qual, a publicidade da lista com os “mais bem capacitados” professores e professoras servia-lhes como um elemento diferencial, ou atestado de qualificação (LIMEIRA, 2010, p.131).

Na década de 1840, constava no Relatório do Presidente da Província uma lista de professoras que ofereciam suas aulas particulares de primeiras letras a partir das suas residências. Na lista constam os nomes das mestras Josephina Joaquina da Rocha Colin (com 15 alunas), Constança Guelf (com 14 alunas) e Carlota Alexandrina Fontes (com 15 alunas), perfazendo, portanto, um total de 3 aulas particulares para meninas em funcionamento na capital. Havia, portanto, uma preocupação do poder público em fiscalizar essas cadeiras, tendo as professoras que obterem licença dos órgãos provinciais para poderem abrir as suas aulas (CASTELO BRANCO, 2014).

⁸⁸ Diário de Pernambuco (1843, ed. 249).

AULAS PARTICULARES.			
Latin.....		32	Luiz Antonio Joze da Silva Sardinha.
1.ªs Letras.....		72	Francisco Xavier de Souza Caldas.
"		85	João Nepomuceno de Barros.
"		49	Joze Ventura Loups.
"		35	Aziuro Antonio Coelho Salgado Portugal.
"		27	Francisco Pedro Nolasco.
"		25	Milito Heitor Peres.
"	CAPITAL,	15	Josepha Joaquina da Rocha Colin.
"		14	Constança Gueff.
"		15	Carlota Alexandrina Fontes.
"		40	Joze Joaquim da Silva Guimarães.
"		46	Joze Antonio Rodrigues.
"		25	Raimundo Joze Rodrigues.
"		22	Ignacio Joze Leal.
"		27	Manoel Gualberto Leão.
"		21	Antonio Marianno Escobar.
"		15	Manoel Antonio de Jezus.
"		18	Manoel João Pereira.

Trecho do mapa do Relatório do Presidente da Província, 1841 (Maranhão).

No Relatório de 1844, aparecem, para a instrução particular pela primeira vez nomes de mulheres arroladas como diretoras de colégios e de aulas para o sexo feminino; a espanhola D. Martinha de Abranches, com seu colégio N.S. da Glória, e, mais uma vez, a educadora D. Josepha Joaquina Rocha Colin⁸⁹, que surge apenas regendo uma aula. Alguns anos mais tarde ela anunciava as suas aulas no jornal *O Progresso* (1847, ed. 148), destacando o fato de ter sido nomeada para administrar a Casa do Expostos, cargo que publicamente declina em nome da manutenção de sua escola primária:

— D. JOSEPHA JOAQUINA DA ROCHA COLIN, tendo desfeito o contracto pelo qual se obrigava a ir administrar o estabelecimento dos expostos da Sancta Casa da Misericordia, continúa a ter aberta sua escola de ensino primario para o sexo feminino, nas casas de sua residencia travessa do Sineiro. n.º 1. (1)

O Progresso, 1847, ed. 148.

⁸⁹ Atuando no magistério privado desde a década de 1840, ela falece em 1866 (Publicador Maranhense, ed 208); não sabemos a sua nacionalidade, se portuguesa ou brasileira. Outro fato importante de ser mencionado é que D. Josepha era proprietária de escravos, conforme atesta o anúncio do jornal Diário do Maranhão de 1857 (ed. 242), no qual a professora envia seu escravo, de nome Estevão, para servir seu filho Augusto Frederico Colin, que estava estudando no Rio de Janeiro.

O mercado da instrução feminina, ainda formação, mas em estado crescente, contava também com a presença de educadoras europeias - o que é muito significativo, considerando que, em determinados contextos, era mais provável encontrar uma mulher estrangeira alfabetizada e escolarizada do que uma senhora brasileira propriamente dita – condição esta que não impediu que as nacionais também ingressassem no ramo privado da instrução em suas localidades. O que não sabemos é se haviam rivalidades políticas entre educadoras portuguesas e brasileiras na disputa desse mercado – dado o contexto maranhense da primeira metade do século XIX, afetado por um intenso antilusitanismo, tais dúvidas não devem ser descartadas, mas cogitadas como uma hipótese possível, visto que ainda não temos uma resposta satisfatória para essa questão. Nesse sentido, D. Martinha de Abranches, espanhola, e outras mestras de origem lusitana como D. Emilia Branco⁹⁰ e D. Maria Emilia Carmini⁹¹, não foram exceções nessa ambiência cultural marcada pela presença de mulheres estrangeiras, como veremos mais à frente.

Algumas professoras particulares, muitas vezes sem capitais para investir em aluguel de prédios próprios, anunciavam as aulas para meninas das suas residências; sabemos que se tratavam de arranjos simples quando a aula não era nomeada por algum nome específico (geralmente de santas as quais as professoras eram devotas) e o destaque ficava por conta da professora que ministrava, geralmente sozinha, todas as matérias exigidas no currículo das primeiras letras. Os casos abaixo, de 1856 e 1857, respectivamente, se referem aos anúncios das aulas das professoras D. Thereza de Jesus Cabral (na condição de adjunta) e D. Leonilia Roza Pavolide Menezes. Essas aulas menores também coexistiram com colégios maior porte e é muito provável que cobrassem mensalidades mais “módicas” do que os estabelecimentos mais afamados, como o de N.S da Gloria e N.S. da Soledade.

⁹⁰ O nome de D. Emília aparece no Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial de 1859, arrolada no item “Professores de várias línguas”. Não era só na docência que D. Emília buscava aumentar a sua renda; em 1857, o jornal *Diário do Maranhão* (ed.85), ela anuncia que possui uma escrava para alugar para todos os tipos de “serviços”. A escravizada, que não foi nomeada, estava instalada na casa de propriedade da professora, na praia do Cajú. Esse fato contradiz frontalmente a informação posta na biografia de Aluísio de Azevedo, escrita por Jean Yves-Mérian (2013), asseverando que os pais do escritor não possuíam escravos.

⁹¹ Junto com Martinha de Abranches, ela foi uma das primeiras mulheres a fundar um colégio feminino em São Luís, na década de 1850, o de N.S. da Soledade. Maria Emília Carmini (1829-1891) também era proprietária de escravos (*Diário do Maranhão*, 1880, ed.2178).

D. Leonilia Roza Pavolide
 Menezos, achando-se habilitada para ensinar primeiras
 letras e grammatica portugueza, em que foi plena-
 mente approvada no publico exame que fez no lycêo
 d'esta cidade, tem aberto escola particular para meni-
 nas, onde ensina não só as primeiras letras e gram-
 matica portugueza, mas tambem a coser, bordar e fa-
 zer flores com perfeição. As pessôas, que quizerem
 dar educação a suas filhas, podem dirigir-se á sua casa
 na rua das Violas, n. 26, para tractar com a profes-
 sora sobredita.

Publicador Maranhense, 1857, ed.32.

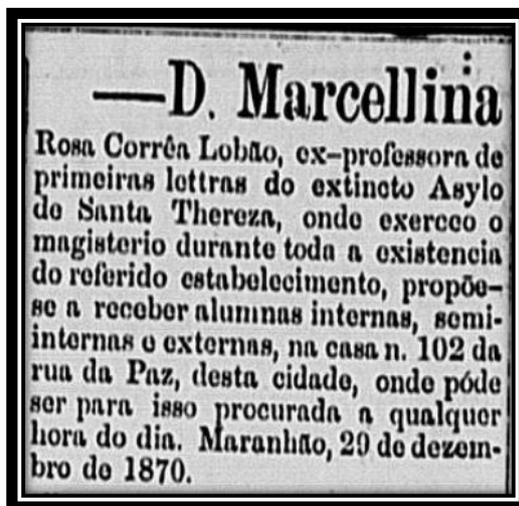
ANNUNCIOS.

TIEREZA DE JESUS CABRAL,
PROFESSORA adjuncta da cadeira de primeiras letras
 da Freguezia de N. Senhora da Conceição desta ci-
 dade propõe-se á ensinar particularmente, em sua casa,
 rua de Santa Rita, n. 12, a ler, escrever, contar, e
 costura, e por commendo preço. As pessôas, que se
 quizerem utilizar de seu prestiuo, podem procural-a
 todos os dias em sua casa.

O Observador, 1856, ed. 515

Algumas professoras buscavam incrementar os anúncios incluindo a experiência pregressa de trabalho em alguma instituição conhecida. Assim, elas poderiam transmitir a credibilidade e ter a preferência dos *paes* de família nas matrículas. Foi deste expediente que usou a professora D. Marcellina Rosa Corrêa Lobão; publicado em 1871, a mestra acentuava que tinha sido professora durante toda a existência do Asilo de Santa Tereza, ressaltando a sua experiência profissional junto ao público. Reclames com esse conteúdo também nos informam que a docência particular se constituía, em alguns casos, em uma carreira longa que atravessava décadas – e, no caso específico das ex-professoras do Asilo, premidas por contingências concretas, houve a busca para se recolocarem nesse “mercado” da instrução. E

a necessidade pelas matrículas alunas é igualmente nítida quando a professora diz que, sobre este assunto, poderia ser “procurada a qualquer hora do dia”.



Publicador Maranhense, 1871, ed.11.

Apesar de algumas professoras particulares possuírem escravos e títulos acionários em bancos da província, a realidade para uma outra (maior) parcela docente será calcada em uma busca diversificada pelos incrementos em suas rendas. No estudo de Mariléia Cruz (2008), a pesquisadora aponta que a professora primária Octavia Januária Cid que, dirigindo o colégio de N.S. da Vitória, em 1869, oferecia aulas para meninos de 6 a 8 anos e também lecionava os trabalhos de agulha para *negrinhas*. Alguns anos depois, mais precisamente em 1876, uma outra professora (anônima), situada na rua do Pespontão ia além e oferecia os seus serviços como mestra primária para ensinar meninas escravas as primeiras letras, “em convenção com os seus senhores⁹².”

A necessidade pela sobrevivência fez com que outras mulheres, na condição de viúvas, buscassem no magistério um modo de sustento; além disto, eram corriqueiras aquelas docentes, que já estabelecidas, também aceitavam encomendas de costuras. Tal quadro indica a existência de experiências heterogêneas que podem contribuir para pensar os cenários possíveis aos quais demarcavam diversas realidades, necessidades e motivações as quais direcionaram essas mulheres ao universo do trabalho no magistério oitocentista. Viúvas, celibatárias, casadas, remediadas, falidas ou empobrecidas, essas mulheres trilharam múltiplos caminhos laborais anunciando as suas aulas particulares, que, por sua vez, eram o instrumento privilegiado de sobrevivência. Muitas vezes atuando com modestos recursos físicos e

⁹² Diário do Maranhão, 1876, ed. 779.

pedagógicos de suas residências, elas se divulgavam para um público que deveria aprovar e apreciar as suas condutas morais:

A reputação das professoras à época era tão importante quanto a das diretoras das escolas de meninas. Algumas mulheres optavam por colocarem seus nomes nos anúncios e outras não. Os anúncios de primeiras letras podem ser uns dos poucos documentos escrito realmente por mulheres do século XIX na Província dos quais temos acesso hoje em dia. Se essas mulheres sabiam ler e escrever é provável que algumas escrevessem os próprios anúncios e entregassem para serem publicados na tipografia do jornal (BRAGA, 2017, p.13).

Apesar de menos perquiridas pela Inspeção Pública, elas também estavam submetidas às diretrizes da política da instrução a nível central (currículos) e provincial (com seus regulamentos específicos no que tange também à liberdade de ensino; fora que também deveriam obter do poder público a permissão para lecionarem). Suas relações de trabalho eram ainda mais fragilizadas que as professoras públicas – que, *funcionarizadas*, poderiam se utilizar do aparato estatal para gozarem de licenças médicas e aposentadorias, claro, desde que conquistassem a vitaliciedade do cargo. A possibilidade de incrementos pecuniários para as mulheres que atuavam na docência particular era maior se estivessem como diretoras à frente de colégios capazes de incorporar um considerável número de matrículas; as escolas que fossem mais *bem* localizadas, que contassem com um professorado conhecido e que oferecessem um currículo diversificado poderiam também cobrar mensalidades mais robustas. E algumas mulheres conseguiram integrar, na capital maranhense, essa pequena elite do ensino que estava ainda em formação.

1.4.1 Professoras-diretoras e seus colégios com nomes de santas católicas: um promissor mercado feminino?

Da década de 1840 até 1880, encontramos, nos relatórios dos presidentes da província, mas sobretudo, nos anúncios dos periódicos locais e catalogados nos almanaques, um considerável número de colégios particulares voltados para a instrução feminina na capital. Alguns estabelecimentos foram mais duradouros, enquanto outros, mais efêmeros. De todo modo, essas instituições se inseriram intensamente na paisagem urbana e na atmosfera educativa da capital; da segunda metade do século XIX em diante, contribuíram para ampliar a escolarização feminina e aumentaram os espaços de atuação para mulheres, já que, além de alunas, professoras e diretoras, esses locais arregimentavam mulheres de diversos outros ofícios como cozinheiras, porteiras, vigilantes, lavadeiras, costureiras e artesãs.

Apesar da função educativa que as prendas domésticas representavam nesses espaços, a mão de obra de mulheres cativas também era utilizada, como atesta o anúncio abaixo do Colégio de N.S. da Glória:



Publicador Maranhense, 1863, ed. 138.

Os colégios femininos⁹³ que encontramos na documentação, durante o recorte temporal analisado, são estes, quais sejam: Nossa Senhora da Glória (1840), Nossa Senhora da Soledade (1850), Nossa Senhora de Sant´Anna (1860), Nossa Senhora de Nazareth (1860), Nossa Senhora da Conceição (1860), Santa Isabel (1860), Externato Maranhense de N.S. da Vitória (1860), Sagrada Família (1870), Santa Filomena (1870), União de Nossa Senhora do Rosário (1870), Nossa Senhora do Amparo (1880), Nossa Senhora de Lourdes (1880), União de Santa Bárbara (1880), Santa Luiza (1880), Imaculada Conceição (1887), Externato de N.S. da Conceição (1880) e Nossa Senhora da Vitória (1888).

Lista com as diretoras e seus respectivos colégios localizados em São Luís (1840-1880)

Colégios	Primeiras diretoras	Década inicial
N.S. da Glória	D. Martinha de Abranches	1840
N.S. da Soledade	D. Maria Emilia Carmini	1850
N.S. de Sant´Anna	D. Maria de Sant´Iago Franco de Sá D. Antonia Virginia Franco de Sá D. Anna de Sant´Iago Franco de Sá	1860

⁹³ Nem sempre foi possível encontrar o ano de inauguração destes estabelecimentos, nem os anos em que se encerraram ou ainda, que houve a mudança de nome. Portanto, preferimos pôr aqui a década inicial de funcionamento dos supracitados colégios. É possível também que tenham existido outros que fugiram à essa lista.

	D. Maria da Conceição Franco de Sá D. Filomena Franco de Sá	
N.S de Nazareth	D. Rosa Parga Nina D. Luiza Lisboa Parga Nina	1860
N.S da Conceição	D. Domingas de Paula e Silva	1860
Santa Isabel	Irmãs Franco de Sá	1860
Ext. N.S. da Vitória	D. Octavia Januária de Moraes Cid	1860
Sagrada Família	D. Marcelina Rosa Correia Lobão	1870
Santa Filomena	D. Raymunda Cantanhede de Albuquerque	1870
Un.de N.S. do Rosário	D. Luna Messias Correia	1870
N.S. de Lourdes	D. Antonia Franco de Sá	1880
Un. de Santa Bárbara	D. Izabel Ignez dos Santos	1880
N.S. do Amparo	D. Filomena Tavares Pedreira	1880
Santa Luiza	D. Luiza Francisca de Moraes Rêgo	1880
Imaculada Conceição	D. Violante Luiza da Cunha D. Candida de Joaquina de Figueiredo Barros D. Anna Emília da Cunha	1880
Ext. de N.S. da Conceição	D. Januária Constança de Sousa Guimarães D. Maria Hylaria de Sousa Guimarães D. Raimunda de Sousa Guimarães	1880
N.S. da Vitória	D. Antonia Couto Fernandes	1880
N.S. dos Remédios	D. Marianna Franco de Sá	1880
São Sebastiao	D. Guilhermina Moreira ⁹⁴	1880

Tabela (8). Fontes: Publicador Maranhense, Pacotilha e Diário do Maranhão (1840-1880).

Existiam algumas características em comum entre esses colégios: a ligação notória com o catolicismo, que se dava sob duas formas distintas: a primeira delas, as quais tomavam de empréstimo práticas e experiências, isto é, a cultura escolar dos conventos, asilos e recolhimentos femininos, tendo sido uma parte das diretoras educadas nestes espaços, como foi Antonia Virginia Franco de Sá, ex-interna do Asilo de Santa Tereza. Ademais, ilustravam a “forte influência religiosa católica, que esteve presente em boa parte das instituições educativas voltadas ao público feminino” (PAIXÃO E PAULA, 2021, p. 209). Eram colégios

⁹⁴ Essa diretora regia o colégio junto ao seu marido, o professor Roberto A. Moreira, conforme anúncio divulgado no jornal A Pacotilha (1881, ed.17). Era um estabelecimento de ensino que funcionava em regime de internato e externato como também aceitava meninos.

que possuíam os seus estatutos próprios e que funcionavam em regime de internato, semi-internato e externato, demarcado com horários e rotinas rígidas.

No entanto, no lugar da regente, figura típica nas aludidas casas femininas, entra em cena o protagonismo da diretora⁹⁵ – que, atuando de forma “laica” estaria submetida à autoridade maior do Inspetor da Província e não mais hierarquizada abaixo de um Bispo. Mas, apesar de serem estabelecimentos civis, era necessário acentuar publicamente os vínculos com o cristianismo, como a *boa sociedade* apregoava. À parte das semelhanças na estrutura administrativa e hierárquica de recolhimentos e asilos, é oportuno comentar que os colégios contribuíram, por outro lado, para alargar o universo cultural das educandas, pois ofereciam além do primário, também o secundário, ofertando disciplinas mais diversificadas e ampliando o repertório intelectual daquelas as quais famílias poderiam lhes proporcionar tais aspirações intelectuais mais elevadas.

Deste modo, um outro ponto de ligação com a religião católica, bastante significativo, diz respeito aos próprios nomes escolhidos pelas proprietárias destes estabelecimentos para alcunhar os seus colégios – e todos, sem exceção, fazem referência às santas e ao catolicismo, construindo um repertório vasto que conectava devoção mariana, culto à virtude da mulher e educação feminina aos moldes *liberais*. Mas também um novo fator aqui se manifesta: as santas são chamadas para “abençoar” as novas profissões liberais femininas, de professoras e diretoras – mulheres que instruem as outras à medida que o muro escolar, nova roupagem da clausura, as protegia, tal qual o convento. A história de Nossa Senhora de Sant’Anna⁹⁶, a santa *mestra* escolhida para nomear o colégio das Franco de Sá, não deixa de guardar semelhanças com esse contexto histórico marcado pela ascensão de mulheres no magistério:

⁹⁵ Sentimos falta de estudos que abordem os significados contidos nas relações sociais de gênero presentes na constituição da profissão “diretora” no universo laboral e cultural dos oitocentos.

⁹⁶ Imagem extraída do site do museu de Sant’Anna: <https://museudesantana.org.br/oratorio/santana-mestra-mus-0213/>.



Fig (2). Imagem de Sant'Anna Mestra, com um livro aberto, ensinando à sua filha, a criança Maria.

Época: Século XIX

Origem: Maranhão

Autoria: Ignorada

Dimensões (cm): 23,5 x 9,5 x 6,0

Peso: 430 g

Material/Técnica: Madeira esculpida, policromia e purpurina

Análise Estilística: Obra com características do século XIX, configuradas na verticalização da composição e na tímida movimentação dos panejamentos.

Outro aspecto a destacar é que este mister se configurou frequentemente em um negócio intrafamiliar, costumeiramente levado por irmãs, filhas, primas e sobrinhas. Não raro, o colégio N.S. da Glória, por ser dirigido pela mãe e filhas, era identificado como a escola “das Abranches”, expressão esta utilizada até pela literatura maranhense,⁹⁷ dado à fama do colégio da espanhola D. Martinha, que se enraizou no imaginário oitocentista da província. Paralelo à transmissão do magistério no interior destes arranjos familiares femininos, havia também o compartilhamento e a transmissão de um estabelecimento comercial e junto à este, o desenvolvimento de práticas de administração e de contabilidade que envolviam lidar com

⁹⁷ Uma das obras que faz referência ao colégio é o livro *Maranhão de outrora* (1942), romance histórico de Maria José Bastos Rodrigues.

despesas da casa, receber os valores das matrículas e efetuar o pagamento dos quadros de professores – fazendo com que essas mulheres atuassem como dirigentes de seus próprios negócios e exercendo, em alguns casos, uma autonomia financeira pouco comum para sua classe, em que pese também os episódios de instabilidade que atravessavam essas instituições. Para Freitas (2002), a existência de um grupo de diretoras de colégios femininos, na segunda metade do século XIX

(...) em um período em que a mulher, submetida ao pátrio poder, quando solteira, ou ao poder legal do marido como chefe da sociedade conjugal, necessitava de autorização para assinar contratos de trabalho, sendo considerada incapaz no tocante ao exercício dos direitos civis e políticos, merece ser destacada. Uma outra característica marcante era que estas escolas quando não dirigidas e mantidas por organizações religiosas católicas ou protestantes, se configuravam em uma espécie de empresa familiar, onde outras pessoas da família, mãe, irmãs, tias e até mesmo o pai, assumem funções no estabelecimento de ensino (FREITAS, 2002, p.1-2).

Elas, portanto, estavam à frente de uma atividade educativa e comercial mais complexa – tanto do ponto de vista da constituição de um corpo diversificado de professores e professoras, quanto do número de alunas, que habitualmente excediam uma turma e necessitavam de espaços maiores para receber uma clientela em crescimento. Os currículos, como dissemos outrora, eram mais diversificados e exigiam a contratação de docentes habilitados para ministrarem disciplinas como Desenho e Canto Vocal. Alguns colégios funcionavam em regime de internato e externato. Não raro, com o crescimento, alguns certos estabelecimentos sofreram mudanças de endereço para acomodarem melhor as educandas, como foi o caso da diretora Maria Emília Carmini, que em 1854, anunciava nos jornais a mudança de seu colégio, que passava a funcionar defronte a Igreja do Rosário.⁹⁸ Com inúmeras demandas administrativas, não é de se estranhar que esses negócios, por vezes bastante prósperos e bem-sucedidos, passassem a ser um empreendimento parental - considerando que a maior confiança era depositada nas familiares mais próximas

Seguem três distintos anúncios (N.S. de Sant'Anna, N.S. de Nazareth e N.S. da Conceição, respectivamente) os quais ajudam a pensar nos colégios como pequenos e médios empreendimentos familiares que também contribuíram para configurar a categoria social de professoras e diretoras:

⁹⁸ Publicador Maranhense, 1854, ed. 1525.

PROGRAMMA.

Collegio de educação de meninas sob a in-
vocaçào de—SANT'ANNA—

dirigido por D. Maria de Sant'Iago Franco de Sá, auxiliada por suas
sobrinhas—D. Antonia Virginia Franco de Sá, D. Maria da Con-
ceição Franco de Sá, D. Anna de Sant'Iago Franco de Sá,
D. Francisca Maria Franco de Sa.

Publicador Maranhense, 1863, ed. 199.

COLLEGIO DE N. S. DE NAZARETH.

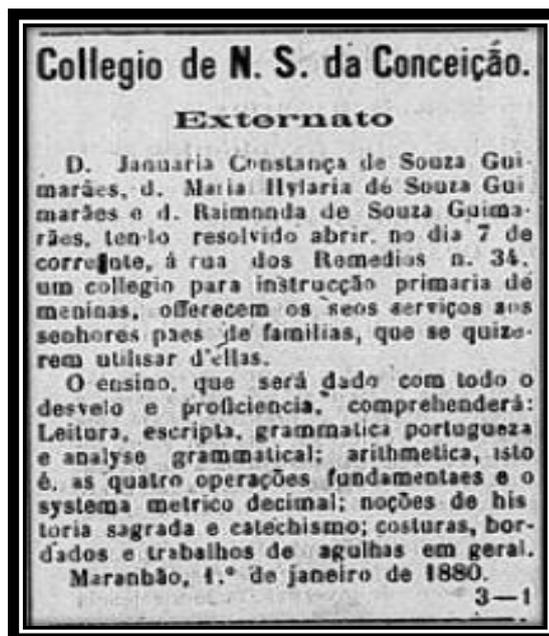
PARA EDUCAÇÃO DE MENINAS.

(Rua das Barrocas n.º)

Directoras.

D. Rosa Laura Parga Nina.
D. Luiza Lisboa Parga.

Almanack Administrativo, Mercantil, 1866, ed.1.



Diário do Maranhão, 1880, ed. 1918.

Nos reclames acima, os sobrenomes das diretoras se repetem à exaustão, indicando a rede de parentesco pela qual o colégio era mantido;

A figura da diretora é uma personagem central na escola, seja na organização do estabelecimento, seja no planejamento dos conteúdos, seja como vigilante. A diretora se coloca como uma supervisora tanto do conteúdo aprendido pelas meninas, como também da comunicação que elas poderiam fazer, para temor dos pais de famílias, entre elas mesmas e com meninos. Assim, a reputação da diretora deveria ser um ponto importante na escolha da escola pelas famílias antes de matricularem as meninas (BRAGA, 2017, p.12).

E a presença de educadoras estrangeiras, sobretudo, portuguesas, como Maria Emilia Carmini, Felicidade Marques⁹⁹ e Herculana Vieira – que formam o primeiro grupo de professoras-diretoras situadas na capital da província, também se revela bastante significativo. Importante ressaltar que esse fenômeno, marcado pela emergência de “senhoras educadas na Europa”, prevaleceu também em outras províncias, como Pernambuco, São Paulo, e, mais intensamente, na Corte carioca – apenas para citar alguns exemplos. Mulheres de outras nacionalidades ou com experiências distintas de escolarização fora do Brasil e sob os mais

⁹⁹ Sabemos da nacionalidade da educadora Felicidade Marques (1831-1881) ao encontrarmos a notícia de seu falecimento no jornal Publicador Maranhense (1881, ed. 2385). E algumas informações a mais, publicado em um pequeno texto em sua homenagem, após sua morte: chegara de Portugal com o intuito de auxiliar os trabalhos do colégio de N.S. da Soledade, pertencente às irmãs Carmini. Neste espaço trabalhou até a sua morte por tuberculose e sua doença foi um dos motivos para o encerramento das atividades do colégio. O texto destaca ainda a relação de amizade que havia entre Felicidade e as irmãs diretoras e suas filhas (O Paiz, 1881, ed. 167). Este pequeno necrológico indica, portanto, as relações afetivas e de solidariedade que se estabeleceram entre as mulheres estrangeiras, nos oitocentos.

diversos propósitos, abriram escolas femininas, construindo oportunidades de trabalho em meio a um contexto de problemática e instável educação das nacionais, sobretudo, na primeira metade do século XIX. No Maranhão, em 1844, ficou a cargo de uma mulher espanhola, D. Martinha de Abranches, fundar o que seria o primeiro colégio feminino de São Luís, o de Nossa Senhora da Glória. A própria Herculana, açoriana, inicia sua aula para meninas ainda em 1848, na capital da província. Na década seguinte, em 1850, outra estrangeira, de origem lusitana, D. Maria Emilia Carmini funda o colégio de Nossa Senhora da Soledade. Auxiliada na regência do estabelecimento por Felicidade Marques, outra professora portuguesa, esse colégio feminino logo se impõe como um dos mais importantes de São Luís. Trata-se, de fato, de um período inicial de implementação das escolas particulares em que as mulheres estrangeiras tiveram um intenso protagonismo¹⁰⁰, o que deve ser melhor examinado por outros estudos.

Por ora, algumas questões podem ser levantadas: considerando o contexto predominante das primeiras décadas após 1820, sobretudo em algumas províncias, como Maranhão, Pará e Pernambuco, marcadas por conflitos pautados por um marcante antilusitanismo, havia resistências e críticas à atuação das educadoras portuguesas? Ou elas se estabeleceram no ramo da instrução sem maiores enfrentamentos por parte dos e das nacionais, considerando que no Maranhão a lusofobia arrefecera mais após 1840? Em outro sentido, perguntamos se não seria aqui o caso de examinar a hipótese com mais cuidado, perquirindo as possíveis relações, neste momento histórico, entre o gênero e o sentimento antilusitano presente mais fortemente em algumas localidades da nação. Como as portuguesas residentes no país se localizavam nesse cindido contexto político? Os estereótipos difundidos em relação aos homens lusitanos alcançavam também as educadoras oriundas de Portugal, afetando-as? Sem dúvidas, são questões que permanecem em aberto.

À parte das elucubrações, em um segundo momento, mais marcadamente no início da segunda metade do XIX, outros colégios femininos passam a ser fundados em São Luís, sobretudo a partir da década de 1860 – em que há um certo *boom* destes estabelecimentos, o que sinaliza também para o aumento das demandas das famílias das mais variadas clientelas – das mais abastadas às mais modestas – em instruir as suas filhas e protegidas. E, também, mais mulheres *brasileiras* passam a estar à frente dos colégios, indicando mudanças na sensibilidade cultural da província, que começava a contar com um corpo de mulheres

¹⁰⁰ Lembramos que a Lei de 1827 vetava a presença de estrangeiros e estrangeiras nos concursos docentes, pois um dos requisitos era ser brasileiro ou ter a naturalização – o que também contribuiu para que esse grupo de mulheres europeias atuassem no ramo particular da instrução.

suficientemente educadas (ainda que em processos artesanais de constituição da docência) e dispostas a mercantilizar os seus saberes por *módicos* valores. A atmosfera cultural de uma São Luís letrada, com suas tipografias, bibliotecas, Liceu, comércio de livros e jornais abundantes (a bem dizer, para usufruto de uma minoria instruída e leitora) contribuía para a difusão e entusiasmo pelos colégios femininos, que, por sua vez, eram frequentemente divulgados na imprensa local.

A tipologia dos anúncios era bem diversificada e poderia conter a divulgação na íntegra dos estatutos, os nomes das diretoras, o corpo docente, as disciplinas, informações sobre as instalações físicas, o regime de funcionamento, o valor das mensalidades e os endereços – que era fundamental, considerando que alguns colégios sofreram várias mudanças de suas instalações físicas ao longo de suas existências. Alguns traziam também a lista dos livros adotados e os materiais utilizados no cotidiano escolar. Tais informações eram mais esmiuçadas nos almanaques do que nos jornais, sobretudo pela própria natureza de um almanaque que se orientava por descrever as atividades econômicas e registrar as ocupações profissionais presentes nas províncias. Nesse sentido, os almanaques publicados no Maranhão se configuram em uma documentação referencial no que tange a descrição e ao registro tanto dos colégios femininos, quanto das professoras particulares existentes no período. Vejamos um exemplo do colégio N.S. da Glória, descrito em detalhes no aludido impresso:

<p style="text-align: center;">119</p> <p><i>Pianno e musica vocal</i>—Cesar Savio, r. do Sol, 43. <i>Rabeca e violão</i>—Francisco Xavier Bekman, r. da Save- dra, 42. <i>Flauta</i>—Bernardino do Rego Barros, praia de St. Anto- nio, 2.</p> <p>Este estabelecimento, que sempre gozou de grande con- ceito, acha-se hoje sobre maneira augmentado, não só no que diz respeito á parte disciplinar, como tambem quanto ao preenchimento do tempo das aulas. Para as pessoas empregadas no commercio ha uma aula de fran- cez e outra de escripturação mercantil, que dura das 7 ás 9 horas da noite.</p> <p style="text-align: center;">COLLEGIO DE N. S. DA CONCEIÇÃO. (rua da Palma, 58).</p> <p><i>Director</i>—Antonio Joaquim Gomes Braga.</p> <p style="text-align: center;">PROFESSORES.</p> <p><i>1^{as} letras</i>—O Director. <i>Latim e francez</i>—Dr. Gentil Homem d'Almeida Braga, ser- ve interinamente o beneficiado Manoel da Costa Delga- do, becco do Caella, 11. <i>Inglez e geographia</i>—João Nepomuceno Xavier de Brit- to, r. do Sol, 80. <i>Geometria</i>—Dr. Gentil Homem d'Almeida Braga. serve interinamente o beneficiado Manoel da Costa Delgado, becco do Caella, 11. <i>Commercio e desenho</i>—O Director.</p> <p style="text-align: center;">COLLEGIO DE N. S. DA GLORIA. PARA EDUCAÇÃO DE MENINAS. (r. Grande, 24).</p> <p><i>Directoras</i>—D. Amancia Leonor de Castro Abranches e suas irmans.</p>	<p style="text-align: center;">120</p> <p style="text-align: center;"><i>Materias de ensino.</i></p> <p>Ëer, escrever, contar, grammatica portugueza, francez, geographia, costura e borbados, musica e piano, dese- nho e dança.</p> <p style="text-align: center;">PROFESSORES.</p> <p><i>Leitura e contabilidade</i>—D. Raymunda Emilia Abranches Moura. <i>Escripta</i>—D. Martinha Maria da Gloria Abranches. <i>Costura e borbados</i>—D. Amancia Leonor de Castro Abran- ches. <i>Grammatica portugueza, geographia e francez</i>—Felippe Benicio d'Oliveira Condurú, r. da Paz, 66. <i>Musica e piano</i>—João Pedro Ziegler, r. do Egypto, 43. <i>Desenho</i>—Domingos Tribuzy, travessa do Sineiro, 4. <i>Dança</i>—.....</p> <p style="text-align: center;">MENSALIDADES.</p> <p>As pensionistas..... 20\$000 Sendo a roupa lavada e engomada no collegio mais 5\$000 Meias pensionistas, ou que sómente jantão no col- legio..... 10\$000 Externas..... 4\$000</p> <p style="text-align: center;">MENSALIDADES PAGAS APARTE.</p> <p>Musica e piano..... 10\$000 Francez..... 4\$000 Geographia..... 4\$000 Desenho..... 5\$000</p> <p>O collegio é presentemente frequentado por 149 alum- nas; podendo ser visitado todos os dias uteis a qualquer hora do dia.</p> <p style="text-align: center;">COLLEGIO DE N. S. DA SOLEDADE. (rua da Palma, 4).</p> <p><i>Directora</i>—D. Maria Emilia Carmini, no collegio. <i>Auxiliada por</i>—D. Guilhermina Carmini. } no colle- —D. Maria José Gomes. } gio. —D. Felicidade Perpectua Marques. }</p>
---	--

Já nos periódicos, os anúncios eram bastante plurais e poderiam ocupar uma parte com mais destaque em uma página de jornal – propaganda esta que demandava um investimento financeiro maior por parte das proprietárias dos colégios, ou, por outro lado, tais estabelecimentos eram divulgados de um modo mais modesto e menos chamativo, o que se configurava em um bom termômetro para aferir tanto a posição social da diretora quanto a importância da instituição no cenário da cidade. Vejamos alguns deles.

O primeiro é o colégio de Sant'Anna, da família Franco de Sá:

PROGRAMMA.

Collegio de educação de meninas sob a invocação de—SANT'ANNA—

dirigido por D. Maria de Sant'Iago Franco de Sá, auxiliada por suas
sobrinhas—D. Antonia Virginia Franco de Sá, D. Maria da Con-
ceição Franco de Sá, D. Anna de Sant'Iago Franco de Sá,
D. Francisca Maria Franco de Sá.

Diz-se muito que, trazendo em mente a criação de um collegio para educação e instrução do bello sexo, se não com o intuito de apresentar cousa nova e melhor do que os estabelecimentos já existentes, por propensão e gosto que sempre tive de concorrer com o meu pouco cabedal o bons desejos por o desenvolviment e progresso intelectual e moral da patria mais melindrosa e digna dos desvelos da sociedade, do outubro em diante pretendi pôr em execução o plano do collegio, que me propuzio dirigir.

O ensino da lingua patria, com exercicios de leitura, memoria, calligraphia, orthographia, dictada e doutrina christã, as mais communs operações da arithmetica, regras de moral religiosa e civilidade farão a base da parte intellectual e serão com o maior esmero firmados no espirito das alumnas.

As linguas franceza e inglesa, a geographia e historia, o decoreto, a dança, a musica, o piano e o canto completarão a instrução.

Além dos horilidos de toda a especie, pontos de tapeçaria, labiyuto, fl-res de panno, cera e papel, &c, as alumnas seão exercitadas em costuras chinas e francezas, e de vestidos, camizas, &c, por qua entende qua as m-tas e trabalhos d'agulha qua dão realce a uma menina bem educada e erudita para ser o ornamento da sociedade não hantem, sem trazer a felicidade domestica, não principalmente a lido útil e de futuro aão de familia—do-
na de casa—e de no aperfeçoamento e applicação de tudo aquillo que pode tornar completo e solida a educação e instrução das maranhenses que fo-
rem ent regu-as nos meus cuidados, que lero a minha.

Nos estatutos e regulamentos que cada seão

offerecid a nos pias e familiaes tutores, com mais minuciosidade será explicado o plano do collegio, que se acha montada nos Formosa n., em casa espaçosa e bem ventilada.

Condições de admissão.

Haverão tres classes de alumnas—Internas—Semi-internas e Externas.

As primeiras seão obrigadas a trazer—1 bañ para roupa, 1 dito pequeno para costura, 1 lavatorio, 1 bacia, e jarro, 1 espelho, 1 corpo, pente, escovas e cadorna.

Cada alumna interna pagará por alimentos, casa, roupa lavada e engomada, ensino primario, doutrina, costura, bordados e fl-res de panno, cada mez..... 25\$000

Sendo a roupa lavada e engomada fora do collegio..... 20\$000

Por cada uma das aulas de grammatica portuguezã, rudimentos de geographia e historia, linguas inglesa e franceza..... 4\$000

Dança..... 4\$000

Musica e piano..... 10\$000

As semi-internas, pelo ensino primario, doutrina, costura, bordados e fl-res de panno, juntado o almoço no collegio, cada uma por mez..... 12\$000

Sendo só o jantar..... 10\$000

As outras materias, como as internas.

As externas: primeiras letras, costura, horilidos e fl-res de panno, por mez 4\$000

As outras materias, como as internas.

1

Os empresarios participão ao respectivo

Anúncio do Colégio de Sant'Anna, 1863, Publicador Maranhense, ed.189.

O anúncio acima traz os intentos e propósitos da diretora, D. Maria de Sant'Iago Franco de Sá presentes na fundação de seu colégio. É também um documento importante, tanto no que diz respeito às questões axiológicas que norteavam a educação feminina nos oitocentos, mas também não deixa de espelhar, de certo modo, ideais individuais forjados pelas relações sociais de gênero, em torno do magistério feminino. Aqui reproduzimos uma parte do reclame, notadamente singular e prenhe de significados, pois escrito em primeira pessoa:

Desde muito que, trazendo em mente a criação de um colégio para educação e instrução do belo sexo, se não com ou intento de apresentar coisa nova e melhor do que os estabelecimentos já existentes, por propensão e gosto que sempre tive de concorrer com o **meu pouco cabedal e bons desejos para o desenvolvimento e progresso intelectual e moral** da parte mais melindrosa e digna dos desvelos da sociedade, de outubro em diante pretendo pôr em execução ou plano do colégio, que me proponho a dirigir.

O ensino da língua pátria, com exercícios de leitura e memória, caligrafia, escrita ditada e doutrina cristã, as mais comezinhas operações de aritmética, regras de moral religiosa e civilidade farão a base da parte intelectual e serão com o maior empenho firmados no espírito das alunas.

As línguas francesa e inglesa, a geografia, o desenho, a dança, a música, o piano e o canto complementarão a instrução.

Além dos bordados de toda a espécie, pontos de tapeçaria, labirinto, flores de pano, cera e papel, e as alunas serão exercitadas em costuras chans ou lisas, corte de vestidos, camisas, e porque entendo que as artes e trabalhos de agulha que dão realce a uma menina bem educada e criada para ser o ornamento da sociedade não bastam, sem trazer a felicidade doméstica, mas principalmente o lado útil e de futura mãe de família - dona de casa - e é no aperfeiçoamento e aplicação de tudo aquilo que pode tornar completa e sólida a educação e instrução das maranhenses que forem entregues aos meus cuidados, que levo a mira.

Nos estatutos ou regulamento que cedo serão oferecidos aos pais de família e tutores, com mais minuciosidade será explicado o plano deste colégio, que se acha montado à rua Formosa n. 1, em casa espaçosa e bem ventilada.

Para a diretora D. Maria Franco de Sá, a educação e instrução da menina deve concorrer para que, além de ser um *ornamento da sociedade*, ela também se constitua em uma moça educada que domine os conhecimentos exigidos para a manutenção da *felicidade doméstica*. Portanto, a boa dona de casa *deveria* aprender fora do seu lar, os saberes necessários ao bom desempenho das suas atividades desenvolvidas no contexto privado – a futura mãe de família era portanto, um projeto de gênero das classes abastadas e médias, que desejavam que a menina em formação se apropriasse de conhecimentos intelectuais, morais e práticos, obtidos nos espaços dirigidos por outras mulheres, para melhor desempenhar o seu papel na sociedade. Nas entrelinhas de tal ideário, estava posto que o investimento na educação das meninas poderia render-lhes bons casamentos, algo que era desejável até do ponto de vista da obtenção de bons acordos financeiros no interior das famílias remediadas. E, no intuito de cumprir esses rituais que perfaziam a *mística* feminina oitocentista, a diretora se propunha a apresentar *coisa melhor* do que os outros estabelecimentos concorrentes e disponibilizaria para isto, seu *pouco cabedal e bons desejos* para o progresso moral da mocidade feminil. Tudo eivado das melhores intenções, pois:

O ideário da educação feminina ao longo dos oitocentos, mesmo não correspondendo a experiência de vida de grande parte das mulheres, buscava dar sentido aos projetos de sua escolarização. Tais projetos tinham em vista a produção de um feminino capaz de ordenar a família de acordo com o modelo europeu de uma sociedade civilizada e ordeira. Principalmente na primeira metade do século XIX é o papel da mulher na formação das novas gerações de acordo com os princípios

civilizatórios que fundamentava os discursos educacionais (GOUVÊA, 2001, p.7 *apud* FEITOSA, 2007).

Em outros anúncios menores, mas não menos informativos e tão simbólicos quanto o anterior, é dado destaque às instalações físicas dos colégios. Características como salubridade, higiene e comodidade passam a ser um aspecto “vendido” por esses estabelecimentos para angariar o interesse dos pais de família; também tem destaque nas propagandas o porte dos edifícios e a localização estratégica nos pontos mais frequentados da capital. Sobre este tipo de publicidade, Limeira (2010, p.235) ao analisar o comércio da instrução na Corte carioca, comenta que:

Muitos colégios procuraram representar, evidenciar pontos comuns com os preceitos mais gerais da intelectualidade médica do século XIX, dando destaque, na escrita, para as preocupações como ar puro, ambientes espaçosos, salubres e limpos, exercícios físicos, controle das curiosidades sexuais, vigilância e punição contra maus comportamentos. Bem articulados, estes cuidados providenciariam benefícios para saúde infantil, e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da moral e o comedimento nos usos do corpo, dos sentidos, diziam os anunciantes. Ao mesmo tempo, as dimensões arquitetônicas de alguns daqueles colégios particulares, da estrutura física dos prédios utilizados para o ensino estiveram em cena circulando nos anúncios.

Mesmo que se tratasse de um curto anúncio, era necessário que o colégio, diante do público leitor, soasse organizado e bem estruturado para receber as educandas. Esse era um aspecto frequentemente abordado; Maria Emilia Carmini, diretora do colégio de N.S. da Soledade informava, no anúncio abaixo, que o estabelecimento funcionava em um edifício que era um dos “melhores” da cidade; que ela e suas irmãs cuidavam, além das aulas de primeiras letras, também da parte administrativa; destacava ainda que o corpo docente seria escolhido pelo critério do *saber e da moralidade*, demarcando que conhecimento e reputação andavam juntos no cumprimento do exercício do magistério.

**COLLEGIO DE
N. S. da Soledade.**

— O Collegio de educação de meninas sob a denominação de— **N. S. da Soledade** — e direcção de Maria Emilia Carmui, mudou-se no primeiro de Agosto para a rua Formosa n. 10, casas que foram do finado Antonio Gonçalves Machado. Este edificio, um dos melhores desta cidade pela sua amplidão, localidade e exposição, offerece pelo que respeita à educação phisica, as melhores condições de commo d e salubridade. e a directora escolhendo-o julgou poder assim melhor cumprir as obrigações que lhe pertencem pelos estatutos que publicou.

No que pertence à parte moral e instructiva adoptou tambem a directora algumas reformas que julgou uteis, e compromette-se a não desmerecer do credito de que até agora tem gosado, e a despende o que for necessario para o progressivo melhoramento do seu collegio, escolhendo sempre para isso os professores necessarios e que mais abouo tiverem de saber e moralidade.

Na parte administrativa, regimen interno e ensino das prendas proprias de seu sexo será a directora coadjuvada por suas duas irmãs e uma outra senhora residentes no Collegio, e se o numero das alumnas augmentar a ponto de não serem estas mestras sufficientes para o completo desempenho de suas obrigações, serão admittidas outras senhoras com as qualidades e habilitações competentes para este mister.

Com tão bons dezej os e esforços, garantindo dest'arte a educação phisica, moral e instructiva das meninas, espera a directora do collegio, que se dignem os pais de familia confiar-lhe a educação de suas filhas.

Jornal do Comércio, 1860, ed. 86.

Conseguir uma matrícula era obter um voto de confiança das famílias dispostas a remunerarem tais serviços. E mais do que isso, era também garantir um contrato comercial que existia sob as mais diversas modalidades, pois os colégios recebiam alunas pensionistas em regime de internato e de externato; o que por sua vez, demandava um investimento considerável das famílias e tutores para garantir a educação e cuidado de suas filhas e protegidas, que moravam, se alimentavam, tinham suas roupas lavadas e por vezes, recebiam também cuidados médicos no interior destes estabelecimentos:

No caso dos pensionistas, vê-se que as instituições procuravam estabelecer através do anúncio uma percepção de cuidados constantes, descrevendo-se como se fosse (ou funcionasse como) uma extensão do lar. A oferta destas três distintas formas de atendimento era recorrente inclusive em colégios de pequeno porte, em que o professor transformava sua própria casa em estabelecimento de ensino. Nestes casos, os alunos pensionistas ou meio-pensionistas dividiam os cômodos da casa com a família do mestre (LIMEIRA, 2010, p.153).

E o mesmo modelo se repetia entre as mestras, que costumavam fazer dos colégios as suas residências, de modo a aumentar a vigilância sobre as internas. Além disso, havia a possibilidade destes estabelecimentos receberem meninos pequenos, com idades que variavam de cinco a oito anos. Nesses casos, os meninos eram atendidos pelas professoras, provavelmente, em espaços separados para este fim – contribuindo, portanto, para a experiência social na qual crianças de ambos os sexos fossem educadas em uma mesma instituição. Mas a muito jovem faixa etária dos meninos aceitos nos colégios revela também os cuidados que se tinham em confiná-los próximos a outras meninas, essas comumente mais velhas.

DE
N. S. DA CONCEIÇÃO.
Rua da Estrella n. 28.

A directora deste collegio previne aos pais de familia, que tendo mudado este estabelecimento para o sobrado n. 28 da rua da Estrella, continua a admitir pelos preços mais razoaveis, pensionistas internas, semi-internas, e externas, bem como meninos de 5 a 8 annos de idade, para o que encontrarão ali accomodações mais vastas e hygienicas.

No mesmo collegio continua a leccionar-se leitura, calligraphia, grammatica da lingua portuguez. rudimentos de arithmetica, doutrina christã, civilidade, rudimentos de geographia, e grammatica das linguas franceza e ingleza.

Aquelles pais que se quizerem utilizar de seus serviços, queirão entender-se com a mesma directora do sobredito collegio.

Domingas de Paula e Silva,
Directora.

Publicador Maranhense, 1862, ed. 24

Aula particular de Santa Barbara.

A professora desta aula participa que a reabre no dia 9 do corrente na mesma casa á rua grande n. 106, onde continuari á leccionar desde ler, escrever e contar, grammatica portugueza, doutrina christã, até francez rudimental. Ensinã tambem todos os trabalhos de agulha, costuras chãs, to'a especie de bordados, crochet, flores artificiaes etc. etc., tudo em fim que contribua para tornar uma menina bem prendada.

Recebe ainda algumas meninas e meninos, sendo estes somente de 5 á 7 annos de idade.

Com o auxilio de um professor que tem. promette a professora, abaixo assignada ampliar o ensino primario no presente anno lectivo; por isso esp'ra continuar a merecer o apoio dos exms. srs. paes de familia.

As aulas comecam invariavelmente das 8 do dia ás 3 da tarde.

Mensalidade **2\$000** por cada uma alumna.

Maranhão, 5 de janeiro de 1882.

A professora.

Isabel Iguez dos Santos. (3)

Diário do Maranhão, 1882, ed. 2517.

Os dois anúncios postos acima, o primeiro, do colégio de N.S. da Conceição, publicado em 1862, e o segundo, da aula de Santa Bárbara, divulgado vinte anos depois, mais precisamente em 1882, revelam semelhanças entre si e um modo também habitual de divulgar os colégios femininos na imprensa periódica. As palavras de apresentação continuavam sendo escritas e assinadas pelas diretoras, que deveriam ser reconhecidas publicamente. E assim os

anúncios portavam o endereço das escolas, os regimes de funcionamento, a clientela atendida, os horários, os planos de estudos adotados, os valores das mensalidades e, geralmente finalizavam lançando apelos às famílias para que utilizassem dos serviços oferecidos pelos estabelecimentos. Contudo, é importante ressaltar que

O comércio do saber não se dava de modo homogêneo, variava de instituição para instituição e no interior de cada colégio, em função do estatuto/condição do alunado (pensionista, meio-pensionista e externo). E, sobretudo, o que se pagava era proporcional aos saberes que se desejavam aprender. Quanto mais diversificado fosse o currículo contratado pela família, maior seria o valor pago (dança, línguas, piano, canto, desenho), assim como maior seriam também se os serviços contratados oferecessem maior comodidade aos alunos e alunas (lavagem das roupas, serviços médicos, costura, cama confortável). Quanto mais detalhada, qualificada, especializada era a representação que o colégio fazia de si (e de sua clientela), mais elevado era o valor das taxas e maior o número de serviços extras que o estabelecimento oferecia (LIMEIRA, 2010, p.162-163).

Os colégios particulares mais conhecidos da capital eram o de N.S da Glória, de N.S de Nazareth e o de N.S. de Sant´Anna. O nome da espanhola D. Martinha de Abranches se impõe de um modo dominante, pois foi através de sua iniciativa que em 1844 fundou-se o primeiro colégio feminino da província. Nascida por volta de 1800 nas Astúrias, pertencente à aristocracia de seu país, tinha uma educação acima da média, era simpatizante do Iluminismo e bastante interessada na política do seu tempo¹⁰¹. O colégio de D. Martinha de Abranches¹⁰² tinha como público jovens mulheres da elite local¹⁰³, com um currículo arrojado, voltado para as primeiras letras, bordados, línguas, dança, artes plásticas e música – e que contava com homens e mulheres notáveis da província no quadro de professores. Realizavam bailes,

¹⁰¹ E eram tempos marcados por insurreições e conflitos locais: “(...) o contexto em que Dona Martinha viveu em São Luís foi marcado pela instabilidade política, como a adesão tardia do Maranhão à Independência e seus inúmeros conflitos que marcaram essa fase de consolidação da ordem imperial, tais como as lutas pelo poder travadas entre as principais famílias proprietárias do norte da Província, a exemplo da Guerra dos Três Bês (1824) e os conflitos do período regencial, tais como a Setembrada e a Balaiada” (FEITOSA, 2007, p.42). No entanto, é oportuno lembrar que no início da Setembrada, D. Martinha se encontrava ausente de São Luís: “por uma coincidência curiosa, quando Dona Martinha partira de São Luiz para Portugal, o seu enteado Frederico Magno, com José Cândido, Egydio Launé, João Lisboa e outros jovens revolucionários maranhenses, acabavam de encabeçar o movimento nacionalista de 1831, cognominado a Setembrada. Ao voltar em fins de 1838 ao lar, novo levante se esboçava urdido pela mesma corrente de liberais exaltados” (ABRANCHES, p.63, 1941).

¹⁰² Uma das fontes mais importante em relação a trajetória desta instituição de ensino é a obra memorialística *O Captiveiro*, publicada em 1941 pelo neto de D. Martinha, Dunshee de Abranches. Aliás, o livro é em boa parte alimentado pelas memórias de D. Emília Branco, professora particular e amiga de D. Martinha, mãe dos escritores e teatrólogos Aluísio e Artur Azevedo. Em 1880, D. Emília concede entrevistas ao então adolescente Dunshee, que as registra fornecendo amplo material para o livro que recupera o panorama social, cultural e político de São Luís no século XIX. Emília Branco também foi analisada por Maria de Lourdes Mônaco Janotti em seu artigo “Três mulheres da elite maranhense”, publicado na Revista Brasileira de História, v. 16, n. 31-32, 2016.

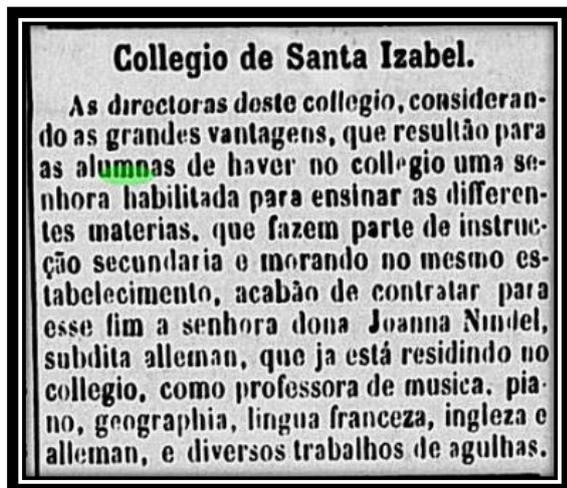
¹⁰³ O colégio não atendia somente o sexo feminino. De acordo com Feitosa (2007, p.52), “havia ainda uma seção para meninos até os doze anos de idade, com o intuito de prepará-los para o Liceu Maranhense criado em 1838”.

jantares e audições musicais, fazendo do estabelecimento um “importante centro educativo e cultural” (FEITOSA, 2007, p.52):

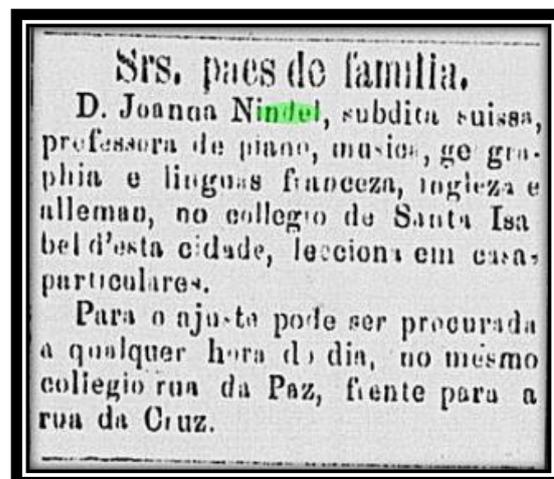
Na falta de educandários femininos, dignos de tal nome, as moças da época buscavam o solar dos Abranches para instruir-se na convivência de tão illustre e prendada fidalga. E, nos seus luxuosos salões, organizavam saraús e serões para aprender musica, pintura e bellas letras (ABRANCHES, 1941, p. 104).

Como mencionado outrora, uma de suas alunas mais conhecidas foi a piauiense Amélia Bevilácqua (1860-1946), escritora, jornalista e ativa militante pelos direitos da mulher no país. Encerrado em 1886, sob a administração da filha de Dona Martinha, a professora D. Amância de Abranches, o colégio Nossa Senhora da Glória notabilizou-se em São Luís pelos serviços prestados à sociedade local se constituiu em um divisor de águas na educação do sexo feminino na capital província maranhense, sendo responsável por ampliar os horizontes intelectuais de suas educandas, para além das habituais primeiras letras (MOTTA, 2003).

Buscar diferenciais em relação aos currículos e corpo docente se tornou uma prática levada a termos pelos colégios que disputavam entre os pais de família, as matrículas das educandas. Nesse sentido, identificamos que o estabelecimento de ensino de Santa Isabel, dirigido pelas mulheres da família Franco de Sá – no intuito de atrair atenção das famílias de São Luís, dispuseram em seu corpo docente uma professora suíça, Joana Nindel, que lecionava piano, música, francês, inglês, alemão e geografia, além de oferecer seus serviços para ministrar aulas particulares nas casas das alunas. Para tais colégios, possuir uma professora europeia em seus quadros, certamente se configurava em um importante chamariz para atrair famílias interessadas que suas filhas se educassem diretamente com essas senhoras estrangeiras. Abaixo, indicamos dois anúncios encontrados acerca dos serviços prestados pela mestra Joana Nindel (apontada nos distintos reclames como alemã e suíça), referentes aos anos de 1870 e 1871, respectivamente:



O Paiz, 1870, ed.55



Publicador Maranhense, 1871, ed.158.

Por outro lado, colégios menores e com mensalidades mais módicas também tiveram espaço no cenário urbano de São Luís. Como vimos, alguns colégios aceitavam instruir meninos (desde que tivessem de cinco a oito anos), como também ensinar às crianças escravizadas e libertas as prendas domésticas, que compreendiam o engomar e ofício da costura; alguns colégios também recebiam encomendas de roupas, revelando que a docência não era suficiente como única renda das diretoras. Desse exemplo temos o Colégio de Santa Filomena e o Externato Nossa Senhora da Vitória, dirigido por Octavia Januaria Cid (CRUZ, 2008).

Colégios que se queriam reconhecidos, costumavam adotar a prática de divulgar os seus exames finais para o público; vimos também que esses momentos visavam exibir a competência das alunas como também a excelência das professoras e diretoras na oferta do serviço da instrução, pois além de exibir os trabalhos manuais da “comunidade feminil” (JINZENJI, 2010) também examinavam publicamente as meninas, que, após esse momento de sabatina, geralmente eram aprovadas com louvores e distinções. E, não raro, elas mesmas abriam as sessões lendo discursos entusiastas acerca da educação, costurados de próprio punho, como foi o caso da aluna Maria José Ferreira, discente do colégio de Sant’Anna, que em 1874, ao final dos exames anuais, pronunciou o seu discurso em homenagem à diretora e às professoras de sua instituição de ensino.¹⁰⁴

Sessões estas que eram disputadas e que também se inseriam periodicamente em um calendário de sociabilidade cultural da província, as quais contavam com a presença dos

¹⁰⁴ Diário do Maranhão, 1874, ed. 215.

familiares das educandas e outras pessoas a integrar o público ouvinte. As notas elogiosas da imprensa eram o último e talvez dos mais importantes atos de divulgação dos exames, pois se configurariam em um dos registros mais aguardados de modo a eternizar o solene momento. E aqui citamos, em 1876, o elogio feito à professora D. Luna Messias Corrêa, diretora do colégio União de N. S. do Rosário, destacada como “virtuosa diretora,¹⁰⁵” responsável pelo êxito logrado por suas alunas, nos exames finais. Em uma cultura da memória cada vez mais logocêntrica, a imprensa cumpria um importante papel no sentido de consagrar a centralidade da instituição escolar em suas páginas.

Tais práticas contribuíram para delinear a forma escolar dos estabelecimentos particulares de ensino quanto se inseriram em uma determinada cultura oitocentista. A exposição escolar, enquanto fenômeno cultural originado no século XIX, estava bastante em voga e, também era visto como uma das formas de divulgação e publicização dos conhecimentos aprendidos ao longo da vida discente das educandas. Nesse sentido, ao final do ano, período em que tais exposições eram organizadas, reunindo vários colégios, eram divulgados os trabalhos de agulha das alunas, tais como bordados em várias técnicas, almofadas, tapetes, lenços e mais outros artefatos artísticos e domésticos produzidos pelas discentes.¹⁰⁶ Apesar de ser mais comum que as jovens apresentassem os produtos finais de suas habilidades com as técnicas aprendidas sobre bordado e costura, também houve aquelas que expunham aquarelas e desenhos, como foi o caso de D. Narcisa Cândida Mendes, que, em 1847, com um “desenho a traço” participou da exposição de bellas-arts no Liceu.¹⁰⁷

O quadro das experiências femininas na instrução oitocentista mostra-se extremamente vasto. Ao encerrarmos esse capítulo, almejamos identificar e comentar aqui fragmentos de um universo que certamente é muito mais amplo, complexo e multifacetado. O objetivo desta discussão se pautou em recuperar as ambiências educativas pelas quais a própria Herculana circulou, tornando-se professora particular em São Luís como também professora pública na vila de Cururupu. Temos consciência de que muito mais acerca da presença feminina na instrução maranhense deverá ser ainda mapeado. Em que pese os estudos já realizados, várias são as sendas e perguntas que também se encontram abertas, no que tange ao estudo das *vidas miúdas* das professoras maranhenses atuantes no longo século XIX – e, acreditamos que nomeá-las é também uma forma de dar corpo às suas histórias sobreviventes, tecidas nos entrelaçamentos de múltiplas contingências culturais e políticas, posto que afinadas com um

¹⁰⁵ A Mocidade, 1876, ed.16.

¹⁰⁶ Publicador Maranhense, 1861, ed.294.

¹⁰⁷ O Progresso, 1847, ed.242.

projeto ora monárquico, ora liberal, no contexto de uma urbe marcada por contradições sociais e economicamente alimentada pelo comércio, latifúndio e escravidão.

Estas professoras viveram experiências tecidas no coletivo, mas também desenvolveram as suas ações mediante o acionamento de táticas e estratégias individuais, que são ao mesmo tempo, múltiplas e singulares, constituidoras dos aspectos mais intrínsecos da história da profissão docente no país. Acreditamos também que cumprimos o propósito, apesar de termos escolhido, na seara das fontes disponíveis, examinar alguns fragmentos de suas trajetórias inseridas em um espaço-tempo específico: a São Luís das décadas de 1840 a 1880. Deste modo, buscamos situar os lugares sociais pelos quais as mulheres professoras pertenciam e transitavam, bem como lançar uma mirada abrangente às suas atividades no magistério oitocentista. O exame minucioso de suas vidas ainda está por ser feito e esperamos que os nomes e instituições trazidos aqui à tona contribuam para estudos futuros. Ademais, é uma tarefa imperiosa, tanto para a história da educação quanto para a história das relações sociais de gênero, analisar as formas de inserção das mulheres como professoras e diretoras no processo de escolarização feminina iniciado em meados do século XIX.

Portanto, fontes das mais diversas, como os anúncios presentes nos impressos, que demarcam a presença abundante das mulheres no magistério oitocentista sugerem que elas “não estão nas entrelinhas, nem são difíceis de encontrar” (BRAGA, 2017, p.15).

II PARTE - HERCULANA VIEIRA E A SUA TRAJETÓRIA DOCENTE NO MARANHÃO OITOCENTISTA

2.1 “Operosa educadora” e “didata de bela cultura”: notas sobre a reconstrução do percurso docente da mestra Herculana

As professoras primárias são as primeiras intelectuais. Até mesmo mais do que as professoras do secundário. Estas eram, de início, em número menor, mais individualistas, mais solitárias. Expostas ao desprezo dos homens que as consideram intrusas, “cerebrálicas”, como dizia a romancista católica Collete Yver: são mulheres que não casam e, que, por conseguinte, não cumprem, seu destino de mulher (PERROT, 2016, p.127).

Como a narrativa pode encarnar a vida em palavras e, ao mesmo tempo, respeitar o que não podemos saber? Como alguém ouve os gemidos e gritos, as canções indecifráveis, o crepitar do fogo nos canaviais, os lamentos pelos mortos e os brados de vitória, e então atribui palavras a tudo isso? É possível construir um relato a partir do “locus da fala impossível” ou ressuscitar vidas a partir das ruínas? Pode a beleza fornecer um antídoto à desonra, e o amor uma maneira de “exumar gritos enterrados” e reanimar os mortos? (HARTMAN, 2020, p.16)

Reconstruir a trajetória profissional da professora-autora Herculana Vieira se mostrou um empreendimento árduo, que nos exigiu tempo, dedicação integral e imensos esforços investigativos ao longo dos anos desta pesquisa de doutorado. A mestra se foi nos revelando, aos poucos, na próprio desenrolar das investigações da tese, as quais ainda não consideramos de todo encerradas. Deste modo, as informações em torno de seu percurso profissional nos chegavam em pequenas doses, de acordo tanto com *insights* (novas questões e perguntas que surgiam) quanto do acesso às fontes disponíveis para respondê-las. A sensação era de estarmos diante de um intrincado quebra-cabeças; as peças para montá-lo nos chegavam devagar, como se obedecessem a uma temporalidade distinta daquela da avidez de quem pesquisa e quer de imediato extrair das fontes as respostas para recompor cenários analíticos e assim, costurar explicações pertinentes e plausíveis.

Ainda que essa pesquisa acene para uma conclusão, ela continuará inacabada, considerando que algumas perguntas em torno do percurso de nossa mestra continuam em aberto – além de que, conforme assinalou Bloch (2002) é próprio da pesquisa histórica a sua constante revisão crítica e reescrita. Sabemos, portanto, que os resultados que trazemos aqui

dialogam com a objetividade científica, com o compromisso político com o próprio tempo assim como o rigor metodológico e documental exigido na prática historiadora; mas, por outro lado, possuímos a consciência premente no qual a ciência histórica é, ela mesma, fruto de uma temporalidade que a torna provisória e contingente. Abraçamos a ambas as condições – buscando duplamente o diálogo objetivo mediante a análise das fontes quanto compreendemos a provisoriedade dos resultados apresentados. A intenção, primeira e última, se pautou em contribuir para o debate acerca da presença das mulheres de letras na História da Educação e no campo intelectual no século XIX.

Produzir uma biografia sobre a mestra Herculana Vieira se mostrou um desafio, justamente pelo limite que a documentação encontrada nos impunha. Mas, para além disso, recompor trajetórias e percursos profissionais demanda um exercício de reflexão, sobretudo para aquele ou aquela que ambiciona *narrar* a existência de outrem. Para Bourdieu (2006), em sua já clássica reflexão sobre a escrita biográfica, pressupor que a história de uma vida obedece a uma cadeia uniforme e unívoca de acontecimentos justapostos é, além de um erro analítico do (a) investigador (a), uma *ilusão*, isto é, “uma criação artificial de sentidos” (BOURDIEU, 2006, p.185). Com isto, o sociólogo francês quis afirmar que as vidas não são lineares e muito menos blocos monolíticos que seguem direções crescentes, contínuas e coerentes. A complexidade do mundo social nos coloca diante de rupturas, descontinuidades e contingências comuns à própria condição existencial dos sujeitos. Por outro lado, também é importante para quem *fabrica* uma escrita histórica analisar as práticas e os trabalhos de memória que fazem uma vida ganhar sentido e se constituir, discursivamente, como uma “unidade”.

Se a história de uma vida, registrada em torno de um percurso biográfico, não obedece a lógicas sincrônicas, a exemplo de um romance organizado em estruturas de começo, meio e fim, cabe a quem escreve acerca de uma vida, captar as diacronias e as contradições inerentes aos sujeitos analisados em seus tempos de ação. E com Herculana Vieira, não foi diferente. Afastando-nos de simplificações grosseiras sobre as professoras imersas no magistério oitocentista, buscamos, na medida do possível, a mulher real, artífice de sua sobrevivência, inserida em uma sociedade escravista e agrária, situada em uma província que, em termos econômicos, ocupava um significativo lugar no conjunto regional mais amplo (BORRALHO, 2010), mas que, ao longo da segunda metade do dezenove, tornar-se-ia um espaço situado na periferia da Corte. Não perdemos de vista, portanto, que a professora Herculana é, ao mesmo tempo, “produto” e produtora deste cenário histórico que legava às mulheres papéis distintos de acordo com as condições jurídicas envoltas no binômio cor e classe social.

Outro ponto o qual rejeitamos, é pensar a vida e as ações da mestra Herculana como uma excepcionalidade¹⁰⁸ da sua época. Antes de tudo, ela integra, tanto na primeira quanto na segunda metade do século XIX, um conjunto de mulheres de letras, autodidatas e que construíram as suas profissões e personas intelectuais atuando em escolas e colégios, mas também integrando bancas examinadoras de concursos, escrevendo para jornais e publicando obras didáticas. Isto é, mulheres que conseguiram, a muito custo, articulações e incursões na sociedade oitocentista representada pela afamada tríade imprensa, educação e literatura (PAIVA, 2018). Paralelo a estes fatores, a “família, Igreja e trabalho parecem sustentar as condições que possibilitaram a presença de mulheres na docência, tornando esse movimento de inserção bastante complexo” (NASCIMENTO, 2019, p.129).

Apenas na província maranhense, contamos com os nomes das professoras Martinha de Abranches, Maria Firmina dos Reis, Esther Leopoldina Pinheiro, Emília Branco, Eponina Condurú Serra, entre outras que ultrapassaram o *mero* ofício de ensinar, se tornando proprietárias de seus colégios, autoras de obras didáticas, escritoras de romances e de textos jornalísticos. Se uma das “tentações” da escrita biográfica é exaltar sujeitos considerados excepcionais, conosco a preocupação se pautou em perceber os caminhos e possibilidades levados a termo por uma mulher letrada que lançou mão de determinadas táticas e estratégias (CERTEAU, 1998) para alargar caminhos profissionais permitidos às docentes e assim galgar degraus mais ambiciosos em relação as posições possíveis de serem ocupadas pelo sexo feminino na instrução pública e particular. Sobre isto, Munhoz (2018, p.42) comenta que

se as professoras não viviam exclusivamente na ausência de um próprio elas agiam num terreno ambíguo legalmente controlado pelo governo provincial, mas que se efetivavam no espaço das casas das mestras por um lado elas tinham que cumprir as determinações previstas para o cargo que ocupavam e submeter-se a fiscalização da Inspeção da instrução pública outros gozavam de prestígio junto a comunidade e, assim, ocupavam lugares estratégicos suscetíveis de serem concebidos como o próprio.

Em alguns momentos, como nas primeiras décadas do pós-independência, contavam-se nos dedos o número de professoras existentes na capital da província maranhense. À medida que o século avança, junto com os propósitos de edificação de um Estado imperial e incremento urbano, amplia-se a oferta de aulas para o sexo feminino e o mercado da instrução

¹⁰⁸ Para Michele Perrot (2004), articular mulheres e suas “ações excepcionais” na narrativa histórica é uma forma de continuar enclausurando-as em análises tão fechadas quanto equivocadas, pois se retoma a ideia conservadora no qual preconiza que as mulheres só são relevantes para os relatos históricos à medida que efetuam ações consideradas virtuosas ou, o seu contrário, se dá ênfase aquelas que são consideradas as más e desviantes. Fugir dessas dicotomias estéreis e complexificar a história das mulheres, com efeito, é também destoar das “histórias únicas”, como vem chamando atenção a escritora nigeriana Chimamanda Adichie (2019).

privada também se encontrará mais aquecido, contribuindo para ampliar o número de mulheres presentes no magistério. Deste modo, elas atuarão em escolas públicas, particulares, recolhimentos e asilos. As alunas crescem também na mesma proporção em que se diversificam os propósitos políticos para a educação do sexo feminino: o *ethos* que constitui a mestra está fundamentalmente ligado a uma demanda urbana das vilas e cidades mais populosas – mulheres alfabetizadas, com algum nível de acesso aos jornais em circulação; muitas delas leitoras e algumas autoras de romances, poesias e livros didáticos. Pessoas comuns vivendo experiências singulares, comumente sem ligações aristocráticas, que podiam ser órfãs ou filhas de famílias de caixeiros, de vendedores, de pequenos comerciantes, isto é, de gente pertencente aos setores médios que engrossava o público atuante nesse diverso mundo do trabalho dos oitocentos.

Como vimos na parte anterior deste estudo, o conjunto das fontes analisadas, no tocante a este grupo de mestras responsáveis pela organização e implementação do ensino elementar para o sexo feminino no contexto da concretização do projeto imperial na província nortista, apontou para a existência de mulheres ligadas às demandas da sobrevivência, premidas por um contexto fortemente patriarcal e de divisão sexual do trabalho. Assim, se torna necessário compreender o magistério feminino oitocentista a partir de diversos ângulos, como forma de captar os processos heterogêneos envoltos na construção das tramas da docência feminina. Ao colocarmos essas perspectivas teóricas e metodológicas em prática, buscamos evitar ao máximo lançar mão de abordagens vagas, de compreensões generalizantes e de simplificações grosseiras em torno da mulher professora no dezenove, que parecem predominar em algumas análises e que mais obscurecem a compreensão acerca do trabalho feminino do que ajudam a elucidar as dinâmicas sociais às quais as mestras estavam inseridas:

De modo geral, construiu-se certa imagem da docência exercida por mulheres que parece, muitas vezes, a-histórica. Alguns referenciais foram se cristalizando ao longo do tempo. É instigante a leitura de alguns desses trabalhos. Poderiam referir-se ao magistério de mulheres do século XIX, do século XX e, por que não, até do século XXI. Afinal, continua-se acreditando que magistério é coisa para mulher, que lançam mão da função por falta de competência para outra área, por almejarem dedicar-se aos filhos e à casa uma parte do dia (por isso procuram uma função com carga horária reduzida), e que sua renda é complementar à do marido (figura indispensável à professora). Arrisca-se a dizer da presença de certas “armadilhas” que vêm acostumando os ouvidos, sendo endossadas e reiteradas pelos estudos que se sucedem (NASCIMENTO, 2019, p.110)

Conforme exposto anteriormente, o magistério oitocentista maranhense se constituiu em uma classe heterogênea, tanto em suas finalidades e propósitos específicos, contando com a presença de mulheres brancas e mestiças – brasileiras e estrangeiras, algumas oriundas de

famílias abastadas, mas a maioria, pertencente dos setores médios da sociedade; solteiras, viúvas ou casadas; exerceram uma docência forjada em processos artesanais de formação, seja a partir do aprendizado pela observação da prática, seja através das classes adjuntas ou de esforços individuais reconhecidos em concursos públicos – mulheres que também tinham que trabalhar lidando com limites, direitos e deveres elencados nos regimentos e leis provinciais que disciplinavam a sua profissão, que nos oitocentos passar a existir por meio de uma inédita dimensão *funcionarizada*.

Dito isto, um terceiro desafio foi de estabelecer o cruzamento entre o individual e o coletivo a partir das fontes tínhamos em mão. Pensar a vida profissional da mestra atravessada pela própria burocracia provincial foi um dos caminhos que as fontes nos permitiram adentrar com maior êxito. É justamente nesse aspecto funcionarizado de sua vida que a fabricação documental em torno do seu nome se encontra mais registrada. Até mesmo os epítetos escolhidos por este capítulo para nomear Herculana, “operosa educadora” e “didata de bela cultura”¹⁰⁹ - fazem referência direta à sua atuação laboral na cena pública. Além disto, outros problemas e questões devem ser postos. Nesse sentido, para Faria Filho (2008, p.17):

Um dos grandes problemas de quem trabalha com trajetórias pessoais e, justamente que a vida de cada pessoa, mesmo se nos ativermos a uma ou outra de suas dimensões, como a profissional, por exemplo, toca em muitos – senão todos – outros aspectos da experiência histórica coletiva de seu tempo. Daí, de novo, o desafio das escolhas: o que, da experiência histórica coletiva, mobilizar para poder dar a conhecer uma trajetória particular?

O nome de Herculana se tornou a nossa principal metodologia para reconstruir os passos e fragmentos de sua trajetória; desta forma, a pesquisa indiciária se amalgamou em um percurso em que seguir o “fio do nome” foi articulado aos usos de técnicas inspiradas na micro-história¹¹⁰ (GINZBURG; PONI, 1989). Recorremos a tais procedimentos, capazes de pôr “os sujeitos no foco das narrativas que trazem à cena historiográfica questões menos visíveis ou ausentes de estudos extensivos” (MUNHOZ, 2019, p.45), como um dos principais caminhos investigativos adotados, considerando que Herculana, enquanto sujeito inserido em seu tempo, movimentava-se em processos tanto coletivos quanto individuais. E, indubitavelmente, a ponta deste iceberg atendia pelo nome da professora e as investigações

¹⁰⁹ Epítetos estes que foram formas elaboradas por Achilles Lisboa para se referir à mestra, em seus textos memorialísticos.

¹¹⁰ Nesse sentido, a micro-história foi tomada como uma inspiração metodológica. Verticalizamos a análise das experiências de uma vida individual como método privilegiado para compreender o lugar das mulheres na sociedade maranhense do dezenove. O exame dos processos “miúdos” tocou em processos maiores e nos ajudou a vislumbrar, “por baixo” a dinâmica em torno da inserção feminina no universo do trabalho no século XIX.

que procedemos nas fontes buscava a sua identidade através da *constância nominal* possível de ser perquirida na documentação, pois

O nome próprio é o atestado visível do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento da unidade de suas sucessivas manifestações e da possibilidade socialmente reconhecida de totalizar essas manifestações em registros oficiais, *curriculum vitae*, *cursus honorum*, ficha judicial, necrologia ou biografia, que constituem a vida na totalidade finita, pelo veredicto dado sobre um balanço provisório ou definitivo (BOURDIEU, 2006, p.187).

Assim, a mulher que pesquisamos se revestia de um nome próprio, Herculana Vieira; apenas buscando a sua identidade nominal é que pudemos acessar o *fio de Ariana* imerso no labirinto documental (GINZBURG; PONI, 1989) das suas experiências profissionais, as quais testemunharam importantes e significativos jogos de poder responsáveis por configurar o lugar do sexo feminino na burocracia provincial. À medida que a mestra se movimentava, ela trazia junto consigo processos estruturais e macro-históricos relacionados a instituições, projetos políticos, culturas escolares, condições materiais e representações simbólicas envoltas no pequeno e limitado espaço que a sociedade oitocentista reservava às mulheres, mesmo aquelas educadas e funcionarizadas.

Em relação à nossa base documental, buscamos os rastros da presença da professora na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, afunilando seu nome em pesquisas que beiravam o exaustivo; a procuramos em dicionários de autoria feminina, em revistas dos Institutos Históricos e Geográficos, em livros de passaportes, em almanaques, no Censo de São Luís de 1855, no censo nacional de 1872, em cartórios de registros civis nas cidades de São Luís, Cururupu e Guimarães; e na documentação paroquial na Torre do Tombo,¹¹¹ com enfoque específico nas freguesias açorianas da Ilha Terceira. Também a perquirimos na documentação testamentária do Arquivo do Tribunal Judiciário do Estado do Maranhão, nos arquivos da Instrução Pública do APEM (Arquivo Público do Estado do Maranhão), em memórias escritas de homens ilustres que foram seus alunos, em especial Achilles Lisboa, em relatos orais e na memória local do espaço onde vivera suas últimas décadas de vida – a cidade de Cururupu. Todo e qualquer registro encontrado representava mais uma pequena peça do quebra-cabeças capaz de responder a determinadas indagações e nos fazer caminhar em direção a um quadro explicativo tanto mais detalhado quanto abrangente, sobre o seu percurso laboral.

E diante de toda essa busca “frenética”, as fontes que mais nos revelaram sinais e indícios robustos de sua trajetória profissional foram os jornais maranhenses e a

¹¹¹ Busca online realizada no site: <https://antt.dglab.gov.pt/pesquisar-na-torre-do-tombo/>.

documentação presente nos arquivos locais da instrução pública. O nome de Herculana habitava com mais frequência nesses impressos e documentos oficiais, nos possibilitando, assim, acessar mais informações a respeito da mestra. No entanto, todas as nossas incursões a essas outras fontes documentais nos auxiliaram a entender também as dinâmicas de funcionamento da sociedade oitocentista maranhense quanto nos deu um importante vislumbre acerca das relações de gênero do período em questão – sobretudo quanto à presença feminina nos registros oficiais e não-oficiais. E uma das razões mais notórias que incidem na invisibilidade das mulheres nos processos históricos se baseia na “dissimetria sexual das fontes, variável e desigual segundo as épocas” (PERROT, 2016, p.17). Deste modo, de acordo com Michele Perrot, o silêncio das vidas submersas na história da humanidade acabou pesando mais para as mulheres, menos faladas, menos vistas e menos registradas nas fontes, logo, mais sujeitas ao esquecimento. Com efeito, os oitocentos não deixaram de obedecer a essa lógica de exclusão apontada pela historiadora francesa.

Tendo em vista tais limitações de gênero, o exame das fontes, portanto, se pautou por um exercício ativo e crítico, fundamentado por um rigor analítico direcionado para perceber as falas (e os silêncios) relacionados à existência da mulher professora na documentação periódica e arquivística. Aqui recompomos um quadro mediante do que a mestra Herculana e a província do Maranhão nos legaram como registros. Também partimos a campo com certeza de estarmos lidando com questões e problemas imersos em campos interdisciplinares do conhecimento; envolvendo tanto a História da Educação quanto a História das Mulheres. Herculana e sua trajetória profissional se localizam fronteiriçamente na ambiência destas duas disciplinas; arriscamos a dizer que quanto mais interdisciplinar é a análise, mais aumentam as possibilidades de trazermos à tona outros aspectos, dimensões e ângulos não identificados por uma pesquisa unicamente “disciplinar.”¹¹² A hierarquia sexual verificada nas relações de gênero da sociedade oitocentista atravessava fundamentalmente o fazer intelectual e laboral dessas mulheres professoras. Todavia, ainda que para efeitos de análise, torna-se uma tarefa impossível engavetar tais sujeitos ou separá-los de suas produções; por exemplo, como analisar o manual didático *Resumo da História do Brasil*, escrito pela mestra Herculana, apartado do lócus social de quem o produziu? Acreditamos firmemente que isolar os aspectos

¹¹² “Indisciplinar” a pesquisa histórica é uma forma de potencializá-la ou não? Esses e outros questionamentos são reflexões tecidas na obra *A história (in) disciplinada* (2019). De modo geral, os autores apontam para uma tensão atual, vivida pelos historiadores e historiadoras, em um contexto “marcado pelas novas demandas de passado quanto pelo estrangulamento institucional”, tornando-se necessário “que a disciplina histórica, assim como as demais ciências humanas, enfrentem as tradições na busca de novas formas de identidade disciplinar e inserção social”. A partir desta perspectiva, tem sido fundamental entender o saber histórico enquanto saber politizado e compreender “as profundas transformações na relação passado, conhecimento, ensino e sociedade” (ÁVILA, NICOLAZZI, TURIN; 2019, p.12-13).

da sua atuação só iria empobrecer e reduzir o olhar em torno dessa instigante personagem e sua obra.

Na certeza de estarmos diante de um ponto de inflexão a reunir a História Intelectual, a História da Educação e a História das Mulheres, é que optamos pelo exame interdisciplinar do lugar social (CERTEAU, 2002) ocupado pela professora; e, para isto, dar corpo à autoria, através da análise de seu percurso profissional, assim como estabelecer o trânsito por diferentes sendas disciplinares, é um dos modos também prolíficos de compreender, no contexto da segunda metade do século XIX, os mecanismos sociais e políticos que tornaram possíveis a conexão entre autoria feminina, magistério e escrita da história. E vamos além. Em se tratando da investigação acerca das trajetórias de mulheres professoras e intelectuais, a resistência em dialogar com as variáveis atinentes à condição feminina e as relações de gênero desenhadas em determinadas épocas, responsáveis pela distribuição do poder nas sociedades (SCOTT, 1995) – não deixa de ser uma forma de demonstrar certa indiferença e desconhecimento mediante os impactos e avanços teóricos do campo da História das Mulheres não só à historiografia, mas nas ciências humanas em geral.

E, por fim, o exame do percurso profissional e intelectual da mestra Herculana Vieira buscou também dialogar com estudos centrados nas vidas das educadoras e autoras oitocentistas como Anna Rosa Termacsics (RIBEIRO, 2019), Nísia Floresta (DUARTE 2019; FRANCO, 2008; PALLARES-BURKE, 1996), Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (CHAMON, 2008; MONÇÃO, 2018), Maria Firmina dos Reis (SOUZA, 2020; SANTOS; 2016), Guilhermina de Azambuja Neves (FERREIRA, 2021), Emília Freitas (CAVALCANTE, 2008), Isabel Gondim (MORAIS, 2003) e Alexina de Magalhães Pinto (CARNEVALI, 2009). Nos comunicamos profundamente com os propósitos das pesquisas elencadas acima, acerca das contribuições dessas professoras-intelectuais à história da educação, ao campo dos direitos das mulheres e a literatura brasileira.

Cada província certamente testemunhou a presença de educadoras que se destacaram em seus meios de atuação como autoridades pedagógicas, fundando escolas, publicando obras literárias e didáticas, alargando as possibilidades e espaços da atuação letrada feminina; recuperar (anda que de modo incompleto, condição intrínseca a todos os processos de reconstituição do passado) a memória dessas trajetórias significa promover leituras mais afinadas com perspectivas democráticas e plurais acerca dos sujeitos (esquecidos) que contribuíram para o redimensionamento da cultura brasileira.

2.2 De professora particular em São Luís à mestra de primeiras letras concursada da vila de Cururupu

Herculana Firmina Vieira de Sousa: estrangeira (*brasileira adotiva* e luso-brasileira?), professora particular, mestra pública de primeiras letras, diretora, autora de livros escolares e residente na província do Maranhão.¹¹³ O que significava todos esses predicados para uma mulher nascida em 1815, provavelmente em alguma freguesia açoriana da Ilha Terceira e morta em 1903, na vila de Cururupu? O que de pronto vislumbramos é que teve uma vida bastante longa para a sua época – faleceu com a idade entre 87 ou 88 anos.¹¹⁴ Construiu a sua trajetória estando situada na periferia do Império. A sua vida, que abarcou, além de toda a duração do projeto imperial, viu também a nação se transmutar em uma jovem República. Herculana é, indubitavelmente, uma mulher do século XIX – e uma mulher que presenciou as mudanças políticas e econômicas das últimas décadas do dezenove e início do XX. Inserida em seu próprio tempo de ação, ela ocupou lugares de destaque na cena pública por meio da inserção em um espaço profissional socialmente validado para o seu sexo, a saber, o magistério de primeiras letras.

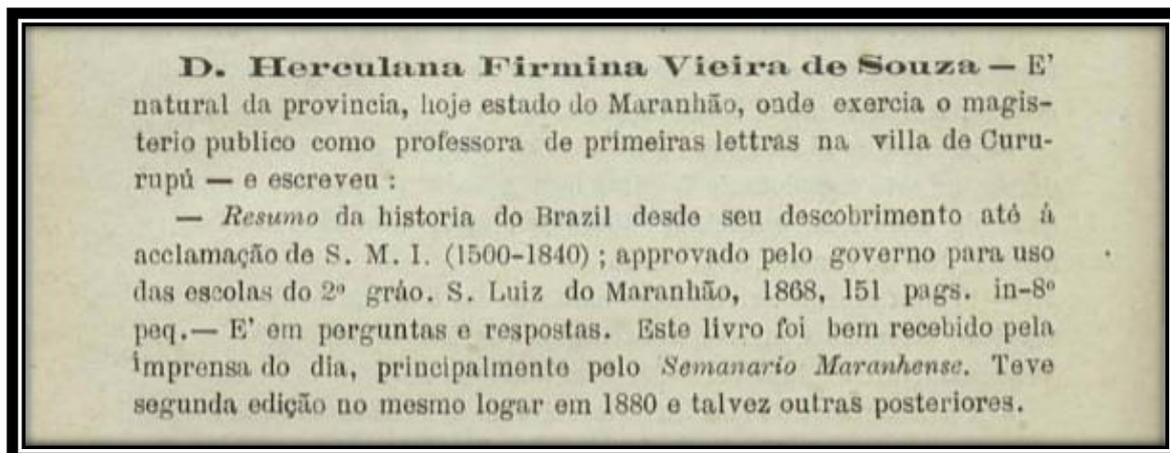
Todavia, a sua origem e nacionalidade portuguesa ocupam uma zona nebulosa de questões ainda não possíveis de responder com toda a certeza documental de um registro de batismo ou de uma certidão de óbito, considerando que essas fontes não foram localizadas pela pesquisa. Uma das nossas pistas preferencias para buscar informações acerca da sua origem foi encontrada através de registros da própria historiografia literária; deste modo, nos deparamos com quatro menções à Herculana, distribuídas em dicionários de autores brasileiros dos séculos XIX e XX.

O primeiro a mencionar o nome da mestra foi Sacramento Blake, em 1895; o autor afirmava que Herculana seria “natural da província do Maranhão”.¹¹⁵ Vale destacar que o *Dicionário Bibliográfico Brasileiro* de Blake possui uma imensa importância no mapeamento do quadro intelectual brasileiro oitocentista. Herculana, uma mulher “dicionarizada” em vida era sinônimo de um reconhecimento que poderia até chegar tardiamente, mas lhe garantia o registro em um importante livro que a imortalizava entre homens e mulheres, já que o empreendimento de Blake visava abarcar ambos os sexos em suas produções intelectuais.

¹¹³ Utilizamos esse formato de apresentação tendo em vista os estudos de Chamon (2008).

¹¹⁴ A expectativa de vida no Brasil, em 1900, era de 33,7 anos (<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-08/ibge-expectativa-de-vida-dos-brasileiros-aumentou-mais-de-75-anos-em-11>).

¹¹⁵ O nome de Herculana integra o quarto volume da coletânea de Sacramento-Blake (1895).



Verbete com o nome de Herculana Vieira, quarto volume da enciclopédia de Sacramento-Blake (1895).

Importante observar que foi a primeira coletânea que citou a mestra ainda em vida, ao passo que as outras se constituíram em citações póstumas, feitas após 1903, ano de sua morte. O segundo autor a registrá-la foi o historiador Mário Meirelles, que a integrou na obra *Panorama da Literatura Maranhense* (1955). Cabe ressaltar que essa foi a primeira fonte que atesta sua origem portuguesa – nos dando mais informações acerca do local de seu nascimento – a Ilha Terceira, nos Açores; no entanto, Meirelles não menciona datas sobre seu nascimento, óbito e quando chegou no Maranhão. É razoável aventar que Mário Meirelles tenha construído o verbete sobre Herculana buscando corrigir a informação possivelmente errônea veiculada por Sacramento Blake; por outro lado, não temos condições de saber de onde Meirelles retirou esse dado (se de um relato oral ou escrito), já que ele não aponta as referências utilizadas no dicionário. O seu verbete nos traz os seguintes registros:



Excerto sobre Herculana de Sousa no livro *Panorama da Literatura Maranhense* (1955), de Mário Meirelles.

A terceira menção foi feita por Maria Thereza Bernardes no livro *Mulheres de Ontem? Rio de Janeiro – século XIX* (1989). Em sua obra, indica que Herculana era natural da cidade de Cururupu, no Maranhão, mas também sem saber precisar o ano de seu nascimento e morte. Pela similaridade da informação, é possível que Bernardes tenha buscado amparo no

levantamento feito por Sacramento-Blake. E, por fim, a última coletânea autoral que citou o nome da mestra foi o *Dicionário Crítico de Escritoras Brasileiras* (2002), produzido por Nelly Novaes Coelho; e aqui os dados a respeito de Herculana são reproduzidos tendo em vista o verbete feito por Mario Meirelles, replicando a origem açoriana da professora:

Mulher culta, que deixou nome entre as escritoras maranhenses, Herculana Firmina Vieira de Souza nasceu em Ilha Terceira nos Açores (Portugal), por volta de 1840. Adolescente, vem com a família para o Brasil e se radica em Curupu (Maranhão), onde faleceu (data ignorada). Escreveu poesias (não recolhidas em livro) e um estudo histórico publicado em 1868.

Publicação: **Resumo da História do Brasil desde o seu descobrimento até a aclamação de Sua Majestade Imperador. 1500/1850** (São Luís, 1868). (COELHO, 2002, p.262).

No entanto, o que chama atenção aqui é Nelly Coelho ter afirmado que Herculana nascera por volta de 1840, que chegara ainda adolescente no Maranhão com a sua família, e, além da obra didática *Resumo da História do Brasil*, também escrevera poesias “não recolhidas em livro” (COELHO, 2002, p.262). Aqui, mais uma vez, não sabemos de onde ela retirou essas informações adicionais, já que o próprio Mário Meirelles não as detalha no *Panorama da Literatura Maranhense*, livro que provavelmente Coelho utilizou para construir o seu verbete sobre Herculana - e que está expresso na bibliografia consultada. Como sabemos, a mestra nasceu no ano de 1815 e não em 1840, pois ao final desta última década ela já se anunciava nos jornais maranhenses oferecendo as suas aulas, como veremos adiante. E em relação a Herculana ter sido, além de autora de manuais escolares, também poetisa, não temos fontes para aferir se ela realmente se aventurou pela autoria de textos poéticos, tal como fez Maria Firmina dos Reis, veiculando a sua produção literária na imprensa local.

O único documento escrito – embora não saibamos quando foi produzido e que menciona as suas datas de nascimento e morte foi feito pela professora aposentada de Cururupu, Marlina Miranda. Em 2018, como parte do cumprimento da pesquisa de campo do projeto de iniciação científica do PIBIC/IFMA/FAPEMA¹¹⁶ intitulado *História e memória da educação maranhense nos oitocentos: trajetórias intelectuais da professora Herculana Firmina Vieira de Sousa (1855-1888)*, fomos à Cururupu levantar informações a respeito da trajetória de Herculana Vieira. Após nossas buscas, nos deparamos com um manuscrito¹¹⁷ produzido pela professora Marlina Miranda, que buscava recuperar a história da educação no município e, até o momento, este registro tem se configurado como uma das fontes com maiores

¹¹⁶ Projeto de pesquisa desenvolvido no período de 2017 a 2018, no âmbito do IFMA/ Campus Alcântara e que contou com a presença da bolsista de iniciação científica Ana Caroline Brito Ribeiro Aranha.

¹¹⁷ Vale destacar que este manuscrito estava sem data e foi compilado das anotações do memorialista cururupuense Manoel Goulart.

informações a respeito da presença de Herculana na localidade. Reproduzimos aqui um trecho dele:

Professora trazida de Portugal para ensinar os filhos da burguesia cururupuense. Herculana Vieira nasceu em 1815, chegando à Cururupu em 1869¹¹⁸. Filha de Francisco Vieira de Souza e Maria Joana de Sousa. Residia nesta cidade na rua da Esperança, local do antigo sobrado pertencente à Cesário Coimbra, atualmente Fórum Desembargador Dr. José Pires da Fonseca, instalado na rua Herculana Vieira (MIRANDA, s/d).

Na ausência da documentação paroquial e/ou civil, de nascimento e óbito, o que nos leva a pensar que Herculana foi, de fato, uma senhora lusitana? Para além dos manuscritos produzidos pelo memorialista Manoel Goulart e pela professora Marlina Miranda, apontamos outros três fortes indícios. O primeiro se baseia na presença da mestra como professora particular, entre as décadas de 1840 e 1850,¹¹⁹ - em um momento em que os colégios e aulas para meninas em São Luís eram dominados por educadoras estrangeiras, especialmente, espanholas e portuguesas. O segundo indício é de ordem memorialística; a educadora costuma ser evocada na cidade de Cururupu como uma professora de origem portuguesa – os poucos que ainda conservam essa lembrança, sempre a representam dessa forma. O terceiro e último se trata da indicação de Mario Meirelles, feita em 1955 para o seu livro *Panorama da Literatura Maranhense*; o pesquisador e historiador ludovicense, contaria, portanto, com mais possibilidades de conferir esse dado com ex-alunos e alunas da mestra que ainda estavam vivos à época, podendo, assim, apontar e coligir informações menos genéricas e mais seguras acerca da sua origem, tanto que o faz mencionando que Herculana era açoriana e oriunda da Ilha Terceira.

Optando por operar com a hipótese da mestra e sua família serem compostas por ilhéus terceirenses, houve a necessidade em consultar os estudos da imigração açoriana para o Brasil, em especial na província maranhense, como aqueles conduzidos por Silva (2009) e Magalhães (2019), de modo a pensarmos em cenários históricos concretos, desenrolados entre as décadas de 1810 a 1840 – período que abrange a provável chegada de sua família ao Maranhão. Contudo, convém ressaltar que as suposições e conjecturas tecidas por esta investigação, podem ser confirmadas (ou corrigidas) em estudos futuros.

¹¹⁸ A data está incorreta; ainda que não saibamos precisar o ano da chegada de Herculana à vila de Cururupu, as fontes indicam que a professora oficialmente ingressou como mestra pública de Primeiras Letras naquele local após ser aprovada no concurso público realizado em 1855.

¹¹⁹ Exploraremos mais adiante essa fase em que Herculana atuou como professora particular na capital São Luís.



Fig (3). Mapa¹²⁰ da Ilha Terceira, Açores.

A Ilha Terceira, uma das nove Ilhas que compõe o arquipélago atlântico dos Açores, é dividida administrativamente em dois Concelhos, entre os quais se destacam Angra do Heroísmo e Praia da Vitória; no interior desses distritos, existem trinta Freguesias espalhadas pelo território terceirense, - compondo um espaço geograficamente variado e culturalmente diverso. Os Açores se encontram distantes a 1.446 km da capital Lisboa, porém integram o território lusitano na condição de região autônoma. Durante o século XIX, as principais atividades econômicas desenvolvidas na Ilha Terceira eram baseadas na fruticultura, em especial, da laranja, na pecuária e, também pelo desenvolvimento de pequenas atividades comerciais e náuticas. De acordo com Gonçalves (2019), uma característica importante das relações econômicas açorianas se tratava do pagamento da *quinta*, uma espécie de imposto instituído sobre a moradia e uso da terra, cobrado aos agricultores e camponeses pelas poucas famílias detentoras das terras,¹²¹ - aumentando assim, a desigualdade social ao mesmo tempo em que se tornava um dos muitos fatores que empurravam os açorianos e açorianas à imigração.

Apesar da informação fornecida por Mário Meirelles (1955) ser importante porque contribui para situar acerca do espaço geográfico em que Herculana partiu – a Ilha Terceira -, por outro lado, não é possível saber precisamente em qual Concelho e Freguesia ela nasceu, o que contribuiria sobremaneira para mapearmos as suas origens familiares, bem como explorar

¹²⁰ Imagem extraída do site <http://melouca.blogspot.com/2016/08/ilha-terceira-acoeres.html>

¹²¹ A elite econômica dos Açores era composta, além destes grandes proprietários de terras, também de comerciantes de *grosso trato* (JOÃO, 1991).

aspectos relacionados à geografia do seu território natal, dentre outras possibilidades analíticas capazes de nos fornecer mais respostas acerca da família imigrante Vieira de Sousa, que, nas primeiras décadas do dezenove, teve por destino final a província do Maranhão.

No âmbito desse *vazio* documental, algumas questões se impuseram, sobretudo acerca da condição feminina que atravessou fortemente as mulheres da família de Herculana, bem como a si própria. Ainda que em um contexto de imigração, ou por causa dele, – sabemos que os e as imigrantes refazem e cultivam, de acordo com suas condições de possibilidade, determinadas práticas culturais, assim como buscam manter, de algum modo, suas tradições e identidades sociais nas novas terras. Dito isto, nos indagamos amplamente, tendo como marco temporal as primeiras décadas do século XIX: como seriam as mulheres da Ilha Terceira? De quais modos elas estavam inseridas na sociedade terceirense? Em um cenário de base patriarcal, católico e com uma estratificação social bastante rígida, quantas delas dominavam a leitura e a escrita? Quantas delas eram professoras, freiras, artesãs, cozinheiras, costureiras, pequenas comerciantes, agricultoras, açougueiras, padeiras, lavadeiras, feirantes, donas de casa? Quais trabalhos desempenhavam essas mulheres nos âmbitos privado e público?

Se, por um lado, não é possível responder a todas as perguntas que surgiram, por outro, realizamos um esforço em pensar as mulheres terceirenses a partir das imagens literárias e visuais produzidas em torno delas – e que integraram, em seus tempos, a ambiência local. Para Munhoz¹²² (2018), estas imagens são reveladoras de posições sociais e hierarquias sexuais, assim como também contribuem para pensar os lugares que a sociedade reservava às mulheres – comumente relacionadas à domesticidade e o recato. Por todo o século XIX e primeiras décadas do século XX, a vestimenta das açorianas era composta de um traje pesado conhecido como *capote-e-capelo*; já na Ilha Terceira, a roupa feminina era constituída por uma variação deste traje, conhecidos como os tradicionais *mantos* – nos quais as mulheres usavam para frequentar os espaços públicos, conforme podemos examinar abaixo:

¹²² Em seu estudo, a pesquisadora utiliza o conceito de iconosfera para recuperar as imagens femininas presentes na cultura visual e urbana da São Paulo oitocentista.



Fig (4). Imagens extraídas do site: <http://cartas-e-postais.blogspot.com/2016/06/acoriana-de-capote-e-capelo.html>

Tanto os *mantos* quanto os *capotes-e-capelos* eram variações regionais que pouco mudavam de ilha para ilha e integravam-se ao cenário urbano, conformando, além da própria atmosfera cultural local, a identidade social da mulher açoriana. De tão característico da região dos Açores, assim o escritor Raul Brandão (1926, p.7.), compondo um relato de viagem, assim o descreveu na obra *As ilhas desconhecidas – notas e paisagens*:

Na rua andam mulheres de capote negro, apertado na cinta e formando concha sobre a cabeça, e raparigas do povo com o lenço atado só com um nó e deixando ver as madeixas: – são as solteiras; as casadas escondem todo o cabelo e atam duas vezes o lenço no pescoço. Foi aqui que vi as mais lindas figuras de mulheres dos Açores – tipos peninsulares, de cabelos negros e olhos negros retintos.
 (...) O que dá um grande carácter a esta terra é o capote. A gente segue pelas ruas desertas e, de quando em quando, irrompe duma porta um fantasma negro e disforme, de grande capuz pela cabeça (...). Começo a achar interesse a este fantástico negrume e resolvo que devia ser o único traje permitido às mulheres açorianas.

As imagens acima nos permitem vislumbrar a respeito das normas sociais impostas às mulheres terceirenses para que pudessem nos meios urbanos, circular pelas ruas, frequentarem missas e participarem, com limites e restrições de gênero, da vida social de suas comunidades. Raul Brandão assim observava: “mulher que precisa de ir à rua de repente, pega nele e sai

como está” (BRANDÃO, 1926). Como podemos perceber, o manto era uma peça única, usada por cima da roupa de baixo, espécie de vestido bastante pesado, cuja abertura se dava apenas na região da cintura para cima, formando um imenso capuz, capaz de cobrir não só a cabeça das mulheres, mas toda a extensão das suas costas e membros superiores¹²³. Com isto, elas poderiam esconder-se do olhar alheio e do escrutínio social – e o manto permitiria esse jogo de presença/ausência no espaço público, considerando que a vestimenta tornava difícil a identificação das mulheres transeuntes, tanto quanto as mantinham no espectro de um corpo feminino vigiado e inacessível. Afinal, “as regras da decência impunham o silêncio a uma mulher *conveniente*” (VAQUINHAS, 2004, p.151); e nesta acepção, conveniência se refere exclusivamente àquela mulher que, de tão reservada, não se queixa - exceto para um padre.

A família Vieira de Sousa ao imigrar para o Brasil, certamente buscou adaptar os seus hábitos à nova cultura – não tão radicalmente diferente da açoriana, ao menos no tocante às posições sociais ocupadas pelas mulheres, consideradas, portanto, como um sexo inferior, mais frágil e intelectualmente menos capaz que os homens. Com efeito, os patriarcados¹²⁴ se misturavam através do amálgama conflituoso de culturas – a do antigo colonizador buscando oportunidades na ex-colônia, agora então um país recém-independente. E deste modo, as hierarquias sexuais permaneciam rígidas e fundadas em relações de poder as quais preconizavam serem as mulheres propriedades de suas famílias, pais e maridos; o cristianismo dominante em ambas as regiões reforçava a ideia de uma mulher submissa aos homens e as suas instituições, fossem elas civis ou religiosas. A distância imposta pelo oceano Atlântico que separava a Ilha Terceira da província maranhense não parecia ser tão grande ao compararmos os lugares (subalternos) que as mulheres açorianas e as nacionais ocupavam em suas respectivas sociedades.

Dito isto, já se tornou um certo lugar comum historiográfico destacar a característica migratória dos açorianos, que desde o século XVII aportaram na colônia; um dos locais que mais recebera os ilhéus foram as capitânicas situadas ao norte e no sul, em especial, o Maranhão, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; mas, outras regiões também contaram com a presença destes imigrantes. No entanto, no século XIX, a imigração açoriana se tornava mais intensa e os principais destinos desta população viajante eram os portos de diversas regiões

¹²³ Outro texto que faz referência ao manto terçeirense está presente no site: <https://medium.com/made-in-azores/a-mulher-do-capote-de-traje-tradicional-a-uma-marca-de-licor-fc5a9e67a1af#:~:text=Na%20ilha%20Terceira%2C%20as%20mulheres,com%20uma%20abertura%20%C3%A0%20frente>.

¹²⁴ Rita Segato (2012), no artigo “Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial”, retoma a ideia desenvolvida pela teórica Julieta Paredes acerca do “entroncamento de patriarcados”, no qual as diferentes estruturas patriarcais de colonizados e colonizadores se encontram.

dos Estados Unidos e do Brasil. As motivações eram inúmeras e abrangiam desde as fugas das catástrofes naturais quanto à recessão econômica vivenciada pelos ilhéus:

A principal característica do povo açoriano, desde o povoamento das ilhas até os dias de hoje, é a emigração. (...) Em todo momento que o povo açoriano se viu ameaçado por uma quebra de colheitas, estiagem, dificuldades comerciais, diminuição dos fluxos de mercadorias estrangeiras, vulcões, sismos ou pressões políticas e religiosas; ele olhou para o mar e se lançou à emigração. Um de seus principais destinos era, e ainda é, a América, com destaque para os Estados Unidos da América (EUA) e o Brasil. Porém, embora deixasse sua terra natal, carregava consigo uma forte identidade regional que semeou e que continua a dar frutos em diversas culturas (GONCALVES, 2019, p.118).

Conforme dito acima, demarcamos as décadas de 1810 a 1840 como aquelas que testemunharam a chegada da família de Herculana Vieira no território *brasileiro*. Abarcando um período tão vasto quanto singular e politicamente diverso, haja vista que durante essas décadas ocorreram importantes rupturas políticas que contaram com a presença da Família Real na colônia e a sua elevação à Reino Unido de Portugal quanto à própria independência política, bem como o desenrolar do Primeiro Reinado, da regência e o início do Segundo Reinado. Diante disto, abre-se uma nova frente de perguntas: sua família imigrou de forma *espontânea* ou mediante incentivo da Coroa Portuguesa? Veio de modo legal ou clandestino? Com que idade ela chegara ao Brasil? Veio com outros familiares em uma única leva ou não? Pertencia a alguma família de colonos açorianos, como tantas outras que emigraram para Cururupu e Guimarães na década de 1850¹²⁵? Se chegou adulta, veio dos Açores na condição de solteira, casada ou viúva? Era oriunda de uma família de mulheres professoras? Foi alfabetizada ainda na Ilha Terceira ou no Brasil?

Todos esses questionamentos envolvem-se de pertinência se evocarmos os estudos de emigração e imigração açoriana, realizados por historiadores portugueses e brasileiros (CORDEIRO & MADEIRA, 2003; RILEY, 2003; SILVA, 2009; MAGALHÃES, 2019). Tais investigações são importantes porque jogam luzes em períodos no qual a historiografia maranhense pouco tem abordado, que trata sobre a presença açoriana na província no século XIX (e sabemos menos ainda acerca das mulheres estrangeiras que embarcaram nessas ondas imigratórias¹²⁶). Se a Coroa Portuguesa costumeiramente subvencionava a imigração de famílias açorianas para as suas colônias e possessões ultramarinas, de acordo com Mariano & Dalato (2021), uma das singularidades da imigração açoriana durante os oitocentos foi a

¹²⁵ Falaremos mais adiante acerca da experiência da vinda de colonos açorianos para o Maranhão, na segunda metade do XIX.

¹²⁶ Ressaltamos a obra *Paradigmas da açorianidade no Rio Grande do Sul: a obra pioneira dos lusodescendentes* (RAMIREZ, 2005), como uma das poucas que buscaram recuperar nominalmente a presença das mulheres açorianas, como daquelas que vieram de famílias peninsulares.

ocorrência do deslocamento do tipo espontâneo,¹²⁷ fenômeno este que ocorreu após a independência política:

Em rigor estamos perante um fenómeno migratório de índole colonial, isto é, determinado por decisões políticas da coroa portuguesa. Num sentido mais preciso e restritivo do termo, a emigração açoriana para o Brasil só se virá a processar no século XIX, depois da antiga colónia soltar o seu “grito do Ipiranga” e uma vez consolidado o Liberalismo em Portugal após a guerra civil de 1828-34. Então sim estavam criadas as condições necessárias para que os ilhéus comecem a embarcar, por sua livre e espontânea vontade, em direcção às terras da nova nação independente. (RILEY, 2003, p. 145 *apud* MARIANO & DALDATO, 2021).

Riley (2003) ao investigar os movimentos emigratórios dos ilhéus dos Açores, sobretudo para o Brasil e os Estados Unidos no século XIX, identificou que grande parte dos açorianos trabalharam na ex-colônia portuguesa tanto como braços¹²⁸ (nas fazendas), quanto intelectuais (sendo absorvidos pela burocracia estatal em formação). Herculana parece atender perfeitamente a este último quesito, considerando o baixo número de professoras existentes na província maranhense, entre as décadas de 1840 e 1850. Contudo, para serem absorvidos em cargos públicos, fazia-se necessário que fossem brasileiros adotivos e/ou naturalizados. Como intelectuais¹²⁹, os açorianos, por possuírem a mesma língua em comum (diferente dos processos de inserção na cultura estadunidense, bem mais difíceis que no Brasil), tinham uma maior facilidade para serem incorporados em postos de trabalho voltados para atividades liberais. Nesse sentido, conforme aponta Riley (2003), aqueles que possuíam algum domínio da linguagem escriturária e contábil conseguiam se inserir nos ramos dos pequenos negócios, assim como também se voltavam para atividades comerciais, em sua maioria mais modestas, como aquelas desempenhadas por pequenos negociantes e caixeiros-viajantes.

A família Vieira de Sousa não destoou do ímpeto imigratório diretamente ligado à busca por melhores condições de vida e trabalho, tendo o Maranhão como destino definitivo - ao mesmo tempo em que a província lhes assinalava um novo recomeço em que buscariam oportunidades de ganhos e a possibilidade de acumularem riquezas em um país que parecia viver uma expansão de suas atividades econômicas. E, ainda que houvesse aqueles que retornassem após temporadas de trabalho no Brasil, o perfil do imigrante açoriano que saía da

¹²⁷ Silva (2009) destaca que era direito dos açorianos a imigração.

¹²⁸ “Em Cururupu, foi fundada a colônia Santa Tereza em maio de 1855 pelo português Antonio Bittencourt, que contratou pessoalmente 140 açorianos das Ilhas Graciosas, onde 76 eram homens e 64 mulheres, entre eles estavam 51 menores de ambos os sexos. O contrato era de parceria e a colônia funcionaria em suas terras, onde plantariam arroz”. (MAGALHÃES, 2014, p.6).

¹²⁹ Sobre isto, Susana Serpa Silva (2013, p.418) aborda brevemente a trajetória do intelectual Padre Sena Freitas: “referimo-nos, pois, ao padre José Joaquim de Sena Freitas, grande orador eclesiástico, teólogo culto e austero, prolixo e multifacetado escritor. Segundo Ana Cristina Costa Gomes e José Manuel Fernandes trata-se de um nome grande da cultura portuguesa e brasileira, de finais do século XIX e princípios do séc. XX, que tem sido menos estudado do que merecia”.

sua região era daquele que não retornava mais; a própria historiografia acerca do tema assinala que “a imagem de emigração açoriana do século XIX em terras brasileiras é a de uma emigração definitiva, sem regresso e de progressivo desprendimento” (LEITE, 2005, p.400). A ideia do Brasil como um local promissor e abundante em prosperidade era bastante forte na comunidade açoriana, estimulando-os ao risco do empreendimento estrangeiro, como ainda

A existência de portugueses bem situados economicamente e socialmente no Maranhão, do século XIX e início do XX, foi notória, mas nem todos tiveram a mesma oportunidade e enriqueceram no comércio, na indústria ou se tornaram proprietários de terras e escravos, muitos se ocuparam de diminutos negócios, como as quitandas, outros alimentaram o sonho de dias melhores em ofícios, alguns se sustentaram em trabalhos rentáveis, como a pesca ou como vendedores ambulantes (MAGALHÃES, 2019, pp.235-236).

Como apontamos acima, a partir de um recente manuscrito feito com base nas anotações do falecido memorialista cururupuense Manuel Goulart,¹³⁰ sabemos que os pais de Herculana se chamavam Joana Maria Vieira de Sousa e Francisco Vieira de Sousa. Ao realizarmos as buscas pelo nome do seu pai, encontramos um passaporte,¹³¹ datado do ano de 1843, de um homem português chamado Francisco José Vieira de Souza, cujas características destacadas, além da nacionalidade lusitana é de possuir 65 anos, ser um “negociante” de “cor morena” e “brasileiro adotivo”.¹³² O passaporte serviria para que embarcasse em um navio cujo destino seria ir da capital São Luís até a vila de Guimarães – localidade na qual afluíram um significativo número de famílias açorianas na década de 1850 (MAGALHÃES, 2019).

De acordo com Braga (2013), o negociante, o “homem de negócios” era considerada uma profissão liberal e capitalista, bastante praticada nas possessões do Império ultramarino português; mesmo após a Independência, o termo foi mantido ao longo do XIX, designando aqueles que se dedicavam à transações comerciais que poderiam, sobretudo na primeira metade do XIX, ser pautada no tráfico de escravos, mas também no desenvolvimento de

¹³⁰ Em 2018, na já aludida pesquisa do PIBIC/IFMA/FAPEMA, intitulada “História e Memória da educação maranhense nos oitocentos: trajetórias intelectuais da professora Herculana Firmina Viera de Sousa (1855-1881)” realizamos uma busca por informações sobre Herculana na cidade de Cururupu/MA. Uma das pessoas que colaborou com a pesquisa foi a professora aposentada Marlina Miranda. Ela nos cedeu suas anotações, da época que trabalhava como professora municipal. Em uma certa ocasião, houve a necessidade da Secretaria Municipal fazer um levantamento histórico da educação na localidade e uma das fontes consultadas na época foram as informações do conhecido memorialista cururupuense Manuel Goulart (1924-2002), um homem leigo que tinha o hábito de registrar em textos avulsos a memória oral da sua localidade. Tivemos oportunidade de ter acesso aos registros do sr. Manuel Goulart e em um deles, mencionava alguns dados sobre Herculana, como a data de nascimento e morte, bem como o nome dos seus pais. Houve um outro professor, também da rede municipal que, quando indagamos a respeito dela, nos disse que era uma “portuguesa que chegou para educar os filhos da burguesia cururupense”. Mais uma vez, a memória oral reforça a sua origem estrangeira.

¹³¹ Livro de Registros do Arquivo Público do Estado do MA, 1843, n. 1847, registro 820.

¹³² Termo também referente a “adotivo”, isto é, designando aqueles estrangeiros que adotaram a cidadania brasileira. Contudo, a adoção da cidadania brasileira pelos portugueses em um contexto politicamente turbulento poderia assumir contornos bastante conflituosos.

outras atividades mercantis; cabe assinalar que nem todos os negociantes eram homens ricos, com títulos imperiais e com bons trânsitos políticos, como foi o caso do poderoso negociante e comendador Antônio José Meirelles, no Maranhão (CUTRIM, 2019). Nesse sentido, a posição ocupada pelo pai de Herculana, o senhor Francisco José Vieira de Sousa parece ser a de um modesto negociante que se inseria em dinâmicas financeiras e comerciais mais acanhadas, estando disposto a deslocamentos pelas vilas maranhenses, sobretudo aquelas em que havia a oportunidade de bons negócios. A baixa frequência do seu nome nos jornais também é um marcador a denunciar a sua posição social:

820	0820 – SOUZA, Francisco José Vieira de
	Natural de: Portugal
	Destino: Uru – 1º Distrito da Comarca de Guimarães (Província do Maranhão)
	Data: 08/05/1843
	Validade: 1 mês
	Dados complementares: 65 anos, cor morena, brasileiro adaptivo, negociante.

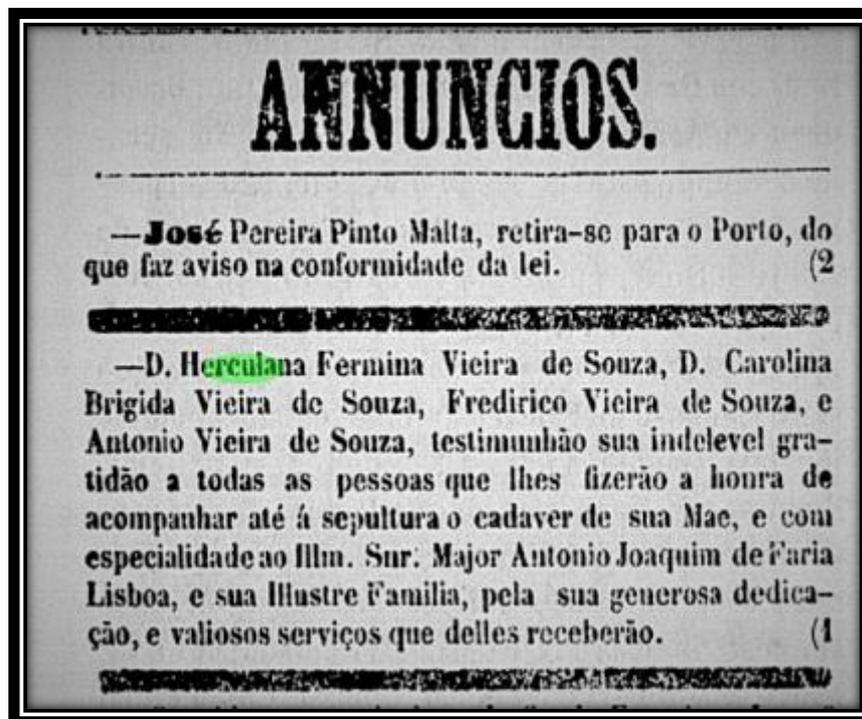
Passaporte de Francisco José Vieira de Sousa.

Apesar do nome do pai de Herculana ser relativamente comum, a partir desta fundamentada ilação, há uma forte possibilidade deste negociante português ser de fato o seu progenitor, e, sendo um “brasileiro adotivo”, se tratava, pois, de um estrangeiro adotado pela jovem pátria, evidenciando estar a algum tempo estabelecido no Brasil. Na província maranhense, a exemplo de muitas outras, a profissão de comerciante era dominada por portugueses, que ocupavam desde cargos menores como caixeiros viajantes até os grandes postos comerciais. Ser um brasileiro adotivo nos idos de 1843 não nos esclarece sobre o ano de sua chegada, mas possibilita cogitar que a família Vieira de Sousa já estivesse assentada na província maranhense há algum tempo. No entanto, as questões relacionadas a idade com a qual Herculana chegou no país ainda se encontram em aberto.

E sobre a sua mãe, a senhora Maria Joana de Sousa, o que podemos dizer a seu respeito? Quais informações conseguimos levantar em torno de seu nome? Após efetuarmos buscas na Hemeroteca Nacional, encontramos uma pequena nota do ano de 1856, publicada no jornal *Diário do Maranhão*¹³³ em que foi anunciado o seu falecimento. Na ocasião, além do

¹³³ *Diário do Maranhão*, 27 de novembro de 1855, ed. 357.

nome de Herculana, estão destacados também o nome de seus irmãos: Antônio, Frederico e Carolina Brígida.



Diário do Maranhão, 1856, ed. 357.

Dois detalhes chamam atenção na notícia; o primeiro, se trata do agradecimento feito ao major Antônio Joaquim de Faria Lisboa – poderoso fazendeiro e coronel cururupense, indicando que os familiares da mestra possuíam estreitas relações com a elite da localidade. É possível também que tenha sido Herculana a redatora da nota de falecimento – e o seu nome aparece em primeiro, o que reforça essa hipótese, além de ser este um expediente do qual ela já lançara mão através de anúncios oferecendo seus préstimos como professora particular e divulgando o seu livro, como examinaremos adiante. Escrever e publicar pequenos textos póstumos em formas de notas de agradecimentos públicos ou ofertando serviços através de modestos reclames também foram modos que as mulheres encontraram para participar, para além de leitoras e por vezes anonimamente, da imprensa oitocentista.

O segundo detalhe se refere a omissão do nome D. Joana na nota póstuma. Apenas os nomes de seus quatro filhos e do major que são destacados. Terá sido a sua mãe sepultada na vila de Cururupu, considerando que naquele ano de 1856, a mestra já estava residindo no local e trabalhando como professora primária? Por ora, não temos condições de responder ao questionamento, mas podemos pensar em outras circunstâncias e cenários. Este caso em

específico, de uma mãe que faleceu no Brasil reforça a ideia que a família imigrou em definitivo, possivelmente com toda a prole (pai, mãe e filhos) – o que era também relativamente comum na imigração açoriana; por vezes famílias inteiras e seus agregados rumavam juntos às novas terras, sendo poucos aqueles que regressavam (SILVA, 2009).

Outro dado que chama atenção, apontado ainda por Silva (2009), diz respeito ao significativo número de imigrantes saídos da Ilha Terceira rumo ao Maranhão. Entre 1832 a 1845, a pesquisadora identificou que, a partir do distrito de Angra do Heroísmo, foram emitidos para várias províncias brasileiras o número de 1256 passaportes de terceirenses (em um total de 932 homens e 326 mulheres); destes, 31 foram encontrar acolhida no território maranhense. Este número pode ser maior, pois não computa o movimento imigratório clandestino que ocorria com certa frequência dos Açores para o Brasil. Percebe-se também que a imigração açoriana era composta por um número quase três vezes maior de homens do que de mulheres. Nesse sentido, cruzando tais informações, um primeiro cenário que se desenha é que a família Vieira de Sousa chegou ao Maranhão por volta de alguns anos antes de 1840 (considerando que seu pai era um brasileiro adotivo em 1843) – sendo assim, este núcleo familiar pode ter aportado na província maranhense por volta da década de 1830, em um grupo composto por mãe, irmãos e encabeçado por seu pai, Francisco José Vieira de Sousa. Se seguirmos essa linha, é possível concluir que ela veio para o Brasil com idade que variava entre 15 a 25 anos, ou seja, já como uma jovem mulher adulta.

No entanto, um outro indício encontrado, que reporta ao turbulento ano de 1823, nos faz cogitar um outro cenário. No jornal *A Malagueta Maranhense* (1844, ed. 5), nos deparamos novamente com a menção a um homem português chamado Francisco José Vieira de Souza, mas em notícia que reproduzia uma publicação datada de 1823. O seu nome aparece integrando a “*Lista dos Lusos inimigos da Independência*”, evidenciando, com isto, o sentimento antilusitano que caracterizou, naquela década, os conflitos entre brasileiros e portugueses, sobretudo no que diz respeito à ocupação dos cargos e empregos na província. Ao retrocedermos da década de 1830 para a de 1820, e operando mais uma vez com a hipótese deste senhor lusitano ser o mesmo negociante que encontramos em um passaporte de 1843, abre-se uma outra frente de indagações a respeito da vinda da família Vieira de Sousa ao Maranhão. Teria sido o seu pai considerado um *inimigo da independência* em 1823, na província maranhense, por ser lusitano e por ter suas atividades consideradas suspeitas naquele ambiente politicamente cindido? Se os Vieira de Sousa já estavam no Maranhão durante a transição política, teria chegado Herculana ainda criança, com idade entre 7 e 8 anos ou imigrado alguns anos após o estabelecimento de seu pai nesta região? Enquanto as fontes

que podem responder a essas perguntas não forem encontradas, as especulações e hipóteses continuam.

Que Maranhão, aliás, qual São Luís encontrou Herculana e sua família na primeira metade do século XIX? Em 1813 sua população foi estimada em cerca de 30 mil habitantes (GAIOSO, 1970). A elite local, composta pelos portugueses que ocupavam os principais postos da administração pública, como ainda dominavam os estabelecimentos comerciais, enquanto que os seus descendentes, aqueles nascidos na colônia, considerados um grupo com menor prestígio social, mas que, do mesmo modo, usufruíam de posses, estabelecendo-se como fazendeiros distribuídos pelo interior e sertões. O restante da população estava constituída por homens e mulheres livres, mestiços pobres de origem indígena, africana, portuguesa e uma considerável população escravizada – isto é, um contingente populacional que não deixava de demarcar, com certa exemplaridade, o espelho do projeto colonial em seus últimos anos.

Em termos urbanos, em contraste com a maioria das casas mais simples feitas de barro e cobertas de palha, alguns casarões de pedra e cal se erguiam, muitos deles frutos de uma época favorável à lavoura e aos negócios dos comerciantes e fazendeiros (ABRANTES, 2012). “Prosperidade” que se iniciou ainda em 1775, com a instalação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, articulando a região ao comércio internacional de produtos agrícolas para exportação, como o algodão e o arroz. O desenvolvimento das atividades econômicas referentes à lavoura agroexportadora segue por quase todo o século XIX, contribuindo para um gradativo incremento urbano na cidade de São Luís. Esse maior dinamismo

possibilitou que muitas famílias enviassem seus filhos para estudarem na Europa, o que contribuiu para a introdução de novos costumes urbanos, bem como para a formação de uma plêiade de escritores, jornalistas, poetas e romancistas que destacaram São Luís no cenário nacional, recebendo o título de “Atenas Brasileira” (ABRANTES, 2012, p.14).

Em termos políticos, as primeiras décadas do século XIX foram bastante turbulentas, sobretudo pelos conflitos em torno da adesão do Maranhão à Independência em 1823, que opôs portugueses e “patriotas” na disputa pela governança local. Outro conflito sentido de modo bastante intenso na província, foi a Setembrada em 1831, um movimento antilusitano que teve como estopim a abdicação de D. Pedro I, gerando não só no Maranhão, mas um profundo clima de instabilidade política em outras províncias, de norte a sul. O período regencial (1831-1840) ficara marcado pela insurgência de revoltas populares e de conflitos no interior das elites, que, ao perceberem que poderiam perder o controle político e ver

ameaçadas as suas atividades econômicas, se rearranjavam em acordos e debelavam com violência as forças populares.

A Balaiada, ocorrida fora de São Luís (e que se deu mais fortemente nas vilas de Itapecuru e Caxias) entre os anos de 1838 a 1841, esboçava características de um conflito que inicialmente opunha liberais e conservadores, mas que em seu decorrer se revelou uma verdadeira “guerra racial” (LACROIX, 2012, p.113), vitimando parte da população mestiça e escrava, isto é, aqueles mais vulneráveis e afetados pela pobreza que grassava no interior da província. O imenso temor das elites do Maranhão frente ao agigantamento das insurreições populares promovidas pelos balaios fez com que estes sofressem a “intervenção maciça do governo central para ser finalmente subjugada” (ASSUNÇÃO, 1998, p.67). Mesmo tendo ocorrido relativamente longe, em termos geográficos, de São Luís, a Balaiada causou imenso impacto, sobretudo nas elites da capital, que, ao menor assombro de uma mudança nas relações de poder, trataram prontamente de amainar as diferenças e reforçarem os seus pactos de controle social, “contribuindo para uma maior coesão das elites em torno de seu projeto político de dominação” (ABRANTES, 2012, p.16).

Nesse contexto politicamente dividido, não foi pequeno o papel que a imprensa teve, atuando como um veículo de expressão das ideias dos grupos rivais, liberais e conservadores. A imprensa no Maranhão, fundada em 1821,¹³⁴ cumpria sua função de atender aos diferentes interesses políticos, em um cenário tão atravessado pelos partidos ligados a portugueses e brasileiros que, não raro, os donos das tipografias tomavam parte das contendas e se tornavam alvo de perseguição política, como a que ocorreu com o conhecido tipógrafo Belarmino de Mattos.¹³⁵ Mas também a imprensa não ficou restrita às querelas políticas e cumpria ainda outras funções, desempenhando o papel de expressar as aventuras literárias de seus “patrícios” bem como de anunciar serviços os mais diversos, comunicar notícias de outras províncias e países mais distantes quanto de registrar e organizar o cotidiano da cidade.

E será pela imprensa oficial que saberemos um pouco mais a respeito de Herculana Vieira, quando a mestra ainda residia na capital da província maranhense. Em 1849, ela surge pela primeira vez na documentação do Almanack do Maranhão,¹³⁶ situada no item *XIV – Instrução Pública – escolas particulares*, oferecendo, de sua residência, seus serviços de

¹³⁴ Ver Lopes (1959).

¹³⁵ Sobre este importante tipógrafo, considerado por muitos como o “Didot” maranhense, pois, de suas “mãos saíram impressos que mereceram reconhecimento em nível nacional e internacional e pelo seu envolvimento na defesa da sua categoria profissional, ao criar em 1857, a Associação Tipográfica Maranhense, com o objetivo de defender os impressores que sofriam, censuras e perseguições da sociedade “endinheirada” e política da época” (Castro & Santos, 2020, pp. 2-3).

¹³⁶ Almanack do Maranhão, 1849, p. 118.

professora primária em sua pequena escola voltada para meninas em São Luís.¹³⁷ A rua da Estrela, local inicial de suas aulas, configurava-se em um eixo aglutinador de comerciantes, professores e livreiros, integrando uma pequena, porém, pulsante urbe que abrigava atividades comerciais diversificadas. Abaixo segue o registro de suas aulas particulares de primeiras letras *dentro da capital*:

(118)		
Primeiras Letras.	D. Josepha Joaquina da Rocha Collin,	Travessa do Si- neiro 1.
“	D. Herculana Firmina Vieira de Sousa,	Rua da Estrella
“	D. Maria Emilia Tavares	Rua da Paz 1.
“	D. Maria Emilia Carmini	Rua do Sol 2.
AULAS PUBLICAS FORA DA CAPITAL,		

Almanack Administrativo, aulas particulares, 1849, p.118.

Percebe-se, portanto, que Herculana junto com as mestras Josepha Collin, Maria Emília Tavares e Maria Emília Carmini integravam os primeiros grupos de professoras particulares da capital. Organizadas de acordo com a Lei de 1827, disciplinadas pela Inspeção da Instrução Pública provincial e ofertando suas aulas para o sexo feminino no contexto de um ainda incipiente, mas significativo mercado da instrução primária, vimos na parte anterior deste estudo, que essas mulheres – a maioria delas estrangeiras – buscavam uma colocação profissional oferecendo os seus serviços para as famílias interessadas em educar as suas filhas e direcioná-las para “bons” casamentos. O investimento familiar e privado na educação do sexo feminino possuía tanto o viés de retirar as meninas da total *ignorância* quanto aumentar-lhes as possibilidades de contraírem um matrimônio socialmente mais vantajoso ao tornarem-se esposas e mães devidamente instruídas para cumprirem tais funções e finalidades domésticas, mediadas pela aquisição de práticas de leitura, escrita, contagens simples, bordados e costuras – e, a depender do interesse e dos recursos das famílias,

¹³⁷ Atualmente a Rua da Estrela integra o conjunto arquitetônico que foi reconhecido pela UNESCO em 1997 como Patrimônio Cultural da Humanidade.

poderiam acrescentar também um pouco do aprendizado do francês, da dança, do desenho, do canto e do piano (ABRANTES, 2014).

Assim, concomitante aos propósitos privados, educar meninas também passou a ser uma das preocupações da política imperial, que almejava, por meio da difusão da escola elementar para ambos os sexos, expandir por *todas* as classes os preceitos relacionados tanto à ordem quanto à obediência às instituições civis e religiosas do Império, considerados pela então política oitocentista, como fatores de progresso indispensáveis para uma nação que se queria *civilizada* (MATTOS, 2004).



Fig (5). Rua da Estrela, 1908, por Gaudêncio Cunha¹³⁸ (RAMOS, CUNHA, 2008).

No referido Almanaque daquele ano de 1849, é possível ainda constatar que a oferta para a educação do sexo feminino estava concentrada na capital São Luís; no entanto, o único

¹³⁸ Gaudencio Cunha (?-1920) fotografou logradouros de São Luís e reuniu as imagens no *Álbum do Maranhão*, publicado em 1908. Apesar do decurso temporal entre o ano da imagem – 1908 e o ano em que Herculana residiu e trabalhou na rua da Estrela, 1849, consideramos pertinente trazer imagens e espaços da logradouro. Gaudencio Cunha e seu *Álbum* foram analisados por Silva Filho (2008). Cabe ressaltar que as imagens tanto da Rua da Estrela quanto da Rua da Palma foram retiradas do livro *1908-2008, São Luís, a cidade no tempo* (2008), do fotógrafo Alani Ramos (RAMOS & CUNHA, 2008).

colégio que aparece no impresso é o de Nossa Senhora da Glória, dirigido pela espanhola D. Martinha de Abranches. No mais, são registradas as aulas públicas das professoras primárias D. Henriqueta Cândida Ferreira (Freguesia da Vitória) e D. Esther Leopoldina Pinheiro (Freguesia da Conceição), acrescidas das aulas particulares das quatro mestras já citadas acima. Se apenas quatro mulheres professoras ofertavam aulas particulares de primeiras letras para as meninas, o mesmo não se pode dizer em relação aos serviços da instrução voltados ao público masculino: exatamente dez professores anunciavam os seus préstimos aos meninos, perfazendo um pouco mais do que o dobro da presença de mestras no cenário da instrução particular em São Luís. Segue abaixo duas tabelas comparativas do ano de 1849:

OFERTA DE AULAS PARTICULARES PARA MENINOS/ 1849:

Disciplinas	Professor	Endereço
Primeiras Letras e Francês	José Ventura Lopes	Não consta
Primeiras Letras e Francês	Manoel Ferreira Freire	R. da Paz, 4
Primeiras Letras e Francês	Sergio Antonio Vieira	R. das Violas, 34
Primeiras Letras	Eusébio C. de Barros	R. de São João, 28
Idem	José A. Rodrigues	R. de Santa Anna, s/n
Idem	José A. de Sousa	R. de São Pantaleão, s/n
Idem	Manoel Candido Barbosa	R. das Violas, 33
Idem	João N. de Moraes Rego	R. das Violas, 26
Idem	Raimundo J. Cezar	Travessa do Pontal, 21
Idem	Sebastião P. Nolasco	R. Direita, s/n

Fonte: Tabela (9) feita a partir das informações do Almanaque de 1849.

OFERTA DE AULAS PARTICULARES PARA MENINAS/ 1849:

Disciplinas	Professora	Endereço
Primeiras Letras	D. Joaquina J. da R. Colin	Travessa do Sineiro, 1
idem	D. Herculana Firmina Vieira de Sousa	R. da Estrella, s/n.
idem	D. Maria Emília Tavares	R. da Paz, 1
idem	D. Maria Emilia Carmini	R. do Sol, 2

Fonte: Tabela (10) feita a partir das informações do Almanaque de 1849.

Convém ressaltar que, além do colégio de Nossa Senhora da Glória, o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios também era uma das poucas instituições direcionadas à educação de meninas – e no registro da mestra de primeiras letras, constava no Almanaque o nome de D. Anna Joaquina Ramos Villar como professora primária da instituição. Dito isto, fora de São Luís, ainda em 1849, as outras comarcas que contavam com a oferta de instrução primária para o sexo feminino eram as de Alcântara (com D. Anna Joaquina de Seixas Correa e D. Theodolina Maria Alves de Mello), Viana (com D. Anna Clara Pereira e D. Francisca Evarista Maciel), Itapecuru (com D. Carolina Maria Ribeiro e D. Josephina Amália de Moraes Silveira), Brejo (com D. Rosa Maria de Castro) e Caxias (com D. Guilhermina Rosa Alcouvia).

Conforme atestamos por meio das tabelas acima, no aludido impresso avultava uma imensa diferença no registro dos professores e instituições voltados para a educação do sexo masculino, que contava numericamente com mais aulas e colégios públicos e particulares para além da comarca da capital; talvez um dos maiores símbolos intelectuais da hierarquia de gênero que subalternizava meninas, residisse na existência de um Liceu, fundado para oferecer instrução secundária científica e de qualidade aos seus jovens patrícios, com direito a aulas ministradas pelos lentes mais destacados nos meios intelectuais maranhenses. Até 1890 não se verificou a presença de matrículas femininas nesse prestigiado espaço, portanto, o mais distinto capital cultural da época não poderia ser cultivado pelas jovens, o que não deixava de ser um reflexo da política da instrução do Império, fundamentada na desigualdade entre os sexos; deste modo, a política imperial traduzida em ações do Estado, “proporcionou oportunidades diferenciadas para meninos e meninas” (JINZENJI, 2012, p.371).

Após a referência do Almanaque, encontramos uma segunda menção à Herculana na imprensa por meio de um anúncio das aulas particulares, datado do ano de 1852, mas desta vez divulgadas a partir de outro endereço: na rua da Palma, número 23. E, novamente, a rua escolhida pela mestra, para residir e trabalhar, estava localizada na Freguesia de Nossa Senhora da Vitória e era um local estratégico do ponto de vista da circulação de transeuntes como pelo estabelecimento de pequenos comércios, tornando esta rua um espaço central de trocas comerciais, financeiras, bem como de oferta de serviços.

Através dos anúncios veiculados nos anos de 1850 a 1852, a rua da Palma abrigava escritórios de representação comercial¹³⁹ e de advocacia,¹⁴⁰ escolas,¹⁴¹ consultórios

¹³⁹ Publicador Maranhense, 1851, ed. 1174.

¹⁴⁰ Publicador Maranhense, 1850, ed. 1041.

¹⁴¹ Anúncio da abertura do colégio de d. Emília Branco (Publicador Maranhense, 1851, ed. 1096).

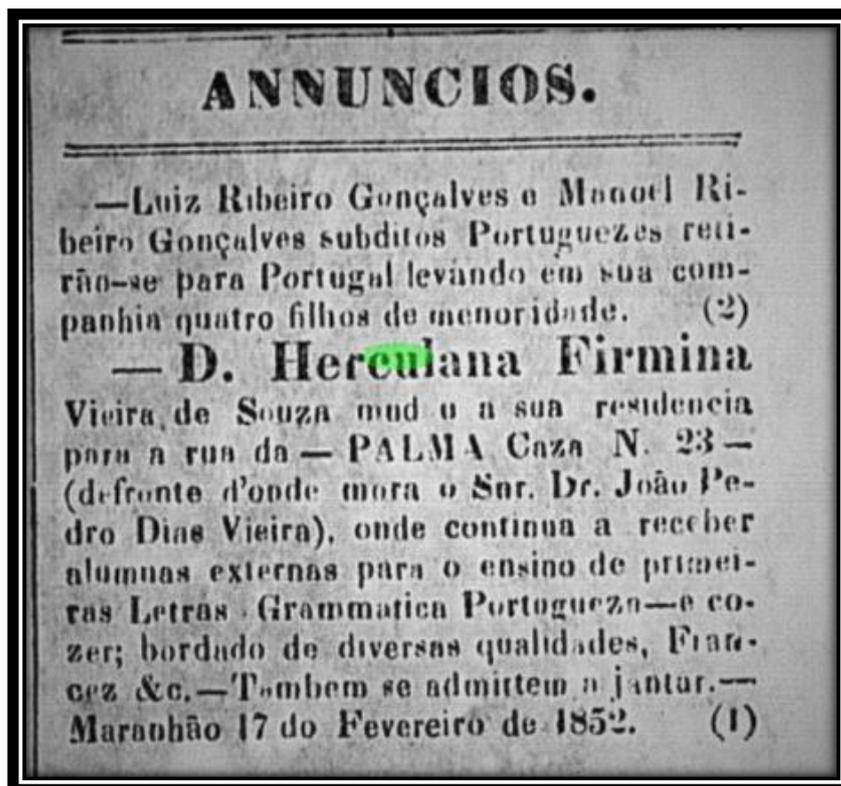
médicos,¹⁴² tipografias,¹⁴³ entre outras atividades e estabelecimentos que nos permitem imaginar a intensa agitação popular que ocorria neste logradouro. Nesse sentido, os anúncios jornalísticos, como fontes e objetos históricos, possuem uma centralidade para a História da Educação, na medida em que remetem “a circulação da vida diária, revelando-se como parte integrante da vida social” (ARAÚJO & SENA, 2017, p.95) – e a oferta da instrução emergia nos impressos como mais um serviço, dentre os muitos anunciados nesses espaços. Gilberto Freyre (1979, p.7) foi além e afirmou: “mais do que nos livros de história e nos romances, a história do Brasil do século XIX está nos anúncios dos jornais”. A imprensa, através da publicidade, cumpria um importante papel de disseminar informações acerca das atividades do magistério, contribuindo, com isto, para a construção de um panorama pedagógico que abarcava desde aspectos relacionados ao universo social daqueles e daquelas inseridas no campo da instrução, como permitia pensar mediações a respeito da formação da categoria docente nos oitocentos. Com efeito, tais reclames

são constituídos por diversos gêneros discursivos, a exemplo dos anúncios, que tinham como função avisar ao público acerca do cotidiano do professor. Nestes, foram verificados vestígios de como se configurava a sua profissão, por intermédio da venda de livros, aviso da mudança do local de aula e aviso que deixou de ser professor particular, para ser professor público (ARAÚJO; SENA, 2017, p.101).

E assim, no esteio da importância estratégica que os periódicos ocupavam na vida oitocentista, *Herculana* se divulgava, tornando-se ao mesmo tempo, um “produto” – a professora particular que vendia um “serviço” – o ensino de primeiras letras para as famílias interessadas na educação de suas filhas:

¹⁴² O Farol, 1851, ed. 35-36.

¹⁴³ Notícia de funcionamento de tipografia (O Observador, 1852, ed. 203).



Publicador Maranhense, 1852, ed.1223.

Para veicular o seu anúncio, Herculana escolheu o jornal *Publicador Maranhense*, que trazia o subtítulo de *Folha política, literária e comercial*. Fundado em 1842 por Ignácio José Ferreira, o impresso teve como redator o jornalista João Francisco Lisboa, que atuou à frente do periódico por 13 anos, entre 1842 a 1855, buscando se afastar das querelas dominantes dos partidos políticos e imprimindo à sua linha editorial¹⁴⁴ um caráter supostamente “neuro” ao impresso; outro destaque deste jornal, é que pretendia imitar “o modelo dos órgãos que se editavam na corte e nos grandes centros do país” (JORGE, 2008, p.169).

Deste modo, prometendo se diferenciar dos demais concorrentes que estavam ligados de algum modo ou de outro aos partidos locais, o *Publicador Maranhense* privilegiava notícias nacionais e internacionais, comerciais e políticas, assim como reportaria os atos oficiais de governo, se configurando também em um veículo instrutivo e recreativo por meio da publicação de crônicas e folhetins. Em seu tempo de atuação (1842-1886), o impresso se popularizou, dentre outros aspectos, por capitalizar diversos anúncios, dentre os quais se destacava a oferta de serviços no ramo da instrução. Ao se vender como um órgão de imprensa independente e “neuro”, se tornou de pronto um espaço almejado pelos professores e professoras que desejassem arregimentar alunos e alunas das mais diversas famílias (e

¹⁴⁴ Sobre isto, ver Jorge (2008).

matizes políticas) e que pudessem custear as mensalidades escolares de seus filhos. Portanto, a escolha de Herculana em se anunciar neste jornal seguiu uma lógica que era ao mesmo tempo, comercial e política:

- *D. Herculana Firmina Vieira de Souza mudou a sua residência para a rua da PALMA Caza N.23 – (defronte d’onde mora o Snr. Dr. João Pedro Dias Vieira), onde continua a receber alumnas externas para o ensino de Primeiras Letras, Gramática Portuguesa - e cozer; bordados de diversas qualidades, Francez & c. – Também se admitem a jantar – Maranhão, 17 de Fevereiro de 1852.*

Ela ainda utiliza um texto sucinto e objetivo, provavelmente em função do que o seu modesto orçamento poderia custear. E quantos réis seriam necessários despendere para que um anúncio como este fosse publicado? Se a professora fosse assinante do jornal, não seria necessário desembolsar nenhum valor. A assinatura anual, fixada em torno de 12 mil réis, dava direito ao assinante publicar textos na seção de anúncios e avisos, desde que não ultrapassassem 30 linhas. Por outro lado, os não-assinantes pagariam 40 réis por cada linha de um anúncio (JORGE, 2008). Não sabemos se Herculana era assinante do jornal, mas podemos concluir que, pela tipologia textual do reclame, o valor aplicado por ela havia sido relativamente módico, ao passo que as informações divulgadas são extremamente enxutas e objetivas e ocupavam 10 curtas linhas, totalizando um custo total de 400 réis; pela baixa incidência dos seus anúncios,¹⁴⁵ acreditamos que Herculana não fosse assinante do periódico, ao menos não pelos idos da década de 1850.

Conforme afirmamos, a baixa ocorrência de registros e anúncios que encontramos nos impressos maranhenses (apenas dois – um, presente no *Almanack do Maranhão* em 1849 e outro, em 1852, no *Publicador Maranhense*), nos fazem buscar outra hipótese, para além dos custos de um anúncio e podem dar indícios de que a professora não tinha o hábito de se divulgar nos impressos, talvez possuindo uma clientela que se constituiu ao longo dos anos e que se fortaleceu através de recomendações orais, devido ao seu prestígio como educadora, sem a necessidade de recorrer a propagandas constantes na imprensa local.

E o que mais a mestra comunicava em seu anúncio subscrito no *Publicador Maranhense*? Além de informar aos interessados acerca da sua mudança de endereço agora situado na Rua da Palma (local descrito no reclame em caixa-alta), o que poderia ser um indício de ampliação do seu estabelecimento, considerando que, em alguns casos, o êxito de matrículas fazia com as diretoras buscassem casarões e sobrados mais espaçosos e ventilados para acomodar as suas alunas, ela ainda escolhera uma data de publicação bastante

¹⁴⁵ Encontramos apenas um anúncio de Herculana ofertando seus serviços como professora no *Publicador Maranhense*, no ano de 1852.

significativa – o mês de fevereiro - que coincidia com o mês seguinte ao começo dos trabalhos escolares (janeiro marcava o início do ano letivo, com a abertura das aulas públicas e particulares).

Outro destaque do reclame fica por conta da descrição das disciplinas ministradas, no contexto de um currículo *gêndrado* que incluía, além das primeiras letras, o aprendizado das prendas domésticas, consideradas essenciais para a boa formação de uma jovem cujo destino seria o desempenho eficaz de suas atividades no espaço doméstico. Ao descrever as matérias lecionadas, Herculana demonstrava cumprir com que era preconizado pela Lei de 1827 para o ensino primário voltado ao sexo feminino. Apesar da professora não especificar que ensinaria aritmética e doutrina cristã, estava pressuposto que estas integrariam às Primeiras Letras descritas em seu anúncio. Com isto, a mestra escolhera enfatizar o ensino da Gramática Portuguesa, assim como da costura e dos bordados; o diferencial curricular ficaria por conta do ensino de rudimentos de uma língua estrangeira – no caso, o almejado francês – que poderia acrescentar alguma distinção e refinamento ao limitado capital cultural oferecido às meninas pela instrução elementar.

Ao dominar a língua gálica a ponto de lecioná-la, podemos aventar que Herculana demonstrava ser uma mulher que cultivava as letras, o que também pode ter lhe aberto as portas para leituras de obras literárias e científicas produzidas no aludido idioma, que não raramente, circulavam pela capital da província (CARVALHO, 2021). E aqui chamamos atenção também para a forma como o ensino do francês foi descrito pela mestra, incluindo a abreviatura “&c.”, a qual tradicionalmente remete a “companhia” ou até mesmo a “etc”. Acreditamos que o emprego de ambos os termos poderia abrigar o ensino de etiqueta e boas maneiras, também considerados saberes essenciais, sobretudo, para as moças de famílias mais abastadas que poderiam colocar em prática as noções de civilidade aprendidas em ocasiões sociais como almoços, jantares, celebrações, missas e espetáculos teatrais. Como mulher nascida na Europa, Herculana ocupava um lugar privilegiado para ensinar às jovens provincianas os costumes polidos e comportamentos considerados requintados e desejáveis pela *boa sociedade*.

E uma outra palavra descrita no anúncio e que nos chama atenção - “continuar”, que nos fornece a compreensão da qual ela não deixou de atuar como professora desde outrora (1849), recebendo alunas em sua residência - haja vista que almejava comunicar apenas que estava agora em novo endereço. A informação que aceitava alunas para jantar, embora a sua clientela fosse composta por educandas externas, isto é, que não residiam no estabelecimento escolar, também nos fornece indícios de outras atividades desenvolvidas no interior das suas

aulas, bem como acena para a construção dos espaços e tempos escolares. Era provável que algumas alunas permanecessem no estabelecimento durante os turnos matutino e vespertino. Para estas meninas, havia a necessidade de se alimentarem no colégio; o serviço oferecido à parte no anúncio, da oferta de refeições, que certamente incidia no aumento das mensalidades, era provavelmente realizado por alguma escrava ou criada, de acordo com o costume da época.

Estes registros e anúncios que testemunharam a atuação docente de Herculana no início da segunda metade do XIX, nos permitem vislumbrar também a faixa etária da mestra; em 1849, quando suas aulas na rua da Estrela foram registradas no Almanack, ela contava com 34 ou 35 anos; no anúncio, já na rua da Palma, divulgado no Publicador Maranhense em 1852, ela estava com 37 ou 38 anos. De acordo com a legislação vigente, o magistério só poderia ser exercido pela mulher que contasse com a idade a partir dos 25 anos. Deste modo, emerge a questão: com que idade Herculana começara, de fato, a atuar na instrução particular? E, sobre este ponto, nos parece bastante razoável cogitar que ela já atuasse antes mesmo de 1849, como professora particular recebendo alunas em sua residência ou lecionando nas casas das meninas. Talvez outras pesquisas consigam dar conta dessa resposta ou talvez nunca saibamos de fato o ano de seu ingresso no magistério. Por ora, o que podemos afirmar é que, comumente, mulheres com mais de 30 anos, isto é, com experiência laboral acumulada, abriam as suas aulas a partir das suas residências, se configurando em diretoras de estabelecimentos educativos mais modestos. Era desejável que a direção de um colégio ou recolhimento estivesse nas mãos de uma professora mais experiente, considerada confiável por serviços prestados outrora e que gozasse socialmente de boa reputação na localidade – e Herculana, já em 1849, parecia prontamente atender a todos os requisitos aludidos, sendo, portanto, uma das principais mestras atuantes na agitada Freguesia de Nossa Senhora da Vitória.

Em relação aos endereços que sabemos que a professora atuou, a ausência da numeração da casa na rua da Estrela dificultou vislumbrar se se tratava de casa térrea, sobrado ou casarão – modelos de moradia e trabalho, feitos em cal, pedras e adornados por azulejos portugueses que moldavam a arquitetura existente naquele logradouro, assim como em boa parte de toda a extensão da referida freguesia:

o conjunto de arquitetura civil se destaca na paisagem de São Luís, com seus solares, sobrados – no Brasil a palavra sobrado designa o prédio com mais de um pavimento – de dois, três e alguns até de quatro pavimentos, somados às habitações térreas do tipo morada-inteira, meia-morada, morada-e-meia,³⁴ de morada e porta-e-janela, com seus mirantes, quintais, telhados e muitas fachadas revestidas de antigos azulejos portugueses (FIGUEIREDO, VARUM, COSTA, 2012, p.48).

Dito isto, foi apenas na rua da Palma que obtivemos um endereço exato, com o nome da rua e o número da casa da aula/residência de Herculana. A partir destas informações foi possível vislumbrar, em pesquisa nos periódicos oitocentistas abrigados na Hemeroteca Nacional, algumas características da casa número 23, localizadas em um anúncio¹⁴⁶ veiculado pelo Publicador Maranhense, em 1865. Antes do estabelecimento da aula da professora, o espaço abrigava uma quitanda¹⁴⁷ de venda de gêneros alimentícios, constando a informação que se tratava de uma casa de sobrado.

Casas com essas características, geralmente propriedades de comerciantes, eram compostas de dois ou mais andares; o primeiro andar era voltado para o abrigo de alguma atividade comercial, ao passo que os outros andares costumavam ser destinados à moradia familiar e à dos funcionários da casa; este tipo de organização espacial foi escrutinada na obra *O Mulato*, de Aluísio de Azevedo, ao descrever as divisões tanto laborais quanto domésticas, no interior do casarão da família do comerciante português Manuel Pescada.

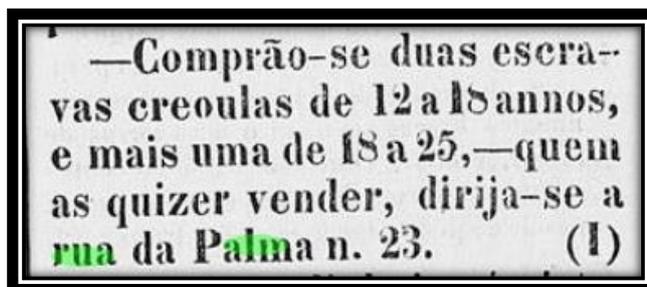


Fig (6). Rua da Palma, 1908, por Gaudêncio Cunha (RAMOS;CUNHA, 2008).

¹⁴⁶Publicador Maranhense, 1865, ed. 63.

¹⁴⁷ No Almanack de 1848 (ed.2), é possível identificar o estabelecimento comercial que funcionava no aludido endereço.

E, seguindo os rastros das informações da casa 23 da rua da Palma, foi possível deduzir que a família de Herculana se configurava também em proprietária de escravas. Explicamos. Encontramos um anúncio anônimo na seção “Compras” do *Publicador Maranhense*, datado de dezembro de 1851, no mesmo endereço em que nos meses seguintes funcionaria a aula particular da professora. Portanto, são fortes os indícios que Herculana, provavelmente lançando mão de economias feitas em anos anteriores com a atividade docente, “necessitasse” obter jovens escravas para cumprirem as funções domésticas enquanto ela administrava o seu estabelecimento e lecionava a sua aula. O anúncio, sendo feito nos meses anteriores à abertura da aula da mestra pode dar indícios da necessidade de obtenção das cativas no período anterior ao início do ano letivo. Segue abaixo o breve reclame feito em periódico local:



Publicador Maranhense, dezembro de 1851, ed. 1200.

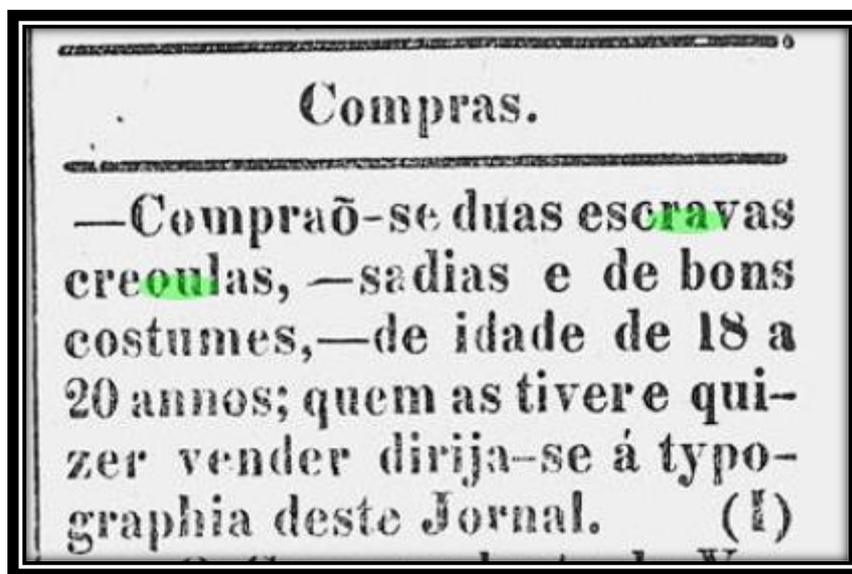
Conforme descrito anteriormente, comprar escravas ou alugá-las para terceiros foram práticas levadas a termo por outras professoras maranhenses, como d. Emília Branco e d. Martinha de Abranches. O trabalho de higienização e limpeza de uma aula/escola envolvia tarefas (sendo manuais, eram consideradas inferiores, como buscar água em chafarizes e poços, mas também exigia o trabalho com alimentação e o penoso e complexo cuidado com as roupas) que as professoras, a depender de sua situação financeira e posição social, arregimentavam a mão de obra escrava para o pleno desempenho destas funções. Afinal, como bem observa Ribeiro (2019), não seria aceitável que uma mestra de meninas atravessasse a cidade carregando baldes d’água na cabeça; portanto, boa parte do trabalho manual e doméstico acabava sendo exercido por mulheres escravizadas e pelas criadas.

Para Gilberto Freyre, na obra *O escravo nos anúncios dos jornais do século XIX* (1979), este era um tipo de publicidade corriqueira dos impressos oitocentistas e demonstrava um imenso potencial analítico justamente por destacar um dos “aspectos mais íntimos da ordem social brasileira” (FREYRE, 1979, p.12) e por se constituir em fontes documentais

essenciais para a pesquisa da história da escravidão no país, sobretudo nas capitais em que predominavam órgãos de imprensa e população escrava dominante. A São Luís oitocentista, portanto, preenchia estes dois requisitos apontados por Freyre. Dito isto, observamos que na capital, em 1841, de todo o contingente populacional – 51,6% era escravo (COSTA, 2018).

Contudo, a partir de 1850 (com a extinção do tráfico negreiro internacional a partir da Lei Eusébio de Queirós) até os anos de 1870, há um significativo decréscimo da população escrava, em virtude, dentre outros fatores, da venda de parte da população cativa para o sul, através do tráfico interprovincial (FARIA, 2012). E, mesmo com a diminuição do número de escravizados a partir da década de 1850, o contingente cativo continuava a avultar na província; assim, os anúncios relacionados à compra, venda e fugas eram divulgados com bastante frequência na imprensa local, ocupando um espaço significativo nos jornais e periódicos maranhenses.

Na busca por mais rastros a respeito da possível compra de escravas pela família de Herculana, um outro anúncio foi encontrado também no *Publicador Maranhense* – oito edições antes (edição 1192), em novembro – na mesma seção “Compras” e com conteúdo e redação bastante semelhantes àquele divulgado (edição 1200) em dezembro a partir da Rua da Palma, número 23. Segue o reclame:



Publicador Maranhense, novembro de 1851, ed. 1192.

Ao analisarmos os dois anúncios feitos tanto a partir do endereço em que Herculana começara a residir, quanto do endereço da tipografia do jornal *Publicador Maranhense*, não restam dúvidas de que se tratava do (a) mesmo (a) anunciante – a única diferença deles é o

local onde será feita a negociação e o acréscimo de mais uma jovem escrava na transação comercial, conforme consta no anúncio de dezembro de 1851. Os critérios adotados para a compra de mão de obra escrava estavam bastante explícitos e eram baseados no sexo, na faixa etária e na nacionalidade/qualidade; as três cativas deveriam ser jovens, pertencerem ao sexo feminino, com idades variando entre 12 a 25 anos; buscava-se as “creoulas sadias e de bons costumes” isto é, aquelas nascidas no Brasil e, que, portanto estavam afeitas à língua, aos costumes locais e inseridas geracionalmente na socialização escrava.

Nos meios urbanos, era notória a preferência por “escravos de tipo físico e de características culturais mais semelhantes aos da população culturalmente dominante. Pelo menos quando eram escravos destinados ao serviço doméstico” (FREYRE, 1979, p.50-51). Endossando essa informação, ao se referir à realidade maranhense, Costa (2008, p.254) afirmava que “(...) na cidade, havia escravos que se dedicavam estritamente a ocupações domésticas, porém, a maior parte dos cativos desempenhou suas atividades nas ruas do núcleo urbano”. Ainda que homens escravizados também desempenhassem determinadas funções no interior das residências, a feição cativa assumida pelo trabalho doméstico nas casas de família, foi, em boa parte, feminina – em que elas atuavam como mucamas, cozinheiras, costureiras, lavadeiras, engomadeiras, amas de leite e criadas (PEREIRA, 2016).

Podemos perceber no anúncio que não foi exigida nenhuma habilidade específica por parte das cativas (como cozinhar, engomar ou costurar); os reclames apenas informavam que elas executariam o serviço doméstico comum, nas quais as atividades descritas acima seriam indispensáveis. Em virtude disto, podemos considerar que a não-exigência por escravas mais habilidosas provavelmente implicaria em jovens negociadas a preços menores, o que incidia diretamente na possibilidade de indivíduos e pequenas famílias lançarem mão de seus comedidos recursos para se tornarem senhores e senhoras de pessoas escravizadas (FREYRE, 1979). E os preços relacionados à mercantilização da vida humana não eram nada módicos. Conforme os habituais anúncios de venda de cativos, publicados no início da década de 1850 em jornais maranhenses, os valores médios para a aquisição de uma jovem escrava crioula, poderiam girar em torno de 500\$000 réis a 550\$000 réis¹⁴⁸. E em se tratando daquele anúncio de dezembro de 1851, divulgado a partir do endereço de Herculana, o perfil exigido se coaduna perfeitamente com aquele grupo de mulheres escravas que atuavam em funções consideradas secundárias e inferiores, nas escolas particulares do sexo feminino; basta

¹⁴⁸ Publicador Maranhense, 1853, ed. 1429 e Publicador Maranhense, 1854, ed. 1594.

lembrar que no Recolhimento de Nossa Senhora de Anunciação e Remédios, sujeitos escravizados faziam parte do cotidiano da instituição.

O caráter dos anúncios, supostamente veiculados pela mestra e/ou seus familiares, além de revelar hierarquias sociais e raciais, faz emergir a forte hipótese de haver o direcionamento dessas jovens cativas para o trabalho no interior do pequeno colégio e para dar cabo dos afazeres domésticos de seu meio familiar, apontando ainda o quanto Herculana se encontrava dentro dos arranjos e tessituras sociais de seu tempo. Ademais, também acena para mais uma faceta da escravidão aos moldes urbanos, deixava claro que a circulação das escravas no espaço escolar tinha por propósito a servidão das mesmas; elas não poderiam ocupar aquele espaço como educandas.¹⁴⁹ Não estavam ali para serem alunas e sim, criadas – se constituíam, portanto, em um bem que poderia ser disposto conforme os interesses de seus proprietários e proprietárias. E no contexto das desiguais relações de trabalho e de poder vivenciadas entre mulheres brancas e negras, não se pode deixar de vislumbrar que

[...] a intensificação das saídas das mulheres de classes médias e altas do espaço doméstico para as atividades da esfera pública, diante de conquistas de direitos sociais, sobretudo no que tange a acessos à educação, é sustentada por mulheres pobres na condição de cuidadoras – escravas e depois empregadas domésticas, sem remuneração ou precariamente remuneradas – às quais idênticos direitos são negados. Isso sem dúvida abre conflitos, só equacionados ao longo do século XX no campo dos direitos sociais (COSTA, 2007 *apud* ALVARENGA, 2018, p.74).

Além disto, também especulamos que os objetivos da família de Herculana em adquirir jovens cativas, abrangia, deste modo, a possibilidade de mercantilizá-las para terceiros como escravas de ganho ou de aluguel – tipo de negócio realizado com bastante frequência em outras regiões da província, também por outras mulheres professoras, como o fez a mestra Anna Rosa Termacsics, no Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, buscando com isto, incrementar os seus rendimentos e assim custear a sua sobrevivência (RIBEIRO, 2019). São episódios que estão na esteira das “verdades desagradáveis sobre as quais vale a pena refletir” (GINZBURG, 2007, p.14); isto é, são aspectos pouco notados que emergem a partir da aplicação do olhar analítico e metodológico produzido pela micro-história e que pode sugerir e/ou revelar, no tocante à questão do gênero e do trabalho no universo das relações sociais oitocentistas, questões que merecem ser aprofundadas e problematizadas.

¹⁴⁹ Vale destacar que, se alguns escravizados eram absorvidos para trabalharem em alguma instituição escolar, por outro lado, tal fato existiu em paralelo à ocorrência de alguns grupos de alunos e alunas negras que frequentaram os bancos escolares ao longo dos oitocentos. A questão aqui está fundamentalmente mais ligada às condições jurídicas destes indivíduos, pautadas em livres e não-livres; somado a isto, o dezanove também testemunhou outras práticas educativas dos escravos e libertos (CRUZ, 2008).

A dinâmica atuante aqui, seja na absorção da mulher escrava para o trabalho doméstico ou para negócios de aluguel, girava em torno tanto da exploração da força de trabalho alheia quanto do arrendamento de algum lucro capaz de incrementar o sustento e a sobrevivência daqueles e daquelas que detinham pessoas escravizadas integrando o seu patrimônio. E, não raro, os empregavam em seus pequenos negócios e comércios, caso os possuíssem. Sob essa ótica, o colégio, seja ele feminino ou masculino, era um estabelecimento comercial que não fugia à regra oitocentista de arremeter escravos e escravas em suas atividades, como a exemplo do colégio de Nossa Senhora da Glória, da diretora Martinha de Abranches. Dentro das contradições de uma sociedade também fundada na hierarquia racial, em determinados contextos, a escravidão se *encontrava* com a instrução sem que isso fosse algo que destoasse daquele cenário social. Muito pelo contrário.

Diante deste quadro, sobretudo nas décadas de 1840 a 1870, época de maior promoção de estabelecimentos particulares na capital São Luís, é possível aventar que a manutenção diária de uma aula, colégio ou recolhimento, dependesse, fundamentalmente, da exploração de mulheres cativas, alugadas ou compradas. Eis um fato talvez ainda pouco documentado e analisado pela história da educação brasileira (BARROS, 2016) – no entanto, cabe ressaltar que, no contexto oitocentista maranhense, é bastante apressado afirmar que todas as professoras particulares possuíam escravas – considerando que fazer uma afirmação deste porte implica em mergulhar na documentação patrimonial de todas as mulheres (e suas famílias), as quais exerceram a docência durante a vigência da escravidão ao longo do dezenove. Isto posto, cabe assinalar que, ao colocarmos em evidência a problemática envolta no binômio *magistério e escravidão*, tratamos de alguns casos individuais de docentes proprietárias de escravas, mas que se mostraram tão sintomáticos quanto significativos das complexas relações sociais de trabalho nos oitocentos.

Se, para uma professora particular, exercer o seu ofício passava por lançar mão do trabalho compulsório das cativas, de modo que lhe possibilitasse se desocupar das funções domésticas para se dedicar integralmente às suas atividades profissionais, a realidade é que tal fato não deve ser analisado de modo isolado, como se fosse uma exceção e não a regra daquela sociedade essencialmente assentada na mão de obra escrava. O trabalho manual era considerado degradante e uma professora deveria mostrar uma postura mais afinada com um *habitus* voltado para o cultivo das letras, do refinamento e das boas maneiras. Na São Luís oitocentista, possuir escravos e escravas, ainda que em uma pequena quantidade, era tido como um traço de distinção social (SILVA, 2014) – e muito provavelmente, seja por necessidade ou por status, não foram poucas as docentes que tomaram parte deste

incontornável expediente, sobretudo no início da segunda metade do século XIX – época que estava apenas presenciando o início das graduais leis abolicionistas.

E a dedicação que Herculana devotou ao exercício do magistério lhe rendeu frutos, devidamente apropriados para a manutenção de sua sobrevivência e construção pública da sua imagem, a partir do reconhecimento social obtido pelas famílias que atendera, como veremos adiante. Assim como outras mestras oitocentistas, ela construiu uma carreira profissional assentada nas práticas de autodidatismo – condição praticamente intrínseca aos primeiros grupos de mulheres professoras primárias que surgiram após a Lei de 1827. Sobre isto, ao analisar esses cenários iniciais de formação do magistério no Brasil, Jinzenji (2019, p.104) pontua que:

(...) as primeiras professoras desenvolviam suas práticas com base em saberes oriundos da autoeducação, na educação familiar, na instrução recebida pelos/as tutores/as particulares, e mesmo na leitura de manuais e outras obras de cunho pedagógico ou não.

Ainda que a necessidade da formação pedagógica feminina fosse assunto debatido pelos intelectuais,¹⁵⁰ a Escola Normal maranhense, embora existisse de modo inconstante desde 1838, não registrava a presença de mulheres em seus bancos escolares, e, apenas em 1890 é que as matrículas das jovens normalistas serão admitidas.¹⁵¹ Portanto, ao longo do século, com exceção das últimas décadas, estamos nos reportando a um cenário formativo marcado pelo isolamento, precariedade e individualidade, que dependia fundamentalmente das condições sociais e financeiras da mulher que almejasse se tornar professora pública ou particular.

Para aquelas já alfabetizadas e integrantes de uma pequena parcela da população, ler jornais e almanaques, assim como acessar obras científicas e literárias, poderia se mostrar como um certo obstáculo, sendo facilitado (ou não) pelos meios familiares e redes de sociabilidade às quais estas docentes pertenciam. E, de acordo com os estudos de Almeida (2007), em se tratando das leituras feitas pelo sexo feminino nos oitocentos, é necessário também considerar o papel formativo desempenhado pela religião cristã através da “leitura de manuais religiosos, histórias de vidas dos santos, missais e da Bíblia católica” (ALMEIDA, 2007, p.25).

¹⁵⁰ Antonio de Almeida Oliveira foi um destes intelectuais que se envolveram diretamente no debate sobre a instrução imperial (OLIVEIRA, 2003).

¹⁵¹ O aumento das matrículas das Escolas Normais pelo sexo feminino, nas últimas décadas do XIX, é um dos aspectos que ajudam a compreender o fenômeno da feminização do magistério (ALMEIDA, 2007).

De todo modo, o investimento cultural e literário na formação de uma mulher que utilizaria este capital para a construção de uma carreira profissional, era algo inédito. Se na França, esse fenômeno observado por Michele Perrot (2016) transformou as professoras primárias nas primeiras intelectuais daquele país, no Brasil parece ter prevalecido lógica semelhante. Em contextos de incipiente instrução da mulher, a mestra de primeiras letras ocupava um lugar privilegiado nos cenários letrados, predominantemente masculinos. Talvez o exemplo mais eminente, tendo em vista a primeira metade do dezenove, da professora primária como intelectual, leiga e autodidata, seja o nome de Nísia Floresta, ainda que, no mesmo período, outras mulheres professoras tenham também constituído uma significativa produção literária.¹⁵²

Dito isto, não temos informações a respeito de como Herculana foi alfabetizada, embora acreditemos que o seu meio familiar de algum modo a estimulasse intelectualmente. Então, uma das hipóteses, com as quais operamos e que se mostra mais plausível, é a de que ela tenha aprendido as primeiras letras no espaço doméstico, ou, a depender da situação financeira do seu ordenamento parental, por meio de preceptora ou professora particular, podendo ser esta, a sua própria mãe. Se a figura materna fosse alfabetizada, não raro elas mesmas introduziam os seus filhos e filhas no aprendizado da leitura e da escrita. Afinal,

a necessidade de se educar a mulher pode ser entendida como resultante da percepção do seu poder civilizador; ao mesmo tempo em que urgia ser educada, acreditava-se no seu potencial educador, já que ela era a responsável pelo cuidado à primeira infância. Em muitos casos as mães eram, também, as preceptoras das próprias filhas, tanto nos ensinamentos morais quanto nos das primeiras letras, anteriormente ao período em que a escola se estabeleceria e seria reconhecida nesse papel (JINZENJI, 2010, p. 173 *apud* NASCIMENTO, 2019, p.114).

E, por fim, ainda se aventa a possibilidade (menor) da mestra ter adquirido as primeiras letras de modo escolarizado, no interior de algum estabelecimento de ensino ainda nos Açores.¹⁵³ Paralelo aos conhecimentos necessários para o exercício do magistério no ensino elementar, sabemos também que Herculana dominava os trabalhos de agulha, que consistiam no bordado e na costura simples – isto é, os conteúdos específicos responsáveis por, a partir de uma ótica *gendrada* oitocentista, *feminizar* o currículo da escola primária por meio desses saberes, considerados essenciais para a jovem em formação. No entanto, tais conhecimentos, antes mesmo de integrarem currículos escolares, faziam parte da educação doméstica recebida pelas meninas, ainda em tenra idade.

¹⁵² Podemos citar os exemplos de Mariana Verna e Beatriz Francisca de Assis Brandão, cujas produções remontam ainda à primeira metade do XIX.

¹⁵³ Em Portugal, havia mulheres professoras desde 1815 (ALMEIDA, 2007).

Fato é que, a julgar pela ausência de formação pedagógica, oferecida no contexto em que Herculana se constitui como professora por volta da década de 1840, podemos afirmar que ela seguramente foi levada a adotar práticas de autodidatismo para se forjar como mestra primária. Esse fenômeno, que envolve a constituição dos saberes das professoras leigas, integram os paradoxos que habitam a história da profissão docente no país. O que assistimos em sua trajetória, assim como de tantas outras mulheres, é que eram, de início, não-especialistas, mas que se construíram profissionais do ensino na medida em que estavam submetidas aos marcos regulatórios e disciplinadores do magistério estatal. Uma burocracia direcionada à instrução, envolta em leis e regulamentos, responsáveis por organizar as atuações pedagógicas tanto das mestras públicas quanto daquelas que atuavam em espaços privados. O exemplo da já citada Ana Rosa Termacsics (1821-1886) dialoga com as experiências de vida e magistério semelhantes às de Herculana: contemporânea à açoriana, mas residindo na Corte, a húngara Anna Rosa também se constituiu como professora por meio do esforço pessoal e autodidatismo (RIBEIRO, 2019). Mais uma vez, a possibilidade de ingressar em uma Escola Normal e formar-se professora era bem remota¹⁵⁴ para esse grupo de mulheres professoras atuantes entre as décadas de 1830 a 1870.

O apelo à sobrevivência, os ímpetus *civilizatórios* e a abertura de um mercado do saber são aspectos que explicam como esses grupos de mulheres se inseriram no espaço público como mestras e diretoras de colégios de meninas, ainda em um momento em que os critérios de entrada nos exames públicos se pautavam pela idade (25 anos), aprovação nas matérias exigidas para lecionar e pelo porte da “reconhecida honestidade”. Além disto,

(...) podemos identificar que a docência nas escolas primárias pode ter representado para algumas mulheres com limitados recursos econômicos uma oportunidade de trabalho intelectual no mercado urbano. Uma condição que as distinguiria das outras que exerciam os variados ofícios manuais, sobre os quais pesava o estigma e o preconceito, reflexos das relações estabelecidas entre atividades manuais de escravidão (SCHUELER, 2002, p.148-149).

Indubitavelmente, esses elementos devem ser levados em conta quando nos referimos acerca da constituição da identidade docente do magistério feminino oitocentista, sobretudo nas primeiras décadas do pós-independência. E, no que tange à realidade maranhense, caracterizada pela ausência de uma Escola Normal regular, não se pode esquecer também o papel formativo desempenhado pelas classes adjuntas – a formação artesanal do aprender pela

¹⁵⁴ Schueler (2002) aponta que a Escola Normal de Niterói já recebia alunas desde a década de 1860 – sendo um dos primeiros cursos de formação a receberem o sexo feminino. De todo modo, e em relação às outras províncias brasileiras, a Escola Normal se tornará mais popular entre as aspirantes ao magistério a partir de 1870.

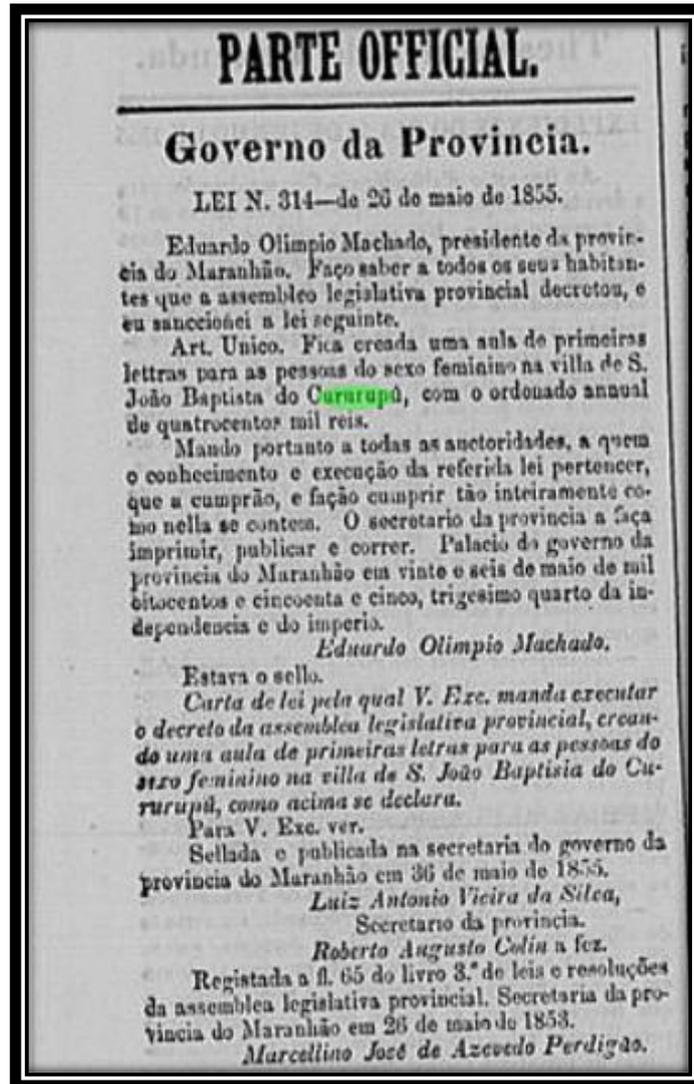
prática - que na província do Maranhão, teve o seu status disciplinado em 1854, através do Regulamento da Instrução Pública daquele mesmo ano.

Contudo, àquela altura, Herculana já se encontrava inserida na docência havia alguns anos, prestes a ser aprovada para professora pública. Deste modo, se descarta a possibilidade de sua participação das classes adjuntas, porque constituídas quando ela já acumulava alguns anos de experiência laboral atuando no ramo da instrução. Nesse sentido, a *virada* profissional da mestra certamente foi se tornar, além de professora particular, também professora pública de primeiras letras – conquista essa obtida em meados da década de 1850.

Como destacado no capítulo anterior, os concursos públicos ocorriam através de editais divulgados na imprensa oficial. O exame admissional realizado pela mestra, em 1855, ocorre na esteira da expansão das aulas públicas do sexo feminino para fora da capital. Entre as décadas de 1850 a 1860, a Instrução Pública maranhense ampliava a sua oferta, mediante a entrada de capitais da agro-exportação, fenômeno observado por Castro (2009), fazendo com que o erário provincial dispusesse de mais recursos para ampliação da malha escolar. E, com efeito, havia também a necessidade de cumprir o que fora posto pela Lei de 1827, isto é, de estabelecer escolas de primeiras letras nas vilas mais populosas do Império.

No contexto da província maranhense, avultava a necessidade da implantação de aulas primárias para o sexo feminino, sobretudo para as vilas que aglutinavam um significativo, porém desassistido núcleo populacional em que as escolas primárias para ambos os sexos não estavam ainda devidamente instaladas. Como vimos, a política imperial se orientou por priorizar, na prática, em termos qualitativos e quantitativos, a educação destinada aos meninos e aos rapazes – e um dos exemplos mais notórios que atestam essa discrepância de prioridades se baseia na dissimetria sexual na criação das aulas primárias, nas capitais e vilas; comumente nos lugares menores, eram criadas primeiro as aulas para o sexo masculino e só algum tempo depois, para o sexo feminino.¹⁵⁵ E assim, nesse ritmo, em 26 de maio de 1855, foram sancionadas leis provinciais¹⁵⁶ autorizando as aulas primárias para o sexo feminino nas vilas de Cururupu, Monção, conforme podemos depreender abaixo:

¹⁵⁵ E Cururupu obedeceu a essa lógica: a cadeira de meninos foi criada em 1837 (Lei Provincial n. 39 de 26 de Julho de 1837) e a de meninas, apenas em 1855 (Lei Provincial n. 374, de 26 de maio de 1855), isto é 18 anos depois (CASTRO, 2009).



Publicador Maranhense, 1855, ed. 1689.

Parte official.

Governo da Provincia.

Lei n. 314 de 26 de maio de 1855.

Eduardo Olímpio Machado, presidente da província do Maranhão, faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sancionei a seguinte.

Art. Único. Fica creada uma aula de primeiras lettras para as pessoas do sexo feminino na Vila de S. João Baptista do Cururupú, com o ordenado anual de quatrocentos mil réis.

Mando portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém. O secretário da província a faça imprimir, publicar e correr. Palácio do governo da província do Maranhão em vinte e seis de maio de mil oitocentos e cincoenta e cinco, trigésimo quarto da Independência do Império.

Eduardo Olímpio Machado (...).

Através da lei acima descrita, a cadeira criada para Cururupu em maio de 1855 visava atender a uma demanda premente, voltado para o público de meninas em idade escolar, potenciais ingressantes à escola elementar. No quadro abaixo, se vê que no final do ano de 1855, eram estas as vilas em que não existiam professoras titulares ou adjuntas,¹⁵⁷ o que implicava em desassistência da população feminina em idade escolar, sobretudo nas vilas de Monção, Santa Helena e Cururupu.

Lista das professoras de primeiras letras da Província do Maranhão em 1855

Nº	Lugares	Nomes das Professoras	Alunas
1	Capital 1ª	Henriqueta Cândida Teixeira	54
2	Capital 2ª	Esther Lepoldina Pinheiro	50
3	Recolhimento	Maria Joaquina Ramos Villar	16
4	Tury-assú	Maria dos Santos da Motta Azevedo	19
5	Guimarães	Maria Firmina dos Reis	22
6	Alcântara	Anna Joaquina de Seixas Corrêa	19
7	S. Bento	Theodolinda Maria de Mello	12
8	Viana	Anna Clara Pereira	26
9	Mearim	Francisca Evarista Maciel	29
10	Itapecurú	Carolina Maria Ribeiro	28
11	Rosário	Rosa Cesarina de Amorim (interina)	7
12	Brejo	Rosa Maria de Castro	24
13	Caxias	Guilhermina Roza de Alcovia	34
14	Codó	Ignez R. B. Guimarães (interina)	-
15	Cururupu	---	-
16	Santa Helena	---	-
17	Monção	---	-

Tabela (11) reproduzida da documentação da Secretaria da Instrução Pública do Maranhão, 16 de Novembro de 1855. João Baptista d'Almeida Couceiro, Secretário da Instrução Pública.

No entanto, mesmo após a criação das cadeiras, o concurso docente não havia sido prontamente realizado nos meses seguintes - algo que foi percebido por Herculana, que, como

¹⁵⁷ Documentação do Arquivo Público do Estado do Maranhão.

pretensa candidata, estava no aguardo do certame. Em virtude desse hiato e como indício de seu protagonismo, a mestra, ainda em outubro de 1855, envia à Inspetoria, uma petição solicitando a abertura de concurso para o preenchimento dessa vaga já criada para Cururupu. Com isto, vislumbramos que a professora se mantinha bem-informada a respeito do que ocorria no interior da Inspetoria da Instrução através da leitura dos jornais em que eram divulgados os atos oficiais de governo – os quais abrangiam também os editais dos exames de professores. A escolha pelo magistério público também indicava que a mestra estaria mais interessada na vitaliciedade do cargo, bem como nos vencimentos regulares pagos pela província aos seus funcionários, mesmo sendo por muitos, considerados *mesquinhos*, do que viver apenas das incertezas e instabilidades das matrículas das aulas particulares – que àquela altura já se constituía um mercado concorrido e em disputa na São Luís oitocentista. Reproduzimos na íntegra o ofício que menciona a petição enviada à Inspetoria¹⁵⁸ por Herculana:

Ilm. Snr.

A petição junta de D. Herculana Firmina Vieira de Sousa está a meu ver no caso de ser favoravelmente deferida, designando-se V.Ex. entretanto determinar o que lhe parecer mais conveniente.

Que Deus guarde V.Ex.

Lyceu do Maranhão, 23 de Outubro de 1855.

José Joaquim Teixeira Vieira Belfort

Vice- Presidente da Província do Maranhão

O Inspetor da Instrução Pública

Caetano José de Sousa.

De acordo com as prerrogativas da Lei de 1827, para o ingresso a cargos públicos, era necessário comprovar, se fosse um candidato estrangeiro, que possuía cidadania brasileira. E aqui temos um impasse. Se Herculana era portuguesa, como fez para se inscrever no exame? Quais caminhos legais que permitiram a sua participação neste certame? Se o conjunto das fontes estiver correto, o qual aponta ser o seu pai o senhor Francisco Vieira de Sousa - um brasileiro adotivo - pressupõe-se que ela estivesse em condições legais para se franquear a uma vaga do magistério público, posto que ela também seria uma *brasileira adotiva*. Imagina-se, que a professora e sua família, àquela altura, já estivessem todos resguardados sob essa nova qualidade, a depender de quando se instalaram no Brasil – portanto, sua inscrição ao

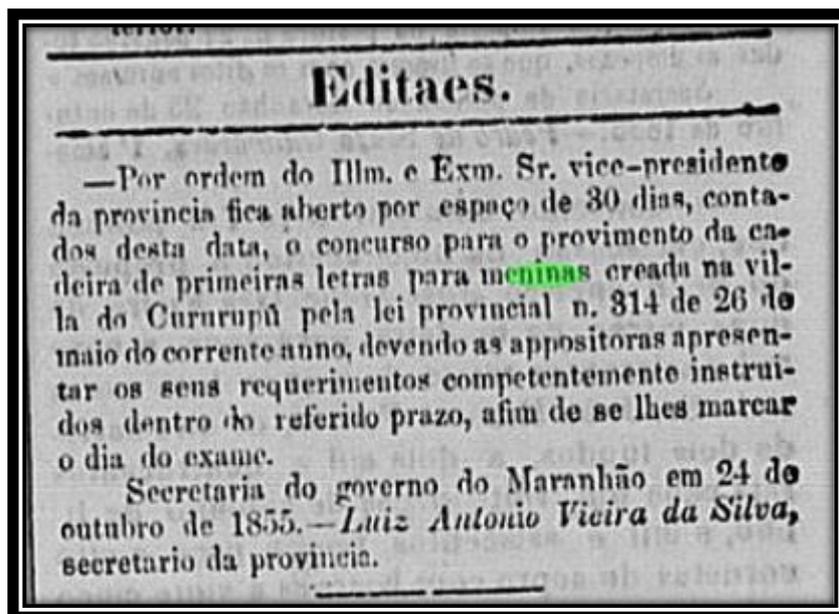
¹⁵⁸ Documentação do Arquivo Público do Estado do Maranhão.

exame estaria amparada por um direito legal do Império,¹⁵⁹ o qual possibilitava que os adotivos (espécie de novos brasileiros) integrassem aos quadros da burocracia estatal. Sobre isto (MENDES, 2009, p.57) pontuou que,

A condição jurídica do português no Brasil foi definida com a Constituição do Império, de março de 1824. A Carta considerou brasileiros os nascidos em Portugal e suas possessões, domiciliados nas províncias brasileiras na época em que se proclamou a independência em cada uma delas, e que aderiram à nova ordem expressamente, ou de maneira tácita, pela continuidade de sua residência. Não foi um ato de naturalização coletiva, e sim de admissão originária à nacionalidade. O significado daquela medida foi que o primeiro ordenamento fixou o lusitano residente no país em uma espécie de limbo entre o nacional e o estrangeiro: "cidadão adotivo", não-naturalizado por nunca ter sido estrangeiro.

Dito isto, indagamos: a família de Herculana, e tantas outras compostas por residentes lusitanos no Maranhão, viviam nesse *limbo* descrito por Mendes (2009)? Eram portugueses reposicionados à força, premidos pelas querelas internas e tensões locais, sob pena de não mais permanecerem residindo em um território de recente emancipação política, cuja transição governamental fora turbulenta e marcada pela lusofobia? Na década de 1820, em que medida essa nova categoria de “brasileiros adotivos” que presenciou o nascimento da nação, se sentia, de fato, *brasileira*? Ao que os sinais indicam, a trajetória da família Vieira de Sousa foi marcada esse estatuto singular. E, sobretudo, atingiu a própria Herculana, que, por mais que estivesse inserida nas tessituras do magistério público brasileiro, não deixava de ser reconhecida pela memória legada em torno de si, como uma mulher lusitana. E, habitando entre esses dois universos de identidades culturais ao mesmo tempo distintas e interligadas, o português e o brasileiro, ela se franqueava abertamente a se candidatar a uma cadeira do magistério criada pela província do Maranhão. E, finalmente, no mês de outubro, do ano de 1855, o edital saía a lume:

¹⁵⁹ Sobre isto, Mendes (2009, p. 82-83)) afirma que: “daquele modo, os nascidos em Portugal e seus domínios que residiam no Brasil ficaram fora da definição constitucional de estrangeiros. Não foi evocada a sua naturalização como fundamento para admiti-los à cidadania. Na prática, nacionalizaram-se os portugueses levando em conta a manutenção da igualdade de direitos que partilharam com os brasileiros natos até 1822. Nem estrangeiros, nem naturalizados, os portugueses estabelecidos no país antes da Independência foram considerados pela Constituição do Império cidadãos brasileiros originários domiciliados, ou adotivos, como a doutrina jurídica e a voz popular vieram a chamá-los durante o período imperial. Os termos brasileiro adoptivo e brasileiro por adopção foram empregados correntemente, nas décadas seguintes, em leis e portarias, no debate parlamentar e em documentos diplomáticos. Para além do emprego em textos oficiais, o seu uso coloquial sugeria um tom jocoso com a ideia de filiação originária dos portugueses à brasilidade”.



Publicador Maranhense, 1855, ed. 1732.

A “cobrança” da mestra, através de pedido formal, possivelmente surtiu algum efeito, pois, dois meses após a sua petição, mais precisamente em dezembro de 1855, o exame de admissão finalmente foi realizado em 15 de dezembro no interior do *Lyceu Maranhense*, lócus habitual desses momentos solenes. Estavam presentes o inspetor da Instrução Pública, o Dr. Caetano José de Souza, bem como a banca examinadora completa, composta pelos professores Alexandre José Rodrigues, Sebastião Pedro Nolasco e D. Esther Leopoldina Pinheiro – a quem a esta última coube avaliar o mérito da candidata nos trabalhos de agulha (costura e bordados). Sabemos também que o secretário da Instrução Pública João Baptista d’Almeida Couceiro, também estava presente, mas com a responsabilidade pela produção das atas relativas ao exame.

Pelo que pudemos aferir, Herculana foi a única opositora que se candidatou ao concurso, sendo também a única aprovada. Se em alguns concursos, havia um número maior de inscritas que o de cadeiras oferecidas (como foi o concurso de Maria Firmina, realizado em 1847), não eram raros os casos em que as cadeiras haviam sido sancionadas, os concursos autorizados, mas que padeciam da ausência de pretendentes capazes de serem aprovadas nos certames, sintoma que não deixava de ser um reflexo do nível cultural das nacionais, bem como da negligência em dotar as mulheres de uma formação pedagógica voltada para assumirem postos no ensino elementar. No caso de Herculana, se deu exatamente o oposto,

pois a sua aprovação foi um feito destacado por seus avaliadores, considerada aprovada com merecimentos – e abaixo reproduzimos uma cópia da sua ata de aprovação:¹⁶⁰

*Aos 15 dias do mês de dezembro de 1855, na sala dos exames do Lyceu do Maranhão achando se presentes o ilustríssimo inspetor da instrução pública o Dr. Caetano José de Souza e os examinadores Alexandre José Rodrigues, Sebastião Pedro Nolasco e, D. Ester Leopoldina Pinheiro, foi examinada, e **plenamente aprovada** nas matérias da primeira parte do Art. 27 do regulamento de 2 de fevereiro do corrente ano; a pretendente à cadeira de primeiras letras da Vila de São João do Cururupu, **D.Herculana Firmina Vieira de Souza**, a qual na sua mesma arguição apresentou seus trabalhos de agulha, que sendo examinado pela professora para este fim ouvida, forão julgados muito bem acabados; em virtude do que lavrei este termo, eu João Baptista d’Almeida Couceiro – Secretário da Instrução Pública – (...) -Alexandre José Rodrigues – Sebastião Pedro Nolasco e D. Esther Leopoldina Pinheiro.
Conforme.*

João Baptista d’Almeida Couceiro.

Quais seriam então, as “matérias da primeira parte do Art. 27 da Lei de 2 de Fevereiro de 1855”, cuja a prova de seu domínio fizeram com que Herculana fosse considerada plenamente aprovada? De acordo com aludida lei, a primeira parte das matérias lecionadas no ensino primário consistiria na instrução moral e religiosa, na leitura e na escrita, nas noções essenciais da gramática e no sistema de pesos e medidas da província, perfazendo o ensino elementar de 1º grau. A segunda parte, não solicitada no exame admissional, compreendia a aritmética, a história sagrada, os elementos da história e da geografia do Brasil e a gramática da língua nacional – eram estes os saberes, com a exclusão da geometria, desenho e agrimensura, que integrariam o currículo da escola elementar de 2º grau, direcionado às meninas, ainda que fossem bem incipientes os estímulos oficiais para que elas avançassem para além dos primeiros anos da instrução primária.

E quem eram os professores que avaliaram Herculana, aprovando-a “plenamente”? Além da professora Esther Leopoldina, mestra que atuava com frequência como examinadora de novas ingressantes ao magistério e a qual mencionamos no capítulo anterior, se destacaram outros dois nomes: Alexandre José Rodrigues, professor da 2ª Freguesia da capital, a de Nossa Senhora da Conceição, experiente mestre que contava àquela altura com mais de vinte anos de docência (CASTELLANOS, 2012) e Sebastião Pedro Nolasco, professor da 1ª Freguesia, de Nossa Senhora da Vitória e tradutor de obras francesas (CARVALHO, 2021). Isto é, ela foi avaliada pelas notáveis autoridades literárias e pedagógicas da província.

¹⁶⁰ Documentação do Arquivo Público do Estado do Maranhão

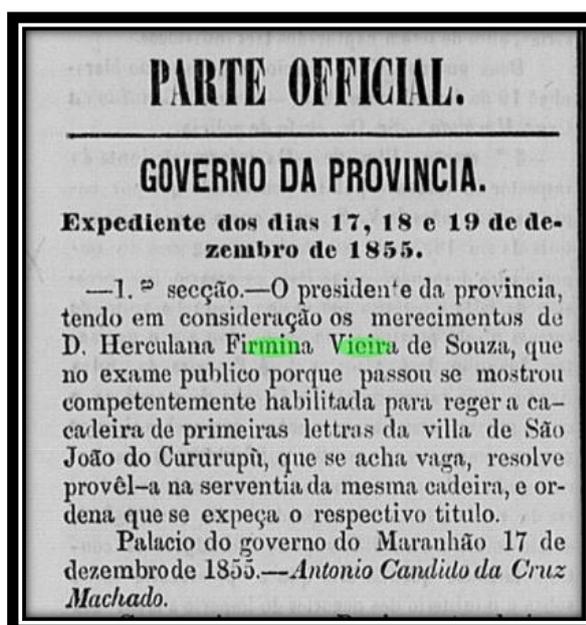
Reproduzimos uma segunda ata de aprovação,¹⁶¹ desta vez com a autorização do seu provimento na cadeira de primeiras letras de Cururupú:

Tendo nesta data recebido prover a Dona Herculana Firmina Vieira de Souza na cadeira de primeiras letras da villa de Cururupú, visto mostrar-se, no exame que fês perante esta Inspectoria, competentemente habilitada para regê-la, segundo consta da cópia do Termo, que V.M. me remetteo com seu offício n. 173 de 15 do corrente; assim lh'ó comunico para seu conhecimento.
Que Deus guarde a V. M.

Palácio de Governo do Maranhão, 17 de Dezembro de 1855
Antonio Candido da Cruz Machado

Snr. Dr. Da Instrucção Pública.

Herculana, que à época contava com 40 ou 41 anos, demonstrou, com os seus saberes postos à prova de uma rigorosa sabatina, que estava à altura de ser avaliada por uma banca examinadora experiente e letrada, atestando que, apesar de leiga, era uma mulher suficientemente culta e habilitada para atuar no magistério das primeiras letras. A sua aprovação “plena” nos dá indícios de que a mestra conseguiu com certa facilidade atender os critérios exigidos como o domínio das disciplinas que seriam lecionadas no ensino elementar. Uma opositora notoriamente ilustrada e acima da média, o que era algo incomum nos anos de 1850; a sua aprovação foi destaque e motivo de congratulações do inspetor da Instrucção Pública:



Publicador Maranhense, 1856, ed. 17.

¹⁶¹ Documentação do Arquivo Público do Estado do Maranhão.

Seria este o início das atividades de Herculana na vila de São João do Cururupu? Talvez não. Há uma hipótese da mestra ter se mudado para Cururupu antes mesmo do seu exame de admissão; o seu último registro como professora particular em São Luís, data de 1852, quando atuava na rua da Palma. Neste hiato de 1852 até o ano do concurso, 1855, sobram algumas dúvidas sobre onde ela desenvolvia as suas atividades profissionais, sobretudo, porque nesse período em que residia na capital da província maranhense, Herculana utilizava com pouca frequência o expediente de divulgar os seus serviços nos jornais, tanto que encontramos apenas duas ocorrências da oferta de seus préstimos docente à comunidade feminina (Almanack de 1848 e Publicador Maranhense, 1852, respectivamente). Se os jornais não registravam a sua presença na capital desde 1852, um outro modo de buscar por Herculana e sua família se deu através da pesquisa no Recenseamento de São Luís, produzido em 1855.¹⁶² Como também não aparece o nome da mestra e nem o de seus irmãos neste levantamento realizado em São Luís, supomos que ela, àquela altura, já tivesse se mudado para a vila de São João do Cururupu, localidade pertencente ao litoral norte da província maranhense.

E aqui, adentraremos em alguns fragmentos explicativos da história do que hoje é o município de Cururupu, sobretudo, ao que tange a segunda metade do século XIX, uma vez que foi ao longo deste período no qual Herculana, desempenhou a docência, se tornando a principal professora da localidade. Espécie de cidade-fazenda (FONSECA, 2021), a antiga Freguesia estava anteriormente submetida à comarca de Guimarães, tendo se emancipado desta em 1841, ganhando o status administrativo de *vila*. Entre as décadas de 1840 a 1880, Cururupu, considerada uma das principais vilas da província, tanto em relação às atividades econômicas desenvolvidas quanto à sua população, possuía fazendas com plantações de arroz e cana de açúcar, responsáveis por compor a base principal da sua economia; somado à isto, o pescado, a pecuária e a criação de animais menores como galinhas, porcos, patos e perus, assim como o cultivo de gêneros alimentícios mais diversificados, no contexto da pequena lavoura, voltados para o consumo próprio, como o milho, o feijão, tubérculos e a mandioca – processada nas típicas casas de farinha encontradas ao longo dos sertões maranhenses - davam a tônica da subsistência local (LACROIX, 1983).

Alicerçada na mão-de-obra escrava, e, em menor escala, na de parcela da população pobre e livre, as contradições sociais e raciais eram prementes. Nesse sentido, a vila não deixou de ser atravessada pelo mandonismo personalista que marcava o processo de

¹⁶² Primeiro Caderno de Recenseamento da População da Cidade de São Luís do Maranhão, Maranhão, 20 de maio de 1855, nº. 1701.

capilarização das instituições imperiais nos sertões e vilas mais distantes das capitais. Constituindo-se como regra e não exceção às vilas oitocentistas brasileiras, em Cururupu eram predominantes os laços parentais e políticos, desempenhados localmente pelas famílias¹⁶³ Coelho de Souza, Dias Cadete e Borges Lisboa – as quais doaram parte de suas terras para a fundação da cidade (FONSECA, 2021). Em virtude dessas características patrimonialistas, a jovem vila, desde cedo se tornava um espaço propício para o exercício de poder dos coronéis e proprietários de terras, os quais compunham a aristocracia agrária local.

Por ser uma pequena cidade litorânea, a vila contava também com um porto, que assumia a função tanto de escoar e comercializar os produtos oriundos das fazendas, como de receber artigos manufaturados e/ou industrializados, responsáveis pela vivacidade do modesto comércio local. O porto também era palco do deslocamento de passageiros que se dirigiam, através dos brigues e embarcações a vapor organizadas pela Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão,¹⁶⁴ sobretudo, para Alcântara, Guimarães, Turiaçu, São Luís, Belém e vilas menores, o que demonstrava haver, pela via do litoral norte, um significativo trânsito interprovincial entre o Maranhão e o Pará.

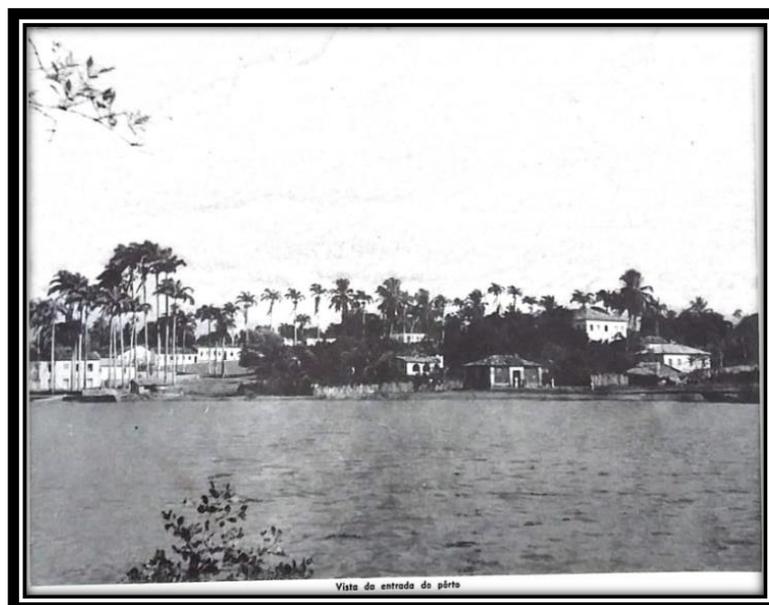


Fig (7). Vista do Porto de Cururupu (PIRES, 1959).

No início da segunda metade do dezenove, mais precisamente na década de 1850, a vila despontava como um local promissor para o estabelecimento de colônias agrícolas

¹⁶³ Ver a genealogia de tais grupos na obra *Famílias Maranhenses* (LIVRO DE FAMÍLIA, 1976).

¹⁶⁴ Almanaque de 1871.

lideradas por açorianos. Na esteira de um amplo projeto, em parte coordenado pela província do Maranhão,¹⁶⁵ da vinda de imigrantes para o estabelecimento de colônias, que atuariam em regime de parceria, em 1854 foi criada em Cururupu a colônia agrícola de Santa Thereza, liderada pelo empresário português Antônio de Mendonça Bittencourt. Com o objetivo de plantar arroz, cana de açúcar e estabelecer engenhos ao longo do rio Bitiua, foram trazidos da Ilha Graciosa, nos Açores, cerca de 140 colonos que trabalhariam nesse sistema de parceria; e um dos objetivos principais se pautava na introdução de melhorias das técnicas agrícolas, a fim de aprimorar a produção da colônia, e, assim aumentar também a sua lucratividade. Contudo,

apesar do incentivo do empresário na melhoria das técnicas de lavar, a rotina da colônia agrícola de Santa Thereza era frequentemente perturbada pela insubordinação de colonos, insatisfeitos com as condições de trabalho e assustados com as febres intermitentes que eram comuns na região. Assim, abandonam a colônia e iam empregar-se em outros lugares (RIBEIRO, 2020, p.88).

A historiografia acerca dos imigrantes portugueses que atuaram como braçais no Brasil, na segunda metade do dezenove, costuma registrar essa experiência da colônia de Santa Thereza (SILVA, 2009; MAGALHÃES, 2019), como um dos casos mais exemplares da exploração que acoitava a gente açoriana, trazida para cá na condição de pequenos colonos, mas que na prática, a eles era dispensado o tratamento semelhante àquele destinado à mão de obra escrava. No entanto, o que fez com que a experiência de Santa Thereza fosse abreviada, não foi exatamente a fuga dos colonos, mas a tentativa de assassinato encomendada pelo principal patrocinador do empreendimento, o português Antônio de Mendonça Bittencourt. Acusado de ser o mandante da execução de uma sobrinha, o empresário lusitano foi “condenado e expulso do Império” (RIBEIRO, 2020, p.88). Conseqüentemente, a deportação de Bittencourt comprometeu a manutenção dos engenhos da colônia, que acabaram sendo desativados; assim, coube aos colonos buscarem outros postos de trabalho, seja na lavoura ou nos meios urbanos, em regiões localizadas dentro e fora da província maranhense.

Cabe observar que a colônia de Santa Thereza também recebeu algumas garantias provinciais, como a criação de uma aula primária em 30 de junho de 1855; havia com isto, a preocupação em educar os filhos dos colonos (CRUZ, 2008). Somos levados a pensar que

¹⁶⁵ Desta forma, a “(...) a diretoria de colonização da Província maranhense foi criada em 12 de maio de 1855, na tentativa de organizar as questões relativas às chegadas de grandes grupos de imigrantes ao Maranhão, destinados às colônias agrícolas e de operários. Seis colônias foram fundadas entre os anos de 1853 e 1855 e todas funcionaram dentro regime de parceria. Duas delas foram criadas como colônias de operários, a do Arapapahy e a de Maracassumé. As outras quatro, Santa Isabel, Santa Tereza, Petrópolis e Pericaú, eram agrícolas” (RIBEIRO, 2020, p.83).

uma das razões para Herculana ter provavelmente se dirigido a Cururupu antes mesmo do seu concurso, era a possibilidade de atuar como professora dos filhos dos seus conterrâneos açorianos, que poderiam contar com uma professora que não destoaria dos costumes lusitanos. Também aventamos a possibilidade da mestra ter ido a Cururupu primeiro atuando no ramo particular da instrução, não com filhos de colonos, mas exclusivamente para educar os filhos da aristocracia local.¹⁶⁶ Logo em seguida, através de concurso, ela teria se forjado em professora pública de primeiras letras da localidade.

E a antiga freguesia antes pertencente à Guimarães, vinha se destacando no cenário da província, desde que obteve o status autônomo de vila, em 1841. Cururupu também fora dotada dos tradicionais postos de trabalho responsáveis por dar corpo às instituições estatais, distribuídas para fora da capital. Nesse sentido, ao consultarmos os almanaques maranhenses publicados entre as décadas de 1850 a 1870, para perquirir informações acerca da vila, avultavam nestes impressos, nomes de militares, vereadores, delegados, subdelegados, escrivãos de polícia, juízes de paz, tabeliões, professores, negociantes e párocos. Entre tantas funções públicas, comerciais e religiosas, apenas permitidas aos homens, sobressai o nome de Herculana como professora pública de primeiras letras da localidade; por algumas décadas, no que tange às questões administrativas de Cururupu, ela foi a único nome feminino que constava regularmente nesses registros como funcionária da província.

Uma outra fonte consultada para pensar aspectos sociais e econômicos da vila foi o *Recenseamento Geral do Brazil*, realizado em 1872 e considerado o primeiro censo cuja abrangência fora nacional, produzindo estatísticas acerca de importantes aspectos da situação social do país. Naquele ano, Cururupu contava com uma população total estimada em 12.007 habitantes. Deste somatório, 8.185 era constituída pela população livre – e o contingente escravizado estava estimado em 3.822 *almas*. Deste modo, a população livre respondia a 68,5% e a parcela cativa, a 31,5%. Neste censo, também chama atenção o baixo número de crianças e jovens em idade escolar que, de fato, estavam escolarizados. Do total de 2207 jovens, entre meninos e meninas, apenas 405 *almas* frequentavam os bancos do ensino elementar; 1802 estavam ausentes do processo de escolarização primária, perfazendo um número bastante alto de crianças e jovens que não recebiam nenhum tipo de instrução formal. Abaixo seguem os números, tanto da população total da vila, separada em homens e mulheres, livres e cativos, quanto do contingente local escolarizado e não-escolarizado, também separado por sexo:

¹⁶⁶ Esta é uma das justificativas dadas nos relatos memorialísticos de Achilles Lisboa (LIMA, 2016).

Vila de Cururupu – Dados referentes ao Recenseamento de 1872

a) Contingente populacional

SEXO	Condições jurídicas		
	Livres	Escravos	Total
Homens	4055	1785	5.840
Mulheres	4130	2037	6.167
Soma total	8185	3822	12.007

b) Instrução

SEXO	População escolar dos 6 aos 15 anos (livres)		
	Frequentam escola	Não frequentam	Total
Homens	253	920	1173
Mulheres	158	882	1040
Soma total	411	1802	2213

Tabela (12) extraída do Recenseamento de 1872.

E aqui, uma importante observação a ser feita, se trata da descoberta do estado civil de Herculana. Sendo a única mulher que atuava como professora primária do sexo feminino, ela não deixou de ser abrangida e classificada no levantamento oficial, categorizada dentro das *profissões liberais*. Assim, ficamos sabendo, através do cruzamento entre ocupação e estado civil, que a única mestra pública da vila, estava registrada no censo como **solteira**. A produção de uma estatística tão minúscula – apenas uma mulher que constava como professora e solteira – permitiu que o anonimato frio do número encontrasse um nome

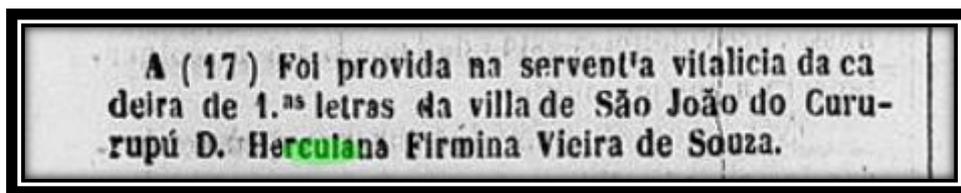
feminino: a mestra celibatária se tratava, sem sombra de dúvidas, de Herculana Vieira. É lícito presumir que a solteirice das professoras primárias acabava sendo um fator que as faziam dedicar mais tempo ao ofício de ensinar, seja porque não havia quem as sustentassem, seja porque não tinham o acréscimo doméstico de cuidar de filhos e maridos, ainda que pesasse o fato de muitas delas arcarem com as despesas não apenas suas, mas de familiares que viviam como seus agregados.

A cadeira inicial de primeiras letras de Cururupu foi criada em 1837 e era ocupada, inicialmente, pelo professor primário João Marcelino da Silveira. Já a segunda cadeira, desta vez para o sexo feminino, vimos acima que foi criada em 1855. De todo modo, percebemos que se tratava de uma vila em que os modestos incrementos urbanos já sinalizavam para a necessidade da instalação de escolas, bem como da presença de professores e professoras para educar tanto os filhos da aristocracia local, quanto de alguns estratos da população livre. De todo modo, a cidade aos poucos e ainda que de forma incipiente, se integrava ao projeto político do Império, de “derramar” a instrução a todas as classes (MATTOS, 2004), ainda que os excluídos predominassem sobre aqueles a quem a instrução foi, de fato, *derramada*.

No contexto das relações laborais nos oitocentos, para muitos, trabalhar significava migrar. E, ao que o conjunto das fontes indicam, Herculana pertencia a uma família que estava disposta a se deslocar novamente em busca de melhores condições econômicas e postos de trabalho. Para os homens, havia a possibilidade, de se constituírem em pequenos proprietários de terras (como se tornou o seu irmão e d, Antônio Vieira de Sousa, assim como os seus descendentes¹⁶⁷). O certo é que a mestra, recém-saída (ou não) de São Luís e em mudança definitiva, passa a ser oficialmente provida na cadeira de primeiras letras em Cururupu no final de 1855, desempenhando as funções pertinentes ao magistério público, no que receberia um ordenado em torno de 400r\$000 réis anuais,¹⁶⁸ conforme nos informava a Inspeção da Instrução Pública. O seu provimento foi, mais uma vez, ocupando lugar na sessão “notícias diversas”, destaque de jornal:

¹⁶⁷ Sabemos pelo jornal acreano que os sobrinhos-netos de Herculana se tornaram proprietário de terras, neste estado (Folha do Acre, 1926, ed.516).

¹⁶⁸ No estudo de Alexandre Ribeiro e Silva (2018), há a informação que essa quantia foi aumentada em 1863, totalizando 600r\$000 anuais.



Diário do Maranhão, 1855, ed. 77.

Após a posse e efetivada como funcionária da província, longe agora da capital, Herculana passaria a abrir a sua aula para meninas no ano seguinte, no começo de 1856. O início oficial da sua chegada na cidade de Cururupu ocorre concomitante ao falecimento da sua mãe, como vimos anteriormente. Na nota póstuma, divulgada pelo jornal *Diário do Maranhão*, eram notórios os laços públicos de amizade com lideranças locais, em que a família de Herculana agradece a ajuda dada pelo major Antônio Joaquim Faria Lisboa,¹⁶⁹ quando da ocasião da morte da sua mãe, Joana Maria Vieira de Sousa. O coronel era tio do então futuro médico e político Achilles Lisboa – um dos ex-alunos mais dedicados a immortalizar o nome da professora na cidade de Cururupu. O acolhimento público da família Faria Lisboa indicava que Herculana, aportava na vila com um forte apadrinhamento político, marcando, assim, o início da sua nova jornada profissional, agora circunscrita às demandas de uma *cidade-fazenda*.

2.3 Esboços de uma vida funcionarizada nos liames da burocracia provincial

Se Herculana, a partir de seus esforços e méritos, iniciava no que era até então, uma inédita carreira feminina no magistério público, agora *funcionarizada*, ela o fazia em meio a um universo de práticas e representações simbólicas em que o feminino era amplamente socializado para a submissão e passividade. Ela se constituiu como protagonista em um contexto marcado por rígidas divisões sociais e raciais que hierarquizavam as diferenças sexuais, que por sua vez, em sua sociedade patriarcal, organizavam as relações de poder (SCOTT, 1995).

Os discursos religioso e médico que circulavam no dezenove preconizavam ser a mulher uma figura frágil, débil, com o intelecto inferior ao masculino, devendo, por isto, ser mais instruída moralmente do que educada cientificamente (ABRANTES, 2014). No entanto, mesmo em um horizonte limitado de atuação, podemos afirmar que Herculana destoava do

¹⁶⁹ Antônio Joaquim Faria Lisboa foi um proprietário de terras que obteve também o título de major através da Guarda Nacional (LIVRO DE FAMÍLIA, 1976).

que era preconizado às mulheres, pois, atuando de modo tático (CERTEAU, 1998) comercializava seu saber, expediente que fez a partir das aulas e publicações de livros, bem como construiu reconhecimento profissional e buscou, ao máximo, capitalizar a sua fama, abrindo colégios particulares e sendo convidada para reger escolas fora da província do Maranhão, como veremos mais adiante. Herculana foi uma mestra que se abriu a deslocamentos funcionais como modo de ascensão social – corajosa e, em certa medida, também audaciosa,¹⁷⁰ ela não parecia temer mudanças, a não ser aquelas em que não fosse obter algumas vantagens.

As mestras públicas oitocentistas, sobretudo as que atuaram por décadas a fio em suas localidades, como foi o caso de Herculana, eram profissionais amplamente conhecidas por todos, pois educavam gerações de jovens, e, em função destes préstimos, costumavam ser bastante estimadas pelas famílias locais. Era bem frequente que essas professoras também tomassem parte nas sociabilidades cívicas e religiosas de suas vilas e cidades. No caso específico da mestra açoriana, em seu tempo de ação, ela foi se configurando em uma espécie de *mulher-semióforo*¹⁷¹ (BORRALHO, 2010), que, de tão conhecida no contexto da ambiência local, teve a sua identidade pública se confundindo com a memória da cidade em que estava inserida. Nesse sentido, a história da instrução no Maranhão e, sobretudo, da vila de Cururupu no século XIX, foi notadamente marcada pela atuação protagonista da mestra.

Se há indícios de que Herculana foi recebida de braços abertos na vila de Cururupu, o mesmo não se pode dizer da sociedade mais ampla, no que tange ao tratamento coletivo dispensado às mulheres, nos oitocentos. Herculana, portanto, se movimentava em um universo de relações sociais em que predominava a hostilidade àquelas que, na condição de *livres*, buscavam romper ou tensionar com os lugares socialmente reservados ao sexo feminino. O “mundo em transformação” sobrepesava com muitas ambiguidades, os limites culturais acenados ao sexo feminino e aqui estamos nos referindo, sobretudo, àquelas pertencentes aos setores intermediários, com o domínio da leitura e da escrita, que desejavam continuar os seus estudos ou reivindicavam uma maior participação feminina na educação e política, como o fez Nísia Floresta¹⁷², Anna Rosa Termacsics e Juana Manso.¹⁷³

¹⁷⁰ A pesquisadora Diomar Motta (2003) utiliza esse adjetivo como categoria de análise, a audácia, para pontuar as ações das mulheres professoras inseridas na política educacional maranhense, das primeiras décadas do século XX.

¹⁷¹ Borralho utiliza o termo *homens-semióforos* para designar como determinados intelectuais foram construídos simbólica e discursivamente como aqueles mais representativos da cultura letrada maranhense do século XIX, a exemplo de Gonçalves Dias e Sotero dos Reis.

¹⁷² Nísia Floresta foi hostilizada socialmente e vítima de difamações, ao ponto em que decidiu sair do país com a sua filha (LONZA, 2019).

Os discursos vigentes, que circulavam, na imprensa, bem como o ideário pedagógico em vigência, lembravam que uma mulher até deveria ser instruída, mas com limites bem estabelecidos. A ideia de educar meninas e jovens se guiava, primeiramente e em termos de políticas de Estado, pela construção da civilidade de um país que se queria mais ilustrado e menos *atrasado*; paralelo à isto, objetivava-se que as mulheres, obtendo algum grau de instrução, poderiam estabelecer uma conversa agradável com os seus maridos, assim como representá-los publicamente, cuidarem melhor dos seus filhos e filhas e administrarem diligentemente as demandas oriundas do espaço doméstico, sabendo orientar os criados (ABRANTES, 2014).

Com efeito, a moça educada, tinha de ser, antes de tudo, útil e prestimosa aos olhos dos homens e das instituições civis e religiosas, afinal de contas, ela era vista como uma criação divina para o usufruto masculino; assim, “a educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos” (LOURO, 2009, p.447). Por isso, havia a preocupação com que as jovens liam – romances e folhetins, extremamente populares entre o sexo feminino letrado, poderiam ser danosos a seus espíritos e as influenciariam a se desviarem de uma conduta recatada, dentro do que era considerado um caminho socialmente aceitável para uma moça.

Para Muniz (2003), se a distinta jovem da elite (e a sua virgindade) eram vigiadas constantemente pela sua família, a mulher professora também via cair em si o peso do escrutínio de toda uma sociedade; a sua moralidade e honestidade, em que o peso e o significado desses adjetivos para uma mulher da segunda metade do dezenove – estavam sob constante vigilância pública. E, para Villela (2003, p.126), “em meados do século XIX, em uma sociedade hierarquizada e excludente, o professor poderia até ser mal- formado, mas, certamente, seria bem vigiado”.

No caso, em se tratando de mulheres ingressantes no magistério, a vigilância seria ainda maior. A mestra, seja ela casada, viúva ou solteira, deveria ser, antes de tudo, um modelo exemplar de conduta. A ela era exigido o compromisso social, sobretudo para as solteiras, de exercerem uma espécie de sacerdócio laico-professoral, em que evitariam escândalos, primariam pelo cultivo de uma moral ilibada e cumpririam o papel destinado a elas, de serem porta-vozes da *civilidade* e das boas maneiras. Uma mulher que gozava de uma inédita faceta pública e que por isto mesmo, deveria se resguardar e se constituir como um

¹⁷³ Juana Manso sofreu uma intensa e virulenta misoginia no contexto da intelectualidade argentina. Sobre isto, ver SCHELL (2021).

exemplo notório de recato, pudor e discrição. Vale relembrar que a entrada do sexo feminino no magistério foi avalizada através de determinados mecanismos sociais de controle, a saber,

Para as mulheres, havia outras exigências reveladoras das relações sociais entre os sexos. No caso das moças solteiras, era necessária a apresentação de expressa autorização paterna ou de outro responsável para que se candidatassem a uma vaga como professora adjunta ou efetiva das escolas públicas de meninas. Se fosse casada, a candidata deveria apresentar a devida autorização marital para dirigir casa de escola e lecionar; se fosse viúva, o atestado de óbito do marido. Quando separada, segundo as normas eclesiásticas, deveria apresentar a certidão do pároco (GONDRA & SCHUELER, 2008, p.175).

Sabemos que Herculana foi uma mulher solteira – “casada” apenas com o seu ofício de ensinar, ao menos publicamente. Esse estado civil, da solteira, era constantemente alvo de ataques e deboches misóginos da imprensa e da literatura, ao longo do século XIX. Em uma sociedade na qual o casamento era um rito obrigatório, a solteirice feminina era uma condição ridicularizada na imprensa, que não poupava lançar mão de piadas jocosas, de folhetins tendenciosos e de ilustrações de cunho sexista, em que uma mulher que frequentasse o espaço público, deveria prestar satisfações acerca do seu estado civil à polícia, como sugere essa imagem da *Semana Illustrada* (RJ), de 1864, ed. 207:



Fig (8). *Semana Illustrada*, 1864, ed. 207.

De acordo com Tomazi (2021), a circulação desse periódico, apesar de ser divulgado a partir da Corte, abrangia diversas outras províncias,¹⁷⁴ constituindo-se, portanto, em um veículo portador e disseminador de preconceitos e representações sociais em relação às mulheres, pensadas a partir da pena masculina e tomadas por características tão sexistas quanto caricaturais e degradantes. Aliás, a junção do sexismo e o traço da caricatura, embora se referissem a pessoas genéricas, davam a tônica de certas ilustrações do impresso, como podemos atestar na charge abaixo:



Fig (9). Semana Illustrada, 1861, ed. 5.

“- Casei-me porque quiz.
Foi um verdadeiro voto livre”.

¹⁷⁴ E no Maranhão, era possível se tornar assinante deste periódico, como podemos aferir pelo anúncio divulgado no Publicador Maranhense (1861, ed.50) a partir do endereço do sr. Antônio Pereira Ramos de Almeida, que vendia suas assinaturas desde o ano de início das atividades do impresso carioca, ainda em 1861.

Mulheres mais velhas dispostas a empenharem as suas rendas em casamentos com jovens interesseiros, também foi um tipo de representação divulgada frequentemente, na literatura e na imprensa ilustrada – como aponta a imagem acima. Ainda que possamos aventar que a crítica à instituição casamento pudesse ser trazida nesta charge, o que salta aos olhos – junto com a frase dita pelo rapaz, que se casou por sua *própria vontade*, é o encontro de interesses – o da mulher, que aparentemente lançou mão de um significativo dote – e o mancebo, que entra no acordo matrimonial afim de obter alguma vantagem pecuniária para si mesmo. Sobre essa ilustração, Tomazi (2021, p. 43 e 44) assim a interpreta:

Pode-se observar (...) que a mulher representada na gravura foge do que estamos esperando ver, já que ela tem várias marcas de expressão no rosto, com olhos pequenos e uma expressão carrancuda, além de ser colocada com um grande volume corporal, o que é inesperado para uma moça jovem em idade de casar. Isso nos leva a crer que ela é uma mulher mais velha e que por algum motivo ainda não havia obtido um casamento. O periódico coloca de forma jocosa, na parte inferior da imagem, que o casamento havia acontecido por um “voto livre”, porém, se prestarmos atenção ao rosto do homem, também pode-se perceber que sua expressão não é de alegria. Suas sobrancelhas estão arqueadas, como se o mesmo estivesse descontente, dando a ele uma expressão séria, o que indica sua infelicidade. Esse casamento pode ter sido arranjado, justamente com uma mulher que era chamada pelo periódico de uma “tia”. Em outras palavras, uma mulher que já passou da idade que era considerada aceitável e adequada para contrair matrimônio e que pode ter sido aceita por contar com um dote de valor alto, vantajoso para o homem.

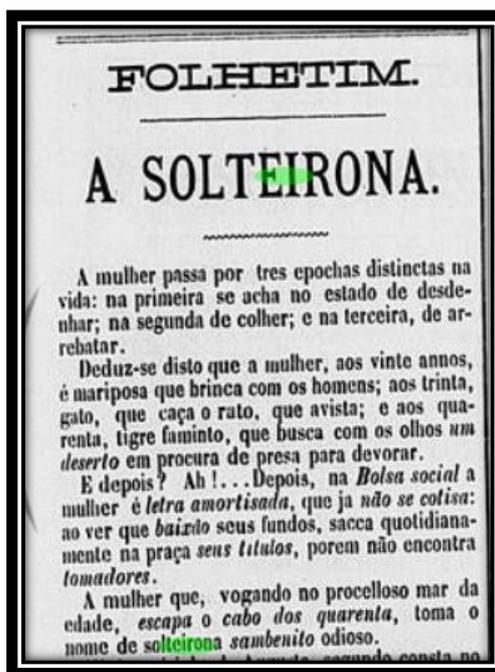
O ideário oitocentista construído em torno do termo pejorativo “solteirona” era farta de representações desabonadoras, de mulheres desesperadas para casar, consideradas feias, desagradáveis, invejosas e frustradas – isto é, aquela mulher que, não conseguindo contrair o matrimônio e nem ter filhos – função máxima a ser desempenhada por uma jovem -, era vista socialmente como uma presença inútil, uma *sem-lugar*; uma *Tia*¹⁷⁵, isto é, aquela que viu as irmãs casarem e, que, “sobrou” no seu núcleo familiar – por essa condição, a “tia” vivia a destilar em seu entorno, a amargura e o ressentimento. Com efeito, tais discursos se configuravam em amplos disseminadores de um terror moral:

Se as hierarquias de gênero produziram as mulheres como o “outro”, o sujeito inferiorizado, “as solteironas” surgiram como mulheres ainda mais inferiorizadas, que numa “escala” que define classifica qualifica mulheres, construída pelas representações de gênero, elas estão em último lugar, pois não possuem os elementos que constituem a “verdadeira mulher” e que as tornam inteligíveis dentro código patriarcal (MAIA, 2007, p.2).

A solteirice era uma condição indesejável e que deveria a ser evitada a todo custo; e, ao não casar, a moça solteira exalava rancor e desespero; para alguns folhetins, tal mulher

¹⁷⁵ A Estrella da Tarde, 1857, ed. 5.

poderia ser considerada *interesseira* e ambiciosa, e se optavam pelo celibato, é porque não tinham encontrado um homem rico e de posses para lhes oferecer riquezas e uma boa condição de vida. Aqui um dos exemplos do gênero textual folhetim, que portava tais representações, publicado no jornal *Diário do Maranhão*, em 1875 e escrito pelo espanhol Theodoro Guerrero:



Diário do Maranhão, 1875, ed. 516.

A SOLTEIRONA

A mulher passa por três epochas distinctas na vida; na primeira se acha no estado de desdenhar; na segunda de colher; e na terceira, de arrebatar.

Deduz-se disto que a mulher, aos vinte annos é mariposa que brinca com os homens; aos trinta, gato, que caça o rato, que avista; e aos quarenta, tigre faminto, que busca com os olhos um *deserto* em procura de presa para devorar.

E depois? Ah!... Depois, na *Bolsa social* a mulher é *letra amortisada*, que já não *se cotisa*: ao ver que baixão seus fundos, sacca quotidianamente na praça seus títulos, porém não encontra tomadores.

A mulher que, vogando no procelloso mar da idade, escapa o cabo dos quarenta, toma o nome de solteirona, *sambenito* odioso.

(...) A solteirona que si casa, é excellente esposa; pois sabe ser agradecida para com aquelle que a tirou do *purgatório*.

A solteirona é a personificação da desgraça; é um objecto de luxo que se apresenta no commercio social sem que alguém o compre. A solteirona velha anda pelo mundo, e este já não tem ridículo para dar-lhe (...).

Nesse conjunto de representações culturais, percebemos que a moça que não casa é considerada uma anomalia social, pois “*não cumprem, seu destino de mulher*” (PERROT, 2016, p.127). Ainda que houvesse escritos a favor da educação das meninas e jovens em prol

do qual elas ocupassem lugares mais autônomos na sociedade (como a exemplo do *Farol*, o jornalista maranhense José Cândido de Moraes), *grosso modo*, em relação às mulheres, as imagens divulgadas por uma significativa parcela da imprensa literária, em crônicas traduzidas ou nacionais as tomavam como insolentes, fúteis, ingênuas, pouco instruídas e desesperadas pela juventude passageira, que as tornaria menos atraentes aos olhos dos homens; em função disto, elas se portariam como *tigres famintos* em busca da sua *presa* – isto é – daquele que lhes pudesse proporcionar o almejado matrimônio, visto aqui como a última etapa a ser cumprida pela socialização feminina oitocentista, precedendo a esperada maternidade:

Não se casando entre 25 e 30 anos, a mulher recebia o qualificativo de solteirona, termo com conotação pejorativa, denotando incapacidade de conseguir um casamento, sendo relegada a viver de favor em casa de parentes, assumindo papéis a essa figura destinados - cuidar de sobrinhos, ajudar nas tarefas da casa, meio governante/meio parente pobre -, ou vivendo uma situação também indesejável de concubina ou prostituta (LEVY, 2009, p.126).

Ainda assim, o escrutínio sexista da pena masculina não poupava também outras mulheres, para além das solteiras. Entre o desdém e a denúncia, Aluísio Azevedo mencionava em sua obra *O Mulato*, a existência de esposas alienadas e professoras ignorantes na sociedade maranhense – que, por outro lado, não deixavam de ser imagens e estereótipos sociais a espelhar, antes de tudo, as representações misóginas construídas pela lente masculina em torno do sexo oposto.

E nesse meio de representações sociais que subalternizava o sexo feminino, se desenrolou a trajetória profissional de nossa professora, igualmente uma mulher solteira – e, talvez em função de seu estado civil foi a precisa razão pela qual tivesse que se lançar ao trabalho remunerado desde cedo, possivelmente após o empobrecimento familiar, algo que se pode aventar ter ocorrido na trajetória de Herculana, haja vista que não temos informações se ela e sua irmã, Carolina Brígida, eram sustentadas pelos pais. Aliás, sobre o pai da mestra, o senhor Francisco Vieira de Sousa, não obtivemos informações adicionais a seu respeito, para além do passaporte, datado de 1843. Naquela ocasião, o negociante luso-brasileiro estava com 65 anos, o que, naquele contexto, significa uma idade avançada. E, em virtude disto, especulamos o seu provável falecimento entre os anos de 1843 a 1855 – este último ano, o qual registrou o óbito de D. Maria Joana Vieira de Sousa, sua mãe.

Na ausência dos pais, possíveis mantenedores, essas mulheres celibatárias, mais do que nunca, poderiam contar apenas consigo mesmas¹⁷⁶ e, então, comercializar o modesto capital cultural que possuíam ao venderem suas forças de trabalho, compondo um significativo “quadro de professoras que viajavam pelo interior para lecionar¹⁷⁷ – *as mascates do saber*” (NASCIMENTO, 2019, p. 115) e que tornaram a instrução o seu principal meio de subsistência material. Sobre isto, resta claro que

O magistério, a despeito de reiterados argumentos que reforçam seus baixos salários, certamente era função revestida de atrativos, sobretudo para mulheres que, com algum nível de conhecimento – tendo em vista que rudimentos de leitura e escrita eram suficientes para a ocupação desse lugar durante longo período –, podiam se inserir em uma função cujo esforço físico não era significativo, em uma sociedade com demandas materiais significativas (NASCIMENTO, 2019, p.126-127).

Ao chegar na vila de Cururupu, Herculana abre a sua aula para meninas em 1856, sendo a primeira aula pública para o sexo feminino da localidade. A mestra estaria incumbida de ensinar as matérias do ensino primário feminino: aritmética, gramática, doutrina cristã e trabalhos de agulha. É nesse momento que a trajetória da professora se torna extremamente funcionarizada (NOVOA, 1999), uma vez que os seus movimentos profissionais estarão ligados à construção de uma carreira docente no contexto da esfera burocrática provincial. Aqui Herculana pertencerá a um dos mais baixos escalões da vida pública, integrando o embrião de uma futura classe média brasileira. O status social dos funcionários da monarquia eram diversos – e, a se pensar acerca da realidade das mestras, a possibilidade de ascensão social via serviço público era praticamente nula.

No contexto da realidade maranhense, a proximidade com a esfera da Corte,¹⁷⁸ a rede de apadrinhamentos e as possibilidades de constituição de uma carreira que implicasse tanto na subida do escalão funcional quanto a empreitada por cargos eletivos, eram aspectos possíveis somente aos homens ilustrados, e não às mulheres – pelo menos não nos anos em que Herculana atuou como professora, durante o Segundo Reinado. Até onde as fontes indicam, não tivemos professoras atuando como delegadas literárias ou inspetoras da

¹⁷⁶ São fartas as representações literárias oitocentistas que trazem personagens femininos, que buscam na docência uma alternativa única à pobreza: “Esta perspectiva sugere que a profissão de professora, ou os sentidos construídos em torno dela, estava, na literatura do século XIX, associada, predominantemente, àquelas mulheres sobre quem pesavam os estigmas da necessidade, orfandade, pobreza, solidão provocada pela ausência de um casamento ou pela desproteção de uma família, aqui compreendida nos moldes patriarcais” (SCHUELER, 2002, p.153).

¹⁷⁷ Temos o exemplo de Maria Carolina Ibrences Brasileira, que rumou do Rio de Janeiro para atuar como primeira professora pública de meninas da província do Espírito Santo, atuando a partir do ano de 1845 (ALVARENGA, 2018).

¹⁷⁸ E a maior parte dos funcionários públicos brasileiros estava concentrada no Rio de Janeiro: “Em 1871, o Império possuía 51.441 servidores públicos civis, dos quais 52,8% concentravam no governo geral, 37, 8 nas províncias e apenas 7,2% nos municípios (MAROTTA, 2019, p. 208).

instrução – exercer funções públicas ainda era uma novidade para o sexo feminino. E sobre o funcionalismo público imperial, assim Antônio Candido (2007, p.15-16) comenta:

Num país como o Brasil do século XIX, ser funcionário público era estar perto dos “donos do poder”. Era ser um pouco dono do poder, de maneira crescente à medida que se dava a subida na escala - tudo de um modo mais distintivo do que hoje. (...) Dantes, a classe do meio era rala e composta em boa parte pelos próprios funcionários, cujos cargos, dos poucos regularmente pagos, permitiam situar o indivíduo num quadro definido da hierarquia social. Quando se pensa que as oligarquias dos municípios, por exemplo, brigavam até a morte para disporem de lugares como agente de correio, fiscal, professor primário, coletor, oficial de justiça, escrivão; quando se pensa que as oligarquias provinciais e depois estaduais reservavam ciosamente para si a indicação do pessoal das repartições e de lugares como delegado, coletor provincial ou geral; quando se pensa nisso é que se vê até que ponto a vida da nação girava em boa parte a volta do ser ou não ser funcionário. Ser funcionário era, como se dizia, “ter uma posta”, um lugar que dava renda, garantia, prestígio e posição. De cargo em cargo, os funcionários iam se escalonando até perto do governo do país.

Embora o diverso século XIX, em outras províncias, tenha presenciado a participação feminina na condução de reformas escolares (como no ano de 1890, início da República, a professora mineira Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, que participou da reforma da instrução em São Paulo, naquele ano), a realidade das professoras públicas imperiais era oposta aos dos homens que trabalhavam na instrução. As mestras não estavam presentes ocupando cargos nas Inspetoria da Instrução Pública, tampouco estavam autorizadas a galgar qualquer degrau da hierarquia funcional, exceto em momentos que participavam de bancas examinadoras, ao lado de outros professores, ou ainda, para integrar alguma comissão especial, como foi o caso da professora carioca Guilhermina de Azambuja Neves, que em 1881 foi designada pela inspetoria do Rio de Janeiro para compor uma comissão¹⁷⁹ sobre o ensino feminino.

Cabe assinalar que tais experiências femininas foram vivenciadas entre as décadas de 1870 a 1880, isto é, estavam inseridas em um contexto de maior circulação de ideias republicanas e mais próximas do final do Império, cujo cenário político prenunciava mudanças que viriam a ocorrer no contexto educacional mais amplo (SCHUELER, 2002). Dentre elas, podemos citar, ainda na ambiência da Corte, o surgimento de práticas de associativismo docente e reivindicações da *classe deslembada*,¹⁸⁰ por meio da construção, em 1871, do *Manifesto dos Professores Públicos de Instrução Primária da Corte*. Esse significativo abaixo-assinado veio dos mestres públicos do Rio de Janeiro e promoviam o

¹⁷⁹ Ministério do Império (RJ), 1881, ed. 1.

¹⁸⁰ Essa expressão integrou um discurso de D. Pedro II sobre os docentes e foi utilizada estrategicamente pelos professores no Manifesto dos Professores de 1871 (LEMOS, 2006).

questionamento das condições de trabalho no magistério, baseado pela consciência do professorado que se constituíam como uma classe das mais mal remuneradas e tanto mais exigidas do funcionalismo público imperial. (LEMOS, 2006).

Embora tais iniciativas fossem politicamente importantes, no sentido dos integrantes do magistério buscarem delinear uma identidade profissional coletiva e lutarem por direitos da categoria, o Manifesto de 1871 fora produzido e assinado apenas pelos professores do sexo masculino. As mulheres docentes não integraram o documento.¹⁸¹ Afinal, onde elas estavam? Não seriam as mestras, pelo sexo e exercício da prática docente, aquelas duplamente *deslembradas*? Mas, quais condições concretas, nesse contexto específico, as professoras possuíam para se somarem aos debates políticos que diziam respeito diretamente à sua classe? É correto afirmar que, na década aludida, elas ainda estavam em menor número que os homens no magistério de primeiras letras; acrescente-se isto às formas de organização das relações de gênero na sociedade oitocentista, as quais dificultavam ao sexo feminino, o acesso aos espaços de construção política e coletiva. Na prática, as mulheres eram possuidoras de uma cidadania incompleta, contribuindo para que as hierarquias sexuais presentes nos mundos do trabalho e da política agissem no sentido de obstaculizar a inserção de suas vozes no espaço público.

No entanto, mesmo com esses limites *gendrados*, muitas dessas professoras, públicas e particulares, atuaram a partir de práticas possíveis de resistência, com astúcia, buscando entender as leis imperiais, negociando para elas mesmas, melhores condições de trabalho e de ordenados, através do contato com burocracia das instituições imperiais. Diante disto, a vida profissional de Herculana é um exemplo bastante representativo de como uma professora buscou amearhar *todos* os lugares abertos na senda do magistério feminino oitocentista, se tornando professora, diretora de colégios e autora de manuais didáticos.

Deste modo, a exemplo da mestra luso-brasileira, também outras mulheres construíram sólidas carreiras profissionais em que a destacada atuação docente e intelectual as tornavam autoridades pedagógicas de seus tempos, espalhando-se em campos mais flexíveis como o ramo particular da instrução, participando da imprensa periódica, publicando e traduzindo livros, fundando colégios e regendo recolhimentos e asilos. Nesse conjunto de experiências vastas, acessar ao universo do serviço público certamente foi uma das conquistas mais significativas das mestras.

¹⁸¹ Lemos (2006) indica que apenas em 1880, também na Corte carioca, que se registra a presença de nomes de mulheres professoras em abaixo-assinados de caráter político, referente a reivindicações do magistério.

No entanto, para Antônio Candido (2007), pertencer aos mais baixos escalões do funcionalismo imperial, era uma condição (válida tanto para homens quanto para a minoria de mulheres) que não dava muito “acesso à história” – essa feita preferencialmente em função das biografias dos *grandes homens* públicos. Por outro lado, foi justamente por pertencer aos quadros funcionais da província maranhense, ainda que em uma posição hierarquicamente inferior, é que Herculana teve uma parte considerável de seu percurso laboral registrado, o que nos permitiu, portanto, acessar documentos que continham importantes informações acerca da sua trajetória docente. Nesse sentido, as fontes que nos ajudaram a cobrir o período de entrada como funcionária da Inspeção da Instrução Pública até a sua saída através da aposentadoria são, mais uma vez, os jornais e almanaques, além da documentação avulsa encontrada no Arquivo Público, perfazendo um período de 25 anos, que vai de 1856 (início da carreira como funcionária pública) até 1881 (ano em que se aposenta).¹⁸²

Se em São Luís, capital da província, Herculana residia em locais de intenso comércio, prestações de serviços dos mais variados e vida intelectual pulsante, com direito a existência de teatros, academias literárias, Liceu, livreiros e bibliotecas públicas (desfrutados por uma minoria, diga-se de passagem), ao chegar na vila localizada no litoral ocidental maranhense, a mestra se deparava com uma pequena cidade com características de grande fazenda e vida urbana de hábitos sociais muito mais simples e comezinhos. Mas não só isso. Chamamos atenção para o estado de precariedade latente em relação às condições estruturais dadas pela Inspeção para o funcionamento de sua aula. Era de praxe, na cultura educativa do Império, que as professoras e professores alugassem uma casa que servisse ao mesmo tempo como espaço de trabalho e moradia do docente (SILVA, 2018).

Portanto, a instrução se dava entre circuitos ambíguos em que o morar e o lecionar conviviam juntos – ainda que a legislação, para as mulheres, apontasse que essa “escola” devesse ser organizada mediante questões morais – os únicos homens que poderiam residir em seus interiores eram o marido ou pai da mestra (CASTRO, 2009). Tais prerrogativas soavam penosas aos professores e professoras, pois eram frequentes as queixas deles e delas ao Thesouro Provincial exigindo que fossem ressarcidos dos gastos com itens do mobiliário escolar; a mistura entre o público profissional e o privado doméstico acabava, na prática, onerando os docentes e tornando os ordenados do magistério mais diminutos ainda, visto que parte dele acabava sendo dispensado para a manutenção das aulas. O Estado aqui se faz pouco presente, no sentido de oferecer melhores condições de trabalho para o magistério primário –

¹⁸² Cabe ressaltar que Herculana, mesmo após a aposentadoria, concedida em 1881, continua trabalhando na instrução, em estabelecimentos particulares.

e, quanto mais distante da capital, mais abandonadas se encontravam as aulas primárias, fazendo com que os docentes acumulassem múltiplas funções (ORLANDA, 2016).

E a própria Herculana não escapou de ver parte de seus parcos vencimentos destinados à compra de objetos essenciais para a abertura da sua aula. Apenas um ano após o início das suas turmas primárias, em 1857 sabemos que a mestra enviou uma petição ao Tesouro Provincial solicitando que fosse indenizada pelos gastos que fora obrigada a fazer. Deste modo, tendo a sua petição atendida, o Tesouro lhe devolveu os 120\$000 réis que havia destinado para aquisição dos itens. O despacho oficial foi transcrito abaixo, no jornal *Publicador Maranhense* (1857, ed.72):

3ª Secção – Palacio da presidência da província do Maranhão, 23 de março de 1857.

Dê Vmc. Suas ordens para que a professora do ensino primário da villa do Cururupu, D. Herculana Firmina Vieira de Sousa, seja indenizada da quantia de 120\$000, que despendeu para a compra de objectos para o uso de sua aula, como consta dos documentos juntos.

No conteúdo do despacho no qual Herculana fora corretamente ressarcida pois havia comprado, com seus próprios vencimentos, não são descritos os materiais os quais utilizou para o funcionamento da sua aula. O documento não nos informa sobre quais seriam esses *objectos*, mas podemos ter ideia a respeito dos itens que eram considerados essenciais para o funcionamento de uma escola primária; baseando-nos nas listas de materiais que as escolas deveriam ter em seu interior. Tanto o mobiliário utilizado quanto os materiais didáticos adotados compõem o repertório do que chamamos de artefatos pertencentes à cultura material escolar. No contexto da província maranhense, os regimentos educativos costumavam arrolar os itens básicos para o funcionamento de uma aula. César Castro (2009), ao realizar o cotejamento dos materiais escolares dispostos nas legislações da instrução pública maranhense ao longo da segunda metade do século XIX, assim os listou e especificou:

Um armário, três cadeiras (para o professor e pessoas que visitarem a escola) uma mesa para o professor e as pessoas que forem precisar, para os alunos, bancos para estes, um relógio, uma campainha, um quadro preto de madeira, esponja e giz para os exercícios aritméticos, uma coleção de pesos e medidas do sistema métrico decimal, traslados, lápis, canetas, penas, régua para escrita, cabides para chapéus, potes e vasilhas menores para água, dois livros para matrículas dos alunos e para registro dos inventários dos objetos da escola, e tudo o mais que o inspetor da instrução pública julgar precioso (CASTRO, 2009, p. 32 *apud* CASTELLANOS, 2020, p.10).

Isso posto, as professoras primárias necessitavam, para o bom andamento das suas atividades pedagógicas, que a província lhes fornecesse, tanto itens de mobiliário escolar, quanto materiais didáticos; assim, bancos, mesas, cadeiras, canecas, compêndios didáticos,

cadernos, caligrafias, livros de leitura e tabuadas faziam parte do cotidiano do trabalho docente. E em se tratando de educação do sexo feminino, acrescentamos a necessidade dos materiais de costura e bordados, utilizados para ensinar os trabalhos de agulha. Com efeito, diante de um quadro estruturalmente incipiente, Herculana não foi a única professora a lançar queixas e reclamações a respeito das condições materiais fornecidas pelo erário provincial.

Castellanos (2020), ao analisar as circunstâncias concretas envolta nas tramas da cultura material escolar do Maranhão oitocentista, pontua que as dificuldades relacionadas à obtenção de prédios adequados, ao mobiliário escolar e aos livros didáticos - essenciais ao funcionamento das aulas – fazia “enxameiar reclamações do magistério” (VIVEIROS, 1953, p.78) e vinham do professorado situado tanto na capital quanto nas vilas mais distantes, compondo um quadro que comprometia “a uniformidade do ensino e a sistematização dos métodos” (CASTELLANOS, 2020, p.16). Vale ressaltar que os entes públicos da província tinham consciência a respeito do precário estado de coisas que atravessava a instrução local. Sobre isto, Castellanos (2020), em seu estudo, nos traz uma fala bastante franca e sintomática da fragilidade da escola primária maranhense, enunciada pelo inspetor José Silva Maia, em 1861 - fala esta que foi direcionada ao Presidente da Província, e que resumia os principais obstáculos vivenciados pela instrução naquela década:

Em resumo a falta de utensílios, a prática seguida de lecionarem os professores em suas próprias casas que são pela maior parte acanhadas e não comportam o número dos matriculados, a falta de compêndios para serem distribuídos pelos alunos pobres, a mesquinhez dos ordenados dos professores, tudo isso tem exercido sobre o ensino uma influência perniciosa e são estas as principais causas da marcha lenta e arrastada. As medidas, portanto, que proponho, tendentes a melhorar este importante ramo do serviço público são as seguintes: 1º fornecimento de mobília para as escolas; 2º casas próprias para as mesmas; 3º compra de livros adotados para serem distribuídos aos alunos reconhecidamente pobres; 4º aumento dos professores do interior (MARANHÃO, O., 1861 *apud* CASTELLANOS, 2020, p.12).

Após o diagnóstico alarmante acerca da realidade educacional da província, as melhorias sugeridas pelo inspetor Silva Maia, ao que parece, não tiveram um impacto prático na realidade de parte dos e das docentes maranhenses. Em 1879, 23 anos após o pedido de ressarcimento de Herculana, nos deparamos com outra queixa da mestra, que foi registrada na obra de Jerônimo de Viveiros, *História da Instrução Pública e Particular no Maranhão* (1953). Em um dos ofícios enviados por ela ao Conselho de Instrução Pública, Herculana fazia o seguinte desabafo:

Tendo eu sido provida nesta cadeira em 1855, entrando em exercício em 1856, foram-me oferecidos para a instalação da escola, uns limitadíssimos utensílios, que,

tendo se estragado no decorrer de 23 anos, ainda não foram substituídos, apesar de minhas reclamações¹⁸³

Ao produzir essa queixa, é possível perceber o cansaço de uma professora, que, faltando poucos anos para a sua aposentadoria, não tinha mais esperanças de receber novos itens escolares, de modo que pudessem substituir os seus “limitadíssimos utensílios”, já debilitados e com os quais trabalhou ao longo dos anos em que exerceu o magistério público. Seus muitos apelos, através de ofícios e correspondências à Inspetoria e depois, ao Conselho da Instrução, não haviam sido atendidos, indicando que, após o recebimento de modesto mobiliário escolar, a manutenção e/ou substituição do mesmo não foi uma prioridade do órgão – realidade essa que poderia ser estendida ao corpo docente imperial, sobretudo aqueles situados fora da capital da província.

Embora estando a instrução pública envolta em precariedades de várias ordens, Herculana não deixou de ser uma funcionária exemplar. Acerca do cumprimento de parte da escrituração educativa – que era de responsabilidade dos docentes, encontramos um ofício datado de 1863, feito de próprio punho pela mestra, atestando que recebeu o Livro do Povo e que o material seria distribuído para as alunas que tiveram maior destaque acadêmico. E aqui, um adendo: o ofício produzido por Herculana é um testemunho ativo da cultura material escolar maranhense, pois nos fornece indícios para pensar na circulação da aludida obra – que, por sua vez, merece alguns comentários à parte. Abaixo segue uma imagem do ofício enviado por Herculana à Inspetoria da Instrução, bem como a sua transcrição:

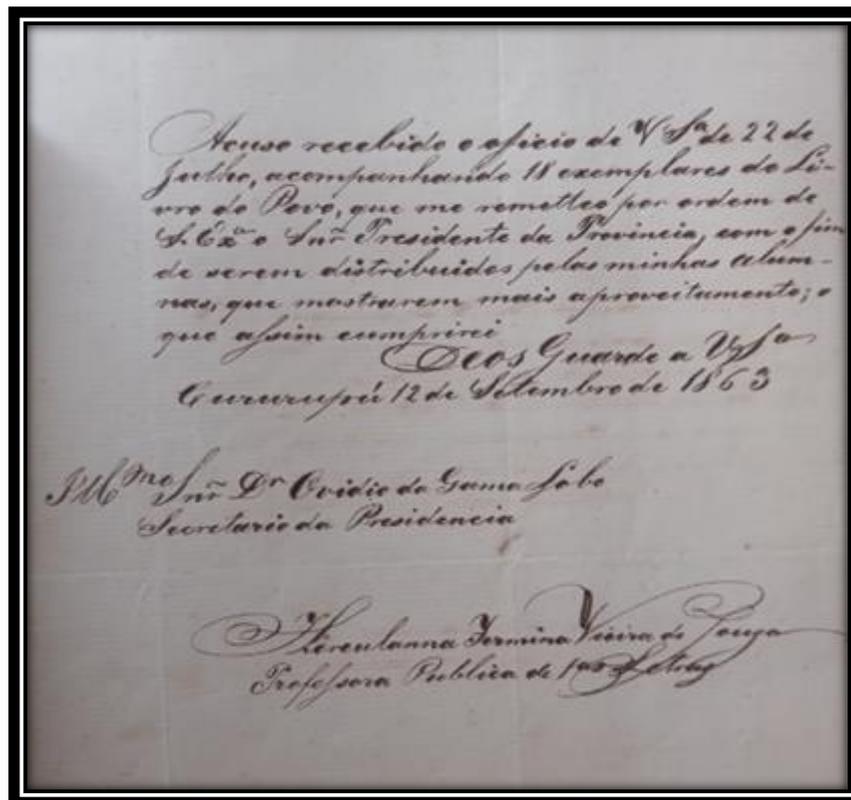
*Acuso recebido o ofício de Vossa Senhoria de 22 de julho, acompanhando 18 exemplares do **Livro do Povo**, que me remetteo por ordem de S. Exa. o Snr. Presidente da Província, com o fim de serem distribuídos pelas minhas alumnas, que mostrarem mais aproveitamento; e que assim cumprirei.*

Deos guarde a Vossa Senhoria.

Cururupú, 12 de Setembro de 1863

Ilmo. Snr. Dr. Ovídio da Gama Lobo
Herculana Firmina Vieira de Souza
Professora Pública de 1as Letras.

¹⁸³ VIVEIROS, 1953, p.37.



Ofício de Herculana Vieira, documentação avulsa da Instrução Pública, 1863.

De acordo com a pesquisadora Odaléia Alves (2013), *O Livro do Povo* foi o maior êxito didático-editorial saído de uma tipografia maranhense, no caso, a Tipografia do Frias. De autoria do professor e inspetor Antônio Marques Rodrigues¹⁸⁴, o impresso escolar, que teve a sua primeira edição em 1861, com uma notável tiragem inicial de 10.000 exemplares, continuou sendo editado nos anos seguintes, atingindo a marca de 40.000 exemplares que foram distribuídos nas escolas públicas das províncias que o adotaram, como Maranhão, Piauí, Pará e Pernambuco. Era vendido a um *módico* preço que, a depender da época e da edição (algumas delas saíram com ilustrações, o que encarecia o impresso), variava entre 320 réis a 3\$000 réis.

Contudo, o seu sucesso editorial nas províncias do norte se baseava, para além do preço: era um livro de leitura, pautado no Evangelho e que possuía afinidades pedagógicas com o ensino de doutrina cristã, lecionada na escola elementar – isto é, se tratava de uma obra que viria a suprir uma lacuna educativa que conjugava tanto as práticas de leitura quanto a inculcação dos valores cristãos almejados pela cultura escolar oitocentista (ALVES, 2013). Segue abaixo a capa do livro – uma nona edição produzida em 1881:

¹⁸⁴ Antônio Marques Rodrigues (1826-1873), foi bacharel de Direito, professor, inspetor da Instrução Pública do Maranhão e autor de obras didáticas (ALVES, 2013).

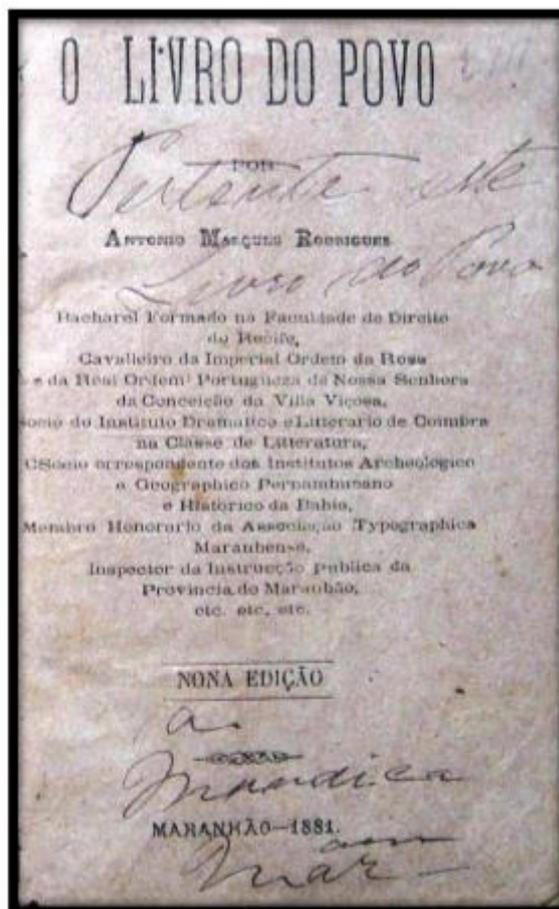


Fig (10). Capa do Livro do Povo, 9ª edição, 1881 (ALVES, 2013).

O contato com livros escolares saídos das prolíficas tipografias maranhenses, certamente foi um dos aspectos que encorajou Herculana a atuar na seara editorial, ampliando as suas possibilidades de diversificar os seus vencimentos, quando empreendeu, em 1868, o projeto do manual didático, *Resumo da História do Brasil*. Buscar alternativas possíveis de inserção nos ramos público e particular da instrução foi umas das estratégias (CERTEAU, 1998) laborais adotadas pela mestra.

Analisando as fontes em torno da trajetória profissional de Herculana, fica a certeza que ela se utilizou, de modo arguto e tático, de todas as fendas do magistério para amealhar alguma renda e obter certas vantagens financeiras – seja lançando mão, através das brechas da legislação da Instrução provincial para dar mais aulas fora do expediente habitual, seja publicando livros e obtendo com eles o lucro das vendas como acréscimos financeiros na aposentadora – e a legislação vigente garantia essa prerrogativa aos professores que publicassem compêndios escolares adotados pela província.¹⁸⁵

¹⁸⁵ No Regulamento da Instrução Pública de 1854, Capítulo X, Disposições Gerais, assegura o art. 86 que “O Presidente da Província sobre a proposta do Inspector da instrução pública poderá conceder prêmios aos

Como boa parte das mestras públicas do Império, a docência para ela, não era uma ocupação secundária e sim o seu instrumento privilegiado de sobrevivência. Dito isto, ao examinarmos a documentação da Instrução Pública presente no APEM, nos deparamos com um pedido bastante fora do comum: em ofício enviado à Inspetoria da Instrução, em 1860, Herculana solicitava a licença para dar aulas para meninos no turno oposto àquele no qual lecionava às suas alunas. Obtivemos apenas a resposta ao seu pedido e a reproduzimos na íntegra:

Secretaria da Instrução Pública do Maranhão, 13 de Abril de 1860.
Ilm. Exc. Snr.

Devolvemos o requerimento de **D. Herculana Firmina Vieira de Souza**, professora pública de primeiras letras de São João do Cururu, que pede licença para ensinar **meninos**, cumpre-me informar a V.S. em observância do respeitável despacho, proferido no mesmo requerimento que não acho inconveniente em algum se conceder a licença que requer a Supplicante, uma vez que leciona ella em aula separada da de meninas, e em horas contrárias as da aula pública, visto que o regulamento prohibe a reunião dos dous sexos dentro da mesma escola.

Deus guarde a V. Exc.
Ilm. Exc. Snr. Doutor João Silveira de Souza.

José da Silva Maia
Inspetor da Instrução Pública.

Esse episódio merece um exame mais pormenorizado. Como descrito no capítulo anterior, não era incomum que professores públicos solicitassem da Inspetoria autorizações para lecionarem no contraturno das suas aulas e abrirem escolas particulares, indicando que não poderiam, por questões financeiras, ficarem ociosos nos turnos opostos, considerando os baixos ordenados pagos à categoria (COELHO, 2017). No entanto, o pedido de Herculana traz uma novidade; ela busca autorização para ensinar crianças e jovens do sexo masculino e *não* para atender meninas em aulas particulares. Não sabemos as idades dos seus alunos, mas no *Almanack Administrativo* de 1862, temos a informação que ela atendia meninos menores de 16 anos. O pedido da mestra, de imediato nos traz à lembrança da impossibilidade legal das aulas mistas durante quase toda a vigência do Império.¹⁸⁶ Aliás, essa confusão foi feita em

professores que se tornarem notáveis no magistério, já compondo compêndios para o uso das escolas, já traduzindo melhor os publicados em língua estrangeira; assim como uma gratificação extraordinária à aqueles que se tiverem distinguido no ensino por mais de 20 anos de serviço efetivo (CASTRO, 2009, p.397).

¹⁸⁶ E neste ponto, cabe uma observação: em relação às aulas mistas na história da instrução pública tanto da América Portuguesa quanto do país recém-independente, nos parece ser pertinente não absolutizar as informações acerca da prática desse fenômeno. Nesse sentido, como já alertava Tereza Fachada Cardoso (2012), ao pontuar acerca da situação das aulas régias ocorridas em fins do século XVIII, no Rio de Janeiro: “as escolas, ou as Aulas Régias, eram distintas para cada sexo, ou seja, eram separadas para meninos, regidas por mestres e para meninas, regidas por uma mestra. Entretanto, no caso das duas classes distintas terem sido estabelecidas em

alguns estudos que, ao se depararem com a solicitação de Herculana e com o posterior registro das aulas para meninos, feito no almanaque do ano de 1862, pensaram se tratar de pedido de licença para lecionar para meninas (COELHO, 2017) ou para o exercício das turmas mistas (CRUZ, MATOS, SILVA, 2018). E nenhuma das duas hipóteses estão corretas quando examinamos atenciosamente o conteúdo da autorização.

E aqui, entra o processo de táticas e estratégias (CERTEAU, 1998) utilizadas pelas mestras e mestres oitocentistas para lhes garantir recursos financeiros e espaços maiores de atuação docente. Herculana, sabendo da proibição das aulas mistas, deixava claro que a sua aula para meninos funcionaria em turno oposto ao das alunas; logo, os sexos não iriam se encontrar em sala de aula.¹⁸⁷ Contudo, se na prática, ela fazia diferente, unindo os alunos e alunas, o certo é que não temos condições objetivas para aferir isto. E, se aproveitando de uma brecha da legislação, na qual não proibia mulheres de serem professoras de meninos, ela elabora o seu pedido, no que a Inspetoria prontamente lhe atende em seu convincente argumento. Portanto, após a autorização oficial, Herculana atuava duplamente como professora pública de meninas no turno da manhã e como professora particular do sexo masculino no turno da tarde.

Certamente o acúmulo de tais funções lhe gerou uma demanda de tarefas ainda maior, levando em consideração que o trabalho docente se espraiava para além da aula/colégio. É possível que nesse cenário também atuasse a sua irmã, D. Carolina, ajudando-lhe na regência das aulas. Entretanto, com isto, Herculana viu seus ganhos aumentarem; um outro aspecto que chama atenção é que, no ano em que fez o pedido formal, a vila de São João do Cururupu contava com um professor primário João Marcelino da Silveira, para aquele ano de 1862. Aliás, como afirmamos antes, a vila obteve a criação da cadeira de primeiras letras para o sexo masculino em 1837, ou seja, 18 anos antes do sexo feminino, que fora criada apenas em 1855. E, considerando haver professor de primeiras letras já designado para a aula dos meninos, seu pedido, por outro lado, nos coloca também diante de alguns questionamentos: o professor do sexo masculino estava ausente por algum motivo? Estava de licença médica ou foi recrutado para atuar na Guerra do Paraguai (ARAÚJO, 2014) que, na província maranhense, também arregimentou indivíduos do seu quadro docente? Ou os filhos das

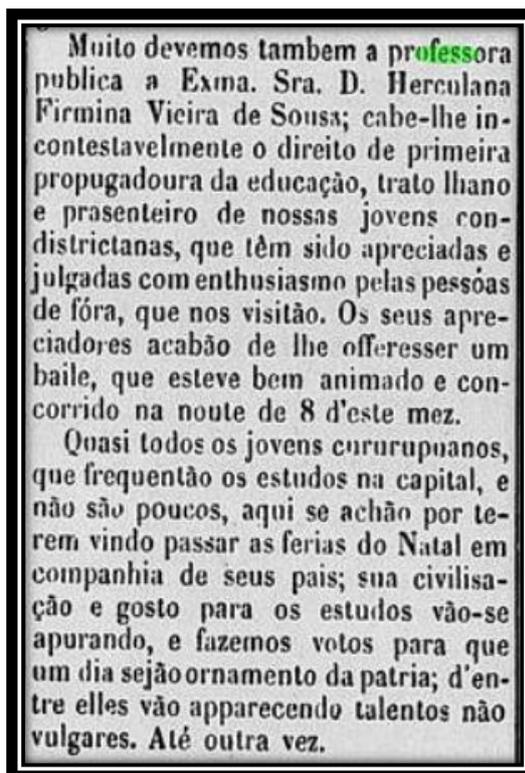
uma localidade, e de só haver um mestre ou uma mestra nomeados, era possível juntar as duas classes até que se providenciasse um outro mestre ou mestra para o lugar, o que podia levar anos. Assim, em casos excepcionais, as turmas podiam ser compostas por alunos de ambos os sexos” (CARDOSO, 2012, p.108). Portanto, isso se configura em um indício de prática que fugia do que a impositiva letra da lei preconizava, relacionada à separação total dos sexos na escola elementar.

¹⁸⁷ Gomes (2022) chama atenção que no colégio de N.S. da Glória, meninas e meninos poderiam se matricular, mas eram educados em salas separadas.

famílias abastadas preferiam pagar para que uma bem afamada professora luso-brasileira ensinasse seus filhos, preferindo deixá-los aos seus cuidados, ao contrário de um professor primário que talvez não gozasse de tão boa reputação?

Após o registro das aulas para meninos e meninas, não tivemos mais informações a respeito de suas turmas masculinas. Não sabemos se a mestra continuou a ensiná-los ou se apenas as suas aulas para o sexo masculino deixaram de ser registradas nos anos seguintes. Outra pergunta avultada é em relação ao currículo lecionado, uma vez que disciplinas como geometria eram exclusivas ao sexo masculino. Herculana ensinava essa disciplina – que não integrou matéria de seu concurso público - para os seus “discípulos”? Também é uma indagação que não temos como perquirir. Contudo, não deixa de ser curioso notar que em 1862, parte do magistério primário na vila de Cururupu já se encontrava *feminizado*, antecipando em algumas décadas esse fenômeno social que começaria ocorrer nas últimas décadas do XIX, e, atestando que as experiências docentes no contexto imperial foram múltiplas e diversificadas. As realidades vivenciadas no interior das províncias, como também em suas capitais, por vezes destoavam do que a letra fria e impositiva da lei preconizava.

O prestígio social de Herculana seguia crescendo na pequena vila, indicando, com isto, a existência de dimensões afetivas e relacionais envoltas no trabalho pedagógico que desenvolvia junto aos seus alunos, e, particularmente, às suas alunas. Em 1864, na edição 147, do jornal *O Paiz* encontramos um texto de um correspondente jornalístico de Cururupu mencionando a realização de um **baile** feito em homenagem à mestra, chamada por ele, elogiosamente de “primeira propugadora da educação” da vila. O pequeno texto jornalístico é efusivo em congratulações à professora pelo seu trabalho em educar as meninas – e destaca que as “condistrictanas” cururupuenses têm sido julgadas positivamente, sendo reconhecidas pelas pessoas “de fora” que visitavam a localidade como moças bem-educadas. Tais elogios falam diretamente à prática pedagógica da mestra e podem ser considerados também um importante testemunho das inovações educativas aplicadas por ela, junto ao seu público discente. O texto também destaca que Herculana possuía um trato “lhano e prazenteiro”, isto é, demonstrava ser gentil e amável com o seu alunado – como podemos observar na íntegra da notícia abaixo:



Jornal O Paiz, 1864, ed. 147.

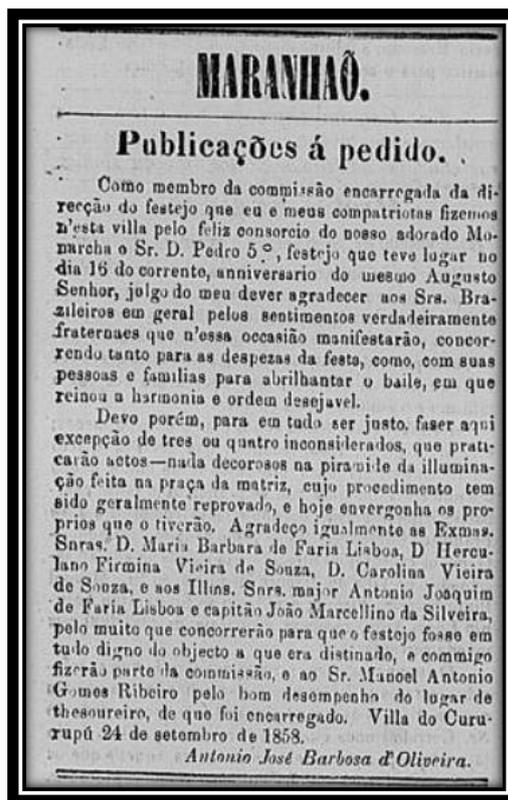
Pelo cumprimento deste propósito, Herculana ganha um baile¹⁸⁸ (“bem animado e concorrido”) em reconhecimento ao seu esmerado trabalho educativo que resultava na produção de jovens publicamente instruídas e cultas. Isto é, a professora contribuía para a vila ser “bem falada” pelos demais. Certamente os “apreciadores” de seu trabalho que lhe ofertaram a referida festa eram os generosos e agradecidos pais e mães de família cujo as filhas eram alunas da mestra. Além disto, a festa ainda poderia ser o momento propício para que as jovens pusessem em prática as boas maneiras aprendidas, exibindo a todos os presentes os modos distintos envoltos no *portar e agir* em ocasiões sociais voltadas para o entretenimento. Com efeito, a comunidade local aprovava plenamente o seu desempenho, reconhecendo-a como a pioneira na organização do magistério primário feminino em Cururupu e responsável direta pela (boa) formação de gerações:

Formador de mentes, de almas e de corações, o professor primário lida diretamente com a transmissão – e talvez com a produção – de valores, de saberes, de normas de conduta prescritas. O professor primário forma o indivíduo para a civilidade e para o civismo (BOTO, 2005, p.1).

¹⁸⁸ De acordo com Melo (2014), o baile, revelador de dinâmicas sociais mais mundanas e portador de múltiplos significados culturais, é um evento dançante, de entretenimento, mas que também conforma pedagogias de corpos educados. No Império, a ocorrência dessas festas pertence também a um movimento ligado aos espaços urbanos.

Professores e professoras primárias, além da formação para a civilidade, lidavam também com a existência de afetos dos mais variados – uma dimensão que não deve ser negligenciada, pois se conecta diretamente ao prestígio social que mestres e mestras conquistavam ao terem os seus méritos profissionais reconhecidos publicamente. Àquela altura, em 1864, Herculana contava ainda com menos de dez anos de serviço público, sendo então a única professora estabelecida naquele lugar e o seria por muitos outros anos - considerando que no tempo em que atuou na regência das primeiras letras, abrangendo o período de 1856 a 1881, não houve a criação de uma segunda cadeira voltada para o ensino do sexo feminino na localidade. Herculana, de fato, fora a mestra de diversas gerações na vila de Cururupu – e, nesse sentido, se compreende o rol de celebrações direcionadas a ela – algo que pode ser pensado a partir da “multiplicidade de significados e vivências da condição feminina, inclusive no que diz respeito à elaboração da docência como função” (NASCIMENTO, 2019, p.110). Por fim, ocasiões sociais que homenageavam professoras indicavam também o quanto essas profissionais estavam integradas às sociabilidades locais quanto possuíam um bom trânsito entre as famílias mais influentes e patrocinadoras destes eventos festivos.

No entanto, cabe ressaltar que essa não foi a única notícia de uma ocasião festiva a envolver o nome de professora. Cabe apontar que alguns anos antes, Herculana e sua irmã também participaram de outra festa – dessa vez, uma festejo cívico, ocorrido em 1858. Notícias sobre tais festividades são importantes fontes históricas que representam também o registro do cotidiano local, assim como também forjaram registros possíveis acerca da presença feminina, em que testemunhamos mulheres atuando como organizadoras e participantes destes eventos sociais. E, do mesmo modo, podemos vislumbrar a partir destas notícias, além dos aspectos relacionados às sociabilidades religiosas e laicas, relações políticas entre famílias, laços de apadrinhamentos, exibição de famílias abastadas, pessoas influentes, dentre outros aspectos. A festa, não raro, gerava crônicas locais em que as posturas dos indivíduos eram escrutinadas mediante olhares que poderiam ser ácidos e mordazes, como aqueles feitos por jornalistas e autores como João Francisco Lisboa e Aluísio de Azevedo. Dito isto, reproduzimos a íntegra da notícia relacionada a festa cívica na qual Herculana e sua irmã, Carolina, participaram como organizadoras:



Publicador Maranhense, 1858, ed. 245.

MARANHÃO Publicações à pedido

Como membro da comissão encarregada da direcção do festejo que eu e meus compatriotas fizemos n'esta villa pelo feliz consorcio do nosso adorado Monarcha o Sr. D. Pedro 5^a, festejo que teve lugar no dia 16 corrente, anniversario do mesmo Augusto Senhor, julgo do meu dever agradecer aos Srs. Brasileiros em geral pelos sentimentos verdadeiramente fraternaes que n'essa occasião manifestarão, concorrendo tanto para as despesas da festa, como, com suas pessoas e familias para abrilhantar o baile, em que reinou a harmonia e ordem desejável.

Devo porém, para em tudo ser justo, faser aqui excepção de três ou quatro inconsiderados, que praticarão actos – nada decorosos na pirâmide da illuminação feita na praça da matriz, cujo procedimento tem sido geralmente reprovado, e hoje envergonha os próprios que o tiveram. Agradeço igualmente as Exmas. Snras. D. Maria Bárbara Faria Lisboa¹⁸⁹, D. Herculana Firmina Vieira de Souza, D. Carolina Vieira de Souza, e aos Ilmos. Snrs. Major Antônio Joaquim Faria Lisboa e capitão João Marcellino da Silveira, pelo muito que concorrerão para que o festejo fosse em tudo digno do objecto a que era destinado, e commigo fizeram parte da comissão, e ao Sr. Manoel Antônio Gomes Ribeiro pelo bom desempenho do lugar de thesoureiro, de que foi carregado. Villa do Cururupú, 24 de setembro de 1858.

Antônio José Barbosa d'Oliveira.

A “publicação a pedido” – significava que tinha sido custeada pelo próprio anunciante, não sendo, portanto, uma demanda interna do jornal. O festejo local, dirigido pelo

¹⁸⁹ D. Maria Bárbara Faria Lisboa era casada com Antônio Joaquim Faria Lisboa, major e proprietário de terras em Cururupu.

comerciante português Antônio José Barbosa d'Oliveira,¹⁹⁰ ocorrera em 16 de setembro de 1858, na vila de Cururupu, e, além da participação de Herculana e sua irmã, D. Carolina, também integrou o grupo organizador a senhora D. Bárbara Faria Lisboa e o major Antônio Joaquim Faria Lisboa, representando uma parcela da elite da cidade, responsável pelos preparativos do baile cívico, isto é, a parte privada da festa, realizada em homenagem ao aniversário do imperador de Portugal, Pedro V.



Fig (11). Imagem de D. Pedro V, monarca homenageado em Cururupu.¹⁹¹

O evento, portanto, foi organizado também pelos “*srs. Brasileiros*”, movidos por “*sentimentos verdadeiramente fraternas.*” Contudo, a festa contou com alguns episódios que destoavam da *civilidade* e das boas maneiras exigidas nesses momentos solenes. Assim, o redator não deixou de mencionar a ocorrência de atos de “*nada decorosos*”, que partiu de um pequeno grupo de “*inconsiderados*”. Não sabemos quais atos foram praticados em praça pública, mas pela forma como foram descritos na publicação, tratava-se de episódio socialmente reprovado, e, segundo as palavras veiculadas pelo jornal, seria capaz de envergonhar prolongadamente àqueles que o fizeram. Abaixo segue uma outra descrição, bem mais detalhada, do festejo cívico, encontrada no Almanaque Administrativo (MA) de 1860:

¹⁹⁰ Estrangeiro e dono de um estabelecimento comercial de secos e molhados em Cururupu (Almanack Administrativo, 1860, ed. 3).

¹⁹¹ Imagem retirada do site: <https://historiadeportugalparatodos.blogspot.com/2017/01/capitulo-xxxvi-d-pedro-v.html>

SETEMBRO

16 – Os poucos portugueses aqui residentes promoveram uma subscrição entre si e os brasileiros, para festejar os annos de seu augusto Monarcha o Senhor D. Pedro 5°. Depois de nomearem uma comissão composta dos brasileiros o major Antônio Joaquim de faria Lisboa, e Capitão João Marcelino da Silveira, e estrangeiro Antônio José Barbosa de Oliveira para escolher o festejo que se havia de apresentar, collocaram uma vistosa piramyde iluminada internamente, no centro da praça desta villa, com figuras e dísticos alegóricos e apropriados cercada por pórticos de murta illuminados com lanternas de côr; depois d’uma banda de muzica tocar o hymno brasileiro e muitas outras peças, foram dados differentes vivas aos Monarchas Brasileiro, e Portuguez, aos laços fraternaes que unem as duas Nações, e as authorities do paiz, deitou-se um balão acrostalico, queimaram-se differentes peças de fogos artificiaes, e depois dirigiram-se às differentes famílias que se haviam convidado a sala da Câmara Municipal, onde foi servida um lauto copo d’água, concluindo-se ou festejo com um animado baile até às 4 horas da madrugada. (ALMANAQUE ADMINISTRATIVO, 1860, p. 157-158).

Àquela altura, em 1858, o Império contava com 36 anos de existência governamental e a lusofobia se encontrava mais arrefecida diante tanto dos esforços conciliatórios da política imperial quanto da própria consolidação da monarquia brasileira; abrindo espaço para práticas cívicas lusas, sobretudo por parte de súditos portugueses residentes no Brasil, como também daqueles lusitanos naturalizados brasileiros. Apesar da nota publicada no jornal noticiar que apenas o rei d. Pedro V fora celebrado, houve também homenagens a D. Pedro II, como ficamos sabendo no texto do Almanaque, que revelava outros pormenores da festa, e, dentre eles, que a ocasião contou com residentes portugueses em Cururupu; nesse sentido, a presença de Herculana nessa comemoração é mais um forte indício de sua origem lusitana.

A saudação cívica feita no Brasil a um monarca português, denotava, por parte dos residentes estrangeiros como também dos nacionais, práticas de *lusofilia*; também é possível aventar que a celebração feita em torno do monarca português se devia ao fato de ser sobrinho de D. Pedro II - a mãe de Pedro V era brasileira, D. Maria da Glória – primogênita do casal D. Pedro I e D. Leopoldina. Nesse contexto específico, é importante considerar também que a política de Conciliação¹⁹² estava em curso, o que colaborava para que o sentimento antilusitano se encontrasse arrefecido, sem o perigo de sofrer as represálias de outrora, considerando que a restauração portuguesa era algo que não se aventava mais naquele cenário político. A comemoração cívica, portanto, encontrava um terreno fértil para insurgir:

A construção desse Estado, com suas práticas de controle e supervisão de pessoas e coisas na sociedade, se fazia juntamente com a criação de todo um imaginário político que perpassava e que eram vivenciados nas festas cívicas. (...) A criação de um imaginário político e a educação do povo, promovida pelas festas, eram um

¹⁹² De acordo com Mattos (2004), o Gabinete da Conciliação (1853-1858) um provisório acomodamento político e partidário entre conservadores e liberais, mas não sem conflitos e contradições; período também de liderança Saquarema no governo central.

processo integrante e indissociável desse Estado que se governamentalizava. Eles se davam ao mesmo tempo e se alimentavam mutuamente (CHAMON, 1999, pp.)

Assim, não é possível separar a existência das festas cívicas que ocorriam nas capitais, vilas e povoados, de uma cultura disciplinadora mais ampla, praticada pelo Império. Se, de acordo com Chamon (1999), a festa cívica, enquanto tradição inventada, portava uma pedagogia voltada para a obediência e lealdade dos súditos nacionais, nada mais propício do que ter também professoras primárias participando desse momento solene voltado para educar as sensibilidades políticas do povo a partir da construção de um ideal de patriotismo. E aqui, tais movimentos se revestem de novos significados, ainda mais em se tratando de uma professora pública singularmente *luso-brasileira*, como era o caso de Herculana. Diante disso, nos resta indagar: ela participava dessa festa cívica mais pela condição de ainda se considerar uma súdita portuguesa ou pelo lugar ocupado professora de primeiras letras? Ou talvez um pouco de ambos?

E das festas passamos a um pequeno vislumbre do alunado feminino de Herculana. Apesar da mestra ser bastante pontual em relações às suas obrigações e demandas funcionais, não conseguimos obter no APEM as listas com os registros das matrículas de suas alunas, abrangendo os vinte e cinco anos (1856-1881) em que ela atuou como professora pública. Relembramos que a produção de toda a escrituração educativa deveria ficar a cargo dos mestres e mestras, que, depois deveriam remeter a documentação à Inspetoria para que fossem produzidos os mapas anuais que integravam os relatórios dos presidentes da província no entanto, nem todos os professores públicos e particulares cumpriam esse trabalho.

Cabe destacar que os mapas de frequência são uma escrituração pública, feita para o poder público, com o objetivo de comprovação de efetivo trabalho do mestre. Como eram manuscritos, uma vez encaminhados à administração provincial, deixavam de ser instrumento de controle do mestre. Nesse sentido, deveriam representar uma cópia de outros registros de que dispunham os professores (VIDAL, 2012, p.64-65).

Não sabemos, por outro lado, se a aludida documentação escolar¹⁹³ produzida por Herculana, devido a condições adversas de conservação, tenha se deteriorado com o tempo; fato é que, ao menos conseguimos obter parte do quantitativo discente regido pela mestra, mas não via documentação presente no APEM. Nesse sentido, na ausência dos mapas de frequências elaborados de próprio punho pela mestra, tivemos de contar com os registros dos almanaques e relatórios dos presidentes da província, que nos ajudaram a vislumbrar o

¹⁹³ De acordo com o Regulamento da Instrução Pública de 1854, “haverá em cada escola um livro de matrícula dos alunos, rubricado pelo respectivo delegado” (CASTRO, 2009, p.391). Assim, concluímos que foram produzidas as listas de matrículas das alunas de Herculana, contudo, não sabemos o destino dessa documentação – se foi extraviada ou deteriorada pelo tempo.

número de alunas matriculadas nas aulas ministradas por Herculana – porém, cabe ressaltar que constam apenas as informações brutas de uma pequena parte dos anos em que ela atuou como professora pública. Deste modo, o quadro abaixo foi feito baseado em uma documentação numericamente parcial, mas que contribui para analisarmos o crescente ou o decrescente de matrículas ao longo dos anos:

Relação de matrículas do sexo feminino por ano, na vila de Cururupu, durante exercício do magistério público de Herculana Vieira (1856-1881):

Ano	Número de matrículas	Fonte
1856	Sem registro	Não localizada
1857	27 discípulas	Relatório apresentado à Assembleia Legislativa de 1861 ¹⁹⁴
1858	32	idem
1859	26 discípulas/ 37 discípulas ¹⁹⁵	Almanack Administrativo, mercantil e industrial / Relatório de 1861
1860	27 “discípulas”/ 40 discípulas	Almanack Administrativo, mercantil e industrial / Relatório de 1861
1861	Sem registro	Não localizada
1862	42 discípulas e 12 discípulos do sexo masculino menores de 16 anos	Almanack Administrativo, mercantil e industrial
1863	42 discípulas	Almanack do Maranhão
1864	42 discípulas	Almanack Administrativo, mercantil e industrial
1865	Não consta – registro apenas do nome da professora	Almanack Administrativo, mercantil e industrial
1866	idem	Almanack Administrativo, mercantil e industrial

¹⁹⁴ No Relatório apresentada a Assembleia Legislativa Provincial, de 1861, para o ano de 1857, consta que a aula para o sexo feminino em Cururupu, houve 27 matrículas. Ver mais em:

(http://ddsnxt.crl.edu/titles/169?terms=1881&item_id=3576%23%3Fh%3D1881&c=4&m=102&s=0&cv=0&r=0&xywh=2#?c=0&m=40&s=0&cv=39&r=0&xywh=244%2C467%2C1287%2C908).

¹⁹⁵ Encontramos algumas divergências nas fontes pesquisadas em relação ao número de matrículas da aula de Herculana. Assim, tanto os almanaques quanto os relatórios da província, para os mesmos anos, possuíam registros diferentes, optamos por expor os dois.

1867	29 discípulas	Publicador Maranhense
1868	Não consta	-
1869	Não consta – registro apenas do nome da professora	Almanack Administrativo da Província do Maranhão
1870	idem	Almanack Administrativo da Província do Maranhão
1871	idem	Almanack Administrativo da Província do Maranhão
1872	idem	Almanack Administrativo da Província do Maranhão
1873	idem	Almanack Administrativo da Província do Maranhão
1874	idem	Almanack Administrativo da Província do Maranhão
1875	idem	Almanack Administrativo da Província do Maranhão
1876	Sem registro	Não localizada
1877	idem	idem
1878	idem	idem
1879	idem	idem
1880	idem	idem
1881	idem	idem

Tabela (13). Fonte: Almanques Administrativos (1856-1881) e Relatório do Presidente da Província (MA) de 1861.

Assim, listas de alunos e alunas são, além de potenciais fontes históricas, um importante testemunho da cultura material escolar de determinada época, na medida em que também expressam os mecanismos de controle oriundos da inspeção escolar. No caso maranhense, a Inspeção da Instrução Pública aplicava dispositivos para disciplinar as ações docentes, por meio da atuação de inspetores e delegados literários, os quais, por sua vez, exigiam notícias dos professores e professoras do que ocorria no interior de suas classes.

Assim, a lista de matrículas era o documento essencial para acompanhar a frequência discente e tornar perceptíveis o fenômeno da evasão escolar que acoitava a instrução pública oitocentista e, de modo mais amplo, comprometia o êxito da política imperial em relação às classes populares. No entanto, como dito anteriormente, nem todas as crianças em idade escolar possuíam acesso livre ao ensino elementar. Conforme o Regulamento da Instrução Pública de 1854 (CASTRO, 2009), os vetos às inscrições nos estabelecimentos públicos de

ensino se relacionavam a idade (eram impedidos de se matricularem aqueles menores de cinco anos e maiores de treze), os que possuíssem doenças contagiosas, aqueles que não tivessem sido vacinados, e, por fim, os escravizados.

Deste modo, o número bruto, que serve tão bem para a produção estatística trazidas por almanaques e mapas escolares, escondeu, para nós, os nomes das discentes, bem como as observações individuais da mestra que serviriam como termômetro no qual poderíamos aferir questões mais pormenorizadas, vivenciadas em seu cotidiano escolar. Anotações de professoras relatando as idades, a cor, a condição jurídica e o nível de aprendizado de suas alunas já foram examinadas em alguns estudos, dos quais destacamos os de Munhoz (2018), na província de São Paulo e Orlanda (2016), nos sertões da província maranhense, respectivamente. Cabe ressaltar que este tipo de escrituração educativa

permite desenhar aspectos da experiência coletiva de ser professor (...) também, oferece-nos pistas sobre a experiência individual e coletiva de ser aluno – as burlas realizadas; as sociabilidades; as dificuldades de aprendizagem, entre outros –, e das intrincadas relações entre escola e sociedade no período” (VIDAL, 2012, p.65).

Quantas alunas Herculana teve ao longo dos vinte e cinco anos em que atuou como professora pública? Se em oito anos (1857, 1858, 1859, 1860, 1862, 1863, 1864 e 1867) foi possível aferir 240 alunas e 12 alunos, quantas mais existiram nos outros anos em que o quantitativo bruto não foi registrado? Informações que são aparentemente miúdas, mas que revelariam o quantitativo das alunas escolarizadas pela mestra. No entanto, os relatórios dos presidentes da província, a partir de 1870 passam a ser mais enxutos no que tange a produção de mapas escolares da instrução primária. Segundo os dados de Recenseamento de 1872, havia em Cururupu um quantitativo de 1040 de jovens em idade escolar; destas, apenas 158 frequentavam a escola, restando 882 meninas ausentes da escola elementar. Cabe destacar que esse número de alunas, 158, registrado no censo, nos parece bastante alto para apenas uma única mestra, ainda que trabalhando em dois turnos, como era o caso de Herculana – e, ao que o conjunto das fontes indicam, não havia outra professora pública em Cururupu durante o período (1856-1881) em que ela trabalhou na vila. Tal número, por outro lado, pode sugerir a presença de outra docente, porém, atuando no ramo particular.

Um outro aspecto que chama atenção nas buscas realizadas a partir da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, são as ocorrências que vinculam o nome de Herculana aos exames públicos feitos por suas alunas e as festividades decorrentes dessas ocasiões solenes. Deste modo, os exames realizados durante a sua vida como professora pública, bem como as festas e os elogios direcionados a si mesma, quando dessas ocasiões, integram uma parte significativa

de suas experiências docentes, assim como atestam a diversidade de práticas envoltas no processo educativo dos oitocentos, que também possuía uma dimensão social, pública e afetiva:

Essa situação de exame público, que passou a fazer parte da rotina das meninas (e meninos) que frequentavam as escolas públicas de primeiras letras, atraía a curiosidade da população, que participava com entusiasmo. Era das poucas circunstâncias em que as mulheres professoras se apresentavam publicamente, tendo sua atividade profissional avaliada (JINZENJI, 2019, p.103).

Em relação aos exames realizados por Herculana quando atuou como professora pública de primeiras letras, encontramos duas ocorrências; uma datada de 1874 (Publicador Maranhense, ed. 21) e outra, de 1880 (Diário do Maranhão, ed. 1925), décadas em que temos menos informações oficiais a respeito das alunas e alunos matriculados em sua aula, como afirmamos anteriormente. Uma das características desses anúncios de exames públicos¹⁹⁶, é que podemos conhecer alguns nomes de alunas; as estatísticas por vezes frias dos elatórios dos presidentes da província se transmutavam em nomes próprios e nas observações elogiosas referentes aos atos de aprovação das educandas. De modo a dar relevo a esses relatos de sociabilidade educativa, pusemos na íntegra duas das notícias encontradas a respeito destes momentos solenes em que as alunas da mestra foram submetidas à sabatina.

Cururupú, 12 de janeiro de 1874

Sr. Redactor,

(...) Principiarei pelos exames das escolhas publicas.

Nos dias 5 e 6 de dezembro próximo passado, na eschola publica do sexo feminino, da qual é digno professora a **Exma. Sra. D. Herculana Firmina Vieira de Sousa**, em presença do delegado litterario o Revm. Vigário padre Manoel Altino Alves do Nascimento, e examinadores o professor publico e os ilustrados Dr. José Pires da Fonseca e padre Theodoro foram examinadas diversas alumnas, que, felizmente satisfizeram a expectativa dos circunstantes, em cujo numero entrou minha fraca pessoa; distinguindo-se entre ellas as Exmas. Sras. D. Maria Amália Ribeiro da Cruz, D. Thereza de Jesus Martins da Cunha e D. Olympia Maria José da Costa Lima, que depois de prestarem brilhantes exames, mereceram ser approvadas plenamente com louvor. Não foi favor, e sim justiça. Não quero com isso dizer que as demais alumnas deixassem de fazer bons exames (ILEGÍVEL), as julgaram merecedoras de uma aprovação plena, opinião essa que muito se coadunou com o nosso fraco pensar. **Louvores pois, sejam dados a essa illustrada professora que com tanto zelo, intelligencia e carinho tem concorrido bastante para o progresso da instrução publica da localidade** (Publicador Maranhense, 1874, ed. 21)

¹⁹⁶ No Regulamento para as Escolas Públicas das Primeiras Letras da Província (1877), consta que “além dos exames parciais ou de classes, que o professor deverá fazer para verificar o adiantamento nos alunos, haverá todos os anos, no princípio do mês de dezembro, exames definitivos (CASTRO, 2009, p.420).

E algumas observações necessitam ser tecidas acerca das notícias dos exames, à luz do próprio diálogo existente e que atesta um aspecto simbiótico a unir a história da educação e da imprensa. A informação nos é trazida pelo jornalista redator que escreve para o *Publicador Maranhense* atualizando os leitores acerca das últimas notícias dignas de nota, ocorridas na vila do Cururupu. Noticiar exames públicos em que alunos e alunas se destacaram e foram bem-sucedidos foi uma constante nos jornais oitocentistas. A tipologia do texto jornalístico conta com o destaque dado às presenças consideradas ilustres, incluindo os delegados literários e os examinadores, aos professores e professoras responsáveis pelos bons êxitos dos escolares e, por último, os nomes dos discentes que mais se destacaram nas provas orais avaliativas. Sobre tais exames, é possível afirmar que

As avaliações anuais eram coordenadas pela inspetoria geral de instrução pública. Sabe-se que a inspetoria, seguindo o regulamento vigente, além de determinar as datas dos exames, definia a constituição da respectiva comissão examinadora. A função dos examinadores era de avaliar os alunos, interrogando individualmente cada um deles conforme programa de ensino em vigor. (EL HAWAT, 2014, p.7).

No caso específico desse exame das alunas de Herculana, o delegado literário, o padre Manoel Altino Alves do Nascimento representando, na ocasião, a máxima autoridade pedagógica, assim como é apontada a presença dos outros examinadores externos àquele cotidiano escolar: o Dr. José Pires da Fonseca e o padre Theodoro; avaliadores que representam uma hierarquia social, que além de serem compostas de ilustradas autoridades locais, considerando as suas posições sociais (um doutor – seria um bacharel?, e um homem da igreja, um pároco), possuem o poder de aprovar ou reprovar através do interrogatório feito tendo como base os conteúdos das disciplinas lecionadas as meninas no decorrer do ano letivo. E, apesar de todas as alunas terem sido aprovadas, algumas se destacaram entre as demais; e aqui pudemos conhecer os nomes de parte das discípulas de Herculana daquele ano de 1874: D. Maria Amália Ribeiro da Cruz, D. Thereza de Jesus Martins da Cunha e D. Olympia Maria José da Costa Lima, todas elas prestando “brilhantes exames” e que, em função do propalado mérito, mereciam “ser aprovadas plenamente com louvor”.

É de se supor a intensa preparação e ensaio para que as discentes fossem aprovadas e obtivessem êxito pleno nestes ritos educativos que demarcavam senão a imagem de um “progresso” da instrução e o bom andamento das escolas regidas pelo agora Conselho da Instrução Pública¹⁹⁷, os quais, por sua vez, revelavam também práticas de controle acerca dos currículos e conteúdos ministrados, que se configuravam em verdadeiros “procedimentos de vigilância escolar” (JINZENJI, 2012, p.151). Mas podemos ir além. Notícias como esta,

¹⁹⁷ O Conselho da Instrução Pública foi instituído em 1874 (CASTRO, 2009).

veiculadas em órgãos oficiais da imprensa provincial também possuíam finalidades políticas bem demarcadas; como a de exibir, perante a administração provincial, em especial ao Presidente da Província, outras demais autoridades políticas e público leitor, a notoriedade intelectual e as práticas *civilizatórias* oriundas das escolas de primeiras letras das vilas situadas distantes da capital. O papel da imprensa, é antes de tudo, político, ao se configurar como estratégico veículo cultural formador da opinião pública, contribuindo para sedimentar determinados processos de escolarização junto à sociedade. Analisando quadro semelhante na província de Minas Gerais, Jinzenji (2012, p.157-158) aponta que:

(...) o que se percebe na relação entre os jornais e a educação escolar é uma afinidade e uma interlocução maiores que uma simples coincidência de objetivos. Imprensa e escola tampouco disputam espaços; constituíam alianças. Em outras palavras, pode-se perceber os jornais tomando para si a responsabilidade no desenvolvimento da instrução pública, irradiando discussões em torno dessa nascente instituição, seus rituais e conjugando-os ao seu discurso reformador, civilizador, modernizador.

Uma outra característica da notícia é o enaltecimento à figura da docente também acenava, como de costume, para a profissional por trás dos bons resultados dos exames, atestando, portanto, o êxito da aprendizagem de suas alunas. E neste ponto reservado aos comentários sobre a professora regente, Herculana é parabenizada e elogiada efusivamente. Considerando-a como uma mulher “*ilustrada*”, a notícia finaliza pontuando o quanto “*zelo, inteligência e carinho*” são dispensados pela professora que, cumprindo os propósitos arrolados para a docência, contribui “*para o progresso da instrução pública na localidade*”, isto é, a professora também era avaliada *indiretamente* pela Inspetoria, pois o resultado positivo de um exame público de discípulas sob a sua regência revelava, nesse sentido, que o seu trabalho educativo estava também sob escrutínio alheio. Indica, portanto, além da imersão dos sujeitos educativos em culturas escolares socialmente produzidas nas últimas décadas imperiais, um profundo diálogo com a política educativa de seu tempo, que transferia aos exames públicos uma significativa centralidade social, tanto quanto aferia a legitimidade de um projeto de poder em curso.

Para El-Hawat (2014), tais exames se tornaram mais frequentes com o avançar das últimas décadas imperiais, pelo menos no que tange à publicidade destinadas a eles – algo que também pode ser estendido ao contexto da realidade da instrução da província maranhense. Deste modo, tem-se uma explicação plausível para não encontrarmos notícias dos exames realizados pelas alunas e alunos de Herculana nas décadas de 1850 e 1860. O segundo anúncio dos exames públicos da professora foi encontrado no periódico Diário do Maranhão,

no ano de 1880 (ed. 1925) e segue a mesma tônica da notícia veiculada na década anterior: integra do anúncio:

Cururupú

Amigo Sr. Redactor – A vista do nosso compromisso vamos dar lhe conta do resultado dos exames da escola pública do sexo feminino, desta villa, a cargo da professora publica a exma. sra. d. **Herculana Firmina Vieira de Souza**.

No dia 19 do corrente, pelas 4 horas da tarde, comparecendo na sala dos exames da escola do sexo feminino o sr. Delegado litterario e os examinadores nomeados, foram submettidas a exames 12 alumnas da mesma escola; Uma a exame definitivo das matérias que constitue o ensino de 1º grão, e as outras em matéria de classes, e como satisfizessem as arguições dos examinadores, obtiveram as approvações seguintes: Approvada plenamente com louvor e distincção, em exame definitivo: D. Roza Elina Coelho Ribeiro, idem em exame de classe D. Rosalina Augusta Lopes Carneiro; approvadas plenamente com louvor: D. Amância Alexandrina Pires da Fonseca, Clara Jesuína Coelho Ribeiro, Amasilia José Pires e Elisia José Pires.

Approvadas plenamente: D. Roza Amelia Gularte de Faria, Raimunda Luiza Dias, Tertuliana Mafra Chaves, Gregória das Virgens Ramos, Cyprina Cristina Alves e Ignácia Paula da Silva Maia.

Também foi approvado plenamente com louvor em exame de classe o alumno da escola particular, a cargo da mesma professora, Torquato Coelho Ribeiro da Fonseca.

Baile - Na noite do dia 20, houve um grande baile em casa da sra. professora, o qual esteve muito concorrido.

Nesta notícia, não estão presentes os nomes dos examinadores e do delegado literário, o que causa algum estranhamento, considerando que eram os avaliadores comumente pessoas com alguma importância pública na cena local. Em vez disso, os nomes das alunas aprovadas (plenamente) são destacados; e, ficamos sabendo também que elas estavam em número de doze. Cabe assinalar que as alunas sabatinadas eram escolhidas previamente pela professora e tinham seus nomes enviados em uma lista junto ao delegado literário e ao Conselho da Instrução Pública.

No texto jornalístico também é possível vislumbrar que dois tipos distintos de exames que foram destacados: o exame de *classes* e o exame *definitivo*. De acordo com o Regulamento das Escolas Públicas de Primeiras Letras da Província, de 1877, no capítulo II, art.35, “além dos exames parciais ou de classes, que o professor deverá fazer para verificar o adiantamento dos alunos, haverá, todos os anos, no princípio do mês de dezembro, exames definitivos” (CASTRO, 2009, p.420). Isto é, havia exames rotineiros, voltados apenas para aferir o rendimento dos alunos e alunas, agrupados em classes, e os exames finais - no qual

compreendemos como a conclusão do primeiro grau, que ocorriam especialmente no mês de dezembro.

Os exames das classes de ensino público, que aconteciam semestralmente, significaram momento de visibilidade importante a essas primeiras professoras de classes elementares de meninas. Por meio deles, essas mulheres professoras adquiriam uma centralidade significativa em evento que, segundo Mônica Jinzenji, assemelhava-se a verdadeiro acontecimento na cidade, contando com a participação de autoridades e grande concorrência da sociedade (NASCIMENTO, 2019, p.112).

Chama atenção, no contexto de uma hierarquia avaliativa, os adjetivos postos em destaque para o desempenho da aluna D. Roza Elina Coelho Ribeiro, aprovada “plenamente com louvor distinção em exame definitivo”. Não raro, as alunas que obtinham um desempenho acadêmico mais significativo nesses exames, tornar-se-iam, em um breve futuro, novas ingressantes no magistério das primeiras letras. Embora esse não tenha sido o destino de Roza Elina, segundo o que as fontes indicam, pois anos após o seu exame encontramos o seu nome completo já acrescido de outro sobrenome: Fonseca, indicando com isto, que se casara.¹⁹⁸

As trajetórias femininas eram diversas. Magistério e casamento, a depender da condição social da mulher escolarizada, poderiam ser caminhos que andariam juntos ou não; considerando tanto a existência de professoras solteiras quanto de mulheres “plenamente aprovadas com distinções” em exames públicos que, após concluírem as primeiras letras, tão logo se casavam e constituíam famílias – vivendo integralmente para o espaço doméstico como mães e esposas, como foi o caso da aluna Rosa. Seria ela um talento em formação sufocado pelo casamento? Para Anna Rosa Termacsics dos Santos, em sua obra, *Tratado Político sobre a Emancipação Política da Mulher e o direito de votar* (1868) afirmava que a vida caseira representava a “sepultura” intelectual das mulheres¹⁹⁹. Como vimos, nem todas as alunas “notáveis” se efetivavam como professoras posteriormente, considerando que, antes de tudo, a educação feminina tinha como objetivo maior educar e instruir uma mulher para o casamento, qualificando-as como boas esposas, mães e donas de casa.

E, por fim, a notícia dos exames públicos de 1880 se encerra com a informação de que houve um *baile* na casa da professora, sugerindo o quanto o momento foi festivo e celebrado entre as alunas, suas famílias e a própria mestra, considerando que o baile ocorrera no interior da sua residência. Por trás de uma aparência meramente corriqueira e circunstancial, noticiar

¹⁹⁸ O Paiz, 1885, ed. 248.

¹⁹⁹ Eis o trecho em que Anna Rosa Termacsics dos Santos (2022, p.49) destaca tal reflexão: “(...) A lei não nos priva de aplicar-nos às ciências, como a medicina. Podemos nos aplicar ao comércio, às artes, para nós adquirirmos uma existência independente, e depois termos parte na política; a vida caseira é a sepultura dos talentos”.

exames escolares na imprensa servia para sedimentar os efeitos pretendidos pelas notícias jornalísticas, considerando haver a aludida existência de uma aliança entre a instrução e a imprensa, no dezenove (JINZENJI, 2012) com o intuito de projetar a instrução popular nos liames de um bem-sucedido projeto civilizatório.

Assim, tais notícias revelavam, portanto, a existência da vigilância acerca do cotidiano das vilas e serviam para emular uma ideia de progresso, inserindo o Maranhão em um dos mais importantes projetos políticos do império, por meio de uma bem-sucedida implementação do ensino elementar, que, àquela altura, já contava com cinco décadas, a partir da criação de inúmeras escolas primárias, em um movimento que se iniciou da capital, a partir da década de 1820, em direção às vilas e locais mais distantes.

O final do século XIX já acenava para a intensificação dos debates que articulavam os interesses de grupos religiosos e políticos acerca da consecução dos projetos educativos.²⁰⁰ Assim, as notícias as quais destacamos, dos exames públicos das alunas de Herculana, não deixam de estar ligadas a objetivos mais amplos e afinados com a nova racionalidade pedagógica que se desenhava, a qual deveria ser capaz de comprovar a eficiência dos conteúdos e dos programas de ensino. Nesse sentido, os exames públicos também se configuravam em práticas e dispositivos voltados para a construção dos sistemas públicos de instrução – visto aqui como uma das formas mais abrangentes da integração imperial promovida durante o Segundo Reinado, que se utilizava da educação como uma ponte que visou duplamente formar um território e constituir um povo (MATTOS, 2004).

A burocracia funcionarizada dos órgãos públicos construídos ao longo do dezenove tratava também de regulamentar as práticas de seus servidores, através da atribuição e fiscalização de seus respectivos direitos e deveres. E ocupar um posto na instrução pública significa ter acesso a políticas de afastamentos para lidar com questões individuais de saúde. Deste modo, um dos direitos franqueados ao magistério público, se tratava das licenças médicas, prerrogativa esta que foi utilizada por Herculana, como atesta a documentação encontrada no setor de avulsos da Instrução Pública do APEM, a saber, uma pedido, datado de 10 de dezembro de 1859, que permitia um primeiro parecer favorável à concessão de uma licença-médica *sem vencimentos* para que Herculana viesse tratar da sua saúde na capital:

Ilmo. Exc. Snr. Presidente da Província.

Conceder licença a requerida, mas sem vencimentos.

²⁰⁰ Em relação aos projetos educativos, as últimas décadas do XIX sofreram fortemente a influência do positivismo, do protestantismo e dos grupos católicos (CHAMON, 2005).

Palácio do Governo do Maranhão, 12 de Dezembro de 1859.

D. Herculana Firmina Vieira de Souza, professora pública de primeiras letras da vila de São João do Cururupú, precisa que V. Exca. se sirva conceder-lhe licença de dois meses para vir a a esta capital tratar de sua saúde; (ilegível).

V. Exca. haja por bem deferir como requer.

Maranhão, 10 de Dezembro de 1859.

E.R.M.

Como procurador,
Frederico Vieira de Souza²⁰¹.

Um dos detalhes que chama atenção é que o pedido em questão foi peticionado por um dos seus irmãos, Frederico Vieira de Sousa – indicando, portanto, que o tenha feito por talvez residir na capital, onde estava localizada a Inspeção da Instrução Pública, obtendo assim uma comunicação mais ágil com o referido órgão provincial. Lembramos que esta década, de 1850, corresponde ao período de criação da Junta Médica, instituída pelo poder público provincial, em 1854 e efetivamente instalada em 1855. De acordo com Bottentuit (2016, p.86) “a Junta Médica era peculiar ao diagnóstico da saúde dos professores no âmbito dos órgãos que visavam a fiscalização do ensino público primário. Os membros reuniam-se esporadicamente com o sentido de atestar o real estado de saúde dos professores que requeriam pedidos de licença”. Composta por um grupo formado por intelectuais, inspetores e médicos e professores do Liceu Maranhense, a Junta Médica da província trabalhou analisando os pedidos de licença dos docentes até o ano de 1889, deferindo-os ou não, de acordo com as solicitações que chegavam ao órgão (COELHO, 2017).

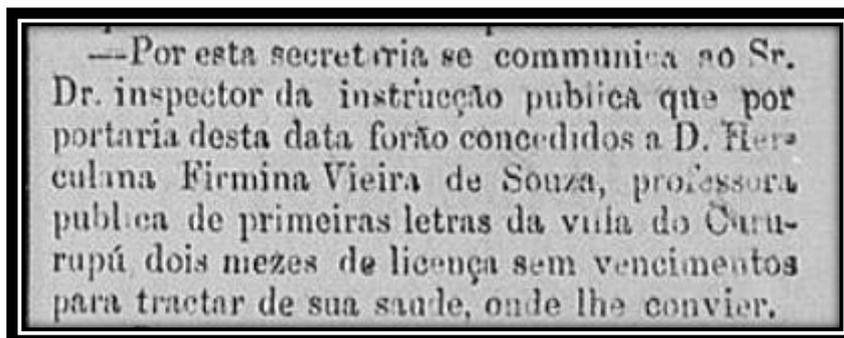
Apesar de não possuímos dados brutos, a solicitação de licenças para tratamentos de saúde foi uma constante de professoras e professores funcionarizados, no decorrer das décadas imperiais. No entanto, a depender do julgamento do inspetor ou da junta médica, nem todos os solicitantes tiveram as suas petições atendidas ou que, no caso de serem concedidas, se gozariam de licença com vencimentos. Como mencionado anteriormente, adoecer em serviço ou por causa dele compõem o rol de contingências que atravessavam a história do ofício docente no século dezanove.

Em uma pesquisa realizada acerca das licenças-médicas solicitadas por professores públicos na província do Espírito Santo (1850-1889), Simões, Salim e Tavares (2008) compreendem que, diante de um quadro de admoestação governamentais, de baixos ordenados, de condições pedagógicas inadequadas, muitas vezes o pedido da licença-médica

²⁰¹ Documentação do Arquivo Público do Estado do Maranhão.

poderia ser pensado como um ato de resistência, isto, é uma estratégia adotada por parte do professorado para manutenção da própria saúde, frente a um contexto adverso. E, para ilustrar os processos de adoecimentos que acometiam os docentes desde o século XIX, os pesquisadores comentaram um caso-limite que encontraram na documentação, baseado no pedido do professor Jozé de Araújo Lobo,²⁰² que no ano de 1838, solicitava a saída permanente do magistério pelo fato do ofício ser “nocivo” e “prejudicial” à sua saúde (SIMÕES, SALIM E TAVARES, 2008).

Em relação ao caso da professora luso-brasileira, aparentemente, esse foi o primeiro e único pedido de licença médica solicitada por Herculana, ao menos, o único documento que conseguimos levantar, o que nos leva a pensar que a mestra gozava de boas condições de saúde²⁰³. E, no jornal *Publicador Maranhense* de 21 de dezembro de 1859 (ed.287), alguns dias após a solicitação de Herculana junto à Inspetoria, na seção oficial da Secretaria de Governo, é possível aferir que ela obteve parecer favorável, lhe autorizando a usufruir a licença-saúde por dois meses, sem o direito aos seus ordenados:



Publicador Maranhense, 1859, ed. 287.

Não sabemos acerca da moléstia que a professora viria tratar em São Luís, já que o conteúdo da portaria não se refere especificamente à sua doença, mas aventamos aqui a hipótese da mestra ter solicitado essa licença para tratar não de um problema de saúde, mas de verificar pessoalmente a respeito de um convite²⁰⁴ para dirigir um colégio feminino na província do Pará, que lhe fora feito em novembro de 1859, no mês anterior ao pedido da agora, *suposta* licença. Apenas uma *coincidência* de meses ou não? Sobre o convite feito,

²⁰² O referido professor pedia renúncia da cadeira de Gramática, o qual ocupava vitaliciamente, declarando que o magistério era “nocivo à minha saúde e prejudicial aos meus interesses particulares” (SIMÕES, SALIM E TAVARES, 2008, p.26).

²⁰³ Maria Firmina dos Reis também recorreu ao expediente das licenças-médicas, ao longo de sua vida laboral (SANTOS, 2016).

²⁰⁴ Gazeta Official (PA), 1859, ed. 246.

explicamos mais adiante esse episódio singular presente na trajetória de vida da professora. Quais requisitos exigidos para uma mulher ser convidada a dirigir um colégio feminino? O que a historiografia da educação nos conta a respeito dessas propostas direcionadas às mulheres da instrução, para reger instituições femininas fora de suas províncias?

E aqui adentraremos em um desconhecido capítulo do percurso profissional da mestra que quase se configurou em sua despedida do Maranhão, ainda no final da década de 1850. A descoberta desse convite só foi possível porque ampliamos a pesquisa em torno do nome de Herculana na Hemeroteca da BN, para buscá-la também nas províncias vizinhas ao Maranhão, no caso, Piauí e Pará. Deste modo, encontramos o registro do *fio do seu nome* na região do Grão-Pará, o que nos causou uma grata surpresa, acrescentando mais um importante detalhe a uma vida docente já movimentada, o que atesta que as experiências de mulheres no magistério oitocentista não foram lineares e poderiam abranger algum grau de cosmopolitismo, assim como abarcavam também alguns deslocamentos geográficos com fins laborais.

Passemos, agora, a análise do convite feito, em 1859, pela província do Pará a Herculana para reger o *Colégio das Educandas*,²⁰⁵ - outra alcunha recebida pelo Colégio de Nossa Senhora do Amparo. Mas antes, é importante pontuar algumas questões sobre este estabelecimento de ensino,

O Colégio Nossa Senhora do Amparo foi criado em 1804, pelo Bispo do Pará, Dom Manoel de Almeida Carvalho. Inicialmente, denominado de Colégio das Educandas, destinava-se a abrigar meninas índias. A partir de 1851, passou a atender meninas desvalidas, expostas e porcionistas. Os ensinamentos lá ofertados compreendiam preceitos religiosos e morais; leitura, escrita, noções de história e geografia do Brasil; trabalhos de costura, bordado e crochê, flores; canto, piano, dança, desenho e língua francesa. Algumas alunas, ao terminarem seus estudos, por não terem com quem morar, acabavam permanecendo no Colégio como mestras de Primeiras Letras (FRANÇA, 2012, pp.38-38).

O interesse da instituição em trazer uma regente se dá em um contexto marcado por dificuldades concretas e materiais, que atravessavam o colégio e ameaçavam a continuidade da oferta de seus *úteis* serviços. A partir do relatório divulgado na *Gazeta Oficial do Pará* (1859, ed. 226), sabemos que a Casa estava com suas atividades comprometidas devido, entre outros fatores, das baixas entradas frente às despesas do local, bem como onerava suas funcionárias que se viam diante do acúmulo de atividades administrativas e pedagógicas. E a

²⁰⁵ Em 1859, a instituição possuía 97 meninas matriculadas, sendo 28 pensionistas, 68 desvalidas e uma exposta, mantida pelo erário provincial (*Gazeta Oficial*, 1859, ed. 225).

regente da época, a portuguesa Clara Wallis Terra,²⁰⁶ se tornava o maior exemplo de sobrecarga de trabalho nesta instituição, como descreve o texto do documento:

COLLEGIO DAS EDUCANDAS

Continua de servir de Regente do Collegio D. Clara Wallis Terra, que é ao mesmo tempo professora de Francêz; Geografia e História, conforme a condição de seu contracto; mas a sua avançada idade, e as multiplicadas funcções que lhe cumpre exercer, excedem à suas forças.

E a professora de primeiras letras, costura e bordados, D. Josefa Rita David. (...) Não é admissível que só as duas Sras. que ali existem, possam satisfazer a tantas obrigações.

Segundo o orçamento apresentado pelo Vice-Administrador para reger o estabelecimento no ano de 1860, há um déficit de 1:833\$340 que tem de ser amortizado pelo saldo a favor do collegio, recolhido ao Thesouro, ou pelos meios que julgardes convenientes (Gazetta Official, 1859, ed. 226).

O documento informa ainda a necessidade de fazer reformas internas no edifício de sobrado e de regularizar o pagamento do único professor de Música, de Gramática e Aritmética, que lecionava todas essas disciplinas sem os ordenados a que tinha direito; também mencionou que a receita de 1859 serviu para comprar uma escrava que realizava o trabalho interno e para custear os gastos investidos na manutenção do jardim da casa; descreveu doações de alimentos direcionados à subsistência das alunas e chamava atenção da Assembleia da província paraense para a possível venda de alguns prédios que estavam no terreno da estabelecimento, como forma de aumentar as rendas que seriam aplicadas nas despesas futuras.

Portanto, nos idos de 1850, a despeito da *nobre e humanitária* missão educativa realizada junto às meninas desvalidas, o funcionamento do Collegio das Educandas, que atuava a partir de uma lógica assistencial e caritativa, estava marcado por precariedades de várias ordens, afetando, com isto, o bom andamento das atividades da instituição (ALVES, 2018). Apesar do deficiente quadro, a instituição fez um convite à Herculana, para dirigir a casa. E abaixo, vislumbramos tanto os termos do convite quanto o teor da resposta que a mestra deu, atendendo a seus interesses.

²⁰⁶ Gazeta Official, 1859, ed. 226.

PARTE OFFICIAL.

GOVERNO DA PROVINCIA.

Extracto do expediente do dia 28 de Outubro.

OFFICIOS.

Ao Exm. Presidente da Província do Maranhão—Em additamento ao officio desta Presidencia do 8 do corrente, cumpre-me levar ao conhecimento de V. Exc. que o negociante dessa Província Jorge Maria de Lemos e Sá communicou em carta de 20 do corrente ao Director do Collegio de Educandas desta cidade, que era possível obter-se o engajamento de uma Sra. com as habilitações precisas para dirigir na qualidade de Regente, o referido Collegio de Educandas.

A Sra. de que trata o mencionado Lemos e Sá é a professora publica de Cururupú D. Herculana.

Rogo a V. Exc. que se digne de informar-se acerca da moralidade e illustração dessa Sra., e que, se lhe parecer que ella pode desempenhar satisfactoriamente as funcções de Regente de um Collegio de educação, tenha a bondade de fazer o contrato com as seguintes condições:

1.º o vencimento annual de 1:200\$000.

2.º passagem gratuita para aqui.

3.º alimentação á custa do estabelecimento.

O mais que for necessario incluir no contracto ficará á judiciousa discreção de V. Exc.

A pretendente exige ainda; 1.º que se lhe garanta a vitaliciedade do lugar; 2.º que se lhe permita trazer em sua companhia uma sua irmã; 3.º que essa irmã possa ser empregada no estabelecimento com algum ordenado; 4.º finalmente, que se dê tambem passagem gratuita á essa Sra.

Acerca dessas condições tenho a dizer a V. Exc. o seguinte: a vitaliciedade não pode ser garantida no contracto, porque a lei que rege o estabelecimento não a dá; é, porem, provavel que a Regente, sendo sufficientemente habilitada, como se presume, permaneça por toda a sua vida no referido Collegio; quanto á 2.ª e 3.ª condições pede V. Exc. accital-as, prometendo a sua realisação aqui, mas não incluil-as no contrato de engajamento; quanto á 4.ª V. Exc. fica autorisado a mandar dar a passagem, que será paga nesta Província.

• Confiando no zelo, com que V. Exc. procura occupar-se de todos os assumptos que interessão ao bem publico, posso desde já agradecer-lhe o importante serviço que vai prestar ás infelizes orphãs desvalidas desta Província.

Gazetta do Pará, 1859, ed.246.

PARTE OFFICIAL.

GOVERNO DA PROVÍNCIA.

Extracto do expediente do dia 28 de Outubro.

Officios.

Ao Exm. Presidente da Província do Maranhão – Em additamento ao officio desta Presidencia do 8 do corrente, cumpre-me levar ao conhecimento de V. Exc. Que o negociante dessa Província Jorge Maria Lemos e Sá communicam em carta de 20 do corrente ao Director do Collegio das Educandas desta cidade, que era possível obter-se o engajamento de uma Sra. com as habilitações precisas para dirigir na qualidade de Regente, o referido Collegio de Educandas.

A Sra. de que trata o mencionado Lemos e Sá é a professora publica de Cururupú D. Herculana.

Rogo a V. Exc. que se digne de informar-se acerca da moralidade e illustração dessa Sra., e que, se lhe parecer que ella pode desempenhar satisfactoriamente as funcções de Regente de um Collegio de educação, tenha a bondade de fazer o contrato com as seguintes condições:

1ª O vencimento anual é de 1:200\$000.
 2ª passagem gratuita para aqui.
 3ª alimentação à custa do estabelecimento.
 O que mais for necessário incluir no contracto ficará á judiciosa discricção de V. Exc.

A pretendente exige ainda; 1ª, que se lhe garanta a vitaliciedade do lugar; 2ª que se lhe permitta trazer em sua companhia uma sua irmã; 3ª que essa irmã possa ser empregada no estabelecimento com algum ordenado; 4ª finalmente, que se dê também passagem gratuita á essa Sra.

Acerca dessas condições tenho a dizer a V.Exc. o seguinte: a vitaliciedade não pode ser garantida no contracto, porque a lei que rege o estabelecimento não a dá; é, porém, provável que a Regente, sendo suficientemente habilitada, como se presume, permaneça por toda a sua vida no referido Collégio; quanto á 2ª e 3ª condições pode V. Exc. acceital-as, promettendo a sua realização aqui, mas não incul-as no contrato de engajamento; quanto à 4ª V. Exc. fica autorizado a mandar dar a passagem, que será paga nesta Província.

Confiando no zelo, com que V. Exc. procura occupar-se de todos os assumptos que interessão ao bem publico, posso desde já agradecer-lhe o importante serviço que vai prestar as infelizes orphãs desvalidas desta Província (GAZETTA OFFICIAL, 1859, ed.246).

O convite para Herculana, feito através de um “contrato de engajamento,” denota também a dificuldade em encontrar, na província do Grão-Pará, uma mestra apta para exercer a direção do colégio. Também nesta década, a Escola Normal paraense ainda não estava estruturada e aberta para o público feminino.²⁰⁷ Os professores e professoras eram, como na maior parte do restante do país, religiosos, leigos e autodidatas que ingressavam por meio de seleção e não pela formação pedagógica, nos espaços de trabalho da instrução pública e particular. Mas, por outro lado, não era *qualquer* senhora que se considerasse habilitada para dirigir uma instituição que atuava como um verdadeiro recolhimento e que tinha como função primordial atender a meninas desvalidas e de outras origens sociais.

Nesse sentido, é possível cogitar também que o protagonismo e a experiência profissional de Herculana, como professora luso-brasileira dos ramos privado e público da instrução, já tivesse ultrapassado algumas fronteiras provinciais – considerando ainda que o litoral ocidental da província do Maranhão até Belém, a capital do Pará, não pareciam estar tão distantes, do ponto de vista geográfico. Por outro lado, demais fatores sociais e culturais, da ordem das relações de gênero, também eram bastante influentes:

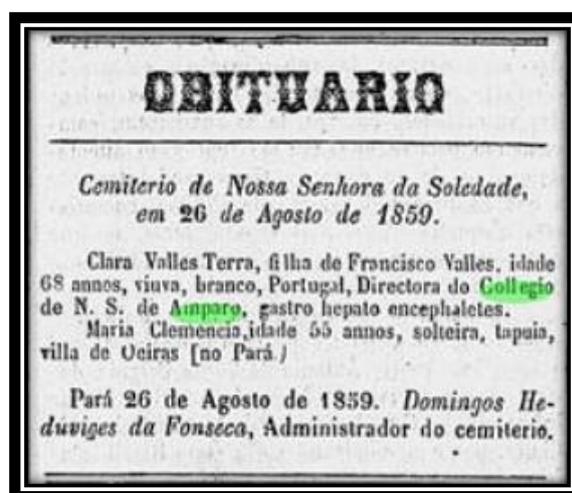
Para além de qualquer entendimento acerca das virtudes e capacidades que a Regente deveria possuir, sem dúvida a natureza do trabalho exigindo certa abdicação de vida própria, dada a sua natureza quase conventual, seria talvez a maior dificuldade para preenchimento do cargo, daí a busca de potenciais candidatas

²⁰⁷ De acordo com França (2012), a entrada de alunas na Escola Normal paraense se iniciou na década de 1870.

em terras alheias, uma vez que viriam engajadas e na condição de migrantes ou imigrantes, ou seja desenraizadas socialmente. Isto explica em parte também porque algumas dessas instituições foram entregues à administração de ordens religiosas (BEZERRA NETO, 2015, p.101).

Na ocasião do convite, a mestra contava com 44 ou 45 anos de idade, acumulando a experiência docente e a moralidade pública exigida para ocupar tais cargos. Ainda que houvesse um administrador da Casa²⁰⁸ as demandas da direção de um colégio em regime de internato eram mais complexas do que uma escola de primeiras letras, considerando a existência de uma estrutura física de maior porte, assim como a necessidade de arregimentar um corpo de trabalhadores e trabalhadoras atuando em diferentes funções para manter o funcionamento da casa, a depender do número de alunas internas, distribuídas em classes distintas. A responsabilidade destes estabelecimentos, que recebiam meninas de origens étnicas e sociais diversas era grande, pois se tratava de recolher crianças e jovens menores de idade, educá-las e “devolvê-las” para a sociedade, a fim de que pudessem obter bons casamentos (alguns por meio do dote), trabalhar em casas de famílias ou, como foi apontado pelo estudo de Sabino (2012) para algumas, havia a possibilidade de permanecer no local atuando como professoras primárias.

A partir do exame anterior da documentação oficial publicada na imprensa, referente ao Colégio, o convite feito à Herculana foi certamente motivado pelo falecimento da diretora-regente do local, a portuguesa Clara Valles Terra. No jornal Gazeta do Pará, encontramos a notícia de seu óbito, no mês de agosto daquele ano, em 1859:



Gazeta Official, 1859, ed. 192.

²⁰⁸ José Caetano Cardoso foi o administrador da Casa até o seu falecimento, em 1860 (Gazeta Official, ed. 113).

A morte da regente abria, portanto, o precedente da vaga. Na sequência, encontramos a comunicação oficial avisando ao Presidente da Província a respeito do falecimento da sobrecarregada mestra;²⁰⁹ donde se supõe, que logo as providências deveriam ser tomadas. Em virtude disto, ainda em 1859, nos meses seguintes ao óbito da professora portuguesa, começam as discussões internas a respeito da procura para encontrar uma diretora que pudesse reger a casa, como podemos vislumbrar no conteúdo da correspondência oficial²¹⁰ trocada entre o vice-administrador do colégio e a secretaria de governo da província do Pará:

ASSUMPTOS DIVERSOS

(...) Assim surgio mais uma dificuldade: achar quem satisfaça as obrigações de semelhante cargo, para o bom desempenho do qual não se encontrarão facilmente reunidas em qualquer senhora as condições indispensáveis.

De mister he procurar com tino e prudência a pessoa que deve occupar aquelle cargo: n'este assumpto, o menor erro pode comprometter o futuro da instituição (GAZETTA OFFICIAL, 1859, p. 265).

O tom da correspondência traz em si um apelo dramático: qualquer *erro* na escolha da Regente poderia incorrer no próprio comprometimento do *futuro* do estabelecimento. Essa preocupação dizia fundamentalmente respeito aos valores que uma mulher que atuasse junto à proteção e educação de meninas e jovens deveria possuir – e como apontou Bezerra Neto (2015), era desejável que o perfil das senhoras que regiam esses espaços fosse solitário e desenraizado, de modo a serem mais exploradas em termos laborais e poderem dedicar todo o tempo disponível em função do trabalho em uma instituição com uma natureza praticamente *conventual*.

Apesar dos apelos pela chegada de uma nova diretora, apenas no ano seguinte, é que o colégio consegue nomear uma professora para atuar como regente - a mestra D. Luiza Joaquina do Coração de Jesus²¹¹, vinda especialmente do Rio de Janeiro para assumir o cargo; a mestra, oriunda da Corte parecia possuir o perfil desejado para a vaga, na medida em que era reconhecida por suas “virtudes e longa prática na direção de estabelecimentos desta ordem.²¹²”

E com esta notícia - do provimento em 1860, da mestra D. Luiza Joaquina, - temos a certeza que Herculana e o Colégio de Educandas não chegaram de fato a um acordo. Se na província vizinha não foi possível trazer uma regente, a Corte disponibilizou de seus quadros

²⁰⁹ Gazeta Official, 1859, ed.207.

²¹⁰ Gazeta Official, 1859, ed. 265.

²¹¹ Gazeta Official, 1860, ed.36.

²¹² Gazeta Official, 1860, ed. 30. / Gazeta Official, 1860, ed.113.

da instrução privada, a futura diretora da Casa. Com isto, também podemos vislumbrar que tais nomeações por vezes exigiam o trânsito interprovincial de mulheres professoras dispostas a migrarem rumo a oportunidades de trabalho em regiões distantes do país – no que a pesquisadora Cecília Nascimento (2019), ao observar tais fenômenos, chamava essas docentes-viajantes de *mascates do saber*.

Nas décadas seguintes, a Casa das Educandas, também nomeada em 1851, por Colégio de Nossa Senhora do Amparo, continuaria a receber meninas internas, cumprindo a função de asilar crianças e jovens do sexo feminino para educá-las no intuito de as tornarem “mulheres úteis à sociedade paraense”, a partir de determinados preceitos civilizatórios e higienistas aos moldes urbanos, buscando retirar parte dessa população mais vulnerável das ruas (ALVES, 2018, p.151). A instituição, no final da década de 1860, conseguiu ainda um prédio próprio e promoveu mudanças internas, a partir do estabelecimento de um novo regimento, em 1869 (SABINO, 2012). Com isto, algumas melhorias foram introduzidas e a imagem abaixo é uma prova do renascimento do colégio, que seguiu no início das primeiras décadas republicanas – alterando novamente o seu nome, sendo então conhecido como Instituto Gentil Bittencourt. Abaixo se vê meninas atuando em uma aula de costura:



Fig (12). Meninas na aula de costura no Instituto Gentil Bittencourt, outrora Colégio de Nossa Senhora do Amparo, 1908 (ALBUM DO PARÁ, 1908²¹³).

²¹³ *Álbum do Estado do Pará 1908*. PARÁ. (Governador 1901-1909: A. Montenegro). Álbum do Estado do Pará. Paris: Chaponet, 1908. 350 p. il.

Se Herculana tivesse aceitado o convite, seria uma chance da mestra sair da acanhada vila de Cururupu e voltar a trabalhar e residir em uma capital provinciana, mais especificamente, a cidade de Belém do Grão-Pará. Os ordenados que iria receber no Pará eram maiores do que aqueles que eram pagos na província maranhense; enquanto o Maranhão lhe remunerava algo em torno de 400 mil réis anuais, no Colégio de Educandas, receberia 1 conto e 200 mil réis – isto é, três vezes mais, o que fazia o convite parecer bastante sedutor, pelo menos, do ponto de vista financeiro. No entanto, notícias não muito auspiciosas acerca das condições do aludido colégio faziam com que o convite lhe soasse não muito atraente. A julgar pelo que aponta Sabino (2012), mesmo sendo uma repartição provincial, o Colégio passava por dificuldades financeiras, referentes, sobretudo, ao pagamento do seu quadro docente como também atravessava a própria manutenção do estabelecimento, que recebia cada vez mais um número significativo de meninas, tanto na qualidade órfãs desvalidas como de pensionistas.

Outro aspecto que chama atenção acerca do protagonismo docente de Herculana é que ela põe seus próprios termos para acatar a negociação do convite realizado; assim, demonstra que ela não está disposta a aceitar quaisquer condições de trabalho e avaliou criteriosamente a viabilidade financeira de se tornar Regente, como apontou a íntegra do ofício publicado na Gazeta Oficial (1859, ed. 246). Apesar de se tratar de cargo de direção, sendo que bem poucos deles eram abertos à uma mulher no dezenove, ela não deixou de buscar para si as melhores condições, que naquele momento, se tratava da garantia da qual o cargo seria vitalício, assim como advogava pelo emprego da sua irmã (mais um indício que D. Carolina Brígida era sua agregada e estava sob sua direta responsabilidade²¹⁴), a qual se mudaria consigo para o Pará:

(...) A pretendente exige ainda; 1ª, que se lhe garanta a **vitaliciedade** do lugar; 2ª que se lhe permita trazer em sua companhia uma sua irmã; 3ª que essa irmã possa ser empregada no estabelecimento com algum ordenado; 4ª finalmente, que se dê também passagem gratuita á essa Sra (GAZETTA OFFICIAL, 1859, ed. 246).

A resposta do contratante, isto é, da província do Pará, frente aos seus termos, não parecia promissora:

²¹⁴ Apesar de serem distintas exceções, as famílias também poderiam se constituir em redes de apoio importantes para que as mulheres pudessem exercer mais plenamente as suas atividades profissionais e intelectuais. Provavelmente unidas desde o início de suas trajetórias, as irmãs construíram afetos marcados pelo sangue e pelo auxílio mútuo. É ainda possível que ambas não tenham casado e, Carolina sendo solteira, tenha migrado com Herculana quando ela foi assumir a cadeira de primeiras letras em Cururupu. Entre as possibilidades levantadas, é certo que havia entre elas esses laços de união e responsabilidades. Tais configurações familiares não são nada desprezíveis quando se analisa a vida uma mulher intelectual nos oitocentos.

Acerca dessas condições tenho a dizer a V.Exc. o seguinte: a **vitaliciedade não pode ser garantida** no contracto, porque a lei que rege o estabelecimento não a dá; é, porém, provável que a Regente, sendo suficientemente habilitada, como se presume, permaneça por toda a sua vida no referido Collégio; quanto á 2^a e 3^a condições pode V. Exc. aceitar-as, promettendo a sua realização aqui, mas não incul-as no contrato de engajamento; quanto à 4^a V. Exc. fica autorizado a mandar dar a passagem, que será paga nesta Província (GAZETTA OFFICIAL, 1859, ed. 246).

Aceitar a regência de uma instituição cambaleante, sem garantias de um cargo permanente, parecia ser um risco para quem procurava a certeza dos ordenados mensais, ainda que diminutos, pagos pelo Estado provincial – fora a perspectiva da aposentadoria se apresentar como uma salvação nesse horizonte de incertezas e de remunerações modestas. O contrato oferecido certamente não lhe dava segurança, ainda que remunerasse mais, exatamente o triplo de seus vencimentos anuais como professora pública da província maranhense. Por outro lado, e se houvesse algum dissabor entre ela e a administração da casa de órfãs? E se fosse demitida em virtude disto? Quais forças vitais e garantias concretas uma senhora do alto de seus 44 anos possuía, para viver recomeçando no campo da instrução privada? Diante destes fatores, presumimos que essa questão, a do cargo não ser vitalício, foi um dos aspectos fundamentais que fizeram com que Herculana declinasse do “contrato de engajamento,²¹⁵” para além das variáveis (afetivas e profissionais) acima postas. Também presumimos que a mestra tenha se utilizado de sua licença médica, obtida nos últimos meses do ano de 1859, para conferir *in loco* as condições do frustrado convite.

A permanência em Cururupu, contudo, não arrefeceu os planos de Herculana em ocupar novos espaços na instrução pública; em 1868, precisamente nove anos após o convite paraense, ela estrearia como autora de manuais didáticos, publicando o *Resumo da História do Brasil*. E a sua decisão de ficar na vila pode estar relacionada a existência de redes afetivas na localidade, contribuindo na decisão da recusa ao convite feito. Também não se desconsidera, que esse tipo de cargo, de regente de um recolhimento, envolvia um compromisso quase absoluto com a instituição, em uma espécie de clausura laica, o que diminuiria ainda mais alguma margem da modesta liberdade e autonomia que a professora desfrutava em Cururupu. Apesar de ainda não termos encontrado maiores informações a respeito, sabemos que a mestra realmente recusou a proposta uma vez que nunca saiu da vila maranhense – como atestam os relatórios e almanaques administrativos, ela deu continuidade

²¹⁵ O uso desse termo era bem comum para designar relações de trabalho marcada pelo “livre acordo” de ambas as partes, o que não deixa de estar inserido nas dinâmicas das relações liberais do capitalismo periférico dos séculos XIX e XX (GONÇALVES, 2021); se o termo era empregado para pequenos profissionais liberais e operários, aqui ele surge para nomear uma relação de trabalho “desobrigada”, com direitos limitados, entre uma mulher professora e uma instituição de caridade mantida pela província do Pará.

à sua prática docente nos anos seguintes neste mesmo espaço, se aposentado como professora pública de primeiras letras em 1881.

2.4 A aposentadoria, o colégio de Nossa Senhora das Dores e a monumentalização do nome de Herculana Vieira na cidade de Cururupu

O último rito do processo de funcionarização docente se pautava no acesso à aposentadoria – o almejado e derradeiro degrau a ser desfrutado no contexto de um sistema *pré-previdenciário*²¹⁶ que se formou concomitantemente à construção do Estado nacional. Pertencendo ao baixo clero do funcionalismo público, grosso modo, os professores e professoras deveriam comprovar, ao final da carreira profissional, vinte e cinco anos de serviço para acessarem o benefício de uma aposentadoria com direito aos salários por inteiro. Sobre esta questão previdenciária do magistério imperial, Castanha e Bittar (2012, p.45) pontuam que:

(...) entretanto, nem tudo caminhava contra os professores, pois a legislação educacional produzida no Império, também oferecia algumas garantias e vantagens à profissão docente. Vejamos as principais. Na lei de 15 de outubro de 1827 não foi garantido aos professores o direito de aposentadoria. Nos regulamentos posteriores, seja das províncias ou da Corte, o direito foi estabelecido aos vitalícios, inclusive proporcionalmente. Após sete ou dez anos de serviço, em virtude de problemas de saúde, o professor poderia ser aposentado proporcionalmente. Aos vinte e cinco anos de serviço era concedida a aposentadoria com o salário normal, sem as gratificações. Quase a totalidade da legislação estimulava o professor a continuar trabalhando depois dos 25 anos, oferecendo mais $\frac{1}{4}$, $\frac{1}{3}$ ou $\frac{1}{2}$, sobre o salário e, ao final de trinta ou trinta e cinco anos, o professor receberia a aposentadoria integral, com as gratificações. Caso o professor resolvesse deixar o ensino, depois de 25 anos, não poderia ocupar outro cargo provincial.

As variáveis em torno da aposentadoria para os professores e professoras públicas, nas legislações provinciais maranhenses, com efeito, não destoava das prerrogativas mais gerais, assinaladas acima, como se pode depreender do capítulo II e capítulo X, respectivamente, do Regulamento da Instrução Pública da Província do Maranhão de 1854 (CASTRO, 2009, pp.388-397):

²¹⁶ De acordo com Marotta (2019), para os professores públicos e suas aposentadorias, houve de modo pioneiro o amparo do Estado.

CAPÍTULO II – Dos professores públicos em geral

(...) Art.13. O professor, que contar 25 anos de serviço efetivo, poderá ser jubilado com o ordenado por inteiro.

Aquele que, antes deste prazo, ficar impossibilitado de continuar a servir, poderá ser jubilado com a parte do ordenado proporcional ao tempo, que tiver efetivamente servido, não podendo, porém, gozar deste favor antes de haver exercido o magistério por 10 anos.

(...) Art. 15. O professor terá direito ao aumento da quarta parte do seu ordenado, quando o governo julgar conveniente conservá-lo no magistério depois de 25 anos de efetivo serviço.

CAPÍTULO X - Disposições Gerais

(...) Art. 86. O Presidente da Província sobre a proposta do Inspetor da instrução pública poderá conceder prêmios aos professores que se tornarem notáveis no magistério, já compondo compêndios para o uso das escolas, já traduzindo melhor os publicados em língua estrangeira; assim como uma gratificação extraordinária à aqueles que se tiverem distinguido no ensino por mais de 20 anos de serviço efetivo.

Ao solicitar e obter a sua aposentadoria, em 1881 (Pacotilha, 1881, ed.43), Herculana estava amplamente amparada pelas questões legais que o cargo vitalício lhe acenava, somada às possibilidades concretas de aumentar seus vencimentos mediante o seu *notável* desempenho enquanto professora e autora de compêndios didáticos adotados pela Província, conforme preconizado nas *Disposições Gerais* do Regulamento de 1854. Ao finalizar a sua carreira profissional no magistério público, a mestra, na ocasião, estava com 66 anos e contava com 26 anos de docência nas escolas femininas de primeiras letras da província, podendo ser jubilada tanto pelos critérios etários quanto de tempo de serviço.

E aqui, cabe uma observação, relacionada à história da proteção dos direitos sociais dos trabalhadores da instrução particular - o tempo em que Herculana lecionou nos estabelecimentos privados de ensino, não foram contabilizados em seu processo de jubramento. Se a mestra ensinava meninas desde 1848, em 1881 ela perfazia 33 anos de atuação docente; no entanto, para efeitos de aposentadoria, apenas contava o período que trabalhara como professora pública, indicando, com isto, que na sociedade oitocentista, as aposentadorias - perpassadas por frágeis coberturas previdenciárias para os professores particulares - eram um capítulo à parte.

E neste ano de 1881, não foi somente a professora Herculana que reivindicou o seu jubramento. No jornal *Publicador Maranhense* (1881, ed. 261), foram noticiados os nomes das professoras aposentadas naquele ano, incluindo o nome de um professor; são eles: D. Herculana Firmina Vieira de Sousa, D. Angela Pereira de Macedo Lima Marques, D. Thereza de Jesus Cabral e Souza, D. Rosa Cesarina de Amorim Silveira, D. Maria Firmina dos Reis e Antônio da Silva Gomes Braga:

D. Herculana Firmina Vieira de Souza foi aposentada no lugar de professora publica da villa de Cururupú, por contar 25 annos de serviço effectivo e ser maior de 60 annos de idade.

Pacotilha, 1881, ed.43

Nos termos da lei provincial, n. 781, de 11 de julho de 1866, foram aposentados os seguintes professores do ensino primario:

D. Herculana Firmina Vieira de Souza, da cadeira da villa do Cururupú;

D. Angela Pereira do Macedo Lima Marques, da villa do Icatú.

D. Thoroza de Jesus Cabral e Souza, da freguezia de N. S. da Conceição da capital;

D. Rosa Cesarina de Ansrin Silveira, da villa do Rosario;

D. Maria Firmina dos Reis, da villa de Guimarães;

Antonio da Silva Gomes Braga da freguezia de S. Joaquim do Bacanga.

Publicador Maranhense, 1881, ed.261

Conforme exposto acima, o processo de aposentadoria de Herculana foi disciplinado através da Lei Provincial 781 de 11 de julho de 1866, o que indicava “a efetividade do regime previdenciário estabelecido para esta classe de servidores” (MAROTTA, 2019, p.211). Ao deixar o magistério público, um novo concurso foi realizado no Lyceu Maranhense, ainda naquele ano de 1881, e a opositora de nome D. Maria da Costa Jorge, havia sido provida no cargo do qual Herculana ocupou em Cururupu por quase três décadas. Sobre a nova professora da cadeira para o sexo feminino da vila, consta que ela residia na capital São Luís e fora aluna do tradicional colégio de Sant’Anna,²¹⁷ dirigido pela professora Marcelina Rosa Correia Lobão. Abaixo a notícia oficial de sua aprovação:

Exame para professora.—
D. Maria da Costa Jorge foi approvada plenamente no exame que fez hontem no Lyceo para professora da cadeira publica do sexo feminino da villa de Cururupú.

O Paiz, 1881, ed. 170.

No entanto, se Herculana, por um lado, como funcionária pública obtinha o direito ao usufruto de sua aposentadoria ao cumprir cabalmente os critérios de idade e tempo de serviço efetivo, o mesmo não se podia dizer em relação a outros benefícios que possuía, relacionados

²¹⁷ Diário do Maranhão, 1874, ed. 214.

melhoramento de seus vencimentos. Após 1881, o ano em que obtém a aposentadoria, a mestra inicia, no ano seguinte, uma outra jornada burocrática, dessa vez direcionada ao Thesouro Provincial, para corrigir seus ordenados de acordo com as gratificações a que tinha direito (por ter sido autora de manuais didáticos) e que não haviam ainda sido incorporadas aos seus vencimentos. Em um sentido mais amplo, os pedidos de melhoramentos aposentadoria de Herculana nos revelam a resistência e o conhecimento da burocracia de modo que fosse possível que a lei reconhecesse direitos e cumprisse com suas obrigações para com a heterogênea classe de professores imperiais espalhados pelas províncias. E abaixo, um melhor vislumbre através de uma linha do tempo com as solicitações da mestra que foram encaminhadas ao Thesouro:

Tabela com o resumo das solicitações referentes ao melhoramento da aposentadoria da professora Herculana Vieira (1881-1882)

Ano	Periódico	Conteúdo da publicação
1881	Pacotilha, ed.43	D. Herculana Firmina Vieira de Sousa foi aposentada no lugar de professora pública da villa do Cururupu, por contar 25 anos de serviço efetivo e ser maior de 60 anos de idade.
1882	Publicador Maranhense, ed.86	Requerimento de D. Herculana F. Vieira de Sousa, professora aposentada de Cururupú, pedindo que lhe seja arbitrada a gratificação a que tem direito os professores que apresentam compêndios e que são admitidos nas escolas – A comissão de petições.
1882	Publicador Maranhense, ed.88	Em 1 ^a o que cria cadeiras primárias em Bacury, Roça de Baixo, e Santa Rosa, e o que concede melhora de aposentadoria a d. Herculana F. Vieira de Souza.
1882	Publicador Maranhense, ed. 106	Melhoramento de aposentadoria – Entra em 2 ^a discussão e sem debate para 3 ^a , o projeto que melhora a aposentadoria à d. Herculana F. Vieira de Souza, ex-professora de Cururupu.
1882	Publicador Maranhense, ed.121	A Assembleia legislativa provincial decreta: Art. 1. Fica elevado o ordenado da professora aposentada do ensino primário da villa do Cururupú, d. Herculana Firmina Vieira de Souza, a quantia de setecentos mil réis annuaes. Art 2. Fica concedida a mesma professora

		<p>aposentada a quantia de trezentos mil réis por uma só vez, como gratificação por ter escripto o resumo da história do Brazil, o qual foi adoptado pelo governo provincial para o ensino das escolas públicas do ensino primário do 2^a grau.</p> <p>Art. 3 Revogam-se as disposições em contrário.</p>
--	--	---

Fonte da tabela (14): Pacotilha e Publicador Maranhense (1881-1882).

Como vimos, após uma constante luta documental travada no interior da Assembleia Provincial para comprovar que tinha direito à gratificação por ter sido autora de um compêndio escolar adotado pela instrução pública, Herculana finalmente consegue ter o seu benefício assegurado; os ganhos com a autoria do compêndio, haja vista que o esforço em produzir um manual didático lhe geraram um prêmio de 300 mil réis, pagos de uma vez – o que era um pouco menos do que metade de seus vencimentos anuais, isto é, um valor que, a mestra deve ter considerado razoável, considerando a sua modesta classe social, que integrava o rol do baixo clero do funcionalismo público.

Outro ponto que merece destaque são os seus ordenados. Se em 1855, quando foi provida na cadeira de primeiras letras, seus vencimentos iniciais ficavam em torno de 400 mil réis anuais, vinte e seis anos depois, ou seja, em 1881, no momento de sua aposentadoria, seus proventos estavam fixados em 700 mil réis, o que, se por um lado, não deixa de registrar um aumento gradativo²¹⁸ durante as décadas em que atuou como mestra pública, por outro, tais quantias ainda implicavam em uma exígua renda familiar.²¹⁹

Importante ressaltar que durante o tempo em que atuou como professora pública de primeiras letras (1855-1881), Herculana acompanhou outros três colegas na regência das

²¹⁸ No estudo de Alexandre Ribeiro e Silva (2018), o pesquisador pontua que foram concedidos aumentos sobre os vencimentos dos professores das vilas maranhenses, na década de 1860.

²¹⁹ “O Arquivo do Senado guarda as falas da sessão em que os senadores discutiram o caso, em 1841. O senador José de Alencar (CE), pai do escritor de mesmo nome, discursa a favor do contador: — Como pode um pobre empregado público viver com 600 mil-réis anuais? Pelo menos metade dessa soma é absorvida pelo aluguel de casa. E quanto lhe fica para alimentar-se a sua família? É no último quartel de vida, quando precisa ter pão para alimentar-se, é que se lhe diminuem os recursos!” (Ver mais em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/02/06/crise-do-sistema-de-aposentadorias-ja-preocupava-dom-pedro-ii>). Também o estudo de Schueler (2002), ao fazer referência à instrução pública na Corte Carioca, traz um exemplo do relato cáustico feito por D. Pontopiddan que afirmava, ainda em 1840, que os vencimentos pagos aos professores eram extremamente diminutos – o que de algum modo, refletia a composição social dos mestres e mestras, isto é, de pessoas que já vinham de classes sociais modestas - como as únicas dispostas a viver com o pagamento mesquinho que era destinado à classe docente.

aulas primárias para o sexo masculino. São eles, os mestres João Marcelino da Silveira²²⁰ (primeiro professor público do ensino elementar da vila de Cururupu), Francisco Manoel da Cunha Júnior e José Silvestre dos Reis Gomes, conforme atestam os almanaques administrativos das décadas de 1840 a 1870. Uma mestra longeva que presenciou a entrada e a saída de outros professores, enquanto ela se mantinha no cargo, constituindo, portanto, uma docência em termos geracionais, assim como outras professoras maranhenses, dentre elas, Maria Firmina dos Reis, que se jubilavam após décadas de serviços prestados à formação da infância e juventude da província.

A sua saída do magistério público também foi atravessada por mudanças sutis no discurso oficial acerca da educação feminina. E, no contexto da sociedade maranhense, notória foi a diferença de intenções e olhares ideológicos presentes nos discursos e relatórios dos presidentes das províncias sobre a instrução de meninas e as mulheres professoras, no ano em que Herculana começa a exercer o magistério público, em 1856, e no ano em que se aposenta, em 1881. Tais contrastes apontam sintomas das mudanças acerca do lugar da mulher na sociedade e nas relações de trabalho, o que vai impactar diretamente no processo histórico da feminização do magistério, que resultam na entrada significativa de mão de obra feminina na escola elementar como também atestam o “paralelo afastamento dos homens dessa profissão (ALVARENGA, 2018, p.62).

A diferença entre os discursos dos presidentes da província de 1856 e o de 1881 é bastante perceptível e estão relacionadas ao conjunto das transformações urbanas e educacionais ocorridas nas últimas décadas do século XIX, incluindo a emergência de debates e disputas na cena pedagógica brasileira em que buscavam reenquadrar o papel feminino como educadora não apenas da família, mas de toda uma nação, como é possível depreender abaixo:

²²⁰ Consta em 1856 que ele se envolveu no assassinato de um major, tendo sido indiciado como mandante (Diário do Maranhão, 1856, ed.262).

1856 (Relatório do Presidente da Província ²²¹ , p.25)	1881 (Relatório do Presidente da Província ²²² , p.11)
<p><i>“Quanto ao sexo feminino, embora muito convenha que as filhas das famílias melhor collocadas na sociedade recebam nos collegios conhecimentos da línguas, da geografia e historia, do desenho e da musica, cumpre sempre não perder de vista que sua educação e instrução devem estar em harmonia com o lugar que, como esposas, mãis de família, ou donas de casa, lhes esta reservado na vida domestica.”</i></p>	<p><i>“Pois bem, para empregar-se no mister de a ministrar á infância, quem, senhores, mais apropriada do que a mulher? E, se assim é, se contemplal-á na majestade de sua missão sublime, é também contemplar a família e a sociedade, debaixo de todo o ponto de vista moral e religioso, como não preparal-a não educal-a de modo que ella possa ser, afinal,a consciência, a moral e a religião do filho na família, e do cidadão no Estado”.</i></p>

No espaço de pouco mais de duas décadas, os apelos em relação à *utilidade* da educação feminina se alteram, apesar de permanecerem voltados para além da mulher – e o que muda aqui são os públicos a quem a sua formação se destina, agora mais amplos: se antes era essencial a moça educada se devotar ao cuidado da família, agora ela também passa a ser útil ao Estado. A partir dos discursos acima, as mulheres educadas não serão mais exclusivamente destinadas aos ofícios domésticos, mas se converterão em potenciais educadoras da infância e missionárias da civilização. Isto, é, percebemos os ecos da constituição de um discurso que desloca, em certo grau, as práticas e representações sociais acerca da função social feminina ao promover algumas mudanças que inserem a mulher em espaços fora do âmbito doméstico, mas, por outro lado, não deixam de naturalizá-la como uma figura essencialmente materna e, por isso, mais propícia aos cuidados infantis – desde que bem *preparada* para este fim.

Convém lembrar também que desde a década de 1870, a co-educação dos sexos²²³ vinha sendo debatida pelos intelectuais e pela imprensa, sendo a mulher professora a

²²¹Referência:

http://ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=1881&item_id=3576%23%3Fh%3D1881&c=4&m=102&s=0&cv=0&r=0&xywh=2#?c=0&m=28&s=0&cv=23&r=0&xywh=-345%2C496%2C2527%2C1782 / Relatório que a Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão apresentou na sessão ordinária de 1856 o exm. presidente da província, Antonio Candido da Cruz Machado.

²²²Referência:

http://ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=1881&item_id=3576%23%3Fh%3D1881&c=4&m=102&s=0&cv=0&r=0&xywh=2#?c=0&m=101&s=0&cv=10&r=0&xywh=-57%2C215%2C1917%2C1352 / Falla com que o exm. sr. dr. Cincinnato Pinto da Silva presidente da província installou a 2.a sessão ordinária da 23.a legislatura provincial do Maranhão em 19 de fevereiro de 1881.

²²³ Souza (2020), em seu estudo sobre Mara Firmina dos Reis, destacou um trecho bastante significativo acerca da aceitação das turmas mistas, na província maranhense, ainda em fins da década de 1870 – trata-se de um fragmento de um relatório do presidente da província, que aqui reproduzimos na íntegra: “Além destas medidas

trabalhadora “perfeita” para ocupar a regência desses novos arranjos escolares, assim como passariam, nas últimas décadas do XIX, a integrarem, cada vez mais, os bancos formativos das Escolas Normais espalhadas pelas províncias e estados. Deste modo, a construção de novas hierarquias de gênero levaria as mulheres a ocuparem um lugar profissional que não confrontasse com as representações sociais envoltas na tríade maternidade/cuidado/educação, que, em um processo simbólico de reinvenção patriarcal, passariam a ser associadas como *naturais* ao sexo feminino:

as últimas décadas do século XIX apontam, pois, para a necessidade de educação para a mulher, vinculando-a à modernização da sociedade, à higienização da família, à construção da cidadania dos jovens. A preocupação em afastar do conceito de trabalho toda a carga de degradação que lhe era associada por causa da escravidão e em vinculá-lo à *ordem e progresso* levou os condutores da sociedade à arregimentar as mulheres das camadas populares. Elas deveriam ser diligentes, honestas, ordeiras, asseadas; a elas caberia a controlar seus homens e formar os novos trabalhadores e trabalhadoras do país; àquelas que seriam as mães dos líderes também se atribuía a tarefa de orientação dos filhos e filhas, missão de um lar afastado dos distúrbios e perturbações do mundo exterior (LOURO, 2009, p.447).

Herculana não viveu intensamente as décadas correspondentes ao processo da feminização do magistério elementar, mas quando se aposenta da instrução pública, em 1881, as atividades docentes no país já estavam experienciando esse complexo e contraditório fenômeno que adentraria as primeiras décadas republicanas, constituindo um incontornável aspecto da história do magistério no Brasil. Mas antes disso, em suas atividades iniciais, a mestra foi, a exemplo de muitas outras professoras primárias que começaram a atuar ainda na primeira metade do século XIX, uma trabalhadora solitária e autodidata, haja vista o menor investimento dado a educação de meninas, cuja aulas eram criadas em um ritmo mais lento do que a do sexo masculino, bem como a formação pedagógica das mulheres, que não era prioridade governamental durante a época aludida.

Apesar de não ter vivido o auge dos processos ligados à feminização do magistério, a mestra, através de sua prática docente, foi responsável pela promoção de um ideário de educação feminina e de educação das sensibilidades junto ao seu público escolar, contribuindo para a construção de processo formativos mais amplos ligados às políticas imperiais de escolarização da infância.

A saída do magistério público não representou, contudo, a sua despedida do exercício das atividades educativas, o que significava que os vencimentos oriundos da aposentadoria

tomadas no sentido de melhorar o ensino, segundo as disposições vigentes, ainda ordenei ao inspetor da instrução pública que permitisse que as escolas do sexo feminino sejam frequentadas por meninos de seis a nove anos, idade aceita hoje em todos os países como de grande proveito para o ensino dos meninos de tal idade” (MARANHÃO, 1877 *apud* SOUSA, 2020).

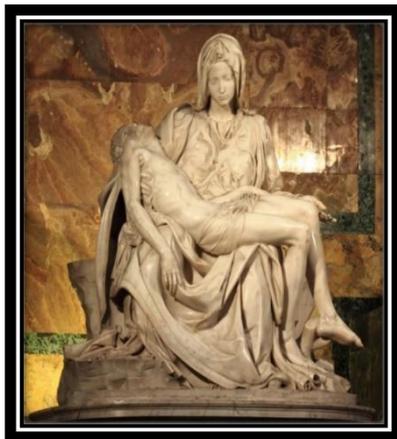
talvez não fossem suficientes para prover adequadamente a sua subsistência. De acordo com notícias encontradas no jornal *Diário do Maranhão*, nos anos de 1887 e 1888, respectivamente, Herculana continuava a atuar na instrução, mas desta vez, à frente do seu estabelecimento de ensino, o colégio de Nossa Senhora das Dores, também situado no vila de Cururupu. Apesar de ter sido mestra de primeiras letras da escola pública durante décadas, a professora e a instrução particular possuíam uma longa história juntas, e, é razoável presumir que ela nunca tenha, de fato, abandonado as aulas dadas no ramo privado, lecionando tanto para meninas quanto para meninos, como vimos acontecer nos anos de 1848, 1852, 1860 e, agora, na década de 1880.

E sobre o colégio de Nossa Senhora das Dores: o que sabemos a seu respeito? Em buscas realizadas na historiografia educacional maranhense, não há nenhuma recorrência ou menção a esse estabelecimento de ensino em Cururupu. Na ausência de estudos sistematizados, as fontes jornalísticas nos ajudam a recompor alguns vestígios acerca dessa instituição escolar, colaborando para que algumas questões sejam elucidadas. E, como veremos adiante, a julgar pelas relações dos discentes examinados no colégio, veiculados nos respectivos anos de 1887 e 1888 no jornal *Diário do Maranhão*, tudo indica que se tratava de um estabelecimento misto de ensino, por reportar nomes de alunos e alunas – o que, no contexto das práticas educativas levadas a termo por Herculana, não causa nenhuma surpresa, considerando que a mestra também ensinava meninos décadas antes; e, afinal, agora os tempos eram *outros* e sinalizavam mudanças pedagógicas, permitindo a união dos sexos em uma mesma turma.

Ao longo da segunda metade do século XIX, alcunhar colégios femininos com nomes de santas foi uma prática bastante utilizada pelas diretoras de instituições particulares na capital São Luís, como vimos na parte anterior. E Herculana não destoou dessas características observadas, ao nomear o seu colégio por *Nossa Senhora das Dores* – certamente a santa de sua afeição ou do qual era devota – e, como era o costume nos colégios femininos com denominação católica, deveria haver um altar em sua homenagem. Aliás, a união entre catolicismo e o magistério feminino formava um dos componentes que davam sentido à prática docente de muitas mestras católicas, revestindo o ato de ensinar de significados ligados a uma missão civilizatória legitimada pela proximidade destas professoras com a Igreja romana, autorizando-as ao trabalho educativo. Nesse sentido,

A Igreja Católica parece ter exercido influência significativa para a elaboração das condições que possibilitaram a docência a essas mulheres. Em decorrência de uma espécie de “feminização do catolicismo brasileiro”, análise conduzida por Maria José Rosado Nunes (1996, p. 503-513), o magistério de mulheres passou a ser visto como opção autorizada, sob as bênçãos da Igreja (NASCIMENTO, 2011, p.123).

De acordo com Moraes (2014), a devoção à Nossa Senhora das Dores está amplamente ligada à construção cultural e religiosa do culto mariano, o qual, por sua vez, remonta a Idade Média; a Virgem Maria foi instituída como uma santa venerada pela Igreja Católica a partir do século XIII. A entidade representa o sentimento emocional da dor de uma mãe, Maria, ao presenciar o martírio do filho crucificado, Jesus Cristo. Em virtude disto, Nossa Senhora das Dores é uma santa que traz uma simbologia intensa e atormentada, geralmente representada por imagens que a materializam com um coração para fora do corpo ou com um coração atravessado por sete espadas²²⁴, portando sempre uma expressão de angústia e sofrimento ao receber o filho torturado em seu colo. Bastante popular no país, a santa recebeu outros nomes como Nossa Senhora da Piedade ou Nossa Senhora da Soledade. Abaixo, representações diversificadas de sua imagem, em diversos estilos artísticos, construídas entre os séculos XV ao XIX:



(1).



(2).



(3).



.(4).

²²⁴ “(...) as sete espadas, simbolicamente, representam as sete dores que a Virgem sofreu ainda em vida em virtude de seu filho Jesus morrer no Calvário” (MORAIS, 2014, p.58).

- (1) Pietá, de Michelangelo (Fig. 13)
- (2) N.S. das Dores, Aleijadinho, séc. XVIII (Fig.14)²²⁵
- (3) N.S. das Dores, Museu de Arte Sacra de Bragança, Pará (Fig.15).
- (4) N. S. das Dores²²⁶, de Veiga Valle, século XIX (Fig 16).

Após essa breve e necessária digressão, passemos à análise do conteúdo jornalístico acerca da referida escola particular. Sobre a notícia veiculada em 1887,²²⁷ há dois destaques que chamam atenção, indicando o quanto a mestra, mesmo estando com mais de 70 anos de idade, continuava inserida e ativa nas questões educativas locais: o primeiro, Herculana participa, na qualidade de professora pública aposentada, como examinadora de um exame público feminino (de classe e definitivo), no momento em que a cadeira de primeira letras estava ocupada pela professora Maria da Costa Jorge; o segundo é o registro da ocorrência de exames em sua própria escola e os discentes avaliados são todos do sexo masculino. Outro ponto a destacar é que aqui ela é evocada como a “distinta” diretora do colégio de Nossa Senhora das Dores.²²⁸

SECÇÃO GERAL

Cururupú

No dia 18 do corrente mez tiveram lugar os exames de classe e definitivos da eschola publicado sexo feminino d’esta villa, sob a presidência do delegado litterario dr. Trajano Borges de Abreu Marques e servindo de examinadores os drs. José da Fonseca e José Vicente da Costa Basto, o professor Antonio Brazilino de Oliveira e **a professora aposentada d. Herculana Firmina Vieira de Souza**. O acto esteve bastante concorrido; e o resultado foi o seguinte:

EXAME DEFINITIVO

(Ilégível)

EXAME DE CLASSE

D. Thereza de Jesus dos Santos Ambrosi, aprovada plenamente; d. Luzia Roza Pimenta Mendonça, idem idem; d. Jovita Margarida de Oliveira, idem idem; d. Raymunda Romana da Silva, idem idem; d. Maria Amalia Gabina, idem idem.

Nossos emboras à ilustre preceptora das alumnas examinadas.

A noite d’esse mesmo dia houve um pequeno *soirée* nos salões da eschola.

²²⁵ Imagem retirada do site: <https://brasilartecolonial.wordpress.com/portfolio/nossa-senhora-das-dores/>

²²⁶ NOSSA Senhora das Dores. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra62120/nossa-senhora-das-dores>. Acesso em: 14 de junho de 2022. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7.

²²⁷ Ao que tudo indica, os exames foram realizados no final do ano de 1886, mas jornalisticamente reportados no mês seguinte, em janeiro de 1887 (Diário do Maranhão, 1887, ed. 4008).

²²⁸ Diário do Maranhão, 1887, ed. 4008.

- No dia 22 reallisaram-se também os exames do **collegio de N.S. das Dores**, de que é diretora a exma. **Sra. d. Herculana Firmina Vieira de Souza**. Prizidiu o acto o respectivo delegado litterario dr. Trajano Marques e foram examinadores o dr. José Pires da Fonseca e o reverendo vigário conego Manoel Altino Alves do Nascimento.

Foi este o resultado dos exames:

Portuguez.

3ª CLASSE

João Augusto de Souza Basto, aprovado plenamente com distincção; Julio Thomae Costa Filho, idem idem; Raymundo Nonnato Gularte de Faria, aprovado plenamente; Francisco Xavier Ribeiro da Fonseca, idem idem.

Felicitemos a distincta diretora do collegio de N. S. das Dôres.

Já a notícia de 1888,²²⁹ descreve ritos avaliativos semelhantes, informa os alunos e alunas avaliados e aprovados nos concorridos exames, assim como menciona a presença da banca de examinadores, habitualmente composta pelo delegado literário e outros nomes ilustres da cena local. De um modo geral, o jornalista congratula a mestra responsável pelo êxito da aprendizagem de seus alunos, assim como enaltece as atividades pedagógicas ocorridas no interior do colégio de Nossa Senhora das Dores (Diário do Maranhão, 1888, ed.4307):

NOTICIÁRIO

CURURUPÚ

(...) No dia 23, no collegio de Nossa Senhora das Dores, do qual é directora a illustrada professora aposentada, a exma. **Sra.d. Herculana Firmina Vieira de Souza**, cujo nome é bastante conhecido nessa província, foram examinados perante numeroso auditório trese dos seus alumnos, que obtiveram o resultado seguinte:

Definitivo

Approvado plenamente com louvor e distincção
João Augusto de Souza Bastos,

Approvado plenamente
Raimundo Gularte de Miranda

4ª classe

Appr. plen. com louvor
Julio Thomaz Costa Filho

Approvado plenamente
Alcides de Araújo Faria

3ª classe

Appr. plen. com louvor.

²²⁹ Diário do Maranhão, 1888, ed. 4307.

Antonio Vieira de Souza, d. Maria Amelia de Souza Basto, d. Clara Marianna de Faria Lisboa.

Approvados plenamente

D. Adelina Coelho Ribeiro da Fonseca, d. Anna Bastos de Araújo, Manoel Altino de Lima Furtado.

2ª classe

Appr. plen. com louvor

João Vieira de Souza Filho, d. Maria Gonçalves de Lima Costa, d. Deoclecia Enedina de Lima Costa.

Presidindo o acto o dr. José Vicente da Costa Basto, na falta do delegado litterario e seu suplente, que não accederam ao convite; sendo examinadores o sr. Henrique Eduardo da Costa Lima, uma das glorias do nosso professorado; e o sr. Francisco Antonio Pinheiro, irmão do fallecido conego Pinheiro e do dr. Pinheiro, advogado na cidade de Belém.

Aos dignos esforços da illustre directora se deve principalmente o brilhante effeito dos exames havidos em seu collegio pois seus alumnos estavam preparados.

No dia 25, à noite, alguns cavalheiros, para mais solemnizar aquelle acto, promoveram uma reunião familiar na casa da exma. directora que, de bom grado, acolheu o oferecimento pondo à disposição daqueles srs. os salões do seu collegio.

A reunião foi bastante concorrida e dançou se até as 3 ½ horas da manhã.

No intervallo de segunda para a terceira quadrilha, o sr. Henrique Eduardo Costa, que se acha presente, à convite da exma. directora, fez entrega aos alumnos examinados de seus competentes diplomas, dirigindo nessa occasião a cada um delles palavras animadoras e só dignas de um mestre que tanto tem sabido elevar-se pelo seu zelo e actividade, e a quem muito deve a província do Maranhão.

Felicitemos, pois, com toda a efusão de noss'alma a illustre e distincta preceptora da mocidade Cururupuense.

Além do êxito das sabatinas realizadas com os alunos e alunas do colégio Nossa Senhora das Dores, que, como vimos, por meio dos impressos e de um modo mais amplo, tinham a intenção de projetar uma ideia de progresso e um futuro promissor ocorrendo no interior da província. Ressaltamos que após o momento solene, mais uma vez, uma nova festa foi celebrada, tendo Herculana cedido os salões de seu colégio para uma “reunião” onde se “dançou até 3 ½ horas da manhã”, o que sugere quão animado e longo foi o baile, que adentrou a madrugada nas suas comemorações.

Também é evidente que até o final da carreira Herculana se manteve inserida nas sociabilidades locais, se tornando uma pessoa importante no cotidiano da vila, sendo, por décadas elogiada na imprensa maranhense, a ponto de arrematar, já estando septuagenária, o significativo epíteto de “preceptora da mocidade cururupuense”. E aqui, se assinala o quanto a atribuição desse adjetivo demonstrava o prestígio da mestra, que ultrapassava a imagem de uma professora encerrada em sala de aula; a preceptora, mais do que conteúdos escolares,

educa e ensina a própria vida. Herculana, como mulher letrada, solteira, sem filhos e que vendia a sua força de trabalho baseada na promoção da instrução para a infância, parecia ter o perfil sob medida para atuar nas funções educativas delegadas a uma preceptora:

no seu tempo um novo tipo social feminino, ou seja, a mulher que baseia sua auto-estima na própria qualificação profissional. Elas parecem não ter sido uma raridade, pois membros falidos da burguesia ou representantes das camadas médias da sociedade tinham de mandar suas filhas para o mercado de trabalho porque não conseguiam alimentar ou casar todas elas. (RITZKAT, 2000 *apud* UEKANE, 2008, p.104).

A história do magistério é também uma história que mobiliza tanto afetos das mais variadas ordens quanto reminiscências diversas, com impactos distintos na sensibilidade e subjetividade dos sujeitos envolvidos no ato educativo. No contexto dos oitocentos, a escola, para além da sala de aula, poderia dar lugar para outras finalidades didáticas e ser palco de festividades, sobretudo se fosse para celebrar o encerramento de um exitoso ano letivo, como parecia ser o caso retratado acima, com discentes aprovados com *louvores* e *distinções*. Nesse sentido, é impossível separar a celebração escolar dos sistemas de ensino e das culturas escolares em formação. Tais festividades mobilizavam experiências afetivas da infância e da juventude e construía memórias, tanto individuais quanto coletivas, demonstrando ser a educação, já na segunda metade do dezenove, um importante “fator constitutivo da vida social” (KUHLMANN JR., 2001, p.244).

Se no decorrer do ano letivo a sala de aula representava na prática a adoção de diversos mecanismos de controle, organização e disciplina, as festividades de encerramento do ano escolar acenavam para momentos de menor rigidez e maior relaxamento dos costumes e dos comportamentos dos alunos e alunas; porém, há que se levar em consideração que o momento festivo da escola oitocentista tinha como objetivo maior celebrar o propósito educativo da instituição resultante das produções científicas (exposições) e das aprovações públicas dos discentes, perante a sociedade local, que era chamada para testemunhar e legitimar os bons e promissores resultados obtidos pelo *bálsamo* da instrução. Para Kuhlmann Jr. (2001), a segunda metade do século XIX foi um período prolífico para a ocorrência das “grandes festas didáticas”, exposições escolares e exames públicos – e, ao compararmos com as notícias veiculadas pelos jornais maranhenses sobre o cotidiano das escolas, a instrução na província não deixava de se relacionar a esses propósitos educativos mais amplos, de inserir a vida escolar em um contexto de entusiasmo pela técnica, ciência e progresso – as novas faces que constituíam o discurso da modernidade pedagógica do final do oitocentos.

Se Herculana foi abraçada na vila como a mestra de várias gerações, aquela que era conhecida como a “preceptora da mocidade cururupuense”, educando ambos os sexos, o mesmo não pode se dizer em relação aos seus vínculos familiares, que permaneceram esparsos, com a exceção de sua irmã, D. Carolina Brígida, que foi a sua companhia constante, até no final da sua vida. Dito isto, faremos tentativas de reconstituição de sua pequena parentela, em especial, destacando a trajetória de um de seus irmãos, sobretudo, pela documentação encontrada em torno de seu nome. Ao que o conjunto das fontes indicam, Antônio Vieira de Souza,²³⁰ ocupou postos em Cururupu trabalhando como alferes e depois, se tornando proprietário de terras.

Reiteremos que Herculana não deixou descendentes na vila; o que sabemos é que seu sobrinho, João Vieira de Sousa²³¹ (1846-?), filho de Antônio, também foi alferes,²³² casou-se com uma mulher chamada Filomena Vieira de Sousa, teve filhos e propriedades em Cururupu – consta que foi dono da fazenda Rio Branco (a partir da documentação do Arquivo do Tribunal Judiciário do Maranhão). Por meio das fontes relacionadas ao patrimônio que amealhou na vila, soubemos que João teve três filhos:²³³ Antônio Vieira de Souza Netto, João Vieira de Souza Filho e Raymundo Filomeno Vieira de Souza. No entanto, tudo indica que a família não permaneceu na *cidade-fazenda*, sendo encontrada já na década de 1922 em jornais do estado do Acre.²³⁴ Por fim, se conclui que a família luso-brasileira Vieira de Souza teve uma história com a vila de Cururupu que se iniciou na década de 1850 e, por volta de 1920, essa trajetória geracional de vida e trabalho já tinha sido encerrada na localidade, no entanto, continuada em outros estados do país – em busca de oportunidades financeiras que pareciam mais promissoras.

A experiência dos Vieira de Sousa em Cururupu, foi bem diversa e forjada nas relações de gênero constitutivas das hierarquias sociais do oitocentos – e, do ponto de vista da inserção no mundo do trabalho, os homens se tornaram alferes e fazendeiros, e, as mulheres, mestras públicas e particulares. Apesar disso, para Herculana, assim como muitas outras professoras inseridas na ordem imperial, o conhecimento e acúmulo de capital cultural se

²³⁰ Diário do Maranhão, 1876, ed.969.

²³¹ Há uma escola pública municipal com seu nome, em Cururupu, a Unidade Escolar João Vieira de Sousa.

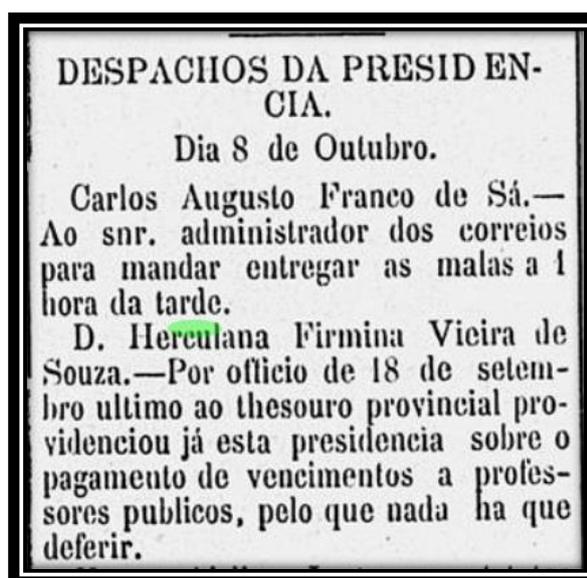
²³² Diário do Maranhão, 1878, ed. 1590.

²³³ E dois de seus sobrinhos, Antônio e João, foram alunos de seu colégio, Nossa Senhora das Dores, conforme aponta a notícia do Diário do Maranhão (1888, ed. 4307).

²³⁴ Os sobrinhos-netos de Herculana, Antônio Vieira de Souza e Raymundo Vieira de Souza se instalaram no Acre (em data incerta), e, ao que as fontes apontam, seguiram carreira militar e foram donos de fazendas e seringais, como atestam as notícias de jornais acreanos da década de 1920 (Folha do Acre, 1926, ed. 512 e 514/ Folha do Acre, 1925, ed.521).

converteram em um certo poder, assim como acarretaram na construção de um prestígio, de reconhecimento público e de certa ascensão social, lhe dando trânsito pelas famílias influentes e abastadas que confiavam em suas mãos a missão de educar seus filhos, futuros membros da elite dirigente do Maranhão. Mais que isso, o magistério garantiu-lhe a sobrevivência material, ainda que na reta final de sua vida até os vencimentos provenientes de sua aposentadoria estivessem comprometidos. E aqui adentraremos em um triste e malfazejo capítulo de sua trajetória.

Nos últimos anos de vida, Herculana vivenciou um empobrecimento material oriundo das dificuldades de receber os proventos, que passaram a atrasar sucessiva e constantemente. Em 1886, o jornal *Pacotilha* (ed.244) publicou conteúdos de despachos oficiais do Thesouro Provincial, e, dentre um deles, consta o pedido da mestra para que se pagassem os seus vencimentos, dando indicativos que se encontravam atrasados:



Pacotilha, 1886, ed.1736

Não obstante, mais dramática ainda é a nota que encontramos em 1902, no jornal *A Campanha* (ed.54), que em um texto duro e em tom de súplica, chama atenção para o estado de penúria e de quase mendicância pelo qual passava a professora, já bastante idosa e sem forças para reivindicar os proventos de uma aposentadoria *injustificavelmente* atrasada:



A Campanha, 1902, ed.54.

A professora da villa de Cururupú é uma respeitabilíssima senhora, maior de oitenta anos.

D. Herculana Firmina Vieira de Souza, que tal é o seu nome, aproveitou-se, depois de contado o tempo da lei.

A maioria dos habitantes da vila consagra-lhe affectuosa estima, graças a sua muita virtude e cultura. Muitos homens que desempenham altas funcções, lhe deveram a primeira instrução.

Pois bem, esta venerável senhora vive hoje na penúria, quasi esmolando á caridade pública.

Está em atrazo dos seus vencimentos, não lh'as pagam. É dolorosa a quem tamanhos serviços prestou a educação da infância, se veja hoje assim desamparada pelo Estado de quem é credora.

Paguem á idosa professora, tenham um pouco de consciência.

A nota, como se pode ver, é bastante enfática e de algum modo, tenta lembrar que “muitos homens que desempenham altas funcções, lhe deveram a primeira instrução”, insinuando, talvez, que os mencionados homens públicos, que outrora foram alunos de Herculana, e que poderiam ajudá-la, não o tinham feito ainda. Na vigência do Império, estava nas mãos do Thesouro Provincial a responsabilidade pelo pagamento de sua aposentadoria, e, como vimos, os atrasos ocorriam desde antes da transição política para a República, que, por sua vez, manteve a postura de negligência com o provimento de uma professora aposentada, e que por esta razão, estava de posse de um direito adquirido. Quais motivos para que não recebesse regularmente os seus ordenados? E, pela idade avançada, Herculana certamente não tinha mais forças para continuar à frente de seu colégio, que, àquela altura, em 1902, parecia ter encerrado as suas atividades, restando apenas a alternativa de viver de sua aposentadoria. E, por fim, a mestra não estava, ademais, pedindo um favor e sim, reivindicando um direito.

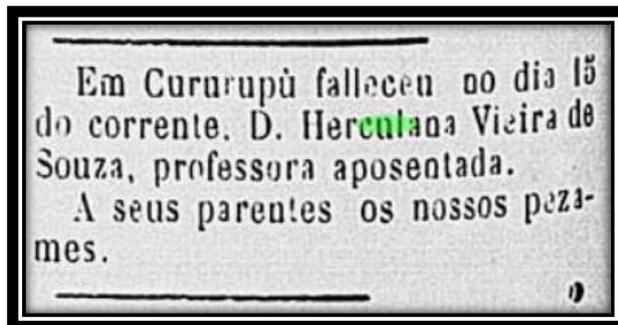
Diante do cenário econômico maranhense, nas primeiras décadas do século XX, os atrasos salariais estariam relacionados à retração financeira pelo qual passava o estado do Maranhão nas primeiras décadas republicanas? (LACROIX, 2012). E a federação do Maranhão já nascia com a população livre empobrecida e desamparada, o que contrastava frontalmente com os discursos republicanos de modernidade, ordem e progresso. No caso de Herculana, nos últimos anos de sua vida, infelizmente o seu prestígio social caminhou na direção oposta das possibilidades de ganhos materiais, retirando-lhe até mesmo a oportunidade de viver dignamente de seus proventos, conquistados após duas décadas e meia de serviços ofertados à província. Sua filiação notória de amizade com famílias influentes de Cururupu, como os Faria Lisboa, não lhe isentou de sofrer privações econômicas em sua velhice, embora não descartemos a possibilidade na qual suas redes de sociabilidades tenham ido prontamente ao seu socorro, sobretudo nos momentos mais delicados – e a nota publicada no jornal é um exemplo dessa solidariedade de pessoas próximas sensibilizadas mediante a sua ingrata condição de *credora do Estado*, que, por sua vez, parecia fazer vista grossa aos seus apelos.

E após a nota publicada em 1902, Herculana vem a falecer no ano seguinte, mais precisamente no dia 15 de novembro de 1903. Pelo que podemos presumir, a mestra morreu em meio a apuros materiais oriundos dos sucessivos atrasos no pagamento de sua aposentadoria, pelo Tesouro Estadual. Apesar de ter falecido em idade avançada, aos 87 ou 88 anos, é razoável aventar que a sua morte pode ter decorrido em virtude da precária situação financeira em que se encontrava, o que certamente impôs vetos e dificuldades das mais variadas ordens, sobretudo, ao acesso à melhores tratamentos e medicamentos - em que pese a disponibilidade destes serviços na vila do Cururupu e arredores próximos.

A notícia de seu falecimento foi breve e miúda²³⁵ sem que tenhamos sabido a causa da morte. Em tempos nos quais os jornais também serviam para registrar falecimentos e publicarem longos necrológicos de pessoas importantes e/ou que haviam contribuído para o *desenvolvimento* de uma sociedade, chama atenção que a nota póstuma a respeito de Herculana tenha sido tão modesta; sem homenagens, objetiva, concisa e sem que fosse divulgada qualquer outra informação acerca dos últimos momentos de vida da mestra. Uma morte que, talvez, foi pouco testemunhada e, a julgar pelas condições de sua velhice, que conjugava idade avançada à pobreza, provavelmente foi sentida como um certo alívio por quem a acompanhava, uma vez que a sua doença e sofrimento, que a fez com que se afastasse

²³⁵ Diário do Maranhão, 1903, ed. 9116.

de suas atividades docentes, haviam chegado a um fim. Dito isto, eis a íntegra da curta nota divulgada em 1903 pelo jornal *Diário do Maranhão*: “Em Cururupú falleceu no dia 15 do corrente, D. Herculana Vieira de Souza, professora aposentada. A seus parentes os nossos pezames”.



Diário do Maranhão, 1903, ed. 9116.

Não sabemos quem foi o responsável pela nota; contudo, quem a encomendou certamente o fez na perspectiva de visibilizar e prestar uma última homenagem ao deixar um singelo registro público do dia da morte da mestra, com o intuito de demarcar o início de uma memória. É certo que não foram os familiares de Herculana, pois a nota dirige os pêsames aos seus parentes; vale destacar que a sua família, àquela altura, parecia se resumir a irmã da professora, D. Carolina Brígida.²³⁶ Deste modo, a publicação pode ter sido iniciativa de algum ex-aluno ou ex-aluna ou, ainda, ter partido de alguma família agradecida pelos seus préstimos à instrução local. Em pesquisa feita nos jornais maranhenses no mês de sua morte, em novembro de 1903, não encontramos mais nenhuma outra nota sobre o falecimento da professora, para além destas poucas linhas publicadas no *Diário do Maranhão*. Enterrada no cemitério do Santíssimo Sacramento da Municipalidade de Cururupu, com a mudança do local, os seus restos mortais não foram transferidos para o novo endereço,²³⁷ indicando, com isto, que não havia mais familiares, tampouco interessados em reivindicar novas condições dignas para um novo jazigo.

Herculana não foi a primeira e nem a última professora a ter uma vida pública movimentada e com grande inserção profissional em seu tempo, sendo amplamente reconhecida em vida, e, a contrapelo das circunstâncias que lhe deveriam ter garantido alguma dignidade material, acabara morrendo na pobreza; a experiência da mestra não era, de modo

²³⁶ A irmã aparece como a pessoa responsável pelo óbito de Herculana, a julgar pelo conteúdo do manuscrito da professora Marlina Miranda.

²³⁷ Situado na atual rua Dr. Lázaro, Cururupu/MA.

algum, um fenômeno apenas individual. Schueler (2002, p.151) também percebeu a existência de tal ambiguidade no magistério, que se constituía como uma “profissão apresentada pela má remuneração e, ao mesmo tempo, pelo prestígio intelectual e social”. Igualmente afetadas por circunstâncias semelhantes, as destacadas professoras autoras maranhenses como Maria Firmina dos Reis (1825-1917) e Mariana Luz (1871-1960), também viveram seus últimos anos em dificuldades financeiras,²³⁸ ainda que tivessem desfrutado de reconhecimento público em suas carreiras profissionais. No caso da autora de *Úrsula*, a sua morte, assim como a de Herculana, foi recebida entre a discrição e a indiferença pela imprensa, apenas reportada timidamente muitos anos depois:

O enterro da professora deu-se na manhã de uma segunda-feira. Fazia sol na vila. Os jornais de São Luís não publicaram nenhum obituário da escritora, que colaborara por mais de 40 anos nos mais diversos periódicos da capital. A primeira referência à romancista nos jornais, após a sua morte, aparecerá cinco anos depois em O Jornal, de 28 de outubro de 1922. (...) Também nesse ano, Ribeiro do Amaral, no introito que escreveu para a história literária do Maranhão, no Dicionário Geográfico e Etnográfico do Brasil, menciona, de passagem, a morte de Maria Firmina dos Reis (GOMES, 2022, p.283).

Contudo, tais apagamentos e opacidades não são, de modo algum, exclusividade do contexto maranhense – o silêncio também perpassou a ocasião da morte da educadora mineira Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (1839-1929); a sua vasta biografia profissional como professora atuante entre Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, mulher viajante, autora de obras didáticas, diretora e partícipe de reformas educacionais não a poupou de ser esquecida no dia de seu falecimento – e a ausência de um obituário é prova disto. Sobre isto, uma de suas biógrafas, Carla Chamon (2008, p.193), assim pontuou:

Entretanto, sua morte, ocorrida em 1929, parece não ter sido lamentada. Guilhermina morreu como uma pessoa comum, sem bens e sem louvores, tendo sido enterrada numa cova pública do cemitério de Inhaúma, subúrbio do Rio de Janeiro. Em nenhum dos principais jornais cariocas não encontramos sequer uma linha sobre seu falecimento e sua vida, como era comum acontecer com as pessoas, de fato, bastante conhecidas. Apenas um anúncio, feito pela família, da sua morte e do convite para a missa de 7^a dia.

Chamon (2008) ainda explica que a apagada memória em torno do falecimento da professora Guilhermina se deveu ao fato dela “ter morrido depois da sua maior parte de seus contemporâneos” (CHAMON, 2008, p.193), já que a mineira foi bastante longeva e faleceu aos 90 anos. Com efeito, estamos de acordo com a premissa da qual Chamon toma parte para explicar o silêncio em torno da morte de uma prolífica e atuante professora. No entanto,

²³⁸ Maria Firmina dos Reis também teve os seus vencimentos de aposentadoria atrasados (GOMES, 2022). Já Mariana Luz, professora atuante no ramo privado, viveu os últimos anos provando “do abandono, ostracismo e pobreza” (SANTANA, 2021).

pensamos que apenas o fator da *geração* não explica por si só a dificuldade em manter vivo um legado intelectual de uma mulher, seja no Maranhão ou Rio de Janeiro.

Ausentes dos principais espaços institucionais e das sociedades literárias e científicas, assim como do circuito de grandes publicações, essas professoras-autoras dependiam, *a posteriori*, para além da força de suas obras impressas e legado profissional, das suas famílias (em que pese o fato de nenhuma delas terem tido filhos), da memória local dos espaços em que atuaram e das trocas com os sujeitos que povoaram as suas trajetórias. Segundo Perrot (2016), mulheres são menos vistas, menos falas e por isso mesmo, menos registradas. O esquecimento, sobretudo o público, não deixa de possuir uma incontornável dimensão que também é de gênero, fenômeno este que contribuiu que certos percursos gerassem mais ou menos interesse do que outros; contextos sociais concretos, condições distintas, inserção nas redes de sociabilidades e a atuação do patriarcado nessas trajetórias são importantes fatores a se levar em consideração no processo da manutenção do legado intelectual feminino. Quantas mulheres intelectuais, hoje celebradas e lidas, serão lembradas após as suas mortes? De que modo as relações de poder que envolvem classe, geração, geografia, territorialidades, raça e etnia afetam a constituição dos cenários de lembranças e de esquecimentos no tocante aos aspectos relacionados à promoção e salvaguarda de uma memória intelectual feminina?

E nem sempre as fontes e registros presentes estão a favor das mulheres, possibilitando que as questões que elaboramos acerca de seus percursos possam ser elucidados. No que diz respeito às impossibilidades e ausências do arquivo, sobretudo em relação ao estudo das minorias, Hartman (2020) nos deixa essa instigante reflexão de ordem metodológica:

É possível exceder ou negociar os limites constitutivos do arquivo? Ao propor uma série de argumentos especulativos e ao explorar as capacidades do subjuntivo (um modo gramatical que expressa dúvidas, desejos e possibilidades), ao moldar uma narrativa, que se baseia na pesquisa de arquivo, e com isso quero dizer uma leitura crítica do arquivo que mimetiza as dimensões figurativas da História, eu pretendia tanto contar uma história impossível quanto amplificar a impossibilidade de que seja contada. A temporalidade condicional do “que poderia ter sido”, segundo Lisa Lowe, “simboliza adequadamente o espaço de um tipo diferente de pensamento, um espaço de atenção produtiva à cena da perda, um pensamento com atenção dupla, que procura abranger os objetos e métodos positivos da História e da ciência social e, simultaneamente, as questões ausentes, emaranhadas e indisponíveis pelos seus métodos” (HARTMAN, 2020, p.28).

Para Saidiya Hartman (2020), diante de histórias interrompidas pela violência ou pelo esquecimento, acaba sendo tentador “preencher as lacunas e oferecer fechamento onde não há nenhum”. E assim, “(...) fabricar uma testemunha para uma morte não muito notada” (HARTMAN, 2020, p.25). A partir desses déficits dos arquivos, e inspirando-nos nos estudos

da pesquisadora estadunidense, nos autorizamos a fazer aquela pergunta considerada tão proibida quanto evitada por quem investiga o passado: *o que poderia ter sido?* Nesse sentido, especular, pela perspectiva posta pela Hartman (2020), pode ser também um modo de recuperar memórias e estabelecer *cenários produtivos diante da perda*, sobretudo no caso de vidas muito pouco registradas.

O que o pequeno obituário sobre o falecimento de Herculana nos conta a respeito das condições de sua morte? Qual doença a vitimou? Houve cortejo fúnebre para acompanhar o seu corpo da sua casa até o cemitério público? Seus ex-alunos, alunas, familiares, amigos e amigas estavam no enterro? Fizeram discursos acalorados sobre a grandeza intelectual da mestra? Ou nada disso aconteceu e ela teve um sepultamento modesto e discreto, com poucas pessoas que foram prantear pela sua partida? Quantas missas foram encomendadas para o bom descanso de sua *alma*? Ou nenhuma? O que podemos dizer de uma morte que, ao menos documentalmente, não parece ter sido muito *lamentada*?

Ao falecer, Herculana deixava para a posteridade um legado de uma vida profissional que transitou pelos mundos do trabalho da instrução pública e privada, inserida em um universo de relações sociais constituídas a partir da periferia do Império, por meio de um magistério culturalmente inventado para atender aos anseios civilizatórios de uma nação recentemente formada. Em 1903, a classe de mulheres docentes, àquela altura, já atendia, individualmente pela alcunha de “professora normalista²³⁹”, indicando com isto, a existência da formação pedagógica adquirida pela aspirante ao magistério – nos primeiros tempos republicanos, não era mais desejável que a mestra primária fosse leiga e a sua docência só seria validada após a passagem pelos bancos formativos da Escola Normal, já presentes com regularidade no cenário educativo brasileiro. Era, de fato, uma outra realidade da qual ela não chegou a participar diretamente, pois, diferente de outras províncias, a abertura das matrículas femininas na Escola Normal maranhense só se iniciou na década de 1890 (SALDANHA, 2008), quando já se encontrava aposentada.

De algum modo, a docente luso-brasileira testemunhou as mutações terminológicas envoltas em sua categoria profissional. Ao longo do século XIX, certamente presenciara a sobrevivência do termo “mestra-régia” – vigente após as reformas pombalinas, que, após a transição política, passou a ser chamada de “professora pública de primeiras letras”, designando aquelas mulheres concursadas pelas províncias brasileiras – ocupação essa desempenhada por Herculana durante as décadas de 1850 a 1880. Por fim, ela viu o

²³⁹ A Campanha, 1903, ed. 185.

surgimento da “professora normalista”, mais afeita à modernidade pedagógica das primeiras décadas do século XX. Portanto, a longa vida de Herculana foi atravessada por transformações repletas de significados políticos atinentes à construção da identidade um professorado feminino em formação tanto quanto acompanharam aspectos constitutivos da trajetória da profissão docente no país. De todo modo,

Cada vez mais convocadas e dispostas a desempenhar um papel central na socialização escolar das crianças – inicialmente meninas – as professoras primárias contribuíram não somente para a conformação, mas também para a construção e a elaboração de sentidos e percepções acerca das funções, diferenciações, desigualdades e hierarquias entre homens e mulheres. Desse modo, contribuíram para a reconfiguração e para o tensionamento das relações sociais de gênero, na medida em que vivenciaram múltiplas trajetórias e experimentaram práticas diversas de escolarização e de educação (SCHUELER, 2002, p.158).

Após a sua morte, Herculana se tornaria uma memória, tanto oral, quanto documental, registrada na cidade de Cururupu. Se provavelmente os contemporâneos de sua geração já tinham falecido, nas primeiras décadas do século XX, os seus ex-alunos e alunas tomariam para eles próprios a tarefa de levar adiante o nome da mestra, no sentido de torná-la um monumento na pequena vila, para que não fosse esquecida e assim, para que as gerações futuras conhecessem o seu nome. Nesse sentido, nos reportamos a um de seus educandos, talvez um dos mais afetados pela *herança imaterial*²⁴⁰ (LEVI, 2000) deixada da professora luso-brasileira; estamos falando do médico, político, educador e escritor, Achilles Lisboa (1872-1951).

Iniciado nas primeiras letras na década de 1880, pelas mãos de Herculana, Achilles Lisboa era oriundo de uma família bastante próxima da professora – os Faria Lisboa, o que também o tornava um legítimo filho da elite agrária de Cururupu, proprietária de fazendas e de engenhos. Fez os primeiros estudos até o secundário entre a pequena vila e a capital São Luís. Já adulto, se forma em medicina em 1913, entre as faculdades da Bahia e do Rio de Janeiro. Do mesmo modo, o médico acumulou passagens no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, tendo sido diretor no período de 1931 a 1933. Lisboa também entrou para a política, ocupando os cargos de prefeito de Cururupu entre os anos de 1925 a 1928 e governador do Maranhão, pelo Partido Republicano Maranhense, por um breve período, de 1935 a 1936. Mas mesmo antes de acumular tantos cargos e louros, ele também foi professor dos cursos da

²⁴⁰ Utilizamos o estudo de Levi (2000) para pensarmos na ideia de herança imaterial como forma de um legado cultural que foi deixado por Herculana, uma vez que “seu capital foi constituído por uma espécie de crédito generalizado afetivo sobre a comunidade, feito de serviços prestados, de fidelidade reconhecida, de respeito e dependência. É o pé da letra imaterial” (LEVI, 2000, p. 32-33).

Escola de Agricultura e de Enfermagem, ambos situados no Rio de Janeiro. O seu didatismo em sala de aula mereceu algumas linhas elogiosas feitas por Rocha Pombo:

Achilles Lisboa se formou pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1913 e seu primeiro contato com a educação se deu já em 1918, quando lecionou no Curso de Enfermagem da Cruz Vermelha a pedido das próprias alunas. No desempenho desse mister vem surpreender-lhe a visita do historiador José Francisco da Rocha Pombo que deu nas suas Notas de viagens (norte do Brasil) o seguinte testemunho: “Tivemos o ensejo de assistir a uma aula do Dr. Achilles Lisboa, feita às enfermeiras. Verdadeiramente magistral! Palavra elegante e muito clara, diserto e fluente sem pompa calculada, dizendo tudo com espontânea naturalidade, explicando tudo e tudo iluminando - aquele mestre devia estar em sua cátedra” (ROCHA POMBO, 1918, p.130 *apud* FONSECA, 2020, s/p).

Embora não tendo sido a sua ocupação profissional dominante, o magistério possuiu uma dimensão capital na construção do intelectual Achilles Lisboa. Dito isto, o médico publicou obras em variadas temáticas, sobretudo aquelas voltadas para as questões científicas e educacionais, que versavam tanto sobre a hanseníase, tema do qual se constituiu em uma autoridade como leprologista, quanto pelo campo pedagógico, publicando livros sobre a popularização da educação, e, dentre eles, destacamos a obra “Sobre o melhor meio de divulgação do ensino primário no Brasil”, produzida em 1926 e premiada pela Academia Brasileira de Letras, naquele ano. Seu interesse pela educação como vetor de progresso social o levou também a integrar o corpo de fundadores da Escola de Farmácia do Maranhão em 1922 e o Instituto Cururupuense de Educação, em 1925 (FONSECA, 2021).

Não restam dúvidas que Achilles Lisboa foi um homem do seu tempo, afetado pelo pensamento social das primeiras décadas republicanas: o médico constituía o intelectual oriundo de instituição superior de ensino, com entrada no mundo da política e que manifestava um profundo interesse pelo reformismo educacional – educação aqui pensada em termos institucionais, atuando como instrumento privilegiado de progresso de uma sociedade (LIMA, 2016).



Fig (17). Achilles Lisboa (FONSECA, 2020).

No rastro da recuperação do nome de Herculana de Souza, os escritos de Achilles Lisboa nos legaram pistas e informações importantes a respeito da professora. Os epítetos utilizados neste capítulo, como “didata de bela cultura” e “operosa educadora” são de autoria de Lisboa (LIMA, 2016). Nobres elogios para referenciar o trabalho docente da mulher que o alfabetizara, instruindo-lhe nas primeiras lições na infância. Deste modo, Lima (2016) aponta que o médico, em sua autobiografia manuscrita, parte inicialmente das recordações dos ensinamentos da “mestra”, que marcaram a sua mocidade – e não deixa de ser bastante sintomático que Achilles Lisboa tenha escolhido iniciar a narração de sua trajetória, primeiramente, evocando Herculana.

Para um homem de letras e de ciência, estas memórias eram mais que relevantes, pois assumiam a forma do primeiro contato com o universo do conhecimento formal, intermediado pelas mãos de uma dedicada professora – e sua autobiografia certamente seria incompleta se não mencionasse a presença da educadora em sua vida, que agiu como uma espécie de *mãe letrada*. Mais do que uma aparente gratidão, a memória, sempre política e seletiva, aqui opera com vieses de projetar uma imagem positiva e promissora de um político-intelectual em gestação. Abaixo, destacamos um trecho do manuscrito autobiográfico de Lisboa, que está presente, de modo integral, na dissertação de mestrado intitulada “Da hereditariedade biológica à hereditariedade social: o pensamento educacional do médico Achilles Lisboa – 1920/1930”, da pesquisadora Rosângela Lima (2016, p.156):

Dados Biográficos:

Nascido em Cururupu, em 28 de setembro de 1872.

Meus pais: José Antônio de Faria Lisboa e Cândida Braga de Faria Lisboa.

Fiz as minhas primeiras letras, já taludo, em Cururupú, com a professora **D. Herculana Firmina Vieira de Sousa**, didata de bela cultura, que veio de Portugal, de onde era natural, a convite de meu avô paterno. Feitos no seu colégio os primeiros estudos, vim para o seminário das Mercês, onde fiz o curso primário completo e parte do secundário depois de que passei para ir para o Lyceu maranhense onde conclui este curso secundário, menos as disciplinas de química, de física e história natural, que tive de fazer na Bahia.

Em outro texto “Reminiscências do Cururupu”, desta vez para o jornal *Diário de S. Luiz*,²⁴¹ Lisboa também rememora o esmero de Herculana no trabalho do magistério, afirmando, em primeira pessoa que aquela “veneranda senhora” que “consoante a pedagogia do tempo, me iniciou no abc”. Mais uma vez, o médico maranhense relaciona, em suas memórias de formação, a presença da educadora, como se pode depreender abaixo:

²⁴¹ 22 de junho de 1921, ed.146.

Reminiscências do Cururupu

Na redação do “Litoral”

Ao visitar a redação instalada nessa mesma sala onde, consoante a pedagogia do tempo, me iniciou no abc a operosa educadora **d. Herculana Firmina Vieira de Sousa**, a cuja memória tão acertadamente soube o Cururupu render a homenagem do seu justíssimo reconhecimento, dando o nome da veneranda senhora a esta mesma rua, de onde hoje sae o “Litoral”, na campanha nobre de melhoramento desta terra, desenrola-se me no espírito um cortejo de variadas imagens, que se evocam despertando-se as gratas emoções, que aqui pretendo traduzir nessas linhas (...). (Diário de São Luiz, 1921, ed.146).

A evocação memorialística²⁴² de Lisboa nos sugere a imagem de uma “operosa” educadora, abnegada e incansável, associando a mulher professora a missão de educar a infância, algo que já vinha sendo precisamente elaborado pelo projeto cultural da Primeira República. A professora como a “construtora da nação” (MÜLLER, 1999) se configurará em um dos importantes esteios de um projeto republicano que se queria moderno, posto que as mulheres educavam os “homens do futuro”, tal como Achilles Lisboa parecia representar, no seu tempo presente, com a sua soma vultuosa de títulos científicos e cargos públicos assumidos no âmbito da burocracia estatal.

Em sua atividade jornalística, ao recorrer diversas vezes ao nome de Herculana, Achilles Lisboa, para além de evocar uma simples lembrança, sugeria também a influência da mestra em sua trajetória. O conceito de “herança imaterial” vem sendo aplicado por pesquisadores e pesquisadoras da história da educação que visam estudar o oitocentos (NASCIMENTO, 2011; MORAES & VIDAL, 2018; MUNHOZ, 2018), interessados em pensar as influências exercidas na transmissão do magistério que se dava no meio familiar e no contexto das sociabilidades mais próximas; nesse sentido, é bastante provável que o legado de Herculana, seja através de suas obras didáticas, seja por meio de suas práticas docentes que marcaram a trajetória de alguns ex-alunos e alunas que se tornariam, mais tarde, professores.

O caso de Achilles Lisboa, que, além de publicar obras pedagógicas, também se aventurou no campo do magistério e enfatizou, em sua produção letrada, a importância da escola primária, parece-nos exemplar e nos autoriza a pensar, que, de algum modo, a mestra foi uma das responsáveis pela construção da *persona* educadora do médico cururupuense. Dito de outra maneira, é razoável aventar que a centralidade da questão educacional na trajetória profissional de Lisboa tem ecos da forte presença de Herculana em seu imaginário²⁴³ – a primeira educadora, a que o introduziu no “abc” – e que articulava tanto labor quanto

²⁴² Em outro texto memorialístico, Achilles Lisboa relembra da infância em Cururupu e insere Herculana em suas lembranças, evocando-a como “nossa saudosíssima mestra” (*Pacotilha*, 3 de julho de 1914, ed. 154).

²⁴³ Para Marc Ferro (1983), as memórias escolares são uma das reminiscências mais marcantes na história de uma vida.

refinamento cultural em seu ofício, pois, além de professora, diretora e autora de obras escolares, ou seja, características e saberes, que, segundo Carlota Boto (2005), contribuíam para situar o lugar dos professores e professoras primárias, também como intelectuais:

O professor primário é intelectual das gerações jovens. Fala e é escutado por elas. Revela-lhes o mundo, a seu modo. Incomoda (ou é, tantas vezes, desprezado; o que é pior) exatamente porque faz parte do seu segredo de ofício esconder o que se passa quando fecha as portas da sala de aula. É intelectual porque irradia saberes, crenças e convicções. É intelectual pelo lugar que ocupa no tabuleiro social, como formador de um dado consenso social, necessário para que haja alguma continuidade em um mundo que teme mudanças. É intelectual porque professa. É intelectual porque tem no ensino parte imprescindível de sua existência. Mas a característica que melhor qualifica sua condição de intelectual é também aquilo que torna inesquecíveis nossos primeiros professores: a lembrança que deles guardam seus alunos, dos tempos de escola primária (BOTO, 2005, p.43).

Da evocação nos jornais, Herculana, anos após a sua morte, passou a ser também um nome monumentalizado²⁴⁴ no município de Cururupu. A mestra luso-brasileira hoje nomeia duas escolas (uma estadual e a outra, municipal) e é nome de uma das ruas mais centrais da cidade, porém, não sabemos a data certa de quando essas homenagens foram integradas à toponímia local. Em relação à questão da toponímia, que vai além de um mero estudo sobre o nome de ruas e que, por esta razão, conjuga, de modo interdisciplinar, aspectos relacionados ao espaço e à cultura, em uma relação de trocas que “articula linguagem, história, cultura, sociedade, identidade, memória” (KELLER; LEÃO, 2020, p.6). Sobre os estudos toponímicos, Costa (2014, p.23) pontua que

(...) ao contrário do que se possa pensar, a Toponímia não se limita a dar “sentido” a uma rua ou a um logradouro, oficializando-os com um nome próprio através de uma placa toponímica (ou alusiva). No caso das cidades, ruas, avenidas, praças, casas ou qualquer estrutura física pública ou particular que possui denominações particulares, este sentido de oficialidade já está presente na memória local. Mesmo que a denominação também nos leve a questão de um registro de poder imposto, a Toponímia auxiliará no reconhecimento ou preservação destas denominações através do recolhimento de informações em diversas áreas do conhecimento relacionadas àquele objeto.

Deste modo, a toponímia envolve questões relacionadas à memória coletiva, que, por sua vez, estão imbricadas em relações de poder e configuração de identidades, mas que também contribuem para alimentar memórias individuais – elaboradas no interior dos grupos sociais, em uma relação de intensa troca, mediada tanto pela lembrança, quanto pelo

²⁴⁴ Para Le Goff (2003), em uma acepção recente, o monumento é um documento passível de investigação e crítica historiográfica, assim como a própria constituição da memória histórica em determinadas épocas e contextos.

esquecimento, em uma dinâmica que faz da memória uma espécie de organismo vivo e em transformação contínua (HALBWACHS, 2006). Em depoimento dado na data de 25 de março de 2022 para esta pesquisa, o médico cururupuense Pedro Henrique Miranda Fonseca²⁴⁵, hoje radicado no Rio de Janeiro, nos conta que:

No período em que vivi em Cururupu (1958 - 1974) que corresponde à minha infância e início da adolescência, uma coisa que muito me chamava a atenção era a não identificação por placas dos logradouros da cidade. As ruas eram conhecidas somente por oralidade. Duas exceções, no entanto, se destacavam nesse mundo predominantemente oral: a Praça Coronel Dô Carvalho e a rua **Herculana Vieira**. O primeiro era um figurão da cidade; a segunda era uma professora de origem portuguesa, que a cidade resolveu homenagear não simplesmente dando seu nome à rua em que ela morou, mas deixando identificada em placa. Numa cidade cujos logradouros só eram conhecidos pela oralidade, acho este fato (o registro documental) muito significativo do apreço e valorização que a cidade devota à Herculana Vieira.

E aqui nós temos uma informação importante. Em uma cultura citadina e patriarcal, no qual a toponímia urbana é costumeiramente dominada pelos nomes de homens “importantes e poderosos”, a cidade lhe prestou homenagens que vão muito além do efêmero porque se amalgamam, através do tempo, à própria paisagem urbana do local, gerando efeitos de sentido (espaciais e afetivos) à memória individual e coletiva dos habitantes, em um fenômeno que tende a abarcar gerações. A toponímia não deixa de ser, portanto, uma apropriação cultural de um lugar e uma “verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do espaço (CLAVAL, 2001, p.189 *apud* COSTA, 2014, p.21). Abaixo, duas imagens da rua D. Herculana Vieira – uma, feita em 1950, presente no Álbum do Maranhão (JORGE, 1950), e, outra, mais recente, feita em 2018.

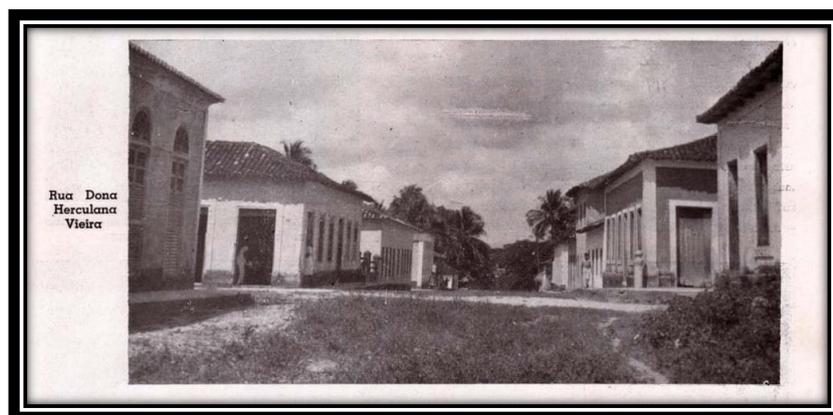


Fig (18). Álbum do Maranhão, JORGE (1950).

²⁴⁵ Pedro Henrique Miranda Fonseca é também escritor e membro fundador da Sociedade Brasileira de História da Medicina.



Fig (19). Rua D. Herculana (MELO, 2018).

Dito de outro modo, a presença do nome da professora em um logradouro e em escolas públicas foi um ato político para que a cidade não a esquecesse, para além do seu tempo de ação como mestra de primeiras letras. Chama também atenção, na placa acima, a permanência do pronome de tratamento “dona” e a ausência do sobrenome de Herculana, algo que pode ser pensado em termos de certos vestígios patriarcais nos modos de tratamento dispensado às mulheres, ainda mesmo aquelas consideradas ilustres, como foi o caso da mestra.

Apesar do *dona* ser um pronome genérico de tratamento, se trata de uma rua que foi renomeada para armazenar a memória do trabalho educativo de uma professora. Com isto, além da lembrança de um ofício, habitavam também, de modo secundário e indireto, a presença dos seus alunos e alunas que transitaram por aquele espaço e receberam as suas lições. Tais aspectos, de modo geral, estão também ligados ao desejo de permanência mediante a uma sensação, compartilhada socialmente, de aceleração do tempo histórico.

A homenagem, de natureza antropotônica,²⁴⁶ que atravessa a paisagem urbana está, portanto, relacionada aos regimes de historicidade e de poder, próprios das primeiras décadas do século XX, demarcando, naquele tempo presente, a forma com que o município de

²⁴⁶ Ramo da lexicologia que estuda os nomes próprios de pessoas (DICK, 1998 *apud* KELLER;LEÃO, 2020).

Cururupu visava se projetar para o futuro a partir da criação dos seus *lugares de memória*. Sobre estes, assim Pierre Nora (1993, p.13) reflete que tais lugares são fruto da criação cultural que não se dá de modo aleatório, pois objetiva operar com lembranças, sistematizando-as em torno de monumentos – isto é, tais esforços trazem em si as marcas e as intencionalidades políticas dos indivíduos e dos grupos atuantes na gestão do passado:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, de que é preciso criar arquivos, de que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (...) Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não os teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los, eles não se tornariam lugares de memória. É esse vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva.

Por outro lado, não é necessariamente uma novidade no contexto da história tanto da toponímia, quanto das arquiteturas escolares, que nomes de professoras primárias batizassem estabelecimentos de ensino, ruas e bibliotecas, considerando ser este um fenômeno visto largamente em capitais e municípios (MOTTA, 2003). O que chama atenção aqui é que, de acordo com a memória do médico entrevistado, não eram todos os logradouros que possuíam placas de identificação em Cururupu – e, neste caso específico, Herculana e Dô Carvalho²⁴⁷, respectivamente uma professora e um capitão da Guarda Nacional, estavam em pé de igualdade em termos de registro; para além dos habituais nomes de políticos, fazendeiros e intelectuais, pertencentes a influentes famílias locais, a cidade queria ser lembrada também pelo nome de uma educadora. Além de retirá-la do ostracismo vivido antes e depois de sua morte, o município a reconhecia como uma personalidade pública ao mesmo tempo que evocava para si uma identidade moderna, representando a cidade como espaço de culto à educação e ao progresso.

A atuação de Herculana, como a “mestra” de homens políticos e intelectuais que vieram a atuar entre o final do XIX e primeiras décadas do XX, reforçava os propósitos envoltos na escolha do seu nome, uma vez que era amplamente conhecida como a “preceptora da mocidade cururupuense”. E aqui se destaca mais ainda os méritos envoltos em sua

²⁴⁷ Natural de Cururupu, Antônio Manoel de Carvalho Oliveira Júnior foi juiz, delegado, proprietário de terras e de engenhos, capitão da Guarda Nacional. Estudou no colégio Imaculada Conceição, em São Luís. Faleceu em 1935. Consta também, de acordo com o manuscrito da professora Marlina Miranda, que Dô Carvalho foi aluno de Herculana – integrando um grupo de conhecidos cururupuenses que foram alunos da mestra, como Manoel da Mota Santos, Tereza Silva, Manduca Ribeiro e Elina José Pires.

homenagem, considerando que ela não foi a única professora a dividir a cena pedagógica do seu tempo (e aqui destacamos os professores que atuaram contemporaneamente a ela, como o capitão João Marcelino, tanto quanto a educadora, Maria da Costa Jorge que a substituiu após a aposentadora), mas Herculana foi a única, até aquele momento, a ter o seu nome monumentalizado em ruas e escolas. Portanto, no contexto daquele espaço, uma das primeiras homenageadas a integrar formalmente a toponímia urbana, foi de uma mulher atuante na educação e nas letras, feito este que não deixa de ser bastante significativo. Estavam, portanto, lançadas as bases responsáveis por constituir a personagem pública *Herculana* como um *monumento-semióforo* da cidade.

E a lembrança do médico cururupuense Pedro Henrique da Fonseca, também nos traz um outro significativo dado: a rua foi nomeada desta forma justamente porque abrigou o endereço da “didata de bela cultura” durante o tempo em que viveu na vila. De acordo com seu relato, antes de ser D. Herculana Vieira, a rua se chamava Esperança. Abaixo, apontamos algumas imagens da casa²⁴⁸ (a do meio, com uma porta e três janelas) que abrigou a sua residência como também a sua escola, o colégio de Nossa Senhora das Dores. Na sequência, pusemos imagens da década de 1950, quanto atualizadas do endereço da mestra – que hoje, se encontra descaracterizada e abriga uma funerária, como podemos ver na foto produzida no ano de 2022:

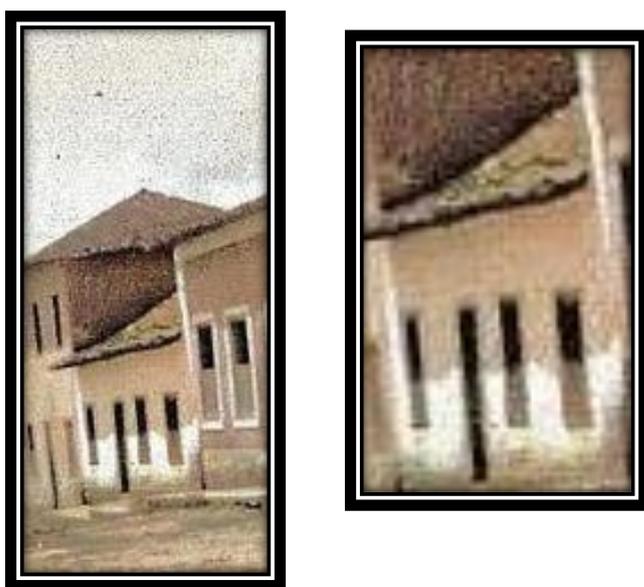


Fig (20). Rua D. Herculana Vieira, Cururupu (com a segunda imagem ampliada). Imagem (JORGE, 1950).

²⁴⁸ Pedro Henrique Fonseca ainda aponta, em seu relato, que essa casa era propriedade de Cezario Coimbra, que muito provavelmente alugava a casa para Herculana. Não sabemos se a mestra possuía, de fato, o imóvel ou era apenas alugada.



Fig. (21). Rua D. Herculana Vieira (atual casa onde Herculana residiu), Cururupu (2022).



Fig (22). Imagem da Unidade Integrada Municipal Herculana Vieira II/ (ARANHA, 2022).

Após feito o esforço em recuperar os fragmentos da presença de Herculana na memória da cidade de Cururupu e de seus moradores e ex-moradores, restava ainda uma última entrevista a ser feita. Se, pela distância temporal, todas as gerações que foram alunas

da mestra luso-brasileira já se encontravam falecidas, como acessar, ainda que de modo indireto, a sua memória, através de terceiros que sequer tiveram contato com a professora? Dito de outro modo, quem, no município de Cururupu, guardaria ainda alguma imagem sobre Herculana, ainda que borrada e opaca?

Nas primeiras idas ao município, ainda em 2018, para cumprir as demandas da pesquisa de campo do PIBIC/IFMA, algumas pessoas com quem conversamos, nos indicavam o nome da professora aposentada Marizete Barbosa Moreira como alguém que possivelmente teria mais informações a dar, a respeito de Herculana. A indicação não era aleatória; além da professora em questão contar com mais de 80 anos e ter sido diretora de uma das escolas Herculana Vieira, se tornando, de algum modo, a “Herculana” de seu tempo, ela guardou consigo, durante algum tempo, a cartilha de gramática manuscrita e produzida pela própria educadora luso-brasileira,²⁴⁹ em seus últimos anos como docente. No entanto, o contato com a Marizete não foi fácil; se desde março de 2018 tínhamos o interesse de entrevistá-la, apenas conseguimos fazê-lo em julho de 2021, através do contato e intermediação com seu sobrinho, o senhor João Carlos Costa da Silva.

Antes de introduzirmos as reminiscências da professora Marizete, é necessário tecer uma observação. Recuperar a memória da educação brasileira e maranhense através de entrevistas realizadas com ex-discentes, que foram testemunhas privilegiadas da atuação profissional feminina - foi um esforço levado a termo pela pesquisadora Diomar Motta (2003). Em sua obra, intitulada “As mulheres professoras na política educacional do Maranhão”, a autora investiga, no contexto da primeira metade do século XX em São Luís, as trajetórias profissionais das educadoras Laura Rosa, Rosa Castro, Zoé Cerveira e Zuleide Bogéa. O esforço em colher depoimentos de homens e mulheres, outrora alunos dessas professoras, é justificado da seguinte forma:

a memória na história das mulheres é, também, uma preocupação contemporânea, devido ao avanço de estudos feministas e à necessidade cada vez maior de serem corrigidas distorções de interpretações equivocadas da experiência da mulher (MOTTA, 2003, p.119).

A estratégia da pesquisadora, além de acertada, se mostrou tanto prolífica quanto promissora, pois conseguiu acessar memórias de práticas escolares dos sujeitos entrevistados e recuperar fragmentos da atuação dessas conhecidas professoras maranhenses, no contexto da cultura escolar do Estado. A pesquisa de Motta fora realizada em 2003, há exatamente vinte anos; logo, sendo mais “fácil” encontrar os sujeitos alunos, escolarizados nos anos de

²⁴⁹ A Cartilha de Gramática Portuguesa, de autoria da mestra, se encontra sob a posse da U.I. Herculana Vieira.

1940-1950, dispostos a narrar suas memórias escolares. No caso específico desta tese, a dificuldade de acessar sujeitos que ainda guardassem lembranças de Herculana é extremamente difícil. Além de não ter tido filhos, ela atuou profissionalmente entre as décadas de 1840 a 1880, e, apesar de ter educado várias gerações entre São Luís e Cururupu, a tarefa de encontrar memórias orais mais latentes acerca de sua atuação como professora se mostrou um empreendimento árduo.

Até sobre Maria Firmina dos Reis temos alguns relatos de seus alunos, colhidos por Nascimento Morais Filho, quando, no ano de 1975, compôs a obra biográfica *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*. Nesses depoimentos, apreende-se que a professora de Guimarães falava baixo, não tinha o costume de brigar com seus alunos, mas era uma educadora firme; indícios de uma prática pedagógica talvez mais horizontal e democrática, do que aquela baseada em sermões e castigos escolares. Na ausência de fontes robustas, a existência destes sinais e fragmentos de memória demarcam que o paradigma indiciário se mostra como uma metodologia possível de análise a ocupar os vazios deixados pelas fontes, além de que, a própria memória oral tem se constituído, no contexto da pesquisa histórica, como uma fonte tão legítima quanto complexa, exigindo um tratamento metodológico adequado, por meio de uma postura investigativa minuciosa.

Nesse sentido, sabíamos que a professora Marizete possuía informações as quais não encontraríamos em jornais ou na documentação oficial. Possuíamos grandes expectativas para que ela, do alto dos seus quase noventa anos de idade e apresentando alguns sinais de senilidade, pudesse acessar as suas memórias mais pregressas de modo que fosse possível vislumbrar alguns passos da trajetória de Herculana. A entrevista, realizada no apartamento da professora cururupuense, na capital São Luís, onde ela atualmente reside, ocorreu na data de 28/07/21. Estabelecemos, de início, uma conversa informal, embora houvesse a presença de um roteiro direcionado de questões; a coleta deste depoimento contou com a presença do seu sobrinho, o sr. João Carlos e durou cerca de 30 minutos, nos quais discorremos sobre vários outros assuntos - para além de Herculana – no entanto, aqui reportaremos apenas os recortes os quais a professora Marizete se referiu à mestra luso-brasileira:

PERGUNTA: *De onde Herculana Vieira veio?*

RESPOSTA: *Portugal. Era portuguesa. Foi professora de Dindinha, da turma toda. A primeira professora. (...) Ela era uma pessoa distinta, educada e muito bem relacionada lá em Cururupu. Era muito estimada. Agora, o que eu tinha dela, eu deixei lá no colégio, lá na escola Herculana Vieira, dentro de uma gaveta...Tem lá todo o material que eu consegui encontrar lá em Cururupu, de Herculana Vieira, eu deixei lá, não ia trazer pra mim.*

PERGUNTA: *A senhora se refere a uma cartilha de gramática?*

RESPOSTA: *Tem uma cartilha. Ela elaborou essa cartilha de gramática. As professoras de Cururupu não dão muito valor à história, tá entendendo? Pode ser que tu encontre, pode ser que tu não encontre mais. Mas era preciosíssima a cartilha de D. Herculana, que Dindinha, minha tia, estudou nessa cartilha. Ela me contava as coisas, a minha tia, irmã de meu pai. Ela me contava as coisas do passado, principalmente essa parte de educação. Herculana era muito querida, muito prestigiada... Mas sempre tinha a turma do contra, que era de lá mesmo (Cururupu). Como ela não era de lá, ela era discriminada... Mas assim, ela era a melhor professora do tempo, tanto é que a minha escola tinha o nome dela, Grupo Escolar Municipal Rural Herculana Vieira.*

PERGUNTA: *A senhora já viu algum retrato dela?*

RESPOSTA: *Não, nunca vi.*

PERGUNTA: *A senhora sabe se Herculana deixou família em Cururupu?*

RESPOSTA: *Não, ela não era casada. Era solteira.*

PERGUNTA: *Quem levou Herculana para Cururupu?*

RESPOSTA: *Acho que foi o prefeito que levou. A prefeitura que mandou ou o próprio governo. Ela veio como professora porque faltava professora e o prefeito, como tinha prestígio, ele mandou ela pra lá (...) E ela merecia ser homenageada com o nome da escola, porque ela foi muito eficiente. Ela trabalhou como professora de muita gente lá em Cururupu, ela tinha muitas amizades. (...) Eu já sabia a história dela de ouvir falar, o que ela fazia... Por isso que eu consegui com o prefeito, que era meu amigo, botar o nome daquela escola, que não era Herculana Vieira, que eu nem lembro mais o nome que era – era um nome besta qualquer, de algum importante de lá.*

PERGUNTA: *Foi um pedido seu pra que a escola se chamasse Herculana Vieira?*

RESPOSTA: *Não foi um pedido meu, mas quando eu assumi, que me mandaram pra lá – e me mandaram com disposição pra “fazer e acontecer”, o que eu achasse bom naquela escola – inclusive mudar o nome. Aí eu procurei saber a história dela... Aliás, nem procurei: isso veio na minha cabeça, na minha mão, a história de Herculana Vieira. Mas eu procurei saber pra ver se valia a pena botar o nome... E valeu, acho que valeu muito, porque ela foi excelente (...) Só de ouvir contar a história, me bastou. Não precisei nem de ler tudo que tinha lá (nas gavetas) sobre ela. Mas as pessoas daquela época, elogiavam muito a Herculana.*

PERGUNTA: *A sua tia-avó que foi aluna de Herculana? Qual era o nome dela?*

RESPOSTA: *Mariana Barbosa Moreira, que não existe mais... Ela morreu em 1968, em Cururupu.*

PERGUNTA: *E o que ela falava de Herculana?*

RESPOSTA: *Todas as pessoas antigas, daquele tempo, elogiavam. Ela era uma professora “de cartaz”.*

PERGUNTA: *Quem usava a cartilha que Herculana deixou?*

RESPOSTA: *Todo o primeiro ano primário.*

PERGUNTA: *A senhora chegou a trabalhar com essa cartilha?*

RESPOSTA: *Não, porque eu era diretora. Quem usava era a professora do primeiro ano. Essa cartilha ficou por lá. Eu tinha responsabilidade pelas escolas do interior e eu tinha que mandar essas cartilhas pra lá, onde tinha escola primária.*

Ao escrutinar as suas reminiscências de vida, atuação profissional e partilhá-las generosamente com esta pesquisa, a professora Marizete deu início a um processo ativo de lembranças, pois, conforme Éclea Bosi (1994, p.90), assinalava, a “memória não é sonho, a

memória é trabalho”. Nesse sentido, a professora aposentada foi instada, por meio das perguntas realizadas, a se engajar em sua própria memória e vasculhar aspectos da sua experiência, tanto infantil, quanto da juventude e da vida adulta. Deste modo, a indagação a respeito de quem fora Herculana lhe fez entrar em contato com vivências familiares mais antigas, uma vez que a sua tia-avó, apelidada de *Dindinha* (Mariana Barbosa Moreira, 1882-1968), uma das pessoas responsáveis por sua criação, tinha sido aluna de Herculana – e falava a respeito da atuação da mestra, contribuindo para configurar o imaginário, ainda presente na memória oral de Cururupu, de uma mulher bem-relacionada, distinta, educada e estimada, isto é, uma autoridade pedagógica daquele contexto, como fica claro em seu depoimento.

Outro ponto em destaque são as informações dadas pelo relato de Marizete acerca da origem de Herculana, afirmada como portuguesa – e sobre o seu estado civil – assinalando ser ela uma mulher solteira. Ao cruzarmos os indícios presentes nos registros, aqui assistimos a uma pertinente concordância entre as fontes e a memória oral, atestando, mais uma vez, a nacionalidade lusitana e a condição celibatária da mestra. Além disto, em seu relato, Marizete chama atenção para um aspecto curioso: afirmara que Herculana, apesar de reconhecida, não era uma unanimidade; por ser de origem estrangeira, havia aqueles que a criticavam e discriminavam; "a turma do contra", em suas palavras. Embora não tenhamos mais informações para indagar acerca dessas querelas cotidianas, é razoável pensar que uma professora estrangeira vinda da capital São Luís acabasse despertando afetos distintos nos moradores de uma pequena e acanhada vila do litoral ocidental maranhense.

Um outro aspecto a destacar, é em relação tanto ao tempo histórico da memória coletiva quanto ao tempo do vivido, da experiência – e ambos são bastante rarefeitos e imprecisos nas memórias da professora Marizete. Ao ser indagada sobre a chegada de Herculana em Cururupu, ela afirmava ter sido o “prefeito” que a levava para vila, utilizando uma terminologia política republicana para se referir às autoridades administrativas do Império. Achilles Lisboa também lançou mão de explicação semelhante, ao afirmar que Herculana, vinda de Portugal, chegara em Cururupu a convite de seu avô. Portanto, percebemos a existência de duas narrativas complementares, que atribuem à mestra o exercício da docência por ocasião de um convite ilustre e não um concurso público, que, como vimos, deu um novo rumo profissional à sua trajetória; e, assim, nesta questão específica, memória oral e fontes “oficiais” caminharam em direções não tão semelhantes.

E mais uma observação. Quando Marizete passa a falar sobre a sua vida profissional como educadora, que, em determinados momentos, também se cruza com o legado deixado por Herculana, ela não nos informa a respeito das décadas em que atuou como diretora escolar

em Cururupu. No entanto, ela nos relata a respeito da existência da cartilha de gramática da mestra, assim como aponta que o material didático, por sua iniciativa, era utilizado nas escolas primárias da zona rural do município. Marizete também afirma ter sido a responsável pela homenagem feita à Herculana, que passou a nomear uma das escolas que dirigia; a amizade com o prefeito da época lhe deu mais autonomia para efetuar as mudanças as quais achava necessárias – e alterar o nome de uma escola pública foi uma delas, mas não sem antes pesquisar a respeito da história de vida da *distinta* mestra luso-brasileira:

Aí eu procurei saber a história dela... Aliás, nem procurei: isso veio na minha cabeça, na minha mão, a história de Herculana Vieira. Mas eu procurei saber pra ver se valia a pena botar o nome... E valeu, acho que valeu muito, porque ela foi excelente (...) Só de ouvir contar a história, me bastou. Não precisei nem de ler tudo que tinha lá (nas gavetas) sobre ela.

Não sabemos dizer o que a *gaveta* do mobiliário escolar pertencente a uma das escolas Herculana Vieira conservava a respeito de documentos relacionados à biografia da mestra, para além de sua cartilha de gramática – que, até onde sabemos, ainda repousa nesse espaço. E Marizete, apesar de fazer parecer que foi uma decisão individual, vemos o quanto ela cresceu ouvindo histórias de Herculana, contadas por pessoas que tinham convivido diretamente com a professora - quando precisou escrever a respeito, “já tinha tudo à mão”, a partir das memórias da cidade, segundo ela mesma narrou.



Fig (23). Entrevista realizada em 28 de julho de 2021, com a professora aposentada Marizete Barbosa Moreira.

O relato da ex-diretora nos permite tirar algumas conclusões. A memória mais "fresca" de Herculana, quem conserva são as outras mulheres professoras, aquelas já aposentadas que se desenvolveram profissionalmente tendo como referência a educadora açoriana, presente no horizonte da história da educação em Cururupu. A imagem de Herculana, como uma mestra ilustre, com direito ao uso, em sala de aula, de materiais didáticos de sua autoria, demarca, de algum modo, a existência de certa "herança imaterial" (LEVI, 2000) relacionada à transmissão do magistério, legada não só às mulheres professoras de Cururupu, como também alguns homens, em especial, no caso de Achilles Lisboa, que teve uma importante atuação como em seu tempo como homem público interessado em pensar os caminhos da educação no contexto das primeiras décadas republicanas.

Nesse sentido, podemos apreender que as professoras aposentadas, Marizete Moreira e Marlina Miranda, a partir de suas atuações na cena educativa como professoras e guardiãs de reminiscências escolares do município, formam, portanto, um elo geracional de uma cadeia de educadoras que foi iniciada por Herculana, aquela responsável por "inventar" o magistério

feminino na cidade de Cururupu. E, com efeito, a memória que ainda permanece é uma memória gendrada, mantida como marco de identidade para essas mulheres.

Em 2018, ano em que nos lançamos às primeiras buscas por Herculana no referido município, por meio da já aludida pesquisa do PIBIC/IFMA/FAPEMA, estivemos diante de um prognóstico nada animador, no que tange à preservação do legado da professora na memória da cidade. Herculana se constituía mais como uma imagem borrada e uma lembrança apagada; sua documentação de óbito não constava no cartório e seus restos mortais, permaneciam abandonados no antigo cemitério municipal. Embora a cidade a tenha imortalizado, empregando seu nome em ruas e escolas, à memória cabe uma manutenção que é permanente. Nesse sentido, Cururupu deveria avançar mais na questão de uma política de memória a respeito da trajetória intelectual da mestra, sobretudo, pela contribuição que ela deu para a educação maranhense, ensinando para meninas e meninos, em seu tempo de ação.

E mais que isso. Herculana foi uma das mulheres precursoras da escrita escolar da história no cenário intelectual brasileiro, disputando a cena didática com outros consagrados autores – feito este bastante significativo, ainda mais se pensarmos que ela estava inserida em uma sociedade em que a dominação masculina era a tônica dominante. Dito isto, se nenhuma política for adotada, para conscientemente se construírem novos lugares de memória (NORA, 1993) acerca da mestra, as novas gerações possuirão uma pálida e rarefeita lembrança de quem foi a professora Herculana – e ela foi muito mais do que o nome de uma rua ou de uma escola.

Apesar de reconhecermos a importância da mestra pertencer à toponímia local, muito pouco se sabe a seu respeito a partir do discurso do município, que sequer mantém alguma menção a sua trajetória nos espaços públicos da cidade ou promove destaque às suas obras, que permanecem sem atrair grande interesse do público mais geral. Nenhuma placa biográfica, nenhum busto, nenhuma menção honrosa – ao contrário do que vem ocorrendo com a escritora Maria Firmina dos Reis, que vem recebendo uma maior atenção do Poder Público nos municípios de Guimarães e de São Luís, cidades as quais a autora de *Úrsula* vivera. Paralelo a estas iniciativas, o seu nome ainda tem sido utilizado para alcunhar centros de documentação, bibliotecas, escolas e outras instituições culturais.²⁵⁰

Não que ações como estas por si só resolvam a questão delicada da memória daquelas que atuaram consolidando uma intelectualidade feminina no século XIX, mas já apontam um importante movimento de visibilidade contra os séculos de silêncio e apagamento e exclusão

²⁵⁰ Este sítio eletrônico voltado para reunir informações a respeito dos estudos sobre Maria Firmina também mantém uma lista das instituições que a homenagearam: <https://mariafirmina.org.br/categoria/locais/>.

canônica. Herculana é apenas um nome sem história; um nome de mulher que guarda uma trajetória singular, porém desconhecida. Dito isto, indagamos: o problema do esquecimento é da cidade de Cururupu ou da própria memória brasileira? A dificuldade observada aqui, de manter o legado vivo de uma professora intelectual, se constitui em um imenso e complexo desafio no contexto de uma cultura patriarcal em que a produção de bens culturais assume, em grande parte, uma inquestionável assinatura masculina. Sobre isto, destacamos o quanto os movimentos de mulheres vêm operando na contramão destes déficits documentais e a contrapelo de uma história intelectual hegemonicamente androcentrada, buscando elaborar estratégias e reequilibrar a relação de forças ao visibilizarem, de forma semelhante, o patrimônio cultural feminino:

El feminismo cuestionó la forma androcéntrica de la organización de archivos, bibliotecas, centros de documentación, librerías y museos. Interpeló la invisibilización, dispersión y hasta la falta de interés en la preservación, conservación y difusión de documentos, otras fuentes de información y un sinnúmero de bienes culturales producidos por/con mujeres o sobre mujeres (VASSALO, 2018, p.81).

Pouco presente nos registros oficiais e silenciada como sujeito histórico na memória maranhense e brasileira, nem mesmo o cemitério no qual Herculana fora enterrada resistiu ao tempo, de modo que não pudemos acessar o seu novo jazigo,²⁵¹ lembrando que, mesmo tendo sido sepultada em Cururupu, o seu registro de óbito não foi encontrado no cartório civil. Diante destas ações de esquecimento, sempre políticas e intencionais, o apagamento se instala, gerando danos a memória coletiva, comprometendo, à sociedade mais ampla, o acesso a um conhecimento mais democrático e pluralizado em relação aos sujeitos que participaram da história, ainda que em posições de poder consideradas subalternas – e Herculana, como uma mulher de seu tempo, atuou nos liames de uma cultura de submissão às mulheres tanto quanto buscou se inserir estrategicamente nos espaços possíveis que iam sendo abertos aos grupos femininos, dentre eles, a instrução. E sobre esse lócus laboral e social conquistado cada vez mais por mulheres astutas como Herculana, Schueler (2002, p.158) reflete:

Por que, afinal, estas mulheres abraçaram o ofício, e quebraram, pouco a pouco, o histórico monopólio masculino, conquistando seus espaços na profissão docente? Algumas que atuaram como professoras primárias ultrapassaram as barreiras modelares dos discursos que visavam confiná-las aos espaços privados da família. Ocuparam espaços e funções sociais, que eram tradicionalmente monopólio dos

²⁵¹ Durante a pesquisa do PIBIC/IFMA/FAPEMA, realizada entre os anos de 2017 e 2018, obtivemos a informação que onde existia o antigo cemitério de Cururupu, hoje funciona um jardim de infância. E. ao que tudo indica, os restos mortais da professora Herculana foram deixados no local, quando deveriam ter sido deslocados para o novo cemitério do município, localizado na rua Dr. Lázaro.

homens e, mais do que isso, se posicionaram como sujeitos atuantes no processo de construção de representações e discursos que, na maioria das vezes, eram contraditórios, ambíguos e lhes atribuíam determinadas funções relacionadas à extensão da maternidade e à domesticidade.

O magistério feminino, bem como as atividades letradas decorrentes deste universo da instrução também foram marcadas por paradoxos, ambiguidades e hierarquias de gênero, conforme assinalam as experiências vividas por Herculana, em seu percurso profissional. Como vimos, na sociedade oitocentista brasileira, para os homens, a produção intelectual podia lhes permitir a passagem para grandes cargos públicos estatais e que ajudavam a engrandecer suas trajetórias; para as mulheres, um maior rendimento nas aposentadorias e reconhecimento apenas dentro do circuito da instrução. Aos homens públicos e intelectuais, a possibilidade de inserção na memória histórica era comparativamente maior do que em relação às mulheres de letras, sobretudo, ao longo do século XIX. Se o gênero, como elemento estruturante das relações de poder, também organizava a divisão intelectual do trabalho, por conseguinte, é lícito supor que o gênero também possui o poder de orientar a memória, em sua dimensão histórica, coletiva e individual.

A mesma cena letrada de São Luís que promoveu epítetos orgulhosos de seu grupo de intelectuais, chamando a si mesma de “Atenas Maranhense²⁵²” é aquela que produziu apagamentos em torno de suas “patricias” escritoras, como Maria Firmina dos Reis e Herculana de Sousa. E, assim como outras autoras oitocentistas que habitam à margem do cânone historiográfico nacional, reintegrá-las, problematizando-as em suas dimensões autorais, na medida em que se analisam as suas perspectivas historiadoras e memorialistas, como também de intérpretes da nação (SILVA, FERNANDES, 2020) é uma tarefa tão feminista quanto epistemológica, esforço este que faremos na terceira parte da tese.

²⁵² Nesse sentido, talvez a escolha pela cidade-estado de Atenas pelos literatos maranhenses indique outras semelhanças, para além da intelectual e esteja, com efeito, ligada a exclusão das mulheres que se operava na democracia da antiguidade clássica.

III PARTE - AS MULHERES DE LETRAS E SUAS PRÁTICAS HISTORIOGRÁFICAS NO SÉCULO XIX: fontes, reflexões e contribuições da epistemologia feminista para a historiografia brasileira

(...) Dessa maneira, ao escrever este trabalho, pedimos mais uma vez licença, porém, desta vez, para os intelectuais homens – sejam os que por séculos não reconheceram nas mulheres a capacidade de produzir conhecimento e assim as excluíram e as inferiorizaram, sejam os da contemporaneidade, que ainda que possam reconhecer a importância e o direito das mulheres em contribuir na construção do conhecimento, não conseguem dar conta da dimensão de negação a qual foram submetidas as mulheres, negação que afeta o ser mulher de maneira externa e interna, objetiva e subjetiva, e que por identificação ou condição de gênero partilhada por outra mulher, que pode melhor o expressar (LIMA, 2019, p. 20-21).

Antes de nos debruçarmos sobre a produção didática de Herculana, gostaríamos de comentar acerca das fontes e nomes de autoras encontradas no decorrer da pesquisa. Buscando as *precursoras* da escrita da história no Brasil, nos deparamos com uma mulher de letras de atividade intelectual tão incerta quanto desconhecida. Estamos falando de Rita Joana de Souza²⁵³ - que, de acordo com um registro historiográfico nebuloso, talvez tenha sido nossa primeira historiadora como também uma das primeiras vítimas do memoricídio, nos tempos coloniais. Uma personagem inventada ou um sujeito histórico de carne e osso? Ela fora, traçando um paralelo na história da literatura, tal qual Virginia Woolf apontou em *Um teto todo seu* (2019), como a brilhante e desconhecida irmã escritora de Shakespeare? Uma mulher que, sendo genial em uma época que não permitia a expressão da voz feminina, condenada a uma inevitável incompreensão oriunda de seu entorno e, por esta razão, sujeita ao enlouquecimento e ao esquecimento? Em contextos históricos marcados por um pungente patriarcado, como sobreviviam aquelas que demonstravam talento para a vida intelectual? Se do legado de Rita Joana de Sousa restou apenas o nome, não podemos afirmar com a certeza documental de suas atividades literárias, mas só a existência do seu nome aponta indícios do qual as mulheres manifestaram, há séculos, o interesse em serem também narradoras do passado.

²⁵³ Apesar de nos atermos à escrita histórica oitocentista, torna-se necessário mencionar o nome de Rita Joana de Sousa. Nascida em Olinda em 1696, faleceu precocemente em 1718 aos 22 anos de idade. Pesquisadores e literatos como Varnhagen, Joaquim Manuel de Macedo, Inês Sabino e Sacramento Blake apontam que ela produziu manuscritos filosóficos e históricos, com destaque para a história da Espanha e da França, amplificando a memória em torno de uma escritora da época colonial cujos textos jamais foram encontrados – e que não sabemos, de fato, se eles existiram, se foram perdidos ou destruídos (MELO, 2020).

O fato é que neste estudo, o século XIX emergiu como um período prolífico para a atividade historiadora por parte da pena feminina. Assim, neste capítulo procuramos apontar e examinar os silêncios dos campos da História Intelectual e da História da Historiografia em relação às mulheres de letras cujos exercícios intelectuais resultaram na produção de diversificados lugares e práticas historiográficas no meio educacional e literário brasileiro. Isto é, são autoras que se aventuraram pelo gênero histórico nos oitocentos e publicaram obras com conteúdos que versavam sobre a história nacional e “universal”. Desta safra, temos duas gerações de autoras que atuaram na segunda metade do século XIX: além da professora açoriana Herculana de Sousa (1815-1903), nosso “sujeito-objeto” privilegiado desta pesquisa, que publicou em São Luís no ano de 1868 o livro didático *Resumo da História do Brasil*, tivemos outras autoras que mergulharam na escrita da história de seus tempos. Exemplos representativos de letradas que produziram sínteses da história nacional não faltam. São elas: Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (1842-1929), mineira que produziu em 1888 o manual escolar *Resumo da História do Brasil*, Nísia Floresta (1810-1885), autora potiguar que trouxe à lume em 1859 um ensaio histórico intitulado *Il Brasile* e Isabel Gondim (1839-1933), também nascida no Rio Grande do Norte, que em 1900 escreveu um longo poema épico chamado *Brasil, poema histórico do país*.

São obras que nos convidam a ampliar os limites do que entendemos por escrita da história nacional (através de manuais didáticos, ensaios e poesia épica, respectivamente) e fazem-nos interrogar acerca dos usos do termo historiador no século XIX, assim como repensar outras produções letradas que se davam para além dos tradicionais círculos intelectuais, igualmente espaços masculinos. As fontes acima elencadas revelam que as mulheres, por meio de distintas condições, também participaram da construção do conhecimento histórico no dezenove ao produzirem impressos que recuperavam o passado brasileiro através de sínteses da história da nação, através de variados gêneros literários. No entanto, elas não têm sido nomeadas como historiadoras, sendo este qualificativo um apanágio de homens letrados e políticos alojados em academias ilustradas e científicas.

Nosso trabalho, portanto, busca propor uma mudança do quadro atual e uma reavaliação conceitual para incluirmos ainda os modos pelos quais as mulheres exerceram a prática histórica/historiográfica em um contexto cultural marcado pela dominação masculina (PALESTCHEK, 2009; SMITH, 2003). Interrogamos as acepções usuais sobre história e historiografia de modo a repensarmos o papel do cânone enquanto espaço excludente de valoração letrada e, por isso, bastante árido à presença feminina.

No contexto europeu e norte-americano, uma das formas de compreender a participação autoral das mulheres na construção das narrativas históricas oitocentistas se baseou no uso do termo “historiadora amadora”²⁵⁴, uma vez que permite uma reflexão capaz de articular tanto as questões de gênero quanto a escrita da história. Isto posto, a categoria “amadora” já vem sendo discutida pela historiografia estadunidense e europeia desde a década de 1980, mas reconhecemos que entre nós carece de maior investimento analítico. Cientes de que estamos em um território experiencial e conceitual relativamente novo, este estudo vem se constituindo como um esforço por alargar fronteiras historiográficas que têm se mostrado por vezes estreitas no que diz respeito a identificar e reconhecer as obras históricas escritas por mulheres nos oitocentos brasileiro. A partir de suas incursões intelectuais, tais letradas também atuaram como colaboradoras da formação de uma memória disciplinar da História e participaram ativamente da cultura histórica de seus tempos.

Nesta pesquisa, apesar de compreendermos a importância do conceito de “amadora” desenvolvido por Bonnie Smith (2003) para analisar as relações de gênero na ambiência intelectual europeia, optamos, ao longo da tese por utilizar o conceito de “práticas historiográficas”, na medida em que pensamos ser este termo o mais adequado para examinarmos o *ethos* presente no cenário letrado brasileiro da segunda metade do século XIX. Aliado às contribuições da epistemologia feminista, o exame da construção das *práticas historiográficas* por mulheres de letras possibilitou compreender como as hierarquias de gênero impactaram nas condições de possibilidade da escrita da história por tais autoras.

A categoria de práticas está associada diretamente aos procedimentos que dizem respeito à operação historiográfica, termo este elaborado teoricamente por Michel de Certeau (2002). Para o historiador francês, a história, mais do que um texto, é produto de um lugar social²⁵⁵; por sua vez, tal lugar, pode ser a instituição ou uma filiação política, por exemplo, que enuncia de onde o/a historiador/a fala. A história, por essa perspectiva, corresponde a um

²⁵⁴ É válido assinalar que o termo “amadora” aplicado à produção feminina aponta os lugares de subalternidade destinados ao fazer intelectual e artístico das mulheres em uma sociedade heteropatriarcal. É exatamente isto o que demarca os estudos de Bonnie Smith (2003) ao demonstrar o quanto a criação da ciência histórica na Europa se deu a partir da exclusão da participação feminina na escrita da história. E o termo “amadora” emergiu como um atributo para desqualificar ou hierarquizar as formas pelas quais as mulheres escreviam história. Smith recupera esse termo para denunciar a exclusão feminina dos espaços que configuravam uma certa profissionalidade historiadora, demonstrando que a história, em sua fase de afirmação científica, século XIX, possui um gênero e que este é o masculino.

²⁵⁵ “Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhe serão propostas, se organizam (CERTEAU, 2002, p. 65-66).

trabalho de fabricação, em que, tanto as técnicas empregadas quanto o contexto histórico, são aspectos relevantes e que “transbordam” na construção epistêmica de quem escreve e produz um determinado discurso. Dito isto,

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos de análise* (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada enquanto “atividade humana”, enquanto prática. Nessa perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* científicas e de uma *escrita*. (CERTEAU, 2002, p.66).

A operação historiográfica, nesse sentido, demarca um movimento tanto individual, quanto coletivo, na medida em que toda e qualquer prática histórica não existe *per se*, mas que se comunica com o seu entorno social, através das fontes, das técnicas, das teorias, das epistemologias disponíveis e da validação dos pares. Ao refletir acerca das condições de possibilidade dos praticantes da história e deslocar as atenções para os bastidores do processo de trabalho intelectual acerca da constituição dos discursos sobre o passado, Certeau (2002) visibilizou também outros modos possíveis de escrita da história, como o colecionismo, por exemplo – e, ao fazer isto, abriu novas sendas para pensar mais amplamente diversas outras formas de operar a construção do texto histórico. Deste modo, o lugar social demarca também de onde o discurso histórico é enunciado.

Tais perspectivas são extremamente úteis para examinarmos as práticas e procedimentos historiográficos utilizados por Herculana Vieira para dar vida ao compêndio escolar *Resumo da História do Brasil* (1868). O lugar social ocupado pela mestra, que falava a partir do magistério, nos interessa fundamentalmente para pensarmos nas tessituras da sua escrita da história que, mesmo obedecendo a determinadas regras, também é uma escrita *fabricada*, com finalidades educativas e em diálogo com as tradições historiográficas coetâneas ao debate intelectual sobre os modos de escrita e divulgação do passado brasileiro:

Como um veículo saído de uma fábrica, o estudo histórico está muito mais ligado ao *complexo* de uma fabricação específica e coletiva que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou à ressurgência de uma “realidade” passada. É o *produto* de um *lugar* (CERTEAU, 2002, p.73).

Tendo em vista que a prática historiográfica é esse imenso “canteiro de obras” (CERTEAU, 2002, p.78), em que “cada sociedade se pensa historicamente com os critérios que lhe são próprios” (CERTEAU, 2002, p.78), não nos interessa aqui elaborar classificações desabonadoras à escrita da história de autoria feminina. Hierarquizar, desqualificar e apagar, são operações da ordem da memória e do esquecimento e que atingem em cheio as escritoras

– algo que o próprio cânone já tem se encarregado de fazer há um bom tempo. Por isso a perspectiva traçada aqui é de identificar, recuperar, analisar – isto, é ações que procuram visibilizar os esforços intelectuais das mulheres letradas brasileiras que exerceram as suas *vozes historiadoras* no contexto de um século tão especialmente voltado para pensar na memória e na identidade nacional de um país em formação.

Cabe assinalar, como um ponto de crítica construtiva, que o campo da História Intelectual de algumas décadas atrás, tem problematizado, a nosso ver, de modo ainda insuficiente e residual, a trajetória da participação feminina na constituição do conhecimento histórico e na memória da disciplina,²⁵⁶ – tanto que sequer sabemos a respeito da história das autoras de manuais didáticos de história ou de como as mulheres escreviam discursos e narrativas históricas fora das academias ilustradas e associações literárias e científicas, como o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e dos outros institutos históricos das províncias. As indagações e questionamentos à História Intelectual e à própria História da Historiografia são relativamente recentes (OLIVEIRA, 2018). São lacunas epistêmicas que merecem uma atenção maior, tendo em conta que a relação entre lembranças e esquecimentos no interior da cultura histórica é também política e marcadamente *gendrada*.

Uma das contribuições dadas a essas inquietantes questões e silêncios vêm dos estudos de epistemologia feminista, - os quais tem buscado apontar o papel das relações de poder no interior do fazer científico. A episteme ocidental, dentro desse quadro de análise, tem sido, ao longo do seu percurso, atravessada por hierarquias de gênero, com efeitos formativos adversos em homens e mulheres, impactando também a produção dos seus bens culturais (SCHIEBINGER, 2001). Retirar o véu *gendrado* do conhecimento científico para entender como operam tais atravessamentos culturais pode contribuir para pensarmos em outras concepções de ciência e de historiografia, tanto mais multifacetadas quanto mais democráticas, ampliando o horizonte das investigações da produção científica:

A contribuição das mulheres para o desenvolvimento e para a interpretação do mundo – o mundo natural e o mundo humano–, surgiu como novidade no último século XX das mãos das próprias mulheres. E surgiu como novidade porque rompeu com a tradição que atribuía o conhecimento do mundo exclusivamente aos homens e porque tinha que ser as mulheres a desmenti-lo. Para isso, foi necessário esperar até que pudessem acessar instituições de ensino e adquirir educação e formação suficiente para poder investigar um passado que as marginalizava e uma história que as ocultava, além de começar a questionar as causas da sua ausência da história

²⁵⁶ Entendemos que a trajetória disciplinar do conhecimento histórico no Brasil foi marcada por conflitos, disputas e assincronias mais amplas. Desta forma, aderimos à perspectiva proposta por Araújo (2015, p. 366), em que “a categoria disciplinar deve ser entendida com maior cautela, pois para nós serve como resumo de um longo percurso histórico que do ponto de vista de sua realização pode parecer linear e coerente, mas que nos diferentes momentos históricos é mais ambíguo”.

tradicional. Nesse percurso, seus primeiros passos foram direcionados ao resgate tanto das obras quanto das biografias do sexo feminino, para posteriormente investigar as causas de sua exclusão do mundo intelectual e político. Para revelar as estratégias patriarcais de um sistema que as afastava da vida pública com a pretensão de perpetuar o status quo, tiveram que formular novas questões, recorrer a novos registros documentais, novas metodologias e novas categorias interpretativas que permitissem que elas encontrassem as respostas para suas perguntas. Este tem sido um trabalho de pesquisa promovido pelo movimento feminista que, atualmente, se estende a todas as disciplinas acadêmicas e está se aprofundando. Com ele, foi possível questionar a parcialidade do saber instituído, revelando os limites que lhe são impostos pelo androcentrismo e sexismo subjacentes (RUBIO HERRAÉZ, 2020, p.287).

Parte-se do pressuposto, de acordo com (DASTON, 2017; JABLONKA, 2021), tão tácito quanto naturalizado em nossa cultura historiográfica, do qual os homens intelectuais ainda são produtores dos parâmetros científicos e das virtudes epistêmicas, tornando a ciência (histórica) um domínio de regras que se construíram socialmente como masculinas em que a ideia de “universal” e de “neutralidade”, mascaram os contextos culturais e históricos da produção sempre social (e política) do conhecimento. Chamar atenção para o caráter de gênero que compõe a historiografia brasileira não significa advogar em prol de um relativismo extremado ausente de regras ou de estabelecer uma postura meramente iconoclasta em relação aos estudos historiográficos já realizados, generalizando-os como puramente sexistas, mas de pensar que o “ofício dos historiadores” é um lócus atravessado por múltiplas relações de poder presentes na eleição de procedimentos e de práticas que configuraram o campo.

Neste trabalho pensaremos a categoria “gênero” por meio de uma perspectiva crítica e ao mesmo tempo relacional, ancorada sobretudo nas reflexões da teórica estadunidense Joan Scott (1992; 1995), para quem o gênero constitui-se em uma categoria com potencial analítico tão importante quanto classe e raça – e, ainda que os estudos de gênero não tenham assumido um programa político mais subversivo como as duas outras categorias acima mencionadas, sendo frequentemente “guetizado” nas academias, é inegável o seu impacto epistemológico nas pesquisas desenvolvidas acerca da história das relações sociais entre homens e mulheres. Os estudos sobre o gênero acabaram ainda tendo ressonâncias constitutivas no campo da História das Mulheres, aperfeiçoando um programa disciplinar já marcado por fortes imbricações políticas e epistêmicas. Mas é um equívoco pensar que esta ferramenta analítica é restrita às mulheres ou como um tema encerrado em si mesmo, apartado do seu caráter relacional:

Relações de gênero supõe relações entre homens e mulheres entre homens e homens e mulheres e mulheres. Porque o gênero é estruturante das relações de poder na vida social e política, como enfatizou Joan Scott e por isso é uma forma de acessar e investigar as relações nas pesquisas históricas e na própria academia, para compreender o funcionamento da sociedade em seus vários aspectos políticos,

econômicos e sociais. Não se trata apenas de incluir as mulheres na história, saber onde elas estavam, como estavam e o que faziam, mas também de como pensar a partir daí mudar e transformar a perspectiva histórica, integrando novos elementos à análise e assim revelando dimensões que de outra forma ficariam invisibilizadas (PIRES, 2016, p.222).

Nessa acepção, para Scott (1995) o gênero é uma forma de organizar as relações de poder nas sociedades. Ancoradas em divisões arbitrárias que são também sexuais, tais assimetrias acabam por originar hierarquias sociais deslocando o sexo feminino para lugares de subalternidade e submissão, em que pese os contextos históricos e sociais dos espaços analisados sob esse viés. Por esta perspectiva, as reflexões propostas pela historiadora norte-americana configuram-se como uma útil ferramenta analítica para aprofundar o exame dos lugares ocupados pelas mulheres de letras tendo em conta o cenário brasileiro da segunda metade do século XIX; mulheres estas atravessadas por marcadores de raça, classe, etnia e geração, como também pensadas como seres sociais concretos, históricos e que desenvolveram, a partir de seus espaços de atuação, agências, estratégias e formas específicas de inserção em uma sociedade cuja dominação masculina era a regra.

Do século XIX para o século XXI, é surpreendente que, nos dias de hoje, historiar o Brasil seja uma tarefa que ainda suscite dúvidas em relação à capacidade intelectual das mulheres de levarem adiante tal empreendimento. Ilustramos a afirmação com um exemplo contemporâneo. Apesar de estarmos em outro momento da produção de autoria feminina, já marcada por décadas de profissionalidade e especialização do campo, o sexismo continua pautando até as historiadoras publicamente consagradas. A historiadora e antropóloga Lilia Moritz Schwarcz relatou em um depoimento dado em 2016 à Revista Vogue²⁵⁷, as suas percepções sobre as falas machistas que escutara quando da elaboração de seu livro, *Brasil, uma biografia*:

As pessoas fazem pequenos atos que depreciam a mulher sem se darem conta. Como quando me perguntavam como eu me sentia escrevendo um livro sobre a história do Brasil sendo mulher. Você acha que perguntariam isso a um homem? Quem disser nunca ter sofrido preconceito por ser mulher está mentindo.

Como pode uma *mulher* construir uma obra de História do Brasil, de fôlego e síntese ao mesmo tempo? O gênero aqui está sendo posto em causa – não é obra que deverá ser avaliada, mas sim o sexo de quem a escreve. Dito isto, cabe a pergunta: quais obstáculos enfrentados por uma mulher para escrever acerca da história nacional no século XIX, tal como Herculana Firmina Vieira de Sousa ousou fazer em 1868, publicando o seu *Resumo da História do Brasil*?

²⁵⁷ Link da matéria: <https://vogue.globo.com/cultura/noticia/2016/10/dama-de-palavra-lilia-moritz-schwarcz-celebra-30-anos-da-companhia-das-letras.ghtml>.

Se o IHGB²⁵⁸ vetava a participação das mulheres em seus quadros e a história enquanto atividade profissional só será institucionalizada formalmente após a abertura de cursos superiores na década de 1930, como situar a produção feminina que ficou à margem destes processos, estando posterior à criação do IHGB em 1838 e anterior à profissionalização universitária do campo da História em 1930? São praticamente cem anos alojadas em um limbo intelectual pouquíssimo conhecido dos historiadores – autoras que, por meio de suas publicações e público leitor – contribuíram direta ou indiretamente para a profissionalização do campo e popularização do gênero, sem que para elas seja dado algum crédito na participação desta trajetória.

Gilberto Freyre era leitor dos relatos de viagens pelo Brasil feitos pela francesa Adele Toussaint-Samson²⁵⁹ e pela inglesa Maria Graham; Juana Manso publica entre os anos de 1852 e 1853, em folhetins brasileiros, um romance histórico sobre a Argentina nos tempos do ditador Rosas; Nísia Floresta divulga em 1859 um ensaio histórico sobre o Brasil no exterior; Josephina Alvares de Azevedo lança, em 1897, um estudo sobre biografias de mulheres “ilustres” da história ocidental; Isabel Gondim, em 1892 utilizou-se da história oral para escrever sobre os acontecimentos de 1817 na capitania do Rio Grande do Norte, obra que se tornou uma referência importante na história do estado e que foi utilizada posteriormente nas pesquisas desenvolvidas por Câmara Cascudo. Amélia Rodrigues constrói, em 1898, uma narrativa moralizante cujo pano de fundo são os últimos eventos históricos do país, como a Guerra do Paraguai e a abolição da escravidão. Andradina Oliveira escreve, em 1902, um drama histórico sobre Canudos que é encenado com sucesso em Porto Alegre. Júlia Lopes Almeida publicou obras didáticas de História de ampla circulação e audiência no início do século XX, sem esquecer de mencionar outras importantes autoras de manuais de História como Esmeralda Masson e Amélia de Rezende Martins, que escreveram seus bem-sucedidos livros escolares de História do Brasil a partir da década de 1910.

Acionar o discurso da excepcionalidade revela o desconhecimento do número significativo de autoras que se debruçaram na produção de obras de cunho histórico. Portanto, urge a necessidade de reivindicar o campo da história nos oitocentos também como prática intelectual feminina. Para Carmem Liblik (2014, p. 56):

²⁵⁸ Paralelo ao IHGB, existiam outras instituições que podem ser reconhecidas também como produtoras de uma memória nacional, como a Biblioteca Nacional, o Museu e o Arquivo Nacional, e, de certo modo, o próprio Itamaraty. E em comum a todos estes espaços, o veto à entrada feminina.

²⁵⁹ A influência dos textos da autora francesa na obra freyreana é pensada no artigo: “Nós e os franceses: Gilberto Freyre à prova de Adele de Toussaint-Samson” (LEÃO, 2014).

Estamos falando exatamente do interesse, por parte delas, em elaborar narrativas sobre os acontecimentos do passado, reconstituindo vivências e eventos que lhes foram significativos. Neste ponto, destacamos como parte fundamental da presente análise que o envolvimento das mulheres com a história precisa ser relacionado a uma questão epistemológica significativamente importante, qual seja, a do pressuposto de que na constituição do cânone historiográfico ocidental, o sujeito do conhecimento e o autor é quase sempre masculino. Quando imaginamos um grande historiador, instintivamente o imaginamos homem, tanto é que com certa frequência ouvimos nos cursos mais tradicionais de História a expressão “o pai da história” – tendo como representantes Heródoto e Tucídides – sendo raríssimo pensarmos na possibilidade eventual de que a ciência histórica tenha uma “mãe”.

A história intelectual feminina têm sido ainda um domínio menor dentro da História das Mulheres, que “entre as décadas de 1960 e 1970 começou a se definir em contraposição à história escrita de um ponto de vista hegemônico, com o objetivo de tornar visível o lugar das mulheres no passado” (MARTINS, 2020, p.244). Porém, o campo historiográfico parece não dar atenção suficiente para a trajetória profissional de suas intelectuais mais desconhecidas, tendo em vista as escassas pesquisas realizadas pela comunidade historiadora brasileira (MACHADO, 2016; LIBLIK, 2017; ERBERELLI JR., 2019). Verdade seja dita: mal conseguimos mapear de modo consistente a história das mulheres de letras em sua relação com o desenvolvimento do conhecimento histórico no Brasil– uma problemática que tem seu ponto de partida no século dezenove, no momento da afirmação do Estado-nação brasileiro, sendo construída anteriormente a institucionalização da área que ocorrerá apenas no século vinte.

Para Hilda Smith (2007), são muitos os problemas e omissões existentes na História Intelectual que conhecemos e praticamos; foca-se sobremaneira em paradigmas que costumeiramente não operam com o viés do gênero, desconsiderando-o como um dos elementos estruturantes do pensamento social; assim como boa parte da atenção é dada a instituições letradas e científicas que excluem mulheres de seus quadros. Trata-se, portanto, de uma história muito pouco inclusiva e que representa, sem dizer claramente, os anseios particulares de um grupo, interpelando falsos universais construídos a partir do apagamento de outros sujeitos e suas produções intelectuais.

No caso do apagamento feminino no percurso epistêmico da História Intelectual, ainda há uma outra constatação: “(...) na nossa coleção do pensamento político e social das mulheres, nós afirmamos que o interesse em suas obras tem sido majoritariamente limitado a textos literários e escritos feministas” (SMITH, 2007, p. 357). Isto é, as mulheres autoras ainda não têm sido devidamente analisadas a partir da diversidade dos seus repertórios letrados, percebidas como se só fossem capazes de criar textos ficcionais e libelos feministas (que são importantes, mas parciais em relação ao conjunto mais amplo do pensamento social

feminino). Nesse sentido, a elaboração de panfletos,²⁶⁰ tratados políticos, ensaios, obras didáticas, biografias e outros mais acabam sendo obscurecidos e ficando em segundo plano devido a um olhar por vezes viciado (e limitador) em torno das produções históricas e políticas de autoria feminina.

A escrita da história desenvolvida por mulheres autoras e sua invisibilidade na memória disciplinar do campo demonstram quão pouco estamos abordando a questão, que nos leva a indagar: onde situar a produção intelectual feminina de temática histórica desenvolvida durante a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do XX?²⁶¹ Um dos caminhos possíveis para se responder a tais questionamentos, se baseia na adoção de concepções mais amplas da escrita histórica que revelam, por sua vez, formas diversas de construir e registrar interpretações sobre o passado (CALDEIRA&MARCELINO, 2021); as mulheres de letras do século XIX, através de determinadas operações intelectuais e práticas historiográficas, feitas a partir de diversas condições de possibilidade, foram igualmente integrantes do processo de consolidação do estado-nação por meio de um repertório intelectual diversificado, que contribuiu para formar comunidades de leitores e configurar imaginários sociais em seus tempos de ação.

Nessa perspectiva, torna-se fundamental examinar como a cena intelectual, tanto da Corte imperial quanto das outras províncias, funcionava para as mulheres escritoras por meio de perspectivas de gênero - o que certamente contribuiu para a elaboração de obras históricas mais esparsas do que regulares, em termos de produção e para o apagamento das autoras negras e mestiças do cânone oficial. Interrogar quais lugares a historiografia atribui às escritoras do dezenove envolverá a necessidade de “abrir” a história e causar fissuras na noção de cânone, que pouco têm incluído as mulheres letradas como participantes da construção do conhecimento histórico (OLIVEIRA, 2018).

A partir da consolidação de novas investigações, a memória disciplinar da História poderá incorporar uma saudável revisão, buscando abarcar também a participação feminina oitocentista, isto é, contemplando a história da escrita histórica fora dos espaços autorizados

²⁶⁰ É digno de nota a participação feminina na autoria de panfletos políticos no processo da emancipação política brasileira. Deste modo, “merece ser ressaltada a presença de mulheres como autoras de versos. Foram quatro, uma portuguesa e três brasileiras, dessas últimas, uma fluminense, uma baiana e uma gaúcha. De longe, o melhor poema é o intitulado “Lamentos de Huma Bahiana”, que a nota de pé de página diz tratar-se de obra de menina de 13 anos” (CARVALHO, BASTOS, BASILLE, 2014). A autora em questão é Urânia Vanério e tinha 10 anos quando escreveu o referido panfleto (VALIM, 2022).

²⁶¹ Levamos em consideração que esta temporalidade é propícia à formação de uma intelectualidade feminina no Brasil, que atuou preferencialmente na imprensa (jornais e periódicos), nas letras e no mercado editorial de obras didáticas. Também o movimento feminista no Brasil começa a se organizar, sobretudo através da imprensa, reivindicando o direito à educação e ao voto (HAHNER, 2003).

de poder e saber. No decorrer deste estudo, emergiram outros nomes para além de Herculana, isto é, buscamos visibilizar também um panorama da produção feminina de cunho histórico nos oitocentos. Dito isto, abaixo segue uma lista com as autoras e suas obras, as quais mobilizaram variadas práticas historiográficas e estudos históricos, localizadas por esta pesquisa:

Levantamento bibliográfico de autoras brasileiras²⁶² que produziram e/ou publicaram textos históricos e memorialísticos no século XIX:

a) Obras didáticas

Publicação	Autora	Ano
Resumo da História do Brasil	Herculana de Sousa	1868
Resumo da História do Brasil	Maria Guilhermina L. de Andrade	1888
Noites Brasileiras	Ignez Sabino	1897

b) Biografias

Publicação	Autora	Ano
Biografia de Francisco Muniz Tavares	Rita Vasconcellos	1864
Galleria de Mulheres Illustres	Josephina Alvares de Azevedo	1897
Esboços Femininos (coluna de jornal) Mulheres Illustres do Brasil	Ignez Sabino	1890 a 1891 1899

c) Autobiografias e memórias de viagens

²⁶² Adotamos os seguintes critérios para as escritoras: nascidas no Brasil ou que, mesmo sendo estrangeiras, publicaram no país, como Juana Manso. Contemplamos também o oposto, de escritoras brasileiras que publicaram no exterior como Josephina de Neuville e Nísia Floresta. E, por fim, privilegiamos o ano em que as obras foram escritas (durante o século XIX), ainda que só publicadas posteriormente. Assim, reforçamos ser este um levantamento de cunho parcial e incompleto, haja vista que outras obras poderão surgir no decorrer da pesquisa. A título de menção, apontamos também as autoras de panfletos políticos patrióticos escritos na década de 1820, no qual se destaca a jovem autora Urânia Vanério (VALIM, 2022).

Publicação	Autora	Ano
História de minha vida	Josephina de Neuville	1864
Três anos na Itália	Nísia Floresta	1864
Itinerários de uma viagem à Alemanha	Nísia Floresta	1857
Fragmentos de uma obra inédita: notas biográficas	Nísia Floresta	1878
Lembranças do Mato-Grosso	Maria do Carmo Rego de Mello	1897
Minha vida de menina	Helena Morley	1895

d) Romance Histórico

Publicação	Autora	Ano
Misterios del Plata	Juana Manso	1852-1853
Branca Dias dos Apipucos	Joana Gamboa	1858
Dedicação de uma amiga	Nísia Floresta	1859
D. Narcisa de Villar, legenda do tempo colonial	Ana Luísa Castro de Azevedo	1859
O Mameluco	Amélia Rodrigues	1882

e) Ensaaios e tratados históricos-políticos

Publicação	Autora	Ano
Opúsculo Humanitário	Nísia Floresta	1853
O Brasil	Nísia Floresta	1859
Tratado sobre a mulher e o direito de votar	Ana Rosa Termacsics	1868
A Sedição de 1817	Isabel Gondim	1892

f) Drama histórico (peças teatrais)

Publicação	Autora	Ano
D. Sancho em Silves	Maria Angélica Ribeiro	Segunda metade do séc. XIX
O Sacrifício do amor	Isabel Gondim	1870
O novo Guarani	Corina Coaracy ²⁶³	1889

²⁶³ Escrito em parceria com o seu marido, Visconti Coaracy. Há também informações que ela escreveu o drama histórico Moema (1885), também a quatro mãos com o companheiro (COELHO, 2002).

g) Poesia épica

Publicação	Autora	Ano
A Lágrima de um Caeté	Nísia Floresta	1849
Pombal	Adelina Lopes Vieira	1882
O Brasil, poema histórico do país	Isabel Gondim	1900

h) Estudos de numismática

Publicação	Autora	Ano
Catálogo das Medalhas brasileiras e estrangeiras referentes ao Brasil	Viscondessa de Cavalcanti	1888

Tabela (15).

Em vez de nos indagarmos “se as mulheres escreveram história no século XIX”, perguntar “como as mulheres escreveram história”, parece-nos mais apropriado em função do significativo número de obras femininas com temáticas históricas levantadas nos oitocentos, o que nos faz ter a certeza de que estamos apontando “novas” fontes para o campo da historiografia brasileira; fontes e questões estas que vieram à tona, movidas por novas perguntas capazes de criar, por seu turno, novos passados e problemas (LOPES, 1994). Estudos que deveriam deixar de ser apenas residuais e localizados em determinados campos como Letras, História da Educação e Ciências Sociais e passarem a estruturar, de modo mais amplo, o que entendemos por historiografia.

Se os textos históricos produzidos por mulheres nos oitocentos habitam entre o apagamento do cânone e a negligência da historiografia, é importante ressaltar o papel desempenhado por uma cadeia de pesquisadoras e pesquisadores interessados em recuperar as trajetórias letradas femininas. Cadeia essa que, resguardadas as devidas diferenças, não é recente – ainda no século XIX vemos alguns intelectuais interessados em documentar as mulheres “notáveis” de seus tempos através de antologias, esforço este historicamente relacionado à edificação de um corpo intelectual brasileiro.

As iniciativas de Joaquim Norberto, autor de *Brasileiras Célebres* (1862), de Joaquim Manuel de Macedo, autor de *Mulheres Célebres* (1878) e Henrique Pereira de Mello, autor de *Pernambucanas Ilustres* (1879), por mais nítidos limites que hoje enxergamos nesses empreendimentos biográficos, de algum modo contribuía para pensar mulheres como

sujeitos da história, ainda que marcadas pela excepcionalidade e pelo olhar dos homens a seu respeito²⁶⁴ – aliás, se não fosse a ação heroica, religiosa ou educacional, não seriam dignas de alguma memória – tais antologias biográficas serviam para conformar modelos normativos e pedagógicos de comportamentos exemplares às mulheres (WOLFF, 2019).

Em algumas páginas destes impressos, destacam-se as mulheres de letras, quase sempre dedicadas tão somente à poesia, evidenciando o curto raio de atuação permitido a elas, pensadas através de uma visão dos seus processos criativos marcados por uma emotividade que se considerava *típica* do sexo feminino. Apontam, desta forma, os modos limitados pelos quais o cenário intelectual dos homens de letras enxergava a produção feminina, valorando as suas contribuições literárias como algo menor e comezinho.

Portanto, o século XIX, a partir de seu próprio entendimento de memória e canonização, passou a ter interesse em documentar as escritoras nacionais, e, talvez os primeiros esforços sistematizados por uma mulher brasileira foi levado a termo por Iñez Sabino, em sua obra *Mulheres Ilustres do Brasil* (1899), que registrava biografias de mulheres notáveis na história do Brasil, incluindo as escritoras, indo além das *heroínas da pátria*. Antes da publicação desta obra, Sabino manteve, entre os anos de 1890 e 1891, no jornal carioca *A Estação*, uma coluna chamada *Esboços Femininos* em que documentou em torno de oitenta perfis de mulheres consideradas importantes para a história ocidental (PENNA, 2020). A intimidade empírica com a pesquisa histórica a fez pensar em si mesma, em fins do século XIX, como uma “obscura historiadora” (SILVA, 2022), o que aponta para a consciência na produção de narrativas acerca do passado, mas também a certeza da qual ela mesma estava na margem – sendo obscura – atribuir-se esse adjetivo indica, talvez, uma condição de isolamento intelectual dado o seu sexo.

Impressos e jornais femininos como *A Família e A Mensageira* também demonstravam preocupação em construir pequenas biografias literárias das escritoras (SANTOS, 2010), o que pode ser compreendido como um esforço de inscrição em uma memória e fortalecimento das vozes letradas que poderiam sucumbir ao esquecimento – e esta consciência já integrava a preocupação das nossas primeiras memorialistas. De Iñez Sabino (1899) a Cândida de Brito (1929), de Andradina de Oliveira (1907) a Adalzira Bittencourt

²⁶⁴ Os esforços empreendidos por Sacramento-Blake através do seu *Dicionário Bibliográfico Brasileiro* (1895), voltado para documentar a memória das letras no país, embora lacunar, também teve o mérito de registrar várias autoras oitocentistas brasileiras.

(1962), não foram poucas as escritoras que atuaram desde o entresséculos, interessadas em reabilitar a memória da produção letrada feminina no Brasil:²⁶⁵

Um aspecto que merece atenção neste impulso feminino recorrente de organização do trabalho e da prática das mulheres, é, sem dúvida, a reivindicação, para si, do "direito de classificar", ou seja, de intervir na própria lógica estrutural da constituição do cânone literário, cujos critérios de exclusão e inclusão, de valor e legitimidade, são dados tidos como "naturais" e determinados por uma tradição histórica milenar e inquestionável (HOLLANDA & ARAÚJO, 1993, p.14).

Deste modo, estamos conscientes que não estamos “inventando a roda” e nem caminhando às cegas, mas que comungamos de propósitos semelhantes às pesquisadoras interessadas em reabilitar as esquecidas, porém importantes escritoras no cenário letrado brasileiro. Se o cânone continua invisibilizando as mulheres de letras em um processo ligado a um esquecimento politicamente intencional (FANINI, 2014), estudiosos e estudiosas, dentro e fora da Academia, têm recuperado diversas trajetórias femininas, resultando, portanto, em um corpus documental que vem sendo produzido há décadas – constituindo-se em uma espécie de patrimônio cultural assentado em uma extensa fortuna crítica responsável por constituir a solidez de um panorama dos estudos sobre a produção feminina, que, talvez o exemplo mais bem-acabado destes esforços sejam os três volumes do projeto *Escritoras brasileiras do século XIX*, encabeçado por Zahidé Lupinacci Muzart no ano de 1999.

O impressionante empenho arquivístico e documental da equipe de Muzart resultou, entre os anos de 1994 a 2009, na catalogação de mais de cento e cinquenta escritoras oitocentistas, muitas ainda desconhecidas dos pesquisadores e do público mais amplo. Com mais de três mil páginas, a empreitada coletiva ajudou a fomentar um novo olhar para a “história das mentalidades femininas e uma nova história das letras em nosso país” (DUARTE, 2018, p. 65).

Com efeito, a presente tese caminhará propondo novos olhares para a produção letrada feminina oitocentista, examinando a escrita da história de Herculana Vieira, mas também buscando recuperar outras autoras que, em algum momento de suas carreiras profissionais e literárias, se aventuraram pelo gênero histórico produzindo histórias nacionais, entendendo tais empreendimentos intelectuais como parte integrante do movimento de estruturação das ciências humanas no país. Com isso, pretendemos alargar as possibilidades de análise e

²⁶⁵ Além de *Mulheres Illustres do Brasil* (1899), posteriormente foram publicadas importantes antologias para documentar a memória letrada feminina no Brasil: *A mulher riograndense: as escritoras mortas* (1907), de Andradina de Oliveira; *Anthologia Feminina* (1929), de Cândida de Brito e *Mulheres e Livros* (1962), de Adalzira Bittencourt, dentre outras.

escrever novos capítulos na historiografia brasileira, a partir da interlocução entre gênero e escrita da história.

3.1 Práticas historiográficas, gênero e História Intelectual: relações de um silencioso conflito

De um modo bastante singular, grupos de pesquisadoras nas últimas décadas têm ousado abordar acerca das intrincadas tessituras que ligam as mulheres ao conhecimento histórico, por meio de uma perspectiva arqueológica e historiográfica. Apesar de pouco lidas e conhecidas entre nós (algumas mais, outras menos), elas têm sido responsáveis por “abrirem a história” e produzirem novos olhares para um campo marcado por nebulosidades e apagamentos.

Destacamos aqui um conjunto bastante representativo de historiadoras contemporâneas preocupadas em pensar o lugar do gênero na história da historiografia. São elas: Natalie Zemon Davis (2006), Bonnie Smith (2003), Nicole Pelegrin (2006), Devoney Looser (2000), Isabelle Ernot (2007; 2009), Angelika Epple (2006), Sylvie Steinberg & Arnould (2008). Reitera-se, portanto, que o conjunto citado de autoras norte-americanas e europeias não deverá servir a uma mera importação de olhares estrangeiros, mas busca dialogar com perspectivas que possam enriquecer a análise dos nossos objetos, levando em consideração as características distintas presentes no cenário intelectual feminino brasileiro dos oitocentos e das primeiras décadas do século XX.

Uma das precursoras em investigar o lugar do gênero na escrita histórica, trazendo novas questões e perspectivas, certamente foi a historiadora estadunidense Natalie Zemon-Davis. As décadas de 1970 e 1980 foram bastante prolíficas para a ascensão dos campos de estudos da História das Mulheres e da História Cultural (áreas que guardam uma profunda afinidade entre si) – tanto em universidades europeias quanto norte-americanas, sobretudo na Inglaterra, França, Itália e Estados Unidos. De certo modo, os esforços de Davis podem ser compreendidos no bojo do processo de afirmação destes “novos” domínios da historiografia, em que as fontes eram mobilizadas para se pensar nas mulheres como sujeitos ativos da história, a partir da reconstrução das suas trajetórias e experiências.

A materialização de tais esforços resultaram em duas colaborações responsáveis por abrirem o debate acerca das relações entre as mulheres e a escrita da história: a primeira delas, o texto *Gender and genre: women as historical writers*, que veio a público em 1980, e, na sequência, a obra *Nas Margens: três mulheres do século XVII*, que foi publicada no Brasil em

1995. O emblemático artigo *Gender and genre*, no qual visibiliza as trajetórias letradas de Christine de Pizan, Madame de Stael e Catharine Macaulay, escritoras europeias que publicaram textos históricos entre os séculos XV a XVIII, contribuiu para lançar as primeiras sementes do campo de análises voltado para a escrita histórica feminina. Contudo, aqui no Brasil, o referido texto, publicado há mais de quatro décadas, sequer fora traduzido, o que denota o relativo desinteresse com a temática, evidenciando o quanto a comunidade brasileira de historiadores só recentemente tem pensado as relações entre gênero, escrita da história e historiografia.

Não é que a historiadora norte-americana não seja conhecida em nosso meio acadêmico – e ela o é bastante, sobretudo entre os que pesquisam os domínios da História Cultural e da micro-história. Contudo, as suas reflexões sobre a história intelectual feminina não possuem entre nós a mesma recepção acalorada de obras publicadas no Brasil como o *Retorno de Martin Guerre* (1987) e *Culturas do Povo* (1990) – que são estudos importantes, mas parciais em relação ao conjunto de investigações instigantes levadas a termo por Davis em sua prática historiadora.

E são preocupações de ordem historiográfica que orientaram a pesquisa da estudiosa, no contexto de uma temporalidade abrangente que vai do início da época moderna até o fim do século XVIII, fazendo-a lançar questionamentos, como: de que modo as mulheres de letras acessavam documentos, se estavam excluídas dos cargos políticos, das grandes bibliotecas, dos monastérios e das universidades? Como poderiam, em pé de igualdade com os homens cultos, realizar viagens exploratórias, pesquisar manuscritos, examinar monumentos, ruínas e inscrições? Se o fazer histórico, ainda que anterior à profissionalização, exige um certo conjunto de práticas de pesquisa, regras de escrita e fontes disponíveis, como as mulheres poderiam participar desse processo se estavam tão ausentes do universo intelectual de seus tempos? São questões espinhosas, mas Davis buscou enfrentá-las, a partir das fontes levantadas em sua pesquisa. Ela percebeu, portanto, que o conjunto das historiadoras e memorialistas de outrora era marcado por uma diversidade de lugares sociais, o que influenciou diretamente em diferentes modos de acesso a documentos e nas formas de reconstrução do passado.

Assim, em um primeiro momento, de consumidoras dos gêneros históricos (as histórias nacionais começariam a se popularizar mais no século XVIII), elas passaram também a produtoras. E o faziam como esposas de homens ligados ao judiciário, na posição de mulheres educadas da nobreza ou no interior dos conventos, quando não em igrejas protestantes e sinagogas. Portanto, o casamento, a religião e a família eram marcadores

profundamente presentes nas ambições de escrita daquelas que mobilizaram diferentes práticas historiográficas – tanto que a biografia de familiares ilustres, as vidas de madres e santas, as trajetórias de mulheres da nobreza bem como a história dos grupos religiosos foram as temáticas dominantes desenvolvidas por elas, que em sua maioria se equilibravam entre os dissabores da vida doméstica, os afazeres contemplativos e a poligrafia de suas aventuras intelectuais.

Fundamentado em uma ampla pesquisa documental, Davis afirmava que, mesmo às margens de uma sociedade patriarcal e fora dos espaços da nobreza, as mulheres plebeias também se constituíram como escritoras da história, no contexto de uma Europa reformada. Examinando três casos particulares de uma mulher judia, de uma católica e de outra protestante – todas mulheres do povo, oriundas da pequena burguesia, inseridas nas dinâmicas de sobrevivência material e nas tessituras culturais de seus credos religiosos, a pesquisadora norte-americana percebeu que, ao produzirem autobiografias e histórias religiosas, elas igualmente poderiam ser produtoras de conhecimentos históricos. Recusando qualquer juízo de valor, o interessante é que Davis reconfigura positivamente o que se entende por margem – que para ela poderia ser uma “região limítrofe entre depósitos culturais que permitiam novos cultivos e híbridos surpreendentes” (DAVIS, 1997, p.196).

Apesar de reconhecer que estas mulheres se encontravam longe dos centros de formação cultural de seus tempos, ainda enfatizou as estratégias mobilizadas para conseguirem viabilizar seus projetos intelectuais a partir de lugares marginais. Fazendo isto, Davis abre um caminho, em grande parte metodológico, para pensar (sem esquecer as hierarquias sociais as quais estavam postas) como as trajetórias intelectuais femininas poderiam ser multifacetadas. Afinal, as mulheres do povo também foram capazes de construir testemunhos históricos e legarem memórias letradas. Os esforços de Davis animam o campo²⁶⁶ e fornecem lições fundamentalmente importantes quando se trata de examinar os textos históricos produzidos por mulheres, considerando que tanto no contexto europeu seiscentista quanto no Brasil oitocentista, as mulheres escritoras operavam estrategicamente nas margens.

Um significativo avanço na discussão foram os estudos empreendidos por Bonnie Smith (2003), que buscou mapear a formação do campo historiográfico europeu e americano sob o viés do gênero. Trata-se de um estudo impactante e inovador, propondo questões e problemas comumente invisibilizados no interior da própria história da disciplina. Para ela, a

²⁶⁶ Particularmente na França, a obra de Bonnie Smith teve uma recepção acalorada, inspirando novos estudos acerca das mulheres praticantes da escrita histórica (PELLEGRIN, 2003).

trajetória da epistemologia e dos métodos científicos deve ser analisada em íntima relação com a história das definições sobre feminilidade e masculinidade. Com isto, ela aponta que a prática profissional da história e suas noções assentadas em um caráter de *neutralidade* e *universalidade* possuem dimensões constitutivas atravessadas pelo gênero – história esta que, em termos de fundação do campo científico, data do século XIX, o “século da história” e possui uma longa tradição baseada na exclusão das narrativas construídas pelos grupos minoritários.

A história enquanto ciência estruturou-se a partir de práticas e valores considerados *masculinos*, percebidos no alinhamento inicial do campo com a invenção do Estado-nação, “desenhado narrativamente sob medida para a história pública dos grandes homens” (SMITH, 2003, p.). Além disto, o conjunto dos procedimentos eleitos para a pesquisa histórica que incluíam o acesso aos arquivos, aulas em universidades e viagens exploratórias eram ações permitidas apenas àqueles autorizados a desfrutarem a plenitude da cena pública, isto é, aos homens letrados detentores de posições sociais privilegiadas.

As mulheres, majoritariamente confinadas à esfera doméstica pouco participaram dessa efervescência cultural que ocorria nos espaços autorizados do conhecimento, como as universidades, as redações de jornais e tipografias que publicavam obras, que, em sua maioria, eram de autoria masculina. Contudo, um conjunto de autoras começou em paralelo a disputar protagonismos no campo da publicação de obras de cunho histórico – produções estas que serão consideradas “amadoras” porque não partiram dos salões literários, academias científicas ou universidades; uma história que saíra dos espaços domésticos, dos conventos; dos sofrimentos operados pelos impactos de uma guerra; escrita nos intervalos entre uma gravidez ou outra, ou seja, uma história marcada pelo trauma²⁶⁷ e por lugares sociais variados. Uma história escrita por mulheres e, em função disto, não reconhecida pelos homens doutos, considerada como “superficial” e tratada como “ninharia cultural”, ocupando um lugar menor na hierarquia do saber.

Com isto, Smith (2003) percebeu a existência de uma espécie de *feminilização* da escrita histórica que, considerada *amadora*, passa a ser vista como desprovida de um caráter científico. Já o oposto, o conhecimento histórico *formal* produzido pelos homens seria a expressão mais bem-acabada de verdade histórica. Atribuir juízos de valor desabonadores e

²⁶⁷ Smith (2003) recupera a noção de trauma a partir dos estudos de Sigmund Freud. Para ela, os traumas pelos quais as mulheres passavam (ligados à processos de violência física e simbólica) se faziam presente na forma como elas observavam o mundo – algo que também reverberava os modos como se gestava a escrita histórica e na forma como definiam os seus objetos de análise. Em síntese, para esta autora há um viés de gênero no trauma, que por sua vez, interfere na escrita daqueles e daquelas que ocupam posições mais vulneráveis nas sociedades.

critérios incompatíveis à produção histórica desenvolvida pelas mulheres se tornou, portanto, um eficiente modo de afirmação da história profissional estabelecida entre nós. E tal operação, perpassada por violências simbólicas de várias ordens, parece ter tido um notável êxito, haja vista quão pouco nos indagamos sobre aqueles e aquelas que, com seus saberes considerados apenas como literários e triviais, ficaram de fora do processo de constituição da memória mais ampla da disciplina.

Ao problematizar acerca do “gênero” da ciência histórica, Smith (2003) questiona o quanto a própria reflexão sobre a profissionalização do *métier* do historiador tem prescindido de outras formas de abordagens sobre o passado, já que “muitos estudos continuam seguindo fantasias da partenogênese historiográfica masculina” (SMITH, 2003, p.36). A memória da profissionalização do campo acabou invisibilizando os modos pelos quais se dava o trabalho intelectual feminino²⁶⁸ e suas relações com a política dos seus tempos. Deste modo, o processo de cientificação da história construiu-se em cima de hierarquias as quais as mulheres e suas obras não puderam ser categorizadas como pertencentes ao campo da história enquanto campo do saber, posto que a produção destas letradas, ainda que não exclusivamente voltada para estes temas, acabava privilegiando histórias familiares, biografias religiosas e políticas, assim como suas narrativas testemunhais – isto é, uma elaboração qualitativamente diversa que pouco foi considerada, e, que por vezes destoava do relato viril voltado para a guerra e seus heróis.

As reflexões de Davis e Smith sobre gênero e escrita da história influenciaram outros estudos que, de posse das inquietações sobre aquelas que foram interpretadas no cenário europeu como *amadoras*, buscaram levantar autorias femininas cujas obras poderiam reivindicar o pertencimento ao gênero histórico. De acordo com tal propósito, destacamos duas importantes coletâneas, também pouco conhecidas aqui no Brasil: *Histoire des Historiennes* (2003), organizada por Nicole Pellegrin, e *Les femmes et l'écriture de l'histoire, 1400-1800* (2009), organizada por Sylvie Steinberg e Jean-Claude Arnould. De um modo geral, estas coletâneas, que questionam o apagamento cultural das praticantes da história, se estruturam em torno de estudos responsáveis por alargar o campo, trazendo contribuições interdisciplinares as quais apontam para as múltiplas incursões das mulheres no gênero

²⁶⁸ Não foram poucas as profissionais que atuaram como assistentes dos historiadores e foram invisibilizadas, como por exemplo, a bibliotecária do IHGB e tradutora dos trabalhos de Spix e Martius, Lúcia Furquim Lahmeyer (1864-1932), do qual pouco sabemos, mas que teve imensa importância intelectual para o campo histórico brasileiro do entresséculos. Mesmo não sendo brasileira, outro caso que tem chamado atenção é sobre a historiadora austríaca Lucie Varga (1904-1941), a primeira mulher a publicar na revista dos *Annales*, ainda na década de 1930. O nome de Varga, tem sido recentemente recuperado para denunciar o apagamento feito em torno de sua trajetória (YAMASHITA, 2017).

histórico a partir dos lugares que elas ocupavam como educadoras produzindo manuais didáticos para um público escolar feminino, como escritoras, publicando romances históricos, e como memorialistas monumentalizando a memória das mulheres ilustres e, demarcando os projetos políticos de uma história feminina caracterizada pela exemplaridade.

Pellegrin (2003) e Steinberg; Arnould (2009), deste modo, estiveram à frente de projetos possuidores do mérito de recuperar autorias condenadas ao esquecimento, destacando as estratégias utilizadas pelas mulheres para serem reconhecidas na esfera pública por meio da escrita. Dito isto, torna-se importante e urgente que surgisse em nosso meio acadêmico uma coletânea semelhante, capaz de abarcar tais finalidades de modo a rever o primado de uma historiografia oitocentista versada apenas nos homens de letras para dar lugar ao escrutínio da natureza histórica de parte da produção letrada feminina no Brasil. Trata-se de um empreendimento ambicioso, mas as fontes estão a nosso favor, aguardando análises mais corajosas e arrojadas. Alguns passos já foram dados nessa direção²⁶⁹, considerando que as relações as quais entrelaçam mulheres e a história das ciências humanas no Brasil, vêm despertando um interesse cada vez maior nas estudiosas e estudiosos do gênero e da mulher.

Dito isto, apontamos algumas pesquisadoras que indicam com seus estudos o nível do estado da arte do campo no Brasil. Apesar de pertencer à Antropologia, as contribuições de Mariza Correa são basilares para pensarmos a relação entre mulheres e a construção das ciências humanas – na obra *Antropólogas e Antropologia* (2003), ela denuncia o apagamento da contribuição teórica feminina na história da antropologia. Outro importante trabalho nessa direção é a pesquisa de Adelia Miglevich-Ribeiro (2015), acerca das trajetórias de Marina de Vasconcellos e Heloísa Alberto Torres, pioneiras das ciências sociais no país. Mais recentemente no Brasil, as pesquisadoras Daiane Vaiz Machado (2016) e Carmem Liblik (2017) têm buscado refletir sobre as mediações que envolvem o gênero e seu papel na escrita histórica, a partir da análise da inserção dos primeiros grupos de mulheres como profissionais²⁷⁰ no campo da História. Tais esforços resultaram, nas respectivas teses de doutorado *Por uma “ciência histórica”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998* (MACHADO, 2016) e *Uma história toda sua: trajetórias de historiadoras brasileiras (1934-1990)* (LIBLIK, 2017). Ainda destacamos as investigações de Maria da Glória Oliveira (2011), que chamou atenção para o caráter de gênero presente na fabricação do historiador

²⁶⁹ Destacamos aqui uma obra mais recente, preocupada em pensar a trajetória intelectual de historiadoras brasileiras que atuaram nos séculos XX e XXI: *As historiadoras e o(s) gênero(s) na escrita da história – pioneiras nos estudos históricos brasileiros* (ROIZ, GONTIJO, ZIMMERMANN, 2021).

²⁷⁰ E aqui citamos também os estudos sobre as historiadoras Lídia Besouchet (RANGEL, 2016) e Maria Yedda Linhares (MATOS, 2017).

oitocentista, o qual dependia fundamentalmente de uma capacidade de performar virtudes cívicas no espaço público, característica essa que foi se construindo cultural e intelectualmente como um atributo masculino.

Também desta autora, seu artigo *Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à História da Historiografia* (2018) denuncia o quanto a História Intelectual e a historiografia têm sido negligentes em operar com a memória autoral feminina, resultando disto uma profunda invisibilidade da mulher na trajetória disciplinar do campo. Aponta ainda que o gênero se constitui como um fundamento epistêmico essencial das humanidades, mas que na prática pouco tem sido “operacionalizado” para repensar as teorias da história e a própria historiografia. E, acena para a importância de testar os limites da historiografia brasileira em busca de autorias femininas que possam dar outra perspectiva ao quadro intelectual brasileiro do XIX:

O que talvez fosse importante explorar, considerando a história da historiografia, seriam os limites de certa **constatação resignada**, sobretudo para aqueles que estudam a cultura historiográfica brasileira no século XIX, de que não existiram mulheres historiadoras por conta da própria condição feminina na sociedade patriarcal, marcada pela falta de acesso amplo à educação, à cultura letrada e à formação profissional e, por conseguinte, pelas limitadas, se não nulas, possibilidades de inserção e atuação em agremiações, instituições e redes de sociabilidade acadêmicas (OLIVEIRA, 2018, p.119).

Nesse sentido, torna-se fundamental, para os pesquisadores contemporâneos, ampliarem os limites historiográficos afim de superarem uma postura de resignação apontada acima por Oliveira (2018), uma vez que estamos diante de um conjunto significativo e diversificado de autoras que mobilizaram, no interior de suas atividades intelectuais, diversificadas práticas historiográficas como Nísia Floresta (ensaio histórico), Herculana de Sousa e Maria Guilhermina Loureiro (livros didático de história do Brasil), Isabel Gondim (estudos históricos), Adelina Lopes (poema histórico), Josephina Álvares de Azevedo e Inês Sabino (biografia), Viscondessa de Cavalcanti (estudos de numismática), entre outras.

Com efeito, uma postura historiográfica investigativa não deve prescindir dos textos históricos escritos por mulheres e nem tampouco acionar critérios historiográficos fechados e afeitos ao cânone, no qual desconsidera todo um debate teórico feito nas últimas décadas em torno da renovação e da ampliação das fronteiras historiográficas, e,

Particularmente, mas não apenas, justamente porque não se pode entender os historiadores isoladamente, já que eles fazem parte de grupos intelectuais, integrando-se em formas determinadas de elaboração memorialística, de produção de imagens e imaginários, de escritas e narrativas de si, os quais se expressam em materiais dos mais diversos. Cartas, comemorações, coleções, guias museológicos, livros de história, filmes, pinturas, crônicas, enfim, são muitos os objetos passíveis de investigação (CALDEIRA & MARCELINO, p.11, 2021).

Diante do conjunto citado de obras e autorias, como negar às mulheres a participação na construção do conhecimento histórico nos oitocentos, ainda que suas produções ora se assemelhem, ora se distanciem dos padrões de uma história versada no masculino? O campo da história é afeito a mudanças e “o conhecimento do passado é uma coisa (...) que incessantemente se transforma” (BLOCH, 2002, p.75). Deste modo, pensamos ser bastante salutar a adoção de posicionamentos epistemológicos feministas, de modo que seja possível compreender como as mulheres escreveram histórias públicas ou privadas ao longo dos oitocentos brasileiro.

Apesar de não ser historiadora, as contribuições da crítica literária Rita Terezinha Schmidt (2019) - que vem se debruçando há algumas décadas acerca das formas arbitrárias de constituição do cânone literário do dezenove, pensando os lugares de gênero e da mulher na história da literatura nacional, isto é, inquietações muito próximas daquelas desenvolvidas pelos trabalhos de Bonnie Smith (2003) - são importantes no sentido de reabilitar a memória letrada feminina, a partir de análises potencialmente instigantes, pensando, portanto, no papel das escritoras oitocentistas como possíveis intérpretes da nação, destacando autoras como Maria Firmina dos Reis e Júlia Lopes de Almeida – que, por meio do romance, reconstruíram o Brasil em suas tramas, aderindo a perspectivas discursivas inéditas sobre gênero e raça.

A despeito de se constituir como uma categoria que merece, a nosso ver, um maior investimento e amadurecimento teórico, dentro dos propósitos deste estudo, como já foi mencionado o termo “historiadora amadora” como alcunhado por Bonnie Smith, servirá como inspiração metodológica e canal de diálogo na tentativa de reconstruir lugares possíveis para a escritura histórica de autoria feminina. O termo é bastante polêmico e enseja acaloradas discussões que abarcam as fronteiras entre o dito científico e o considerado “não-profissional”, sobretudo se tomarmos como referência o cenário intelectual brasileiro oitocentista. Contudo, a prática da história era mais crível à medida que fosse escrita por homens, isto é, o sistema de sexo e gênero do campo intelectual do dezenove encarregava-se de atribuir lugares distintos para as produções literárias masculinas e femininas (SCHIMDT, 2002).

Deste modo, as próprias relações de poder delineadas pelo gênero afirmavam quem poderia ser considerado historiador. O IHGB, enquanto lugar privilegiado de produção de uma memória nacional, vetou por mais de um século as mulheres de seus quadros. Em função disto, as mulheres escritoras acabavam ocupando lugares marginais na hierarquia das letras –

mas isto não significava que a exclusão do reconhecimento literário punha fim às suas atividades letradas e aventuras pelo gênero histórico. Muito pelo contrário.

Uma outra categoria considerada promissora seria pensar as escritoras oitocentistas como possíveis mediadoras culturais (GOMES & HANSEN, 2016). No entanto, se por um lado trata-se de uma categoria que acena possibilidades, sobretudo porque amplia a compreensão sobre o intelectual, sua produção e públicos, por outro lado, no que tange à questão da discussão específica das relações de gênero e historiografia, a categoria aponta alguns limites bem precisos no que diz respeito a uma reflexão acerca da dominação masculina exercida, sobretudo, no campo intelectual. Assim, optamos pela junção da categoria “práticas historiográficas” à epistemologia feminista como uma forma de examinar, através do gênero, como a escrita da história poderia ser constituída em diferentes contextos culturais.

Uma escrita que, aliada às perspectivas de gênero, revela-se plural e que toma parte de um repertório literário o qual tematiza o passado, possuindo, portanto, aquilo que é mais intrínseco ao *métier* dos historiadores, isto é, a dimensão do tempo como categoria estrutural na produção do acontecimento e “lugar de inteligibilidade” (BLOCH, 2002, p.55). Ao desenvolverem variados gêneros textuais tendo como matéria prima a duração, seja ela mais curta ou longa, as autoras apropriavam-se de uma consciência histórica e realizaram operações historiográficas (CERTEAU, 2002) que contribuíram para configurar leituras sociais de suas épocas e indicam ainda que buscaram participar do movimento de gestar a nação por meio da escrita histórica - esforço candente do dezenove que mobilizou a pena dos intelectuais na elaboração de uma identidade nacional.

Considerando que as autoras oitocentistas se aventuraram por diversos gêneros textuais, um deles ainda bem pouco explorado na pesquisa histórica é aquele que diz respeito a produção de memórias e biografias, de manuais didáticos de história, de romances históricos, de história religiosa, de práticas colecionistas, de ensaios e poemas históricos. Empreender uma investigação com este fim significa entender que mesmo ausentes do cânone e dos espaços de sacração intelectual como o IHGB – que poderia nomear quem seria considerado historiador ou não – as mulheres também participaram da produção do conhecimento histórico nos oitocentos, de um modo radicalmente diferente dos homens de letras e a partir de condições hierarquicamente distintas (MELO, 2020, pp.231-232).

Olhar para as possíveis e precursoras *historiadoras* brasileiras, exige antes de tudo, saber identificá-las em um esforço de estabelecer conexões que permitam construir subsídios para uma análise de conjunto, de modo que ao retirá-las da invisibilidade seja possível perceber como elas partilhavam propósitos em comum, conectando essas escritas históricas a intencionalidades mais amplas ligadas as ciências humanas de seus tempos. Por outro lado, é

importante pensar para além da busca essencializada de uma “escrita feminina pura” ou de “mulheres escrevendo como homens”, senso comum acionado para enquadrar a criação letrada feminina em critérios da ordem do oposto/complementar que não ajuda a complexificar a questão e nos faz recair nas mesmas tentações analíticas que pouco explicam os caminhos quase sempre tortuosos pelos quais as mulheres, consideradas ao mesmo tempo como múltiplas e singulares, atravessaram para se tornar escritoras em uma ordem patriarcal.

Lançando mão de formas “não-oficiais” de narrar o passado, seja por meio do drama histórico ou da produção de biografias, nossas historiadoras (...) traziam consigo marcadores de gênero e da diferença sexual que as fazia produzir à margem de uma sociedade patriarcal e racista que negava às mulheres os direitos mais básicos de cidadania, como o voto e educação secundária (MELO, 2020, p.235).

Um campo de estudos que requer esforços de compreensão pautados em uma rigorosa exegese e exame analítico dos textos de autoria feminina articulados à contextualização das obras e seus lugares sociais. Buscar compreender que as metodologias e teorias mobilizadas por elas integram o rol da História Intelectual – serviam igualmente como termômetros culturais de seus tempos. De todo modo, é necessário romper ainda com visões estanques ligadas a uma suposta primazia da “qualidade do texto” as quais costumam considerar o vasto repertório letrado das escritoras como ninharias culturais, desqualificando as obras femininas por critérios e juízos de valor que são masculinos, elitistas e desconsideram os significados mais profundos de escrever ocupando lugares inferiores na hierarquia do gênero:

Vale notar que ainda não superamos esse perfil de crítica. Em alguns casos, ela perdura e persiste em atribuir a sistemática exclusão das mulheres à [dita] falta de qualidade das obras, sem, contudo, apresentar análise literária satisfatória ou o mínimo de conhecimento da literatura escrita por mulheres. Não é raro também o hábito de exigir das escritoras oitocentistas valor literário pautado nos critérios de análise atuais. Além de anacrônica, essa crítica – perversa e preconceituosa – demonstra problemas graves nos instrumentos de medição. Com isso quero dizer que é urgente a revisão desses instrumentos que avaliam o que é superior e inferior (FAEDRICH, 2018, p.167).

O uso da categoria “historiadora amadora” pode ser útil mais por uma questão de localização de gênero, ajudando a problematizar os lugares atribuídos às mulheres de letras em uma sociedade patriarcal. Mas, no cenário nacional, é um termo que deve ser usado com cuidado para não reforçar um juízo de valor negativo em relação a produção feminina nos oitocentos. A preocupação essencial deverá ser examinar os modos pelos quais as mulheres desenvolveram nas margens as suas práticas historiográficas questionando-nos sobre quais fontes e reflexões tornaram possíveis as suas atividades historiadoras.

Para Bonnie Smith (2003), a referência às mulheres letradas como “amadoras” a partir de uma perspectiva crítica, parte duplamente de uma denúncia e uma condição; denúncia da

exclusão das mulheres dos espaços como arquivos, bibliotecas e academias ilustradas – marcas da interdição a elas dos meios que possibilitam a atividade historiadora com reconhecimento público, tanto como condição, ainda que algumas escritoras tenham conseguido atuar nas margens (DAVIS, 2007). Isto é, a exclusão pelo gênero lhes legou outros espaços possíveis de escrita da história, aos quais elas desenvolveram de modo profícuo e criativo (basta lembrar que a poesia indianista de Nísia Floresta, *A Lágrima de um Caeté*, escrita em 1849 é uma alegoria política para abordar a Revolução Praieira e criticar o projeto centralizador de D. Pedro II). Reflete ainda, em termos de juízos de valor, o tipo de produção histórica que sequer era classificada como tal; publicadas em circuitos diversos (jornalísticos, escolares e literários), certamente ocupavam lugares epistemológicos considerados inferiores à produção masculina – tomada tacitamente como a referência de como escrever a história. Importa pensar os “cenários de emergência” (GUIMARÃES, 2010, p.16) pelos quais se tornaram possíveis a elaboração destes textos, assim como refletir sobre os cenários de esquecimento, produzido pelos mecanismos de exclusão do cânone historiográfico.

Reiteramos a importância dos estudos acerca do campo intelectual oitocentista, do papel desempenhado pelo IHGB na construção e promoção de uma memória nacional, dos múltiplos movimentos que contribuíram para a configuração do campo profissional da história em nosso país, contudo, apontamos também que esta memória tem privilegiado alguns sujeitos (o onipresente *homem de letras*) e silenciado outros tantos personagens.

O “outro” aqui nesse caso são mulheres autoras que se aventuraram pela produção histórica no dezenove – e, por razões que caminham entre o sexismo, a negligência epistemológica e o memoricídio – têm sido excluídas da formação da própria historiografia brasileira, o que põe em evidência processos de silenciamentos de outras formas de interpretação da nação. Para Schimdt (2002, p.37) “é por essa razão que a revisão dessa memória em termos de sua historicidade e dos efeitos de suas representações na própria produção textual e social de subjetividades se reveste de importância vital para redimensionarmos o conhecimento da memória da nação como escritura”.

O cânone oitocentista, fundado em uma rígida sociedade patriarcal, colocou à margem determinadas obras na mesma medida em que elegeu outras e criou mecanismos que agiam como hierarquias monumentalizando determinadas autorias enquanto outras eram obscurecidas a partir de critérios pautados em gênero, geração, classe e raça, mas também de proximidade dos circuitos intelectuais, em que pese as relações baseadas em redes políticas. A emergência recente dos estudos sobre Maria Firmina dos Reis atesta que aos poucos a

historiografia brasileira tem acordado do seu sono dogmático. A literatura criada por Maria Firmina hoje pensada como uma intérprete da nação, tem sido objeto de várias pesquisas que buscam compreender como a escritora, enquanto mulher negra, articulava abolicionismo, política e condição feminina no Maranhão oitocentista (SILVA & FERNANDEZ, 2020).

Por isto, assim como outros estudos têm feito ao longo das últimas décadas, é importante recuperar tanto a crítica feminista da cultura quanto a perspectiva de gênero (HOLANDA, 1994) na historiografia brasileira, de um modo atento e vigilante, a fim de que se possa descortinar os artifícios de desautorização de mulheres escritoras que as tem impedido de serem vistas como participantes legítimas do conhecimento histórico no século XIX:

(...) para a mulher escrever dentro de uma cultura que define a criação como dom exclusivamente masculino, e propaga o preceito segundo o qual, para a mulher, o melhor livro é a almofada e o bastidor, é necessário rebeldia e desobediência aos códigos culturais vigentes. O ato de escrever implica numa revisão do processo de socialização, assim como das representações conscientes e um enfrentamento do inconsciente, também ele, invadido pela situação objetiva de dependência do homem e que condicionaram a formação do eu (TELLES, 1989, p.75).

Refletir sobre a memória disciplinar da História é ter em conta ainda os processos de apagamentos e recalques que perpassam a trajetória da constituição feminina de um “eu erudito”, processo este frequentemente interdito pelas dificuldades postas pelas barreiras de gênero, enfrentadas pelas mulheres de letras dos oitocentos. Talvez um dos exemplos mais candentes de violência simbólica e de restrição às mulheres aos espaços consagrados à intelectualidade masculina residam nos sintomáticos vetos impostos às entradas de Beatriz Brandão em 1850 nos quadros IHGB e de Júlia Lopes de Almeida, em 1897, na então nascente Academia Brasileira de Letras.

Mesmo contando com escritores notórios e entusiastas de suas candidaturas como Joaquim Norberto (no caso de Beatriz Brandão) e tendo participado das primeiras reuniões de criação da ABL (no caso de Júlia Lopes de Almeida), reconhecendo-lhes a contribuição histórica e literária consistente ofertada à intelectualidade nacional, estas escritoras obtiveram pareceres negativos por critérios pautados indubitavelmente pelo gênero (não foi nem classe, nem raça – e nem redes, Beatriz e Júlia, mulheres brancas, possuíam razoável nível de inserção em seus circuitos intelectuais, publicavam com frequência e possuíam respaldo profissional no interior de suas gerações).

Reconhecendo a dificuldade de entrada das mulheres nestes espaços, é provável que a advogada e escritora paulista, Adalzira Bittencourt (1904-1976) tenha fundado, anos mais

tarde, mais precisamente na década de 1930 a *Academia Feminina de Letras no Rio de Janeiro*. Na Primeira República, aumentam consideravelmente as iniciativas de fundação de agremiações e academias literárias compostas apenas por mulheres (RAMOS, 2002, p.28). Assim, tendo consciência de que as letradas estavam às margens do cânone e de boa parte das redes intelectuais existentes, percebemos a iniciativa de Adalzira Bittencourt e de outras intelectuais como uma forma de disputa política relacionada à monumentalização da memória intelectual das mulheres escritoras através da união deste grupo em torno de interesses comuns. Academias estas em que o reconhecimento do mérito literário não passaria pelos critérios masculinos, tornando-se ambientes mais receptivos do que os circuitos letrados dos homens, considerados amplamente hostis e herméticos à presença feminina:

(...) Um campo ainda praticamente inexplorado neste sentido é, por exemplo, o do vasto circuito das academias femininas de letras. Algumas destas associações tinham, inclusive, um explícito sentido de protesto frente à lógica das instituições literárias masculinas. Não seria precipitado diagnosticar o protesto como projeto mais geral da criação dessas academias, criadas à margem da política de seleção praticada pela prestigiadíssima Academia Brasileira de Letras. A primeira agremiação literária feminina de que se tem notícia foi a Liga Feminista Cearense, fundada em 1904 por Alba Valdez, identificada no meio literário como defensora do direito da ascensão cultural, econômica e política para as mulheres (HOLLANDA & ARAÚJO, 1993, p. 23).

Por outro lado, houve aquelas que reagiram publicamente contra o sexismo dos espaços literários brasileiros.²⁷¹ O caso de Amélia Beviláqua é bastante paradigmático de como as escritoras começavam a denunciar as injustiças e “preconceitos antifeministas” (BEVILÁQUA, 1930, p.27) de um sistema baseado em critérios misóginos e desabonadores às mulheres. Contrariando o interdito posto à sua candidatura na ABL, assim a escritora piauiense se pronuncia, publicando em 1930 um combativo dossiê (considerado um relato histórico) intitulado *A Academia Brasileira de Letras e Amélia Beviláqua: documentos histórico-literários*:

A Academia, afirma o Dr. Constâncio Alves, não quis aceitar Júlia Lopes de Almeida e mais tarde recusou o [nome] de Carolina Michaëlis para sócia correspondente. Que prova isso? O ponto de vista errado, o misogenismo da Academia, que não soube fazer justiça à romancista brasileira nem à notável escritora Carolina Michaëlis, a quem a Academia de Ciências de Lisboa ofereceu uma cadeira. Porém essas escritoras nada propuseram; eu fui oficialmente repelida, e, assim, é muito mais ofensiva a recusa (idem, 1930, p. 114).

²⁷¹ Em 1942, “outra pioneira foi a Academia Juvenal Galeno, da escritora Julia Galeno que tendo seu ingresso recusado na Academia Brasileira de Letras, cria sua própria academia ‘exclusivamente para mulheres’, explicitando sua crítica frente à posição sexista da Academia Brasileira e promovendo sua inserção, ainda que marginal, no mundo institucionalizado das “belas-letas” (HOLLANDA & ARAÚJO, 1993, p. 23).

Com a divulgação de sua versão dos fatos, Amélia Bevilacqua se recusou em ser um silêncio da história. Para Fanini (2010, p.159), “não fosse a iniciativa da escritora em registrar o episódio e publicá-lo, dele não restariam mais do que silêncios, vazios, lacunas - e muitos poderiam apostar piamente em sua inexistência”, uma vez que a própria ABL omitiu, em termos documentais, o veto à candidatura da escritora piauiense.

Apesar do IHGB em 1928 permitir a entrada de mulheres na condição de conferencistas²⁷² em suas *Tardes no Instituto* (SILVA, 2018), o ingresso da primeira mulher como sócia ocorrerá somente em 1965, com a entrada da medievalista portuguesa Virginia Rau. Alguns anos depois, em 1968, foi eleita a primeira sócia brasileira, a professora Isa Adonias. No entanto, vale destacar que os Institutos Históricos dos estados começaram a aceitar mulheres na condição de membras antes mesmo do IHGB, como foi o caso da médica e escritora belga Marie Rennotte, que ingressa em 1901 com sócia do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo; meses depois o IHGSP admite a entrada da segunda mulher, a historiadora estadunidense Marie Robinson Wright.²⁷³ Um outro exemplo de admissão feminina em uma academia intelectual foi de Isabel Gondim que em 1928 se tornou sócia do Instituto Histórico, Geográfico e Arqueológico de Pernambuco e do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte. Já a ABL conseguiu o mérito de suplantar o sexismo do IHGB: apenas em 1977 que Rachel de Queiroz passou a integrar o rol dos imortais das letras em nosso país. E atualmente, só existem cinco mulheres eleitas.²⁷⁴

E uma outra observação que julgamos importante sobre o desenvolvimento da escrita histórica pelas mulheres de letras: como intelectuais inseridas em seus tempos históricos, não foi pequeno o número de escritoras que produziram obras sobre o passado com caráter acentuadamente conservador e moralizante (PALESTCHEK, 2009). No entanto, é importante em função disto destacar três observações em relação à escrita “conservadora” feminina: o primeiro, uma necessária abertura para examinar ambiguidades dos lugares sociais das autoras, haja vista que a maioria eram mulheres brancas escrevendo em uma sociedade escravista ou em um recente contexto de pós-abolição; segundo, mesmo as escritoras mais afeitas à manutenção de uma ordem social elitista, contribuíram para ampliar a atuação das

²⁷² As conferencistas: Maria Eugenia Celso Carneiro de Mendonça, Ana Amelia de Queiroz Carneiro de Mendonça, Maroquinha Jacobina Rabello e Maria Junqueira Schmidt. Esta última, por biografar pessoas da nobreza como a princesa Mária da Gloria e a duquesa Amelia de Leuchtenberg, foi considerada como “historiadora de mulheres” por Ana Amelia de Queiroz (SILVA, 2018).

²⁷³ Autora de livros sobre história do Brasil, editados em inglês: *Salvador* (1893) e *The New Brazil* (1901).

²⁷⁴ Em 2018, Conceição Evaristo lançou sua candidatura para a ABL, porém, apesar da intensa campanha dos movimentos negro e femininista, ela recebeu votos insuficientes. Para a cadeira a qual concorria, foi eleito o cineasta Cacá Diegues. Ver mais em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/30/cultura/1535658767_015684.html.

mulheres nos espaços públicos, uma vez que o direito à instrução feminina ainda era uma conquista bastante recente (1827) assim como era uma novidade mulheres se fazendo presentes na imprensa e publicando livros; e, por último, a terceira observação que reside no preciso fato de, mesmo evitando conflitos com os homens de letras e endossando olhares hegemônicos, o cânone não as protegeu do esquecimento. Fosse assim hoje saberíamos muito mais sobre Anna de Lossio e Seiblit²⁷⁵ que produziu poesias cívicas celebrando a memória do Duque de Caxias do que sabemos sobre Nísia Floresta que defendia abertamente o Partido Liberal, o abolicionismo e a emancipação feminina por meio da educação.

É importante ressaltar que, escrevendo sobre o passado a partir de uma variedade de gêneros literários, as mulheres mobilizaram pesquisas autônomas, construíram metodologias próprias de análise, e definiram posicionamentos políticos que, vistos em seu conjunto, precisam integrar os processos formativos da trajetória do campo disciplinar da História. Sobre isto, Liblik (2014), ao comentar acerca do trabalho de Devoney Looser que refletiu sobre o caráter híbrido do conhecimento histórico anterior à profissionalização do campo no século XIX, pontua que

(...) uma vez que se pretende abrir caminho para futuras análises que pensem sobre as várias possibilidades de envolvimento com a história a partir da escrita de múltiplos gêneros textuais. Ao iniciar uma discussão na qual os escritos dessas mulheres têm sido muitas vezes classificados incorretamente como memórias, ficção e romances, a autora mostra como todas essas escritoras deveriam ser classificadas e entendidas como historiadoras, **justamente porque, durante este período, os gêneros textuais considerados “amadores” ou romances foram aceitos para a aprendizagem e ensino de história antes mesmo da profissionalização tornar-se possível** (LIBLIK, 2014, p. 62).

Para que elas sejam reconhecidas como praticantes da escritura histórica e possam alcançar outros lugares de memória, é essencial investigar de que modo o campo intelectual funcionava para as escritoras, em suas relações com o mercado editorial, com grupos intelectuais e suas redes de sociabilidades. Neste ponto, a própria História Intelectual, enquanto campo de pesquisa, embora com contribuições seminais e incontornáveis, tem se mostrado insuficiente para fornecer um mapa metodológico - uma vez que historicamente foi pensada para analisar a trajetórias dos homens intelectuais que acabaram sendo tomados como modelos universais - que pouco tem ajudado a entender as epistemologias produzidas pelos grupos minoritários, a saber, mulheres, negros, indígenas, imigrantes, dentre outras minorias. Ampliar o conceito de intelectual por meio da perspectiva de gênero poderá contribuir para entendermos as formas como as mulheres se assenhoraram da palavra escrita e se constituíram

²⁷⁵ Anna de Lossio e Seiblit (1830-1877) foi uma escritora carioca, que além de ter colaborado para jornais, também se fez autora de obras de cunho cívico e de história religiosa.

como autoras que exerceram, a partir de produtos culturais diversos, as suas práticas historiográficas.

Pensando na temporalidade do dezenove, conforme afirmamos outrora, da categoria gênero não tem sido devidamente problematizada em suas possíveis ligações com a História Intelectual e a História da Historiografia, concorrendo para a criação de hiatos e reforçando universais abstratos, relegando aos grupos subalternos lugares marginais na história do pensamento brasileiro. Confirmando essa perspectiva, assim se refere Oliveira (2019, p.55):

(...) na área do conhecimento histórico, em suas diferentes abordagens, a história intelectual não fala sobre gênero ou, pelo menos, não reconhece a relevância ou a utilidade desta categoria como vetor de análise para operar com suas agendas de pesquisa específicas. Esse silêncio talvez contribua, de modo persistente, para reforçar a tradicional invisibilidade da produção intelectual feminina que se evidencia na ausência de um volume mais consistente de trabalhos de pesquisa que abordem essa produção na área específica de estudos de teoria da história e de história da historiografia no Brasil.

Portanto, se a História Intelectual possui nítidos limites no sentido de (não) atribuir lugares aos vastos repertórios autorais femininos, a historiografia brasileira também corrobora com as mesmas cegueiras, reconhecendo apenas como historiadoras as mulheres que ingressaram nos cursos superiores a partir da década de 1930 (LIBLIK, 2017). Assim, destacamos que buscar possíveis leituras acerca da produção intelectual feminina por meio da epistemologia feminista e da mediação cultural podem se apresentar como ferramentas úteis para adensar a análise e recuperar autorias recalcadas ou diminuídas pelo cânone. Isto é, tem sido extremamente promissor para os domínios da História Intelectual pôr em relevo que a ciência a qual praticamos está atravessada por questões de gênero que, por sua vez, desenham hierarquias e relações de poder nada “neutras” (SCHIEBINGER, 2001).

Tais premissas são úteis na medida que nos permitem repensar o campo historiográfico brasileiro do dezenove como sendo apenas de uma inquestionável assinatura masculina. Olhar para a história com uma perspectiva de gênero, acaba por gerar questionamentos incômodos a esta historiografia, ao perguntar onde estão as mulheres que escreveram sobre a nação nos oitocentos. Para Rago (1998, p.34):

Seria interessante, por fim, pensar como os deslocamentos teóricos produzidos pelo feminismo têm repercutido na produção historiográfica. A emergência de novos temas, de novos objetos e questões, especialmente ao longo da década de setenta deu maior visibilidade às mulheres enquanto agentes históricos, inicialmente a partir do padrão masculino da História Social, extremamente preocupada com as questões da resistência social e das formas de dominação política.

Por que para as escritoras oitocentistas são escassas as antologias e publicações em que possam ser nomeadas como intérpretes do Brasil, pensadas como historiadoras dos seus

tempos? Afinal, além das autoras que produziram obras históricas e manuais didáticos, muitas foram estudiosas da história das religiões, da cultura popular, dos grupos indígenas, da história das mulheres, de grupos familiares, isto é, através das margens, elas igualmente se configuraram como precursoras das ciências humanas no país, forjando métodos e metodologias de pesquisa acerca do passado brasileiro.

No século XIX, os critérios de reconhecimento de um texto histórico propriamente dito, além das vinculações políticas e institucionais dos homens de letras, também passavam por mediações que contemplavam as atividades de pesquisa possíveis aos homens e dificultadas às mulheres como idas a bibliotecas, realização de viagens exploratórias, intercâmbios culturais e possibilidades de trocas com os pares. Como as mulheres poderiam produzir conhecimento histórico diante de tantos interditos? Aqui, mais uma vez, entra o gênero como chave de leitura. Mesmo não portando as virtudes epistêmicas necessárias ao historiador oitocentista, as autoras buscavam nas fontes que estivessem a seus alcances, formas de acessar o passado para poder escrever sobre ele – de modo muitas vezes privado e criativo.

Chama atenção no romance histórico *D. Narcisa de Villar – legenda do tempo colonial* (1859) da autora Ana Luísa de Azevedo Castro, o apoio que ela encontra nos escritos de viagem de Auguste de Saint-Hilaire para compor um enredo fundacional que remonta ao Brasil-colônia. Já para Nísia Floresta, ao publicar em 1859, o ensaio histórico *Il Brasile*, um dos autores citados, além de Saint-Hilaire, é o escritor e pintor naturalista Rugendas, o qual ela destaca inúmeras citações extraídas do livro *Viagem Pitoresca ao Brasil*. Tais observações evidenciam que a história que estava sendo escrita no país era ainda consumida por um público leitor feminino. Podemos inferir que a interdição às mulheres do ingresso aos círculos intelectuais e atividades da pesquisa não as impediu, no entanto de escreverem sobre a história brasileira e que algumas poucas mulheres letradas tiveram contato com obras históricas, realizando, portanto, investigações de cunho bibliográfico que lhes forneceram subsídios para escrita sobre a história nacional.

Se o substantivo historiador não flexionava para historiadora no vocabulário dos homens de letras dos oitocentos (OLIVEIRA, 2019), a escrita histórica feminina teimosamente caminhou mais rápido do que o enunciado e não esperou que os intelectuais a nomeassem, demarcando a sua existência como prática cultural. Mas a performance cívica, apontada por Glória Oliveira (2011) continuava a existir, só que com outros marcadores de gênero – tanto que as principais narrativas históricas construídas por mulheres nos oitocentos partiram de professoras-escritoras – estas um pouco mais autorizadas a circularem nas esferas

intelectuais posto que ocupavam tarefas consideradas “nobres” e necessárias ao projeto civilizatório imperial. A docência, de certo modo, habilitava as mulheres para performarem o civismo público socialmente demandado no reconhecimento de um texto histórico.

Curioso notar que Sidney Chalhoub²⁷⁶ (2003) não parece ter sofrido de nenhum tipo de dúvida teórica em nomear Machado de Assis como historiador. Do mesmo modo como não se observa uma desautorização por parte da comunidade historiadora reclamando para si o ofício ou enxergando algum tipo de anacronismo nos apontamentos feitos por Chalhoub em relação à obra de Assis. Já se toma como certo que o vasto repertório literário do “bruxo do Cosme Velho” lhe habilita para múltiplos olhares – e ser considerado historiador é um deles. Por mais pertinente e rica que seja a perspectiva de Chalhoub, resta claro que ausência dos dilemas por denominações e conceitos é também um privilégio masculino. O mesmo pressuposto que gera uma discussão polêmica no caso das mulheres como praticantes da história, em relação aos homens de letras é transformado em ponto pacífico e mais uma forma de tanto reconhecer quanto homenagear a estatura intelectual do famoso escritor fluminense.

O que buscamos aqui não é uma disputa por classificações, mas, como disse Anna Faedrich (2018, p. 175), “reescrever a história da literatura brasileira com novos enquadramentos faria emergir uma nova história” – e a mesma análise se aplica à historiografia brasileira. Urge olhar para a produção oitocentista feminina de temática histórica como uma narrativa que chama a si inúmeros questionamentos e desafios analíticos e não como uma simples ninharia cultural da qual se ignoram os nomes das autoras cujas produções ocupam um desconhecido limbo literário.

A denúncia do esquecimento de textos de autoria feminina pode soar como algo repetitivo, levando em consideração que frequentemente abordamos a dimensão da negligência tão logo falamos de textos escritos por mulheres. A situação não é animadora. Efetivamente, não superamos o descaso com a memória intelectual feminina; tanto do ponto de vista material com várias obras que continuam desaparecidas; e as que se preservaram, ou estão esgotadas ou longe de serem reeditadas, restando em acervos de obras raras com um baixo número de livros digitalizados. E do ponto de vista intelectual, as escritoras oitocentistas continuam pouco conhecidas dentro e fora da Academia, já que timidamente integram ementas de cursos e suas obras têm sido pouco reeditadas, em que pese as iniciativas de editoras menores interessadas em reabilitar a memória feminina no país.

²⁷⁶ Referência à sua obra, *Machado de Assis, historiador* (2003).

Um dos aspectos mais angustiantes desta trajetória de pesquisa foi quando nos deparamos com obras destruídas, que poderiam apontar um outro panorama da escrita histórica de autoria feminina no século XIX. A negligência com a memória destas produções fez com que um importante rol de historiadoras brasileiras fossem vítimas do memoricídio (BÁEZ, 2010) – evocado aqui não como figura de linguagem, mas para apontar a prática da destruição do legado autoral feminino. Estamos falando de três escritoras que produziram, respectivamente, uma peça teatral cujo tema abordou o drama histórico, um romance histórico e uma biografia – produções estas que se encontram hoje irremediavelmente perdidas, a despeito de suas importâncias.

A primeira delas, a escritora carioca Maria Angélica Ribeiro (1829-1880), foi uma prolífica dramaturga que escreveu dezenas de peças encenadas com êxito de crítica e público em importantes e conceituados palcos do Rio de Janeiro. Escreveu assiduamente até a sua morte, deixando várias peças inéditas. De uma rara educação esmerada para uma mulher no Brasil, utilizava o seu capital cultural para tematizar problemas sensíveis de sua época, fazendo uma mordaz crítica de costumes e denunciando os preconceitos de uma sociedade escravista, assentada na dominação masculina. Também bastante consciente da exclusão da mulher naquela sociedade, Maria Ribeiro fez em 1866 (p.1) esse desabafo:

(...) O que sai de lavra feminina, ou não presta, ou é trabalho de homem. E nesta última suposição, vai uma ideia oculta e desonesta. E para que, compraríamos, nós mulheres, a fama de sermos autoras de trabalhos que não fossem nossos, se com ela nada ganhamos, nem temos possibilidade de obter lugar ou emprego pelos nossos méritos literários? Valem-nos eles de alguma coisa?

Maria Angélica Ribeiro deixou algumas obras impressas e que foram editadas nos anos seguintes das récitas em tipografias famosas como a Laemmert, como ainda integrou a Sociedade de Estudos Literários, no Rio de Janeiro, publicando seus textos na Revista Mensal de Ensaios Literários (ORSINI, 1988). Consolidou-se como autora e tradutora teatral, passando a viver profissionalmente da sua pena, algo considerado bastante atípico, e, mesmo demarcando uma excepcionalidade, colaborou para dilatar os pequenos espaços de atuação das mulheres, sobretudo no campo das artes. Arregimentou o incentivo e críticas positivas de escritores como Machado de Assis, em relação às encenações das peças *Gabriela* (1863) e *Cancros Sociais* (1865). O sucesso alcançado desta última récita de caráter abolicionista também contribuiu para firmar o seu nome no ambiente teatral carioca (SOUTO-MAIOR, 1999). Apesar de ser casada com João Caetano Ribeiro, homem do teatro e importante cenógrafo carioca, não obstante é a pena de Maria Ribeiro que se impõe na dramaturgia

brasileira, em um raro caso em que a produção intelectual da mulher não foi obnubilada pela posição social do seu cônjuge.

Se em sua curta vida a dramaturga desfrutou de certo reconhecimento e sucesso, após a sua morte apenas três peças, do conjunto de seus mais de vinte textos teatrais chegaram até nós. Graças à iniciativa da pesquisadora Valéria Andrade Souto Maior, as peças *Cancros Sociais*, *Um dia na opulência* e a *Ressurreição do primo Basílio* foram recuperadas e publicadas em 2014, pela Editora Mulheres. E que destino tiveram os outros textos de Maria Ribeiro? De acordo com Souto-Maior, no ano de 1893 ocorrera um incêndio no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, local onde estavam depositados os manuscritos originais da autora, incluindo ainda aqueles que ainda não tinham sido encenados, ou seja, suas peças inéditas. Dentre eles encontrava-se o texto intitulado “*Dom Sancho em Silves*”. Classificada como um “drama histórico”, tratava-se de um texto épico e,

a julgar pela aposta no gênero histórico, deveria portar um tom diverso das peças usuais da autora. Pelo título infere-se que estava ambientada em Portugal entre os séculos XII-XIII, tematizando a saga do rei expansionista D. Sancho I (1185-1211); uma narrativa que muito provavelmente demandou por parte da autora uma cuidadosa pesquisa histórica do período (MELO, 2020, p.235).

Olhar semelhante teve Viriato Corrêa²⁷⁷ classificando a peça como um drama “histórico-clássico, em português quinhentista, baseado nos episódios da época semi-bárbara, no reinado de D. Sancho I, em Portugal”. Na breve memória que publicou a respeito de Maria Ribeiro no jornal *A Manhã*, em 1941, Viriato Correa lamentava a ausência do nome da dramaturga na história do teatro brasileiro, e, embora pouco dela soubesse, fez questão de registrar quão positivas eram as recepções críticas aos seus trabalhos. Caso este drama tivesse sobrevivido, seria um importante documento que contribuiria para mapear as práticas de pesquisa histórica que a autora mobilizou para recontar a história do período medieval português – constituindo-se em um testemunho de como as mulheres poderiam acessar documentos históricos nos oitocentos. A história da destruição de parte dos manuscritos de Maria Angélica Ribeiro não deixa de ser bastante representativa de um dos destinos habituais da produção intelectual feminina: o memoricídio.

A segunda autora, uma senhora de Pernambuco que também possuía uma relação próxima com o teatro²⁷⁸ Joana Maria de Freitas Gamboa publicou na década de 1850 o

²⁷⁷ Jornal *A Manhã*, 1941, edição 114, p.5, em que Viriato fez referência ao conjunto da obra de Maria Ribeiro.

²⁷⁸ Na edição n. 84 do *Diário de Pernambuco*, de 1839, Joana Maria de Freitas Gamboa é reconhecida como “1ª dama do teatro”, tendo peças encenadas em seu “benefício”. A relação da escritora com o teatro pernambucano é bastante explícita, restando saber se atuava como dramaturga ou incentivadora – ou ambos. Há fortes indícios que tenha sido parente de outro Freitas Gamboa, este um empresário do teatro em Recife, administrador da Casa da Ópera (VIEIRA, 2007).

romance histórico *Branca Dias dos Apipucos*, obra essa que tematizava no início do século XVIII as práticas da inquisição dos cristãos-novos no Recife e em Olinda, no contexto da Guerra dos Mascates.²⁷⁹ Uma crítica do jornalista Antônio Pedro de Figueiredo²⁸⁰ sobre o livro foi publicada no Diário de Pernambuco,²⁸¹ e reproduzida na antologia *Pernambucanas Illustres* (1879) por Henrique Mello, dando espaço para a escritora, que na época tinha o seu nome desconhecido.²⁸² Vejamos um trecho elogioso do *Juízo Crítico sobre Branca Dias dos Apipucos, drama fundado n'uma lenda pátria do século XVIII, por uma Pernambucana*:

(...) A autora pois collocou os acontecimentos onde lhe cumpria collocar; descreveu bem as particularidades da epocha; fez intervir com fortuna o auxilio do elemento historico, onde elle podia e devia caber; desenhou os caracteres moraes com as cores próprias para melhor serem comprehendidos, e respeitou as condições da verosimilhança no expor da acção, em que se funda o drama (MELLO, 1879, p.148).

Uma crítica capaz de fornecer indícios tanto dos conhecimentos históricos mobilizados pela autora quanto ao caráter formativo que o romance histórico possuía, contribuindo para instruir os leitores e dar-lhes uma perspectiva política sobre o passado brasileiro. Apesar da obra ter possuído uma crítica publicada pela imprensa do XIX, não existe um exemplar que tenha sido conservado. Joana Maria de Freitas Gamboa permanece como autora de um livro histórico cuja trama não pôde ser conhecida em sua totalidade, restando apenas darmos visibilidade a obscura memória de uma aventura literária feminina pelos domínios da história. Sobre a operação historiográfica que materializou e suas possíveis influências, analisando os seus vestígios, assim nos aponta Vieira (2007, p.68):

Se pouco sei acerca de Joana Gamboa, não se pode duvidar que a autora logrou levar para o teatro traços, ainda que indiretos, do romanceiro regional (nome da protagonista, uma história de amor no enredo), da lenda do riacho da Prata (a casa da protagonista – Apipucos –, o judaísmo e a perseguição inquisitorial) e a história da província, fazendo a escolha por um evento que é marco do nativismo pernambucano: a Guerra dos Mascates. Todo este caudal (lenda, história, romanceiro, literatura) constitui um monumento artístico do nativismo pernambucano, em sua última fase, mas ainda orgulhoso de seu passado restaurador e contestatário.

Conjugando lenda e história, Joana Gamboa articulou através do romance, a própria história da província pernambucana, e o fez por meio de uma perspectiva tão nativista quanto

²⁷⁹ Vale ressaltar que Joana Gamboa situa Branca Dias no século XVIII, quando, de fato, a cristã-nova vivera entre 1515 a 1558. Branca teve uma vida bastante movimentada na capitania de Pernambuco, chegando a atuar como senhora de engenho e professora de meninas (VEIGA (2013).

²⁸⁰ Além de jornalista, foi também professor de História e Geografia do Ginásio Pernambucano, cuja admissão data de 1855 (VIEIRA, 2007). Na escrita para jornais, era comum usar o pseudônimo de Abdalah-el-Kratif.

²⁸¹ *Diário de Pernambuco*, 14 de janeiro de 1858, edição 2, p.1.

²⁸² O desconhecimento em torno do nome da autora de *Branca Dias do Apipucos* fez Henrique Capitolino de Mello atribuir erroneamente a sua autoria à outra escritora pernambucana, a D. Alexandrina Francelina de Souza Marinho. Anos mais tarde desfêz-se o equívoco diante de Joana Gamboa, hoje reconhecida como a verdadeira escritora do romance histórico sobre a cristã-nova Branca Dias.

política. Pairam dúvidas acerca da matéria-prima documental utilizada para abarcar tal intento, sabendo o quanto o acesso às fontes de pesquisa era, em boa parte, dificultadas às mulheres no século XIX. É provável que, na ausência de uma documentação impressa mais robusta, ela tenha se utilizado da memória oral para recompor a trajetória dos conflitos coloniais na região de Pernambuco. Mais sintomático ainda é saber que ela escreveu a sua obra pouco tempo após a Revolução Praieira, iniciada em 1848, apontando possivelmente que o enredo nativista da obra situada nos setecentos se comunicava com os anseios separatistas de sua época, dos anos de 1850, reforçando a interpretação de um Pernambuco que se via autônomo desde a colônia. É estarrecedor quão pouco sabemos desta intrigante escritora, que ocupa um diminuto espaço na cena literária e historiográfica nacional.

Em semelhante situação encontra-se a terceira e última escritora a qual mencionamos, também pernambucana. Filha de um homem de origem humilde, de nome Marcelino Santiago Vasconcellos Leitão de Albuquerque,²⁸³ Rita Esteves Alves de Vasconcellos foi ainda muito jovem e menor de idade, autora de uma biografia sobre o historiador Francisco Muniz Tavares, escrita em 1864 e apresentada no mesmo ano ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco.²⁸⁴ A jovem escritora,

(...) ainda menor de idade (embora não se saiba precisar sua data de nascimento e morte) escreveu uma biografia do Monsenhor Francisco Muniz Tavares (reconhecido historiador e sócio fundador do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco). Entregou-a no mesmo Instituto – que ficou registrado no boletim interno da Revista do IAHGP, na edição de número 3, do ano de 1864. O manuscrito foi “recebido com agrado” e mandado arquivar. Depois desta notícia pública do arquivamento, não se tem mais informações a respeito do documento. Por conta da produção deste manuscrito biográfico, o nome de Rita Esteves foi parar em dicionários e almanaques intelectuais, como o de Sacramento Blake e Maria Thereza Bernardes (MELO, 2020, p.234).

A biografia foi um gênero histórico bastante praticado nos oitocentos. A escrita da história por meio das vidas de *grandes homens* e seus feitos era uma forma literária tão distinta quanto pedagógica para exortar por meio destes sujeitos históricos exemplares, a própria história do Estado-Nação (OLIVEIRA, 2017). Assim, Rita Esteves ao produzir uma biografia provavelmente elogiosa e laudatória do presidente do referido Instituto, isto é,

²⁸³ O pai de Rita Esteves, o senhor Marcelino Santiago, era de origem pobre, tendo sido porteiro do Hospital da Caridade, do qual se exonera em 1872 (*Diário de Pernambuco*, 23 de julho, edição 166). Era ainda membro da maçonaria (*Diário de Pernambuco*, 8 de janeiro de 1873, edição 5). Nutria uma relação de admiração pelos trabalhos desenvolvidos no Instituto, em especial, pela figura de Francisco Muniz Tavares, tendo possivelmente repassado o gosto pela história e apreço a este personagem, à sua filha.

²⁸⁴ Após a fundação do IHGB em 1838, o segundo Instituto fundado no Brasil foi o de Pernambuco, em 1862, que nascia com o objetivo de, operado por suas elites dirigentes, construir a história da província de modo que continuasse a exercer hegemonia cultural na região (SCHWARCZ, 1989).

reforçando os “balcões de mobilização para a consagração de seus sócios” (SCHWARCZ, 1989, p. 36) não destoava dos aspectos mais intrínsecos à escrita da história oitocentista.

Em novembro de 2019 entramos em contato com o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco na tentativa de localizarmos o manuscrito produzido pela autora, porém, além de não ter sido encontrado, o sócio que nos atendeu nos informou os dois destinos possíveis da obra: ter sofrido uma deterioração irreversível pelo tempo e má conservação, ou ter sido levada para casa de algum sócio que já falecera, restando praticamente impossível localizar o seu paradeiro.

Deste modo, somos levadas a operar com mais uma ausência atávica e irrecuperável; práticas de um memoricídio de gênero, que vilipendia a produção intelectual feminina refém do esquecimento epistêmico e da negligência documental. Marcadores intelectuais pautados pela misoginia e por preconceitos de classe que também existem sobremaneira nas práticas de conservação e na gestão da memória. E se fosse Rita Esteves Alves de Vasconcellos um jovem escritor? E se fosse filha de algum político sócio do Instituto? Teria a sua obra o mesmo destino? Ainda que seja uma questão delicada (e arriscada) pensarmos a história pelo futuro do pretérito, o próprio desequilíbrio material existente entre a conservação dos repertórios letrados masculinos mediante aos femininos reforça a perspectiva de Perrot (1989; 2005), que apontava o quanto as mulheres se constituíam como sombras tênues no teatro da memória operado nas sociedades patriarcais.

Se a tarefa da memória é permanente e no caso a manutenção da produção intelectual feminina oitocentista ainda é atravessada por negligências documentais de várias ordens, continuaremos denunciando os silêncios, sempre que for necessário. Mas não só. Como elevar a discussão entre gênero e intelectualidade a outra dimensão se estamos ainda nos dias de hoje literalmente salvando manuscritos e obras da ação das traças e do próprio tempo? De acordo com Simioni & Euletério (2018), bibliotecas, hemerotecas, institutos e museus, assim como arquivos públicos e particulares cumprem funções singularmente importantes e reconhecemos que sem esses espaços estaríamos em situação bem mais problemática. No entanto, existem ainda imensas lacunas a serem resolvidas no que diz respeito à identificação, catalogação e manutenção dos acervos da memória feminina.²⁸⁵

²⁸⁵ Um dos exemplos de negligência em relação ao acervo literário feminino diz respeito à doação feita em 17 de dezembro de 1968 feita por Adalzira Bittencourt à Biblioteca Municipal de Bragança Paulista, que inclusive, leva o seu nome. Consta que a escritora possuía um notável acervo com obras de mulheres autoras, datadas dos séculos XIX e XX, posto que colecionava estas edições visando o seu projeto de estabelecer uma biblioteca pública com autorias exclusivamente femininas. Em novembro de 2020 entramos em contato com a referida Biblioteca, com intuito de levantar mais informações a respeito do acervo doado, buscando saber se estava abrigado em alguma seção especial no interior do próprio espaço ou se fora novamente doado para alguma outra

A ausência das historiadoras na memória da disciplina, tem sido, portanto, um problema historiográfico complexo. Recompôr uma historiografia das esquecidas, isto é, recuperar legados destruídos, influências apagadas e examinar os vestígios daquelas escritoras e pesquisadoras cujas trajetórias intelectuais foram atravessadas pelas práticas do memoricídio, se impõe, portanto, como um desafio urgente.

3.1.1 A memória disciplinar, a historiografia brasileira e a cultura histórica oitocentista em uma perspectiva de gênero

A partir de um breve exame a respeito de obras historiográficas, algumas relativamente recentes e com considerável circulação em nosso meio editorial, temos *Intérpretes do Brasil – Um banquete no trópico 1 e 2* (MOTA, 1999; 2002), *Grandes nomes da História Intelectual* (LOPES, 2003), *As identidades do Brasil – de Varnhagen a FHC e de Calmon a Bonfim* (REIS, 1999, 2006), *Aproximações – Estudos de História e Historiografia* (NOVAIS, 2005) e *Historiadores – os clássicos da história do Brasil* (2018) coletâneas que objetivam pensar o país em seu processo de formação histórica, política e cultural tomando como ponto de partida a análise de textos considerados *clássicos* para entender as bases fundamentais dos projetos intelectuais para a nação. Lembrando que tais estudos são essenciais para o debate intelectual brasileiro, mas em uma rápida visita aos seus sumários é possível verificar a ausência total de mulheres – elas figuram como pesquisadoras a analisar o pensamento dos intelectuais, mas não como as intelectuais que possuem suas obras interpretadas e analisadas.

A inexistência de autoras que figurem como possíveis intérpretes nos leva a imaginar as razões pelas quais elas foram expulsas do memorável *banquete no trópico* desenhado pelo cânone. A sofisticação teórica de tais projetos editoriais excluía a pergunta que para nós é incontornável: Qual Brasil era pensado pelas mulheres considerando seus limitados espaços de atuação na cena pública, no século XIX? Ao que parece, o país escrito por Nísia Floresta, Isabel Gondim, Ignez Sabino, Ana Eurídice de Barandas, Maria Firmina dos Reis, Maria do Carmo de Mello Rego, Alexina de Magalhães Pinto, entre outras autoras, é uma nação estrangeira, um território geográfico longínquo e nebuloso demais para a sensibilidade de certos olhares que acabaram se tornando hegemônicos, gerando a falsa ideia que as mulheres

instituição. Como resposta, nos informaram que não houve nenhum cuidado específico com a doação recebida e os livros, se existem ainda, foram absorvidos pelo catálogo geral do local, sem nenhum tipo de curadoria ou seleção. Em outras palavras, mais um irrecuperável revés para a cultura brasileira e para a história da manutenção do legado intelectual feminino.

não participaram da constituição do pensamento social brasileiro. Uma ausência sentida amplamente no campo da história das ciências humanas e na própria historiografia que praticamos.

A julgar pelo conjunto das obras mencionadas acima, as mulheres não podem ser consideradas como historiadoras, pensadoras e interlocutoras ativas acerca dos projetos de nação em curso nos séculos XIX e XX? Não obstante, cabe aqui uma distinção: João Ribeiro, em sua obra de crítica *Historiadores* (1961), teve o mérito de incluir, em seu aludido livro, uma mulher, Maria Junqueira Schmidt, como biógrafa de mulheres da monarquia brasileira. É digno de nota que Schmidt possua esse reconhecimento ainda no ano de 1934 (ano em que João Ribeiro publica seu livro) e escrever biografias a fez ser reconhecida pelo crítico como *historiadora*, ainda que em um contexto marcado pela gênese universitária da História especializada e profissional. Em um quadro de sintomáticas ausências de escritoras como intérpretes da nação, João Ribeiro soaria nos dias de hoje como um crítico progressista sensível à inclusão das mulheres em seus esforços literários de perscrutar o passado brasileiro.

É curioso notar que será em outro campo que veremos as inquietações em torno do silêncio das mulheres em relação às suas participações na constituição das ciências humanas no país: as Ciências Sociais. Quando Mariza Correa escreve *Antropólogas e Antropologia* (2003) ela materializa uma angústia – a ausência das mulheres pesquisadoras na trajetória da disciplina – e reabilita as suas memórias, visibilizando os percursos intelectuais de Leolinda Daltro e Heloisa Alberto Torres²⁸⁶ abrindo importantes caminhos metodológicos para pensarmos, tendo como ponto de partida o campo da História, onde estariam as mulheres que inauguraram os discursos históricos em nosso país, antes da estruturação dos cursos de ensino superior nas primeiras décadas do século XX.

Um breve olhar empírico, assentado nas diferentes formas com que o gênero atua socialmente (SCOTT, 1995), atravessando a produção do conhecimento, diz respeito ao lugar das mulheres intelectuais na academia brasileira. Houve na história da constituição das disciplinas acadêmicas e na cultura de práticas de pesquisa de campo um apartamento entre os que as mulheres produziam, sendo preferencialmente categorizadas nos campos das Letras e da Educação, enquanto o interesse pela intelectualidade masculina e suas ideias acabaram estruturando outras áreas, como as ciências sociais, filosofia, história e, claro, também a literatura. A *separação paradigmática* (SMITH, 2007) das mulheres na História Intelectual mais ampla chancelou diferentes modos de tratar a produção feminina, marginalizando-a até

²⁸⁶ Leolinda Daltro (1859-1935), indigenista baiana e Heloísa Alberto Torres (1895-1977), antropóloga carioca foram intelectuais fundamentais para a constituição da antropologia e museologia no Brasil (CORREA, 2003).

mesmo no interior dos espaços de produção epistêmica. Sob essa perspectiva, examinar as mulheres escritoras como integrantes legítimas do pensamento brasileiro tem sido uma tarefa mobilizada por um pequeno grupo alojado em áreas que pouco se comunicam com a investigação histórica feita pelos historiadores e historiadoras de ofício.

Resulta que, hegemonicamente, o Brasil tem sido interpretado a partir das interpelações da sua intelectualidade masculina – o desinteresse em torno dos textos de autoria feminina, sejam eles conservadores ou contestatórios, demarca uma sutil violência simbólica que se enraizou nos currículos acadêmicos de tal forma que normalizou a ausência e o silêncio epistemológico em torno das vozes que não partissem dos homens letrados abrigados em instituições políticas e culturais. Antes de haver a profissionalidade historiadora, o sexo tinha poder de conferir (ou não) a legitimidade do que poderia ser considerado como um texto histórico.

Os desdobramentos de uma visão que excluiu a mulher como integrante de um pensamento historiográfico no Brasil em seus processos de análise da formação de uma nacionalidade, foram muitos. Guimarães (2010) afirma que a historiografia enquanto disciplina relativamente recente nos cursos de História²⁸⁷ é um campo baseado na investigação dos próprios procedimentos de elaboração do conhecimento. Cabe assinalar que a História e a Historiografia são dois campos disciplinares distintos, sendo que a primeira possui uma trajetória anterior à segunda. Tendo como ponto de partida o século XIX (“século da história”), a disciplinarização e profissionalização da área ocorreu mediante a delimitação do campo por meio da eleição de determinadas virtudes epistêmicas ditas científicas, que por sua vez estão ligadas a teorias e metodologias circunscritas culturalmente ao universo dos historiadores.

A historiografia, nessa perspectiva, enquanto prática de reflexão sobre a escrita da história, passa também a integrar os procedimentos que delinearam o campo da História, atuando como um espaço duplamente orientado tanto para o exame da crítica textual, quanto da memória constituída em termos de monumentalização e canonização de determinadas autorias e textos:

²⁸⁷ De acordo com Gontijo (2010, p.495): “A partir da década de 1940 é possível identificar um esforço mais sistemático no sentido de elaborar uma história da historiografia brasileira. Foi nessa época que os primeiros frutos das faculdades de filosofia, ciências e letras, criadas nos anos 1930, começaram a ser colhidos. Isso, provavelmente, fez surgir a necessidade de estabelecer uma história da disciplina capaz de situar a produção universitária de estudos históricos em relação à anterior. A análise da escrita da história da historiografia entre as décadas de 1930 e 1960 permite observar uma dupla função desse tipo de escrita: a função afirmativa e a função crítica. Isso considerando que a construção da história da historiografia não se mantém imune ao trabalho da memória, que favorece o culto, a mitificação, enfim, a construção de monumentos em honra de autores e obras.”

Nesse sentido, a escrita da história da historiografia pode ser lida como uma operação desenvolvida em meio à análise crítica, à memória, o esquecimento e às expectativas de diferentes tipos de intérpretes, entre os quais, os historiadores, sendo sempre guiada, obviamente, pelas demandas e circunstâncias do presente (GONTIJO, 2010, p. 495).

Na mesma medida que a historiografia examina produções culturais, ela também gesta memórias que configuram uma cultura histórica. A digressão aqui é necessária para recuperar o sentido prático da historiografia em sua análise sobre a relação texto, experiência e narração do passado. Deste modo, afirma-se a importância de investigar as escritoras que pensaram o passado como história por meio de textos que estabeleceram, por sua vez, “uma relação com o tempo decorrido” (GUIMARÃES, 2010, p.9), estabelecendo-se como porta-vozes de uma memória política de seus tempos. Um exemplo disto seriam os escritos de Ana Eurídice Eufrosina de Barandas (1806-1863), escritora gaúcha que publicou em 1845 a crônica *Diálogos*, na qual se posiciona contrariamente à Revolução Farroupilha, demarcando o seu alinhamento político centralista e justificando a adoção de tal perspectiva conservadora que contrariava os liberais gaúchos. De acordo com Muzart (1996), Ana Eurídice não foi a única mulher no Rio Grande do Sul a demarcar suas posições políticas e sociais através das letras, nas primeiras décadas do XIX.

Não obstante, são poucos os exames historiográficos realizados em torno dos textos escritos por mulheres, considerando o período em referência. Possuímos uma tradição historiográfica menos afeita a analisar gêneros literários como poesia, crônica e conteúdos escolares, e mais propensa a pensar os ensaios, as biografias e os estudos históricos como legítimos integrantes do processo de construção do conhecimento histórico. Mas onde encontraremos as mulheres historiadoras oitocentistas se não escrevendo como poetas, jornalistas, romancistas e autoras de obras escolares, sobretudo?

Se, de acordo com Paletschek (2009) a historiografia é, concomitantemente, produto e produtora de uma cultura histórica, é lícito perguntar acerca da razão do apagamento de textos históricos escritos por mulheres de letras; o que levou a própria historiografia praticada nas últimas décadas a sequer pensar em possíveis lugares de investigação para as obras femininas? Quais razões justificam o “horizonte de possibilidades” da historiografia brasileira se mostrar tão severamente estreito no tocante a textos que circularam apartados do cânone? A ausência de pesquisas e problematizações sobre as práticas historiográficas desenvolvidas por autoras brasileiras e suas diversas interpretações sobre a nação no dezenove é reveladora do quanto a nossa cultura histórica atua por meio de lembranças e esquecimentos, elegendo determinadas fontes como mais atraentes que outras em uma operação atravessada por vieses

ideológicos e violências simbólicas. E a constituição da historiografia brasileira tem procedido de modo semelhante, de acordo com Caldeira & Marcelino (2021, p.12):

O apagamento dos lugares de produção histórica, por outro lado, geralmente conduziu a uma institucionalização irrefletida, nem sempre atenta ao modo como sua constituição envolveu disputas, tensões e silenciamentos. Interrogar os usos que permitem a constituição dos vestígios do passado em passado histórico torna-se, então, tarefa fundamental, que não pode ser enfrentada desconsiderando os “diferentes lugares e práticas historiográficas”.

De fato, procede a indagação: a nossa investigação historiográfica está sabendo escrutinar a natureza diversa dos escritos históricos produzidos por mulheres nos oitocentos? Se partirmos da premissa que invariavelmente, todo campo intelectual de determinada época é perpassado por múltiplas disputas e relações de poder acirradas, como podemos alojá-las em uma historiografia que de fato ouça as mulheres nos seus esforços intelectuais ao disputarem interpretações e jogos de memória acerca dos seus tempos presentes e passados? Chamaremos univocamente toda essa farta e significativa produção de “literatura”? Não seriam elas, além de poetas, cronistas e jornalistas, também historiadoras, etnógrafas, biógrafas e memorialistas? Aos homens de letras, a especialização. Às mulheres, a vala comum da pálida sombra imprecisa do “escrito”.

De acordo com essa perspectiva, ao que parece, Abreu e Lima, Joaquim Manuel de Macedo, Herculana Vieira e Maria Guilhermina Loureiro de Andrade não poderiam mesmo estar próximos – ainda que ambos tenham vivido no mesmo tempo histórico, narrado a história brasileira por meio da escrita, compartilhando projetos políticos afins, de construção de uma identidade nacional. A ideia não é substituir um cânone pelo outro ou hierarquizar os respectivos contributos intelectuais, mas pensar por que determinadas formas de elaboração do passado nacional foram cristalizadas pelo campo historiográfico na mesma medida em que outras visões foram desconsideradas e/ou rechaçadas. E aqui o apagamento possui uma acentuada dimensão de gênero.²⁸⁸

²⁸⁸ Com isto quero dizer que nem todo apagamento se dá por questões de gênero, haja vista que outros fatores inegavelmente atuam na construção da memória e do legado dos escritores e intelectuais. A raça é um elemento importante a ser pensado – por que Machado de Assis teve a sua pele foi branqueada nas imagens e gravuras? E retornando a questão de gênero, tomemos como exemplo o caso de Amélia de Oliveira, ex-noiva de Olavo Bilac, que foi levada por ele a desistir de se tornar uma literata, alegando que temia que ficasse “mal-falada” pela outros (FAEDRICH, 2018). Quantos homens desistiram de suas carreiras literárias em razão de seu sexo? Quantas famílias se constringiam das atividades letradas de suas filhas, a ponto de destruírem suas produções? Quantas escritoras usavam pseudônimos, assinavam com o sobrenome do marido ou apenas com suas iniciais para omitir um nome feminino? Quando mencionamos que o apagamento possui também uma dimensão de gênero, nos referimos a essas questões que certamente não foram enfrentadas pelos homens intelectuais, ainda que eles sejam também atravessados por variáveis de raça, classe, geração e pertencimentos políticos.

No século XIX, a escrita da história que aos poucos tornou-se hegemônica, foi definida pelo gênero (masculino), considerado aqui como a voz autorizada da produção do conhecimento histórico (SMITH, 2003). Aliás, como já vimos, os homens não dependeram da profissionalização do campo para serem nomeados como historiadores. As suas presenças nos Institutos Históricos e Geográficos já poderia lhes granjear o adjetivo:

A escolha por escrever um texto histórico, nesse sentido amplo, apresentava-se como uma possibilidade entre outras, não implicando uma definição ou delimitação específica daquele que a escrevia. Assumia-se a voz do historiador, mais do que se era historiador. A delimitação estava, portanto, mais nos gêneros específicos do que no agente propriamente dito. Do mesmo modo, não havia qualquer projeto ou instituição de “formação histórica”, no sentido escolar. Mesmo com a formação das Academias, no século XVIII, esse modo de funcionamento da máquina de gêneros, na feliz fórmula de Alcir Pécora, não foi essencialmente alterado (TURIN, 2018, p. 193).

Isto é, no caso brasileiro, ainda que os homens de letras performassem virtudes cívicas atuando como políticos, juristas e escritores – atuações estas que acabavam conferindo maior legitimidade aos seus textos históricos, isto não excluía a possibilidade de mulheres também se arrisquem por gêneros literários que tematizassem o passado ou o presente recente vivenciados em seus tempos de ação. No entanto, ausentes dessa disposição cívica pública, a escrita histórica feminina pouco foi acolhida pelo cânone, o que contribuiu para um acelerado processo de apagamento e o desinteresse dessa produção intelectual. Um repertório que paradoxalmente, tematizava assuntos históricos, mas estava à margem da própria história e que permanece negligenciada pela pesquisa historiográfica.²⁸⁹

Se sobre o século XIX continuam sendo feitas muitas perguntas, e novas indagações podem gerar novos problemas e cenários de passado, é essencial interrogar o quanto a historiografia brasileira se institucionalizou em torno de uma certa naturalização da exclusão da produção intelectual feminina. Entendemos que, diante das evidências e fontes existentes é necessário promover um “acerto de contas” com as interpretações que o cânone recalçou, ultrapassando a posição cômoda de uma constatação resignada para uma inclusão ativa dos repertórios teóricos das minorias – tarefa desafiadora em termos metodológicos, mas urgente do ponto de vista da ampliação da memória e do enfrentamento da sub-representação das mulheres no campo da historiografia, um problema que persiste até nos dias de hoje, ainda que sejamos maioria nos cursos de História (KLEM, 2019).

²⁸⁹ Não é só a historiografia brasileira que pouco tem abordado sobre a participação feminina na constituição do conhecimento histórico e da formação do campo. Na Argentina, Juana Paula Manso Noronha teve uma notável inserção pelo gênero histórico e continua, nos dias de hoje, esquecida pela historiografia argentina do XIX pois sequer tem sido pensada como historiadora de seu tempo (SCHELL, 2019).

Para dar conta de novas tarefas e demandas éticas a nosso ver, incontornáveis, a historiografia precisa se pensar como campo politizado do saber, rompendo certos distanciamentos, abrigando questões socialmente vivas e epistemologicamente relevantes de grupos que por muito tempo sequer foram reconhecidos como produtores de interpretações sobre o passado. Uma historiografia, portanto, que seja capaz de fazer deslocamentos, operar dissensos, rever tradições estanques e interrogar os próprios limites e autoritarismos naturalizados por uma longa história de silenciamentos impostos a narrativas não-canônicas. E que, ao se rever, passe a abarcar a escritura feminina da história como assinatura legítima e que seja capaz de promover uma salutar autocrítica baseada na revisão de alguns de seus postulados e pressupostos clássicos e também saiba interrogar as relações de poder existentes no interior da disciplina; entendendo que a produção do conhecimento histórico se dá por meio de uma operação intelectual ampla, em que marcadores sociais como gênero, raça e classe possam ser articulados e pensados como problemas teóricos desafiadores e abrangentes.

Somos herdeiros e herdeiras de uma cultura historiográfica ocidental que se construiu elegendo o masculino como viés estruturante do conhecimento histórico produzido por estas instituições letradas como também as de ensino superior. Mesmo quando o campo da História no Brasil passa a se organizar nas primeiras décadas do XX, a ciência dita neutra e imparcial foi atravessada por interesses de um pequeno grupo de homens intelectuais pertencentes às suas elites locais, como foi o caso de Gilberto Freyre. Tais interesses acabaram expressando também uma ciência histórica predominantemente *masculina*:

A história, nesse sentido, construiu-se como ciência a partir da negação do amadorismo e, ainda, do que era considerado feminino, tendo, ela própria, um gênero: o masculino! Objetividade, racionalidade, virilidade e o domínio do ambiente público/ político eram elementos fundamentais para o historiador profissional. Esse caminho não afetou apenas os temas tratados pela história, como também seu método e seu produto: a escrita! Emoções, afeto, “superficialidades” e domínio do ambiente privado/pessoal não eram, em definitivo, características consideradas valorosas para a ciência (CRESCENCIO, 2019, p 206).

Disto resultou que a escrita da história acadêmica acabou expressando os anseios de um grupo – e aqui as relações de gênero também são nítidas, pois, assim como a história praticada nos oitocentos, estas narrativas expressavam, através de uma cultura da memória (PALETSCHEK, 2009), a celebração das masculinidades dos seus praticantes: homens doutos que agora manejavam o passado a partir da ciência criada por eles mesmos; a história antes particular e arbitrária, com a instituição de métodos e regras passará a ser universal e contingente. Mudanças que, apesar de trazerem avanços epistemológicos, continuavam a

privilegiar o sujeito histórico masculino como o protagonista do conhecimento. As histórias populares criadas pelas mulheres, estariam, portanto, longe desses espaços.

Para Rita Terezinha Schmidt (2019), um problema que se impõe na história da literatura brasileira é entender como as mulheres participaram do processo de escrita da nação no dezenove e como foram tornadas invisíveis justamente em um momento crítico de construção da identidade nacional. Se o século XIX foi esse período destinado a produzir identidades coletivas via a construção de uma história nacional – e no Brasil o movimento romântico alimenta estas perspectivas na medida em que fornece o herói genuinamente brasileiro, o indígena - é lícito supor também que as escritoras participassem do debate acerca da causa nacional, ainda que considerando o raio diminuto de atuação possível às mulheres.

O interesse dos homens intelectuais nas mulheres de letras era tão somente de alojá-las em antologias, reconhecendo-as preferencialmente como *poetisas*, como se tivessem se sobressaído apenas neste gênero literário. Ignorando as suas produções polígrafas e eternizadas em uma espécie de memória passiva através de algumas poucas biografias,²⁹⁰ o cenário intelectual brasileiro do XIX desencorajava as suas ambições letradas e não as integrou como pensadoras e escritoras da nação. Desinteressados das ideias que as escritoras propunham, sejam elas criticando o quanto o projeto de Brasil em curso descuidava da educação do sexo feminino ou conformando posturas hegemônicas, a história da escrita de autoria feminina sobre o passado do Brasil tem sido um capítulo à parte. O descaso com a biografia produzida por Rita Esteves Alves de Vasconcellos, entregue ao Instituto Histórico de Pernambuco em 1864 e seu posterior sumiço indicam o quanto as aventuras femininas pelo gênero histórico encontravam revezes, indiferença e descrédito.

Por outro lado, os espaços escolares acabaram se constituindo em lugares privilegiados para as mulheres, enquanto professoras, forjarem discursos que interpelavam ao passado da nação: “nos anos 1850, com a introdução da História do Brasil, nos programas do Colégio Pedro II e escolas de ensino elementar, o volume de obras e autores cresceu consideravelmente possibilitando espaço, inclusive para as mulheres” (CLEMENTE, 2013, p.21). Deste modo, na segunda metade do dezenove, Herculana Vieira (1868) e Maria Guilhermina Loureiro (1888) emergem como professoras que produziram obras didáticas de história do Brasil no contexto da escola primária imperial, manuais estes que contaram com várias edições, registrando o bom fôlego dos seus empreendimentos intelectuais. É bastante

²⁹⁰ De 1839 a 1889, foram apenas duas mulheres de letras biografadas pela Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro: Beatriz Brandão, por Joaquim Norberto de Sousa e Silva e Narcisa Amália, por Luís Francisco da Veiga. Em um total de 165 biografias publicadas pela RIHGB, apenas cinco delas se referiram às trajetórias femininas (OLIVEIRA, 2011).

curioso o quanto a historiografia brasileira tem sido negligente e resistente, em que pesem algumas exceções, em relação a incorporar os manuais didáticos como fontes potenciais de uma determinada memória e cultura histórica.

Boa parte das pesquisas sobre livros e compêndios de História do XIX orientam-se majoritariamente em analisar as obras canônicas como as de Joaquim Manuel de Macedo e João Ribeiro de forma que os manuais que não foram necessariamente publicados na Corte carioca a partir dos programas do Colégio Pedro II, que foram produzidos em outros circuitos, em outros contextos editoriais, estes manuais acabaram recebendo uma menor atenção no interior das próprias investigações da historiografia e da história da educação.

Trata-se de uma lacuna que merece uma atenção especial. De acordo com Varella (2020), ao pensar problemática semelhante na Inglaterra oitocentista, apontou que a história produzida e ensinada à infância nos oitocentos se constituiu como um dos poucos espaços autorizados do saber em que era possível conectar a escrita da história à autoria feminina. Para Turin (2018, p. 194):

(...) no caso da História, particularmente, não é possível pensar sua inserção disciplinar sem vinculá-la à relação umbilical que manteve com o Estado-Nação moderno. Ao mesmo tempo em que ofertara uma linguagem a partir da qual a experiência nacional se tornava pensável, em sua abertura histórica, o Estado a abrigara e a promovera enquanto um saber legítimo a compor o espectro disciplinar.

Espectro disciplinar este que também foi composto mediante a colaboração de mulheres que atuaram, como professoras e autoras de livros didáticos, demonstrando o papel ativo delas no processo de institucionalização da disciplina e sua participação (tão pouco reivindicada), no “renovamento da memória colectiva e da memória histórica e, dentro desta, da memória nacional” (CATROGA, 2009, p. 47), isto é, ainda que em condições hierarquicamente distintas, as mulheres também levaram a termo a tarefa pedagógica mais candente do dezenove: construir a identidade nacional através de discursos históricos, práticas de ritualizações e performances cívicas elaboradas precisamente para este fim.

E não deixa de ser curioso que, no caso brasileiro, a História escolar (alimentada pelo IHGB e pelo Colégio Pedro II) antecedeu a história profissional produzida nas universidades. Portanto, a memória disciplinar da História enquanto área autônoma do conhecimento deve bastante às formas escolares estabelecidas por meio dos currículos e a constituição de uma historiografia didática no qual homens e mulheres tomaram parte, seja no exercício do magistério, seja na escrita de livros e manuais escolares.

Constitui-se em uma árdua tarefa alargar a compreensão do campo intelectual oitocentista se apenas as vozes canônicas forem ouvidas, o que reforça a hegemonia já

instalada dos mesmos sujeitos, grupos e instituições. Condenar autorias ao esquecimento por razões de gênero é um dos instrumentos de violências simbólicas mais sutis e ao mesmo tempo mais poderosos criados pela cultura patriarcal e suas estruturas concretas de dominação masculina. A “amnésia sexista” praticada também pela historiografia evidencia o quanto ela própria se encontra atravessada por fraturas, interditos e incompletudes. Aceitando o desconforto e o conflito, investigar tensões e disputas devem integrar uma prática historiográfica comprometida com a ampliação dos sentidos da história enquanto campo disciplinar. Deste modo, torna-se fundamental os estudos que buscam examinar o ofício dos historiadores e a História da Historiografia em relação à retrospectiva de seus percursos (FERREIRA, 2013; LIBLIK, 2017; KLEM, 2019), no afã de percebermos que as disciplinas não são componentes fechados e dados por si mesmas, mas fazem parte de uma criação cultural, política e epistêmica, revelando, portanto, diversos marcadores de gênero, de raça e de classe.

Na França, desde a década de 1970 os estudos historiográficos empreendidos por Charles-Olivier Carbonnel (1976) começavam a arrolar as mulheres que no século XIX haviam produzido obras históricas, as *femmes historiennes* – que, assim como no Brasil, também existiram fora dos lugares autorizados da intelectualidade. E, sobre este ponto, nos indagamos: o campo historiográfico brasileiro tem buscado escrutinar os arquivos femininos do século XIX e primeiras décadas do século XX em busca das nossas possíveis *historiennes*? No entanto, para dar conta deste empreendimento, torna-se necessário pensar a historiografia de um modo mais plástico e agregador às outras formas de escritas, sobretudo, a produção feminina, materializada através de variados gêneros literários. Angelika Epple (2006, pp. 153-154) afirma que,

com essa nova definição de narrativa histórica, alargamos o corpo de fontes enormemente. Muitos escritores não acadêmicos foram, e são, mulheres. Com a análise do discurso da história da historiografia podemos reconhecer não apenas historiadoras, mas também a conotação feminina de narrativas históricas não acadêmicas.

Assim como Davis (1980) e Smith (2003), Angelika Epple (2006) abre caminho para pensarmos os modos diversos pelos quais as mulheres de letras se apropriavam acerca do passado, forjando métodos e metodologias quase sempre reconhecidos como não-científicos. Trata-se, portanto, de um desafio teórico, tanto para a teoria da história quanto para a historiografia, pois exige um olhar aberto para as múltiplas formas de escrita da história. Em diversos contextos históricos, seja na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Argentina e no Brasil, as mulheres ocuparam lugares marginais ao produzirem discursos sobre o

passado, sobretudo no século XIX. Para Michele Perrot (2004), as mulheres intelectuais europeias viviam em uma espécie de limbo, marcadas pela invisibilidade de um século que construiu rígidas divisões científicas, que buscou profissionalizar o ofício do historiador criando regras e métodos próprios, mas no bojo desse processo, as escritoras ficariam de fora – consideradas amadoras, suas produções poderiam até ser consumidas por um determinado público, mas jamais gozariam do prestígio acadêmico dos homens doutos.

A ciência, construída em torno de hierarquias de gênero, tratava ela mesma de categorizar a produção intelectual feminina na esfera da importância em degraus mais baixos em comparação com as produções masculinas. Não deixa de ser um tanto injusto que as mulheres tenham ampliado o público leitor a partir do consumo do gênero histórico no Brasil oitocentista, na medida em que publicavam livros didáticos, ensaios, autobiografias e romances, para em seguida, serem sumariamente excluídas da memória da disciplina. É bastante sintomático, ainda, que somente na atualidade a historiografia brasileira esteja começando a pautar essas questões – que, num primeiro momento podem até soar nebulosas, mas, diante das evidências das fontes, é inegável que estamos diante de um problema. E onde alojaremos essas velhas/novas vozes?

Por mais fundamentais que sejam os estudos sobre a grande instituição a organizar a memória e a história do país como o IHGB e os demais institutos, e, destacamos aqui as pesquisas de Lilia Schwarcz (1989), Manoel Salgado (2010) e Temístocles Cezar (2018), apenas para citar alguns estudos bastante representativos, nos indagamos: o que estas investigações nos dizem acerca das mulheres que escreveram história nos oitocentos? São contribuições que, sem sombra de dúvidas, lançam luzes na compreensão das dinâmicas do cenário intelectual brasileiro, mas se mostram limitadas quando pensamos o lugar ocupado por uma escritora como Nísia Floresta ou Maria Firmina dos Reis. Uma compreensão mais ampla da nossa intelectualidade exige por parte de nós uma profunda capacidade de cruzar gênero, raça e classe, em um país marcado por sua experiência colonial. A mesma observação se aponta em relação a nossa historiografia, que parece ainda muito presa aos textos fundacionais já costumeiros, numa repetição de leituras e olhares que muito pouco questionam as relações de poder presentes em nossos currículos e práticas de pesquisas.

Tem sido esta a “denúncia” feita por Ana Carolina Barbosa Pereira em seu artigo *Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na história* (2018) – a hegemonia de certas leituras em nosso meio acadêmico acaba favorecendo interpretações que pouco ousam no sentido de pensar outras autorias e epistemologias, mais diversas e multifacetadas do que aquelas com as quais tradicionalmente operamos. Quantas ementas acadêmicas que circularam entre nós não

são a expressão mais bem-acabada de um cânone historiográfico androcêntrico? Pensamos que colocar as relações de poder da Academia sob suspeição pode nos fazer avançar, sobretudo, no debate acerca da subalternidade e da colonialidade do conhecimento, discussão que ganha relevância se considerarmos quais lugares ocupamos dentro destas relações centro e periferia²⁹¹ – mais ainda se formos pensar quais sujeitos e vozes foram invisibilizadas em nome de um discurso científico supostamente neutro e universal.

Não obstante a tantas questões urgentes quando novas fontes são problematizadas, são múltiplos os desafios interpretativos e culturais de pensar a operação historiográfica (CERTEAU, 2002) possível à pena das historiadoras oitocentistas. A apropriação do discurso histórico por elas demandou operações de uma verdadeira engenhosidade intelectual – afinal, estas escritoras também poderiam narrar o passado a partir do restrito lugar que ocupavam. Conhecimentos atravessados por relações de poder que inauguraram outras formas relacionadas ao fazer histórico; um saber de dimensões sexuadas, que foi produzido, em grande parte, nos recônditos privados, oriundos de diários, das histórias familiares, dos cadernos de anotações, da leitura de jornais e, geralmente, de um acesso mais limitado as bibliotecas.

Muitas escritoras tiveram como matéria-prima a própria memória individual, como a luso-brasileira Josephina de Neuville e a mineira Helena Morley, produzindo autobiografias, tornando história as suas trajetórias pessoais assumindo a autoridade narrativa, já que viveram as experiências relatadas e estariam, em função disto, em melhor posição testemunhal. Ao passo que outras historiadoras mobilizaram fontes e relatos históricos variados, tanto de caráter oral ou bibliográfico – e nesta categoria estão as escritoras Isabel Gondim, Adelina Lopes e Maria Guilhermina de Andrade. De um modo menos frequente, tivemos também uma praticante da história que escrevia a partir dos saberes adquiridos por suas práticas colecionistas, como a Viscondessa de Cavalcanti. A história religiosa também inspirou Mariana Verna, a Condessa de Belmonte, autora do *Pequeno Catecismo Histórico* (1830) e Anna Bárbara de Lossio e Seibnitz, que publicou em 1865 uma obra que foi um pequeno sucesso editorial brasileiro, com duas edições: *Caminho Sagrado da Cruz* e *Histórias de Maria Santíssima*.

Todas buscaram, de um modo ou de outro, construir percepções acerca do seu tempo em obras históricas situadas às margens da história da historiografia. Dito isto, nos

²⁹¹ Discussão esta que problematiza as relações entre o Norte e o sul global; entre um local que produz a teoria e o outro que a aplica. No caso do Brasil, ainda podemos localizar a problemática centro e periferia ser reproduzida por meio das assimetrias entre o número de pós-graduações existentes no eixo sul-sudeste em relação às regiões Norte e Nordeste (NAZARENO; HERBETA, 2019).

indagamos: cruzar fontes diversas, estabelecer reflexões sobre o tempo histórico, consultar relatos e coligir memórias na elaboração de uma narrativa com vistas a estabelecer uma interpretação do passado, isto por si só não seria a tradução mais bem-acabada do que se entendia por história no século XIX como uma moderna prática historiadora? O IHGB por muito tempo não as via como praticantes da escrita histórica. Mas, como pesquisadores e pesquisadoras contemporâneas, iremos naturalizar a exclusão da produção feminina ou buscaremos tensionar suas premissas e pressupostos para alargar as possibilidades que nos ajudem a entender a participação das mulheres na constituição do conhecimento histórico nos oitocentos? Parece que o tradicional lugar epistêmico dos historiadores precisa ser “sacudido” e ampliado.

Ainda que calcada em distintos lugares sociais e espaços públicos sexuados, a produção intelectual feminina buscou se impor no mercado editorial do Brasil oitocentista, seja através da imprensa periódica, de libelos feministas ou de manuais didáticos, atendendo a diversas finalidades políticas. No século XIX, o exercício de escrever estava profundamente ligado aos esforços de edificação de uma identidade nacional – ainda aberta e por isto mesmo, em disputa. Somado a isto, o “desejo de nação” (MISKOLCI, 2012) forjava uma interpretação a qual contribuía para delinear o jovem país com contornos heróicos, monarquistas e cristãos. Ainda que essas práticas tenham sido exercidas por homens e mulheres de letras, o próprio cânone tratou de recalcar interpretações que não partissem dos lugares autorizados de saber e poder:

Uma das formas mais contundentes do exercício desse poder foi a exclusão da representação da autoria feminina no século XIX, período formativo da identidade nacional, em que a literatura se institucionalizou como instrumento pedagógico de viabilização da nossa diferença cultural em razão de sua força simbólica para sustentar a coerência e a unidade política da concepção romântica da nação como “o todos em um”. O nacional, enquanto espaço das projeções imaginárias de uma comunidade que buscava afirmar sua autonomia e soberania em relação à metrópole, constituiu-se como um domínio masculino, de forma direta e excludente (SCHIMDT, 2000, p.84).

Além dos estudos que mostram o quanto a ciência histórica ocidental foi estruturada pelo viés do gênero (FELSKI, 1995; SMITH, 2003; EPPLE; SCHASER, 2009), é importante também mencionar as investigações que já tematizam a memória feminina oitocentista, feita em outros campos e em outros contextos, para além do europeu e norte-americano. Pesquisas mais recentes realizadas no cenário acadêmico latino, que buscam integrar as mulheres do dezenove como autoras de narrativas históricas ou como pensadoras da nação já são uma realidade para investigadoras como a uruguaia Glória da Cunha (2004; 2006) e a venezuelana Márgara Russotto (2006) que buscaram perceber o papel político desenvolvido pelas autoras

latino-americanas a partir de gêneros como autobiografias e romances históricos,²⁹² que, como vimos, possuíam características formativas cuja amplitude abrangeu um vasto público consumidor.

Para Cunha (2004; 2006), as intelectuais latino-americanas estão reescrevendo a história de seus países desde o século XIX, através de romances e ensaios, com narrativas sejam elas de “nascimento” ou “renascimento” e por meio delas lançando alguns questionamentos em relação à excludente história oficial. Para esta autora, a história das nações não é algo monolítico e, por esta razão, examinar as trajetórias históricas de uma determinada cultura sem incluir as mulheres como interlocutoras ativas dos projetos nacionais implica em sérios danos às noções de política e conhecimento, culminando na problemática arquitetura ideológica responsável pela construção do cânone.

E aqui no Brasil, em meio a tantas iniciativas inovadoras e abordagens críticas, dos quais os estudos efetuados há décadas por Rita Terezinha Schmidt são extremamente representativos, destacamos, do mesmo modo, a pesquisa de Lilian de Lacerda, intitulada *Álbum de Leitura: memórias de vida, histórias de leitoras* (2003). Lacerda realizou um extenso levantamento de obras femininas de cunho memorialístico²⁹³ e examinou cerca de trinta e cinco autobiografias de autoras nascidas entre 1843 a 1938, em diferentes regiões brasileiras, evidenciando que “cada uma dessas biografias traz consigo uma história social, uma geografia rural ou urbana e um inventário de textos e impressos lidos mediados pelas condições políticas, culturais, escolares, comerciais do tempo e lugar em que nasceram e viveram” (LACERDA, 2003, pp. 82-83).

Outro mérito de seu trabalho foi mapear as memórias de leituras presentes nos textos autobiográficos das autoras. Desta forma, ficamos sabendo, por exemplo, que a baiana Anna Ribeiro de Goes Bittencourt (1843-1930), autora de *Longos Serões do Campo*, era consumidora do gênero histórico, constando, portanto, leituras suas de compêndios escolares, romances e revistas do Instituto Histórico Geográfico da Bahia (LACERDA, 2003). Pensar a escrita de si articulada às questões do contexto social, examinando possíveis relações de influência entre o consumo e a produção do gênero histórico pelas mulheres, configura-se um caminho frutífero para acessarmos outros modos de compreensão do passado e do

²⁹² Trabalhos como a obra *Novel Histories: British Women Writing History (1760 - 1830)*, de Lisa Kasmer (2012) apesar de analisar um cenário diverso da América Latina, também ajudam a examinar os vieses políticos, sociais e epistemológicos das novelas históricas de autoria feminina.

²⁹³ Apesar de selecionar o número de trinta e cinco obras, de acordo com critérios adotados para sua pesquisa, Lacerda (2003) identificou a existência de noventa títulos autobiográficos escritos por mulheres, produzidos entre os séculos XIX e XX, com uma concentração maior neste último século.

conhecimento histórico mobilizados pelas mulheres de letras no exercício de distintas práticas historiográficas nos oitocentos.

Um olhar abrangente para o panorama cultural deste pulsante cenário demonstra que as inquietações a respeito de como as exclusões de gênero os e silêncios das mulheres intelectuais estruturaram os campos letrados de variados países ocidentais têm sido uma preocupação premente das estudiosas, seja para demarcar uma memória ou para fissurar as androcêntricas bases epistemológicas dos saberes científicos. Tais análises são desafiadoras para os historiadores, mas a mudança de percepção historiográfica passa também pela compreensão de que as autoras oitocentistas foram intérpretes do Brasil, seja pela adesão e/ou rejeição as concepções políticas hegemônicas ou contestatórias.

A história da produção feminina das obras de cunho histórico e memorialístico produzidas no século XIX no Brasil ainda está para ser construída, em que pese pensar na hierarquia de gênero como um problema que é também de ordem epistemológica. Um dos objetivos desta tese é, além de apontar novas questões e fontes acerca das trajetórias letradas femininas na sua relação com a produção de obras históricas, é contar alguns capítulos desse amplo percurso, visibilizando a história da nação assinada pela letrada Herculana Firmina Vieira de Sousa – que, por sua vez, atuara no magistério, locus profissional que tornava possível às mulheres desenvolverem uma certa autoridade historiadora no espaço público.

Reconhecer o pertencimento das obras e autoras como possíveis de integrarem o campo historiográfico permitirá pôr em evidência, além das suas existências, múltiplas perspectivas do fazer historiográfico e diferentes formas de escrita dos tempos passados que, por sua vez, estão sendo negligenciadas até mesmo pelo próprio campo da História das Mulheres. O silêncio é um desafio a ser enfrentado. Enquanto assinatura masculina, os modos pelos quais a história da historiografia oitocentista se consolidou entre nós necessitam urgentemente de uma profunda revisão, ampliação e reescrita.

3.2 Mulheres autoras de manuais didáticos no século XIX

Se a história da historiografia brasileira tem secundarizado a produção feminina situada ao longo do século XIX (OLIVEIRA, 2018), a história da cena didática-editorial no país também padece por apagamentos da ordem das relações sociais de gênero, como veremos a seguir. Deste modo, buscamos evidenciar, que, no contexto da história da educação e da história dos intelectuais, é necessário avançar mais no exame e no debate acerca das relações existentes entre o exercício do magistério, a produção feminina e os livros escolares no

período imperial²⁹⁴ (TEIXEIRA, 2010). Dito isto, ao que o conjunto das fontes tem apontado - mesmo em um número expressivamente menor que os homens, as mulheres, além de produzirem obras didáticas acerca de diversas disciplinas, também foram tradutoras e avaliadoras de compêndios,²⁹⁵ ao longo do século XIX. E, mais uma vez, a professora Herculana Vieira se insere nessa fenda epistêmica pouco escrutinada pelos pesquisadores e pesquisadoras, talvez mais afeitos a pensar a atuação feminina na seara literária do que no campo da história dos saberes escolares.

O manual didático, enquanto bem cultural e fonte histórica, requer uma reflexão teórico-metodológica bastante cuidadosa. Trata-se, sem sombra de dúvidas, de um objeto fronteiriço, interdisciplinar por excelência, e que arregimenta distintos campos disciplinares da História Cultural. Deste modo, o compêndio escolar pertence tanto a história dos livros (CHOPPIN, 2004), das edições como também das disciplinas escolares (CHERVEL, 1990). É uma fonte contingente, temporal, que apela para um mercado da instrução, como também se encontra ligada intrinsecamente ao universo da oficialidade dos projetos governamentais e educativos em curso – o livro didático, ainda que de *difícil definição* (BITTENCOURT, 2008) anuncia uma criação cultural – através da produção e seleção de conteúdos – e esboça também um quadro de criatividade epistêmica feita no interior da cultura, ao elaborar, entre a tradição e a renovação científica, os saberes e conhecimentos que devem ser ensinados ao público escolar. Por essa perspectiva, o conhecimento escolar possuiria um status epistêmico original, como afirmou Chervel (1990), Choppin (2004), Forquin (1992) e Julia (2001)? São questões que nos fazem pensar acerca do uso, da circulação e da validade dos saberes escolares – os quais, por sua vez, não devem ser considerados conteúdos menores ou socialmente menos legítimos, tendo em vista os extensos efeitos da atuação dos manuais didáticos na educação do público escolar, que se instrui a partir destes suportes, desde a constituição da escola moderna.

O projeto da implementação da escola elementar e secundária durante a vigência do governo imperial arregimentou diversos sujeitos – desde o público escolar mais amplo quanto aqueles e aquelas que exerciam o magistério nas capitais, vilas e povoados das províncias. Ademais, as mulheres, inseridas como preceptoras e/ou professoras no universo da instrução, também tomaram parte, como autoras, tradutoras e avaliadoras, desses processos complexos

²⁹⁴ Sobre esse assunto, chama atenção a publicação do artigo de Teixeira (2010), intitulado *Mulheres e a escrita de livros escolares no século XIX*, em que a autora discute as condições de possibilidade de inscrição das mulheres professoras na cena didática da Corte carioca, bem como realiza um levantamento de obras escolares de autoria feminina.

²⁹⁵ No já aludido estudo de Teixeira (2010), foi localizada uma professora que atuou como avaliadora de um silabário em 1875, no caso, se tratava da mestra Josepha Thomázia da Costa Passos.

de constituição das culturas escolares, em que os livros e compêndios didáticos contribuíram para delinear as formas educativas experienciadas nos oitocentos.

Para Melo [2020] e Teixeira [2010] os livros escolares de autoria feminina também tem sido comumente negligenciados pela história da educação; são escassos os estudos que se ocuparam em levantar e analisar obras didáticas e compêndios produzidos por mulheres no século XIX e primeiras décadas do século XX – quando as tipografias brasileiras começaram a azeitar o mercado editorial com estes lucrativos materiais. Sabemos muito pouco sobre as autoras de obras didáticas no contexto de uma temporalidade oitocentista, situadas em um Brasil monárquico, abrangendo até os primeiros tempos da República. De que forma as mulheres conseguiram se inserir em um mercado quase exclusivamente masculino? Quais estratégias foram adotadas para disputar tais protagonismos no campo da instrução? De que modo se dava a passagem da professora primária para a autora de manuais didáticos? Sob essa ótica, o mercado dos saberes escolares também pode ser interpretado como um significativo e revelador termômetro de gênero (MELO, 2020, p.167).

As indagações postas acima nos levam a perguntar se as professoras-autoras de obras escolares, no século XIX, tão pouco conhecidas e analisadas em conjunto, não atuariam como uma espécie de *los otros intelectuais* no cenário letrado brasileiro? Essa acepção foi utilizada por Fiorucci (2013) para pensar nos bens culturais produzidos na Argentina por “aquellas figuras que la historia intelectual (...) comúnmente desdeña: curas, maestros, intelectuales de pueblo, periodistas y autodidactas” (FIORUCCI, 2013, p.165). As reflexões da investigadora argentina também encontram correspondências nos estudos de Schueler (2002), que analisou a experiência docente e atuação letrada dos professores e professoras da Corte Imperial, considerados por esta pesquisadora, como intelectuais urbanos; profissionais que exerciam tanto o magistério quanto publicavam livros didáticos e atuavam na defesa dos interesses da classe, consolidando, assim, os seus nomes no campo da instrução. E, asseverando tais posições, de acordo com Teixeira (2010), a construção do professor-autor dependia fundamentalmente do lugar social ocupado – e a docência, enquanto instância capaz de inscrever o mestre e a mestra em ordem discursiva, servia como um espaço legitimador para que os e as profissionais do ensino também se convertessem em escritores e escritoras a serviço da instrução, sendo eles mesmos,

(...) intelectuais que desempenhando (e disputando) a função de autores, participaram na produção de saberes, objetos, textos e livros escolares, interferindo nas representações em conflito a respeito da escola primária e dos projetos educacionais em circulação (...). (TEIXEIRA, 2010, p.92).

Deste modo, nos indagamos: antes de Herculana se aventurar pela autoria de um compêndio de História do Brasil, em 1868, quais *los otras intelectuales*, professoras-autoras publicaram obras escolares antes da iniciativa da mestra luso-brasileira? Embora não seja o nosso objetivo reproduzir o “mito das origens” (BLOCH, 2002), buscaremos aqui apenas

apontar algumas obras em um ligeiro panorama nacional e *brevemente* mapear o surgimento da produção feminina de manuais didáticos que emergiram nas fontes analisadas por esta pesquisa, a saber: dicionários biobibliográficos, anúncios de jornais, bem como teses e dissertações de mestrado.

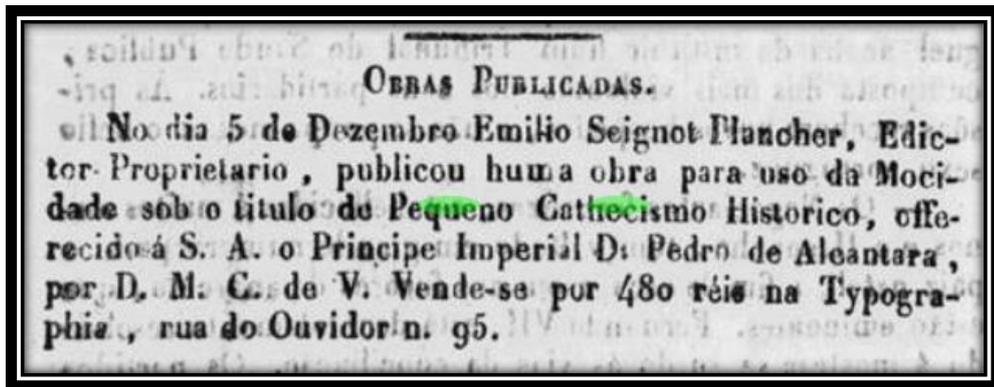
Ao que o conjunto das fontes apontam – as quais muitas vezes são parciais diante de um quadro efetivo, pois novos manuais podem ser redescobertos, demandando, assim, uma salutar revisão - o publicismo feminino de obras didáticas no Brasil se iniciou na década de 1830, com a publicação do *Pequeno Catecismo Histórico*, de 1830, de autoria de Mariana Carlota de Verna Magalhães Coutinho, a Condessa de Belmonte (1779-1855). Na sede da Corte carioca, a aristocrata lusitana atuou como preceptora da casa imperial e foi a primeira mestra e aia de Pedro II, sendo uma das principais responsáveis pela educação formal do príncipe, durante a sua infância. Apelidada por Dadama pelo jovem futuro monarca, a Condessa exerceu uma significativa influência sobre o infante, que, àquela altura, com seis anos de idade, se encontrava órfão de mãe e sem poder contar com a presença do pai, considerando o retorno de D. Pedro I para Portugal, em 1831. A dedicação esmerada de Dadama a educação do príncipe resultou na produção do *Pequeno Catecismo Histórico*, em 1830,

que serviu como base para o estudo dos dogmas da religião cristã, que eram tidos como essenciais para a formação dos valores morais e virtudes desejáveis a um imperador. O livro dava ênfase à piedade, justiça e caridade como pontos principais na criação de um bom homem, e portanto, de um bom rei (CUNHA, 2021, p.35).

A obra, que tinha por objetivo ensinar a história da religião cristã (atentar para o “histórico” embutido no título), foi publicada em 1830, pela tipografia Seignot-Plancher. De acordo com Cunha (2021), Émile Seignot-Plancher foi um famoso tipógrafo parisiense, que chegara ao Brasil em 1824, instalando a sua tipografia no Rio de Janeiro; mantinha laços de amizade com Pedro I e, em função disto, o seu prelo esteve a serviço da casa imperial, durante as décadas de 1820 e 1830. Apesar de inicialmente voltada para a educação do infante Pedro II, o catecismo de Mariana Verna entrou no circuito mais amplo da instrução,²⁹⁶ sendo anunciado pelo *Jornal do Comércio* (RJ), entre os anos de 1830 a 1834 e vendido a 480 réis na casa tipográfica que gestou o livro.

²⁹⁶ Primeiro anúncio do livro, em 1830 (*Jornal do Commercio*, ed. 96). O livro foi também vendido, com o preço médio de 400 a 480 réis, para o público mais amplo – anunciado pelo *Jornal do Comércio* (RJ), anos seguintes após ser publicado, em 1830, conforme indicam os anúncios de 1833 e 1834, respectivamente (*Jornal do Commercio*, 1833, ed. 266 e *Jornal do Commercio*, 1834, ed. 9). Cabe assinalar que o pequeno manual integrava o rol das obras educativas, vendidas pela casa Segnot Plancher, proprietários do *Jornal do Comércio* (RJ). Dadama, apesar de não ser uma nacional, estava plenamente integrada à sociedade da corte imperial carioca. Ela migrou para o Brasil em definitivo na década de 1810, vindo a falecer de cólera, no Rio de Janeiro, em 1855.

A circulação deste impresso, para públicos maiores, arrolado para venda como um “livro de educação²⁹⁷,” mesmo que ainda restrito à Corte, estabelece relações diretas com o projeto de instrução moral dos súditos nacionais, a partir da divulgação e comercialização do suporte religioso do qual o futuro monarca havia aprendido as suas primeiras lições de doutrina cristã. Abaixo, duas imagens: a primeira, uma nota de divulgação e venda do livro no *Jornal do Comércio* (1830, ed. 96), e, a segunda, uma imagem da capa do Pequeno Catecismo Histórico:



Jornal do Comércio (RJ), 1830, ed. 96.

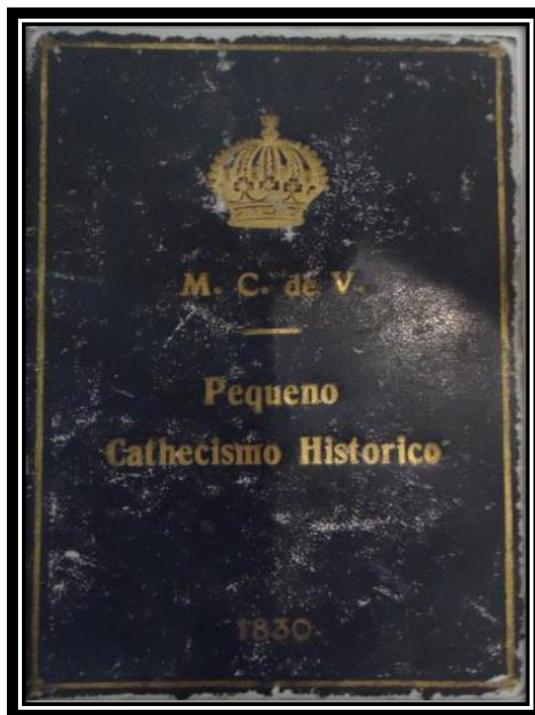
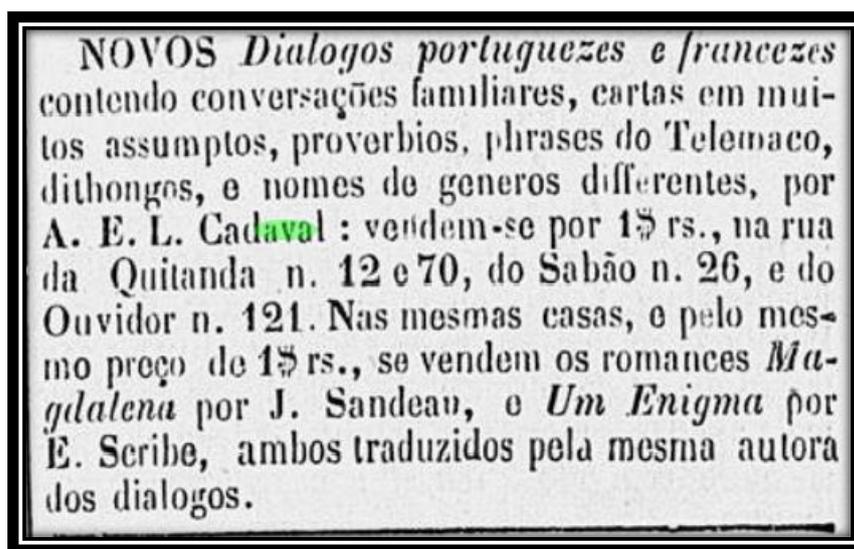


Fig (24). Capa do Pequeno Catecismo Histórico (1830), com as iniciais de Mariana Carlota de Verna CUNHA (2021).

²⁹⁷ Jornal do Commercio, 1830, ed.226.

Na década seguinte, em 1840 e ainda partindo da Corte Imperial, uma outra incursão feminina ao campo do publicismo didático se deu através da professora gaúcha Anna Euquéria Lopes Cadaval (1810-1868), publicando, em 1849,²⁹⁸ o livro *Novos Diálogos portuguezes e francezes contendo conversações familiares, cartas em muitos assumptos, proverbios, phrases do Telemaco, dithongos, e nomes de generos diferentes*. No anúncio abaixo vemos que Anna Euquéria assina a obra com as iniciais de seu nome, A. E. L. Cadaval. Apesar do uso da sigla, sabemos que o livro - provavelmente bilingue, voltado para o aprendizado do francês se trata de sua produção, pois, na sequência, Anna Euquéria também anuncia a venda de dois livros que ela traduzira do francês para o português – *Magdalena*, de J. Sandeau e *Um Enigma*, de E. Scribe – e os destaca deste modo, ao final do pequeno reclame: “ambos traduzidos pela **autora** dos diálogos (grifo nosso)”. Consta também que a escritora também traduziu *A educação das meninas*, de Fénelon, em 1862.



Correio Mercantil (RJ), 1850, ed. 190.

Sobre Anna Euquéria Lopes Cadaval, sabemos muito pouco a respeito dela, que, além de autora de livros escolares e tradutora, foi também professora particular, atendendo a meninas a partir de sua casa, constituindo, assim, uma pequena escola doméstica. Consta também que ela foi regente de uma casa de órfãs, situada no Rio de Janeiro. Acerca do seu meio familiar, ela foi a irmã mais velha de Anna Euquéria Lopes Alvares, mestra pública de primeiras letras que cuidou pessoalmente da educação da órfã Maria Guilhermina de Azambuja Neves – que, mais tarde, se tornaria, igualmente, uma destacada professora

²⁹⁸ Anúncio de 1849, no Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal (ed.247).

primária na Corte Imperial como também uma prolífica autora de obras didáticas. Todas elas, possuíam em comum o fato de serem mulheres gaúchas que migraram para o Rio de Janeiro, buscando a inserção no universo do trabalho através do exercício do magistério e produzindo obras didáticas, indicando que a transmissão familiar da docência se dava para além do ofício de ensinar e poderia se espalhar para outras atividades intelectuais, como a escrita de livros escolares. O exame das relações das vidas destas três mulheres professoras, autoras e diretoras, cujas trajetórias estão entrelaçadas e que se iniciam na província gaúcha e “terminam” na Corte carioca, ainda está para ser analisado.

Merece destaque também, sobretudo nas décadas de 1840 e 1850, o publicismo didático de Nísia Floresta, com a obra *Conselhos a Minha Filha* (1842), que foi adotado, na década seguinte, como livro de leitura em escolas italianas (TAMBARA, 2003). Destacamos ainda de sua lavra, o texto *Discurso que às suas Educandas Dirigiu Nísia Floresta Brasileira Augusta*, publicado em 1847. Fora isto, os livros de Nísia Floresta, ainda que boa parte deles reflitam sobre educação, patriotismo e condição feminina, vale destacar que tais obras não circularam socialmente com a *função* de um livro didático, a exemplo daqueles que eram adotados pelas províncias para as escolares elementares e secundárias do Império.

No cenário da instrução nacional, a segunda metade do século XIX presenciou a constituição de cada vez mais professoras se convertendo também em autoras de manuais didáticos. São vários os fatores que concorrem para a emergência desse fenômeno, e, dentre eles, podemos destacar: o interesse das editoras na possível lucratividade do manual didático e a autoridade pedagógica das docentes, que as colocava em posição privilegiada para interpelarem à infância e à mocidade por meio das suas produções:

Nesse momento, a atuação docente, a experiência pedagógica, o conhecimento sobre a realidade cotidiana das escolas, e dos alunos, passaram a ser valorizados como credenciais importantes para a criação de textos, livros e outros materiais destinados às escolas. A produção de textos escolares pelos professores primários e secundários foi, então, cada vez mais incentivada pelos poderes públicos e pelo mercado editorial em franca expansão (TEIXEIRA, 2010, p. 87).

As obras escolares que passavam pelo crivo das inspetorias e conselhos de instrução, poderiam ser adotadas para uso nas escolas; além disto, as províncias, não raro, a partir da década de 1850, atribuíam premiações pecuniárias àqueles e aquelas que tivessem a prerrogativa de verem os seus manuais didáticos adotados – o que certamente, servia de incentivo material, paralelo ao fato de o autor/autora conseguir obter o destaque na cena educativa e intelectual dos seus respectivos contextos e ambiências. Ainda segundo Teixeira (2010), que analisou o cenário da Corte carioca na segunda metade do século XIX, a presença

das autoras de manuais e compêndios didáticos estavam também relacionados a um duplo fenômeno do magistério: algumas dessas profissionais, além de professoras e de publicarem livros voltados ao ensino, também fundaram colégios femininos, como se pode depreender da tabela abaixo:

Lista de professoras-autoras de obras didáticas e diretoras de colégios femininos situados na Corte Imperial

Edeiges Raetz de Schreiner	Publicou <i>Idéia sobre a instrução primária no Brasil</i> (1883).
Elisa Diniz Machado Coelho	Uma das fundadoras do colégio Santa Isabel, RJ. Autora de romances-folhetins.
Francisca Senhorinha da Motta Diniz	Fundou e dirigiu com as filhas o colégio Santa Isabel, e o jornal <i>O Sexo Feminino</i> (1873).
Gabriela de Jesus Ferreira França	Escreveu <i>Contos brasileiros</i> (1881), adotado nas escolas públicas primárias.
Luísa Carolina de Araújo Lopes.	Diretora do Colégio Santa Luzia, para educação de meninas, no RJ. Produziu <i>Lições de geografia particular do Brasil</i> (1877).
Maria Guilhermina Loureiro de Andrade ¹	Natural de MG, fundou um colégio para meninas no RJ. Produziu <i>Resumo da História do Brasil para uso das escolas primárias</i> , Boston, 1888; e alguns livros de leitura para o ensino primário.
Maria Jose de Andrade	Dirigiu um colégio de meninas no RJ.
Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885) ²	Foi educadora de meninas no Brasil e em Portugal. Escreveu <i>Direitos das mulheres e injustiça dos homens</i> (1832); <i>Conselhos à minha filha</i> (1842), <i>A mulher</i> (1859); <i>Opúsculo humanitário</i> (1853).
Teresa Pizarro Filha	Fundou no Rio de Janeiro o Colégio Santa Teresa.

Tabela (16). Fonte: SILVA, 2007 *apud* TEIXEIRA, 2010.

No estudo de Teixeira (2010), para o ano de 1877, também foram apontados dois outros nomes femininos que produziram livros escolares: Maria Guilhermina de Azambuja Neves (*Entretenimento sobre os deveres da civilidade*) e Luiza Emília da Silva Aquino (*Rudimentos de Aritmética sobre os números inteiros*). E, igualmente destacamos, ainda partindo da Corte, os nomes das irmãs Adelina Lopes Vieira e Júlia Lopes (*Contos Infantis*, 1886), de Gabriela de Jesus França (*O livro de Antônio*, 1881), de Corina Coaracy, que em 1887, publicou o livro *Selection of choice passage from Longfellow and Macaullay*, 1887, obra que foi adotada “para exames de inglês na instrução pública e livro obrigatório na Escola Naval” (BERNARDES, 1989, p.193).

Pelo breve levantamento que aqui trouxemos, é inegável a centralidade do Rio de Janeiro na produção didática de autoria feminina desenvolvida durante a segunda metade do século XIX, considerando que, além de ser a sede de governo e lócus irradiador das políticas

de instrução para as demais capitais do Império, também concentrava em seu espaço um número considerável de tipografias, o que tornava mais intenso o mercado e o circuito do livro escolar, com obras frequentemente adotadas em outras províncias. Dito isto, também cabe apontar que, inicialmente, nem todas as províncias possuíam tipografias – as primeiras²⁹⁹ estavam situadas em São Paulo, Minas Gerais Pernambuco, Salvador, Grão-Pará e Maranhão (HALLEWELL, 2005). Tal quadro numericamente deficitário em relação ao conjunto territorial do Império, provavelmente dificultou, para aquelas mestras situadas em locais com ausência de parques tipográficos, o processo de tornar o manuscrito didático de autoria feminina em um compêndio escolar.

Apesar de saírem majoritariamente dos prelos do Rio de Janeiro, as mulheres professoras também publicaram obras didáticas em outras províncias situadas fora da Corte carioca. No Maranhão, conforme já abordamos, a existência de prelos modernos ao longo do século XIX, possibilitou a produção de impressos variados, como jornais, almanaques e manuais didáticos. Além da publicação do *Resumo da História do Brasil*, em 1868, de Herculana Vieira, merece destaque também o *Livro de Nina*, publicado em 1883 e de autoria da professora primária Eponina de Oliveira Condurú Serra, que viu o seu livro de leitura ser autorizado oficialmente para uso escolar na província vizinha, do Pará.

Na Bahia, uma obra traduzida por Maria Francisca Pedreira Ferreira, *Deveres dos Meninos*, foi adotada, em 1873, pelas escolas públicas baianas – e, algumas décadas depois, Amélia Rodrigues publicaria, em 1898, a obra *Mestra e Mãe*, igualmente aprovada para o ensino nas escolas da Bahia. No Rio Grande do Norte, a prolífica escritora e professora Isabel Gondim publicava *Reflexões às minhas alunas*, em 1874 – obra também autorizada pelo Conselho da Instrução Pública daquela província. Vale destacar que as duas primeiras edições do livro (1874 e 1879) foram impressas no Rio de Janeiro, mas a terceira edição, de 1910, saiu da própria cidade de Natal (MORAIS, 2008). Em São Paulo, a professora Zalina Rolim trazia para a apreciação do público a obra *Livro das Crianças*, editado em 1897 e distribuído nas escolas primárias paulistas. Os exemplos são muitos. O quadro apresentado aqui é incompleto, mas aponta para as significativas e multifacetadas atuações femininas na seara didática oitocentista, como autoras e tradutoras, no entanto,

(...) muitas questões se encontram em aberto. Vistos como “ninharias culturais”, essa produção didática produzida por mulheres mostra-se bastante heterogênea e merece ser melhor escrutinada como potenciais documentos epistemológicos vistos em suas historicidades e contingências (MELO, 2020, p.168).

²⁹⁹ Instaladas ainda entre as décadas de 1820 a 1830 (HALLEWELL, 2005)

De todo modo, as autoras e livros citados aqui demonstram o quanto as mulheres professoras, no contexto oitocentista, operaram estrategicamente na fronteira entre os saberes escolares e disciplinares, publicando obras diversas as quais versavam sobre matemática, civilidades e deveres morais, línguas estrangeiras, catecismos religiosos, livros de leitura, de geografia e de história (MONICAT, 2019). E sobre essa última disciplina, a de história, o qual nos desperta especial interesse, considerando as complexas relações existentes entre a atividade intelectual feminina e a produção do conhecimento histórico, dela nos ocuparemos no tópico seguinte.

3.2.1 Vozes historiadoras no magistério oitocentista – entre a escrita da história e a tradução: os casos de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade e Maria Emília Leal

Sem sombra de dúvidas, o magistério se tornou o lócus privilegiado para que as mulheres pudessem se fazer historiadoras ao longo do século XIX, seja como professoras, autoras e tradutoras ou até mesmo atuando em todas as funções citadas. Apesar de ser Herculana Vieira o objeto de nosso maior interesse, é importante apontar a existência de outras iniciativas relacionadas a produção feminina de obras históricas e de cunho didático. Nesse sentido, despontam os nomes das professoras primárias Maria Guilhermina Loureiro de Andrade e Maria Emília Leal, que, na última década do Império – 1880 – precisamente vinte anos após o empreendimento de Herculana, com seu *Resumo da História do Brasil* (1868), trouxeram à lume obras escolares, seja por via da produção autoral, seja por via da tradução, que nos fazem refletir acerca do envolvimento da pena feminina com as possibilidades de interpretação e construção do conhecimento histórico no século XIX, no Brasil. Assim, apontamos a existência de dois manuais didáticos que se mostram bastante significativos das atuações feminina nos oitocentos: em 1888, Maria G. Loureiro de Andrade publica o *Resumo da História do Brasil* e em 1889, Maria Emília Leal traduz o *Rudimentos de História Universal*. Dito isto, abordaremos ligeiramente alguns aspectos relacionados a essas duas importantes iniciativas que partiram de professoras situadas no espaço da instrução ao sul do país.

Vimos acima que o publicismo feminino no campo didático foi diverso, o que indica uma participação ativa das mulheres de letras, que na condição de professoras, se inseriram no universo letrado sendo mais do que leitoras ou intermediárias culturais das obras escolares adotadas; ao produzirem livros didáticos e exerceram as suas vozes historiadoras a partir do magistério, elas se inseriam também nas relações epistêmicas envoltas na constituição das

disciplinas escolares, construíam diálogos e mediações com os currículos oficiais, disputavam o concorrido mercado da instrução e contribuíam para consolidar os seus nomes no respeitado rol de mestres autores de livros, manuais e compêndios didáticos (BITTENCOURT, 2008).

Tais iniciativas, estavam ligadas fundamentalmente à “vontade de forjar uma consciência histórica nacional” (BRUTER, 2006, p.241) ao público escolar, que se ampliava à medida que mais escolas primárias eram instituídas, por todo o território imperial. Esse ímpeto da promoção da consciência nacional a partir do estudo da história, associado ao projeto de dever cívico estavam na ordem do dia e certamente perpassavam as intenções das mulheres professoras ao se aventurarem pelo ensino e escrita da história junto ao público escolar. Ainda que a História do Brasil e a História Universal fossem disciplinas lecionadas nos últimos anos da escola primária, e, ao que sabemos, menos mulheres atuavam nesses anos finais, tanto como alunas quanto professoras; em que pese a desigualdade sexual de atuações docentes à medida que os níveis de ensino avançavam, algumas delas se destacaram lecionando história. E, temos notícia de uma destas docentes, a mestra Palmyra Rodrigues de Cerqueira Leite (1847-1912), que atuou, na província de São Paulo, entre os anos de 1872 a 1873, como professora de História na Escola Americana – instituição de ensino que foi o embrião do atual Mackenzie. Tal estabelecimento educativo, de orientação religiosa protestante presbiteriana, contava, para a sua escola primária,³⁰⁰ com um corpo docente majoritariamente feminino:

(...) A professora Miss Mary Parker Dascomb era diretora interna, e era auxiliada pela professora Palmira Rodrigues, que logo passou a ser auxiliada pela professora Adelaide Luiza Molina. A senhora Mary Annesley Chamberlain preferiu o magistério ao invés de participar da diretoria. Tinha como corpo docente a professora Miss Mary Parker Dascomb, matemática; Mary Annesley Chamberlain, música e Francês; Miss Harriet Greenman, Inglês, Caligrafia e Conhecimentos Gerais; professor Júlio Ribeiro, Português; **Professora Palmira Rodrigues, História**; e professora Adelaide Molina, Geografia (OLIVEIRA, 2020, p.52).

Chama atenção que a mestra lecionava exclusivamente a disciplina de História, em uma clara oposição à professora generalista, isto é, aquela que ensina todas as disciplinas da escola primária. Ao que as fontes indicam, Palmyra abandonou o magistério na Escola Americana depois que se casou, rumando da capital São Paulo para a vila de Sorocaba e, desta vez, assumindo a função de diretora na escola fundada por ela naquela localidade, ensinando “Latim, Francês, Inglês, Geografia e Primeiras Letras para crianças da elite sorocabana” (CUNHA, 2017, p.293). No curto período em que a mestra atuou lecionando

³⁰⁰ Há a informação que este grupo de mulheres docentes também atuavam na alfabetização de adultos (OLIVEIRA, 2020).

História, nos perguntamos: quais conteúdos ela mobilizava ao ensinar? Quais livros eram consultados para preparar as suas aulas? Quais ideias sobre o tempo e o processo histórico tinham essas mulheres professoras do século XIX? Talvez um estudo mais pormenorizado acerca das práticas docentes desenvolvidas por Palmyra Cerqueira possam elucidar tais questões. Embora não possuímos indícios para indagar acerca dos apontamentos levantados, sabemos que interpretar o passado, ainda que no contexto da sala de aula, não deixava de ser também um exercício de poder restrito à poucos agentes sociais – menos ainda se formos considerar a presença feminina vocalizando tais protagonismos na cena didática.

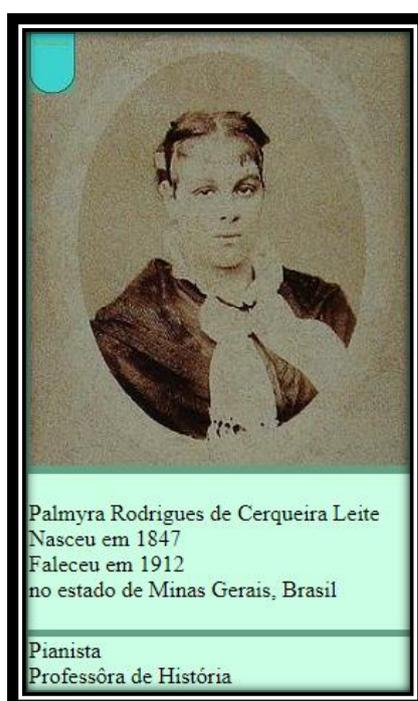
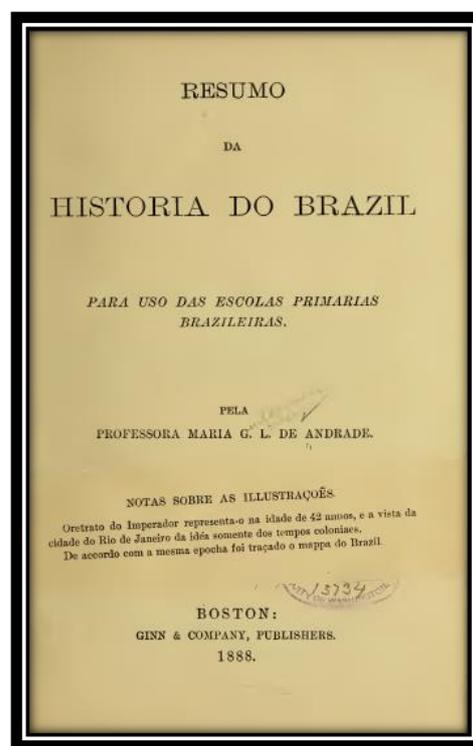


Fig. (25). Fonte: <http://www.decerqueiraluz.eng.br/casal%20ant%C3%B4nio%20e%20palmyra.htm>.

Como afirmamos anteriormente nas últimas décadas monárquicas, outras historiadoras surgiam, para além de Herculana Vieira. Deste modo, diversos registros da atuação feminina, estavam emergindo no cenário editorial de livros escolares, em que professoras se tornavam também, autoras de obras adotadas pelos conselhos da instrução de suas províncias. Apesar do ramo editorial ser predominantemente masculino, é possível perceber o razoável aumento do número de mulheres autoras de obras didáticas, sobretudo, a partir da segunda metade do século XIX (TEIXEIRA, 2010). Nesse contexto, desponta o nome da professora mineira Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (1842-1929), que foi uma intelectual ativa no debate educacional travado nas cidades que trabalhou durante a sua trajetória profissional, a saber: Vassouras, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. A mestra Maria Guilhermina, além de

professora e autora de obras didáticas, também foi diretora de colégios, formadora de professoras, tradutora, viajante³⁰¹ e teve uma profunda inserção no ideário religioso e pedagógico disseminado pelas missões presbiterianas norte-americanas que aportaram no Brasil na segunda metade do dezenove (CHAMON, 2008; MONÇÃO, 2018).

Intelectual afeita às questões pedagógicas do seu tempo e pioneira da instalação dos *kindergaarten* (jardins de infância) no país, a professora publica em 1888 um livro didático alcunhado por *Resumo da História do Brasil*,³⁰² manual este que foi relativamente longo e contou com mais duas edições, a segunda em 1894 e a terceira, em 1928. A narrativa construída pela autora, cujo objetivo era ensinar a história nacional na escola primária e formar a mocidade brasileira para os alunos e as alunas presente nos bancos escolares, cumpria finalidades ligadas ao patriotismo, ao civismo e à ordem como pilares fundamentais da história da formação do povo brasileiro. A obra da professora Maria Guilhermina, portava, com efeito, uma operação historiográfica pautada na *pedagogia da nação* (GASPARELLO, 2004) – e abria o seu manual didático com uma imagem do então imperador, D. Pedro II:



1ª edição do compêndio *Resumo da História do Brasil* (1888), de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade.

³⁰¹ Maria Guilhermina esteve nos EUA durante os anos de 1883 a 1887, realizando viagens de estudos e formação pedagógica (MONÇÃO, 2018).

³⁰² A editora da primeira edição foi a tipografia norte-americana situada em Boston, Gynn e Company. Segundo Monção (2018), todas as edições foram produzidas pela editora estadunidense.

(...) Segundo Venâncio Filho, João Ribeiro teria até mesmo transcrito um longo trecho do livro de Maria Guilhermina no seu próprio compêndio de história do Brasil. Centrado na história política, com uma narrativa linear e cronológica dos acontecimentos e tendo por objetivo, segundo Guilhermina, “despertar nos corações dos meninos brasileiros o interesse e o amor pelas coisas pátrias”, seu livro apresentava uma linguagem fácil e à altura da compreensão das crianças, sendo composto por lições seguidas de um questionário sobre o tema estudado, explorando também poesias, como as de Gonçalves Dias, além de mapas, retratos de personalidades e ilustração de cenas históricas (CHAMON, 2008, p.150).

Avançando em um breve e abrangente olhar acerca da voz historiadora da autora deste *Resumo da História do Brasil*, Schueler & Chamon (2010) pontuavam que, na segunda metade do XIX, o IHGB era constantemente convocado para atuar nos pareceres favoráveis (ou não) dos compêndios de história pátria da escola primária, sobretudo aqueles adotados nas escolas da Corte – e aqui, mais um forte indício do diálogo estabelecido entre a ilustrada instituição e os propósitos dos professores e professoras autores de obras históricas voltadas ao escolares. A presença do IHGB na produção e ensino da história brasileira demarca uma relação de reciprocidade intelectual, na medida em que professores-autores integraram os quadros desta academia, quanto produziam modelos que serviriam como exemplos na interpretação e produção da história escolar difundida no país:

Nesse sentido, esse movimento realizado por Maria Guilhermina nas últimas décadas do século XIX, em direção à produção de uma literatura didática a ser utilizada no ensino primário de história revela um movimento lento no qual os professores procuravam fazer da escrita um elemento da prática docente. Mas revela também uma produção feminina que se insinuava num campo ainda majoritariamente dominado pelos homens (SCHUELER & CHAMON, 2010, p.25).

Neste ponto aqui abordado, a hierarquia de gênero atua de forma explícita; enquanto aos professores havia a possibilidade de serem membros do Instituto, às mulheres docentes, vetadas desta possibilidade, pelo menos até meados a primeira metade do século XX, poderiam até produzir livros de história – e mesmo seguindo as prerrogativas postas pelo IHGB, adequando conteúdos e métodos, tendo suas obras adotadas pelos conselhos de instrução de suas províncias e colégios particulares, elas ficariam do lado de fora da Academia, estabelecendo uma relação marcada pela desigualdade acadêmica e por um status menor na configuração intelectual em torno de seus nomes, até mesmo nos domínios da memória dos intelectuais da educação. O mesmo fenômeno observado na trajetória de Herculana Vieira, em 1868, vinte anos depois, em 1888, também ocorria com a mestra Maria Guilhermina:

A trajetória de Maria Guilhermina, assim como a de outras professoras, nos permite perceber um movimento de mulheres – a maioria delas esquecidas e de memórias irremediavelmente perdidas – não só para conquistar o magistério primário, mas

também para alargar a inserção feminina no campo educacional e no espaço público (SCHUELER & CHAMON, 2010, p.26).

E acerca de suas aventuras didáticas, para escrever a obra, Guilhermina afirmava ter seguido o método de seu professor, G.W. Pockels,³⁰³ e, ao que tudo indica, se tratava de um estrangeiro que atuava como professor de história na Corte, com atuação destacada em colégios particulares entre as décadas de 1860 a 1870 (CHAMON, 2005). Além disto, ela própria possuía experiência com a disciplina, pois a ministrava em seu estabelecimento de ensino, o Externato Andrade, situado na capital do Império, reunindo, portanto, “a prática docente e a escrita de manuais didáticos (SCHUELER & CHAMON, 2010, p.26) – em uma relação de reciprocidade que legitimava a função autoral voltada para a produção de livros escolares. Abaixo segue um anúncio do colégio de Maria Guilhermina; no rol de disciplinas ofertadas, é possível aferir que constavam no currículo escolar, além da História do Brasil, a História Sagrada e a História Universal:

Isto é, Maria Guilhermina falava de um lugar social multifacetado, que, de algum modo a incentivou, dentre outros empreendimentos, a escrever sobre história pátria. A mestra possuía uma escrita polígrafa e prolífica; foi tradutora, autora de hinários religiosos, parecerista de reformas educacionais e autora de obras didáticas e pedagógicas. Desta forma, portava um projeto de educação verdadeiramente amplo, que abrangia desde a instalação de jardins de infância à formação de professoras. Uma educadora e intelectual que vivenciou intensamente a experiência profissional entre os ramos particular e público da instrução e, por sua larga atuação e reconhecida competência, fora convidada a participar de duas reformas da educação, ambas no período republicano – uma em São Paulo, em 1890 e outra em Minas Gerais, em 1906 (CHAMON, 2005).

³⁰³ Sobre este professor estrangeiro, escreveu Monção (2020, p.39): “posteriormente, inspirada no livro didático de história estadunidense escrito por G. W. Pockels, escreveu o Resumo da História do Brasil para o uso das escolas primárias. (...) Embora os estudos históricos sobre a temática já publicados não tenham localizado o livro original escrito por Pockels, o nome dessa personagem figura na lista dos professores do Externato Jasper, situado na cidade do Rio de Janeiro, em um dos anúncios do jornal O Globo, em 1875. Pockels preenche a categoria de professor de alemão do referido externato, que estava localizado na rua do Hospício, n. 99, região central da Corte. Seu nome também figura em outros anúncios de escolas particulares nos periódicos cariocas a partir da década de 1870 e no ‘Relatório do Estado da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte’ no mesmo período. Residentes na mesma cidade e no mesmo período, é possível que supor que ambos tenham tido contato e estabelecido parcerias profissionais”.

EXTERNATO ANDRADE
KINDERGARTEN — JARDIM DE INFANCIA
 PARA CRIANÇAS DE 3 A 7 ANOS
METHODOS FRÆBELIANOS

Instrução primaria e secundaria para meninos e meninas de 7 a 14 annos. Cursos completos de portuguez, litteratura, francez, inglez, historia universal, historia do Brazil, historia sagrada, geographia, arithmetica, geometria, zoologia, botanica, mineralogia, physica, chimica, hygiene, religião, moral, musica vocal e instrumental, desenho, trabalhos manuaes, trabalhos de agulha, jogos, gymnastica e exercicios ao ar livre.
 O ensino é dado segundo os principios essenciaes e as regras geraes que servem de base psychologica à pedagogia de Pestalozzi.

Directora — **Maria Guilhermina Loureiro de Andrade.**
 Vice-Directora — **Amelia Loureiro de Andrade.**

6 Rua Conselheiro Bento Lisboa 6
CATETE

Fonte: Almanack Laemmert, Administrativo, Mercantil, Industrial (RJ), 1903, ed.60.

Ao escrever o seu manual didático, *Resumo da História do Brasil*, e tendo sido o seu livro aprovado para uso das escolas primárias da Corte e adotado por colégios protestantes de São Paulo, (SCHUELER & CHAMON, 2010), Guilhermina demonstrava estar a par das regras da escritura histórica de seu tempo, condição esta considerada indispensável para as mulheres que ambicionavam produzir conhecimentos históricos (DAVIS, 2006). Paralelo às aulas que ministrava e ao conhecimento que detinha acerca dos textos históricos, a mestra possuía também o interesse pelo mundo da política e do colecionismo. Afirmamos isto tendo por base duas notícias encontradas nos jornais, reveladoras de faces de uma personalidade curiosa e intelectualmente engajada em questões de seu próprio tempo; mas não só isso – a professora demonstrava o duplo interesse em participar dos rumos da política nacional, quanto de ser praticante do colecionismo – o que não deixa de ser um outro modo, para além da escrita, de construir memórias e discursos acerca do passado (CALDEIRA, 2017). Dito isto, em 1894, o jornal carioca *O Tempo* agradecia à professora pela visita feita a redação e a exortava como uma “educadora republicana e florianista convicta”, que ficara satisfeita com o impresso pela forma como seus jornalistas e colaboradores combatiam a monarquia, como podemos apreender abaixo:

Muito nos penhorou, ante-hontem, a visita gentilissima da Exma. Sra. D. Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, directora do excellente «Externato Andrade». A illustrada educadora, republicana e florianista convicta, deus nos parabens pelo modo brilhante com que nos batemos contra a revolta monarchica.

Fonte: O Tempo, 1894, ed.1103.

A sua faceta colecionista fica nítida no registro interno divulgado pelos Anais da Biblioteca Nacional³⁰⁴, no ano de 1899 – em que doa para a Biblioteca um peso mexicano de prata, do Imperador Maximiliano; trata-se de uma moeda do ano de 1866, pertencente do acervo de Maria Guilhermina, o que sugere que a mestra desenvolvia práticas de um colecionismo possível a uma educadora de rendimentos modestos. O desejo de contribuir para o enriquecimento do acervo da Biblioteca Nacional também está relacionada a uma espécie de tarefa cívica quanto apontam para uma relação social inscrita nos objetos a que se atribuíam certos valores históricos:

POR DOAÇÃO :
Um *peso mexicano* (de prata), Imperador Maximiliano, 1866.
Doado por D. Maria Guilhermina Loureiro de Andrade;

Anais da Biblioteca Nacional, 1899, ed.21

O colecionismo estava bastante em voga no final do XIX, o que arregimentava também mulheres interessadas na prática, ainda que fossem uma minoria neste restrito universo; assim, vale destacar que “o colecionismo ilustrado é produto de um universo letrado da elite, da burguesia e da classe média e também é uma prática social marcada por relações de gênero” (OLIVEIRA, 2018, p.15). Nesse sentido, a Viscondessa de Cavalcanti, se constitui como uma significativa representante³⁰⁵ e figura exemplar do colecionismo feminino do

³⁰⁴ Anais da Biblioteca Nacional, 1899, ed. 21.

³⁰⁵ Sobre isto, uma outra mulher colecionista se destacou no Catálogo da Exposição da História do Brasil, de 1881: D. Joanna T. de Carvalho, aparece como expositora de uma razoável quantidade de manuscritos, livros e documentos históricos de seu acervo, referentes aos períodos colonial e imperial. No catálogo, ainda avulta o

período oitocentista, considerando que chegou a publicar, em 1899, um livro a respeito de suas pesquisas em numismática, o *Catálogo das Medalhas Brasileiras e Estrangeiras referentes ao Brasil*.

No mais, a experiência de ser uma viajante-estudante nos Estados Unidos, entre os anos de 1883 a 1887, pode ter despertado ainda mais em Guilhermina o gosto e o interesse por outras culturas, assim como pode ter lhe possibilitado, acessar acervos bibliográficos mais amplos, inserindo-a em cenários intelectualmente estimulantes:

(...) no século XIX, a viagem por prazer, "de turismo", ganhava espaço em virtude de uma série de transformações tecnológicas nos transportes marítimos e da presença crescente de um grupo de pessoas que possuíam renda suficiente para empreender tais aventuras. Consagravam-se determinados tours pela Europa, com a eleição de lugares "históricos", "sagrados ou "sublimes" a serem visitados com curiosidade e com o devido respeito (PRADO, 2007, p.18).

E aqui, duas observações: a viagem poderia possuir outros destinos que não a Europa e nem sempre era destinada exclusivamente ao turismo, considerando que Guilhermina rumara aos Estados Unidos para estudar a pedagogia froebeliana – algo que não destoava dos propósitos de alargamento cultural que a experiência de residir em outro país proporciona, assim como intercâmbio de ideias pertinentes a tais empreendimentos. Portanto, examinar a atuação historiadora da mestra mineira significa compreender que o seu lugar social possuiu atravessamentos de uma mulher republicana, presbiteriana, viajante, colecionista, entusiasta da educação feminina e das modernas ciências pedagógicas existentes em seu contexto educativo.

Em um período em que a viagem acrescentava experiência ao olhar daquele e daquela que escrevia sobre as sociedades e sua história, a dimensão viajante certamente alimentou a consciência histórica da professora, considerando que escreveu o *Resumo da História do Brasil*, durante o período em que residira nos Estados Unidos. O livro “foi desenvolvido com base nas referências estadunidenses que ela teve contato durante sua estada de formação nos Estados Unidos” (MONÇÃO, 2018, p.170). Ao retornar ao país natal, a mestra demonstrava que continuava interessada na política desenvolvida no Brasil, sobretudo, após o ocaso monárquico, esboçando práticas públicas de um civismo republicano. Ainda que vivendo em um tempo histórico que lhe negava, enquanto mulher branca e livre, o acesso ao voto e à uma *cidadania* mais ampla, a professora se inseria no debate político dentro das condições de

nome de outra expositora, D. Antonia R. de Carvalho, dentre outras, indicando uma significativa presença e colaboração feminina nesse circuito letrado. Além de revelar práticas de um colecionismo privado, o qual merece um estudo mais pormenorizado. A julgar pelo mesmo sobrenome, consideramos a possibilidade dessas duas senhoras colecionistas possuírem algum grau de parentesco.

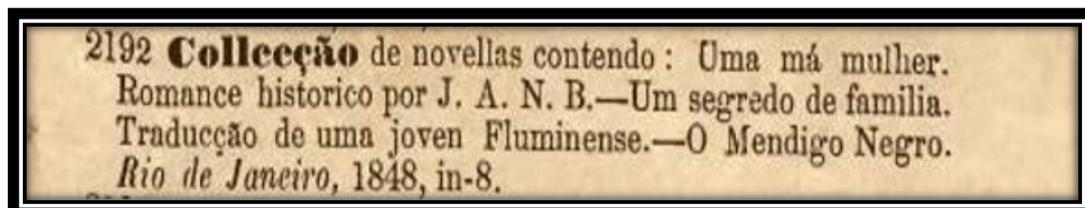
possibilidade abertas às mulheres que exerciam o magistério – o qual, por sua vez, lhe dava espaço e legitimidade para vocalizar as suas preferências e posições partidárias. Desta forma, ao recuperarmos breves aspectos da trajetória intelectual da mestra, trazemos à tona questões que merecem uma reflexão mais acurada e que possam colocar em cena as práticas historiográficas da mestra Guilhermina como problemas pertinentes no contexto da historiografia brasileira.

Não só a historiografia brasileira necessita redimensionar a análise acerca da presença feminina no campo literário oitocentista, mas também ampliar o olhar para incluir aquelas mulheres de letras que se dedicaram à tradução de obras históricas – campo este que diz respeito à história e a historiografia da tradução no país, o que implica em problemas investigativos mais abrangentes (ALENCAR, 2016; SILVA-REIS, FONSECA, SALES, 2021). Dito isto, apontamos que a relação que abarca a produção feminina à escrita da história também passa pelo campo da tradução – voltada tanto para o público escolar como para público mais amplo. E quais mulheres de letras, no século XIX, atuaram na tradução de textos históricos? Mais uma vez, reforçamos o propósito de apontar determinados nomes que emergiram da pesquisa empírica e que, de algum modo, se relacionam com os objetivos deste estudo que é pensar a relação existente entre as mulheres e a produção do conhecimento histórico. Nesse sentido, compreendemos a atividade da tradução como uma criação cultural e que envolve a construção ativa de sentidos, em uma prática mediadora que abarca a leitura, a interpretação, a produção intelectual e o diálogo com distintos repertórios culturais e históricos.

Como afirmamos acima, não intencionamos fazer um levantamento abrangente acerca das mulheres tradutoras das humanidades, mas comentar exemplos que para nós, são bastante ilustrativos das formas diversas assumidas pelo contato que a atividade intelectual feminina manteve com a produção, tradução e divulgação do conhecimento histórico no século XIX. Com isto, o compromisso metodológico é mais qualitativo do que quantitativo, destacando exemplos de mulheres que traduziram textos históricos, e, cujos nomes, ou são totalmente desconhecidos, ou bem pouco examinados pela pesquisa acadêmica.

Nesse sentido, estudo de Alencar (2016) traz importantes contribuições para este debate, visibilizando a atividade feminina no campo da tradução oitocentista. Ao realizar um levantamento em busca por traduções femininas, no Catálogo de Livros da Biblioteca Fluminense (1866), a pesquisadora chamou atenção para a existência de uma tradutora, que, optando por não se identificar, utiliza o pseudônimo “uma joven Fluminense”, cuja obra traduzida foi uma coleção de novelas históricas, publicadas em 1848. Quem poderia ser essa

joven natural do Rio de Janeiro? Sabemos – apenas que “a tradução foi realizada por uma mulher, sem informar exatamente quem” (ALENCAR, 2016, p.64), denotando que o anonimato parecia ser um lugar mais confortável e menos arriscado para encobrir as aventuras de uma mulher publicista da primeira metade do século XIX.



Fonte: ALENCAR (2016).

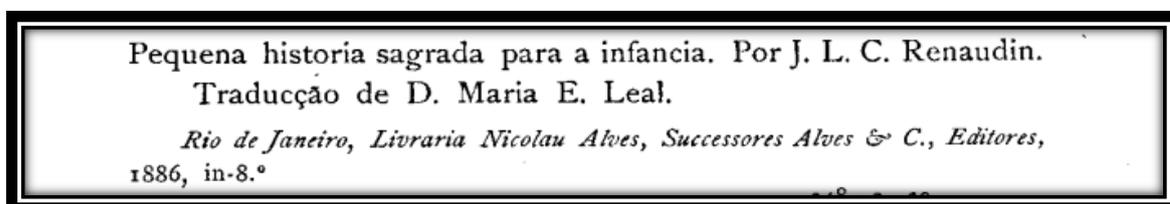
Uma outra grata surpresa foi descobrir a curta e intensa atividade tradutora da jovem carioca Alice Clapp (1863-1886). Na dissertação de Miriam de Oliveira (2021), intitulada *Alice Clapp: a voz feminina no movimento abolicionista do Rio de Janeiro do século XIX (1877-1891)*, a pesquisadora examina a inserção da jovem no circuito abolicionista carioca, tendo destaque ao traduzir, do francês para o português, o *Catecismo do Bom Republicano*, em 1877, quando tinha apenas 14 anos de idade. O livro, o qual expressava “os pontos fundamentais da política republicana” (OLIVEIRA, 2021, p.53), teve uma tiragem de cinco mil exemplares, distribuídos gratuitamente nos espaços abolicionistas, redações de jornais e para demais interessados. A pesquisadora nos revela ainda que o ambicioso projeto – um verdadeiro instrumento pedagógico de educação política - certamente fora financiado pelo pai de Alice, João Clapp, figura bastante conhecida por sua atuação abolicionista, no Rio de Janeiro. Outra informação bastante significativa é que Alice Clapp continuou as suas atividades de tradução, concentrando os seus esforços e estudos em obras históricas e políticas:

(...) na sequência da tradução do Catecismo do Bom Republicano, Alice manteve seu interesse por livros que contivessem algum cunho político. Enquanto publicava o catecismo, Alice terminava outra tradução, *A Suissa Contemporanea*, do historiador inglês William Hepworth Dixon. O interesse por leituras políticas demonstrava o desejo desta jovem em aprofundar sobre temas não muito comuns à realidade na maioria das mulheres fluminenses. Percebe-se a inclinação de Alice em conhecer outros mundos que refletisse exemplo e bons anseios para a sociedade brasileira. O desejo pela política pode refletir o ambiente abolicionista influenciado por seu pai, mas é possível que a dedicação aos estudos a fez desenvolver o lado literário com destaque para ciências humanas (OLIVEIRA, 2021, p.61).

Embora Alice Clapp estivesse trabalhando na tradução da obra histórica *La Suisse Contemporaine* em 1877, mesmo ano em que saiu a sua tradução do *Catecismo do Bom*

Republicano, o seu novo projeto não chegou a ser publicado. O recente trabalho da jovem havia sido enviado para um amigo de seu pai, o senhor Aprígio Guimarães, como também merecera uma nota do jornal carioca *A Pátria*, no ano de 1878, sugerindo que a tradução estava em vias de ser finalizada. Oliveira (2021) cogita que uma das razões para a obra não ter vindo a lume, mesmo estando em grande parte traduzida, se relaciona aos altos valores do empreendimento, pois “os custos para impressão de um livro eram elevados e o livro de Dixon dispunha de mais páginas que o Catecismo, recém-lançado” (OLIVEIRA, 2021, p.62).

Percebemos, portanto, que o texto histórico oitocentista motivava as jovens e mulheres de letras ao empreendimento da tradução, dadas as condições de possibilidade, sempre distintas e variadas, das tradutoras em publicarem e colocarem em circulação os seus bens culturais. Nesse quesito, tem destaque mais um importante nome, desta vez, da professora primária Maria Emília Leal, que, atuando a partir do Rio de Janeiro, desenvolveu uma intensa e bem-sucedida atividade tradutora de obras didáticas voltadas para a história sagrada e a história universal. Em 1886, a mestra Maria Emília foi responsável por traduzir do francês para o português, a obra *Pequena História Sagrada para a infância*, de J.L.C. Renaudin; editado pela Livraria Nicolau Alves, o livro obtivera certa consagração no meio didático, pois fora premiado para a Instrução Elementar (SILVA, 2008):



Anais da Biblioteca Nacional (RJ), 1895.

A segunda obra traduzida por Maria Emília Leal data de 1889; o livro *Rudimentos da História Universal*³⁰⁶ foi também editado na mesma tipografia da obra anterior, que, aliás, era uma editora que dava primazia, em seu catálogo, às obras voltadas ao público escolar. Em termos de conteúdos, o manual estava dividido pelo consagrado modelo quadripartite, que perfazia a “antiguidade, idade média, tempos modernos, tempos contemporâneos” (1889, p.3) e portava, além da própria narrativa histórica, resumos, questionários, reflexões, exercício de

³⁰⁶ Este livro, que estava desaparecido e foi localizado, no decorrer dessa pesquisa, em um sebo. Ele não consta nem na BN e outros pesquisadores também não conseguiram encontrá-lo. Essa “redescoberta” posterior é prova de que talvez outros títulos de autoria feminina, que hoje se encontram perdidos, possam ser localizados em um breve futuro.

redação e dicionário de palavras. O referido compêndio parece apontar outra tradução feita a partir da língua francesa, já que privilegia a história da França em seu sumário.

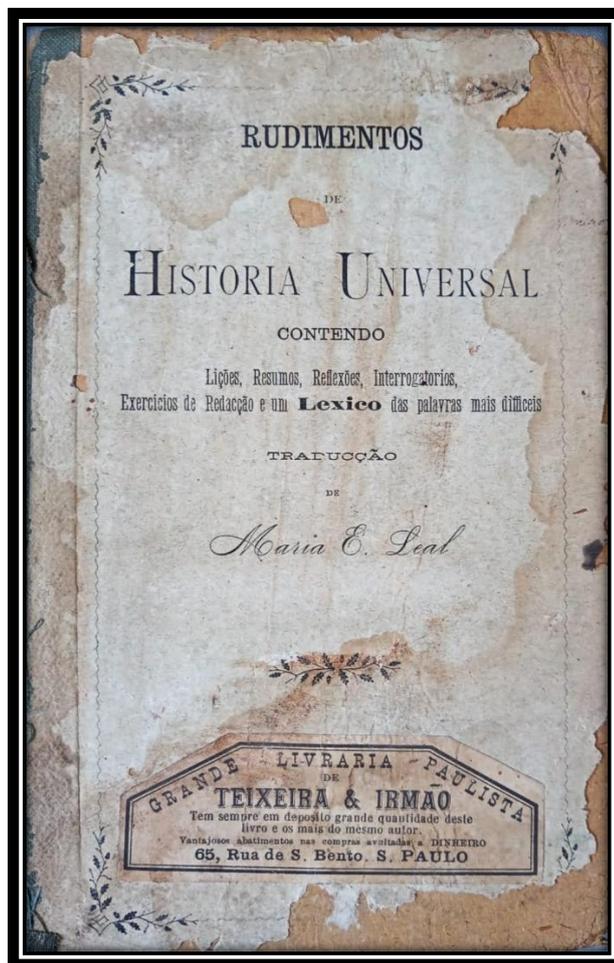


Fig (25). Capa do livro Rudimentos da História Universal, 1889.

Na capa acima, feita em formato IN-8, tem destaque o nome da tradutora, porém, a autoria do livro é ignorada; com isto, alguns mal-entendidos foram gerados, em que se pensava ser a professora primária a autora da obra e não a sua tradutora. E, sendo a autoria omitida – por razões desconhecidas, os únicos louros acabaram sendo devotados à professora. E um exemplo disto está expresso no juízo crítico da obra, publicado no jornal Diário de Notícias (RJ), em 30 de outubro de 1889, em que se pressupunha que o trabalho fora escrito pela *senhora* d. Maria Emília Leal. Mas continua restando a dúvida: qual autor ou autora produziu no original compêndio *Rudimentos da História Universal*?

Pomos attentosamente obsequiados com um pequeno volume cartonado, sob o titulo de *Rudimentos de historia universal*, contendo em suas paginas diversas lições, resumos, reflexões, interrogatorios, exercicios de redacção e um lexico das palavras mais difficeis, conforme o sentido em que são empregadas.

Trabalho escripto por uma senhora, a exma. sra. d. Maria Emilia Leal, julgamol o de grande utilidade para as nossas escolas, pois tambem, como a uma delicadissima e intelligente autora. «julgamos que as noções de historia geral, desde que sejam dadas sobriamente, prestarão grandes servicos aos alumnos, constituindo, ao mesmo tempo, o complemento da educaçõ patriótica, porque é desda a escola que a alma infantil se deya desenvolver para, mais tarde, fazer seus os interesses de sua patria, indagar dos perigos que a ameaçam, quizas as esperanças que lhe são abertas, e de os deveres que lhe são impostos.»

Es-crita a obra em linguagem facil, serém, ao mesmo tempo correcta, torna-se ella uma prova vidente do que vale a mulher brasileira, dignificada como esposa e mãe, ennobrecida quando commorecendo aos prelios da illustraçõ e do talento; evadindo-se um pouco do lar, enfrenta a sociedade, trazendo nas mãos um livro.

A obra foi editada pela herdada e hem conhecida casa dos srs. Alvo & C. que continuamente fornece ás nossas escolas livros de ensino os mais escolhidos e os mais uteis.

Diário de Notícias (RJ), 1899, ed. 1598.

Em 1893, no jornal *A Semana* (ed. 7 e 8), encontramos anúncios do referido livro escolar, que estava sendo vendido por 2 mil réis; o ano do anúncio também nos fornece indícios para pensar que a circulação da obra continuava mesmo após alguns anos de seu lançamento, que ocorrera em meados de 1889.³⁰⁷ De todo modo, o nome de Maria Emília Leal se impõe como uma das precursoras de um empreendimento inédito, que foi estar à frente da tradução de uma obra de história geral para o público escolar de ambos os sexos; denotando, com isto, além da identificação com a disciplina, também o pleno domínio dos seus conteúdos, uma vez que era um campo do saber lecionado por ela. A preferência por historiadores franceses também é uma marca característica da mestra, que vem desde a tradução do seu primeiro livro, o *Pequena História Sagrada à Infância*. Traduzir é também

³⁰⁷ Revista Sul-Americana, 1889, ed. 11.

uma prática na qual se exige a capacidade de contextualização e a fluidez didática do texto deixa transparecer o talento da professora nas lides com a tradução e com a difusão do conhecimento histórico, em que pese a já mencionada dificuldade de grande parte das mulheres de letras, em acessarem fontes e documentos históricos. Como vimos, ao visibilizarmos aspectos da atividade historiadora levado a termo pelas mestras e autoras, é possível pensar elementos que integravam as práticas historiográficas operadas por tais mulheres de letras; isto é, o que acena para interrogações e investigações mais amplas, no contexto da própria historiografia brasileira.

Mas não só isso. Pellegrin (2006) alertava que tais sujeitos, na condição de professoras ou partindo de outros lugares sociais, interpelavam modos criativos e distintos de produção do conhecimento histórico, no contexto de suas singulares e diversas condições de possibilidade. E, para esta pesquisadora, o desconhecimento acerca das trajetórias e as operações historiográficas que essas mulheres intelectuais realizaram, parcializa a percepção do quão diversificado foi o campo historiográfico, nos oitocentos: “ele enviesa e altera para sempre a nossa compreensão das modalidades ideológicas, materiais e afetivas de todo trabalho histórico, assim como obscurece os resultados concretos” (PELLEGRIN, 2006, p.13). Sobre isto, a relação (pouco conhecida) entre as mulheres e a escrita da história, ela conclui que:

Elas deveriam ter ganhado o direito de serem incluídas a integrar a massa de mulheres que são diversificadas, por todo o século e em condições frequentemente difíceis (obrigação do anonimato, recurso ao pseudônimo, acesso irregular as fontes, dificuldades financeiras), de produzir e alavancar – ao lado ou aos lados de confrades onipresentes e sempre célebres – um saber histórico, que nos dias de hoje é pouco conhecido e negligenciado. No entanto, esse esquecimento de possíveis comunidades de mulheres produtoras de história (s) (redes de afinidades intelectuais, laços amorosos de todas as sortes, movimentos militantes), tem além de consequências teóricas não negligenciáveis: ele enviesa e altera para sempre a nossa compreensão das modalidades ideológicas, materiais e afetivas de todo trabalho histórico, assim como obscurece os resultados concretos. Escolhas temáticas, opções metodológicas, formas narrativas, lugares de produção e recepção dependentes em grande parte do pertencimento social (de sexo e de classe) das **adeptas de Clío**, do mesmo modo em que todas também estão inscritas em conjunturas econômicas e políticas mais vastas (PELLEGRIN, 2006, p.13).

Ao evidenciarmos nomes desconhecidos e integrantes de uma historiografia que se produziu de modo marginalizado e apartado do cânone, estamos em acordo com o que Pellegrin (2006) denunciava enfaticamente. Assim, reforçamos o quanto o apagamento da produção feminina faz parte da “dimensão nacional de toda a tradição historiográfica” (PELLEGRIN, 2006, p.13). Nesse sentido, a crítica feminista proposta por historiadoras como Smith (2003) e Epple (2006), à uma historiografia fechada em si mesma – a bem dizer, fechada posto que opera com critérios epistêmicos apenas possíveis aos homens intelectuais,

visa estabelecer, através de noções e conceitos que se comuniquem com as formas possíveis de produção do conhecimento histórico pela pena feminina, modos mais amplos para incluir as mulheres em uma dupla trajetória, que diz respeito tanto à constituição do campo historiográfico, como também, à própria memória disciplinar da História. A partir dessa perspectiva, as autoras que produziram e traduziram obras didáticas de cunho histórico podem ser vistas e examinadas como legítimas *adeptas de Clio*. E por que, no meio acadêmico brasileiro, existem tão poucos esforços realizados nesse sentido? Se existem fontes disponíveis, e, até de certa forma, abundantes, quais razões justificam os silêncios de uma historiografia ainda orientada a pouco problematizar, no contexto do século XIX, a presença feminina na produção de narrativas acerca do passado?

3.3 Uma professora luso-brasileira escreve sobre nação para as alunas da escola primária no Império: Herculana Vieira e o compêndio Resumo da História do Brasil (1868/1880)

Conforme destacamos, a implementação das escolas primária e secundária pelo Império, iniciada a partir das primeiras décadas do dezenove favoreceu o surgimento de um mercado editorial de obras didáticas que pudessem dar contas das novas demandas formativas trazidas pelos currículos e programas escolares. Em virtude desta e de outras ações, se organizou um crescente mercado de livros escolares que mobilizava autores, tipografias, editoras, jornais, livreiros, bibliotecas, público consumidor e o próprio estado nacional, através de órgãos oficiais que regulamentavam os impressos. Inicialmente, sobretudo nas primeiras décadas do XIX, os livros escolares utilizados eram importados, dada a inexistência de tipografias, mas com o processo de instalação da Imprensa Régia³⁰⁸ na Corte e de variados prelos pelas outras províncias, não tardaria para os impressos serem editados em solo brasileiro configurando assim uma fértil produção nacional. A disciplinarização dos saberes escolares, *didatizados* através de manuais e compêndios escolares, se tornaram uma forma, tão prestigiosa quanto política, dos intelectuais-autores imprimirem a sua marca na cultura escolar e na historiografia mais ampla.

Nesse processo ativo e heterogêneo de constituição da escolarização levada a termo durante o período imperial, uma parte significativa das formas constituintes dos saberes escolares transformaram-se, materialmente, em manuais, compêndios, epítomes e resumos.

³⁰⁸ Criada em 13 de maio de 1808.

Tais denominações não são aleatórias, chamam a si inúmeros questionamentos e problematizações, como também apontam para a necessidade de investigações a serem realizadas no âmbito da história das culturas e disciplinas escolares³⁰⁹, como também poderia dialogar com a contribuição teórica e metodológica trazidas por historiadores e historiadoras. Deste modo, o livro escolar se constituiria como problema investigativo abrangido pela pesquisa histórica. Para Choppin e Bastos (2002, p.14):

Nisso pode residir o principal contributo da análise histórica: (...) o historiador pode distinguir e colocar em relação as diversas facetas desse objeto extremamente complexo que é o livro escolar. O manual está, efetivamente, inscrito na realidade material, participa do universo cultural e sobressai-se, da mesma forma que a bandeira ou a moeda, na esfera do simbólico. (...) Enquanto objeto fabricado, difundido e "consumido", o manual está sujeito às limitações técnicas de sua época e participa de um sistema econômico cujas regras e usos, tanto no nível da produção como do consumo, influem necessariamente na sua concepção quanto na sua realização material.

Deste modo, o livro didático de História do Brasil, gestado no Brasil oitocentista, para suprir demandas vinculadas à nascente disciplina que levava a mesma alcunha, é fruto tanto do contexto intelectual quanto da memória histórica e historiográfica do seu próprio tempo, associado aos projetos cívicos e à promoção dos valores desejados na formação da infância e juventude. Perquirir os seus itinerários formativos através do estudo da constituição das disciplinas escolares é um dos potenciais modos para acompanhar as mutações da própria história do conhecimento histórico, tomado aqui de modo mais amplo, na medida em que a construção dos saberes criados e veiculados nas instituições escolares não deixam também de demarcar uma epistemologia criativa, posicionada socialmente e historicamente forjada no interior da cultura (CHERVEL, 1990). Sobre tais posições epistêmicas de André Chervel, Faria Filho, Vidal e Paullio (2004, p.144) observam que:

André Chervel advogava a capacidade da escola em produzir uma cultura específica, singular e original. Ao discorrer sobre a construção das disciplinas escolares, em particular sobre a ortografia francesa, Chervel criticava os esquemas explicativos que posicionavam o saber escolar como um saber inferior ou derivado dos saberes superiores, fundados pelas universidades; e a noção da escola como simples agente de transmissão de saberes elaborados fora dela, lugar portanto do conservadorismo, da rotina e da inércia. Para ele, a instituição escolar era capaz de produzir um saber específico cujos efeitos estendiam-se sobre a sociedade e a cultura, e que emergia das determinantes do próprio funcionamento institucional.

³⁰⁹ Sobre o campo alcunhado por história das disciplinas escolares - um campo ambivalente, que, na análise de seus repertórios, toma parte tanto da História Cultural e da História da Educação. Possui como um dos principais teóricos os franceses André Chervel (1990), Jean-Claude Forquin (1992), Dominique Julia (2001) e Alain Choppin (2004). Ademais, se trata de um campo que se destaca pela investigação interdisciplinar das culturas escolares e por suas abordagens teóricas diversas e pela centralidade dada à constituição das disciplinas e manuais didáticos como fontes privilegiadas da pesquisa histórica. No Brasil, acerca da constituição dos livros escolares de História do Brasil, têm importante destaque as contribuições da professora Circe Bittencourt (2008).

Estamos de acordo com a perspectiva do pesquisador francês, na medida em que compreendemos o saber histórico escolar como uma criação intelectual ativa, ainda que pese o fato do mesmo ser atravessado por regulamentos e currículos oficiais, além de ser alimentado também pela cultura histórica emergente de cada contexto social. Trata-se, portanto, de um saber multifacetado, e, em função disto, também possui as suas dimensões autorais. E é a respeito delas que adentraremos um pouco mais. Segundo Circe Bittencourt (2008), a primeira geração de autores de obras didáticas eram, em sua maioria, professores de instituições consagradas de ensino, como o Colégio Pedro II e Liceus situados fora da corte carioca. Havia também a vinculação de alguns autores aos quadros do IHGB, como foi o caso do Cônego Pinheiro, Salvador Henrique de Albuquerque e Joaquim Manuel de Macedo. Portanto, o Colégio Pedro II e o IHGB, como “duas instituições fundadas no Brasil iriam trazer modificações tanto para a escrita da História do Brasil quanto para a elaboração de compêndios escolares” (STAMATTO, 2019, p.24). Tais configurações não são nada desprezíveis, ainda mais se considerarmos, conforme aponta Bittencourt (2008), que o historiador mais lido no século XIX, foi provavelmente Joaquim Manuel de Macedo, com sua extensa e reeditada produção de obras didáticas de História do Brasil, acenando, deste modo, para a centralidade do manual didático na formação do público leitor e consumidor do conhecimento histórico, nos oitocentos.

Entre os anos de 1860 a 1880, a produção didática de livros e manuais se consolida no país, devido a uma maior expansão da escola primária. Nesse contexto, a História do Brasil, regulamentada por reformas de ensino e programas escolares, emergirá como uma disciplina autônoma nos currículos, passando a ser extensamente publicada na forma de livro escolar. Com isto, novos saberes deveriam ser produzidos e a questão nacional demandava uma reflexão própria, que não poderia ser buscada integralmente em obras estrangeiras; entre anos de 1831 a 1910, foram produzidas 43 obras escolares de História do Brasil, atendendo a distintas finalidades políticas e propósitos didáticos. Sobre as características gerais destas publicações, Bittencourt (2008, p. 136) comenta que:

uma primeira fase, “o nascimento do livro escolar de História do Brasil”, correspondeu às décadas de 1830 e 1840, no decorrer do conturbado período regencial. Um segundo momento teve início com a introdução da disciplina de História do Brasil nos currículos oficiais escolares, para o secundário e escolas elementares do 2^a grau ou primário complementar, na fase da Conciliação. Na década de 1880, iniciou-se um período de elaboração de livros compostos segundo os pressupostos de uma história cientificista, correspondendo à fase de propaganda e, depois, instauração do regime republicano.

Os primeiros manuais e compêndios de História do Brasil que circularam pelas instituições de ensino na corte e nas províncias são os de Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde (1831), o *Resumo de História do Brasil*, e de Abreu e Lima, *Compêndio de História do Brasil* (1844). As décadas seguintes presenciaram outras significativas publicações de obras sobre a história brasileira. Destacam-se as publicações *Epítome da História do Brasil* (1854), de José Pedro Xavier Pinheiro como também o livro *Lições de História do Brasil* (1861) de Joaquim Manuel de Macedo, no qual configurou em um imenso sucesso editorial, que atingiu a marca de 11 edições, e, conforme posto acima, tornando Macedo “provavelmente o historiador mais lido do século XIX” (BITTENCOURT, 2008, p.143).

No entanto, tais publicações eram voltadas, em sua maioria para o uso no ensino secundário. Deste modo, alguns autores, sendo que boa parte deles atuantes como professores, passa a publicar obras de história voltadas para as demandas da escola primária que exigia materiais didáticos elaborados em consonância com as possibilidades de aprendizagens dos mais jovens. Se em um primeiro momento há uma profusão de obras de História do Brasil para a escola secundária, o mercado editorial brasileiro assiste uma expansão que abrangerá a produção de livros de história nacional para a escola primária. Assim, a partir da década de 1840, livros para o ensino elementar saem do prelo e logo ganham destaque no cenário educacional, tais como as obras: *Resumo da História do Brasil* (1848) de Salvador Henrique D’Albuquerque e o livro *Episódios da Historia Patria contados á infância* (1860) escrito pelo cônego J. C. Fernandes Pinheiro. Livros estes que comumente buscavam suporte teórico nas obras históricas voltadas escola secundária (STAMATTO, 2019).

Como a manutenção financeira da escola primária era responsabilidade das províncias, abria-se espaço para os autores situados nas capitais do império produzirem suas obras para a escola elementar. E aqui se insere Herculana Vieira, escrevendo em um momento no qual as autorias de livros escolares começavam a se diversificar, saindo exclusivamente da Corte carioca e publicando a partir de outras regiões provinciais. Ausente do IHGB, a sua autoridade docente construída no labor das aulas primárias lhe capacitará para a escrita do manual didático: em 1868 vem a lume o *Resumo da História do Brasil*, manual que já nasce cumprindo uma nobre destinação editorial, pois foi oficialmente aprovado e adotado pela Inspeção de Instrução Pública para o ensino elementar do 2º grau no Maranhão (isto é, utilizado nos anos finais da escolarização primária).³¹⁰

³¹⁰ De acordo com o Regulamento da Instrução Pública de 1854, o ensino público primário passa a se dividir em duas classes, sob a denominação de escolas de primeiro e segundo grau. As disciplinas ministradas na escola

O manual escolar aludido também se configura como um importante testemunho de uma época de circulação de capitais oriundos da política agroexportadora da segunda metade do dezenove que resultou na existência de um dos principais centros tipográficos do Império, onde dois nomes de destaque dominavam (e disputavam *amistosamente* entre si) o ofício da impressão na província maranhense: José Maria Correia de Frias e Belarmino de Mattos. E é na tipografia de propriedade de Mattos que Herculana Vieira inaugura a sua obra didática e realiza como autora o singular e complexo processo de transformação do texto em um livro, em que entram em cena procedimentos distintos de práticas editoriais e mediações culturais (CHARTIER, 1998). Importante lembrar também que

as edições dos livros dos literatos maranhenses, que vivem em São Luís - raros não são de poesia - em regra geral são de 300 exemplares, poucos atingem 500, raros alcançam 1000 e, além desta excepcional tiragem - poesia ou prosa - é loteria. Se em nossos dias é assim, imaginemos, sem esforço, no século passado, quando as edições eram feitas para atender a um quase inexistente mercado consumidor! (MORAIS FILHO, 1975, p.10).

Sem a existência de um parque tipográfico de relevância nacional ao longo da segunda metade do século XIX (HALLEWELL, 2005), as aventuras literárias de escritores e escritoras situados no Maranhão não seria possível – pelo menos não nos termos dos modos prolíficos que ocorreu; portanto, o *Resumo da História do Brasil* deve ser pensado também no contexto das condições concretas de possibilidade que permitiram a sua produção, publicação e circulação. De 1840 a 1880, período florescente da tipografia maranhense, saíram dos seus prelos almanaques, relatórios de presidentes da província, jornais, folhetos, manuais didáticos, livros científicos, traduções variadas,³¹¹ entre outros, perfazendo uma produção diversificada e relativamente abundante, considerando o seletivo grupo que como público leitor, poderia usufruir destes bens culturais.

De acordo com Alves (2013), em 1840, o mercado literário local contava com a existência de seis tipografias, cinco jornais e três livreiros, o qual indicava o dinamismo relacionado ao circuito dos impressos maranhenses, que chegavam a ser comercializados em outras províncias, como atesta o já comentado êxito editorial do *Livro do Povo*. Entre

primária maranhense, segundo o Regulamento, deveriam compreender: “a instrução moral e religiosa, a leitura e a escrita, as noções essenciais de gramática, os sistemas de pesos e medidas da província. Pode compreender também: o desenvolvimento da aritmética em suas operações práticas, a leitura explicada dos evangelhos e notícias da história sagrada, **os elementos de história e geografia principalmente do Brasil** e a gramática da língua nacional” (CASTRO, 2009, p.389).

³¹¹ Sobre este tema específico, ver a tese de Carvalho (2021), intitulada *Maranhão, província tradutora: livros e tradutores em São Luís do século XIX*. No estudo indicado, o pesquisador identificou a presença de quarenta e cinco tradutores atuando na São Luís oitocentista.

tipografias mais efêmeras e outras mais longevas, 19 prelos se impuseram no Maranhão durante a maior parte da segunda metade do dezenove, conforme aponta a tabela abaixo:

Tabela com tipografias maranhenses existentes entre as décadas de 1840 a 1880

TIPOGRAFIAS		ANOS					
		1848	1849	1860	1867	1868	1882
1	Tipografia Maranhense	X	X				
2	Tipografia Constitucional (Ignacio José Ferreira)	X	X	X	X	X	X
3	Tipografia da Temperança (Joaquim Pereira Ramos)	X	X	X			
4	Tipografia Independente	X	X				
5	Tipografia de Jose Antônio Gonçalves de Magalhães	X	X				
6	Tipografia de R.A.R de Araújo	X	X				
7	Comercial (Antonio Pereira Ramos d'Almeida)			X	X	X	X
8	Do Observador			X			
9	Tipografia de José Maria Correia de Frias			X	X	X	X
10	Tipografia do Progresso (Belarmino de Mattos)			X	X	X	
11	Tipografia da Fé				X	X	
12	De José Mathias Alves Serrão				X	X	
13	Do Major Joaquim Ferreira de Sousa Jacarandá				X	X	
14	Luiz Magalhães & C.						X
15	Ricardo Alves de Carvalho						X
16	Themistocles da Silva Maciel Aranha						X
17	Da Civilização						X
18	Da Pacotilha						X
19	Do Tribuno						X

Tabela (17). Fonte: ALVES, 2013.

Não é exagero afirmar que, junto com José Frias, Belarmino de Mattos foi uma figura-chave dessa efervescência editorial. Não eram estes artistas os únicos tipógrafos em cena, mas foram eles que se notabilizaram nas artes da impressão e qualidade gráfica de seus trabalhos, aos quais foram reconhecidos nacionalmente. Tais tipógrafos estavam a par das inovações tecnológicas que remodelavam os prelos; viajavam para o Rio de Janeiro, no intuito de acompanharem os trabalhos da imprensa oficial, como buscaram adquirir um maquinário moderno, vindo da França; havia, portanto, o esforço em se manterem atualizados na prática de seus ofícios (ALVES, 2013).

Alves (2013) destaca ainda que, com o intuito de promover a prensa maranhense, Frias participou em 1866³¹² e Belarmino de Mattos, em 1869 da Exposição Nacional, ocorrida no

³¹² O livro escolhido de sua tipografia para ser levado à Exposição Nacional foi *Memórias da Tipografia Maranhense* (ALVES, 2013). A pesquisadora informa ainda que uma mulher maranhense participou da Exposição Nacional (RJ) naquele ano, D. Maria B. de F. Lisboa, que, aventamos ser D. Maria Bárbara de Faria Lisboa (?-?), mulher de família abastada da vila de Cururupu. Não conseguimos identificar qual produção ela levou para ser apreciado na referida Exposição, mas não deixa de ser relevante uma participação feminina no referido evento científico e literário.

Rio de Janeiro. Este último, Belarmino de Mattos (1830-1870), que editou em seu prelo o *Resumo da História do Brasil*, era considerado o “Didot Maranhense” (CASTRO e SANTOS, 2020), pela reconhecida técnica e talento empregados em sua produção tipográfica. Como aponta Hallewell (2005), a trajetória deste artista do impresso foi bastante singular e controversa; em 1853 funda a Associação Tipográfica Maranhense; em 1866 o editor se desentende com os liberais quando passou, por necessidade financeira, a ter interesse em publicar um jornal de cunho conservador, fazendo Mattos ser visto com desconfiança pelo partido liberal. Após se envolver em uma “trama de cunho político” (SANTOS, 2019, p.53), o editor vai preso em 1866 – o que faz seus negócios entrarem em crise. Pouco tempo depois, ao sair da prisão em meados de 1867, Belarmino continua trabalhando com impressos, mas doente e empobrecido, falece aos 39 anos, em 1870, encerrando uma trajetória profissional que contou com a publicação de obras que circularam amplamente pelas províncias do Pará, Piauí, Ceará e Pernambuco.

Considerado pela elite intelectual maranhense um “espírito progressista” (CASTRO e SANTOS, 2020, p.3), laborioso em seu ofício e com mãos tão talentosas quanto prolíficas, Belarmino de Mattos foi também, de certo modo, um entusiasta da escrita feminina; antes de publicar em 1868 o manual didático de Herculana, o impressor trouxe à lume, em 1859, a partir da Tipografia Progresso, de sua propriedade, o romance *Úrsula*, de autoria de Maria Firmina dos Reis. Mattos foi ainda o impressor da obra *Parnaso Maranhense* (1861),³¹³ na qual a professora de Guimarães contribuiu com uma breve antologia poética.³¹⁴ Mas a relação entre Mattos e a escritora não parou apenas nessas publicações.

Já em 1863, o *Almanach de Lembranças Historico Brasileiras*, organizado por César Marques e publicado pela tipografia de Belarmino, contou com poesias de Maria Firmina dos Reis, nos anos de 1863 e 1867 (SOUZA, 2020). O prelo do “Didot Maranhense” ainda foi responsável pela publicação do periódico *Echo da Juventude*, que veiculou em 1865, em suas edições, o conto *Gupeva*, de Maria Firmina como também imprimiu o jornal *Semanário Maranhense*, que continha contribuições da referida escritora. Este impresso, do qual abordaremos adiante, possuía um cunho literário, contou com Belarmino atuando como editor e circulou entre os anos de 1867 e 1868.

³¹³ Houve também uma segunda contribuição feminina nesta antologia: Jesuína Augusta Serra, que participou publicando um soneto (SOUZA, 2020).

³¹⁴ E há um terceiro elemento nas relações editoriais tecidas entre Maria Firmina dos Reis e Belarmino de Mattos: a figura de Sotero dos Reis, que alegava ser primo da escritora, parentesco que ainda não foi confirmado. Sotero dos Reis também atuava junto à Belarmino, o que levanta a possibilidade de Reis ter sido um intermediário que contribuiu para que as publicações de Maria Firmina viessem à lume (SOUZA, 2020).

Além de Maria Firmina dos Reis e de Herculana Vieira, outra professora-autora se destacou na cena local e nacional. Estamos falando da jornalista³¹⁵, contista e conferencista, Eponina Carolina de Oliveira Serra Condurú (1842-1935). Nascida na vila de São Bento, oriunda de uma família que contava com homens de letras que se destacaram na instrução pública, Eponina teve longa atuação no magistério particular e colaborou intensamente com a imprensa, com textos que circularam tanto no Maranhão quanto em jornais de outras províncias.³¹⁶ A mestra se mostrava bastante engajada com as questões do seu tempo, se envolvendo diretamente, em meados da década de 1860, na criação de uma sociedade com intuito de arrecadar donativos para as famílias dos soldados da Guerra do Paraguai.³¹⁷ Paralelo ao magistério, ela produzia textos em defesa da educação feminina³¹⁸ e era entusiasta da escritora portuguesa Amália Vaz de Carvalho, no que expressava publicamente a sua admiração através de textos laudatórios,³¹⁹ também veiculados em periódicos.



Fig. (26). Fotografia de Eponina Condurú. Fonte: (ALVES, 2013).

Embora o seu intenso envolvimento com a imprensa, Eponina também foi autora de manuais didáticos. Em 1883 e, provavelmente oriundo da tipografia maranhense, a professora traz à lume *O Livro de Nina*, um livro de leitura que se dirigia ao público feminino, versando

³¹⁵ Para Sebastião Jorge (2008), a mestra foi uma das pioneiras do jornalismo feminino, já que divulgava frequentemente a sua produção – caracterizada pelo ecletismo dos temas desenvolvidos por ela. Deste modo, Eponina escrevia tanto sobre a defesa da educação feminina quanto produzia textos abordando a cultura japonesa e a cigana, o que nos permite vislumbrar a variada gama de interesses manifestados através da pena da escritora.

³¹⁶ Jorge (2008) nos informa que Eponina Condurú publicou seus textos em jornais do Pará e de São Paulo.

³¹⁷ Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial (MA), 1866, ed. 1

³¹⁸ Diário do Maranhão, 1886, ed 3954.

³¹⁹ Pacotilha, 1890, ed. 29.

sobre as “noções rudimentares da sciencia”.³²⁰ Como se trata de uma obra que hoje se encontra perdida, não podemos aferir diretamente acerca das questões editoriais do livro, como tampouco conseguimos proceder uma análise acerca do seu conteúdo. No entanto, um juízo crítico acerca da obra foi publicado na imprensa, no que elogiava a publicação, considerando-a apropriada para a compreensão infantil.³²¹ Como atesta a sua boa recepção, o manual de leitura foi oficialmente adotado na província do Maranhão, em 1885³²² e no estado do Pará, em 1898 (COELHO e MACIEL, 2014), especialmente direcionado à promoção da leitura das alunas nas escolas primárias. Apesar do êxito editorial e do número de reedições (sabemos que o livro de leitura atingiu quatro novas reimpressões), não deixa de ser lamentável que nenhum exemplar tenha sobrevivido – ao menos, até o momento, nenhum deles foi localizado, haja vista que o buscamos na Biblioteca Nacional e em bibliotecas maranhenses, como a Benedito Leite, a Academia Maranhense de Letras e a Casa de Cultura Josué Montello. Cabe ressaltar que as pesquisadoras paraenses Coelho e Maciel (2014) também realizaram buscas e não encontraram a obra no Pará, estado que, como vimos, adotou o impresso.

Ser adotado pela oficialidade era, de fato, um modo mais tangível para um autor/autora ver a sua obra comprada, distribuída e posta em circulação, o que poderia garantir o bom êxito do projeto editorial. Retomando os processos preliminares da construção do empreendimento didático de Herculana Vieira, encontramos na data de 6 de março de 1868, no Publicador Maranhense, notícias referentes à comunicação que a mestra estabeleceu com a Inspetoria da Instrução Pública, um mês antes do seu livro ser oficialmente adotado. Apesar de não possuímos mais informações, é provável que despacho se tratasse de questões referentes à aprovação do manual didático – até mesmo pela proximidade de meses entre a comunicação interna e a adoção oficial do livro. Nesse sentido, cabe lembrar das condições favoráveis da província maranhense para a consecução de tais projetos educativos: a existência de mestres e mestras aptas a escrever, de tipografias para publicar e disposição política da inspetoria para adotar os manuais saídos dos prelos locais.

³²⁰ O Pará, 1898, ed. 263.

³²¹ *Idem.*

³²² Publicador Maranhense, 1885, ed. 148.

DESPACHOS.
Dia 27 de fevereiro de 1868.
 D. Herculana Firmina Vieira de Souza (professora publica) — Informe o Sr. inspector da instrucção publica.
 José Alexandre Rodrigues — Ao Sr. Dr. inspector da instrucção publica para admittir o supplicante ao respectivo concurso.

Publicador Maranhense, ed.55, 1868.

O breve despacho acima, ainda que nos forneça indícios para pensar nas negociações internas ocorridas entre a autora e a Inspetoria da Instrução Pública, não nos permite cogitar se existiu algum concurso para a escolha de uma obra didática que melhor atendesse a necessidade dos escolares – e neste caso específico, se tratava de um livro que pudesse cumprir a demanda formativa oriunda da disciplina de História do Brasil, matéria ensinada nos últimos anos da escola primária.

A limitação documental deixa o espaço para interpretações bem estreito; deste modo, não podemos afirmar se Herculana foi especialmente designada para escrever o *Resumo* ou se a mestra se antecipou e apresentou o material de sua própria lavra, ficando apenas no aguardo do aceite provincial – o que de pronto ocorreu. Assim, em uma outra comunicação oficial divulgada no Publicador Maranhense, encontramos uma segunda nota, desta vez, em 20 de abril de 1868, que traz a aprovação do *Resumo da História do Brasil* para ser adotado nas escolas primárias:

—Ao mesmo.—Tendo em vista a informação que deo essa inspectoria em officio de 6 do corrente acerca da obra intitulada—Resumo da historia do Brasil,—de que é áuctora D. Herculana Firmina Vieira de Souza, professora publica de primeiras lettras da villa do Cururupú, auctoriso a Vmc. a mandar adoptar a dita obra para uso das escolas de 2º gráo.

Publicador Maranhense, ed. 90, 1868.

A nota oficial nos dá um breve vislumbre da dinâmica documental da Inspeção, mas, como afirmamos outrora, não é possível antever se houve uma espécie de certame interno, que permitiu à Herculana oferecer o *Resumo da História do Brasil* para apreciação do órgão, com vistas à emissão de um parecer favorável, e, assim adotá-lo nas escolas primárias da província. Levantamos tal hipótese pois, na cultura letrada oitocentista, promover concursos voltados para a escolha de manuais didáticos de História do Brasil não era exatamente uma novidade (BITTENCOURT, 2008).

No entanto, aqui reside um hiato. Apesar de adotado pela Inspeção da Instrução Pública, não identificamos a presença do manual *Resumo da História do Brasil* nas listas de compras de materiais escolares deste órgão. E alguns estudos sobre o livro didático na província maranhense também apontam um certo silêncio em relação à circulação do *Resumo*. Alves (2013), que realizou um intenso exame da produção didática gestada na segunda metade do século XIX, apesar de identificar a adoção do manual de História do Brasil pela oficialidade local, não constatou a sua presença integrando as despesas do erário provincial, como ocorreu com a compra massiva do *Livro do Povo*. Já na dissertação de mestrado, intitulada *Os livros escolares de autores maranhenses na imprensa local (1860-1920)*, da pesquisadora Jarina Serra Santos (2022), chama atenção a ausência do manual da mestra como uma obra em circulação pelas escolas primárias da província, pelos menos, no contexto dos jornais maranhenses. Ao que tudo indica, a autorização e adoção de uma obra didática pela Inspeção da Instrução Pública, não significava necessariamente que o erário provincial iria comprá-la e distribuí-la aos escolares.

Sobre a circulação do *Resumo da História do Brasil*, apesar de não termos encontrado o manual nas listas de compras efetuadas pela Inspeção da Instrução Pública, identificamos a circulação do livro através de anúncios, que promoviam a venda do impresso escolar, como também, colégios particulares situados em São Luís, que o adotaram para lecionar a disciplina de História do Brasil. Mais uma vez, a nossa fonte privilegiada para perquirir o trânsito da obra foi a imprensa. Assim, ao procedermos o levantamento no intuito de identificar pistas e sinais acerca de como a referida obra transitou no meio letrado, identificamos que foram publicados anúncios entre os anos de 1868 a 1870, com tipologias também distintas; deste modo, os anúncios variavam entre aqueles mais longos e descritivos, enquanto outros eram mais curtos e objetivos. Abaixo trouxemos exemplos que permitem vislumbrar as formas diversas de publicização e venda do manual didático de Herculana.

Tabela com as recorrências dos anúncios do Resumo da História do Brasil

Ano	Jornal	Número de anúncios
1868	Publicador Maranhense	5
1869	Publicador Maranhense	6
1870	Publicador Maranhense	4

Fonte da tabela (18): Publicador Maranhense, 1868 a 1870.

Quais as informações e estratégias comerciais veiculadas pelos dois tipos de anúncios? Em todos os reclames, sejam eles mais longos, médios ou curtos, o destaque inicial é dado ao título da obra, apresentada com letras maiores do que o restante do texto publicitário; havia também uma breve apresentação da autora, com elogios pela sua atuação no magistério local; além disso, continha a descrição do parecer favorável da Inspetoria, com destaque ao mérito do manual; no mais, acrescia-se um apelo para que professores e diretores adotassem a “útil obrinha” em seus colégios; por fim, eram veiculadas informações referentes ao preço do livro (800 réis) e o local onde o público interessado poderia comprar o *Resumo* – na Livraria Popular de Magalhães e Companhia.³²³

A divulgação por meio de periódicos impressos como jornais e almanaques se constituiu como uma das principais práticas para a sua comercialização, propagandas mercadológicas que foram formuladas para os representarem como objetos especiais e de distinção de crianças e jovens. Os editores e autores empenhavam-se na busca destes espaços de circulação em massa, no entanto, não era ou suficiente pois para o sucesso do livro escolar, além da sua divulgação, era necessário que fosse acessível tanto para os professores quanto para os alunos no sentido financeiro e de disponibilidade, sendo de fundamental importância o aperfeiçoamento das técnicas tipográficas, como por exemplo sua impressão no padrão in-oitavo em formato brochado, possibilitando que os livros fossem vendidos à preços mais acessíveis (BITTENCOURT, 1993 *apud* SANTOS, 2022, p.48).

No contexto do mercado dos impressos, o livro, portanto, “é um negócio a ser divulgado” (SILVA, 2017, p.9). Assim, ao destacar os merecimentos do *Resumo*, a modesta e intensiva publicidade veiculada no *Publicador Maranhense*, continha elementos tanto relacionados à construção de uma legitimidade da obra e da autora quanto trazia aspectos ligados à “sedução” para atrair o público consumidor/comprador de obras voltadas para os escolares – e aqui também havia, de modo mais ou menos explícito, a sugestão de que o manual poderia auxiliar também o trabalho educativo dos professores.

³²³ A Livraria Popular de Magalhães & C.^a, situada no Largo do Palácio, 21, era uma das principais casas livrarias do Maranhão (CARVALHO, 2021).

De acordo com Morais Filho (1975) o mercado livreiro maranhense operava com tiragens hoje consideradas mais curtas – em torno de 300 a 500 exemplares – e, é provável que o *Resumo da História do Brasil* tenha sido editado com números semelhantes. Era importante também que as obras escolares possuíssem valores mais atraentes para o público consumidor, o que era facilitado quando impresso estava no comedido formato in-oitavo. Nesse sentido, outro aspecto do anúncio a ser destacado é o valor de venda do compêndio, comercializado a 800 réis – preço que poderia ser considerado módico se comparado as *Postillas de Gramática Geral*, de Francisco Sotero dos Reis, vendida a 2\$000 (dois mil réis), no ano de 1864 (SANTOS, 2022). Tal variação de preços fazia parte de um mercado livreiro cujos valores médios de uma obra escolar giravam em torno de 600 a 2 mil réis (ALVES, 2003).



Publicador Maranhense, ed.89, 1869.



Publicador Maranhense, ed 212, 1870.



Publicador Maranhense, ed.86, 1869.

Além dos anúncios da venda do *Resumo*, identificamos, ainda no ano de 1868, mais outro dado referente à circulação e adoção da obra, feita pelo Colégio Episcopal de Nossa Senhora dos Remédios, escola situada na capital da província, que, mesmo sendo direcionada ao sexo masculino, incluiu em seu programa, um compêndio de autoria feminina. No rol dos autores indicados, dentre eles, os professores renomados Sotero dos Reis e Henrique Costa, Herculana é a única mulher a figurar entre os autores de manuais didáticos. O anúncio descreve a missão educativa do colégio para os pais e tutores, comunicando que os “autores e compêndios adotados” foram selecionados tendo em vista o bom “proveito da mocidade” e a “reputação do estabelecimento”. Paralelo a isto, a indicação dos autores e suas obras voltadas para a instrução elementar, parece seguir a lógica da adoção de obras de síntese, consideradas mais aptas para a compreensão dos escolares, como afirma o texto veiculado pelo anúncio:

(...) por isso que, além dos autores e compêndios adoptados, tem o mesmo director admitido as obras abaixo mencionadas, quer pelo lado dos bons princípios ahí diffundidos em umas, quer pelo modo claro e comprehensivo em outras, que sem contrangerem e cansarem a intelligencia da tenra infancia, lhe dá em poucos dias o proveito, que em grossos volumes, aliás redundantes na mesma summa, se consomem mezes, ou anno (COLLEGIO EPISCOPAL DE N.S. DOS REMÉDIOS, 1868).

Collegio Episcopal de N. S. dos Remedios em Maranhão,
aos 14 de setembro de 1868.
ANNO XXIX DO COLLEGIO.

Para o director abaixo assignado é sempre uma occasião de satisfação quando diz: que continúa com a melhor boa vontade nas diligencias de bem corresponder á confiança, que lhe tem depositado com a concurrencia de alumnos; prestando por tal modo á sociedade um serviço de difficil exequibilidade, mas que a despeito da crise, e de mil entraves d'ella originarios vao por diante; e como sempre, está este collegio prompto a receber, sob as mesmas condições tantas vezes publicadas em seus estatutos, a mocidade nacional e estrangeira, a cujos paes, tutores & garante. além dos desvel e cuidados já sabidos, os meios que a pratica descobre e aconselha em proveito da mesma mocidade, e reputação do estabelecimento; por isso que, além dos autores e compendios adoptados, tem o mesmo director admittido as obras abaixo mencionadas, quer pelo lado dos bons principios ahí diffundidos em umas, quer pelo modo claro e comprehensivo em outras, que sem contrangerem e cansarem a intelligencia da tenra infancia, lhe dá em poucos dias o proveito, que em grossos volumes, aliás redundantes na mesma summa, se consomem mezes, ou anno:

EILAS

Resumo da historia do Brasil—Pela Exm.^a Sr.^a D. Herculana Firmina Vieira de Souza.

Noções grammaticaes, extrahidas da grammatica portugueza do Sr. Francisco Sotero dos Reis—Pelo Sr. Dr. Pedro Nunes Leal.

Resumo de arithmetica
 Resumo de historia Santa } Pelo Rvm.^a Sr. padre Cyrillo dos Reis Lima.
 Maximas e proverbios

Systema metrico—Pelo Sr. Dr. Coqueiro.

Opusculo de grammatica franceza (utilissimo aos principiantes)—Pelo Sr. Henrique E. Costa.

Herculana estava ciente que produzia uma obra de síntese, tanto que a alcunhou por *Resumo da História do Brasil* – buscando, assim, delimitar a temporalidade histórica da obra, elegendo o longo período de 1500 a 1840. No que tange à sua materialidade, o impresso possuiu 151 páginas editadas em formato in-8 (um tamanho considerado pequeno, mas mais facilmente comercializável); o seu manual didático recebe elogios da crítica letrada passa a ser intensamente anunciado, como vimos, sobretudo no período de 1868 a 1870, na imprensa periódica do Maranhão (sobretudo no jornal *Publicador Maranhense*) e em outras províncias, como Rio de Janeiro, São Paulo e Piauí – evidenciando, portanto, um considerável circuito de divulgação e circulação do impresso³²⁴.

Os aspectos editoriais de um livro, isto é, aqueles elementos que perfazem a sua materialidade, também enunciam determinados discursos. Mas o que dizer de uma obra sem introdução, sem referências, sem ilustrações? E que, ainda por cima, havia sido publicada no comedido formato *in-oitavo*, o que fazia por merecer a alcunha de *obrinha*? Herculana não faz uma apresentação prévia da sua obra, não menciona as suas intenções como autora e nem visibiliza os historiadores a quem recorreu para escrever o *Resumo*. No lugar dessas questões, a apresentação fica por conta da publicação, logo na primeira e segunda página, tanto do frontispício em que nos informa ser o *Resumo* uma obra aprovada para adoção nas escolas primárias maranhense, quanto do parecer favorável e elogioso da Inspetoria da Instrução Pública, que aparece na sequência. Deste modo, é a oficialidade que fala pela autora, o que não deixa de ser uma escolha³²⁵ considerada estratégica do ponto de vista da aceitação do compêndio quanto da legitimidade da professora, que talvez não se sentisse autorizada para esboçar acerca das motivações que a levaram a produzir a obra.

³²⁴ Edições e jornais de outras províncias que anunciaram e/ou mencionaram o livro *Resumo da História do Brasil*: A Imprensa (PI, 1868), Jornal do Comércio (RJ, 1868), Correio Mercantil, instrutivo e político universal (RJ, 1868) e Diário de São Paulo (SP, 1868).

³²⁵ Tal escolha poderia indicar também que a obra, sendo custeada por Herculana, mediante recursos escassos, deveria ser a mais comedida possível, pelo menos do ponto de vista da questão editorial – e, a opção de não fazer a apresentação estaria ligada a produção de um livro enxuto e mais econômico.

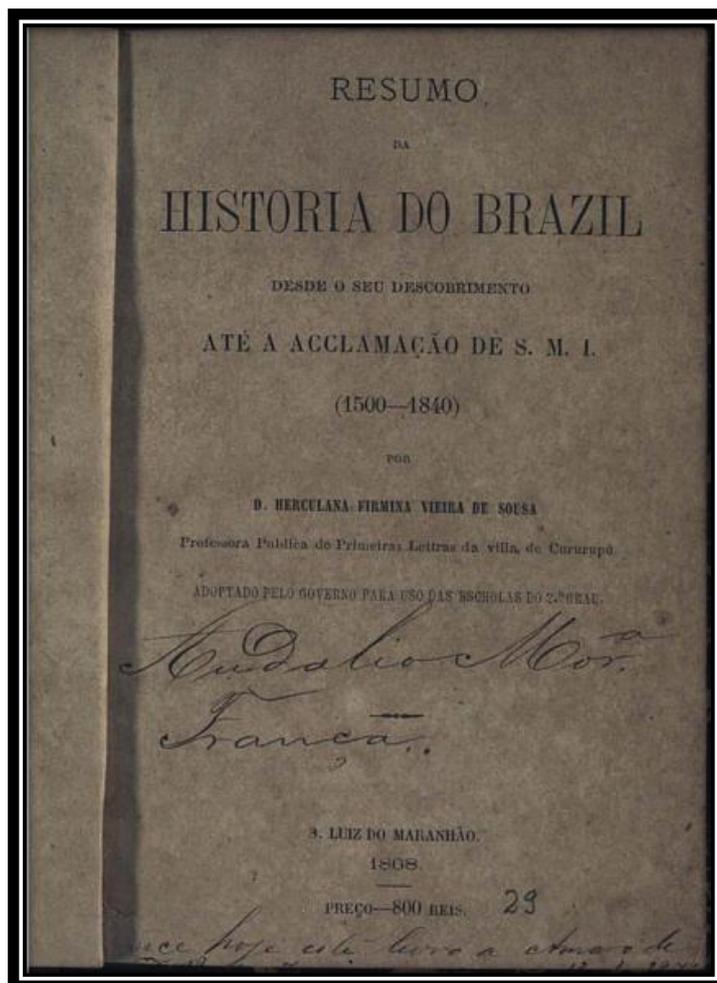


Fig. (27). Frontispício do livro *Resumo de História do Brasil* (1868).

Atestando relações de proximidades com o saber oficial e reconhecendo o IHGB como local de chancela do conhecimento histórico, uma cópia do livro também foi enviada ao Instituto, que em boletim interno³²⁶ de 1868 atestou publicamente tê-lo recebido, sem tecer maiores comentários. A recepção protocolar e burocrática do Instituto foi inversamente proporcional àquela que Herculana recebeu de um crítico leitor de sua obra, Flávio Reimar³²⁷ na edição 35 do *Semanário Maranhense* de 1868:

“E a prova está em que põe toda a sua pressa nos cumprimentos e felicitações que dirige à distinta professora D. Herculana Firmina Vieira de Souza por amor da publicação, que esta senhora acaba de fazer de um – Resumo da História do Brazil – desde a época do descobrimento até a aclamação do Sr. D. Pedro 2º para uso das

³²⁶ O IHGB recebeu o livro, o que pode ser confirmado pela Ata da sessão de 05 de junho de 1868 – tal informação consta na RIHGB, Rio de Janeiro, tomo 31 (Parte II), 1868, p. 326. Foi Cesar Augusto Marques que o enviou ao Instituto. Consta ainda na Ata da 6ª Sessão Ordinária de 22 de maio de 1891, que um exemplar do livro foi entregue à biblioteca do IHGB através da doação do sócio Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo (RIHGB, 1891, p. 562). Não foi possível saber se se trata da primeira ou segunda edição do *Resumo da História do Brasil*.

³²⁷ Pseudônimo do jurista, poeta e escritor maranhense Gentil Braga (1835-1876).

escholas de 2º grão, nos quaes já foi mandado adoptar por ordem do governo da província.

Que bello exemplo é esse! Uma senhora, cujo trabalho diário é a educação do sexo feminino na villa de Cururupú, roubou ás suas horas de descanso o tempo preciso para escrever um volumezinho de incontestável merecimento.

*Sejam sempre abençoadas as senhoras, que de tal sorte procedem. Não pode haver para ellas encargo tão glorioso como o da educação elementar; e quando relativo á história pátria, tanto mais cheio de glória e interesse. A apreciação dos nobres exemplos e incitamento por doutrina á prática das grandes acções adquirem valor novo, se passam pelo **cadinho da sensibilidade feminil**.*

*Que o saibamos é D. Herculana Firmina Vieira de Souza a **primeira dentre as professoras públicas da província que deu a lume um livro de instrução elementar**. Bastava-lhe a prioridade do trabalho para lhe dar direito aos nossos agradecimentos; mas não é só isso. O – Resumo da História do Brazil – da distincta professora é realmente cheio de merecimentos.*

*Dividido em perguntas e respostas, excellente methodo para o ensino elementar de crianças, está escripto em linguagem chan, correctá, e por isso fácil de comprehensão para qualquer intelligencia. Figurando conversar com as discipulas de quando em vez a **distincta professora moralisa o exemplo**, que a narrativa apresenta, chamando para o facto a atenção da alumna e fazendo-lhe ver a excellencia ou **virtude da acção** (...)*”.

Fundado em 1867³²⁸ por um grupo de homens de letras encabeçados por Joaquim Serrae impresso pela Tipografia de Belarmino de Mattos, o *Semanário Maranhense* foi um impresso de carácter literário, científico e cultural, voltado para destacar e enaltecer as aventuras letradas dos escritores e escritoras residentes da província:

Assim, com uma linha editorial acentuadamente voltada para o cultivo das belas letras e da cultura locais, sem descuidar do patriotismo, mas sempre com um pé fíncado no orgulho das “tradições” provinciais, o *Semanário Maranhense* pôs à disposição de seus leitores um conjunto de artigos e peças literárias bastante diversificado, entre contos, novelas, artigos de interesse historiográfico e econômico, poemas, crônicas, crítica literária, preleções, cursos, entre outros. Nas páginas do periódico se publicaram alguns poemas da professora e escritora maranhense Maria Firmina dos Reis, dando sinais da abertura que o órgão tinha com intelectuais femininos (MARTINS, 2009, p.453-454).

Além da presença de Maria Firmina dos Reis, Herculana também esteve presente de modo indireto, tendo a sua obra apreciada publicamente pelo periódico. Nesse sentido, adentraremos nos apontamentos apresentados por Flávio Reimar acerca do *Resumo da História do Brasil*. Críticas condescendentes e/ou ferinas às mulheres escritoras não são exatamente algo raro no meio intelectual brasileiro – e, talvez em função do temor que elas representassem, não foram poucas as escritoras que lançaram mão de notas e introduções marcadas pela modéstia e humildade como Maria Firmina dos Reis e Ana Luiza Azevedo Castro, adotando posturas por vezes até autodepreciativas dos seus talentos literários

³²⁸ O periódico literário teve uma vida bastante efêmera, encerrando as suas atividades no ano seguinte à sua fundação, em 1868 (JORGE, 2008).

(MUZART, 1990). E por mais que o crítico Flávio Reimar saude a obra da mestra Herculana, faz também críticas, apontando supostas inconsistências em sua narrativa.³²⁹ De todo modo, é possível aferir que, ainda que as redes de sociabilidade da professora não fossem tão vastas, elas pareciam ser suficientes para garantir-lhe alguma publicidade em torno de sua obra.

Nota-se o quanto as observações de Reimar estão eivadas de percepções gendradas sobre as mulheres no XIX: as professoras primárias que ampliam sua atuação para além do ensino e se aventuram na produção de obras didáticas são consideradas “*abençoadas as senhoras*”, para o qual “*não pode haver para ellas encargo tão glorioso quanto a educação elementar*” – isto é, aqui a imprensa se destaca como um dos meios de propaganda dos novos lugares atribuídos às mulheres como professoras da infância.

A escola primária imperial, em seu projeto de expansão da instrução pública, ainda que tímido e bastante limitado, intensificado a partir da segunda metade do XIX, arregimentou um significativo número de mulheres para ocuparem postos em várias vilas e cidades, mulheres estas que formaram uma classe heterogênea e desempenharam suas agências docentes em condições por vezes adversas e precárias. De certo modo, a celebração em torno de um “*volumesinho de incontestável merecimento*” que se contrapôs às “*horas de descanso*” que a professora poderia ter usufruído, apontam que Reimar sabia que se tratava de um ousado empreendimento que envolvia superações materiais e intelectuais. Também é possível perceber indícios da constituição de uma forma discursiva que se tornou culturalmente habitual para representar as professoras primárias, como aquelas vocacionadas e abnegadas para o qual as “*horas de descanso*” são aproveitadas para o trabalho intelectual voltado para a instrução da infância; por essa ótica, a docência antes de tudo uma prática cívica e virtuosa.

Continuando a sua crítica, Flávio Reimar deixava claro que só o exercício do magistério já lhe granjearia um lugar de glória e reconhecimento na memória da instrução maranhense; mas Herculana foi além e escreveu uma obra didática que, por seu conteúdo, tratava-se de um “*bello exemplo*” e um esforço que o crítico reconhecia como inédito, haja vista que foi a “*primeira dentre as professoras públicas da província que deu a lume um livro de instrução elementar*”.

E não fora qualquer livro, mas sim de História do Brasil, portanto, um conteúdo “sensível” para os homens de letra dos oitocentos, a história da nação. Uma imensa novidade

³²⁹ A única crítica de Reimar feita em relação à narrativa diz respeito a omissão do distrito de Potengi, no Rio Grande do Norte, quando a autora narra os episódios da guerra holandesa.

que uma mulher³³⁰ escrevesse sobre tema tão autorizado somente à pena masculina. Dirigindo o seu livro para o público escolar e reunindo elementos reconhecidos pela intelectualidade como apropriados à memória brasileira que estava se formando, a obra de Herculana foi capaz de agradar em cheio os homens de letras maranhenses. Ao buscar dialogar com um jovem público feminino em formação iniciando-as no conhecimento do passado brasileiro, a autora volta-se para uma história exemplar de cunho patriótico, reunindo em si mesma todas as qualidades desejadas para uma autoria de livros escolares, o que resultou na adoção de sua obra pelo Estado provincial.

Narrativas enquadradas à ordem imperial, escritas por mulheres (desde que chanceladas pelos homens de letras e pelas instituições comandadas por eles) começavam a ser bem-vindas. E, certamente, a experiência docente de Herculana Vieira, que na época do lançamento do *Resumo*, contava com 53 anos de idade e mais de vinte anos de magistério, fez diferença no quesito da legitimidade. Para Teixeira (2010, p.92), “a condição de docente, vinculada à experiência pedagógica do mesmo e às estratégias empregadas para amplificar suas posições acerca da difusão de determinados saberes são atributos que credenciam estes agentes a ocuparem a função autor”. A confiabilidade intelectual depositada em Herculana, portanto, estava amparada em sua longa trajetória como educadora.

Mas a confiança investida na autora não se dava sem que se demarcassem lugares secundários que a situava nas margens das hierarquias intelectuais. Metáforas de gênero (FELSKI, 1995; FAEDRICH, 2018) são acionadas aqui para produzir o elogio enviesado, quanto para configurar espaços destinados à atuação das escritoras – ambientes estes validados e rigidamente demarcados pela intelectualidade masculina. A relação das mulheres com a produção do conhecimento histórico atravessa toda a crítica; o pertencimento ao sexo feminino é quem orienta a tônica da escrita, pois “*á prática das grandes acções adquirem valor novo, se passam pelo cadinho da sensibilidade feminil.*”

O crítico Flávio Reimar evoca a ideia, bastante difundida no século XIX, que as mulheres são essencialmente mais sensíveis, mais dóceis – por isso, menos racionais e inteligentes que os homens. A elas será apenas necessário ministrar-lhes a instrução primária – posto que serão mães e deverão desempenhar um papel de domésticas esclarecidas na condução de suas famílias. O magistério elementar vai se feminizando por meio de sutis

³³⁰ No cenário europeu, as primeiras mulheres começaram a escrever obras históricas voltadas para o público feminino ainda no século XVIII. A obra *Éducation complète, ou abrégé de l'histoire universelle, mêlé de géographie et de chronologie* da autora Jeanne-Marie Leprince de Beaumont, data de 1753 e publicada em Amsterdã, é considerada a precursora de uma série de publicações posteriores direcionadas às meninas, nas quais destacam-se os nomes de Mme. de Genlis e Mélanie de Boileau (HAVELANGE, 2007).

deméritos e violências simbólicas no contexto de relações de poder que também são discursivas; os paradoxos desse fenômeno são latentes: à medida que o espaço público se amplia para as mulheres, os lugares ocupados por elas são marcados pelo signo da precariedade (baixos vencimentos) e subalternidade (consideradas inferiores na ordem do saber).

Reforçando estereótipos, uma história escrita com “*sensibilidade femini*l” é uma narrativa que já de antemão não poderá lograr o mesmo êxito que uma história *masculina*, essa voltada para a apreciação dos pares, debatida em salões ilustrados e conformadora de tradições historiográficas. Quando o crítico destaca que a história de Herculana se notabiliza por ser produzida com características de “*sensibilidade*” aponta que o sexo da autoria por si só é responsável por produzir histórias diletantes à história feita pelos homens. Com isto, ela não poderá ser avaliada pelo que escreve sem o seu gênero vir na frente orientando a apreciação do crítico; a história pátria enche-se de glória e interesse se ensinada por uma mulher que *sabe* o valor “*dos nobres exemplos*” e das “*grandes acções*”; nesse sentido, a crítica de Reimar também é pedagógica e portava um juízo de valor responsável por delimitar o que as mulheres autoras *poderiam* dizer. De todo modo, a crítica “positiva” na imprensa local era importante chamariz pois acrescentava prestígio à escritora, notabiliza o livro e dava-lhe maiores chances de ser consumido por uma audiência que se queria ampla.

O mercado editorial de obras didáticas começava a se abrir para mulheres, sendo, portanto, mais um importante meio para diversificar as suas sobrevivências materiais e buscarem inserção nos circuitos letrados, mais especialmente, aqueles voltados para a produção didática. E, conforme apontamos, não foram poucas as professoras e intelectuais que se lançaram a disputa de um mercado que se revelava tão promissor quanto o de livros voltados para a instrução, mercado este que tomava corpo à medida que as disciplinas escolares começavam a se organizar através dos arranjos curriculares e dos programas oficiais responsáveis por estruturarem os conteúdos ensinados na escola primária. A isto deve se levar em consideração que o duplo processo de instalação de tipografias nas províncias e da institucionalização da escola primária no Império ocorreu de modo variado geograficamente, uma vez que o financiamento para a promoção da escola elementar estava sob a responsabilidade dos tesouros provinciais, que por vezes mostravam-se bastante negligente no provimento de seus estabelecimentos de ensino (GONDRA & SCHUELER, 2008).

Para ser adotado pela inspetoria da instrução pública, um livro deveria primar pelo didatismo e trazer consigo estratégias que facilitassem a leitura e a escrita – atuando como um guia a orientar a aprendizagem do seu público. Para o crítico Flávio Reimar, a obra de

Herculana Vieira traz todas essas características constitutivas de um livro que já nasce recomendado pela inspetoria maranhense: “*dividido em perguntas e respostas, excelente methodo para o ensino elementar de crianças, está escripto em linguagem chan, correcta, e por isso fácil de comprehensão para qualquer intelligencia. A escolha metodológica de Herculana, de narrar a história do país por meio de perguntas (e respostas previamente selecionadas) é considerada bastante apropriada, ainda que o crítico não seja alguém vinculado à instrução primária.*”

E Reimar continua exaltando o que para ele são qualidades e méritos da obra *Resumo da História do Brasil*: “*figurando conversar com as discipulas de quando em vez a distincta professora moralisa o exemplo, que a narrativa apresenta, chamando para o facto a atenção da alumna e fazendo-lhe ver a excellencia ou virtude da acção (...)*”. Chama atenção aqui a concepção de história que orienta o manual, baseado na moralização do exemplo e no destaque a ser dado à “virtude da ação”. As finalidades pedagógicas da história ensinada na escola primária voltam-se para a didatização das performances cívicas na história; o livro de Herculana é elogiado na medida em que demonstra cumprir o afamado propósito de edificar a identidade brasileira e fortalecer a formação moral da infância. A história que os programas oficiais orientam é, antes de tudo, uma narrativa baseada na virtude patriótica civilizatória, conforme o *Resumo*³³¹ preconizava em seu conteúdo, como se pode depreender abaixo:

TABELA COM OS TÓPICOS GERAIS ABORDADOS PELO RESUMO DA HISTÓRIA DO BRASIL – PERÍODOS COLONIAL E IMPERIAL

Colônia	Império
Chegada dos portugueses e descobrimento do Brasil	Sedições no Pará, Maranhão e Bahia
Instalação das capitanias hereditárias e Governo-Geral	Confederação do Equador
Conflitos com os indígenas e ação	Conflitos na bacia do Prata

³³¹ Com o longo título de *Resumo da História do Brasil desde o seu descobrimento até a aclamação de S.M.I. (1500-1840)*, o frontispício da obra traz mais informações que denotam o caráter de oficialidade do impresso: escrito por D. Herculana Firmina Vieira de Sousa, professora pública de primeiras letras da Vila de Cururupu, o livro fora adotado pelo governo para uso das escolas de 2ª grau. Produzido em São Luís do Maranhão em 1868³³¹ e vendido ao preço de 800 reis – considerado um valor razoavelmente módico para a época. Na página seguinte, reproduziu-se o ofício do então governador da província Antônio Epaminondas Mello, ratificando a adoção oficial³³¹ do material nas escolas maranhenses. Herculana de Sousa é parabenizada pela autoria do livro pelo presidente da província que escreve³³¹: “*cabe-me louvar a Vme. Pelo importante serviço que com a publicação da dita obra acaba de prestar ao ensino da mocidade, ao qual Vme se dedica com desvelo*” (SOUSA, 1868, p.1).

catequizadora jesuítica	
Presença francesa no Rio de Janeiro e Maranhão	Abdicação de D. Pedro I e Regências
Extração do pau-brasil e instalação dos engenhos de cana de açúcar	Sedições no período regencial: Cabanagem, Sabinada e Balaiada
União Ibérica e consequências para a colônia	Sagração de D. Pedro II
Expedições exploratórias ao norte	
Presença e expulsão dos holandeses nas capitanias de Pernambuco e Maranhão	
A descoberta do ouro na região das minas	
Administração pombalina	
Chegada da Família Real	
Revolução Pernambucana de 1817	
Revolução do Porto e as Cortes Portuguesas	
Independência do Brasil	

Tabela (19). Fonte: SOUSA (1868).

Baseado em perguntas e respostas, esta forma de organização da narrativa remonta ao método de ensino empregado pelos livros de catecismo, usados “como mostram diversas fontes, como materiais de leitura para a escola primária, tradição herdada, ao que tudo indica, do período colonial, da educação jesuítica e, de modo mais amplo, dos países contra-reformados, em especial, Portugal” (GALVÃO, 2009, p.113). Vê-se, portanto, continuidades de culturas escolares anteriores convivendo com novas formas de ensino. É possível pressupor também que os manuais estruturados nesse método de perguntas e respostas privilegiassem o aspecto oral e mnemônico da aprendizagem. De todo modo, construir um compêndio de História do Brasil por meio do modelo religioso do catecismo revela o quanto as relações entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro ainda estavam bastante próximas sobretudo no que diz respeito ao campo da escola imperial: “(...) transladado para um conteúdo laico, é como se a profissão de fé direcionada à Igreja Católica e típica do Brasil colonial tivesse que ser, aos poucos, redirecionada para a crença em um país/pátria que se estava construindo naquele momento” (GALVÃO, 2009, p.115).

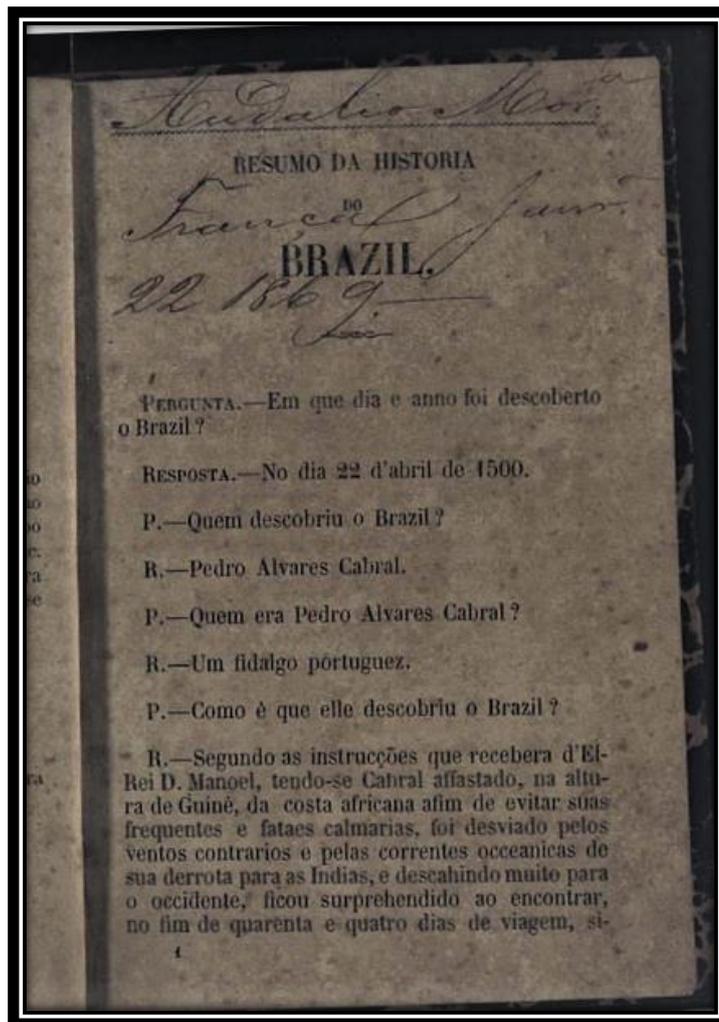


Fig. 28. Primeira página do livro *Resumo da História do Brasil* (1868).

O conhecimento histórico ensinado na escola primária encontra-se, assim, atravessado por pedagogias cívicas que deveriam reforçar a crença na nação – característica acentuadamente presente no *Resumo*. Método e conteúdo estavam politicamente imbricados em um discurso coeso que servia para dar sentido ao passado brasileiro, unificando-o como um espaço de tradições inventadas e experiências históricas que deveriam unir todos os súditos da nação em torno de um sentimento nacional de partilha de uma identidade. Mas qual identidade seria essa?

Se o método de aprendizagem utilizado no *Resumo da História* possuía uma relação de afinidade com a didática dos catecismos, o conteúdo da obra, por sua vez, estará bastante integrado aos debates de como escrever a história da nação, considerando ser esta uma

questão premente dos intelectuais do dezenove.³³² Ainda que a autora não cite suas fontes de pesquisa, a semelhança com os dois volumes do *Compêndio de História do Brasil* (1844) de José Inácio Abreu e Lima é notória, sendo possível perceber uma intertextualidade latente entre as obras, sobretudo, no recorte temporal escolhido por Herculana, que parece seguir à risca o longo e detalhado sumário³³³ presente na obra do militar e intelectual pernambucano.

Também Abreu e Lima, ao usar sua pena para consolidar as ideias de emancipação no Brasil, utilizava-se em vários escritos de recursos alegóricos, sobretudo dos pasquins,

de modo muito semelhante aos catecismos cívicos que proliferavam no Rio de Janeiro desde a época da emancipação política, os quais recorrendo ao método de perguntas e respostas típicas dos catecismos religiosos para a doutrinação religiosa, tinham por finalidade iniciar os novos cidadãos no universo da cultura política do constitucionalismo (MATTOS, 2007, pp.51-52).

O manual didático do militar e sócio do IHGB foi adotado no Colégio Pedro II entre 1856 a 1862 e permaneceu como um livro modelar de ampla circulação que inspirou outros autores a produzirem manuais de história para a escola primária, tais como as já citadas obras de Salvador Henrique D'Albuquerque (*Resumo da História do Brasil*) e José Pedro Xavier Pinheiro (*Epítome da História do Brasil*). Portanto, percebe-se que a mestra Herculana integra um conjunto mais amplo de esforços sistemáticos e coordenados para circunscrever a recente história da nação como disciplinar escolar, sobretudo quando há incentivo governamental, tanto da Corte quanto das províncias em premiar professores autores de compêndios, estimulando a publicação de obras didáticas.

Do conhecido manual de história de Abreu e Lima, *Compêndio da História do Brasil*, Herculana compartilhou uma narrativa predominantemente militar, episódica e factual, com semelhanças intertextuais nas seleções programáticas de conteúdo e nos modos explicativos. Desta forma, tais filtros culturais demarcavam uma estratégia que reflete também a necessidade das mulheres autoras se adequarem aos protocolos narrativos elaborados e aprovados pelos homens de letras. Do mesmo modo, essa questão foi aventada por Havelange (2007), no artigo intitulado “*Des femmes écrivent l’histoire. Auteurs féminins et masculins des premiers livres d’histoire pour la jeunesse (1750-1830)*”. E uma das indagações colocadas se baseava nos diferentes efeitos de socializações distintas entre homens e mulheres e como estes teriam impactado nas condições de possibilidade nos modos de ser historiador e historiadora, respectivamente. Nesse sentido, Havelange (2007), ao perceber como se dava a escrita de

³³² Os debates no interior do IHGB em relação a como se deveria escrever a história do Brasil resultou no concurso cuja tese vencedora em 1847 foi o programa de História Geral do Brasil, proposto pelo escritor alemão Von Martius, no qual apontou eixos orientadores para a produção de uma moderna história nacional.

³³³ Sobre isto, ver o estudo de Mattos (2007).

textos didáticos de homens e mulheres no período em referência (no caso, a França entre os séculos XVIII e XIX), não viu uma diferença significativa nas formas de escrita da história praticada por autores de ambos os sexos: “diversamente motivadas, as mulheres que escreviam livros de história para jovens não ofereciam um conteúdo profundamente diferente daquele fornecido por autores masculinos” (HAVELANGE, 2007, p. 51). Tal percepção apela menos às relações sociais de gênero e diz mais respeito às regras gerais da escritura histórica que deveriam ser seguidas uniformemente, de modo que as obras escolares pudessem ser adotadas e consumidas pelo público.

Herculana, com efeito, estava a par desses códigos e práticas culturais e os manjava plenamente em sua operação historiográfica (CERTEAU, 2002). A escrita escolar da história oitocentista estava assentada em uma ampla coleção de “fatos notáveis”, nas indicações dos “sucessos” de cada ano, e dos “sucessores” que caíam e subiam na administração do território, indicavam o quanto a narrativa histórica era permeada por personalismos, homens excepcionais e ações heroicas que falavam diretamente à construção de um sentimento nacional que pudesse dar conta de uma inédita condição de pertencimento ao povo brasileiro.

Assim, o conhecimento histórico a ser aprendido e ensinado repousava em uma sucessão temporal dos acontecimentos que possuíam características tão autoexplicativas quanto evidentes. Neste ponto específico, Herculana não destoava de outros autores já citados, como Abreu e Lima e Salvador Henrique D’Albuquerque, uma vez que a tônica da interpretação de uma história nacional repousava em um elogio das instituições e do Império – o que não significa, por si só, que não existam nuances acerca do papel da diferença sexual na configuração de diferentes epistemes compartilhadas por homens e mulheres. Certeau (*apud* SCOTT, 1992) também colocou essa questão em causa, ainda que de modo preliminar, ao levantar problematizações relacionadas ao sexo da autoria, junto com outros marcadores, como raça e etnia:

(...) Mas esta discussão requer o que tem sido dissimulado por uma epistemologia, a saber, o impacto das relações sujeito-a-sujeito (mulheres e homens, negros e brancos, etc.), sobre a utilização de técnicas aparentemente neutras e na organização de discursos que são, talvez, igualmente científicos. Por exemplo, partindo-se do fato da diferenciação dos sexos, deve-se concluir que uma mulher produz uma historiografia diferente daquela do homem? É claro que eu não respondo a essa questão, mas afirmo que essa pergunta coloca em questão o lugar do sujeito e requer tratamento diferente da epistemologia que construiu a “verdade” do trabalho, baseando-se na irrelevância do narrador (CERTEAU *apud* SCOTT, 1992, p.78-79).

O curioso é que o próprio Michel de Certeau aponta a questão ao identificar a existência de um impasse presente na relação entre gênero e epistemologia, mas não buscou elucidá-lo. Talvez uma resposta a essa pergunta, mais objetiva do que propriamente reflexiva,

venha das análises feitas por Natalie Zemon Davis (2006), quando enumerou os predicados e as virtudes epistêmicas necessárias para uma mulher se constituir como historiadora em uma época anterior à profissionalização do campo:

Para começar, nos interrogamos sobre os elementos indispensáveis para escrever uma obra histórica. (...) Em primeiro lugar, a pessoa em questão, a *femme savante*, deve ter acesso aos documentos concernentes ao seu objeto de estudo, quais sejam elas manuscritos impressos ou orais. Sua vida social deve ser suficientemente rica para lhe permitir elaborar perguntas, observar as intrigas, os conflitos e os debates. (...) Em segundo lugar, ela deverá ter acesso as convenções da escritura histórica, as suas regras de organização e de expressão. Mesmo os autores novatos iniciam geralmente respeitando essas regras, algumas das quais podem ser adquiridas facilmente a partir da leitura de textos históricos presentes nas bibliotecas das pessoas letradas. (...) Retornando a nossa futura historiadora, eu diria que o terceiro elemento indispensável, e mesmo primordial, é o interesse que ela traz, por sua atividade ou de outros lugares estreitos que lhe são próprios, aos domínios da vida pública sobre os quais toma parte a escritura histórica, a saber, a política e a religião (DAVIS, 2006, p.22).

Assim, para Davis (2006), a *femme savante* necessitaria, em suas experiências individuais, ter contato com as fontes da sua pesquisa, qualquer que fosse ela; como também deveria ser uma mulher interessada em assuntos candentes de seu próprio tempo, tais como a religião e a política, ainda que tomasse parte destes interesses a partir de estreitos limites sociais. E, por último, para desenvolver as práticas historiográficas possíveis, conhecer as formas narrativas da escrita sobre o passado era um critério considerado essencial e condição *sine qua non* para que tais escritoras se aventurassem na produção do conhecimento histórico, em seus tempos de ação.

Herculana, sendo uma mulher letrada dos setores médios, oriunda do contexto social do XIX brasileiro, com efeito, partilhava dos critérios elencados por Davis. Deste modo, pertencer as redes do magistério como professora particular e pública, lhe dava acesso ao gozo de determinada posição no espaço público e às instâncias da burocracia provincial. Como leitora e anunciante de jornais, poderia se manter informada acerca das notícias e das querelas políticas de seu tempo. Na condição de professora, ela provavelmente dispunha de alguns meios para acessar um repertório impresso que poderia ser variado, encontrado tanto em seu acervo pessoal quanto presente em bibliotecas sediadas na capital maranhense. E, reunindo tais elementos, mostrou conhecimento das regras da escritura histórica de uma obra escolar (DAVIS, 2007), considerando que era uma das premissas laborais atinentes à uma mestra que lecionava a disciplina História do Brasil, no segundo grau da escola primária. Portanto, as condições concretas, responsáveis pela construção de uma escritora do passado brasileiro, estavam dadas.

Assim, Herculana mostrava que estava a par dos requisitos necessários para compor uma obra escolar para a juventude em formação do Império. Ler, contar e memorizar eram as aprendizagens consideradas essenciais para a instrução elementar – requisitos mínimos de uma nação que se pretendia “civilizada”. A escola primária imperial, sobretudo no tocante ao currículo direcionado às meninas, orientava-se por conteúdos que pudessem educar e instruir a partir de uma oferta qualitativamente restrita de capital cultural ao sexo feminino, no contexto de uma ordem adequada para a manutenção da dominação masculina e das elites dirigentes. Memorizar abarcava também aprender acerca da história da nação como uma das formas mais apropriadas de se constituir a ideia de uma identidade brasileira, sob os auspícios de uma cultura política capaz de garantir a continuidade do projeto emancipatório e monárquico.

Mergulhada em seu tempo, a prática educativa centrada na memorização de conteúdos correspondia a um conjunto de procedimentos didáticos que ultrapassa a percepção da questão pelo viés de um isolamento correspondente a escolha do professor (...). (TOLEDO, 2014, p.255).

Seguindo tais parâmetros, Herculana em sua obra empregava o método baseado em perguntas e respostas que iniciavam no ano de 1500 (chegada portuguesa na América – recorte temporal criado para ser pensado como a inauguração do passado colonial brasileiro) e finalizavam em 1840 (início do Segundo Reinado, momento político que deveria ser fortalecido por meio de um ensino voltado para o respeito às instituições); tais escolhas metodológicas, verdadeiros experimentos de uma didática da história pátria, tornam o livro *Resumo da História do Brasil* uma espécie de cronologia comentada com finalidades didáticas que vai da colônia até o império, especificamente, o início da maioridade de D. Pedro II. E o recorte temporal escolhido evidencia o predomínio de uma história político-administrativa, cujo fluxo dos acontecimentos se dão em um tempo ágil capaz de “caber” em perguntas curtas e respostas objetivas.

Em relação às unidades temáticas da obra, é bastante difícil, à primeira vista, vislumbrar como o livro foi dividido, já que também inexistente um sumário e não há separação por capítulos, e, função disto, expusemos acima dois quadros identificando os conteúdos abordados nos períodos colonial e imperial. A narrativa da mestra opera a partir de um fluxo único, ausente de itens ou sub-itens que possam identificar de qual período histórico a autora aborda. Em sua maior parte, o livro é dedicado a narrar acerca da história colonial (páginas 1 a 110), reservando um diminuto número de páginas para a fase do Brasil independente (p.111

a 151), de modo que a proporção dada à colônia ocupa 71,5% do livro enquanto o pós-independência corresponde a apenas 29,5% do total da narrativa histórica do manual.

O *Resumo da História do Brasil* possui um ritmo dinâmico em seu método de ensino e realiza uma seleção cultural provavelmente, a partir da obra que lhe é matriz, isto é, o *Compêndio de História do Brasil* de Abreu e Lima, o que lhe confere, ao mesmo tempo, características tanto ligadas a uma tradição historiográfica quanto introduziam novos modelos de ensinar e aprender história – para um inédito público escolar feminino. Em termos de pesquisa, procede a uma operação intelectual de natureza bibliográfica e compilatória, que visava atender novas demandas que estavam sendo configuradas no interior da cultura escolar oitocentista traduzidas por uma relação crescente e constitutiva entre disciplinas escolares e manuais didáticos.

O mérito pedagógico e epistemológico de Herculana foi adaptar longos volumes de História do Brasil para as necessidades dos alunos e alunas da escola primária, buscando tanto uma narrativa mais acessível quanto uma linguagem mais didática, possível de ser compreendida por crianças e jovens. E as duas formas de narrar de ambos os autores se aproximam,³³⁴ sobretudo quando atribuem um caráter de centralidade às guerras holandesas, vistas como uma espécie de laboratório da nacionalidade em tempos coloniais, quanto à Revolução Pernambucana de 1817, em que se destacou a figura do Padre Roma, pai de Abreu e Lima.

Outro ponto a destacar é a circulação da obra do historiador pernambucano pelo norte, em especial, no Maranhão.³³⁵ O *Compêndio de História do Brasil* era adotado em escolas particulares da província maranhense, como também, anunciado por livreiros locais³³⁶. Tal fato pode ter contribuído para popularizar os seus livros por entre o público leitor situado no Maranhão, desde o seu lançamento, em 1843. No entanto, ter identificado semelhanças entre uma obra e outra³³⁷, não significa que Herculana não tenha se alimentado de outras fontes

³³⁴ Esse diálogo intertextual também foi notado também pela Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, na edição 20 de 1918. Em breve texto, se aponta alguns autores que reproduziram as interpretações de Abreu e Lima e Herculana, foi arrolada entre eles.

³³⁵ O Colégio de N.S. da Conceição, estabelecimento particular para o sexo feminino, neste anúncio publiciza a adoção da obra de Abreu e Lima para a disciplina de História do Brasil, em 1868 (Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial, ed.1).

³³⁶ No Publicador Maranhense (1845, ed.289), localizamos um caso de livreiro maranhense anunciando o *Compêndio de História do Brasil*, de Abreu e Lima, poucos anos após a publicação da obra.

³³⁷ E um dos exemplos dessa notável intertextualidade, se refere ao trecho em que Abreu e Lima e Herculana Vieira se referem ao Padre Nóbrega. A autora, no caso, utiliza os mesmos adjetivos que o historiador pernambucano lançou mão para examinar a atuação do religioso no contexto do empreendimento colonial. Assim se refere Abreu e Lima (1843, p. 82): “Nóbrega por seus incessantes desvelos e benefícios merece figurar com honra nos annaes do Brasil, onde levantou a moral sobre os fundamentos da Religião e da sã politica, sustentou a Colonia vacillante, e foi **verdadeiro legislador dos indios**. Nenhum homem empregou a na vida

para escrever o *Resumo*; em uma cultura escolar marcada pela compilação, apenas apontamos o que parece ser a sua influência historiográfica mais visível. Além de Abreu e Lima, outro livro de História do Brasil já circulava pelo território nacional, como o manual didático de Joaquim Manuel de Macedo, *Lições de História do Brasil*, publicado em 1861, ou seja, sete anos antes do *Resumo* de Herculana vir à lume – sendo razoável aventar a hipótese que a mestra tenha acessado também essa e outras obras de síntese da história nacional.

Vale destacar que escrever livros escolares com base em compêndios reconhecidos e amplamente consumidos, não foi uma prerrogativa exclusiva da mestra Herculana. O próprio Abreu e Lima esclarece que, “portanto, a minha obra não é uma composição original, mas uma compilação de vários autores, que julguei mais habilitados [...]” (LIMA, 1844, p. 8). Deste modo se observa uma relação simbiótica entre autores que intercambiavam olhares e perspectivas na constituição de uma historiografia didática voltada para um público escolar. Percebe-se, sobretudo na primeira metade do século XIX, a emergência de “um modo compilatório, que atende a demanda social por sínteses pragmáticas, ligando-se mais profundamente ao mercado editorial e ao mundo emergente de um leitor não -especializado” (ARAÚJO, 2015, p.365). A compilação foi um dos modos da escrita da história utilizados no campo intelectual oitocentista, que, apesar de bastante criticado posteriormente por membros ilustres do IHGB como Varnhagen, logrou considerável êxito no ensino, alimentando a produção de novas obras voltadas para abastecer um nascente e promissor mercado editorial escolar.

Obras estas que atuaram duplamente como vetores de divulgação de um determinado conhecimento histórico e como instrumentos da invenção de tradições no contexto da historiografia brasileira, haja vista que acenavam tanto para um certo adensamento da experiência da escrita da história quanto para democratizá-la, ampliando o acesso à um maior número de leituras acerca do passado (ARAÚJO, 2015). Isto é, tais publicações de caráter compilatório, se constituíram em um modo bastante eficaz de popularizar e consolidar tradições que aos poucos se enraizaram na cultura escolar brasileira. Se Abreu e Lima e Herculana produziram seus manuais em meio a práticas semelhantes de compilação e seleção de dados, por que em nossa historiografia um é chamado de historiador e a outra é apenas “autora de obras didáticas” (MEIRELLES, 1955)?

com mais actividade, nem mais utilmente para a sua patria e para os seus semelhantes”. E Herculana Vieira, subscreve tal juízo de valor (1868, p.20): “Por este mesmo tempo morreu o Padre Nobrega, digno apostolo do Brazil e que consagrou todos os momentos de sua vida à propagação do evangelho entre os indigenas, pugnando sempre pela sua causa e arrostando todas as fadigas, todos os sofrimentos, para fazer reinar a az, a moral religiosa e a prosperidade da nascente colônia. Enfim, esse **verdadeiro legislador dos índios** sucumbiu a tantos trabalhos na idade de cincoenta e três anos. Sua memoria deve ser grata a todos os corações brasileiros”.

Coligindo datas e fatos de uma ampla temporalidade, o livro *Resumo da História do Brasil* constrói uma narrativa de síntese, tanto do ponto de vista do conteúdo quanto do público ao qual foi inicialmente endereçada – alunas da escola primária, suas principais interlocutoras. Ao mesmo tempo que se alimenta de tradições historiográficas que estavam se enraizando na história escolar, o manual, do mesmo modo, as cria e dissemina. Como afirmamos outrora, e a história dos “fatos notáveis”, da sucessão temporal rápida e fragmentada, dos homens corajosos e guerreiros a encampar o grandioso projeto da colonização portuguesa que culminará no regime imperial. Também é uma história dos detalhes precisos, das minúcias da guerra, dos estabelecimentos administrativos, das boas obras católicas. Uma história ampla do ponto de vista geográfico; eventos históricos de todas as regiões do Brasil (norte e sul) são perfilados um a um, advogando em prol da ideia da unificação territorial – questão ainda aberta no dezanove brasileiro. Nesse sentido, “formular uma interpretação do país que mantivesse sua extensa unidade territorial, fortalecendo a centralização político-administrativa” (TOLEDO, 2014, p.249) foi uma das premissas principais assumidas pela escrita da história de Herculana. A história escolar é, indubitavelmente, uma pedagogia da nação (GASPARELLO, 2004) com vistas a promover uma espécie de convencimento patriótico à infância e juventude brasileiras.

Diante da vasta coleção de acontecimentos e datas relativas à história do Brasil, iremos selecionar alguns trechos do *Resumo* que se mostram bastante significativos do ponto de vista de uma interpretação das linhas gerais da história nacional escolar tornadas consagradas nos currículos e livros didáticos, isto é, que dizem respeito a uma *melhor* forma de escrever a história brasileira, apresentando conteúdos já canônicos na cultura escolar. A ideia aqui não é proceder a um exame exaustivo de cada ponto abordado no manual, mas de pensar as representações do passado brasileiros e seus usos articulados à uma pedagogia que visava demonstrar exemplarmente a viabilidade da nação através da sua história.

Viabilidade esta que tem um ponto de partida bastante definido. A história do Brasil é iniciada com a chegada de “fidalgos portugueses³³⁸” O Brasil é pensado como produto da iniciativa aventureira (descoberta ao acaso) de um homem distinto do Reino, Pedro Álvares de Cabral. A chegada do navegador no mês de abril à costa brasileira é prontamente identificada com a Páscoa, data cristã, explicação que adquire sentido à medida que se percebe os usos de uma prática voltada para um catecismo patriótico em que era importante afirmar o quanto a presença portuguesa estava em articulação com a Igreja Católica.

³³⁸ SOUSA, 1868, p.1

A partir dessa perspectiva, torna-se importante mencionar a missa que fora celebrada, assim como a data (26 de abril) e o nome do padre (Frei Henrique) como elementos que fornecem legitimidade ao ato de fundação da “nação”. O Brasil já surge como território unificado na primeira pergunta do livro. É lícito supor que o anacronismo aqui foi politicamente produzido no intuito de forjar que um território, que sequer tinha sido transformado em colônia, já se constituísse a partir de 1500 como pátria a ser apreciada pelos escolares. Deste modo, a “pátria brasileira” era uma realidade de antemão trazida pelos portugueses quando por cá aportaram. No *Resumo* o desenrolar dos fatos históricos confluem para o destino final da saga portuguesa que culmina com o surgimento do Estado-nação através do Império.

Mais adiante a autora explica o nome dado ao território (em referência à madeira do pau-brasil) e aborda temas que serão recorrentes em sua narrativa, como a exploração das vastas áreas, viagens de reconhecimento do litoral e fundação de estabelecimentos coloniais. A costa brasileira é tornada objeto da ação europeia colonizadora. Os obstáculos postos no caminho dos portugueses eram dois: os indígenas considerados *selvagens* e os estrangeiros invasores, em especial espanhóis, franceses e holandeses, como ilustra essa passagem em que narra as ações do governador-geral Mem de Sá:

Marchou contra os aymorés que devastavam as capitâneas em Porto Seguro e Ilheos, bateu-os por várias vezes e conseguiu recalcal-os mais de sessenta legoas pelo interior. Porém a este tempo já os tamoyos, que então eram senhores de todo o território situado entre o Rio de Janeiro e São Vicente, se reuniam para atacar os portugueses, como com effeito atacaram o estabelecimento de São Paulo, que foi defendido pelos indios christãos, comandados pelo valente Tebyriçá (ou Martim Afonso, como se chamou no acto do baptismo). Mas os tamoyos, repellidos de São Paulo, atacaram as capitâneas de São Vicente e do Espírito Santo, onde morreu em um combate Fernão de Sá, filho do governador geral. Continuando os tamoyos, cada vez mais incarnizados, a guerra, os padres Nóbrega e Anchieta resolveram entregar-se como reféns aos selvagens, com o fim de ver se obtinham d’elles a paz por meio de persuasão e da brandura. De facto, depois de cinco mezes que viveram entre os selvagens, soffrendo toda a sorte de torturas e trabalhos, conseguiram por último a paz para as colônias.³³⁹

São frequentes as passagens em que o indígena surge como empecilho aos portugueses, com suas práticas de canibalismo e nas alianças feitas com estrangeiros, em especial os franceses. Seguindo também uma tradição historiográfica oitocentista assentada na noção de que indígenas não possuíam história, a eles somente é reservada a breve descrição de determinadas características de suas culturas, como as línguas faladas e informações acerca de sua distribuição geográfica. A positivação do índio ocorre apenas quando este é objeto de catequese pelos jesuítas (com destaque para atuação dos padres jesuítas Nóbrega e Anchieta)

³³⁹ Idem, p.16.

e quando se aliam aos portugueses nas guerras territoriais, isto é, quando *colaboram* para a execução do projeto colonial. A coragem indígena – no século XIX bastante decantada pelo romantismo indianista – em narrativas didáticas só faria sentido se estivesse a serviço das causas portuguesas.

Pergunta: *O que há de mais notável na história do Brasil desde 1568 até 1572?*

Resposta: Foi o destroço total por corsários francezes de uma grande frota que vinham D. Luiz de Vasconcellos, nomeado governador do Brasil e sucessor de Mem de Sá e sessenta e nove padres, com a missão de derramarem a fé christã entre os gentios. O infeliz governador morreu combatendo, e dos sessenta e nove missionários apenas escapou um, que trouxe à Bahia a notícia d’esta desgraça. Por este mesmo tempo morreu o padre Nóbrega, digno apóstolo do Brasil e que consagrou todos os momentos de sua vida à propagação do evangelho entre os indígenas, pugnando sempre pela causa e arrostando todas as fadigas, todos o soffrimentos, para fazer reinar a paz, a moral religiosa e a prosperidade da nascente colônia. Enfim, esse verdadeiro legislador dos índios succumbiu a tantos trabalhos na idade de cinquenta e tres annos. Sua memória deve ser grata a todos os corações brasileiros³⁴⁰.

À medida que os portugueses vão derrotando seus *inimigos*, a colônia adquirirá status de pátria; é na guerra e na defesa dos territórios que o espírito brasileiro será forjado. É na *porfiada peleja*, termo bastante utilizado pela autora, que o sentimento nacional poderá aflorar fortemente. A guerra holandesa é talvez o maior exemplo do quanto supostamente as “raças” se uniram em prol da “pátria”: índios, negros e portugueses representados por nomes como Felipe e Clara Camarão, Henrique Dias³⁴¹ e João Fernandes Vieira, respectivamente. Este último, Fernandes Vieira é considerado um “valeroso mancebo” (p.36) por suas ações estratégicas que resultaram na expulsão dos holandeses em Pernambuco. Chama atenção também a forma com que o casal Camarão é retratado na narrativa do manual; índios brasileiros que atuaram com “patriotismo e coragem”, reforçando a perspectiva historiográfica dos índios existindo apenas como aliados ou inimigos dos portugueses.

À Clara Camarão é reservado o adjetivo de “heroína” – devendo servir como modelo feminino a ponto de exaltar para suas alunas: “*bello exemplo, minhas discípulas, de acrysolado patriotismo, digno por certo de ser imitado*”.³⁴² A indígena é a única mulher retratada no manual que não pertence à Corte portuguesa; porém, suas ações a serviço da causa lusitana lhes reservaram um lugar de destaque no panteão de heróis e heroínas da história escolar oitocentista. Se a nobreza não advinha do sangue poderia vir das boas ações

³⁴⁰ Idem, pp. 19-20.

³⁴¹ O negro Henrique Dias é considerado ainda um dos heróis da guerra holandesa por ter lutado contra os batavos e ter arregimentado o seu “povo”, sendo comparado por Herculana como um “scevola da Roma Antiga” (ibdem, p.48). Assim, a guerra holandesa é pensada também como o momento da união das raças em prol de um objetivo comum, que é a defesa da “pátria”.

³⁴² Idem, p. 37.

patrióticas – isto é, feitos “notáveis” o suficiente para serem registrados na memória oficial que estava se constituindo. A história como mestra da vida deveria fornecer exemplos morais para guiar as ações futuras (KOSELLECK, 2006).

E do mesmo modo que se apontam heróis, se apontam também os detratores e inimigos da nação, que não são apenas os estrangeiros, mas aqueles *brazileiros* que não honram a sua pátria e são considerados o anti-exemplo; tais análises históricas estão impregnadas por uma pedagogia moral de fundo maniqueísta. E o lugar do anti-herói é ocupado exemplarmente por Calabar, o “molato alagoano”³⁴³ considerado traidor dos portugueses, portanto, agindo de modo desleal diante da causa “brasileira” por ter se aliado aos holandeses.

Influenciada pela historiografia que toma Calabar como um *judas* dos trópicos, Herculana de Sousa dedica algumas linhas que soam como um alerta moral para suas discípulas: “Calabar ficou prisioneiro e pagou com a própria vida a sua traição n’esta mesma villa, onde nascera.”³⁴⁴ O desfecho trágico do *molato* percebido através de uma perspectiva punitiva, assinala o quanto a ideia de nação brasileira que estava se desenhando no século XIX não acomodava figuras que destoassem de uma memória da experiência colonial favorável aos lusitanos.

Sem dúvidas, é a guerra holandesa o evento histórico da colônia que merece por parte da autora uma atenção especial que resultou em um maior número de páginas que pudessem dar conta dos pormenores relacionados à presença flamenga em Pernambuco, Bahia e Maranhão durante o século XVII. Ao se referir sobre os acontecimentos relacionados à expulsão dos holandeses no Maranhão, a autora nomeia a resistência dos habitantes locais de “patriótica empresa”,³⁴⁵ ao passo que em Pernambuco, os conflitos contra os batavos objetivavam “libertar a pátria”.³⁴⁶ Com a definitiva expulsão dos estrangeiros, o sentimento nacional poderá aflorar, no que a própria autora os estimula:

Pergunta: *Que medidas tomou o governo hollandez?*

Resposta: Reforçou as guarnições em todos os pontos, e esperando tirar resultado da sedução mandou oferecer a Fernandes Vieira dois milhões para abandonar a empresa e sahir do Brazil; mas elle rejeitou com indignação a infame proposta e em seu próprio nome declarou guerra à Hollanda! Assombrado o Supremo Conselho com este atrevido arrojo, publicou um decreto pondo à preço a cabeça de Vieira, ao qual elle respondeu pondo igualmente à preço a cabeça de cada um dos membros do

³⁴³ Idem, p.40.

³⁴⁴ Idem, p.44.

³⁴⁵ Idem, p.53.

³⁴⁶ Idem, p.54.

Conselho. Tanta abnegação e patriotismo, minhas discípulas, são raros e tornam aqueles que são dotados de character tão sublime distintos e louvados em todas as eras, como os primeiros entre seus patrícios.³⁴⁷

Além de estrangeiros e indígenas *selvagens*, outros obstáculos pareciam se impor diante da empresa lusitana. O quilombo de Palmares surge na narrativa cronológica de Herculana como resultado direto das agitações oriundas da presença holandesa na capitania de Pernambuco. Importante destacar que essa passagem é praticamente a única do livro que faz referência ao processo acerca da escravidão africana. Descrevendo Palmares como uma experiência que ensaiou uma “república”³⁴⁸ de negros fugitivos, esse episódio é tornado mais uma vez como um acontecimento pedagógico feito para capitular diante das tropas portuguesas:

Pergunta: *O que era essa republica dos Palmares?*

Resposta: Era um quilombo onde se achavam reunidos e organizados em governo uns vinte mil negros escravos que, tendo fugido durante a ocupação de Pernambuco pelos holandeses, se tinham acoutado nas matas, ao pé da serra, chamada Barriga, na província das Alagoas, d’onde sahiam a devastar as povoações. Formaram uma espécie de republica, elegendo de entre os mais bravos um chefe, que denominavam Zumbi. O Vice-Rei enviou ao capitão-mór das Alagoas Caetano de Mello uma fôrça de sete mil homens que depois de uma obstinada resistencia dos aquilombados conseguiu aniquilar esses temíveis Palmares (1697).³⁴⁹

Apenas em alguns poucos momentos específicos da narrativa são tecidas críticas ao projeto colonizador lusitano. Uma delas, no que a autora julga como ambição pela exploração das minas no século XVIII, é considerada maléfica para a colônia pois fez com que se abandonassem “a agricultura e a indústria sem enriquecer o paiz”.³⁵⁰ E pela primeira vez também que Portugal é nomeada como “metrópole”,³⁵¹ evocando, portanto, um termo que anunciava tensas relações comerciais:

Pergunta: *Que resultado teve o Brazil o descobrimento de tantas riquezas?*

Resposta: A descoberta desses immensos thesouros só serviu para fazer abandonar a agricultura e a industria, sem enriquecer o país, pois todas essas riquezas iam alimentar o luxo desenfreado da metropole que absorvia quanto ouro e pedra eram extrahidos das minas; sendo aquelle em tanta abundancia que no anno de 1749, no espaço de um mês, extrairam-se das minas de Mato Grosso quatrocentos arrobas desse metal.³⁵²

³⁴⁷ Idem, p. 55.

³⁴⁸ Idem, p.76.

³⁴⁹ Idem, pp. 75-76.

³⁵⁰ Idem, p. 81.

³⁵¹ Ibidem, p.81.

³⁵² Ibidem, p. 81.

Após essa digressão voltada para os novos negócios que se estabeleceram na colônia com a exploração de metais preciosos e criação de companhias comerciais ao norte, a autora introduz as ações efetuadas pelo Marques de Pombal para celebrar a sua memória, exortando o ministro português como aquele que, por meio de suas reformas, estabeleceria “benefícios”³⁵³ ao “Brasil”:

Pergunta: *Qual é o maior benefício que o Brazil deve a El-Rei D. José e ao seu primeiro ministro, o célebre Marquez de Pombal?*

Resposta: Foi o da liberdade dos indios, decretada por lei de 5 de julho de 1755, declarando-os absolutamente livres, como os demais brasileiros. Podendo como taes dispor de suas pessoas e bens, segundo lhes aproovessem. Esta lei foi mandada afixar em todas as praças das principaes cidades do Brazil e especialmente nas cidades de Belem e de São Luiz do Maranhão. N’este mesmo anno instituiu o Marquez de Pombal a companhia commercial do Pará e Maranhão, com o fito de promover o commércio e a agricultura. Elle prohibiu que os colonos ricos enviassem como era de costume, suas filhas para os conventos de Portugal, Hespanha e Italia.³⁵⁴

Mas a condição colonial também foi questionada, sobretudo na passagem que aborda a Conjuração Mineira, chamada pela autora de “tentativa de revolução”³⁵⁵ alimentada por um “imaturu patriotismo”.³⁵⁶ Assim é apresentada a figura de Tiradentes, uma espécie de herói fora do seu tempo, atuando junto com outros “homens ilustres” e, sendo responsáveis por um “sucesso notável”³⁵⁷ em fins do século XVIII na região das Minas Gerais:

Pergunta: *Que successo notavel aponta a história do Brazil do anno de 1788?*

Resposta: N’este anno appareceu em Villa Rica, capital da capitania de Minas Geraes, uma tentativa de revolução para independencia do Brazil, planejada por alguns homens illustres, mas inexperientes, parte dos quaes pagaram cruelmente com a vida seu prematuro patriotismo. Um dos conspirados chamado Joaquim Silvério dos Reis praticou a infamia de denunciar o plano da conspiração e os nomes dos conjurados ao governador Visconde de Barbacena, e em consequencia foram immediatamente presos sem a menor resistencia (1789). O chefe dos conjurados Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha Tiradentes, morreu na forca; o poeta Cláudio Manoel da Costa e Joaquim da Silva Pinto do Rego Fortes morreram na prisão, os outros entre os quaes se achavam os poetas Alvarenga e Gonzada, (o mavioso Dirceu) foram em 1792 desterrados!³⁵⁸

³⁵³ Idem, p. 83.

³⁵⁴ Ibidem, p. 83.

³⁵⁵ Idem, p. 88.

³⁵⁶ Ibidem, p. 88.

³⁵⁷ Ibidem, p. 88.

³⁵⁸ Idem, pp. 88-89.

De resto, a ação portuguesa caminhará de modo politicamente predestinado, enfrentando as guerras pela ampliação das fronteiras e conflitos internos de norte a sul, mas que disso resultará na construção do Império – pelo qual todas as ações do passado encontrarão a sua justificativa maior, sobretudo, a partir da chegada de D. João VI e sua comitiva, anunciando a “aurora da emancipação”³⁵⁹ e, anos depois, após realizada a independência em 1822, chegava-se mais próximo de um “futuro próspero e brilhante”³⁶⁰ ao Brasil.

Pergunta: *Quaes foram as vantagens principaes que tirou o Brazil do estabelecimento da côrte no Rio de Janeiro?*

Resposta: Com o estabelecimento da côrte tiveram principio a maior parte das instituições hoje mui aperfeiçoadas, de que gosa o Brazil; promulgando-se a 28 de janeiro de 1808 o salutar decreto que abriu os portos brazileiros ao commercio das nações amigas, creando-se desde logo os principaes tribunaes para administração da fazenda e da justiça; estabeleceram-se repartições para regular o commercio, fabricas e outros objectos; montou-se a typographia régia; fundaram-se a capella real, a fabrica de polvora, o thesouro público, as academias da marinha, do exercito e médico-cirurgica, a bibliotheca real, e vários outros estabelecimentos como: archivo militar, o hospital militar, o jardim botanico, a academia das bellas-artes e o arsenal de guerra. Emfim, por carta régia de 12 de outubro d’este mesmo anno de 1808 foi creado o banco do Brazil.³⁶¹

Como mulher de letras, mostra-se entusiasta pelas instituições científicas criadas após 1808, destacando o estabelecimento da tipografia régia, da Academia da Marinha, do Arquivo Militar, da Academia de Bellas-Artes, do Teatro Real e do Museu Nacional. Já durante a fase independente, Herculana menciona a fundação das faculdades de Direito em Olinda e São Paulo, bem como enfoca especialmente a fundação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro em 1838, considerando ser este o fato mais “notável” daquele ano:

Pergunta: *Qual a instituição creada em 1838?*

Resposta: A 21 d’outubro deste anno consegue o Conego Januário da Cunha Barbosa fundar o Instituto Historico, Geographico e Etnographico do Brazil.³⁶²

No caso de uma obra didática de História, feita para, sobretudo ser apreciada pelos membros dessa academia ilustrada, a menção ao IHGB é praticamente obrigatória. A ênfase dada ao Instituto e a sua inclusão na narrativa como fato histórico digno de figurar na memória da nação é um ato político de reconhecimento e uma estratégia para que o manual fosse relevante e estivesse em diálogo com essa importante instituição imperial. Abordar o rol

³⁵⁹ Idem, p.91.

³⁶⁰ Idem, p.115.

³⁶¹ Idem, p. 92.

³⁶² Idem, p.149.

de espaços intelectuais fundados após 1808 também possuía a finalidade de pensar a nação brasileira em termos de *progresso* frente à própria Europa, sobretudo Portugal, França e Inglaterra – que atuavam, com suas sociedades científicas como um forte parâmetro de comparação em termos civilizatórios, estabelecidos pelo imaginário da intelectualidade nacional.

As críticas da autora, após a chegada da família real passam a ser dirigidas tanto às Cortes de Lisboa quanto aos conflitos internos verificados através das disputas entre os partidos liberal e conservador. E também há um rigoroso olhar aos portugueses pelas sanções das cortes de Lisboa impostas a D. Pedro I, os “decretos absurdos e vexatórios,”³⁶³ por ocasião da Revolução Liberal do Porto. A crítica ao *modus operandi* das Cortes de Lisboa pode ser vista como uma forma de fortalecer a recente história do Brasil e ao mesmo tempo tecer elogios à monarquia que possibilitou a saída da condição colonial para a de nação independente, já que diante dos abusos de Portugal, com suas medidas impopulares “fazendo ver aos brasileiros que a sua sorte dependia só d’elles mesmos”.³⁶⁴

E os *brazileiros* estariam representados pelos homens ilustres em atitudes heróicas que, por sua vez, possibilitaram a independência do país. Nesse sentido, Herculana põe em primeiro plano a figura de José Bonifácio de Andrada – evocado aqui como hábil político e conselheiro experiente de Pedro I, a quem lhe sugerira a sua permanência como forma de evitar que principiasse “o signal da divisão do Brasil,”³⁶⁵ mas sem esquecer também a atitude individual e heróica do príncipe regente:

Pergunta: *Quaes foram os primeiros actos do príncipe, logo que resolveu ficar no Brasil?*

Resposta: O principal foi a nomeação de José Bonifácio de Andrade e Silva, em data de 16 de janeiro d’este anno, para ministro dos negocios do reino e estrangeiros. José Bonifacio, cujo nome symbolisa o mais acrisolado patriotismo e a sciencia, e o talento, procurou desde logo aplainar o caminho para a Independencia do Brazil, reunindo as provincias n’um interesse commum. Para este fim promulgou-se o decreto de 16 de fevereiro, convocando um conselho de procuradores das provincias, cujos membros deveriam ser escolhidos, na razão de um conselheiro por cada província, que tivesse dado quatro deputados às Côrtes. D. Pedro declarou-se presidente d’este conselho³⁶⁶.

Enquanto jovem monarca, Pedro I é evocado como um homem de temperamento instável, mas ainda capaz de tomar decisões acertadas em prol do *bem de todos e felicidade geral da nação* bradando gritos de “independência ou morte!” enfrentando, assim, os “actos

³⁶³ Idem, p. 114.

³⁶⁴ Ibidem p.109.

³⁶⁵ Idem, p.110.

³⁶⁶ Idem, p.112.

vexatórios” das Cortes portuguesas, rompendo com Portugal ao mesmo tempo que dava os primeiros passos para inaugurar uma nação que se fundava através de um corajoso ato de rebeldia diante de sua metrópole:

Pergunta: *Como respondeu o príncipe a todos esses actos vexatórios?*

Resposta: Exasperado pela falta de consideração com que era tratado pelas Côrtes portuguesas, no dia 14 de agosto partiu para S. Paulo, onde tinham havido algumas desintelligencias entre o presidente da junta d’aquella provincia e a familia dos Andradas, deixando a princeza real³⁶⁷ encarregada da regencia. Com a sua presença serenaram immediatamente os animos, e de volta para o Rio, chegando às margens do Ypiranga, riacho nas visinhanças de S. Paulo, recebeu cartas d’el-rei seu pae que o decidiram a proclamar, no glorioso 7 de setembro, a independencia do Brazil, calcando os pés os iniquos decretos das Côrtes e dando o grito de – *independencia ou morte* que abriu as portas de um brilhante e prospero futuro a esta abençoada nação!³⁶⁸

Mas, além de “libertar o Brazil”³⁶⁹ em um primeiro momento, se tornava importante que o Imperador também agisse com firmeza diante das agitações que se alastraram pelas províncias, como o Pará e o Maranhão, que contestavam a adesão ao projeto da independência. A contratação do mercenário inglês Lord Cochrane é uma atitude considerada necessária para debelar a resistência ao governo central. Portanto, um bom monarca seria aquele que conseguisse a pronta pacificação das províncias sediciosas e que pudesse ser capaz de encaminhar “um futuro próspero e brilhante”.³⁷⁰ Mais uma vez o apelo à ordem verticalizada e excludente é tornado um processo inevitável e desejável para a formação do Estado-nação.

Herculana constrói a imagem do monarca temperamental e voluntarioso, que, mesmo conseguindo inicialmente a adesão a independência às custas das forças das tropas centralistas, sofre *a posteriori* com os constantes ataques da imprensa e a luta dos partidos políticos que estava ficando cada vez mais “encarniçada”,³⁷¹ e para a historiadora, “o estylo dos jornaes, cada vez se tornou mais insolente, atacando não só a pessoa do monarcha, como a Constituição do Imperio, e pregando a republica”.³⁷² Tais críticas contribuíam para que a situação de Pedro I se tornasse cada vez mais instável e suas medidas centralizadoras

³⁶⁷ Além desta menção à Leopoldina, Herculana se refere muito positivamente à imperatriz, quando da sua morte, enfatizando que a monarca era uma mulher bondosa e amava o país, reforçando igualmente, a imagem de uma nobre exemplar.

³⁶⁸ Idem, p.115.

³⁶⁹ Idem, p. 115.

³⁷⁰ Ibidem, p.115.

³⁷¹ Idem, p.138.

³⁷² Ibidem, p.138.

consideradas impopulares. O seu curto governo parecia precipitar insurreições e ideias republicanas tomavam conta de algumas províncias, dentre elas, Pernambuco e Minas Gerais.

A crise acentuada pelos conflitos entre brasileiros e portugueses culminava em vários levantes, como a Noite das Garrafadas, relatada por Herculana como momento ápice das animosidades entre os grupos políticos. A autora, a partir deste aumento da escalada de tensão no cenário brasileiro, descreve D. Pedro I com adjetivos que anunciavam uma decadência política vindoura: o Imperador estava “desgostoso”,³⁷³ “desenganado”,³⁷⁴ com “o coração extremamente magoado”³⁷⁵ com as insatisfações que surgiam por todos os lados, sugerindo, com efeito, que o estado de humor do monarca era resultado de uma certa ingratidão do *povo brasileiro* que parecia não compreender a grandeza do projeto imperial. Com uma imprensa que lhe fazia uma oposição “desabrida”³⁷⁶ no qual era “insultado diariamente pelos jornaes”,³⁷⁷ mais uma vez D. Pedro I se posiciona gerando ainda mais insatisfações por parte dos seus detratores, os “exaltados”:

Pergunta: *O que fez n’estas circunstancias o imperador?*

Resposta: (...) No dia 22 de fevereiro de 1831 publicou em Ouro Preto uma proclamação em que exprobrava os insultos que lhe eram dirigidos pelos jornaes, e os excessos da imprensa em geral. Porém esta proclamação, longe de produzir effeito, exacerbou ainda mais os animos odos exaltados contra o imperador, que regressou ao Rio de Janeiro desgostoso, e tão completamente desenganado, pela frieza e falta de respeito com que fôra tratado, que varias vezes, no decurso da viagem, manifestou a intenção, em que estava, de abdicar em favor de seu filho, e retirar-se para sempre do Brazil.

O seu coração estava extremamente magoado, vendo as calumnias dos jornaes exaltados, por mais absurdas que fossem, acreditadas nas provincias, e os actos mais insignificantes da sua vida adulterados em seu desabono, muitas vezes por aquelles mesmos a quem elle havia beneficiado.³⁷⁸

E em 1831, em meio às turbulências políticas internas, a iminente abdicação do imperador em favor do seu filho, o príncipe-regente Pedro II é vista como um ato final de sacrifício pela pátria por um monarca que demonstrava respeito às instituições e à Constituição que criara. Assim a autora descreve suas últimas ações antes de deixar o Brazil:

(...) Fatigado, o imperador em extremo d’esta luta, e resolvido a não soffrer a menor quebra do decoro e dignidade imperial, sentou-se a uma mesa, pelas duas horas da madrugada, e sem pedir conselho a ninguem, sem mesmo informar o ministério do que havia resolvido, escreveu do seu proprio punho a sua abdicação.

³⁷³ Idem, p.139.

³⁷⁴ Ibidem, p. 139.

³⁷⁵ Ibidem, p. 139.

³⁷⁶ Ibidem, p. 138.

³⁷⁷ Ibidem, p.138.

³⁷⁸ Idem, p. 139.

Pergunta: *Quaes são os termos d'essa abdicação?*

Resposta: São estes: “Usando do direito que a Constituição me confere, declaro que hei mui voluntariamente abdicado na pessoa do meu muito amado e presado filho, o Sr. D. Pedro de Alcantara.

Boa-Vista – 7 de abril de 1831, decimo da independencia e do imperio.”³⁷⁹

O retorno de Pedro I a Portugal inicia, portanto, a fase regencial evocada pela autora como um período de disputas e sedições explodindo na província do Maranhão, denominando a Balaiada, como uma revolta popular liderada pelo “pardo Raimundo Gomes.³⁸⁰” Herculana também menciona outros conflitos sangrentos ocorridos na mesma época no Pará, na Bahia (a Sabinada, que “foi de prompto aniquilada³⁸¹”), no Rio Grande do Sul e em Pernambuco. Uma fase de instabilidades e guerras civis que, na visão da autora, só foi atenuada em função da atuação da recém-criada Guarda Nacional em 1831. A narrativa do período regencial possui, deste modo, um caráter acentuadamente militar; as revoluções precisam ser “pacificadas” como forma de fazer valer a ordem do governo central. As lutas “encarniçadas” só terminaram após o início do governo de D. Pedro II, antecipado pelo projeto da maioria do imperador. De acordo com Herculana, “seu feliz governo³⁸²” teve como primeiro ato a concessão da anistia geral “a todos os implicados nas revoluções em todo o império³⁸³” que resultou na “pacificação total do Pará e do Maranhão.³⁸⁴”

Pensada como solução para as questões abertas da regência, a coroação de Pedro II é anunciada com movimentações rumo a uma “ordem”, sugerindo um governo aberto a negociações e que virá trazer a estabilidade pelo qual desfrutará o império. Baseia o ato final da narrativa em dois *thopos* específicos: a coroação do imperador e a conclusão da história do Brasil, na qual a autora opta por finalizá-la em 1840, conforme atesta o título do livro. Mesmo que o manual tenha sido publicado em 1868, ou seja, vinte e oito anos após o início do Segundo Reinado (com o país já mergulhado na Guerra do Paraguai), Herculana assim se justifica por não ter construído análises mais atualizadas da história do país: “porque os factos que se seguem, sendo de data mui recente, pertencem a historia contemporânea, e portanto fora completamente do nosso assumpto e de toda a conveniência.³⁸⁵”

³⁷⁹ Idem, p. 143.

³⁸⁰ Idem, p.149.

³⁸¹ Ibidem, p. 149.

³⁸² Idem, p. 150.

³⁸³ Ibidem, p. 150.

³⁸⁴ Ibidem, p.150.

³⁸⁵ Idem, p.151.

Dito isto, é possível perceber que a noção que a autora possui da História é aquela que está ancorada em um passado mais distante, ou seja, uma concepção de conhecimento histórico que prioriza a seleção de fatos mais distanciados do tempo presente de quem os analisa. Para Maleval (2010, p. 51), “dentro dessa operação historiográfica o presente deveria ser mantido fora do alcance da historiografia” - concepção esta amplamente compartilhada no âmbito do IHGB, que preconizava ser incompatível escrever a história capturando os eventos coetâneos à experiência de quem narra.³⁸⁶ Com efeito, estas perspectivas e escolhas teóricas e metodológicas, que produzem uma escrita que se pretende delimitada, coesa e objetiva, estão dentro do conjunto de estratégias elaboradas pelos historiadores e historiadoras e vão ao encontro da reflexão proposta por Certeau (2002, p.94):

De fato, a escrita histórica – ou historiadora – permanece controlada pelas práticas das quais resulta; bem mais do que isto, ela própria é uma prática social que confere ao seu leitor um lugar bem determinado, redistribuindo o espaço das referências simbólicas e impondo, assim, uma “lição”; ela é **didática e magisterial**.

Portanto, se conclui que a “boa” leitura e a “correta” interpretação das fontes disponíveis demandariam esforços somente possíveis após um tempo decorrido aos acontecimentos analisados; uma história mais “fria” e desvinculada dos riscos das paixões políticas, feita pelos historiadores. Assim, retornando à Herculana, a condição da verdade histórica estaria diretamente relacionada ao distanciamento temporal que ela conseguiria mobilizar; a história dita contemporânea, para ela, já implicaria em outras operações intelectuais que fugiam à “conveniência”. É possível aventar a hipótese que a recusa em continuar escrevendo episódios recentes estaria no fato de não ser preciso mencionar as críticas as quais atravessavam o império naquele momento; e, para isto, reificar os marcadores cronológicos da História do Brasil que abarcassem de 1500 à 1840 – recorte temporal tão eurocêntrico quanto pedagógico de uma ordem adequada às elites dirigentes do império, que vivam os anos finais da fase conciliatória, que acenavam para a crise escravista e o caso monárquico. Tais operações de fechamento de uma obra apelam, para além do “dever de terminar”, também para a relação, por vezes conflituosas, entre práticas históricas e a construção do discurso, como Certeau (2002, p. 94) preconizava:

³⁸⁶ O veto de Joaquim Manuel de Macedo enquanto parecerista do IHGB ao manual escolar *Epítome da História do Brasil* possuía essa recomendação, de não abordar a história do presente e que “não trouxesse à tona fatos há pouco tempo findados ou ainda em processo de execução. A narrativa tampouco poderia se referir a atores históricos que continuavam atuando naquele momento. Isso não seria pertinente a um relato que se quisesse imparcial, além de possibilitar constrangimentos com relação às atuações políticas dos indivíduos.” (MALEVAL, 2010, p.52).

A primeira imposição do discurso consiste em prescrever como início aquilo que na realidade é um ponto de chegada, ou mesmo um ponto de fuga da pesquisa. Enquanto esta dá os seus primeiros passos na atualidade do lugar social, e do aparelho institucional ou conceitual, determinados ambos, a exposição segue uma ordem *cronológica*. Toma o mais anterior como ponto de partida. Tornando-se um texto, a história obedece a uma segunda imposição. A prioridade que a prática dá a uma tática de desvio, com relação à base fornecida pelos modelos, parece contradita ao fechamento do livro ou artigo. Enquanto a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim, e esta estrutura de parada chega até a introdução, já organizada pelo dever de terminar.

O que efetivamente o livro *Resumo de História do Brasil*, de Herculana, nos mostra? Entendemos que ele nos aponta para uma série de questões. Primeiro, a circulação de obras como a de Abreu e Lima. Segundo, o conhecimento que Herculana, uma professora primária de Cururupu, tinha sobre essa produção historiográfica e editorial. Terceiro, mostra também o que significava ser “autor/ a” nesse momento, isto é, uma atividade não pautada na dimensão da originalidade, mas em tarefas de compilação, sistematização, didatização e em demandas de ordem pragmática (mercado editorial, demandas do ensino, por exemplo). Mostra, também, e isso nos interessa mais diretamente, dois outros aspectos interessantes: 1. Falar de escrita da história nesse momento é também falar dessa lógica diversa, que envolvia a popularização do conhecimento histórico (entendido fortemente como relato da nação e definição da nacionalidade) e a produção de materiais escolares; e 2) As estratégias de uma mulher professora para também se fazer escritora e historiadora.

Isto posto, uma das novidades lançadas por Herculana é que mulheres, na condição de professoras e autoras, estavam também habilitadas para abordarem o passado da nação. Em um universo situado na segunda metade do século XIX, em que as mulheres, aquelas as mais afetadas em diversos graus por mecanismos de exclusão, sendo consideradas propriedades de seus pais e maridos e direcionadas para o casamento, família, filhos, vida doméstica e religiosa, configurava-se em um enorme feito para que uma pessoa do sexo feminino conseguisse publicar um livro de História do Brasil, em 1868 – um pouco mais de quarenta anos depois da lei imperial de 1827, que concedia às meninas o direito de frequentarem a escola primária.

Destacamos que os esforços empreendidos por Herculana Vieira não são fruto de alguma excepcionalidade, mas estão dentro de um conjunto mais amplo de iniciativas femininas as quais buscavam uma maior abertura dos espaços às mulheres e inserção na vida pública via produção letrada. Nísia Floresta publica *O direito das mulheres e a injustiça dos homens* em 1832; Maria Firmina dos Reis escreve *Úrsula* em 1859; Ana Luiza de Azevedo Castro traz a lume em 1856 o romance indianista *Narcisa de Villar*; a imprensa periódica feminista também se mostra como uma das principais linhas de força a vocalizar os anseios

das mulheres por acessos mais amplos a educação, voto e cidadania. Assim, as aventuras letradas da mestra de Cururupu devem ser pensadas por meio de um escopo conjuntural em que leve em consideração, nos oitocentos, da existência de um grupo significativo de escritoras polígrafas e multifacetadas.

Sobre isto, Constância Lima Duarte (2017) pontua que, no momento em que as mulheres se assenhoravam do universo da leitura e da palavra escrita, elas começavam a pôr em curso processos relacionados à reivindicação de uma maior participação feminina no mundo do trabalho e da política, em projetos que são tanto individuais quanto coletivos, marcados por um despertar de uma consciência a respeito dos lugares de sujeição ocupados pelas mulheres na sociedade. Assim, a atuação da professora Herculana como autora de obras didáticas é bastante sintomática desse momento histórico da segunda metade do século XIX, em que grupos de mulheres, organizadas por ideais feministas e diversas outras perspectivas intelectuais, começavam a lutar pelo reconhecimento público como romancistas, poetisas, jornalistas, tradutoras e autoras de obras escolares, esta última atividade, que irá permitir a Herculana o exercício da escrita da história nacional.

Importante destacar que, além da primeira edição do *Resumo*, datada de 1868, houve uma outra impressão da obra, desta vez em 1880. Não conseguimos localizar essa segunda edição, mas recuperamos algumas notícias em torno dela a partir do que foi divulgado nos jornais, sobretudo no *Diário do Maranhão*.³⁸⁷ Ao que tudo indica, a obra foi impressa pela Tipografia de Magalhães – como também era vendida pela mesma casa livreira, que à época estava situada na rua de Nazaré, logradouro central e estratégico da capital da província. A repercussão da segunda edição se mostra mais tímida, até mesmo em relação à publicidade, considerando a baixa incidência de anúncios acerca da obra.³⁸⁸

O único documento que encontramos a registrar a menção ao uso dessa segunda edição foi feito pelo guia de leitura de autoria de Domingos Perdigão – *O que se deve ler* (1922/1923), livro este voltado para as “práticas de leitura, na formação de uma comunidade de leitores e na “edificação” de uma biblioteca ideal” (BASTOS; ERMEL, 2011, p.417). Não deixa de ser significativo perceber que o manual didático de Herculana, com características tão acentuadamente monarquistas, ainda figurava como uma obra relevante nas primeiras décadas republicanas.

A partir das informações levantadas, a segunda edição do *Resumo*, demonstrava ser apenas uma nova reimpressão, mantendo o conteúdo inalterado. Dito isso, a julgar pela

³⁸⁷ Diário do Maranhão, 1880, ed. 2180.

³⁸⁸ No jornal Pacotilha (1880, ed. 177), consta um anúncio de 1884 da venda do *Resumo da História do Brasil*.

permanência do título, parecia não se tratar de uma edição revista e renovada – algo que tornava a obra, de certo modo, desatualizada frente à outras que estavam sendo lançadas na província maranhense. Abaixo segue o único anúncio encontrado que descreve alguns detalhes da reedição:

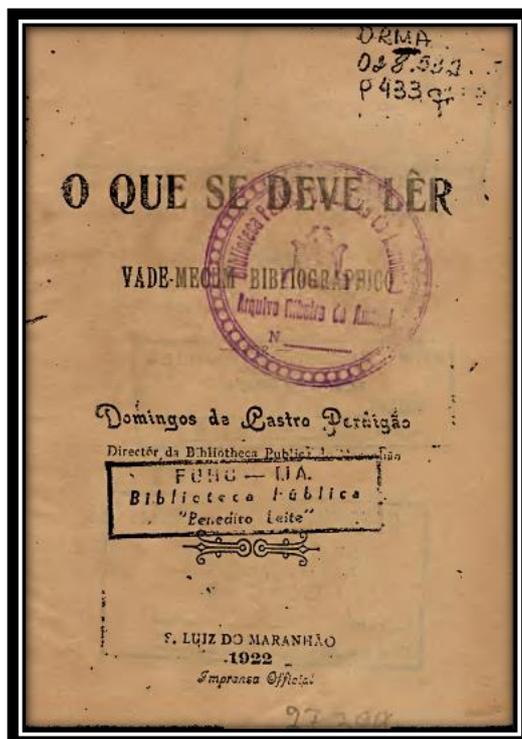


Fig. 29. Capa do livro *O que se deve lêr* (1922).

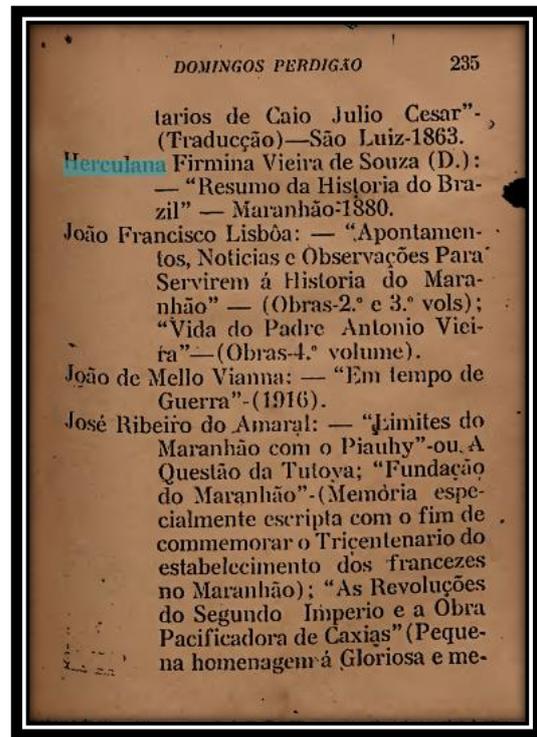
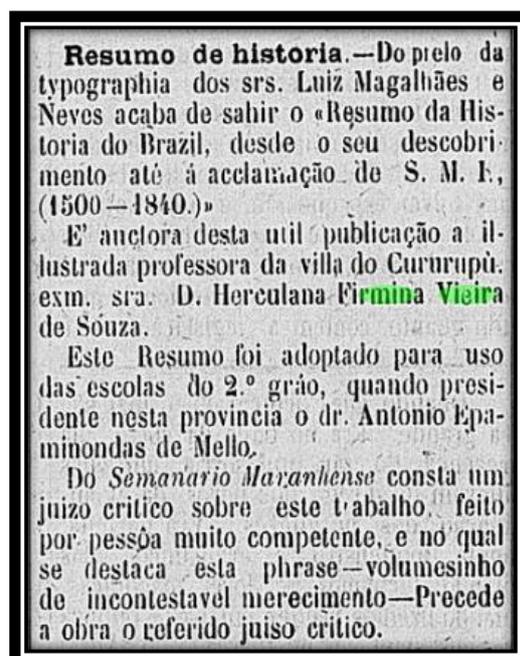


Fig. 30. Página do livro com referência à *Herculana*



A exigência por obras mais atualizadas fazia com o que o mercado local se tornasse concorrido, ensejando a produção de outros manuais, que estivessem de acordo com as mudanças políticas no cenário nacional, ainda mais aqueles de grande relevância para a pátria. Assim, Herculana não deixou de dividir a cena didática voltada para a escola primária com outros autores,³⁸⁹ em especial, João Antônio Tinoco de Sandes Júnior, professor público da capital São Luís, que, em 1879, publicava o manual *Resumo da Historia do Brazil desde o seu descobrimento ate o fim da Guerra do Paraguay*³⁹⁰ indicando ser esta uma edição mais atualizada que a da mestra. Se o *Resumo* de Herculana alcançava os fatos da história nacional ocorridos até 1840, o livro de Sandes Júnior estendia o seu conteúdo até 1870, que, conforme indica o próprio título, abrangia a história brasileira até a ocaso da Guerra do Paraguai, incluindo, naquele contexto, um importante capítulo da história nacional recente.

Uma outra repercussão do *Resumo* foi ter sido incluído em algumas Revistas do IHGB, indicando que a obra era consultada como apoio para reforçar determinados pontos de vista acerca de determinados conteúdos relacionados à história nacional. Encontramos uma menção à autora na Revista do IHGB de 1898,³⁹¹ cujo dossiê é sobre a história do ouro e da mineração em Minas Gerais. Surpreendentemente há uma alteração do nome de Herculana, flexionando-o para o masculino, referenciando-a como Herculano Firmino Vieira de Souza (1898, p.124). Um inocente erro de grafia ou sintoma do apagamento da memória intelectual feminina? De todo modo, a citação à Herculana pela Revista do IHGB em fins do século XIX aponta indícios de uma circulação mais ampla e abrangente do seu manual didático.

Herculana, decerto, foi uma das precursoras da escrita da história nacional. Mas, isso pouco explica, se ela for examinada de modo isolado. Aliás, pensamos que reificar a ideia da “primazia” ou da “primeira mulher” a publicar soa incoerente dentro dos propósitos que este estudo visa alcançar. São noções problemáticas que embutem consigo a vaidade acadêmica de quem “encontra a fonte inédita” *per se*, como se apenas a posição na fila temporal fosse capaz de responder as perguntas que fazemos às fontes. E se descobrirmos outra escritora antes da “primeira”? Vamos falar de “segunda” e/ou “terceiras”? – e, recorrendo aqui a metáforas de gênero – pensamos ser algo da ordem do masculino acionar a ideia do precursor, daquele que chegou primeiro em uma terra virgem e desabitada, apoderando-se dela. Nem em termos políticos e nem em termos epistemológicos, essa espécie de “fetiche” em encontrar a

³⁸⁹ Em 1872, o padre Raimundo Alves da Fonseca publicou a obra *Epítome da História do Maranhão*, considerado um dos primeiros livros didáticos de história do Maranhão (ALVES, 2013).

³⁹⁰ O manual foi editado pela Tipografia Ramos d’Almeida e adotado pelo Conselho da Instrução Pública (SANTOS, 2022).

³⁹¹ Revista Trimensal do IHGB, Editora Laemmert, RJ, 1898.

“primeira desbravadora” literária nos serve; preferimos, antes de tudo, pensar em grupos de mulheres, que, enfrentando condições diversas e assenhorando-se da palavra escrita, inseriram-se na cena pública como escritoras e intelectuais (BERNARDES, 1989).

Em uma relação ainda muito pouco investigada na academia, os saberes escolares produzidos por mulheres no dezenove brasileiro carecem de uma maior atenção. Em que pese a existência de várias antologias e dicionários femininos³⁹² – que foram e são imprescindíveis para uma compreensão mais alargada do campo intelectual oitocentista, não temos um estudo consistente voltado para o levantamento e identificação sobre as autoras e tradutoras de livros escolares nos oitocentos. Estudos como o do pesquisador Elomar Tambara (2003), que elencou autores e autoras de manuais didáticos oitocentistas, apontam que as mulheres também participaram desse processo de mediação cultural, ainda que em um número significativamente menor que os homens, e, “embora submetidas às limitações do seu tempo, sofrendo as consequências de uma condição subjugada, souberam reverter tais processos marcando a história nacional com feitos e atuações sociais, para as quais só se esperava a participação masculina” (CRUZ, 2018, p. 192).

De acordo com Monicat (2019), a produção dos saberes escolares envolve também a circulação de ideias pedagógicas, e, as mestras buscaram também se inserir nesse universo, para além da sala de aula. E, nesse referido recorte temporal, restam muitas lacunas abertas no tocante à participação feminina na constituição de um campo educacional brasileiro. Uma participação que se inicia em termos de entrada nas instituições escolares e nas editoras no século XIX, mobilizando estratégias das quais o gênero é uma importante chave de compreensão, sobretudo para entendermos as hierarquias epistêmicas às quais as mulheres letradas estavam imersas. Herculana, portanto, ao adentrar tal universo, articulou conexões entre a condição feminina e a criação dos saberes históricos e escolares – relação esta que contribuiu para elevar mulheres a experimentarem um certo protagonismo social, quanto a atuarem na constituição de epistemologias didáticas de seus tempos.

A construção da mulher como aquela vocacionada para falar à infância é, com efeito, um dos fenômenos culturais e históricos que devemos atinar nesse processo de compreender as autorias femininas de obras escolares no dezenove, movimento que será mais reforçado no século seguinte, em que a mulher professora, na República, se configurará na “construtora da nação” (MULLER, 1999). Nesse sentido, um modo histórico de se reportar à infância vai

³⁹² Citamos aqui uma das mais “recentes” iniciativas que buscam recuperar a memória de escritoras pouco lembradas pelo cânone literário hegemônico, que se trata do projeto *Memorial do Memorícídio* (2022), organizado pela prof. Constância Lima Duarte.

sendo constituído; Herculana se dirige às suas discípulas; são as meninas as suas interlocutoras preferenciais, embora o seu livro tenha sido consumido por outros públicos,³⁹³ aqui é o gênero que estrutura a escola primária, que seleciona o sexo da docente e que, por sua vez, define o manual didático, atestando a crescente importância da educação dirigida às meninas, no projeto civilizatório imperial.

Os lugares possíveis para a escrita da história de autoria feminina eram bastante estreitos e, nesse sentido, compreende-se as razões pelas quais a mestra produziu um compêndio que variava entre ser uma cronologia comentada e um catecismo laico e patriótico. Mesmo considerada uma espécie de domínio literário considerado inferior, para Havelange (2007, p.26),

(...) esse tipo de escrita é também um laboratório onde vemos o surgimento de uma nova concepção de consciência histórica e de mundo. Permite uma experimentação bastante livre onde o lugar das mulheres (autoras e leitoras) é importante, embora não seja bem conhecido³⁹⁴.

A transgressão aqui não diz tanto respeito à forma e ao conteúdo da obra, mas à sua própria existência, ainda que seja válido pensar que a metodologia catequética empregada no manual fosse possivelmente mais familiar às mulheres, haja vista que os catecismos eram instrumentos de alfabetização e materiais de leitura bastante difundidos na cultura letrada do dezenove (GALVÃO, 2009). Mas aqui devemos tomar cuidado para que, no afã de enxergar possíveis “feminismos” ou marcadores de gênero baseados em critérios estranhos à época, romantizar narrativas que só puderam existir porque estavam alinhadas à ordem social vigente. Portanto, pensemos na trajetória da mestra Herculana Vieira como fruto de seu próprio contexto histórico, em que pese tanto as possibilidades abertas para falar à infância por meio de uma obra didática de História do Brasil, quanto as contradições e interditos postos no horizonte de uma escritora que rapidamente foi esquecida, gerando apagamentos que atingem a própria historiografia brasileira, em seu percurso investigativo. Os livros escolares, sobretudo aqueles que interpelam a disciplinas voltadas para a divulgação de certo conhecimento histórico, são, portanto, também um problema de ordem historiográfica e

³⁹³ E uma autora que defendeu na imprensa o produto do seu trabalho, ainda que se utilizando de um pseudônimo para lutar contra as apropriações indevidas de seu livro. Em 1871, nas páginas do *Publicador Maranhense* um “curioso” percebe que Herculana teve trechos de seu manual expostos e não referenciados (Publicador Maranhense, 1871, ed. 6), o que motivou uma resposta pedante e pouco convincente por parte do jornal que se desincumbiu da obrigação de zelar pelo nome da professora.

³⁹⁴ Tradução livre: “(...) *ce genre d’écrits est par ailleurs un laboratoire où l’on voit émerger peu à peu une conception nouvelle de la conscience historique et du monde. Elle permet une expérimentation assez libre où la place des femmes (auteurs et lectrices) est importante, quoique méconnue*” (HAVELANGE, 2007, p.26).

parte de um género muy popular en esa época, era un libro de texto de historia que respondía a un género preparado especialmente para las escuelas. La información histórica se presentaba de manera didáctica. Constituía un gran desafío escribir en un lenguaje apropiado para niños en edad escolar y al mismo tiempo incluir los elementos historiográficos requeridos por los cuerpos profesionales de historiadores que revisaban los materiales (SZURMUCK e TORRE, 2018, p.195)

Dito isto, para Jules de Jardins (2003), os grupos minoritários, no que as mulheres estão incluídas, são quase sempre os responsáveis por introduzir novas perspectivas historiográficas, concepção esta a qual estamos de acordo, o que não significa dizer que todas as minorias necessariamente irão produzir sempre conteúdos contestatórios e transgressores. Dito isto, é válido afirmar que Herculana, mesmo integrando uma classe socialmente excluída, tomava parte das ideias circulantes e hegemônicas de sua época e certamente o manual didático do dezenove não seria o local mais apropriado para divulgar libelos feministas e afins. Apesar de alargar enormemente o campo da atuação feminina, talvez soasse incorreto pensar que ela é uma feminista como Nísia Floresta ou, melhor dizendo, que ela foi um sujeito que usava de sua pena para lutar pelos direitos de outras mulheres. Ou que a sua escrita se diferenciava dos manuais produzidos por homens porque movida por uma suposta consciência histórica proto-revolucionária.

Herculana e a escrita de sua história são, ao mesmo tempo, produtoras e produtos direto das sensibilidades de uma cultura escolar e historiográfica em construção, reforçando, portanto, uma espécie de hegemonia interpretativa do passado brasileiro oriunda do IHGB e dos esforços para legitimar através da instrução, o Império em sua “expansão para dentro” (MATTOS, 2007). E, com tudo isto, não deixa de ser interessante notar que se tratava de uma mulher participando desses movimentos iniciais tão caros e importantes à história da disciplina, e que, certamente contribuiu para abrir caminhos a outras escritoras, tornando possível à pena feminina a escritura do passado. Talvez seja mais apropriado perguntar o porquê de uma historiadora oitocentista, que sequer destoava das concepções majoritárias e sendo tão afinada à ordem monárquica e suas instituições tenha a sua participação apagada da memória historiográfica, ao passo que autores com Abreu e Lima e Joaquim Manuel de Macedo, que realizaram atividades semelhantes, continuam a figurar como os “pais” fundadores da história escolar brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

(...) *E quem sabe, então*
O Rio será
Alguma cidade submersa
Os escafandristas virão
Explorar sua casa
Seu quarto, suas coisas
Sua alma, desvãos
Sábios em vão
Tentarão decifrar
O eco de antigas palavras
Fragmentos de cartas, poemas
Mentiras, retratos
Vestígios de estranha civilização
Futuros Amantes – Chico Buarque.

E aqui, assim como foi na introdução, volto a escrever na primeira pessoa.

Para Jablonka (2020), a história é uma espécie de “literatura do real” – e, por esta razão, deve lançar mão de uma forma de escrita que conjugue tantos aspectos ligados à dimensão da literariedade do texto, quanto da busca por uma verdade objetiva. Tendo em vista tal premissa, realizei o esforço de pensar o século XIX a partir das trabalhadoras da docência, em paralelo com a constituição de uma intelectualidade feminina que buscou tematizar o passado brasileiro nos oitocentos. A intersecção que me permitiu unir tais universos, sem sombra de dúvida, foi a dupla trajetória profissional da mestra Herculana Vieira, como professora primária e autora de uma obra de História do Brasil para o público escolar. Ao buscar esse diálogo, a pesquisa histórica que desenvolvi assumiu intencionalidades de ordem política e epistemológica, que foram explicitadas ao longo do estudo. Se o *verbo não está desligado das coisas* (JABLONKA, 2020), as artes de uma pesquisadora feminista também não estão descoladas da realidade e visaram lançar contribuições para a promoção de um debate historiográfico mais nuançado e democrático, em que seja possível examinar a produção feminina oitocentista dentro de seus contextos de produção e de modo ausente de hierarquias intelectuais e sexismo.

Essa tese foi a prática escrita de um vislumbre miúdo sobre as vidas miúdas (SCHUELER, 2015). E o fio condutor que me guiou até aqui foi o desejo de visibilizar essas vidas majoritariamente invisíveis, opacas, comumente fora do radar de grande parte da pesquisa histórica. Quis trazer as desimportantes, as esquecidas, aquelas que, apagadas porque

jaziam em um subterrâneo patriarcal, foram silenciadas pelo interesse do tempo presente. Busquei de modo intencional e nominalmente, apontar quais seriam as mestras que miudamente deram vida ao fenômeno educativo na província maranhense. O trabalho foi imenso, e, caminhou entre algo tão gratificante quanto cansativo, do ponto de vista de uma pesquisa que parecia não se esgotar. Com isto, quis fazer alguma justiça às suas memórias, porque examiná-las a fundo, também é uma das atribuições de uma pesquisa que se quer compromissada politicamente. Nesse sentido, almejei visibilizar e chamar atenção para as suas trajetórias tão diversas quanto sintomáticas de uma época em que os lugares sociais para as mulheres eram, como são hoje - com as devidas e resguardadas diferenças semânticas e temporais – rigidamente marcados pelo gênero, raça, classe e etnia.

“Tão importante quanto a história da consagração de autores, obras e movimentos, deveria ser a história da difamação e do olvido de autores, obras e movimentos”. Ao afirmar este ponto, Kothe (2000, p.36) aposta em uma história “vista de baixo”, e, nesse sentido, tão relevante quanto estudar a presença dos que deixaram legados, é saber examinar a presença daqueles e daquelas as quais não foi possível acessar uma memória histórica mais detalhada. E foi este o ponto preciso que quis capturar com esse *texto-pesquisa*. Optei por escrutinar aquelas que jaziam nas margens da História da Educação; e assim, abordei, de forma vertical e em escala ampliada, as estratégias e táticas elaboradas por essas mestras para conseguirem algum lugar no restrito sol do século XIX. Também busquei romper com um certo e ainda persistente senso comum historiográfico o qual preconizava que às mulheres deste século, não havia caminhos para além do casamento e o convento. Como afirmei anteriormente, elas assumiram variados papéis, a depender das variáveis de classe, raça e condições jurídicas. Deste modo, elas ocuparam diferentes frentes de trabalho, desempenhando funções como comerciantes, costureiras, modistas, cozinheiras, artistas, porteiras, bordadeiras, artesãs, padeiras, preceptoras, professoras e diretoras – apenas para citar algumas das ocupações daquelas que operaram tanto nos setores mais empobrecidos quanto nos setores médios, na ordem imperial.

Tal qual uma escafandrista, que sai em busca de pistas e vestígios materiais nos subterrâneos dos rios e mares – e, tomando de empréstimo os versos de Chico Buarque, na música *Futuros Amantes*, a qual ouvi insistentemente durante a escrita da tese, me senti usando um escafandro em busca de respostas, que poderiam estar em muitos lugares, não apenas nos arquivos tradicionais. Mergulhando no tempo e no espaço, estive disposta a vasculhar os cantos desabitados, as cartas que ninguém mais lê, os livros que não despertam

interesse, as mestras esquecidas. Minha pesquisa foi praticamente toda constituída em torno de fontes e informações que não passariam apenas de notas de rodapé na historiografia.

Na tese eu me deparei com quadros tão heterogêneos quanto fascinantes, que se configuraram em provas irrefutáveis de como as mulheres professoras oriundas dos setores sociais médios do Império se movimentavam de modo criativo e diverso, ao longo do multifacetado e contraditório século XIX. Assim, testemunhei, através das fontes as quais pude levantar, mulheres que ao ficarem viúvas, empobreciam e ingressavam no magistério como forma única de sobrevivência. Vi mestras negociando escravizados e escravizadas para obterem maiores proventos para si e suas famílias; vi professoras sendo expulsas da sala de aula porque ao se casarem com um estrangeiro, perdiam a sua nacionalidade, logo deixavam de possuir condições jurídicas para lecionar no país, posto que agora, não seriam mais consideradas brasileiras. Presenciei outras que engravidaram sem serem casadas, e, peremptoriamente, advertidas pelo escândalo e imoralidade de tais condições diante dos olhos de um público sempre disposto a vigiar de perto a moral sexual feminina.

Professoras e diretoras vítimas de falatórios locais, que iam aos jornais defenderem a honra de seus estabelecimentos de ensino; mestras outras que se dispunham a aceitar convites para reger casas de educação em outras províncias; mulheres órfãs que se tornaram professoras pois cresceram em asilos e continuaram com o único ofício que lhes fora dado oportunidade de aprender: a costura e as primeiras letras; professoras mortas por febre puerperal, haja vista os partos difíceis, a medicina nem sempre efetiva e as condições materiais dessas mulheres; professoras casadas com outros professores, que teciam cotidianamente o seu trabalho pedagógico na ausência de instâncias formativas oficiais, ensinando artesanalmente o ofício para familiares e apadrinhados. Nem sempre tão pobres materialmente, vi mulheres professoras vindas de costumes aristocráticos e refinados, dispostas a compartilharem as boas maneiras europeias e seu capital cultural com as alunas desejosas de uma educação requintada, com o intuito de, além de amealharem bons casamentos, alcançarem perspectivas mais amplas de vida, através do conhecimento formal. Presenciei, ainda, mestras estrangeiras, residentes ou viajantes de ocasião, dando vida ao ramo particular da instrução, em diversas províncias e tempos do XIX.

Vi mulheres que ousada e astuciosamente participavam de concursos públicos, eram submetidas à uma dura sabatina e ingressaram como pioneiras nos primeiros quadros da burocracia provincial de um Estado ainda em gestação de suas instituições. Mulheres que escreviam obras didáticas, romances, poemas, mas que também se dirigiam aos jornais para vender ou alugar escravos, oferecerem seus serviços como mestras de primeiras letras,

publicarem necrológios e agradecerem pelas homenagens recebidas. Vi mulheres professoras morrerem na pobreza, enfrentando admoestações de várias ordens e sérias privações materiais nos anos finais de suas vidas. Essa pesquisa me mostrou como o magistério feminino é um caleidoscópio vasto de experiências, condições e modos de inserção possíveis nos mundos do trabalho e nas tessituras sociais das cidades e vilas oitocentistas das províncias brasileiras.

Outra dimensão que este estudo me apresentou, foi o de pensar em termos de uma intelectualidade feminina que existia à margem do cânone e dos tradicionais circuitos letrados. Intelectualidade esta que, dentre muitas aventuras polígrafas, também produziu em diversos textos, o passado da nação. Deste modo, em termos de uma análise historiográfica, pensei os diversos gêneros literários, como o romance histórico, a biografia e a própria narrativa de um manual didático como os palcos possíveis para as mulheres letradas desenvolverem as suas vozes historiadoras. E, imaginadas em um contexto histórico em que estiveram pouco presentes no cenário letrado de seus tempos, acessando distintas práticas historiográficas por meio de outras operações intelectuais, por vezes bastante diversa dos homens de letras, que poderiam realizar plenamente, pesquisas em arquivos, viagens, e participar, sem interditos, de sociedades científicas e literárias.

Eram mulheres que, grosso modo, liam almanaques, se educavam por obras didáticas, consumiam romances e jornais, acessavam bibliotecas familiares, isto é, obtinham uma consciência histórica através deste multifacetado rol de práticas leitoras que as habilitavam e as informavam acerca da história do país – história esta que as motivava a escrever sínteses e interpretações em um século marcado pelo romantismo e por certa obsessão em dotar o Brasil de uma identidade e história próprias. Essa tarefa intelectual foi também feminina. No entanto, tendo em vista que as formas de produção do conhecimento histórico pelas autoras oitocentistas são um campo permeado por indagações que se encontram em aberto; nesse caso específico, ampliar o debate em vez de produzir respostas enfáticas talvez seja um caminho mais promissor e fecundo. Considerando que, em comum, tais autoras representavam o passado brasileiro e produziam interpretações históricas sobre a nação, estamos diante de um problema que é de ordem historiográfica.

Se esta é uma questão a mobilizar a História das Mulheres e a História Intelectual, a trajetória da mestra Herculana Vieira se encaixa perfeitamente nesses dois campos, que ora se aproximam, ora se afastam. De Gerda Lerner a Joan Scott, passando também por Michele Perrot, a expectativa epistêmica com a disciplina História das Mulheres foi, desde a sua fundação, politicamente alta e não menos problematizadora, tanto do ponto de vista da construção de uma epistemologia contra hegemônica quanto de uma forma revolucionária de

produzir conhecimento histórico, enviesado por um masculino universalizante que, salvo exceções, não parece muito preocupado em olhar criticamente para o interior de sua própria trajetória epistêmica, prescindindo das complexas relações presentes entre o gênero e a escrita da história e o *gênero da escrita da história* (SMITH, 2003).

Dito isto, focalizar a relação tensa subjazida na ressonância política e epistemológica da História das Mulheres pareceu-me um modo tão útil quanto instigante de fazer com que o debate continue vivo e aberto para novas perspectivas e olhares. Porém, as questões não são nada confortáveis; estamos fortalecendo um campo que sempre pertencerá a um gueto acadêmico? Quais impactos conseguimos, efetivamente, produzir na forma como a pesquisa histórica tem sido realizada, através de ferramentas teóricas baseadas na epistemologia feminista? A História das Mulheres, no campo das relações de poder e de saber, parece não ter uma vida fácil: “(...) há uma incômoda ambiguidade inerente ao projeto da história das mulheres, pois ela é ao mesmo tempo um suplemento inócuo à história estabelecida e um deslocamento radical dessa história” (SCOTT, 1992, p. 95). O que podemos fazer com nossas pesquisas, para essa tensão se dissolver?

O caminho escolhido por este estudo foi o do diálogo interdisciplinar, de modo a pensar diversos ângulos e perspectivas envoltas no singular percurso de uma mestra que se configurou como uma intelectual urbana, a partir do seu publicismo didático. Herculana possuiu uma trajetória exemplar de como uma mulher de letras poderia produzir a sua voz historiadora no dezenove. A sua atuação nos informa acerca das possibilidades concretas de inserção feminina na seara da instrução, que mesmo possuindo uma dimensão inegavelmente letrada, estava também ligada a relações de trabalho do magistério e à um mercado livreiro em formação e expansão. Busquei analisar a mestra inserida nestes espaços e em intensa comunicação com eles. Dito de outro modo, Herculana foi uma intelectual produzida pelas vicissitudes do magistério feminino oitocentista que se espraiava pela Corte, capitais e vilas do Império. Ter examinado o seu percurso através dessa chave – da expansão das primeiras letras para o sexo feminino – forneceu o escopo necessário para entender a questão do mundo do trabalho no século XIX e a história da profissão docente no país.

Herculana conhecia as regras da escritura histórica de seu tempo; era funcionária pública, professora de primeiras letras – o lugar social do magistério a autorizava a escrever; vale dizer também que a sua escolha primou por uma disciplina em que não era nada comum que as mulheres autoras se lançassem à sua pesquisa e escrita. Isso é um forte indicativo do seu gosto pessoal pela história do país que, muito provavelmente, a adotou como brasileira. A produção do *Resumo da História do Brasil* se deveu também às possibilidades concretas de

publicação graças à presença de tipografias maranhenses dispostas a impressão de obras didáticas e afins. A eleição dos compêndios de Abreu e Lima como obras a guiarem a sua escrita e interpretação também são sintomáticas tanto de uma maior circulação local dos livros do historiador pernambucano, quanto da aceitação de sua narrativa histórica e política pelos homens e mulheres de letras situados ao norte do Brasil.

No contexto da longa temporalidade oitocentista, o que as mulheres escrevem, quando produzem conhecimento histórico? Para quais públicos as suas obras são direcionadas? Quais estratégias e práticas historiográficas são mobilizadas pelas letradas e como elas se apropriaram dessa esfera tão marcadamente masculina? A partir de quais gêneros literários elas empunharam a pena para interpretar o passado que lhes interessava? Quais as relações existentes entre a produção feminina e a constituição de uma memória da disciplina História do Brasil, tanto do ponto de vista da constituição de um saber disseminado pela escola primária, quanto relacionado à profissionalização do campo? Estas foram algumas das candentes questões que me guiaram neste estudo – e, se nem sempre foi possível responder à todas essas indagações, considerando o conjunto das fontes disponíveis, pelo menos intencionei dar um vislumbre mais amplo acerca de novos modos de perquirir a atividade intelectual feminina, no que diz respeito às “obscuras” adeptas de Clio.

E utilizo esse adjetivo tomando de empréstimo considerando a forma como Ignez Sabino se denominava, em fins do século XIX, pensando em si mesma como uma *obscura historiadora* (SILVA, 2022). E ela se dotou desta dominação por biografar vidas de mulheres, no que foi um de seus maiores projetos intelectuais. Já Juana Manso, foi considerada como uma historiadora em seu tempo, por ter escrito, em 1868, o *Compêndio de História da Argentina*³⁹⁵ (BARRANCOS, 2010). O jornalismo e o magistério forneceram lugares privilegiados para que estas autoras engendrassem as suas práticas historiográficas – e investigar a fundo tais lugares nos parece um caminho fértil para entender os modos possíveis de produção de uma voz historiadora no século XIX. Herculana, portanto, por meio de sua trajetória, demonstrou o quanto as mulheres se aventuraram pelo gênero histórico – e, neste caso específico, construir uma interpretação que pudesse recompor para o público escolar, tanto os feitos militares e políticos da *heroica* saga luso-brasileira foram o imperativo que permeou a sua escrita da história, do começo ao fim. O manual escolar, é, antes de tudo, um

³⁹⁵ “Entre las educadoras locales con quienes estrechó vínculos se encuentra Juana Manso, una figura excepcional y probablemente nuestra primera historiadora, puesto que se le debe el *Compendio de la Historia de las Provincias Unidas del Río de la Plata*” (BARRANCOS, 2010, p. 108).

texto político – e, ainda que em menor número, as letradas levaram a termo a tarefa candente do século XIX que passava por compor uma memória para uma jovem nação.

Herculana e sua obra, produzida na periferia do Império são a ponta de um iceberg que a pesquisa histórica deve examinar mais de perto, sobretudo, ao buscar entender qual o papel das mulheres de letras na produção do conhecimento histórico gestado nos oitocentos. Esse questionamento atravessou todo esse estudo, assim como a abertura do espaço para pensar na constituição de outros discursos históricos pela pena feminina. Parti do pressuposto, assim como preconizou Certeau (2002), Epple (2006) e Smith (2003) e Jablonka (2021) de que o gênero se articula umbilicalmente à produção da escrita da história, com desdobramentos no conteúdo tecido, nas escolhas metodológicas, nas possibilidades editoriais, nos usos e consumos, e, até mesmo nas possibilidades da canonização autoral nos circuitos intelectuais e letrados.

Resta claro que a ausência de mulheres nos quadros do IHGB não foi empecilho para que as letradas produzissem as suas obras históricas, ainda que enfrentando condições distintas e adversas em relação à possibilidade muito mais limitada do acesso a fontes, a viagens exploratórias e participação ativa nas academias científicas e literárias. No entanto, ao gestarem textos históricos fora dos campos intelectuais tradicionais e hegemônicos, tais autoras acabaram também ausentes de um exame mais pormenorizado nos domínios da História da Historiografia. A questão que me parece central, do alargamento dos critérios epistêmicos arrolados para um texto ser considerado objeto da investigação historiográfica, já foi abordado por Epple (2006, p.140):

A história da historiografia vive um sério dilema; ela ainda procura suas próprias origens como se nunca houvesse ocorrido uma virada linguística, ela cai repetidamente em um positivismo cego. A história da disciplina acadêmica está reduzida à pré-história dos padrões científicos modernos. A lei aponta para sua própria construção. **O que é historiografia, não é definido, é encontrado na tradição do objeto.** Não surpreende o fato de que nenhum trabalho histórico produzido por uma mulher tenha sido descoberto. Nos velhos tempos, não era permitido às mulheres frequentar universidades, conseqüentemente, não havia historiadoras mulheres. **Mas um olhar mais atento a esse fato indica que isso é consequência do dilema linguístico em torno do termo historiografia.**

A reflexão de Epple (2006) aponta para uma maior ampliação da massa documental produzida pelas intelectuais. Uma historiografia menos engessada, mais plural e aberta às tessituras produzidas pelas relações sociais do gênero e seus impactos na ciência e na produção do conhecimento, deveria lançar olhares à produção não-canônicas e feitas a partir dos gêneros literários possíveis à pena feminina, como livros didáticos, romances, biografias, memórias, poesia épica, dentre outros. Necessitamos superar a “separação paradigmática” já

apontada como Hilda Smith (2007) como um problema que continua a marginalizar a contribuição intelectual das mulheres cientistas e letradas no campo da cultura. Ao afirmar a necessidade de uma revisão epistêmica pelo viés do gênero, Smith abre também um flanco para pensar se nossas formas de pesquisar e narrar a presença das mulheres na história da epistemologia não estão eivadas por um olhar colonizado e masculino. Dito de outro modo, será que não estamos reforçando aquela premissa que diz que as mulheres para serem reconhecidas têm que ser “excepcionais” e seguirem o mesmo roteiro das virtudes epistêmicas apenas possíveis – e criadas – pela intelectualidade masculina?

Não seriam esses critérios excludentes, gendrados e até mesmo incompatíveis com a produção feminina? Esse parece ser um ponto incontornável, se quisermos incluir as práticas historiográficas das letradas situadas nos oitocentos e compreendermos a constituição de suas vozes historiadoras, que, a partir de variada produção cultural, ocorreram de modos distintos daquelas condições experimentadas pelos homens intelectuais ao produzirem conhecimento, sobretudo em um período em que a profissionalidade historiadora, oriunda dos cursos superiores, ainda não tinha se constituído.

Nesse sentido, talvez, para examinarmos os modos pelos quais as letradas se fizeram também historiadoras, importe mais o seu lugar de produção do que propriamente o conteúdo, ainda que dele não prescindamos, considerando que estamos a abordar um compêndio escolar, que deveria seguir uma lógica de consolidação de uma tradição historiográfica e de provimento de uma memória nacional. Mas, de todo modo, a História do Brasil que os livros contavam na segunda metade do século XIX, se constituíam em saberes avaliados e avalizados pelos pares doutos, homens de letras, professores e historiadores, situados nessa longa cadeia que abrangia, além de saberes escolares, currículos, instituições, propósitos políticos e projetos que visavam consolidar o país enquanto nação moderna e civilizada.

E aqui inseri a pena de Herculana Vieira como partícipe e protagonista de tais processos ligados à construção de uma memória nacional voltada para a formação de um povo que não aceitou pacífica e ordeiramente o novo arranjo político em curso. A nossa mestra estava situada em uma província que foi palco de conflitos sangrentos com uma complexa adesão à Independência travada nas ruas, nos bastidores do poder e envolta de querelas políticas que certamente atravessaram a sua família lusitana, provavelmente adotada por uma pátria que acabara de nascer de modo turbulento. E, de algum modo, tendo vivido nesse contexto atribulado das décadas de 1820 e 1830, Herculana também decidira encampar a trincheira política e profissional a partir do campo da instrução e tendo como instrumento pedagógico privilegiado, o manual escolar que ensinava para o público a identidade nacional

através de sua história – esta, cabe lembrar, descrita de forma mais pacífica e ordeira do que a realidade de um tempo não tão distante assim demonstrava.

Herculana participou ativamente de um projeto de civilidade da população mais ampla por meio da instrução levada a termo pela escola de primeiras letras. O lugar do magistério autorizou a sua escrita e a publicação e adoção do *Resumo da História do Brasil* legitimaram a existência de sua voz historiadora na cena pública, ainda que ela o tenha feito de modo miúdo e em um espaço situado distante da Corte carioca, a partir de uma modesta circulação e repercussão. Cabe destacar que, além de Herculana, outras mulheres de letras tomaram para elas mesmas a responsabilidade de interpretar um país que, além de suas instituições e formação de um povo, também necessitava de uma memória para se viabilizar perante a si mesmo. Uma memória que, se não era exatamente popular, posto que obedecia a um projeto monárquico interessado na manutenção das hierarquias sociais e raciais, deveria ao menos portar uma narrativa que merecesse ser popularizada diante dos olhos um público, que ainda situado na segunda metade do século XIX, teria de ser pedagogicamente convencido do triunfo imperial em sua “expansão para dentro” (MATTOS, 2007).

Nesta tese, pretendi olhar mais a fundo para a trajetória e a escrita da história de Herculana, sem deixar de mencionar outras intelectuais que, por meio de variados gêneros literários, buscaram escrever e recriar o passado brasileiro, ainda tão em aberto e por isso mesmo, se tornara uma enorme questão política para a cultura e instrução oitocentistas. O fato da mestra não estar no IHGB ou em outra sociedade literária ou científica, não a intimidou para que se lançasse em uma aventura politicamente arriscada em um território de poder epistêmico extremamente masculino. Travando um diálogo com a obra didática de Abreu e Lima, Herculana não só didatizou uma versão da história nacional, como também disputou o azeitado e concorrido mercado livreiro dos manuais didáticos que saíam em profusão das variadas tipografias existente no dezenove. Deste modo, compreendo também que as condições de possibilidade que viabilizaram o *Resumo da História do Brasil*, além de estarem integradas a uma necessidade de didatização da história brasileira para os alunos e alunas dos anos finais da escola primária, também estava articulado a um circuito efervescente de produção de impressos oriundos da prensa maranhense.

E essas são duas questões complementares e indissociáveis quando se pensa nesse projeto editorial específico, no que diz respeito às redes de sociabilidades da autora, que indicavam uma razoável inserção e respeito profissional no contexto da cena letrada da capital São Luís. O *Resumo* foi impresso pelo destacado tipógrafo Belarmino de Mattos, elogiado pelo intelectual Flávio Reimar, do *Semanário Maranhense* e saíra à lume com a assinatura do

presidente da província à época, Antônio Epaminondas de Melo, recomendando-o para a adoção oficial. Tais redes tornaram Herculana uma professora de referência em seu tempo de ação e a memória oral existente no município de Cururupu, com seu nome monumentalizado em escolas e ruas, atesta o grau de sua importância na história da educação daquela localidade – não apenas na antiga vila, mas com reverberações por toda a província.

Apesar de reconhecida em seu tempo de ação, Herculana foi sendo esquecida e submersa pela negligência, que, como afirmei outrora, também possui as suas dimensões políticas de gênero. Nesse sentido, a pesquisa histórica pode ser considerada um lugar para a recomposição de “injustiças” ou uma luta legítima pela memória, a partir das fontes? Novas perguntas que ensejam também novos vieses do passado, ainda desconhecidos, mas prolíficos de potencial interpretativo e de lançar contribuições em períodos de predominância de certo senso comum historiográfico, que tende a apagar a presença e contribuição destas intelectuais na formação do pensamento social brasileiro. No processo de escrita da história da nação e popularização destas narrativas para variados públicos, “as mulheres também estavam lá,³⁹⁶” o que deveria ser também um problema de ordem historiográfica, possivelmente passível de análise por meio das relações sociais do gênero e por uma arqueologia que examinasse os múltiplos modos pelos quais as autoras participaram da construção de uma memória nacional, no decisivo e disputado século XIX.

O que o silêncio dos arquivos (HARTMAN, 2020) nos permite interpretar acerca da ação astuciosa e estratégica de professoras como Herculana, que viveram intensamente o magistério em várias de suas frentes, que abrangiam desde lecionar, até dirigir escolas e publicar livros, tomando parte das ideias pedagógicas em circulação? O fato de sabermos pouco a respeito deste conjunto de mulheres, não se configura em uma violência patriarcal nos termos do que se convencionou de chamar de *memoricídio*? (BAÉZ, 2010). Busquei, portanto, inserir Herculana e outras autoras no que Sylvia Paletschek (2009, p.164) chamou de “cultura da memória”:

A historiografia acadêmica e seus sujeitos são (ainda) determinados por uma perspectiva que se constrói como masculina no plano da ordem simbólica. A esse respeito, tornar as historiadoras visíveis e escrevê-las (de volta) na história da historiografia é um empreendimento importante. Há também um aspecto, no entanto: a historiografia acadêmica é influenciada pela cultura da memória, que reflete o uso político da história (*Geschichtspolitik*) e as relações de gênero prevalentes em um determinado momento. Assim, a historiografia de gênero torna necessário que olhemos também para a cultura da memória ou cultura histórica (*Geschichtskultur*). Todos os três aspectos que escrevem mulheres e gênero na

³⁹⁶ Tomando de empréstimo o título do livro *Independência do Brasil – as mulheres que estavam lá* (2022), obra organizada por Heloísa M. Starling e Antônia Pellegrino, obra que visou escrutinar a participação feminina nos processos relacionados à transição política da década de 1820.

história, gendrando a história da historiografia e a cultura da memória estão inter-relacionados.

E para repensar a cultura de uma memória tão conjugada no masculino, Palestchek (2009) aponta ainda que é necessário articular três dimensões que ligam o gênero à história da historiografia, quais sejam elas: visibilizar historiadoras desconhecidas, escrutinar o gênero da historiografia que praticamos e inscrever mulheres em um corpo analítico e metodológico que as percebam como sujeitos da história. Os desafios apontados pela pesquisadora alemã são muitos, mas que nos convidam a olhar para fora das fronteiras demarcadas por olhares que de tão imperativos e eivados de autoridade, se tornaram universais e por vezes, inquestionáveis. Deste modo, não há como pensarmos em incluir mulheres sem refletirmos acerca das fissuras promovidas pela interrogação em torno do “gênero” do cânone e da historiografia nacionais. Será que os homens intelectuais (bem como os seus pesquisadores e pesquisadoras) pensam os seus textos como fruto de uma masculinidade que se construiu historicamente no campo das relações de gênero e do conhecimento, aspectos estes que têm um imenso impacto nas formas como os saberes são produzidos? Talvez seja esta uma indagação complexa, posto que, ao longo do processo de formação do pensamento brasileiro, tais saberes foram tomados como “neutros” e consolidados como a regra e a régua do debate historiográfico.

Neste estudo, Herculana Vieira, professora e autora de uma síntese da história nacional, foi pensada como uma historiadora oitocentista, dentro de um campo de concretude em relação à realidade da condição feminina e das limitações simbólicas de várias ordens, impostas às mulheres. Por outro lado, não deixei de interrogar o passado também como campo de possibilidades e sendas abertas a partir da ampliação dos papéis atribuídos às mulheres, tanto no plano coletivo quanto individual, em que a atuação protagonista dessas letradas contribuiu para tensionar os liames de um poder patriarcal que subalternizava o sexo feminino. Não apenas Herculana Vieira, mas Nísia Floresta, Juana Manso, Amélia Rodrigues, Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, Isabel Gondim e tantas outras mais, contribuíram para dar corpo à tese principal deste estudo que buscou pensar os lugares de produção da escrita da história e das práticas historiográficas mobilizadas pelas letradas.

O campo com suas fontes e um conjunto diverso de produção feminina, aponta vitalidade e acena para contribuições que podem redimensionar tanto a História Intelectual, a História da Historiografia, quanto a própria História das Mulheres. Inscrever autoras na cultura da memória (PALESTCHEK, 2009), predominante masculina e tendenciosa ao apagamento da contribuição das intelectuais – foi o que intencionei fazer ao escrutinar a singular trajetória da mestra historiadora Herculana Vieira, que demonstrou exemplarmente

que o *ethos* do historiador oitocentista,³⁹⁷ além de abarcar problemas da ordem das relações sociais do gênero, também *pode* ser flexionado para o feminino.

³⁹⁷ Ver Turin (2009).

FONTES

a) Leis

BRASIL, Lei Geral da Instrução Pública de 15 de Outubro de 1827. **Colleção de Leis do Império do Brasil de 1827**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

_____. **Código do processo criminal do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1830.

b) Jornais (<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>)

Maranhenses

A Campanha, MA, 1902.

A Estrella da Tarde, MA, 1857.

A Imprensa, MA, 1860.

A Pacotilha, 1881.

A Malagueta Maranhense, MA, 1844.

A Marmotinha, MA, 1852.

Correio d'Annuncios, MA, 1851.

Chronica Maranhense, MA, 1839.

Diário do Maranhão, MA, 1855-1903.

Diário de São Luiz, MA, 1921.

Farol Maranhense, MA, 1830.

Investigador Maranhense, MA, 1836,

Jornal do Commercio, MA, 1860.

O Artista, MA, 1868.

O Farol, MA, 1851.

O Observador, MA, 1847-1852.

O Paiz, MA, 1864-1885.

O Progresso, MA, 1907.

Pacotilha, MA, 1881-1916.

Publicador Maranhense, MA, 1828-1882.

Semanario Maranhense, MA, 1868.

c) Demais Províncias e Estados

Diário de Pernambuco, PE, 1839-1873.

Semana Ilustrada, RJ, 1861-1864.

A Manhã, RJ, 1941.

Jornal do Commercio, RJ, 1830-1868.

Correio Mercantil, RJ, 1849-1868.

O Tempo, RJ, 1894.

Diário de Notícias, RJ, 1894.

A Semana, RJ, 1893.

Gazeta Official, PA, 1859-1860.

O Pará, PA, 1898.

A Imprensa, PI, 1868.

Diário de São Paulo, SP, 1868.

d) Documentação do Arquivo Público do Estado do Maranhão.

Requerimento de Herculana Vieira solicitando o concurso, 23 de outubro de 1855.

Concessão de licença para Herculana: APEM. Setor de Avulsos. Série ofícios de diversos professores para o presidente da Província, 1859.

Quadro de professoras atuantes no magistério público feminino no MA, em 1855.

Primeira Ata da aprovação de Herculana Vieira, 16 dezembro de 1855.

Segunda ata de aprovação de Herculana Vieira, 17 de dezembro de 1855.

Concessão de licença médica sem vencimentos, 10 de dezembro de 1859.

Concessão para dar aulas para meninos e meninas, em turnos distintos, 13 de abril de 1860.

Ofício enviado por Herculana Vieira a Inspeção atestando recebimento do Livro do Povo, 12 de setembro de 1863.

e) Arquivo Judiciário

Arquivo do Tribunal Judiciário do Estado do Maranhão. **Testamento de João Vieira de Sousa.** Comarca de Cururupu, 1887-1910.

f) Relatórios e discursos dos Presidentes da Província (MA)

MARANHÃO. **Discurso** que o Exmo. presidente da Província do Maranhão apresentou Assembleia Legislativa Provincial de 3 de julho de 1841. Maranhão: Tipografia de I. J. Ferreira, 1841.

_____. **Relatório** que a Assembléia Legislativa Provincial apresentou o Exmo. Presidente da Província do Maranhão, Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, na sessão de 3 de maio de 1843. Maranhão: Tipografia de I. J. Ferreira, 1843.

_____. **Discurso** do Presidente da Província à abertura da Assembléia Legislativa de 1844. São Luís – MA: Typographia I.J.Ferreira, 1844.

_____. **Relatório** do Presidente da Província à abertura da Assembléia Legislativa de 1850. São Luís – MA: Typographia I.J.Ferreira, 1850.

_____. **Relatório** do Presidente da Província à abertura da Assembléia Legislativa de 1856. São Luís – MA: Typographia I.J.Ferreira, 1856.

_____. **Relatório** do Presidente da Província à abertura da Assembléia Legislativa de 1861. São Luís – MA: Typographia I.J.Ferreira, 1861.

_____. **Fala** que o Exmo. Presidente dirigiu a Assembléia Legislativa Provincial por ocasião de sua instalação da 1ª. Sessão da 24ª legislatura. Maranhão: Tipografia do Paiz, 1888.

g) Passaportes

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Livro de Registros do Arquivo Público do Estado do Maranhão**, 1843, n. 1847, registro 820.

h) Almanques

MATTOS, B. **Almanak administrativo e industrial. São Luís, Maranhão**, Typografia de B. de Mattos, VOLUMES 1859, 1860, 1865, 1866, 1870, 1871.

MORAES, Jomar. **Almanak do Maranhão-1849**. São Luís/MA: Edições Academia Maranhense de Letras, 1990 (versão fac-simile de: A. REGO. Almanak do Maranhão com folhinha para o anno de 1849). São Luís/MA: Escritório do Progresso, 1848.

i) Anais e Revistas

Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1899, vol.21. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1900.

Revista trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brazil, v. 31. Rio de Janeiro: H. L. Garnier, 1868.

Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Laemmert, 1891.

Revista Sul-Americana, ed. 11. Rio de Janeiro: Centro Bibliographico Vulgarizador, 1889.

Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Instituto Histórico, 1898.

Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, ed. 20. Pernambuco: IAHGP, 1918.

j) Censos

BRASIL. **Recenseamento do Brazil em 1872.** Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger, 1875.

MARANHÃO. **Primeiro Caderno de Recenseamento da População da Cidade de São Luís do Maranhão**, 20 de maio de 1855, nº. 1701.

l) Manual didático

SOUSA, H. F. V. de. **Resumo da História do Brasil.** São Luís: Tipografia de Belarmino de Mattos, 1868.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, D. **O cativo** – memórias. Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio, 1941.

ABRANTES, E. São Luís Imperial: cotidiano e melhoramentos urbanos. In: ABRANTES, E; SANTOS, S. R. O. dos. **São Luís do Maranhão: novos olhares sobre a cidade.** São Luís: Ed. UEMA, 2012.

_____. Dote simbólico: discursos e representações sobre a educação feminina em São Luís no início do século XX. **Anais do VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História**, UFPI, 2012.

_____. **A educação do “Bello Sexo” em São Luís na segunda metade do século XIX.** São Luís: Editora UEMA, 2014.

ABREU E LIMA, J. I. de. **Compêndio de História do Brasil.** Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843.

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALENCAR, M. E. dos S. Tradutoras Brasileiras dos séculos XIX e XX. **Dissertação de Mestrado.** Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

ALMEIDA, A. P. A Instrução Pública da Província do Maranhão nas Atas do Conselho Presidencial: um olhar sobre a (re) organização da educação da mocidade. **Anais do III Simpósio de História do Maranhão Oitocentista**. São Luís: UEMA, 2013.

_____. O Conselho Presidencial e a educação na Província do Maranhão (1825-1834). **Monografia** (Curso de História). Universidade Estadual do Maranhão, 2016.

ALMEIDA, J. **Ler as letras**. Autores Associados: Campinas/SP, 2007.

ALMEIDA, J.; BOSCHETTI, V. A Educação feminina e propostas coeducativas (séculos XIX/XX): A Igreja Católica como mediadora educacional. **Revista Historia de la Educación Latinoamericana**, vol. 20, n. 31, 2018.

ALVARENGA, E. A inserção das mulheres no magistério capixaba: desdobramentos possíveis no trabalho docente no Estado do Espírito Santo (1845-1920). **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, 2018.

ALVES, L. M. Abrigar, educar e instruir: a política higienista e a educação de meninas desvalidas nas instituições de assistência no Pará (1850-1910). **Educar em Revista**, v. 34, n. 70, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/VhkCLYqkLsGM6NWDnpqHvpp/abstract/?lang=pt> Acesso em 9 de Junho 2022.

ALVES, O. O Livro do Povo na expansão do ensino primário no Maranhão (1861 - 1881). **Tese de doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, 2013.

ANDRADE, M. G. L. de. **Resumo da História do Brasil**. Boston: Gymn and Company, 1888.

ARAÚJO, C. A.; SENA, F. OS PROFESSORES NOS ANÚNCIOS DO JORNAL O PUBLICADOR (1864-1885) DA PARAÍBA. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 10, n. 22, p. 93-104, 2017.

ARAÚJO, J. S. de. A imprensa no Maranhão na segunda metade do século XIX: Estado imperial, jornais e a divulgação da guerra do Paraguai para um público leitor. **Dimensões**, vol. 33, 2014.

ARAUJO, V. L. de. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. **Varia hist.**, Belo Horizonte, v. 31, n. 56, 2015. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-. Acesso em 10 de fevereiro de 2020.

ASSUNÇÃO, M. R. **A guerra dos Bem-te-vis: a Balaiada na memória oral**. São Luís: SIOGE, 1998.

AVILA, A. L. de; NICOLAZZI, F.; TURIN, R. (Orgs.). **A História (in)Disciplinada**. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

AZEVEDO, A. **O Mulato**. São Paulo: Saraiva, 2010.

BÁEZ, F. **A história da destruição cultural da América Latina**: da conquista à globalização. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2010.

BARRANCOS, D. **Mujeres en la sociedad argentina**: una historia de cinco siglos. Buenos Aires: Sudamericana. 2010.

BARROS, S. P. de. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. **Educação e Pesquisa**, v. 42, n. 3, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201609141039>. Acesso em 18 de março de 2022.

BASTOS, M. H. C; ERMEL, T. As prescrições de leitura para a juventude de Domingos Perdigão: o que se deve ler: Vade Mécum bibliográfico (1922-1923). **Cadernos de Pesquisa em Educação PPGE-UFES**, v.13, n.33, 2011.

BERNARDES, M. T. **Mulheres de ontem?** – Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo, Queros, 1989.

BEZERRA NETO, J. M. O cotidiano mais do que perfeito: instrução e sociabilidades femininas sob vigília no recolhimento das educandas (Belém - Grão-Pará, 1840). **Revista HISTEDBR On-line**, v. 15, n. 62, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640496>. Acesso em 9 de junho de 2022.

BITTENCOURT, C. **Livro didático e saber escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BLOCH, M. **Apologia da História ou o Ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BORRALHO, J. H. de P. **Uma Athenas equinocial**: a literatura e a fundação de um Maranhão no Império brasileiro. São Luís: EDFUNC, 2010.

BOTO, C. O professor primário português como intelectual: "eu ensino logo existo". **Linhas**, v. 6, n. 1, 2005. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1249>. Acesso em 25 de julho de 2022.

BOTTENTUIT, A. M. Os discursos dos presidentes da província do Maranhão Império sobre a Instrução Pública primária no período de 1870 a 1889. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, 2016.

BOSI, E. **Memória e Sociedade**: Lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (Orgs). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRAGA, C. de T. Professoras nos anúncios de jornal do Recife Oitocentista (1840-1845). **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História**, ANPUH, 2017. Disponível em:

https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1489697161_ARQUIVO_ArtigoprofessorasCarolinaBraga.pdf. Acesso em 21 de setembro de 2021.

BRANDÃO, R. **As ilhas desconhecidas** – notas e paisagens. Mimeo, 1926.

BRUTER, A. L'histoire enseignée a-t-elle un genre? Filles et garçons devant l'enseignement historique a l'école primaire selon les textes officiels du XIX siècle (1793-1914). In: PELLEGRIN, N. **Histoire d'historiennes**. Saint-Étienne: Université de Saint-Étienne, 2006.

CABRAL, M. do S. C. **Política e educação no Maranhão (1834-1889)**. São Luís: SIOGE, 1984.

CALDEIRA, A. P. S. **Colecionar e escrever a história: a memória do império português legada por Diogo Barbosa Machado**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2017.

CALDEIRA, A. P. C; MARCELINO, D. A. (Orgs). **Lugares e práticas historiográficas: escritas, museus, imagens e comemorações**. Curitiba: CRV, 2021.

CANDIDO, A. **Um funcionário da monarquia: ensaio sobre o segundo escalão**. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2007.

CARBONELL, C. O. **Histoire et historiens: une mutation idéologique des historiens français 1865-1885**. Toulouse: Privat, 1976.

CARDOSO, T. F. L. As aulas régias no Rio de Janeiro: do projeto à prática (1759-1834). **Revista História da Educação**, v. 3, n. 6, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30261>. Acesso em 5 de junho de 2022.

CARNEVALI, F. G. 'A mineira ruidosa' - Cultura popular e brasilidade na obra de Alexina de Magalhães Pinto (1870-1921). 2009. **Dissertação de Mestrado**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CARVALHO, J. M. de; BASTOS, L.; BASILLE, M. **Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-23)**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

CARVALHO, R. Maranhão, província tradutora: livros e tradutores em São Luís do séc. XIX. **Tese de Doutorado**. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, 2021.

CASTANHA, A. P.; BITTAR, M. O papel dos professores na formação social brasileira: 1827-1889. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 9, n. 34, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639578>. Acesso em 13 de junho de 2022.

CASTELLANOS, S. L.V. O livro escolar no Maranhão império: produção, circulação e prescrições. **Tese de doutorado**. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2012.

_____. A cultura material escolar na instrução primária no Maranhão oitocentista. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, 2020.

CASTELLANOS, S. L. V.; CASTRO, C. A. Uma instituição de ensino popular no Maranhão império: a Sociedade Onze de Agosto. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 15, n. 62, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640495>. Acesso em 9 de janeiro de 2022.

CASTELO BRANCO, J. L. C. Instituição da escola primária privada na província do Maranhão (1834-1854). **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

_____. Instrução Pública: história da escola primária no Maranhão oitocentista (1834 – 1889). **Tese de Doutorado**. UNESP/Araraquara, 2019.

CASTRO, C. A. **Leis e Regulamentos da Instrução Pública no Maranhão Império (1835-1889)**. São Luís: EDUFMA, 2009.

CASTRO, C.; CASTELLANOS, S.; COELHO, J. Inspetoria da Instrução Pública e profissão docente no Maranhão Império. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 22, n. 1, jan./abr. 2015.

CASTRO, C.; CASTELLANOS, S. A instrução de meninas no Asilo de Santa Teresa (Maranhão, 1856-1871). **Revista História da Educação**, v. 25, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/J7DsgCwDGjrfXtNWLdkzfYw/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

CASTRO, C. A.; SANTOS, A. A. Belarmino de Mattos: o Didot da imprensa maranhense no império. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 18, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8658261>. Acesso em 31 de janeiro de 2021.

CATROGA, F. **Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim da história**. Coimbra: Almedina, 2009.

_____. **Memória, História e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CAVALCANTE, A. **Uma escritora na periferia do Império: vida e obra de Emília Freitas**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2008.

CERQUEIRA, D. L. **O piano no Maranhão: uma pesquisa artística**. Tese de Doutorado. UNIRIO, 2019.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1998.

_____. de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2002.

CEZAR, T. **Ser historiador no século XIX: O caso Varnhagen**. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2018.

CHALHOUB, S. **Machado de Assis, Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

CHAMON, C. S. Festas no império: Pedagogia cívica em Minas Gerais nos primeiros anos do império. **Educ. Rev.**, n. 30, 1999. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46981999000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 de maio de 2022.

_____. Maria Guilhermina Loureiro de Andrade: a trajetória profissional de uma educadora (1869/1913). **Tese de Doutorado**. Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

_____. **Escolas em reforma, saberes em trânsito**: a trajetória de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (1869-1913). Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CHARTIER, R. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador - conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Unesp, 1998.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, v. 2, 1990.

CHOPPIN, A.; BASTOS, T. M. H. C. O historiador e o livro escolar. **Revista História da Educação**, v. 6, n. 11, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30596>. Acesso em 28 de setembro de 2022.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, n. 30 (3), 2004.

CIRINO, R. G. V. PELO BEM DA “PÁTRIA” E PELO IMPERADOR: o Conselho Presidencial do Maranhão na construção do Império (1825-1831). **Dissertação de Mestrado**. Universidade Estadual do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2015.

_____. Revisitando a Setembrada: disputas e tensões políticas no Maranhão durante a Regência (1831-1833). **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, v.39, n.1, 2021.

CLEMENTE, V. História nova do Brasil (1963-1965): uma nação imaginada. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2013.

COELHO, J. C. A inspetoria da instrução pública maranhense (1843-1889). **Dissertação de Mestrado**, Universidade Federal do Maranhão, 2017.

COELHO, N. N. **Dicionário Crítico de Escritoras Brasileiras (1711-2011)**. São Paulo: Escrituras, 2002.

COELHO, M; MACIEL, F. I. Livros de Leitura para Meninas no Século XIX. **Revista Gênero na Amazônia**, n. 6, jul./dez, 2014.

CORDEIRO, C. & MADEIRA, A. B. A Emigração Açoriana para o Brasil (1541-1820): uma leitura em torno de interesses e vontades. **Revista Arquipélago (História)** 2ª Série, v. 7, 2003.

CORREA, M. **Antropólogas e antropologia**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

COSTA, Y. M. da. Sociedade e escravidão no Maranhão do século XIX. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS**, v. 10, n.20, 2018.

COSTA, F. M. Moradas da Memória: o valor patrimonial dos lugares privados da antiga São Luís sob o olhar da Literatura, da toponímia e da geografia humanista cultural. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal do Maranhão, 2014.

CUNHA, A. L. **A educação brasileira na primeira onda laica: do Império à República**. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2017.

CUNHA, Glória (Org.). **La narrativa histórica de escritoras latinoamericanas**. Buenos Aires: Corregidor, 2004.

_____. **Pensadoras de la nación**. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/ Vervuert, 2006.

CUNHA, G. R. da. De dama da corte a Condessa de Belmonte: a primeira mestra de D. Pedro II. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, UERJ, 2021.

CRESCÊNCIO, C. L. Sobre humor feminista e historiadoras mulheres: pela subversão da escrita acadêmica. In: PEDRO, J. M.; ZANDONÁ, J. **Feminismos & Democracia**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

CRUZ, M. dos S. Escravos, forros e ingênuos em processos educacionais e civilizatórios na sociedade escravista do Maranhão no século XIX. **Tese de Doutorado**. Faculdade de Ciências e Letras, UNESP/Araraquara, 2008.

CRUZ, M. dos S; MATOS, É.; SILVA, E. “Exma. Sra. d. Maria Firmina dos Reis, distinta literária maranhense”: a notoriedade de uma professora afrodescendente no século XIX. **Notandum**, n. 48, set-dez, 2018.

DASTON, L. **Historicidade e objetividade**. São Paulo: LiberArs, 2017.

CUTRIM, L. M. S. “MASSA DOS BRASILEIROS TRANSATLÂNTICOS”: a reinserção do negociante Antonio José Meirelles no Maranhão pós-Independência (1825-1831). **Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História**, v. 16, n. 27, 2019. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/674. Acesso em 19 de maio de 2022.

DAVIS, N. Z. Gender and genre: women as historical writers, 1400-1820. In: LABALME, P. H. (ed.). **Beyond Their Sex: Learned Women of the European Past**. New York: New York University Press, 1980, p. 153-182.

_____. Women and the World of the “Annales”. *History Workshop*, n. 33, p. 121-137, 1992.

_____. **Nas margens: três mulheres do século XVII**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

_____. Genre féminin et genre littéraire: les femmes et l’écriture historique (1400-1820). In: PELLEGRIN, N. **Histoire d’historiennes**. Saint-Étienne: Université de Saint-Étienne, 2006.

DIOGO, L. M. Da sujeição à subjetivação: a literature como espaço de construção da subjetividade, os casos das obras Úrsula e A Escrava de Maria Firmina dos Reis. **Dissertação de Mestrado**. Universidade de São Paulo, 2016.

DUARTE, C. L. (Org). **Cartas de Nísia Floresta & Auguste Comte**. Florianópolis: Mulheres/Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.

_____. Apontamentos para uma história da educação feminina no Brasil – século XIX. In: DUARTE, C. L. (org.). **Gênero e representação: teoria, história e crítica**. v. 1. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

_____. **Imprensa Feminina e feminista no Brasil: Século XIX: dicionário ilustrado**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

_____. Arquivos de mulheres e mulheres anarquistas: histórias de uma história mal contada. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 30, 2018.

_____. **#Nísia Floresta presente: uma brasileira ilustre**. Natal: Mariana Hardi, 2019.

_____. (Org.). **Memorial do Memoricídio** – escritoras brasileiras esquecidas pela história. Belo Horizonte: Editoras Luas, 2022.

EL HAWAT, J. Os exames do ensino primário nas escolas isoladas de Porto Alegre. **X ANPED SUL**, Florianópolis, 2014.

EPPLE, A. Gênero e a espécie da história. In: MALERBA, J. (Org). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.

EPPLE, A.; SCHASER, A. **Gendering historiography: beyond national canons**. Frankfurt/N. York: Campus Verlag, 2009.

ERBERELI JR., O. A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava: um ofício como sacerdócio (1935-1997). **Tese de Doutorado**. Universidade de São Paulo, 2019.

ERNOT, I. L'histoire des femmes et ses premières historiennes (xixe-début xxe siècle). **Revue d'Histoire des Sciences Humaines**, vol. 16, n. 1, 2007.

_____. Des femmes écrivent l'histoire des femmes au milieu du XIXe siècle: représentations, interprétations. **Genre & Histoire**, n.4, 2009.

FAEDRICH, A. Memória e amnésia sexista: repertórios de exclusão das escritoras oitocentistas. **Lêtronica**. Porto Alegre, v. 11, n. esp. (supl. 1), set. 2018.

FANINI, Michele Asmar. A (in) elegibilidade feminina na Academia Brasileira de Letras: Carolina Michaëlis e Amélia Beviláqua. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 22, n. 1, 2010. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702010000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25 de setembro de 2020.

_____. O gênero do cânon: excursão sobre a (in)expressiva participação feminina nos campos artístico e científico na passagem do século XIX para o XX. **Arquivos do CMD**, v. 2, n. 2, 2014.

FARIA, R. H. M. de. **Mundos do Trabalho no Maranhão Oitocentista**: Os descaminhos da liberdade. São Luís: EDUFMA, 2012.

FARIA FILHO, L. M. de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, E. M. T.; FILHO, M. F.; VEIGA, C. G. (Orgs.). **500 Anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

_____. Apresentação. In: CHAMON, Carla. **Escolas em reforma, saberes em trânsito**: a trajetória de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (1869-1913). Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FARIA FILHO, L. M. de, VIDAL, Diana, PAULLIO, André Luiz. A Cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação. **Educação e Pesquisa**, v 30, n. 1, 2004.

FEITOSA, F. “SEMEADORA DE LUZES”: Dona Martinha Abranches e a Educação Feminina em São Luís na primeira metade do século XIX. **Monografia**. Universidade Estadual do Maranhão, Curso de História, 2007.

FELSKI, R. **The gender of modernity**. Cambridge/London: Harvard University Press, 1995.

FERREIRA, A. T. B. A mulher e o magistério: razões da supremacia feminina (a profissão docente em uma perspectiva histórica). **Tópicos Educacionais**, v. 16, n. 1-3, abr. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/article/view/22455>>. Acesso em 07 de setembro de 2021.

FERREIRA, J. P. (Org.). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**, v. 15, Maranhão-Piauí. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959.

FERREIRA, M. de M. **A História como ofício**: a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

FERRO, M. **A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

FIGUEIREDO, M. G. de; VARUM, H.; COSTA, A. Aspectos da arquitetura civil edificada no século XIX, em São Luís do Maranhão, Brasil. **Conservar Patrimônio**, Lisboa, v. 15-16, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.14568/cp15-16_3. Acesso em 27 de fevereiro de 2022.

FIORUCCI, F. Los otros intelectuales: curas, maestros, intelectuales de pueblo, periodistas y autodidactas: Presentación. **Prismas - Revista de historia intelectual**, v. 17, n. 2, 2013. Disponível em: https://prismas.unq.edu.ar/OJS/index.php/Prismas/article/view/Fiorucci_prismas17. Acesso em 17 de agosto de 2022.

FLORESTA, N. **Cintilações de uma alma brasileira**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997.
FONSECA, P. H. de M. O educador Achilles Lisboa. **Jornal Pequeno**, 18 de junho de 2020.

_____. Cururupu: uma achega para a sua história. **Jornal Pequeno**, 10 e 11 de outubro de 2021.

FORQUIN, J. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 5, 1992.

FRANÇA, F.; SOUZA, G. de. “Quem ensina também aprende”: a formação pela prática dos professores primários na província do Paraná. **Revista Educação & Pesquisa**, v.44, 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ep/a/HsNpynJ4TVHPBZQm4GwMSks/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 23 de agosto de 202.

FRANÇA, M. do P. de. História da Escola Normal da Província do Grão-Pará no Império. **Revista Cocar**. Belém, vol 6, n.11, 2012.

FRANCO, S. M. S. **Peregrinas de outrora. Viajantes latino-americanas no século XIX**. Florianópolis; Santa Cruz do Sul: Editora Mulheres; Edunisc, 2008.

FREITAS, A. G. B. Educando Mulheres em Sergipe, na passagem do século XIX para o século XX: possibilidades e tendências. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, **Anais eletrônicos**, Natal: UFRN, 2002. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0509.pdf>>. Acesso em 21 de setembro de 2021.

FREYRE, G. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. São Paulo/Recife: Editora Nacional/Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

FURTADO, L. M. (Org). **Memorial de Maria Firmina dos Reis – Livro 2**. São Paulo: Uirapuru, 2019.

GAIOSO, R. J. de S. **Compêndio Histórico-político dos princípios da lavoura no Maranhão**. Maranhão: Livros do Mundo Inteiro, 1970.

GALVÃO, A. M. de O. O livro escolar de leitura na escola imperial pernambucana. In: BATISTA, A. A. G. & GALVÃO, A. M. de O. **Livros escolares e leitura no Brasil: elementos para uma história**. Campinas/SP: Mercado de Livros, 2009.

GALVES, M. C. & CIRINO, R. G. (Orgs). **O Império do Brasil e o Conselho de Presidência do Maranhão (1825-1834), volume 2**. São Luís: Editora UEMA; Arquivo Público do Estado do Maranhão, 2021.

GASPARELLO, A. M. **Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola brasileira**. São Paulo: Iglu, 2004.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

GINZBURG, C.; PONI, C.. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, C.; CASTELNUOVO, E.; PONI, C.. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

GONÇALVES, D. E. Os açorianos no Rio de Janeiro - inserção social e estabelecimento. **História Oral**, v. 22, n. 2, 2019. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/947>. Acesso em 14 de abril de 2022.

GONÇALVES, P. C. Os Limites do Contrato. O engajamento de trabalhadores na periferia do capitalismo (séculos XIX-XX). **Revista Latinoamericana de Trabajo y Trabajadores**, n. 3, 2021. Disponível em: <https://revista.redlatt.org/revlatt/article/view/48>. Acesso em 9 de junho de 2022.

GONDIM, I. **Brasil – poema histórico do país**. Rio de Janeiro: Papelaria Americana, 1913.

GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. **Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GONTIJO, R. Tal História, qual Memória? Capistrano de Abreu na História da Historiografia Brasileira. Dossiê História, Historiografia e Historiadores. **Revista Projeto História**, n. 41, dez. 2010.

GOMES, A. **Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil**. São Luís: Editora AML, 2022.

GOMES, A. M. de C. & HANSEN, P. S. (Org). **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOMES, J. A profissionalização dos professores na Parahyba do Norte. In: PINHEIRO, Antonio; FERRONATO, Cristiano (Orgs.). **Temas sobre a instrução no Brasil imperial (1822-1889)**. João Pessoa: Editora Universitária, 2008.

GUIMARÃES, M. L. **Livro de fontes de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ; FAPERJ, 2010.

HAHNER, J. E. **Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2003.

_____. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século 19. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, 2011.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALLEWELL, L. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: EdUSP, 2005.

HARTMAN, S. Vênus em dois atos. **Revista Eco-Pós**, v. 23, n. 3, 2020. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27640. Acesso em 28 de junho de 2022.

HAVELANGE, I. Des femmes écrivent l'histoire. Auteurs féminins et masculins des premiers livres d'histoire pour la jeunesse (1750-1830). **Histoire de l'éducation**, n. 114, 2007.

HOLANDA, H. B. de. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

_____. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HOLANDA, H. B. de; ARAÚJO, L. N. **Ensaístas brasileiras: mulheres que escreveram sobre literatura e as artes de 1860 a 1991**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

JABLONKA, I. **A história é uma literatura contemporânea – manifesto pelas Ciências Sociais**. Brasília: Editora UnB, 2021.

JACINTO, C. P. S. **Laços e enlacs: relações de intimidade de sujeitos escravizados – São Luís – Século XIX**. São Luís: EDUFMA, 2008.

JANOTTI, M. de L. M. Três mulheres da elite maranhense. **Revista Brasileira de História**, v.16, n. 31 e 32, 1996.

JANSEN, J. **Apolônia Pinto e seu tempo**. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1953.

JESUS, M. G. de. Espaço, cor e distinção social em São Luís (1850-1888). In: BARONE, A.; RIOS, F. (Orgs). **Negros nas cidades brasileiras (1890-1950)**. São Paulo: Intermeios, 2019.

JINZENJI, M. Y. **Cultura impressa e educação da mulher no século XIX**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

_____. O papel da imprensa periódica no processo de escolarização em Minas Gerais no século XIX. **Educação em Perspectiva**, v. 3, n. 1, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/6547>. Acesso em 25 de março de 2022.

_____. Educar ou instruir mulheres? Dilema do século XIX. In: LOPES, E; CHAMON, C. (Orgs). **História da Educação em Minas Gerais: da Colônia à República – volume 2 – Império**. Uberlândia/MG: EDUFU, 2019.

JOÃO, M. I. **Os Açores no século XIX: economia, sociedade e movimentos autonomistas**. Lisboa: Edições Cosmos, 1991.

JORGE, M. **Álbum do Maranhão 1950**. São Luís: Imprensa Oficial do Maranhão, 1950.

JORGE, S. **A imprensa do Maranhão no século XIX (1821-1900)**. São Luís: Lithograf, 2008.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, nº 1, jan/jul, 2001.

KASMER, L. **Novel Histories: british women writing History (1760–1830)**. Madison, WI: Fairleigh Dickinson University Press, 2012.

KELLER, Tatiana; LEÃO, Rosaura Maria Albuquerque. Toponímia, história e memória: nomes das ruas do bairro Centro da cidade de Santa Maria/RS. **Entrepalavras**, v. 10, n. 3, 2020. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/1906>. Acesso em 02 julho 2022.

KLEM, B. S. **Historiadoras: aproximações femininas à história da historiografia brasileira. Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de Ouro Preto, 2019.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

KOTHE, F. R. **O cânone imperial**. Brasília: Editora UnB, 2000.

KUHLMANN JR., M. **As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

LACERDA, L. **Álbum de Leitura: memórias de vida, histórias de leitoras**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

LACROIX, M. de L. L. **A educação na Baixada Maranhense, 1828-1889**. São Luís: SIOGE, 1983.

_____. **São Luís do Maranhão: corpo e alma**. São Luís: Maria de Lourdes Lauande Lacroix, 2012.

LEÃO, A. B. Nós e os franceses: Gilberto Freyre à prova de Adèle Toussaint-Samson. **Etnográfica**, Lisboa, v. 18, n. 3, 2014.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEITE, J. G. R. Os regressados do Brasil como fator de mudança social nos Açores na 2ª metade do séc. XIX. **ARQUIPÉLAGO/HISTÓRIA**, 2ª série, v.9, 2005.

LEMOS, D. C. A. O discurso da ordem: A Constituição do campo docente na Corte Imperial. **Dissertação de Mestrado**. Faculdade de Educação, UERJ, 2006.

LEVI, G. **Herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte no século XVII**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2000.

LEVY, M. S. F. A escolha do cônjuge. **Rev. bras. estud. popul.**, v. 26, n. 1, 2009. Disponível em <http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982009000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 5 de junho de 2022.

LIBLIK, C. S. F. K. A participação das mulheres no conhecimento histórico. **Revista Feminismos**, v.2, n.3, 2014.

_____. Uma história toda sua: trajetórias de historiadoras brasileiras (1934-1990). **Tese (Doutorado em História)**. Universidade Federal do Paraná, 2017.

LIMA, B. R. Leite. Da hereditariedade biológica à hereditariedade social: o pensamento educacional do médico Achilles Lisboa (1920/1930). **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal do Maranhão, 2016.

LIMA, A. R. S. de. **Educação para Mulheres na América Latina**: Um olhar decolonial sobre o pensamento de Nísia Floresta e Soledad Acosta de Samper. Curitiba: Editora Appris, 2019.

LIMEIRA, A. de M. O comércio da instrução no século XIX: colégios particulares, propagandas e subvenções públicas. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2010.

LIVRO DE FAMÍLIA. **Quatro famílias maranhenses**: história dos Coelho de Souza, Braga, Reis e Dias Vieira originários de Guimarães, MA. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Olímpica, 1976.

LONZA, G.B. A educação de mulheres no Brasil: Nísia Floresta e a experiência do Colégio Augusto (1838-1849). **Dissertação de Mestrado**. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2019.

LOPES, A. **História da Imprensa no Maranhão (1821-1925)**. Rio de Janeiro, 1959.

LOPES, M. A. (Org.). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003.

LOOSER, D. **British women writers and the writing of history, 1670–1820**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000.

LOURO, G. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, M. (org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

MACHADO, D. V. Por uma “ciência histórica”: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998. **Tese de Doutorado**. Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2016.

MAGALHÃES, M. V. Imigração e colonização no Maranhão na segunda metade do século XIX: o caso dos portugueses. **Anais do XII Encontro Estadual de História da ANPUH/RS**. São Leopoldo: UNISINOS, 2014.

_____. Imigração portuguesa no Maranhão e sua inserção na sociedade local (1822-1930). **Tese de Doutorado**. Universidade de Lisboa, 2019.

MAIA, C. de J. A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral - Minas Gerais (1890-1948). **Tese de Doutorado em História**. Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MALEVAL, I. T. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o (não) lugar da história do presente. **Ars Historica**, v. 1, n. 2, 2010.

MARIANO, F. & DADALTO, M. O percurso invisível dos açorianos no Brasil. **Revista del CESLA**, vol. 27, 2021.

MAROTTA, M. C. Previdência e assistência no Brasil Imperial: as demandas por aposentadorias e pensões junto ao governo monárquico. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, 2019.

MARTINS, A. P. V. A mulher, o médico e as historiadoras: um ensaio historiográfico sobre a história das mulheres, da medicina e do gênero. **História, Ciências, Saúde**, v.27, n.1, 2020.

MARTINS, R. A. F. ATENIENSES E FLUMINENSES: a invenção do cânone nacional. **Tese de Doutorado**. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, SP, 2009.

MATOS, S. C. M. Memórias e diálogos com a Educação Integral: o legado de Maria Yedda Leite Linhares (1983-1986). **Tese de Doutorado**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MATTOS, I. R. de. **O tempo Saquarema**. Rio de Janeiro: Hucitec, 2004.

MATTOS, S. R. Para formar os brasileiros. O compêndio de História do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Império do Brasil. **Tese de Doutorado**. Universidade de São Paulo, 2007.

MEIRELLES, M. M. **Panorama da literatura maranhense**. São Luís: Imprensa Oficial, 1955.

MELO, J. C. O. de. Lembranças de mulheres professoras: memórias, histórias de vida e ensino de história em séries iniciais. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal do Maranhão, 2012.

_____. **História e memória da educação maranhense nos oitocentos: trajetórias intelectuais da professora Herculana Firmina Vieira de Sousa (1855-1888)**. PROJETO PIBIC/IFMA/FAPEMA, 2018.

_____. Uma historiografia do esquecimento: o memoricídio e as práticas de escritura histórica de mulheres no século XIX. In: Bueno, André; Estacheski, Dulceli T.; Zarbato, Jaqueline (Org.). **Ensino de História e Estudos de Gênero**. 1ed. Rio de Janeiro/Nova Andradina: Sobre Ontens/UFMS, 2020.

MELO, V. Educação do corpo – bailes no Rio de Janeiro do século XIX: o olhar de Paranhos. **Educação & Pesquisa**. São Paulo, USP, v. 40, n. 3, 2014.

MELLO, H. C. P. de. **Pernambucanas Ilustres**. Recife: Typographia Mercantil, 1879.

MENDES, J. S. R. Lei e etnicidade no Brasil: entre a lusofobia e o favorecimento jurídico dos portugueses. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 61, n. 2, p. 56-59, 2009. Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252009000200022&lng=en&nrm=iso. Acesso em 06 de maio de 2022.

- MÉRIAN, J.Y. **Aluísio de Azevedo**: vida e obra. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- MIGLEVICH-RIBEIRO, A. **Heloísa Alberto Torres e Marina de Vasconcellos** – pioneiras na formação das ciências sociais no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.
- MIRANDA, M. **História da Educação em Cururupu**. Manuscrito, s/d.
- MISKOLCI, R. **O desejo de nação**: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Annablume, 2012.
- MONÇÃO, V. “Maria Guilhermina Loureiro de Andrade nas redes do kindergarten”. **Tese de Doutorado em História**. Universidade de São Paulo, 2018.
- _____. Trajetórias da família Loureiro de Andrade na educação da infância: um debate transnacional. In: VIDAL, D. (Org.). **Sujeitos e artefatos**: territórios de uma história transnacional da educação. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020.
- MONICAT, B. **Écrits de femmes et livres d'instruction au XIX e siècle** - Aux frontières des savoirs. Paris: Garnier, 2019.
- MONTENEGRO, A. (Org.). **Álbum do Estado do Pará 1908 (1901-1909)**. Paris: Chaponet, 1908.
- MORAES, F.; VIDAL, D. Professores e professoras públicas de Primeiras Letras em Cotia (SP, 1870-1885): trajetórias docentes e estratégias do ofício de ensinar. **Rev. Bras. Hist. Educ.**, Maringá, v. 18, 2018. Disponível em http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-00942018000100607&lng=es&nrm=iso. Acesso em 29 de junho de 2022.
- MORAIS, A.L. O feio sacro na imagem de Nossa Senhora das Dores. **Nova Revista Amazônica**, n. 4, 2014.
- MORAIS, M. A. C. de. **Isabel Gondim, uma nobre figura de mulher**. Natal: Terceirize, 2003.
- _____. Escritoras oitocentistas: Isabel Gondim e Anna Ribeiro. **Educação e Linguagem**, ano 11, n.18, 2008.
- MORAIS FILHO, J. N. **Maria Firmina dos Reis, fragmentos de uma vida**. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975.
- MOTA, L. D. (Org.). **Introdução ao Brasil 1– um banquete no trópico**. São Paulo: SENAC, 1999.
- _____. **Introdução ao Brasil 2 – um banquete no trópico**. São Paulo: SENAC, 2002.
- MOTTA, D. das G. **As mulheres professoras na política educacional no Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2003.

_____. Pioneirismo da escolarização feminina no Maranhão. **Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2004. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo6/406.pdf>. Acesso em 17 set. 2020.

MONTELEONE, J. de M. Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: o trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920). *Revista Estudos Feministas*, v. 27, 2019.

MOTT, M. L. B. A Parteira Ignorante: um erro de diagnóstico médico? **Revista Estudos Feministas**, v.7, n. 1 e 2, 1999.

MÜLLER, L. **As construtoras da nação**: professoras primárias na Primeira República. Niterói/RJ: Intertexto, 1999.

MUNIZ, D. do C.G. **Um toque de gênero**: história e educação em Minas Gerais (1835-1892). Brasília: Editora UnB, 2003.

MUNHOZ, F. G.; & BORGES, A. Apresentação do dossiê: Magistério oitocentista: contribuições da história da educação na problematização de questões de gênero, etnia e protagonismo docente. **Revista Brasileira de História da Educação**, v.18, 2018.

MUNHOZ, F. G. Invenção do magistério público feminino paulista: Mestra Benedita da Trindade do Lado de Cristo na trama de experiências docentes (1820-1860). **Tese de Doutorado**. Faculdade de Educação, São Paulo, 2018.

_____. Benedita da Trindade do Lado de Cristo: uma mestra oitocentista entre a resistência e a resignação (São Paulo – 1828-1853). In: VICENTINI, Paula; VIDAL, Diana (Org). **Mulheres inovadoras no ensino (São Paulo, séculos XIX e XX)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

MUZART, Z. L. Artimanhas nas entrelinhas: leitura do paratexto de escritoras do século XIX. **Revista Travessia**, n. 21, p. 64-70, 1990.

_____. A questão do cânone. **Anuário de literatura**, n. 3, p. 85-94, 1995.

_____. “Mulheres de faca na bota: escritoras e política no século XIX”. In: FLORES, Hilda Agnes Hübner (Org.). **RS: cultura, história e literatura**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1996.

_____. (Org.). **Escritoras Brasileiras do Século XIX**. RS: EDUNISC; Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

NASCIMENTO, C. V. do. Caminhos da docência: Trajetórias de mulheres professoras em Sabará – Minas Gerais (1830-1904). **Tese de Doutorado**. Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

NASCIMENTO, C. V. Trajetórias e histórias de professoras. In: LOPES: E; CHAMON, C.(Orgs). **História da Educação em Minas Gerais**: da Colônia à República – volume 2 – Império. Uberlândia/MG: EDUFU, 2019.

NAZARENO, E.; HERBETTA, A. F. A pós-graduação brasileira: sua construção assimétrica e algumas tentativas de superação. **Estud. psicol.**, v. 24, n.2, 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413294X2019000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 26 de janeiro de 2021.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em 07 de julho de 2022.

NOVAIS, F. A. **Aproximações: estudos de história e historiografia**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

NÓVOA, A. O processo histórico de profissionalização do professorado. In: NÓVOA, A. (Org.). **Profissão professor**. Porto Editora: Porto, 1999.

NUNES, M. J. R. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORI, M. (Org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

OLIVEIRA, A. de A. **O ensino público**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

OLIVEIRA, A. C. F. de. Formação para a cidadania, valores humanos e o diálogo com os princípios da UNESCO: agenda de 2030. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Educação, História da Cultura e da Arte, Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo, 2020.

OLIVEIRA, M. da G. Fazer a história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. **Revista Brasileira de História**, v.30, n.59, 2010.

_____. **Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.

_____. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à História da historiografia. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 11, n. 28, 2018.

_____. A história disciplinada e seus outros: reflexões sobre as (in)utilidades de uma categoria In: AVILA, A. L. de; NICOLAZZI, F.; TURIN, R. (Orgs.). **A História (in)Disciplinada**. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

OLIVEIRA, M. C. Z. de O. ALICE CLAPP: UMA VOZ FEMININA NO MOVIMENTO ABOLICIONISTA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XIX (1877-1891). **Dissertação de Mestrado**. Universidade Salgado de Oliveira, 2021

ORLANDA, W. As primeiras letras nos sertões maranhenses: 1824-1841. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Estadual do Maranhão, 2016.

ORSINI, M. S. Maria Angélica Ribeiro: uma dramaturga singular no Brasil do século XIX. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 29, 1988. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70072>. Acesso em 4 de outubro de 2020.

PAIVA, K. Maria Firmina dos Reis: educação e emancipação feminina. In: DUARTE, C. (et al). **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2018.

PAIXÃO; A.; PAULA, P. Os modos de vida das musicistas no Rio de Janeiro oitocentista. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, n.47, v.19, 2021.

PALETSCHEK, S. Opening up narrow boundaries: memory culture, historiography and excluded histories from a gendered perspective. In: EPPLÉ, A.; SCHASER, A. **Gendering historiography: beyond national canons**. Frankfurt/N. York: Campus Verlag, 2009.

PALLARES-BURKE, M. L. G. **Nísia Floresta: o carapuceiro e outros ensaios da tradução cultural**. São Paulo: Hucitec, 1996.

PIRES, I. Entrevista com Fabiane Popinigis. **Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 11, 2016. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/64787>. Acesso em 12 de Outubro de 2020.

PELLEGRIN, N. **Histoire d'historiennes**. Saint-Étienne: Université de Saint-Étienne, 2006.

PENNA, M. Mulheres de Letras & Virtudes: Os “Esboços Femininos” de Ignez Sabino (1890-1891). **Monografia**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020.

PEREIRA, A. C. B. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, 2018.

PEREIRA, F. P. DA CASA E DA RUA: cotidiano e resistência de mulheres escravizadas no Maranhão - século XIX. **Monografia**. Universidade Estadual do Maranhão, 2016.

PEREIRA, F. & ABRANTES, E. A mulher escrava nos anúncios dos jornais de São Luís. **Anais do III Simpósio de História do Maranhão Oitocentista**. São Luís: UEMA, 2013.

PERROT, M. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 8, n. 18, 1989.

_____. **As mulheres ou os silêncios da História**. Bauru: EDUSC, 2005.

_____. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. Les intellectuelles dans les limbes du XIX^e siècle. In: RACINE, N.; TREBISTCH, M. (Org.). **Intellectuelles, du genre en histoire des intellectuelles**. Paris: Éd. Complexe, 2004.

POPINIGIS, Fabiane; TERRA, Paulo Cruz. Classe, raça e a história social do trabalho no Brasil (2001-2016). **Estud. hist.**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 66, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862019000100307&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 de Julho de 2021.

PRADO, M. L. Introdução. In: FRANCO, S. M. S.. **Peregrinas de outrora. Viajantes latino-americanas no século XIX**. Florianópolis; Santa Cruz do Sul: Editora Mulheres; Edunisc, 2008.

RABELO, A. O acesso e a ocupação do espaço docente pela mulher no “ensino primário” no Brasil e em Portugal. **Revista Internacional de Formação de Professores (RIFP)**, Itapetininga, v.4, n.2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.itp.ifsp.edu.br/index.php/RIFP/article/download/1400/1033> Acesso em 7 de Setembro de 2021.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J. M. & GROSSI, M. (Orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

RAMIREZ, H. **Paradigmas da açorianidade no Rio Grande do Sul**: a obra pioneira dos lusodescendentes. Porto Alegre: Edições Caravelas. 2005.

RAMOS, A.; CUNHA, G. **São Luís, 1908-2008**: a cidade no tempo. São Luís: Instituto da Cidade, 2008.

RAMOS, D. de C. Revista e Instrução e Educação: um olhar sobre a instrução pública e a educação no Maranhão do século XIX. **Monografia**. UnB, 2017.

RAMOS, M. B. Ao Brasil dos meus sonhos: feminismo e modernismo na utopia de Adalzira Bittencourt. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100002>. Acesso em 25 de setembro de 2020.

RANGEL, L. de A. S. Lídia Besouchet e Newton Freitas: mediações políticas e intelectuais entre o Brasil e o Rio da Prata (1938-1950). **Tese de Doutorado**. Universidade de São Paulo, 2016.

RENAUDIN, J. L. C. **Pequena história sagrada para a infância**. Trad.de Maria Emília Leal. Rio de Janeiro: Livraria Nicolau Alves, 1886.

RIBEIRO, A. P. “O sonho que o tempo desvaneceu”: a imigração estrangeira no Maranhão em meados do século XIX. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em História, UFG, 2020.

RIBEIRO, C. de P. “A vida caseira é a sepultura dos talentos”: gênero e participação política nos escritos de Anna Rosa Termacsics dos Santos (1850-1886). **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019.

RIBEIRO, J. **Crítica**: historiadores. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1961.

RIBEIRO, M. J. B. **Maranhão de outrora**: memórias de uma época. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1942.

RIBEIRO, M. **Cancros Sociais**: drama original em cinco atos. Brasília: Senado Federal, 2021.

RILEY, C. G. A emigração açoriana para o Brasil no século XIX: braçais e intelectuais. **Revista Arquipélago**, 2ª Série, v. 7, 2003.

REIS, J. C. **As identidades do Brasil** – do Brasil de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. **As identidades do Brasil 2** – de Calmon a Bonfim. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

RODRIGUES, L. M. P. **A instrução feminina em São Paulo**. São Paulo, SP: Escolas Profissionais Salesianas, 1962.

RODRIGUES, M. J. L. **Educação feminina no Recolhimento do Maranhão**: o redefinir de uma instituição. São Luís: Café&Lápis, EDUFMA, FAPEMA, 2012.

_____. O poder institucional no disciplinamento da infância no Maranhão novecentista: a educação de meninas pobres e órfãs no Asilo Santa Tereza. In: ESTÁCIO, Marcos; NICIDA, Lucia (Orgs). **História e Educação na Amazônia**. Manaus: EDUA; UEA Edições, 2016.

ROIZ, D.; GONTIJO, R.; ZIMMERMANN, T. (Orgs.). **As historiadoras e o(s) gênero(s) na escrita da história** – pioneiras nos estudos históricos brasileiros. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2021.

RUBIO HERRAÉZ, E. La historiografía feminista y los estudios de las ciencias. Nuevos marcos metodológicos. **Revista de Investigaciones Feministas**, n.11, v.2, 2020.

RUSSOTTO, M. (Org.). **La ansiedad autoral** - formación de la autoría femenina en América Latina: los textos autobiográficos. Caracas: Editorial Equinoccio, 2006.

SABINO, E. B. A assistência e a educação de meninas desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Grão-Pará (1860-1889). **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Educação - Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SACRAMENTO BLAKE, A.V. A. **Diccionario Bibliographico Brasileiro** – Volume Três. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

SALDANHA, L. L. **A instrução maranhense na primeira década republicana**. Imperatriz: Ética, 2008.

SANTANA, G. **Mariana Luz**: Murmúrios e outros poemas. São Luís: Edições AML, 2021.

SANTOS, A. A, BELARMINO DE MATTOS: o Didot da imprensa maranhense (1840-1870). **Monografia**. Universidade Federal do Maranhão, 2019.

SANTOS, A. R. T. **Tratado sobre a emancipação política da mulher e o direito de votar**. Brasília: Edições Câmara, 2022.

SANTOS, C. S. dos. A escritora Maria Firmina dos Reis: história e memória de uma professora no Maranhão do século XIX. **Dissertação de Mestrado**. Universidade de Campinas, 2016.

SANTOS, J. S. Os livros escolares de autores maranhenses na imprensa local (1860-1920). **Dissertação de Mestrado em Educação**. Universidade Federal do Maranhão, 2022.

SANTOS, M. C. dos. PALESTRANDO DE MINAS GERAIS: A produção periodística de Elisa Lemos e Maria Emilia Lemos. **Dissertação de Mestrado**. Universidade de São João Del-Rei, 2010.

SCHIEBINGER, L. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru/SP: EDUSC, 2001.

SCHELL, D. C. Juana Paula Manso, historiadora: gênero e produção do conhecimento histórico na Argentina oitocentista (1852-1875) - **Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos**, 2019.

_____. “Baje usted la voz en sus discursos y en sus escritos”: Juana Paula Manso e as tentativas de silenciar uma mulher pública na Argentina oitocentista. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, v. 21, n. 31, 2021. Disponível em: <https://anphlac.emnuvens.com.br/anphlac/article/view/3938>. Acesso em 8 de junho de 2022.

SCHMIDT, R. T. Escrevendo gênero, reescrevendo a nação: da teoria, da resistência, da brasilidade, In: DUARTE, C. L. (Org.). **Gênero e representação: teoria, história e crítica**. v. 1. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

_____. Na literatura, mulheres reescrevem a nação. In: HOLLANDA, H. B. de. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SCHUELER, A. F. M. de. Forma e culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro (1854-1889): representações, práticas e experiências docentes. **Tese de Doutorado**. Universidade Federal Fluminense, 2002.

_____. Educar em família: o Colégio Amorim Carvalho na Corte imperial (1882-1889). *Revista HISTEDBR On-line*, n. 27, 2007.

_____. Internatos, asilos e instituições disciplinares na história da educação brasileira. **Revista Contemporânea de Educação. Rio de Janeiro**, v.4, n.7, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1570>. Acesso em 21 de agosto de 2021.

_____. Cultura escolar e instituições escolares no Império brasileiro: notas sobre uma trajetória de pesquisas em história da educação. In: CURY, C. E; GALVES, M. C; FARIA, R. H. M. **O Império do Brasil: educação, impressos e confrontos sóciopolíticos**. São Luís: Café&Lápis/ Editora UEMA, 2015.

SCHUELER, A. F. M. de; CHAMON, C. S. & VAZQUEZ, G. “Ensinar história na escola primária oitocentista: o ‘Resumo da História do Brasil’, de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade”. **Gênero – Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG**, Niterói, UFF, vol. 11, n. 1, 2010.

SCHWARCZ, L. M. **Os guardiões da nossa história oficial**. São Paulo: IDESP, 1989.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: **A escrita da história: novas perspectivas**. BURKE, Peter (Org.). São Paulo: Editora UNESP, 1992.

_____. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SEGATO, R. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-Cadernos CES**, Coimbra, 2012.

SILVA, A. R. e. “Este interessante ramo do serviço público”: produção de reformas da instrução pública no Maranhão Imperial (1838-1864). **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, USP 2018.

SILVA, G. C. As mulheres conferencistas nas Tardes no Instituto: gênero e história no Instituto Histórico e Geográfico brasileiro (IHGB). **Embornal Revista Eletrônica**. Fortaleza, vol. 9, n. 17, 2018.

SILVA, L. C. e. Ignez Sabino: interpretações sobre o Brasil e uma historiografia feminista no século XIX. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 30, n. 59, 2022. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/15915>. Acesso em 19 de agosto de 2022.

SILVA, O. de A. A publicidade livresca em jornais do século XIX: anúncios, livros e estratégias de venda. **Anais do Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, Fortaleza, 2017.

SILVA, R. Escravidão e resistência no Maranhão: anúncios e fugas escravas no século XIX. **Revista de História da UEG**, v. 3, n. 2, 2014.

SILVA, R. A. da & FERNANDEZ, R. Maria Firmina dos Reis: intérprete do Brasil. **Letrônica**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, 2020.

SILVA, S. S. Emigração Legal e Clandestina nos Açores de Oitocentos (da década de 30 a meados da centúria). In: SOUSA, F. de; MARTINS, I.; MATOS, I. (Org). **Nas Duas Margens: os portugueses no Brasil**. Porto: Edições Afrontamento/CEPESE, 2009.

SILVA, S. S. Em torno da emigração açoriana para o Brasil: diferentes leituras e problemáticas. IN: ARRUDA, J. J. de A. et all. **De colonos a imigrantes. I(E) migração portuguesa para o Brasil**. São Paulo: Alameda, 2013.

SILVA-REIS, D.; CARVALHO FONSECA, L.; SALES, D. MULHERES TRADUTORAS DO SÉCULO XIX NO BRASIL: DO ROMANCE À NARRATIVA HISTORIOGRÁFICA. **Revista Em Favor de Igualdade Racial**, v. 4, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/Rfir/article/view/5016>. Acesso em: 1 de setembro de 2022.

SIMIONI, A. P. C.; ELEUTÉRIO, M. de L. Mulheres, arquivos e memórias. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 71, dez. 2018.

SIMÕES, R. H. S.; SALIM, M. A. A.; TAVARES, J. X. Formas de adoecimento de professores capixabas no século XIX: diálogos com o passado no presente. In: BARROS, M. E. B.; HECKERT, A. L. C.; MARGOTO, L. (Org.). **Trabalho e saúde do professor: cartografias no percurso**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SMITH, B. G. **Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica**. EDUSC: São Paulo, 2003.

SMITH, H. L. Women Intellectuals and Intellectual History: their paradigmatic separation. **Women's History Review**, v. 16, n. 3, 2007.

SOUSA, A. F. de. Salvador das comerciantes: as mulheres na praça mercantil da Bahia (1872-1889). **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 13, 2021.

SOUTO-MAIOR, V. A. Maria Angélica Ribeiro. In: MUZART, Z. L. **Escritoras brasileiras do século XIX**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

_____. **Maria Ribeiro: teatro quase completo**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2014.

SOUZA, N. L. de. Uma senhora maranhense que cultiva as belas letras: Maria Firmina dos Reis e sua trajetória na imprensa (1860 – 1911). **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2020.

STAMATTO, M. S. Cem anos: livro escolar de História do Brasil (1808-1908). **História & Ensino**, Londrina, v. 25, n. 1, 2019.

STEINBERG, S. & ARNOULD, J. C.. **Les femmes et l'écriture de l'histoire, 1400-1800**. Rouen: Universités de Rouen et du Havre, 2008.

SZURMUCK, M; TORRE, C. Nuevos géneros, nuevas exploraciones de la condición de mujer: viajeras, periodistas y mujeres trabajadoras. **Mora**, n. 24, 2018.

TAMBARA, E. **Bosquejo de um ostensor do repertório de textos escolares utilizados no ensino primário e secundário no século XIX no Brasil**. Pelotas, RS: Seiva Publicações, 2003.

TAVARES, R. S. A infância no Maranhão Imperial: a escolarização pública primária da criança pobre e livre no período de 1855 a 1889. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal do Maranhão, 2009.

TEIXEIRA, Gisele B. As mulheres e a escrita de livros escolares no século XIX. **Revista Gênero**, Niterói, v. 11, n.1, 2010.

TELLES, Norma. Rebeldes, Escritoras, Abolicionistas. **Revista de História**, n. 120. São Paulo: USP, 1989.

TOLEDO, M. A. de L. T. Historiografia didática e ensino de história: nação e identidade nas narrativas sobre a história do Brasil (1843-1861). **EDUCAÇÃO**, v. 2, n. 3, 2014. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/1315>. Acesso em 22 de novembro de 2022.

TOMAZI, B. A. As representações da mulher no periódico *Semana Illustrada*: Rio de Janeiro, 1860/1861. **Monografia**. Licenciatura em História, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

TURIN, R. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 2, n. 2, 2009. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/4>. Acesso em 3 de março de 2022.

_____. Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades. **Tempo**, Niterói, v. 24, n. 2, 2018.

UEKANE, M. “Instrutores da Milícia cidadã”: A Escola Normal da Corte e a profissionalização de professores primários (1854- 1889). **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação Em Educação, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2008.

VAQUINHAS, I. As mulheres na sociedade portuguesa oitocentista. Algumas questões económicas e sociais (1850-1900). In: VIEIRA, B.M.D (Org.). **Grupos sociais e estratificação social em Portugal no século XIX**. Lisboa: CEHCP/ISCTE, 2004.

VALIM, P. Lamentos e lutas de Urânia Vanério na independência do Brasil. In: STARLING, H.; PELLEGRINO, A. (Orgs). **Independência do Brasil – as mulheres que estavam lá**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

VARELLA, F. F. Maria Graham's Little Arthur's History of England (1835) and the female historian's place in early nineteenth century Britain. **Women's History Review**, v. 29, 2020.

VASSALLO, J. Mujeres y patrimonio cultural: el desafío de preservar lo que se invisibiliza. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 71, 2018.

VEIGA, S. Segundo as judias costumavam fazer: As Dias-Fernandes e o Criptojudaísmo Feminino no Pernambuco do Século XVI. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2013.

VIDAL, D. G. Mapas de frequência a escolas de primeiras letras fontes para uma história da escolarização e do trabalho docente em São Paulo na primeira metade do século XI **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 8, n. 2 [17], 2012.

VIEIRA, Fernando G. P. O Santo Ofício da Inquisição na colônia e nas letras: as apropriações da cristã-nova Branca Dias na literatura. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal Fluminense, 2007.

VILLELA, H. O mestre escola e a professora. In: LOPES, Eliane; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VIVEIROS, J. de. Apontamentos para a história da instrução pública e particular no Maranhão. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v.26, n.45, 1953.

_____. **A rainha do Maranhão**. São Luís: Depto de Cultura do Estado do Maranhão, 1965.

WEINSTEIN, B. Inventing the mulher paulista: politics, rebellion, and the gendering of Brazilian regional identities. **Journal of Women's History**, Baltimore, v. 18, 2006.

WOOLF, V. **Um teto todo seu**. Rio de Janeiro: Editora nova Fronteira, 2019.

WOLFF, S. M. “Merecedoras das páginas da história”: narrativas biográficas na construção do gênero feminino no Brasil do oitocentos. 2019. **Dissertação de Mestrado**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

YAMASHITA, Jougi Guimarães. Lucie Varga: a “desconhecida” historiadora dos Annales. In: **Café História** – história feita com cliques. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/lucie-varga-e-os-annales>. Acesso em 26 de janeiro de 2021.

ZIN, R. B. Consolidando a fortuna crítica de Maria Firmina dos Reis: uma avaliação preliminar das dissertações e teses acadêmicas sobre a autora desenvolvidas em programas de pós-graduação brasileiros nos últimos trinta anos (1987-2016). **Itinerários**, Araraquara, n. 46, 2018.

Links de imagens, reportagens e entrevistas:

AÇORIANA DE CAPOTE-E-CAPELO. Disponível em: <http://cartas-e-postais.blogspot.com/2016/06/acoriana-de-capote-e-capelo.html> Acesso em 19 de março de 2022.

AGÊNCIA BRASIL. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-08/ibge-expectativa-de-vida-dos-brasileiros-aumentou-mais-de-75-anos-em-11>. Acesso em 13 de abril de 2022.

A MULHER DO CAPOTE. Disponível em : <https://medium.com/made-in-azores/a-mulher-do-capote-de-traje-tradicional-a-uma-marca-de-licor-fc5a9e67a1af#:~:text=Na%20ilha%20Terceira%2C%20as%20mulheres,com%20uma%20abertura%20> Acesso em 28 de março de 2022.

D. PEDRO V. Disponível em: <https://historiadeportugalparatodos.blogspot.com/2017/01/capitulo-xxxvi-d-pedro-v.html> Acesso em 18 de junho de 2022.

EL PAÍS. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/30/cultura/1535658767_015684.html. Acesso em 12 de março de 2022.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra62120/nossa-senhora-das-dores> Acesso em 13 de junho de 2022.

FAMÍLIA DE CERQUEIRA LUZ. Disponível em: <http://www.decerqueiraluz.eng.br/casal%20ant%C3%B4nio%20e%20palmyra.htm>. Acesso em 20 de maio de 2021.

ILHA TERCEIRA- AÇORES. Disponível em: <http://melouca.blogspot.com/2016/08/ilha-terceira-acoeres.html> . Acesso em 13 de abril de 2022.

MEMORIAL DE MARIA FIRMINA DOS REIS. Disponível em: <https://mariafirmina.org.br/categoria/locais/>. Acesso em 20 de junho de 2021.

MUSEU DE SANT'ANNA. Disponível em: <https://museudesantana.org.br/oratorio/santana-mestra-mus-0213/>. Acesso em 18 de maio de 2021.

REVISTA VOGUE. Disponível em: <https://vogue.globo.com/cultura/noticia/2016/10/dama-de-palavra-lilia-moritz-schwarcz-celebra-30-anos-da-companhia-das-letras.ghtml>. Acesso em 19 de janeiro de 2020.

SENADO NOTÍCIAS. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/02/06/crise-do-sistema-de-aposentadorias-ja-preocupava-dom-pedro-ii>). Acesso em 22 de agosto de 2022.

TORRE DO TOMBO. Disponível em <https://antt.dglab.gov.pt/pesquisar-na-torre-do-tombo/>. Acesso em 24 de janeiro de 2021.